



MARCOS SANTANA DE SOUZA

**“SOU POLICIAL, MAS SOU MULHER”: GÊNERO E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA POLÍCIA MILITAR DE SÃO
PAULO**

CAMPINAS

2014



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

MARCOS SANTANA DE SOUZA

**“SOU POLICIAL, MAS SOU MULHER”: GÊNERO E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA POLÍCIA MILITAR DE SÃO
PAULO**

ORIENTADORA: PROF^A DR^A MARIZA CORRÊA

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO MARCOS SANTANA DE SOUZA E
ORIENTADA PELA PROF^A DR^A MARIZA CORRÊA.**

CPG: ____/____/____

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

So89s Souza, Marcos Santana de, 1980-
"Sou policial, mas sou mulher" : gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo / Marcos Santana de Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Mariza Corrêa.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Representações sociais. 2. Gênero. 3. Identidade. 4. São Paulo (Estado) - Polícia militar. I. Corrêa, Mariza, 1944-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "I am a Police officer, but I am a woman": gender and social representations in Sao Paulo State Military Police

Palavras-chave em inglês:

Social representations

Gender

Identity

Sao Paulo (State) - Military police

Área de concentração: Ciências Sociais

Títuloção: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Mariza Corrêa [Orientador]

Maria Stela Grossi Porto

Sérgio França Adorno de Abreu

Guita Grin Debert

Iara Aparecida Beleli

Data de defesa: 13-06-2014

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 13 de junho de 2014, considerou o candidato MARCOS SANTANA DE SOUZA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Mariza Correa

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Profa. Dra. Iara Aparecida Beleli

Profa. Dra. Maria Stela Grossi Porto

Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu

201424722

RESUMO

A presença feminina em instituições militares, seja nas Forças Armadas ou nas polícias, tem emergido como um tema de estudos em expansão no Brasil, particularmente no campo das ciências sociais. Concentrada em refletir sobre os aspectos objetivos e simbólicos que marcam o trabalho feminino em espaços tradicionalmente masculinos, esta tese analisa as representações sociais de policiais militares a respeito do emprego de mulheres na Polícia Militar de São Paulo. Este estudo, portanto, busca refletir, a partir da realização de entrevistas em profundidade com 44 policiais militares masculinos e femininos de diferentes círculos hierárquicos, bem como através de pesquisa etnográfica e análise documental, sobre os sentidos do trabalho policial feminino na corporação paulista, que possui a experiência mais antiga de admissão de mulheres em funções policiais no país. Passadas quase seis décadas da criação da Polícia Feminina em São Paulo, o estudo revela que a despeito dos avanços observados na trajetória feminina, como a recente unificação dos quadros masculino e feminino na Polícia Militar e a chegada de algumas mulheres aos últimos postos da carreira, permanecem de maneira informal obstáculos à maior presença das mulheres em alguns setores da instituição, particularmente nas unidades operacionais especializadas, que se destacam como “guardiãs” da memória institucional da Polícia Militar e de seus heróis. Neste sentido, é possível sinalizar a existência de um zoneamento existente na instituição, no qual o efetivo feminino, que representa aproximadamente 10% do efetivo total, encontra-se empregado em grande parte nos setores administrativos, sob o argumento da maior compatibilidade entre as características físicas e psicológicas das mulheres e a natureza do trabalho interno, assim como na expectativa de que a maior presença feminina no trabalho ostensivo represente o enfraquecimento da autoridade policial, particularmente junto a grupos criminosos. Fundada em valores como “força” e “lealdade”, a identidade da Polícia Militar de São Paulo se mostra refratária a valores tidos como femininos ao mesmo tempo em que a instituição busca desenvolver processos de regulação interna que definem formas privilegiadas de ser homem e mulher. Se por um lado a imagem feminina na PM é constantemente utilizada para sinalizar o caráter moderno e democrático da corporação, por outro lado tende-se de forma ampla a reconhecer o emprego de policiais femininos em algumas atividades como ameaça de descaracterização do trabalho policial, não apenas em virtude da suposta menor capacidade física das mulheres para enfrentar os desafios do trabalho das ruas, mas da sua inclinação “natural” para a maior comunicação. A ideia bastante comum é de que a presença feminina representa o risco de comprometer os segredos da rotina policial, que envolve tanto protocolos informais de trabalho quanto o compromisso de proteção mútua entre policiais masculinos baseado na lealdade e no exercício heroico. Desse modo, este trabalho reflete não apenas sobre as representações sociais de gênero na Polícia Militar, mas sobre as suas possíveis implicações para a experiência objetiva e simbólica de homens e mulheres na polícia, assim como para os sentidos e expectativas em torno do papel das mulheres na área da Segurança Pública atualmente.

Palavras chaves: Representações Sociais; Gênero; Polícia Militar; Identidade; São Paulo.

ABSTRACT

The female presence in military institutions, whether in the Armed Forces or the Police, has emerged as a subject of studies in expansion in Brazil, particularly in the field of social sciences. Focusing on both the symbolic and objective aspects marking the female work in spaces traditionally dominated by men, this thesis analyzes the social representations of Military Police regarding the recruitment of women in Sao Paulo Military Police. This study, therefore, aims to reflect, from in depth interviews with 44 military Police men and Police women from different hierarchical rungs, as well as through ethnographic research and documentary analysis, on the directions of the female Police work in Sao Paulo Corporation, which was the first to admit women in Police functions in Brazil. After almost six decades since the creation of a Female Police Force in São Paulo, the study shows that in spite of the progress observed in the female trajectory, as the recent unification of the male and female career in Military Police with some women reaching the top jobs, it does remain some non-explicit obstacles to a greater presence of women in some sectors of the institution, particularly in specialized operational units, which stands out as "guardians" of the institutional memory of the Military Police and their heroes. In this sense, it is possible to detect the existence of a sort of zoning in the institution in which the female employees, representing approximately 10 % of the total workforce, are largely found in administrative sectors, under the argument of a supposed match between the physical and psychological traits of women and the nature of domestic work, as well as the expectation that the greater presence of women in ostensive service may lead to the weakening of the police authority, particularly before the criminal gangs. Founded on values such as "strength" and "loyalty", the identity of the Military Police of Sao Paulo shows itself refractory to values taken as female, at the same time that the institution seeks to develop processes of internal regulation defining preferred ways of being a man and a woman. If on one hand the image of women in MP is constantly used as a sign of the modern and democratic character of the corporation, on the other it is generally accepted that the placement of women in some activities of the police may decharacterize police work, not only because of their alleged reduced physical ability to face the challenges of the streets, but their "natural" gift for greater communication. A widespread notion has it that female presence may jeopardize routine secrets, involving both informal work protocols and the commitment to mutual protection between equals, founded on loyalty and heroic exercise. Thus, this work reflects not only on the social representations of gender in Military Police, but on the possible implications for the objective and symbolic experience of men and women in the police force, as well as to the meanings and expectations about the role of women in current Public Safety.

Keywords: Social Representations; gender; Military Police; Identity; Sao Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 Encontros e desencontros com o objeto ou como adentrar os muros dos quartéis: aspectos metodológicos da pesquisa.....	24
2 Estrutura do trabalho	44
Capítulo 1: A Polícia Militar de São Paulo e o encontro com o feminino na caserna..	49
1.1 Os “Anos Dourados” e as expectativas em torno das mulheres no Brasil.....	49
1.2 Hilda Macedo e a criação da Polícia Feminina: os ideais femininos na Polícia.....	61
1.3 Menores e subversivos: prioridades do trabalho feminino na PM de São Paulo .	105
1.4 Mudanças e continuidades do trabalho das mulheres na Polícia Militar: de “assistentes sociais” a concorrentes simbólicos	118
Capítulo 2: “A Rota é reservada aos heróis”: tradição, segredo e gênero na construção da identidade policial militar paulista	135
2.1 A PM de São Paulo e a doutrina da formação: diálogo com o “tempo de Tobias”	135
2.2 Honra, tradição e segredo: as unidades operacionais como reservatórios de sentido	163
2.3 Alberto Mendes Júnior: o “herói-símbolo” da Pmesp	189
2.4 Gênero e polícia: as mulheres e os aspectos de uma presença (in)desejável	206
Capítulo 3: Nem Quitéria nem Joana: mulheres, farda e usos da imagem na polícia militar	221
3.1 O corpo feminino e as dimensões simbólicas da farda: quando os contornos são “indesejáveis”	221
3.2 O batom como “arma”: identidade e usos da imagem feminina na PM	235
3.3 Incursões em campo: entre batons, chapinhas e palavras de motivação no Dia da Policial Feminino	282
Capítulo 4: Ser mulher na polícia: as expectativas de si e dos outros	305
4.1 Polícia, gênero e Representações Sociais	305
4.2 Família, educação, trabalho e as razões para o ingresso na PM	312

4.3 O que é ser policial?	335
4.4 Ser mulher e policial: experiências na profissão.....	348
4.5 As mulheres e as perspectivas na polícia	376
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	391
REFERÊNCIAS	413
APÊNDICES	429
Apêndice A – Termo de Consentimento Informado	431
Apêndice B - Perfil dos Entrevistados	433
ANEXOS	435
Anexo A – Organograma da Polícia Militar do Estado de São Paulo	437
Anexo B – Fixação de Efetivos da Polícia Militar do Estado de São Paulo: QCG - Estado-Maior - 1ª Seção	439

Aos meus pais, Aparecida e Manoel;
Aos meus sobrinhos, Pedro e Marcela;
À Polícia Militar de São Paulo e às “treze mais corajosas de 1955”.

AGRADECIMENTOS

Uma tese, como outras tentativas de apresentar respostas ao mundo, é um retrato possível de um tempo; é o encontro de tempos e mundos distintos, é convergência de saberes. Uma tese é soma, em muitos sentidos.

Nesse momento de despedida de uma etapa, agradeço às muitas vidas que povoam este trabalho e que foram essenciais para lhe dar sustentação, seja teórica e/ou afetiva. Muitas têm nome, outras tantas não. Sei que este trabalho expressa um pouco de todas elas.

Especialmente durante esse tempo de doutorado, que tantas vezes fez-me “sair do mundo”, como tão bem destaca um irônico e provocante texto de Mario Prata, sobre quem decide fazer uma tese, vivi uma fase de particulares desafios; encontrei, como tantas outras pessoas que se aventuram na pesquisa, dificuldades, incertezas, mas, certamente muito mais amor, apoio e esperança. Eu não saberia contar o número de pessoas que tornaram essa jornada mais leve. Na universidade, em rodoviárias, aeroportos, corredores, ruas e avenidas, além de outros espaços conhecidos, entre idas e vindas que assinalaram a pesquisa de campo, tive a chance de partilhar histórias, contar com a solidariedade e o apoio de amigos, conhecidos e anônimos, na busca de outras instâncias.

Assim, quero agradecer profundamente:

À minha orientadora, Professora Mariza Corrêa, pelo nosso feliz encontro, por esse período de singular aprendizado. Tive a felicidade e a honra de ser agraciado com a orientação segura e paciente de uma grande intelectual que sabe, como poucos, dizer muito com poucas palavras. Além disso, pude contar e aprender com as suas lições de generosidade. Esta tese, em grande parte, só foi possível porque, desde os primeiros momentos, a Professora Mariza se mostrou sempre muito sensível às dificuldades de se cursar doutorado grande parte do tempo trabalhando, tendo contribuído de maneira decisiva para minimizá-las. Assim, espero que esta tese consiga corresponder em certa medida a sua confiança, paciência e precisa orientação;

À Polícia Militar do Estado de São Paulo, especialmente aos Comandos do Coronel Álvaro Batista Camilo e do Coronel Benedito Meira, que autorizaram a realização desta pesquisa e, através das diferentes unidades, permitiram-me o acesso a fontes e o encontro

com o cotidiano da corporação militar paulista. De maneira especial, agradeço a todos os entrevistados(as), mulheres e homens que venceram desconfianças e pararam suas atividades, em meio a demandas de uma agitada rotina, para contribuir com o meu trabalho e de algum modo refletir sobre os seus lugares na corporação e no mundo;

À equipe do Centro de Comunicação Social da Pmesp (CComSoc), que me auxiliou diretamente no contato com diferentes unidades da instituição, disponibilizando dados importantes. Agradeço principalmente ao apoio da Coronel Aparecida Yamamoto, das Capitães Rosemeire e Ana Cláudia e dos Sargento Daniel, Arlinda, Ana Rosa, entre outros;

De outros setores da corporação, agradeço também a Tenente-coronel Érika Bergamo, a tenente Karin Yuki, às Capitães Tânia Pinc e Shirley Maronez, pelo exemplo de profissionalismo e simpatia;

No Museu da Polícia Militar de São Paulo tive acesso a um rico e organizado acervo sobre a história da instituição, especialmente da Polícia Feminina, e pude contar com a companhia agradável de excelentes profissionais. Agradeço ao então diretor da instituição, Cel. PM Álvaro Guimarães, aos soldados PM José Carlos de Oliveira, Irenilde Machado Romeiro e Magno Sérgio dias Pereira; a cabo PM Marcia Aparecida Saragoça Prado; ao Sargento PM Lenir Celestino Moura; a senhora Sonia Maria Alberto Amorim e ao Cel. PM José Paulo, dedicado pesquisador da história da Pmesp e que me repassou dados importantes;

Nas dificuldades, encontrei alento no amor da minha família, especialmente dos meus pais, Aparecida e Manoel; dos meus irmãos, Marta, Marcelo e Moisés; do meu padrasto, Simeão; e dos meus sobrinhos, Pedro e Marcela. A pequena chegou já na fase final, trazendo mais alegrias e esperança. Todos eles acompanharam as minhas constantes idas e vindas à Campinas ou à São Paulo, sendo fonte de estímulo. Cada um soube expressar confiança e servir de estímulo para que eu pudesse concluir esse projeto, que de algum modo estreita o contato de gerações de minha família com a história paulista;

Às queridas amigas Suely Sobral, Vilma Quintela e Luciana Sabino, pelo carinho e torcida. Suely Sobral, particularmente, tem uma importância muito grande na minha formação, quando, ainda graduando, participei durante alguns anos de seminários de formação e reuniões clínicas do Instituto Freudiano de Orientação Lacaniana (IFOL). Sua

inteligência espirituosa e generosidade marcantes são fontes para mim de constante aprendizado e orgulho;

Aos amigos Vanessa Oliveira e Isaac Choi, pela carinhosa acolhida em 2013, assim como pelo carinho mútuo que se mantém a distância ao longo dos anos. Com Vanessa compartilho projetos e sonhos desde a graduação e a ela devo a “cobrança” que me levou a fazer a seleção para o doutorado na Unicamp, assim como pela leitura, crítica e sugestões sempre pertinentes ao que escrevo. Separados por muitas “milhas”, seguimos marcados pela saudade;

À amiga Alessandra Barbosa, companhia mais que agradável, sou devedor do carinho e do cuidado. Lembro que ela me acompanhou em uma das primeiras incursões em campo, quando assistimos sob chuva o desfile cívico-militar de 7 de Setembro de 2010, no sambódromo de São Paulo. Um começo e tanto de pesquisa! Alessandra ouviu com muita paciência desde Barão Geraldo minhas referências constantes aos achados de campo, apresentou questões, leu com atenção grande parte desta tese, mesmo quando estava sob a urgência da escrita do próprio trabalho. Muito obrigado!

Aos amigos da Renaesp/SE, Gleise Rocha Passos, Christine Jacquet, Eufrázia Menezes, Rebecca Massonetto, Joelina Menezes e Denise Albano por construírem um dos espaços mais prazerosos e ricos de trabalho. Sou especialmente grato a Joelina e a Denise por compreenderem a minha necessidade de afastamento por longos meses e pelas demonstrações constantes de amizade e confiança, sobretudo em momentos difíceis. O estímulo que recebi durante a fase do doutorado foi essencial, assim como tem sido crescente a minha admiração pelo compromisso e seriedade de ambas com a pesquisa, a oferta de ensino de qualidade nas universidades e as discussões no campo da Segurança Pública;

Aos amigos Cristina, Mércia, Unilton, dona Arnalda, Sr. Adalberto, enfim, a toda família Dantas, que se tornou durante esses anos também a minha família. Sou grato pela amizade e momentos de grande alegria;

A Waldete Rolim e Léa Chagas, grandes amigas, com quem partilho há muitos anos encontros sempre agradáveis em infindáveis conversas, assim como à amiga Joceneide Cunha, com quem tenho partilhado bons momentos e que foram fundamentais para

diminuir a “tensão pré-encerramento de tese”. Agradeço, também, pelo apoio na formatação dos gráficos e tabelas, trabalho que contou com a importante ajuda de Jamilly Laureano;

Aos amigos Elaine Lima, Cleverton Barros e Elaine Lopes, pela generosa acolhida e pelos momentos agradáveis em terras paulistas; aos amigos Waldefrankly, Edna, Mário, pelo apoio, caronas, hospitalidade, empréstimos de livros e pelos momentos essenciais de descontração;

Aos amigos da Pmse e da Assimusep/SE, como Patrícia Rodrigues, Svetlana Barbosa, Liliane Monteiro, Carla Cavalcante, Mariano Nunes, Carlos Eduardo Bezerra e Adriano dos Anjos, assim como a Andréa Mendes, com grande saudade de nossos divertidos passeios;

Aos membros do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (Gepec), através, respectivamente, das coordenadoras na época, Leila Mezan Algranti e Maria Cristina Martins pela oportunidade de participar da missão de trabalho no Pagu, como resultado do convênio de cooperação técnico-científica, firmado entre a UFS e a Unicamp no primeiro semestre de 2010;

Aos meus orientadores de mestrado, Professores Tâmara Oliveira e Paulo Neves, assim como ao Professor Rogério Proença, pelas cartas de recomendação. Embora eu tenha optado pelas Ciências Sociais e não pela Antropologia Social, as demonstrações de confiança que recebi naquele momento foram bastante importantes;

À Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFS e à Capes, pelas cotas de bolsa do programa Thesis que recebi e que foram muito importantes para viabilizar a transcrição de entrevistas, realizadas de forma dedicada e competente por Manoela e Alessandra, assim como para o trabalho de formatação, realizado com dedicação e carinho por Ângela Monteiro. Agradeço também aos colegas de trabalho, do Departamento de Dança, Campus Laranjeiras, que foram sensíveis aos meus pedidos de liberação ao longo do doutorado, tanto na missão de trabalho na Unicamp quanto recentemente com a aprovação do meu pedido de licença para concluir a escrita da tese. Aos meus ex-alunos das disciplinas Sociologia I, Antropologia I e Antropologia do Corpo;

Aos colegas de disciplinas da turma do doutorado em Ciências Sociais de 2010 e que acabou se tornando a minha turma. Agradeço a José Carlos Mendonça, Renata Florentino, Tadeu Teixeira, Tiago Jacaúna, Marcelo Campos, João Paulo Ayub, Joyce Gotlib, Verônica Ferreira, Tiago Duque, Jaqueline Pereira e à querida Vilênia Porto, por nossas conversas sempre animadas e por nossa, nem sempre segura, disposição de, frente a algum problema, “deixar para pensar amanhã”;

Aos professores das disciplinas do doutorado, pelas importantes discussões: Valeriano Mendes, Adriana Piscitelli, Bibia Gregori, Angela Araújo, Karla Bessa, Márcia de Paula Leite, Maria Rosa Lombardi e Margareth Rago;

Aos funcionários da Maria Rita, Jadison Freitas e Reginaldo Nascimento, pelas orientações, esclarecimentos e importante apoio que recebi em diferentes momentos do curso;

Agradeço aos Professores Guita Debert e Sérgio Adorno, pelos ricos comentários e sugestões durante a qualificação de tese, assim como à Professora Iara Beleli pelas observações ao meu texto durante o Seminário de Tese em 2011 e que muito me ajudaram a repensar meu posicionamento sobre algumas categorias do trabalho;

Por fim, agradeço aos membros da Comissão Julgadora por terem aceitado o convite para avaliar este trabalho e pelas considerações apresentadas.

[...] a moça só tinha de ser ela mesma. Ah, mas o que é ‘ela mesma’? Quer dizer, o que é uma mulher? Juro que não sei. E duvido que vocês saibam. Duvido que alguém possa saber, enquanto ela não se expressar em todas as artes e profissões abertas às capacidades humanas.

Virginia Woolf (2012).

INTRODUÇÃO

Em poucas palavras, digamos que, sem ser forçosamente participante ou ator – tal como o exigem certas metodologias – há certa interação, que logo se estabelece entre o observador e seu objeto de estudo. Há convivência; às vezes, cumplicidade; diríamos mesmo que se trata de empatia (al. *Einfühlung*). *Talvez seja isto o que constitui a especificidade de nossa disciplina*. A compreensão envolve generosidade de espírito, proximidade, ‘correspondência’. É justamente porque, de certo modo, ‘somos parte disso tudo’ que podemos apreender, ou pressentir, as sutilezas, os matizes, as descontinuidades desta ou daquela situação social. (...) Claro está que é preciso segurar as rédeas com firmeza, pois sua índole própria pode ser arrebatada e imoderada; mas, é preciso ainda que não se venha a reprimi-la integralmente. A verdadeira ‘invenção’, isto é, saber achar o que já existe, só assim pode ser consumada.

Michel Maffesoli (2007, p. 48-9).

No início da tarde chuvosa do dia primeiro de janeiro de 2011, uma multidão aguarda a chegada da presidente eleita para a cerimônia de posse. Repórteres e cinegrafistas do país e de várias outras partes do mundo posicionam-se para captar as primeiras imagens da futura governante, enquanto sob um mar de guarda-chuvas e sombrinhas, militantes e curiosos aglomerados ao longo do trajeto param para testemunhar, assim como milhões diante de aparelhos de televisão, um momento especialmente emblemático na história do Brasil, no seu mais recente reencontro com a democracia.

O comboio que faz a segurança da futura Chefe de Estado brasileira, desde a Residência Oficial do Torto, estaciona em pouco menos de vinte minutos em frente à imponente e moderna Catedral Metropolitana de Brasília para a mudança de veículo que a levará em desfile pela Esplanada dos Ministérios até o prédio do Congresso. Com chuva mais intensa, o cerimonial e a equipe de segurança acertam os detalhes para que a presidente, acompanhada de sua filha, embarque no clássico modelo *Rolls Royce*, de onde, seguida pela ajudante de ordens, uma oficial da Marinha em fardamento de gala, a presidente acena para a multidão ao dirigir-se para o discurso e juramento de posse no Congresso Nacional, já repleto de autoridades e convidados.

Ao lado do veículo, policiais se posicionam como parte do grande esquema de segurança montado, que envolve, segundo informações repassadas pela imprensa, um

efetivo com cerca de 3.800 integrantes das Forças Armadas e das polícias federal, rodoviária federal, militar e civil. Logo à frente, a Escolta de Batedores, formada por 12 motociclistas, abre o desfile, seguida pela comitiva levando a presidente e o vice-presidente, vindo por último um grupamento montado com 110 militares em trajes históricos do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército, os tradicionais “Dragões da Independência”. Na passagem do carro que a conduzirá da frente da catedral para o embarque no clássico automóvel modelo inglês, os narradores ao vivo chamam a atenção para um aspecto diferencial na equipe responsável pela segurança da presidente: fato inédito em posses presidenciais no Brasil, seis policiais femininas da Polícia Federal vestidas com ternos escuros e com os cabelos presos em “rabos de cavalo”, teriam sido escolhidas pela própria presidente para fazer a sua segurança durante o desfile.

A imagem das policiais correndo sob a chuva ao lado do carro presidencial, destacando-se ao fundo os acenos de populares em meio a faixas e bandeiras de partidos políticos, expressa o caráter simbólico da cena, marcada pelo interesse do novo governo em assinalar aquele momento como uma conquista mais ampla das mulheres, um público cada vez mais cobiçado nas últimas eleições. A posse da primeira mulher eleita para o cargo em pouco mais de 120 anos de regime republicano e, em seguida, a definição da equipe do novo governo, que das 37 pastas passariam a ter como titulares 09 mulheres¹, maior número entre todos os governos eleitos, visava assim conferir maior destaque à presença do público feminino na cena pública ao mesmo em que sinalizava que esta poderia ser uma das principais iniciativas da nova administração.

¹ Foram nomeadas titulares de Ministérios ou secretarias especiais de governo na ocasião: 1) Helena Chagas (sem partido), Secretaria de Comunicação Social; 2) Izabella Teixeira (sem partido), Ministério do Meio Ambiente; 3) Ana de Hollanda (sem partido), Ministério da Cultura; 4) Iriny Lopes (PT-ES), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 5) Luiza Helena de Bairros (PT), Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; 6) Mirian Belchior (PT-SP), Ministério do Planejamento; 7) Tereza Campello (PT), Ministério do Desenvolvimento Social; 8) Ideli Salvatti (PT-SC), Ministério da Pesca; e Maria do Rosário (PT-RS), Secretaria de Direitos Humanos. A participação feminina no primeiro escalão do governo seria ampliada no mesmo ano com a substituição de Antonio Palocci, da Casa Civil, pela senadora Gleisi Hoffmann. Das trocas de titular ao longo da gestão, destaca-se a saída de Ideli Salvatti do Ministério da Pesca para o lugar de Luiz Sergio de Oliveira na Secretaria de Relações Institucionais. Marta Suplicy e Eleonora Menicucci de Oliveira substituíram, respectivamente, Ana de Holanda e Iriny Lopes, nos Ministérios da Cultura Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em 2012, ocorreu ainda a nomeação de Maria das Graças Foster na presidência da Petrobras, maior empresa estatal brasileira.

A presença feminina na posse de Dilma Rousseff, como uma marca importante da diferença em sua segurança², apesar do questionável impacto que tenha trazido para a melhoria das condições de trabalho das brasileiras e para a diminuição das assimetrias de gênero desde que assumiu o país, seguramente lançou luz com maior ênfase sobre dois campos sociais tradicionalmente masculinos, ou seja: a política e a polícia³. Se não provocou mudanças substanciais, a sua assunção ao cargo, bem como o emprego de policiais femininos no primeiro grande evento do nascente governo, serviu para dar maior visibilidade a discussões de gênero nos espaços públicos e para inspirar importantes iniciativas nos Estados, tanto naqueles chefiados por aliados do governo quanto naqueles comandados por membros da oposição, que passaram em sua maioria a discutir e/ou implementar mudanças para a ampliação da presença feminina no campo policial e nas chefias do órgãos públicos, por exemplo.

Um exemplo dessa tendência está expresso na matéria publicada pelo site G1 ainda em fevereiro de 2011, sob o sugestivo título: “Mulheres ganham espaço e cargos estratégicos no escalão da polícia”⁴, sinalizando o número significativo de mulheres que assumiram a partir de 2011 ou pouco tempo antes importantes postos de comando nessas corporações. A matéria seria acompanhada por outras publicações como entrevistas com essas policiais e que teriam como finalidade explicar as razões para terem sido escolhidas para os cargos, desde o estilo de comandar até informações sobre a vida familiar e sobre

² A observação feita por um dos jornalistas encarregados da cobertura da posse na maior emissora de canal aberto do país revela uma preocupação inusitada sobre a atuação das policiais que acompanham na chuva o carro presidencial: “o que será que as seguranças que correm ao lado estão calçando, hein? Eu não consegui saber se é sapato mesmo tradicional ou se é tênis preto. Seria bem conveniente que fosse tênis preto, né?”. Possivelmente, o jornalista estava preocupado com as implicações que uma escolha inadequada do calçado poderia representar para o desempenho das mulheres durante o trabalho de segurança. A descrição da primeira parte da posse contida nesta introdução foi elaborada com base no registro da cobertura disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ID1q50r2sBM>, página acessada em 22/12/2013.

³ O termo polícia, segundo Marcos Rolim (2006), tem sua origem na expressão grega *politeia*, utilizada para fazer referência à “arte de governar a cidade” ou de lidar com a “coisa pública”. Em latim, a expressão para designar ações semelhantes passou a ser *politia*, que originou na língua portuguesa moderna a palavra “polícia”. De acordo com Arthur Trindade Maranhão Costa (2004), os termos polícia e política possuem, portanto, uma raiz comum, referindo-se ambas à gestão da cidade, à constituição da autoridade coletiva, sendo por isso impossível dissociá-las. Conforme assinala o pesquisador, “a idéia de polícia está intimamente ligada à noção de política. Não há como dissociá-las. A atividade de polícia é, portanto, política, uma vez que diz respeito à forma como a autoridade coletiva exerce seu poder”.

⁴ Distante de encarar como uma conquista dessas mulheres, em geral com muitos anos de carreira e bons serviços prestados nas instituições, o título apostava na definição dos cargos como uma tendência ou “prêmio” dado a elas pelos respectivos governos.

gostos pessoais. A partir de então, alguns nomes viriam a se tornar conhecidos no cenário nacional, a exemplo da Chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Marta Rocha; a Major Priscilla de Azevedo, da Pmerj; a Coronel Fátima Dutra, da Pmesp e a Coronel Luciene Magalhães da Polícia Militar de Minas Gerais, entre outras⁵.

Além do aumento da presença feminina nos cargos de Comando, ainda hoje bastante limitada, a imprensa conferiria também atenção aos dramas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres no campo da Segurança Pública, como a morte da policial Fabiana Aparecida de Souza⁶, após ataque de criminosos à base onde trabalhava no recém-inaugurado posto da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no Complexo do Alemão; e a prisão da policial Ediana, da Polícia Militar de Sergipe, por ter se afastado poucos metros de onde trabalhava para utilizar o banheiro da própria casa, uma vez que o posto onde cumpria serviço na ocasião não dispunha de um exclusivo para mulheres⁷.

⁵ Em 2011, três oficiais do Exército brasileiro se tornaram aptas a galgar o posto de general, o último na carreira militar no Exército e até então exclusivo aos oficiais masculinos. Pela primeira vez, três mulheres estiveram entre os formandos do curso da Escola de Comando e Estado-Maior, requisito indispensável para a promoção a general. Fonte: “Exército – mulheres rompem barreiras e agora podem ser generais”: <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/3829/exercito---mulheres-rompem-barreiras-e-podem-agora-ser-generais>, página consultada em 10/01/2014. Na Marinha do Brasil, primeira das Forças Armadas a permitir o ingresso de mulheres em seus quadros, registrou em 2012 a ascensão de Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de contra-almirante, sendo a primeira no país a alcançar essa posição, equivalente ao de general de duas estrelas no Exército. Fonte: Primeira mulher general do Brasil toma posse na segunda-feira no Rio, <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/militar-do-rio-sera-primeira-mulher-general-do-brasil-20121123.html>, página consultada em 10/01/2014.

⁶ A policial, que tinha quatro meses de corporação, foi morta no dia 23 de julho de 2012, após confronto entre policiais e traficantes. O corpo da soldado foi enterrado dois dias depois com honras militares: salva de tiros e canções executadas pela banda marcial da PM. Estiveram presentes autoridades como a delegada Chefe da Polícia Civil, o Comandante Geral da PM e o Comandante das Unidades de Polícia Pacificadora. A respeito da morte da policial, o Comandante Geral da PM, Eriq Costa Filho, declarou na ocasião: “Foi uma perda irreparável para a PM e para o Estado. Toda perda é difícil, mas perder uma policial feminina é ainda mais emblemático e mais triste”, revelando assim uma das representações importantes e que explica o receio do emprego de mulheres em atividades operacionais, como discutirei ao longo do trabalho. Fonte: Jornal Estado de S. Paulo, 25 de julho de 2012: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,corpo-de-policial-morta-em-ataque-a-upps-e-sepultado,905323,0.htm>, página consultada em 14/01/2014. A Presidente Dilma Rousseff, frente a grande repercussão da morte da policial, publicou nota lamentando o ocorrido e se solidarizando com a corporação policial e à família de Fabiana. Conforme trecho da nota: “Fabiana abraçou essa causa e nos deixou a certeza de que outros braços a sucederão, com o mesmo empenho, para consolidar cada vez mais o sucesso das UPPs. A paz vencerá, não há retorno”. Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/dilma-morte-de-pm-em-ataque-a-upp-foi-sacrificio-pela-paz.b0514cb8511da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>, página consultada em 14/01/2014.

⁷ Ediana recebeu voz de prisão em flagrante por ter se afastado do posto onde trabalhava para, segundo notícia publicada pelo jornal Estado de S. Paulo em abril de 2011: “fazer xixi em casa”, duzentos metros distante do local do serviço. Segundo o texto jornalístico, a militar foi levada para o Presídio Militar (Presmil), mas, como não há alojamento feminino no local, foi transferida para o Quartel do Comando Geral (QCG), no

As matérias, ao focar a trajetória e as expectativas dessas profissionais, revelariam também as dificuldades por elas enfrentadas, como ausência de estrutura adequada de trabalho, dificuldades para ascender aos últimos postos da carreira e o preconceito enfrentado tanto externamente quanto dos próprios colegas de trabalho, como afirma Norma Bonaccorso, nomeada Superintendente da Polícia Técnico Científica de São Paulo em 2013. A entrevista evidencia quais teriam sido as principais razões para a sua nomeação, ou seja, destacada formação acadêmica e disposição para efetivar mudanças drásticas no órgão⁸. Além disso, não poderia ser desprezado o possível o interesse do atual governo do Estado de S. Paulo em ampliar a participação feminina na administração com vistas às eleições futuras. Segundo texto do Jornal Folha de S. Paulo, de 01 de janeiro de 2014, Norma chegou à superintendência “como um trator. Afastou cerca de dez pessoas suspeitas de corrupção, conseguiu R\$24 milhões do governo para reformas e aumentou o número de cargos em 64% - não havia concursos para vagas novas desde 1986”.

A entrevista é um bom indicador dos principais aspectos que assinalam a experiência das mulheres em corporações policiais, especialmente daquelas que ocupam os postos de comando e concorrem diretamente com os colegas masculinos por espaços de poder e reconhecimento na área. Aspectos que envolvem gerenciamento da vida privada, casamento, maternidade, cuidados com a imagem, concepções de gênero, preconceito e estilo de comandar costumam ser explorados, denotando as tensões e expectativa em torno das experiências femininas, como revelou em entrevista a delegada Elisabete Sato, logo após ter assumido a direção do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia

centro de Aracaju. Anteontem, saiu depois de um habeas corpus pedido pela Associação Integrada de Mulheres da Segurança Pública de Sergipe. Ontem, [06 de abril de 2011] Ediana voltou ao trabalho, mas em outra unidade. A presidente da associação, Svetlana Barbosa da Silva, disse que a tropa está indignada com o caso. Já Donald [Capitão Donald Antônio Araújo Costa, responsável pela prisão de Ediana] informou, por meio da Assessoria de Comunicação da PM, que apenas cumpriu o previsto no Regime Disciplinar do Exército (RDE), usado pela polícia sergipana”. Para maiores detalhes, ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,pm-de-sergipe-e-presa-por-sair-para-fazer-xixi,702837,0.htm>, página consultada em 10/01/2014. Após mais de dois anos respondendo a processo criminal, Ediana foi absolvida por 4 votos a 1, num julgamento pontuado por discursos bastantes representativos das dificuldades postas à assimilação da presença feminina nas policiais militares.: <http://www.ufs.br/conteudo/caso-ediana-nega-g-nero-12652.html>, página consultada em 10/01/2014.

⁸ Com 54 anos, Norma, segundo a matéria, “é dona de um currículo que une formação em biologia com doutorado em direito penal. Tudo feito pela USP”. “‘Tem de me engolir’, afirma 1ª chefe de polícia de São Paulo”. Folha de S. Paulo, 01/01/2014. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1392046-tem-de-me-engolir-afirma-1-chefe-de-policia-de-sao-paulo.shtml>, página consultada em 10/01/2014.

Civil de São Paulo (DHPP). Na entrevista, na qual Elisabete é apresentada como “A chefona da Polícia”⁹, ela afirma que os chamados testes de competência seriam muito comuns no universo policial, onde as mulheres são instadas e demonstrar que são melhores que os colegas homens. Uma exigência que não estaria dissociada da manutenção de uma imagem séria, mas nem por isso menos “feminina”, como faz questão de expressar o texto quando fala da família, da rotina da delegada e da decoração da sua sala de trabalho: “Todos os dias, ao sair do trabalho, prepara o jantar para o marido e, enquanto as panelas estão no fogo, aplica um creme de tratamento nos cabelos castanhos. Aos sábados, faz as unhas e, quando consegue, vai ao cinema. ‘Antes de me conhecer, meu marido via muitos filmes-cabeça. Agora, tudo tem metralhadora e tiro’, diz, aos risos, na sala onde despacha, no quinto andar do DHPP, no centro de São Paulo. A sisudez do piso e das paredes de madeira é quebrada por um sofá vermelho-sangue e inúmeras corujinhas espalhadas pelo ambiente”. Espécie de preocupação comum entre as policiais que ocupam cargos estratégicos na área, onde frente às pressões de um campo masculino, parte importante delas busca apresentar as marcas de uma “diferença”, sem com isso colocar em risco, em razão de possíveis “excessos”, o respeito de colegas e subordinados. Aspecto presente na frase que utilizo como título geral desta tese. Como se verá ao longo do trabalho, há muitas demandas em “sou policial, mas sou mulher”¹⁰.

⁹ “A chefona da Polícia – pela primeira vez na história, uma mulher dirige o departamento que investiga os assassinatos mais escabrosos de São Paulo. Seu nome é Elisabete Sato”. Jornalista Adriana Negreiros. In: Claudia entrevista. Claudia, Nº 3, Ano 52, Março de 2013, p. 156-159. Os aspectos da intimidade são muito frequentemente explorados nas reportagens e entrevistas com policiais femininos e algo pouco comum quando se trata de policiais do sexo masculino. Nesse caso, há uma tendência mais forte em explorar o processo de formação escolar, percepções sobre políticas de gestão, filiação a correntes teóricas e/ou políticas, assim como as experiências profissionais em outros órgãos ou setores. Um exemplo interessante de uma abordagem comum reservada às mulheres da segurança pública é o título da entrevista com a Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro: “Marta Rocha: ‘Sou namorada, mas casei com a polícia’”. Publicada em 13 de abril de 2011, assinala como trecho inicial da entrevista: “Nome de miss, signo de Touro, fê em Nossa Senhora. Escolhida para chefiar a Polícia Civil do Rio de Janeiro, Martha Rocha conjuga força e delicadeza. Como a presidenta e suas ministras, reflete um Brasil que agora vê no gênero feminino mais do que um colo materno. Sua missão: chefiar 12 mil homens, resgatar a paz no cartão-postal mais violento do país e — sobretudo — acabar com a corrupção dentro da própria polícia”. Fonte: Revista Marie Claire, 13/04/2013. Jornalista Marina Caruso. <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI225482-17735,00-MARTHA+ROCHA+SOU+NAMORADEIRA+MAS+CASEI+COM+A+POLICIA.html>, página consultada em 20/01/2014.

¹⁰ A frase, que já havia aparecido em outros momentos durante a pesquisa de campo, chamou de forma mais clara minha atenção quando assistia um dos vídeos disponíveis no Youtube sobre mulheres na polícia. O vídeo em questão é uma entrevista feita por uma das repórteres do programa Plano Feminino, exibido pela

Não por acaso, Norma afirma na outra entrevista, ao ser questionada sobre possível preocupação com as próprias roupas, em razão do ambiente de trabalho ser masculino:

Eu procuro usar roupas que não marquem o meu corpo. Quero que prestem atenção no que eu falo, não no meu corpo. Eu nunca quis chamar atenção para o meu corpo, mas sim para aquilo que sou. Eu sempre uso roupa mais larga. Aqui no Brasil a gente é assim meio açougue [risos] [...].¹¹

Na mesma entrevista, ela prossegue discorrendo sobre a realidade de ser mulher na polícia. Quanto ao preconceito velado que desde cedo disse enfrentar no campo profissional, ela foi taxativa: “manda vir falar comigo que eu quero ver se tem peito. Não tem peito”¹².

Apresentando os desafios de atuar em contextos hegemonicamente masculinos, as policiais aos poucos revelam um cotidiano pouco conhecido do grande público no país, onde a Segurança Pública, embora tema de crescente interesse da população, constitui ainda um campo dominado pelo silêncio e pelo segredo, fria herança da longa experiência autoritária pela qual passou o país. O reflexo maior dessa experiência seria o que Marcos Rolim (2006, p. 37) definiu como “síndrome da rainha vermelha”, ou seja, o esforço policial caracterizado pelo modelo reativo de atuação, segundo o qual “‘corre-se’, assim para se permanecer onde está, diante das mesmas perplexidades e temores”. Porém, a despeito da lógica militar, bastante influente no meio policial, o campo da segurança pública tem cada vez mais se confrontado com as marcas da diferença, tanto interna quanto externamente, o que tem provocado reações ao trabalho policial no país e as

Band do Paraná, com uma policial do Pelotão de Choque da Polícia Militar daquele estado em 2012. Ao ser entrevistada, a policial mencionou alguns dos aspectos que segundo ela marcam o trabalho feminino no policiamento ostensivo, desde o respeito e apoio dos companheiros de farda, a igualdade de condições nos treinamentos, quanto o preconceito ainda existente em relação ao emprego de mulheres no campo policial, segundo ela, em processo de redução na medida em que as policiais se tornam menos raras no trabalho de rua. Diante da pergunta sobre vaidade e imagem policial, feita a partir da observação da repórter sobre uso de rímel, outros cuidados com a beleza e a apresentação de uma postura séria por parte da soldado, ela responde: “Sempre tem que manter uma postura, né, quando eu tô fardada, mas eu não saio de casa sem passar um rímel e um batom, então a vaidade ainda, né? **Eu sou policial, mas sou mulher**”. Fonte: http://www.youtube.com/watch?v=c5_TMWo4XKc, página consultada em 10/01/2014.

¹¹ “‘Tem de me engolir’, afirma 1ª chefe de polícia de São Paulo”, Folha de S. Paulo, 01/01/2014. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1392046-tem-de-me-engolir-afirma-1-chefe-de-policia-de-sao-paulo.shtml>, página consultada em 01/01/2014.

¹² Idem.

movimentações em torno de reformas nos órgãos de segurança, com apoio de alguns setores dessas instituições, como é o caso da PEC-51 em torno da desmilitarização das polícias militares e mudança na “arquitetura institucional da segurança pública”¹³.

Desde a chegada em maior número do público feminino às fileiras policiais, as discussões sobre a presença feminina nessas corporações têm emergido como um tema de estudo em expansão no Brasil, particularmente no campo das ciências humanas e sociais, preocupado em revelar tanto os aspectos institucionais quanto simbólicos que assinalam o trabalho feminino nesses espaços tradicionalmente masculinos. Quando observada a produção acadêmica sobre a Segurança Pública e, de modo específico, sobre instituições policiais, é possível afirmar, contudo, que são poucos os trabalhos que tenham se voltado para a análise sobre as relações de gênero nessa seara. De modo geral, as pesquisas sobre gênero e instituições policiais, militares ou não, constituem ainda um campo marcado por produção acadêmica reduzida no Brasil, diferente da experiência de países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros, onde a discussão de gênero encontra-se em posição mais avançada com um número muito maior de estudos e de núcleos de pesquisa.

Do conjunto dessa produção internacional sobre o tema, é possível citar o artigo de Carol Archbold e Dorothy Schulz (2012), que aborda a história das mulheres policiais nos Estados Unidos, ressaltando assim como se deu a ampliação da presença feminina nas polícias no contexto norte-americano e as principais características dessa participação, ao

¹³ A PEC-51 foi apresentada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e conta com o apoio de organizações não-governamentais e especialistas na área de segurança pública e direitos humanos, como o antropólogo Luiz Eduardo Soares. A perspectiva da Proposta é possibilitar alterações profundas na arquitetura institucional da segurança pública, ainda fortemente orientada pelos preceitos das Forças Armadas e da experiência autoritária pós-golpe de 1964. Dentre os pontos mais importantes da PEC-51 estão a desmilitarização, a constituição de uma carreira única na polícia, a definição de um ciclo completo do trabalho policial, maior autonomia dos estados na área e instituição de mecanismos mais eficazes de controle interno e externo do trabalho policial. No campo das iniciativas em favor da melhoria do trabalho policial, o sociólogo Sérgio Adorno destacou as ações anunciadas pelo governo de São Paulo recentemente e que preveem plano de carreira para os policiais militares, contratação de servidores para os setores administrativos da PM e incentivos salariais associados ao engajamento dos policiais na redução de crimes. Ações que colaboram, mas ainda assim, segundo Adorno, não buscam resolver questões fundamentais na área como o sentido da formação policial e a configuração do plano de carreira dos policiais, além de ações que busquem enfrentar a impunidade sem reduzi-las ao aumento desenfreado do encarceramento, mas a quantidade e qualidades das investigações. Fonte: ADORNO, Sérgio. Faltou combinar: Colaboração entre governos evitaria ação violenta da Polícia Civil na Cracolândia, afirma sociólogo, **Estadão**, 25 de janeiro de 2014. In: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos.faltou-combinar.1122839.0.htm>, página acessada em 25/01/2014.

tempo em que apresenta um panorama atual e das perspectivas para o público feminino na profissão, cujas primeiras experiências de trabalho remontam ao final do século XIX.

A história das mulheres nas ações de policiamento iniciou na região oeste do país nos anos 1870, quando mulheres passaram a ajudar os maridos, eleitos como xerifes nos seus respectivos condados. Uma década após, ingressaram nos departamentos de polícias com o objetivo de cuidar de mulheres e crianças sob a custódia da polícia, num período marcado por ideias progressistas e práticas higienistas nas quais o trabalho feminino possuía um forte caráter assistencial. Esse aspecto também é destacado por Frances Heidensohn e Jennifer Brown (1999) no artigo *Global networks and women in policing*, segundo o qual as mulheres no desempenho de atividades policiais foram orientadas para o atendimento em três áreas principais: a) proteção ou custódia de mulheres no sistema de justiça criminal, principalmente nas prisões; b) cuidado e orientação de mulheres em contextos de pobreza extrema, alcoolismo e prostituição; c) orientação moral e preservação dos costumes sociais e de obras públicas a partir de preceitos religiosos e de ações de caridade.

De acordo com Archbold e Schulz (2012), foi após a Segunda Grande Guerra que houve mudanças mais expressivas, significando o início de uma fase na qual as mulheres deixaram de exclusivamente atuar em ações sociais e de proteção, para participar de trabalhos de investigação, muitas vezes ao lado de policiais masculinos. Período que corresponde à busca feminina por ascensão na carreira e que fez das décadas seguintes uma fase de ampliação da participação feminina e de diminuição das assimetrias entre os gêneros, resultado de políticas afirmativas importantes para as mulheres. Os autores destacam, nessa direção, a tendência atual de crescentes semelhanças entre policiais masculinos e femininos, resultado possivelmente da maior presença de mulheres no campo policial, de mudanças nos processos de formação, assim como ênfase no policiamento comunitário nas últimas décadas, em detrimento do modelo tradicional de policiamento focado nas ações de “combate” ao crime.

Nessa mesma perspectiva histórica, é possível citar o trabalho de *Women Police: Gender, Welfare and Surveillance in the Twentieth Century*, de Louise A. Jackson (2006), que analisa como se deu o processo de inserção de mulheres em atividades policiais no

Reino Unido e os critérios que conformaram as trajetórias femininas na polícia desde as primeiras experiências durante a Primeira Guerra Mundial, passando pela integração nos anos 1970 até o final do século XX. A pesquisadora evidencia, a partir de uma perspectiva histórica e centrada na análise do cotidiano das policiais, inicialmente norteadas por um papel saneador e assistencial destinado ao cuidado de crianças vítimas de abuso e negligência, em casos de violência sexual e prostituição, como elas criaram uma identidade profissional particular em relação aos colegas masculinos, a despeito do discurso centrado na igualdade no campo policial.

Neste sentido, o recente trabalho de Tim Prenzler e Goergina Sinclair (2013), apresenta, a partir de levantamento de dados em países de língua inglesa de diferentes continentes, a composição por gênero no campo policial, de modo a analisar o crescimento da participação feminina e a atual situação das mulheres policiais nesses países. Nesse estudo, os autores indicam, por exemplo, a existência de situações bastante distintas, de modo que a presença feminina oscila entre 5% e 28,8% entre os países, sendo a Índia o contexto que apresenta o pior resultado.

Apesar da precariedade das informações disponíveis sobre a composição por gênero das corporações policiais em muitos países, que sugerem a necessidade de melhoria das estatísticas dessas instituições baseadas em gênero, os dados indicam que houve uma ampliação significativa da presença feminina desde os anos 1960, mas que atualmente revela por outro lado uma tendência à estagnação da participação feminina. Após avanços significativos, especialmente nos anos 1990, democracias consolidadas registraram a presença feminina em torno de 10%, contudo, recentemente, pesquisas têm apontado um processo de desaceleração do recrutamento feminino com tendências à estagnação. O caso dos Estados Unidos, que possui uma estrutura de policiamento bastante diversificada e descentralizada, é emblemático, segundo o estudo, do ponto de vista negativo, uma vez que diferente de outros países desenvolvidos, onde a participação feminina está próxima de um terço do efetivo, o número de policiais femininos é de até 18,1%, com desaceleração do crescimento da representação feminina no policiamento e, em alguns departamentos de polícia, até mesmo uma ligeira redução.

Os estudos, portanto, apontam que a despeito dos consideráveis avanços, a realidade de grande parte das instituições policiais no mundo apresenta uma tendência à estagnação nesse crescimento, de modo que apesar dos reflexos positivos de políticas afirmativas para as mulheres, particularmente nos anos 1970, os índices apresentados, sobretudo nas nações pobres e emergentes, ainda estão distantes das orientações da ONU (CERQUEIRA, 2001). Segundo essas orientações, mostra-se necessário que as forças policiais expressem em seu conjunto a composição da população do ponto de vista do gênero e assegurem às mulheres as mesmas oportunidades de acesso à profissão e ascensão na carreira, ampliando a sua experiência nas ações de policiamento. Trata-se de algo ainda distante em muitos países, uma vez que a maior parte do efetivo feminino permanece sub-representado em algumas posições e funções, a exemplo dos cargos mais altos e daqueles relacionados às ações de policiamento com vistas ao enfrentamento a grupos criminosos.

O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2006, p. 139) destaca, neste sentido, que as pesquisas sobre Segurança Pública têm inclusive apresentado a ampliação da presença feminina como estratégia exitosa para a melhoria do trabalho policial, uma vez que, conforme o resultado desses estudos, o ingresso feminino nas corporações policiais “implicam, como tendência geral, a qualificação dos serviços”. As mulheres colaborariam, assim, para a diminuição dos índices de criminalidade a partir do fortalecimento de práticas de policiamento que visam à maior aproximação com o público civil e à melhoria na percepção da atividade policial através do menor uso da força. Nos estudos de pesquisadores das próprias polícias, a exemplo daqueles desenvolvidos em cursos de especialização necessários à ascensão aos postos¹⁴ intermediários e superiores da carreira

¹⁴ A polícia militar, constitucionalmente, é responsável pelo policiamento ostensivo e por outras ações preventivas de segurança, diferente, portanto, da polícia civil, encarregada das investigações de crimes e infrações de abrangência estadual. A polícia militar está estruturada a partir de duas carreiras, uma para os oficiais e outra para praças. No total, são 13 níveis hierárquicos, num formato muito semelhante ao do Exército, com exceção do posto de General, que não existe na PM. São graduações da carreira de praças: soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente. Existem ainda os praças especiais, que congregam alunos do curso de formação de oficiais e aspirante a oficial. Fazem parte da carreira de oficiais em ordem crescente os seguintes postos: 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. Conforme explica Cristina Neme (1999, p. 26), “a forma de ingresso é diferenciada para ambas as categorias: os Oficiais frequentam o Curso de Formação de Oficiais, no qual ingressam mediante concurso público; já os praças prestam outro concurso e fazem o Curso de Formação de Soldados oferecidos pela PM. Concluída a formação, o policial passa a integrar os quadros da instituição, de oficiais e praças, ocupando os postos e graduações iniciais da escala hierárquica”. Houve alteração na nomenclatura dos cursos de formação. O

de oficial, como nos cursos Curso de Aperfeiçoamento de Oficial (CAO) e Curso Superior de Polícia (CSP) na PM de São Paulo, a ampliação do efetivo feminino nas polícias surge quase sempre como uma oportunidade para apostar na construção de protocolos de formação e atuação centrados na reformulação da imagem social das corporações a partir do emprego do efetivo feminino em setores específicos na corporação. Fenômeno mais evidente nos anos que marcaram o início do emprego de mulheres no trabalho de policiamento ostensivo ao lado dos policiais masculinos, quando a corporação passou a se preocupar mais diretamente com as condições e efeitos de emprego de mulheres nas atividades de rua, visando assim o melhor enquadramento e otimização do trabalho feminino¹⁵.

Desse modo, quando pensada a produção acadêmica focada na interface gênero e Segurança Pública, nota-se que se ela ainda assim se mostra reduzida no país em

antigo curso de Formação de Oficiais da Pmesp passou a se chamar “Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública”. Já o Curso de Formação de Soldados, atualmente se chama “Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública”. Além de concursos específicos para ingresso nas duas carreiras, os policiais ascendem a partir da aprovação em concursos internos, no caso dos praças. Tanto para praças quanto para oficiais, a classificação em cursos internos juntamente com o tempo de serviço e a existência de vagas são condições necessárias para que possa avançar até as últimas graduações e postos, respectivamente. São cursos indispensáveis à ascensão profissional no quadro de oficiais o CAO, necessário que o oficial Capitão possa ser promovido ao posto de Major, saindo assim da categoria de oficial subalterno para oficial superior, e o CSP, indispensável para que o oficial superior possa alcançar o último posto na carreira. O CAO e o CSP são realizados no Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES), sendo chamados, respectivamente, de Mestrado e Doutorado em “Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública”. Os praças podem ascender ao posto de oficial por critério de tempo e aprovação em concursos internos, como o “Curso Superior de Tecnólogo de Administração Policial-Militar”, destinado a praças com mais de 15 anos de serviço na corporação e portadores de diploma de Curso Superior.

¹⁵ Podem ser citadas as monografias do CSP dos oficiais: Ten. Cel Denise Della Nina (1985), “A figura da Polícia Feminina na Polícia Militar”; Ten. Cel. Dyarsi Teixeira Ferraz (1989), “Centro de Convivência Infantil, reflexos para a OPM femininos”; Major José Fernando Sanson (1989), “A Polícia Feminina na área do CPA 1.4. Uma projeção futura”; Ten. Cel. Odete Madureira (1990), “O emprego adequado do policiamento feminino”; Major Vitória Brasília de Souza Lima (1993), “Otimização do emprego do policiamento feminino”. Do CAO, foram encontrados os seguintes trabalhos: Cap. Luiz Antônio Santos (1986), “A Polícia Feminina no Trânsito”; Cap. Daniel de Souza Pinto Júnior (1986), “A mulher na Polícia Militar”; “Cap. Antonia Abigail dos Santos (1988), “Proposta de um manual de policiamento feminino, ostensivo, a pé”; Cap. Waldemar Alves de Almeida Júnior (1988), “O emprego do policiamento feminino no interior de São Paulo”; Cap. Paulo Miquelini Filho (1989), “A formação do soldado feminino PM”; Cap. Neuza Gonçalves da Silva (1989), “O emprego do policial militar feminino no policiamento de trânsito: sugestões para humanização”; Cap. Catarina Evangelista da Silva (1990), “Motivação da mulher para o trabalho policial militar”; Cap. Helena Aparecida S. Alexandrino (1990), “Particularidades da aplicação do sistema disciplinar da PM a mulher”; Cap. Marlene Sulei de Mello (1990), “A mulher policial no policiamento rodoviário”; Cap. Maria Bernadete M. Silva (1990), “A necessidade de caracterização do policiamento assistencial visando a otimização do radiopatrulhamento feminino”; e Cap. José José Gomes de Oliveira Filho (1994), “Policial militar feminino: atividade na esfera administrativa como opção”.

comparação com a produção endógena nas polícias, há um importante processo de ampliação na última década¹⁶. Podem ser citados nesse esforço de ampliação os trabalhos sobre a polícia civil organizado por Maria Tereza Sadek (2003), Maria da Glória Bonelli (2003), Glauciria Brasil (2008), entre outros, que analisaram desde os processos de formação, recrutamento, perfil socioeconômico, quanto às percepções a respeito do sistema de justiça criminal e a carreira nas instituições de segurança pública.

No caso das polícias militares, a produção se mostra consideravelmente maior, com trabalhos nas áreas de administração, história e ciências sociais¹⁷, como assinalam os levantamentos contidos em pesquisas governamentais recentes promovidas pelo Ministério da Justiça, como o estudo “O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil”, coordenado por Luiz Eduardo Soares, Marcos Rolim e Silvia Ramos (2009) e a pesquisa “Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional” (2013), coordenada por Tatiana Vasconcelos, com a supervisão da pesquisadora Wânia Pasinato.

Na primeira pesquisa, baseada na opinião de aproximadamente 65.000 profissionais da área, buscou-se construir um panorama das condições de trabalho vividas por esses agentes públicos, bem como sobre as percepções a respeito do modelo ideal de polícia para a realidade brasileira e temas considerados fundamentais para o desenvolvimento das polícias, além das experiências de vitimização sofridas nas respectivas instituições. Em relação a esse último aspecto, chama à atenção o percentual de vítimas de assédio sexual e

¹⁶ O campo dos estudos sobre defesa e instituições militares no Brasil segue um caminho semelhante, com a emergência de importantes trabalhos influenciados pelas discussões de gênero, como o de Maria Celina D’Araújo (2004); Suzeley Mathias (2009), Maria Rosa Lombardi (2009), Emilia Takahashi (2009); Fernanda Chinelli (2009), entre outros. Apesar de terem missões claramente distintas, as análises têm apontado semelhanças entre o universo policial e o militar das Forças Armadas. Como espaços tradicionalmente masculinos, as Forças Armadas e as polícias militares estão unidas não apenas pelo passado em comum, mas pela permanência de processos de formação semelhantes de seus quadros, focados na reprodução e culto aos valores militares, presentes claramente na estrutura e nos regulamentos internos. Essa semelhança explica o fato de policiais femininas de São Paulo terem sido empregadas na formação da primeira turma de mulheres na Marinha em 1981 (LOMBARDI, 2009). Há ainda, embora com menor frequência, ações conjuntas, principalmente processos de cooperação na área de formação entre segmentos das Forças Armadas e as polícias militares. Além disso, o interesse, centrado seja no militarismo, na natureza da função e ou na remuneração, leva militares a migrarem de um campo para o outro via concurso público. Na área de formação, tanto agentes das Forças Armadas podem buscar especialização nas polícias militares como vice-versa. Em 2012, participei de uma solenidade de formatura, no Regimento de Cavalaria da Pmesp, que tinha entre os formandos, além de policiais militares de São Paulo e de outros estados, um oficial do Exército que inclusive foi escolhido como orador da turma.

¹⁷ O corpo de bombeiros militares e das polícias científicas são aqueles que possuem um menor número de trabalhos.

por gênero. Segundo o estudo, “16% das mulheres já foram vitimadas por este delito, contra 1,3 dos homens. Distribuição que se amplia quando examinamos a discriminação de gênero entre os sexos: 55,3% das mulheres já sentiram na pele o problema, contra 2,5% dos homens”. Curiosamente, os percentuais mais altos de assédio e discriminação por gênero foram registrados nas Polícias Cíveis, que apresentam maior contingente feminino. Isto, provavelmente, deve-se à existência de contextos mais propícios nessas instituições à discussão e reconhecimento de tais práticas.

No segundo estudo, que consistiu em pesquisa ampla para subsidiar estratégias e políticas de gestão voltadas para as profissionais do sexo feminino nas instituições de segurança pública no país, a presença feminina nesses espaços de trabalho é abordada a partir do levantamento dos principais estudos sobre mulheres nos órgãos de segurança no Brasil, passando pela identificação e análise das percepções sobre as experiências de trabalho e um perfil nacional mais amplo das servidoras desse campo. A respeito da produção acadêmica, a pesquisa destaca que a produção bibliográfica sobre o tema é marcada tanto pela reduzida análise das “vivências e experiências de gênero pelas policiais”, pela ausência de uma perspectiva interseccional de gênero com marcadores sociais diversos quanto de interlocução com a literatura feminista “sobre transversalidade de gênero nas políticas públicas” (BRASIL, 2013, p. 30).

Um dos trabalhos importantes e que constitui uma referência, citada, inclusive, no último estudo da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), é o livro de autoria de Barbara Soares e Leonarda Musumeci (2005): “Mulheres policiais: presença feminina na PM do Rio de Janeiro”, que analisa a lógica institucional e a atuação de mulheres policiais naquele estado. Segundo as autoras, o trabalho teve como objetivo refletir sobre os principais temas relacionados ao trabalho policial a partir da ótica feminina e das estruturas organizacionais da PM, onde o investimento em inteligência é restrito em detrimento da valorização do viés bélico na corporação. Musumeci e Soares (2005) analisaram as funções geralmente delegadas às mulheres na PM e os objetivos que norteiam essas escolhas, apresentando não só as resistências do público feminino diante da cultura militarista, mas a assimilação de valores dominantes expressos nas entrevistas no campo da Segurança Pública, que costuma ainda ser tomado em parte considerável das análises de forma

homogênea. Segundo as pesquisadoras, as pesquisas existentes, de modo geral, desconsideravam a diversidade interna marcada por fatores como cor, raça, classe e gênero, de modo que apenas raramente estes eram considerados como fatores importantes para explicar a forma de organização e as práticas policiais.

Nessa perspectiva, Márcia Calazans (2004) realizou levantamento sobre a produção acadêmica a respeito da presença feminina em organizações policiais, destacando o número reduzido de pesquisas no contexto brasileiro. Dentre as referências citadas pela autora estão as dissertações de mestrado de Maia (1993), intitulada: “Polícia feminina – perfil e ambiguidade da mulher militar na organização: assistência ou repressão?” e de Meneli (1991): “A construção do gênero feminino e a alteração de seu papel social”, defendidas na PUC de São Paulo e na PUC do Rio Grande do Sul, respectivamente.

Centradas em uma perspectiva histórica, destacam-se os trabalhos de tese de Andréa Schactae (2011) e a dissertação de Rosemeri Moreira (2007) sobre a Polícia Feminina no Paraná. Outra referência importante é o artigo de Camila Sousa e Carla Santiago (2007), que, a partir de perspectiva histórica, analisa a inserção feminina na Polícia Militar de Minas Gerais na década de 1980, a fim de compreender o reflexo e as resistências operadas na cultura institucional da polícia militar mineira, aspecto investigado mais amplamente na tese defendida no doutorado em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por Mônica Capelle, sobre relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais (2006). Da área de Administração, destaca-se ainda o estudo sobre os efeitos da inserção feminina em corporações policiais, realizado por Maria Cândida dos Anjos (2001), sob a orientação da pesquisadora Cecília Bacellar Sadenberg, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sobre a Polícia Militar e relações de gênero, podem ser citadas a tese de Laudicéia Oliveira (2012), focada na compreensão das experiências de homens e mulheres numa unidade da Polícia Militar da Bahia, assim como as monografias de especialização de Souza (2009) sobre representações sociais de gênero; de Amanda Freitas (2012), a respeito das experiências de mulheres em posição de comando, além da dissertação de Élide Lobato (2012), que analisou o trabalho de mulheres em um Batalhão Operacional, todos na Polícia Militar do estado de Sergipe. A relação de estudos é certamente maior, congregando

trabalhos desenvolvidos tanto nas academias e centros de estudo e pesquisa ligados às polícias, quanto nas universidades privadas, a partir dos cursos de graduação e pós-graduação.

Quando pensada a experiência feminina na área policial no Brasil, analisada a partir de diferentes contextos e referentes empíricos, há um elemento que relaciona os diferentes estudos existentes, ou seja, a referência ao pioneirismo do estado de São Paulo através da criação do Corpo de Policiamento Feminino, no ano de 1955. Inicialmente vinculada à Guarda Civil e mais tarde incorporada ao efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no ano de 1970, o Corpo de Policiamento Feminino, que é em seguida transformado em Polícia Feminina, constitui a primeira experiência de ingresso de mulheres em instituições policiais na América Latina, sendo citada pela quase totalidade dos estudos existentes¹⁸.

Embora constitua a experiência mais antiga da presença feminina em corporações policiais e militares no país, tendo servido inclusive como modelo para outras instituições brasileiras, existem, grosso modo, além da produção endógena, poucos trabalhos sobre a presença feminina na PM de São Paulo e, menos ainda, sobre as relações de gênero nesse espaço. Curiosamente, a corporação, que possui o maior efetivo policial militar no Brasil, congrega um número claramente menor de pesquisas, quando comparado, por exemplo, com o estado do Rio de Janeiro, onde a produção avançou não apenas numericamente, mas nos enfoques, que vão desde os processos de formação histórica e técnica dos quadros policiais, do envolvimento de agentes policiais com práticas violentas, de segregação social e com o crime organizado, assim como relações de gênero, entre outros. Tais estudos constituem um quadro de referências hoje obrigatório nas pesquisas sobre instituições policiais, violência e segurança pública no país, a exemplo dos trabalhos de renomados

¹⁸ Citando Donadio (2009), a pesquisa da SENASP “Mulheres nas instituições de segurança pública” (2013) afirma que na região o Chile e o Uruguai foram os primeiros países a admitirem mulheres em forças policiais. O ingresso aconteceu, respectivamente, nos anos de 1939 e 1931. Em outros países, como El Salvador, Honduras e Guatemala, apenas na década de 1990, após processos de pacificação internos, as mulheres puderam atuar em atividades policiais. O argumento, portanto, de que o Brasil, a partir da experiência da Polícia Feminina em São Paulo, teria sido pioneiro na América Latina não seria correto, como é bastante comum ouvir em solenidades alusivas ao aniversário da Polícia Feminina na Pmesp.

pesquisadores como Luiz Eduardo Soares, Alba Zaluar, Antonio Luiz Paixão, Roberto Kant de Lima, Michel Misse, entre outros¹⁹.

Em importante estudo recente, Renato Sergio de Lima (2011) discutiu o crescimento expressivo da produção acadêmica a respeito dos temas violência e segurança pública no Brasil nos últimos 30 anos. Caracterizando a produção, que saltou de 101 trabalhos em 1983 para 8.205 teses e dissertações em 2006, o autor aponta, entre outros temas abordados, a importância dos grupos de pesquisa e das agências de financiamento tanto públicas quanto privadas para a ampliação das reflexões existentes, concentradas atualmente em sua maioria nas áreas de ciências sociais aplicadas e de ciências humanas, com ênfase para os cursos de Direito e Ciências Sociais, respectivamente. Lima (2011), além de apresentar a distribuição dos estudos por área de conhecimento, gênero dos pesquisadores e orientadores, indica ainda a distribuição regional dos estudos, segundo a qual o sudeste concentra 60% dos estudos produzidos, enquanto o sul concentra 20,2%, nordeste 11,4%, centro-oeste 7,35 e norte 1,4%. Desse total, destaca-se a supremacia do estado de São Paulo, com 34,6% dos estudos produzidos. Em seguida, vem o Rio de Janeiro, com 17,9%, Rio Grande do Sul, 9,75%; Minas Gerais, 6,15% e Paraná, 5,6%. Dos temas explorados, a polícia representa na atualidade 10% do conjunto da produção, após uma redução de aproximadamente 5% entre os anos de 1980 e 2000.

O suposto menor número de estudos sobre a Pmesp em comparação com a corporação congênere do Rio de Janeiro, aspecto levantado inclusive por um dos oficiais com quem tive oportunidade de conversar rapidamente no início da pesquisa, ao salientar as dificuldades que eu encontraria, mantém relação provavelmente com a maneira como a polícia paulista pensa a atuação de pesquisadores externos, quanto ao fato de os mais respeitados núcleos de pesquisa existentes, como o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, concentrarem sua atenção na análise da violência, dos direitos humanos, das políticas de segurança e menos diretamente na análise das organizações policiais do estado, que tem no estudo de Mingardi (1992) uma referência

¹⁹ Para conhecer a contribuição desses e outros pesquisadores brasileiros, assim como a emergência do campo de pesquisa sobre segurança pública no país, ver o livro organizado por Renato Sérgio de Lima e José Luiz Rattton: “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011.

fundamental nos estudos. Além disso, retiradas as ricas pesquisas sobre a atuação das delegacias de atendimento à mulher, a partir dos debates de gênero, a categoria gênero ainda é pouco explorada nos estudos sobre as polícias.

Das pesquisas existentes sobre a presença feminina na Polícia Militar de São Paulo, por exemplo, é possível apontar dois trabalhos, sendo um na área de História, a respeito da primeira década de existência da Polícia Feminina, defendido por Rosemeri Moreira, em 2011b, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o segundo, a dissertação de mestrado em Direito Penal, pela Universidade de São Paulo (USP), de Mariana Barreiras, defendida em 2010. Outros trabalhos focaram a violência policial (PINHEIRO, 1982; NEME, 1999; FERNANDES, 1989), formação histórica da Polícia Militar paulista (ROSEMBERG, 2010), influência da Missão Francesa na então Força Pública (FERNANDES, 1977), cultura institucional (LEINIER, 2006) e sobre técnicas de abordagem policial (PINC, 2012).

Desse modo, se no campo que compreende os estudos sobre segurança pública e violência há um conjunto amplo e numeroso de estudos, do qual o estado de São Paulo é um dos maiores responsáveis pela produção acadêmica nacional, não há, ao se observar a linha de estudos sobre a polícia, especificamente das ciências sociais, qualquer estudo a respeito das representações de gênero em vigor atualmente na corporação policial militar paulista, fato que justifica a importância desta pesquisa. Objeto pouco explorado nos estudos existentes sobre a Polícia Militar de São Paulo, esta tese se justifica pela possibilidade de compreender como são forjadas e se organizam as representações sociais de homens e mulheres policiais a respeito do ingresso e emprego de mulheres em atividades policiais, de modo a refletir sobre as suas implicações tanto para as práticas e políticas de policiamento, quanto para a organização das corporações policiais militares e a experiência de homens e mulheres em funções de segurança. O trabalho pretende contribuir com reflexões a partir de uma categoria pouco explorada nos estudos sobre polícias no Brasil, onde é ainda reduzido o número de pesquisas que relacionem a categoria gênero como elemento imprescindível de análise das relações de poder no âmbito da Segurança Pública. Uma oportunidade para compreender, neste caso sob a ótica das relações de gênero desenvolvidas no interior das corporações, as articulações históricas entre estruturas

formais e informais que atuam na permanência do caráter eminentemente repressivo da atuação policial, bem como o fracasso de iniciativas destinadas a reformar as instituições policiais e aproximá-las da comunidade. Conforme destacaram Lima e Sinhoretto (2011), com base em importantes estudos etnográficos sobre as polícias, nenhum plano de reforma da segurança pode ser efetivado sem o conhecimento das engrenagens de funcionamento do trabalho policial.

Com mais de meio século do ingresso do público feminino em funções policiais no Brasil, esta pesquisa visa, portanto, analisar as representações de homens e mulheres policiais a respeito do ingresso e emprego de mulheres em atividades policiais na Polícia Militar de São Paulo, cenário no qual algumas mulheres já ocupam atualmente os últimos postos da carreira ao mesmo tempo em que convivem com as expectativas em torno da ampliação de sua presença em cargos decisórios na instituição, ainda fortemente dominados pelo público masculino. A pesquisa, situada na fronteira entre disciplinas das ciências humanas, particularmente nas ciências sociais, pretende explorar, por meio de pesquisa documental e etnográfica, os sentidos atribuídos pelos policiais paulistas, homens e mulheres, a respeito do papel/papéis feminino(s) no contexto policial militar, de modo a compreender a sua significação, as formas de regulação empreendidas, com os possíveis efeitos sobre as relações de poder entre os sexos e para a conformação de estruturas e práticas que atualmente sustentam orientações no campo da segurança pública. Para isso, a pesquisa concebe a análise das representações sociais a partir das discussões desenvolvidas por Serge Moscovici (2006, p. 216), para quem as

[...] representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um 'referencial de um pensamento preexistente'; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Elas são, sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis.

Desse modo, o trabalho procura compreender, por meio da análise das representações de gênero de um grupo de policiais militares que atua na capital paulista sobre a presença feminina na corporação, os processos, dentre eles, os rituais, solenidades e

políticas de formação profissional que atribuem sentido ao trabalho de mulheres no campo policial, identificando assim a lógica histórica de inserção do efetivo feminino na Pmesp nos seus aspectos institucionais e individuais. Utilizo, como referência teórica, a sociologia do conhecimento, de Berger e Luckmann (1985, p. 30), a fim de encontrar nas ideias do senso comum o “tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir”. Constitui propósito importante também refletir sobre o(s) lugar(es) simbólico(s) ocupados pelas mulheres na corporação policial paulista contemporaneamente, de modo a verificar se houve alterações das representações sobre o trabalho feminino nas operações policiais desde a criação da Polícia Feminina no estado.

A partir da análise das entrevistas, o trabalho objetiva perceber as possíveis diferenças de vivência da “feminilidade” no âmbito da atividade policial, tendo por referência as clivagens internas, como tempo de serviço e posição hierárquica; e externas, a exemplo de maternidade, raça, classe e estado civil, de modo a identificar as principais razões apresentadas pelas mulheres policiais para o ingresso na instituição policial paulista, dentre elas possíveis influências econômicas e familiares, bem como as expectativas institucionais em torno do trabalho feminino na polícia ao lado das dificuldades por elas enfrentadas num contexto tradicionalmente masculino. Assim, a pesquisa teve como meta a ampliação das discussões referentes à interface gênero e instituições policiais a partir da melhor compreensão acerca dos processos sociais internos relacionadas ao emprego de mulheres nas ações de segurança pública, pois, conforme David Bayley (2006, p. 17), compreende-se que:

[...] as atividades policiais também determinam os limites da liberdade numa sociedade organizada, algo essencial para se determinar a reputação de um governo. Embora governos imponham restrições de outras maneiras, a maneira pela qual eles mantêm a ordem certamente afeta de modo direto a liberdade real.

Ao me referir ao termo gênero, faz-se necessário esclarecer alguns dos aspectos que marcam essa categoria de análise, demarcando as razões para a sua adoção ao longo deste estudo em detrimento de outras categorias, como mulher, por exemplo, ainda utilizada por um número importante de pesquisadores.

A categoria gênero²⁰, que tem sua origem nos estudos feministas que procuravam destacar as diferentes formas de dominação e opressão às quais as mulheres eram submetidas, em contextos histórico-sociais diversos (SCOTT, 1993), encontrou em Judith Butler (2008) uma das principais críticas contemporâneas. Essa autora, que apresenta, em “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, novas possibilidades de compreensão de categorias largamente utilizadas na teoria feminista, questiona o caráter universal de conceitos como gênero, sexo, desejo, mulher, entre outros, destacando a necessidade de superação do entendimento do sexo e do gênero, por exemplo, como atributos natural e cultural, respectivamente, dos indivíduos.

Segundo Butler (2008, p. 20), o sexo não seria elemento natural, mas como o gênero, também discursivo e culturalmente constituído. Assim, gênero e sexo podem ser definidos como fenômenos inconstantes e contextuais, na medida em que eles sofrem variações conforme os diferentes contextos históricos e firmam conexões com aspectos relacionados à raça, classe, sexo e culturais diversos, visto que “[...] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. Elemento explorado no clássico “O gênero da dádiva” (2006), da antropóloga inglesa Marilyn Strathern, para quem o gênero é um elemento definidor das relações e compreensível apenas contextualmente pelo pesquisador.

Sustentado nas diferenças percebidas entre os sexos, o conceito de gênero converge seu foco de atenção para a análise em torno da relação por vezes conflituosa entre homens e mulheres e que expressam a conexão com temas amplos como natureza-cultura, diferença-

²⁰ Surgido nos Estados Unidos nos anos 1970, o conceito de gênero influenciou intelectuais de diversos centros acadêmicos espalhados pelo mundo, sendo inicialmente utilizado pelas feministas americanas para se referir ao caráter social das diferenças baseadas sobre o sexo. Ao recusar, portanto, explicações até então comuns e que se baseavam no determinismo biológico, segundo Joan Scott (1990, p. 14), o termo destacava por sua vez o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade, sendo, na acepção da historiadora, definido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Scott enfatiza a importância de compreender o gênero como expressão da relação entre os sexos. Um processo que se desenvolve a partir de práticas que vinculam significados aos conceitos de homem e mulher, assegurando sentido à diferença sexual. Scott (1993, p. 85) define ainda gênero como um elemento dual marcado pela existência de diversas subdivisões que se relacionam entre si, mas que exigem uma análise específica. O conceito de gênero é, desse modo, “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significados às relações de poder”. Assim, a categoria se refere, sobretudo, às formas de construção social, cultural e modos de subjetivação mais amplos, portanto, que a simples discussão de papéis e funções comumente atribuídos a homens e mulheres (AMARAL, 2005).

identidade, igualdade-desigualdade, dominação-submissão²¹. Assim, esclarece Butler (2008), que a passagem da categoria sexo para a categoria gênero não implicou diretamente na mudança de olhar sobre a amplitude desse último conceito, que está fundamentada num sistema relacional e na possibilidade de destacar e explorar a dimensão social associada às diferenças anatômicas entre os sexos. Tal aspecto se relaciona às relações familiares, religiosas, econômicas, entre outras, e a uma perspectiva que encontra fundamento na crítica genealógica apresentada por Michel Foucault e que tem como premissa a recusa da busca das “origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver” (BUTLER, 2008, p. 09). Uma perspectiva que aposta na necessidade de investigar a influência política, observando que as identidades de gênero são resultantes de múltiplos fatores associados a práticas, discursos, assim como ao papel desenvolvido pelas instituições (BUTLER, 2008).

De acordo com Butler (2006), na obra “Deshacer el género”, o gênero, diferente do modo como é apresentado na obra de Foucault, quando este trata das formas de regulação, não se manifesta como um aspecto subordinado ao poder regulador. Para Butler, o gênero estabelece processos específicos de regulação, de modo que a norma é ela própria marcada pelo gênero. O “masculino” e o “feminino” podem ser entendidos como expressões da norma que, diferente das leis e regras, estabelece padrões que atuam sobre as práticas sociais, enquadrando-as a partir desses mesmos parâmetros de “normalização”, segundo os quais mesmo os indivíduos que não se ajustam aos protótipos ideais serão pensados em relação a eles. O gênero assim seria ele mesmo uma norma, embora defenda a autora a possibilidade de o gênero vir a ser um recurso para a desconstrução e desnaturalização das noções de masculino e feminino, expressões do binarismo.

Célia Chaves do Amaral (2005, p. 59), discutindo a relação entre gênero e profissão afirmou que a predominância de mulheres ou homens em algumas profissões torna essas

²¹ A respeito do termo, Maria Luíza Heilborn (1992) observou a necessidade de escapar dos erros comuns em algumas produções que ao convergirem para valorização da mulher e a denúncia das estruturas patriarcais não conseguiram desenvolver uma reflexão profunda sobre o tema, confundindo-se em alguns momentos com o discurso do movimento feminista. Desse modo, sustentado nas diferenças percebidas entre os sexos, o conceito de gênero converge seu foco de atenção para a análise em torno da relação por vezes conflituosa entre homens e mulheres e que expressam a conexão com temas amplos como natureza-cultura, diferença-identidade, igualdade-desigualdade, dominação-submissão.

mesmas profissões espaços reconhecidos como naturalmente masculinos ou femininos em razão da sua maior vinculação a elementos simbólicos considerados próprios ao mundo da casa ou da rua ou a saberes científicos das ciências exatas ou humanas. Desse modo, ressalta a pesquisadora, torna-se importante a análise das representações de gênero, visto que elas se apresentam:

[...] tanto na perspectiva da dualidade do ser masculino e do ser feminina como nas relações de diferenças e igualdades entre homem-mulher nos seus universos de convivência, seja nas relações de trabalho, de poder no cotidiano familiar, de referenciais nos grupos de amizade, seja na projeção de atitudes.

Ao empregar a categoria gênero e, com muita frequência ao longo do texto, as categorias “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino”, não pretendo me guiar por uma concepção binária de gênero, mas atender ao caráter contextual que a categoria assume, sem com isso desprezar outras categorias emergentes do próprio campo e que expressam muito claramente referências mais diretas às formas mais valorizadas no universo policial, seja aquele valorizado pelos policiais no cotidiano a partir de categorias como “Billy”, “Bilão”, “Fox”, “Spacefox”, “maçanetas”, “recrutas”, “antigos”, entre outros, seja aquele que sobressai com maior clareza no discurso oficial como “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino”, “praças” e “oficiais”, “administrativos” e “operacionais”, por exemplo. Nesse processo, inclui-se o sentido de regulação generificado que, no contexto policial militar paulista, alimenta o conjunto das representações e práticas existentes, ainda que tal conjunto de representações seja escamoteado em práticas cotidianas e em processos difusos de formação, ensejando por meio de um discurso institucional centrado na “tradição” e na “ordem” militar formas privilegiadas de ser homem e mulher, com vistas a manter o público feminino “distante” das tensões externas do mundo civil, percebidas internamente como destoantes do padrão de “normalidade” definida.

Assim, faz-se importante analisar as contradições que sobressaem nos discursos e práticas nas instituições policiais a respeito da presença feminina, pois embora apostem na existência de uma inclinação “natural” das mulheres para estimular internamente a formação com base em investimentos em inteligência, resolução de conflitos, trabalhos em equipe e demais atividades mais ajustadas à realidade contemporânea – e que demandam o

menor uso da força física e maior interação com as comunidades para o tratamento dos fatores que interagem para o aumento da violência – ainda predominam práticas sustentadas no uso da violência e em valores tidos como masculinos.

É possível ressaltar que a “disposição” habitual comumente atribuída às mulheres para ofícios que requerem maior sensibilidade é vista ao mesmo tempo como entrave para a sua inserção nas atividades de rua, sendo o contato com o público externo feito em grande medida em solenidades, setores administrativos da instituição ou demais órgãos públicos e eventos assistenciais promovidos pela polícia. Um processo, portanto, que impossibilita, sobretudo, que o gênero seja no interior da Polícia Militar um aspecto relacional capaz de expressar as diferentes formas de ser e tornar-se homem e mulher, e não elemento para justificar a permanência de um contexto fundamentado em relações contínuas de dominação-exclusão e que tende a apostar na violência como um dispositivo estratégico para sua constituição identitária, como de forma esclarecedora observou Calazans (2004).

1 Encontros e desencontros com o objeto ou como adentrar os muros dos quartéis: aspectos metodológicos da pesquisa

A minha relação acadêmica com temas associados à polícia foi antecedida por uma experiência profissional relativamente longa numa dessas instituições. Por quase sete anos fui soldado na Polícia Militar de Sergipe e essa vivência constitui de forma inegável um aspecto decisivo na relação profissional e afetiva que construí com os debates relacionados ao tema²².

²² Não posso deixar de reconhecer na decisão de ingressar na polícia aos 21 anos um interesse, pouco definido, é verdade, de, ao fazer parte daquele universo, tentar compreendê-lo, ainda que por caminhos diferentes que os oferecidos pela ciência. Ainda que a razão principal para o ingresso na PM fosse de ordem objetiva, fazer parte da instituição também mantinha relação com o interesse de conhecer mais de perto o universo policial. A pesquisa sobre representações de gênero na polícia guarda relação, portanto, com o primeiro trabalho que desenvolvi e que resultou na minha dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais em 2008. Na dissertação, apesar de ter como principal objetivo a análise das representações sociais de policiais militares de Sergipe sobre violência policial, a dimensão de gênero acabou emergindo durante o trabalho de campo. No conjunto das representações, as policiais femininas eram geralmente apresentadas como um “outro interno”, personificação de um tipo de ameaça identitária aos valores alimentados no interior da polícia militar. Esse aspecto despertou a minha atenção para a importância de desenvolver uma pesquisa específica, o que fiz no ano seguinte ao estudar a presença feminina e as representações de gênero na Polícia Militar de Sergipe (2009). Ao pesquisar a experiência da

Hoje, pesquisador interessado nas discussões relacionadas à área da segurança pública, não posso deixar de considerar que há pouco tempo fui eu mesmo um “nativo” num contexto em relação ao qual atualmente dedico-me apenas como pesquisador. Essa dimensão, a despeito dos exercícios reiterados de estranhamento que me imponho desde que comecei a pesquisar sobre o tema, tem inegavelmente reflexos não apenas na minha subjetividade de pesquisador, mas sobre a minha experiência como ex-policia. A mais marcante das situações que experimentei, e que diz respeito aos dilemas postos pela expectativa de corresponder à noção de objetividade na produção de conhecimento nas ciências sociais, um objeto constante de reflexões desde os primórdios das ciências sociais com Durkheim e Weber, foi um sonho que se repetiu comigo por, pelo menos, três vezes antes de iniciar o trabalho de campo desta pesquisa. Nos sonhos, todos eles muito semelhantes, eu era um pesquisador que, travestido de policial, tentava registrar a realidade e ao mesmo tempo buscava fugir dos olhares dos colegas de farda, particularmente daqueles que sabiam que eu não fazia mais parte da polícia.

Nessas experiências, bastante inquieto na farda e apreensivo na companhia de outros policiais, eu era o principal alvo da minha própria suspeição, enquanto seguia em silêncio, com o olhar atento para a minha própria ação e a dos meus colegas de farda, a patrulha pelas ruas da cidade. Medo de ser identificado numa função que não era mais minha, eu me via enredado na teia de dúvidas que acompanha o pesquisador na sua luta interna. Afinal, como vasculhar mundos, descobrir segredos, decifrar os enigmas postos na realidade, sendo ao mesmo tempo pesquisador e “ex-policia”? Havia espaço na pesquisa para um “ex-nativo”? Envolvido nesses questionamentos, eu me via num verdadeiro jogo de espelhos no qual minha outrora experiência como policial retornava com a missão de encontrar novos significados numa paisagem familiar, mas assim mesmo desconhecida para mim. Reaprender a língua e ao mesmo tempo colocar em xeque a validade de minhas certezas e experiências era, antes de tudo, uma necessidade que se impunha para o meu trabalho e que provavelmente por essa razão os sonhos se repetiam com considerável frequência. Os sonhos me faziam continuamente lembrar, ainda que a minha compreensão se mostrasse em

Polícia Militar de São Paulo no doutorado, pretendo ampliar a minha compreensão sobre o tema, não apenas porque se trata de uma corporação com uma estrutura e efetivo maiores, mas, sobretudo, pelo fato dessa corporação ter a experiência mais antiga de inserção feminina em atividades policiais no Brasil.

vários momentos limitada, que aprender a linguagem dos “nativos” é condição essencial para a pesquisa, pois, como alerta oportunamente a antropóloga Alba Zaluar (1986, p. 123), os “nossos nativos não são espectadores ingênuos, nem meras subjetividades, nem ‘sujeitos’ sem pensamento crítico ou autônomo”. Como deixarei mais claro, em alguns momentos eu havia desaprendido a língua²³.

Intensa e desconcertante, a experiência de revisitar a farda e, sobretudo, de adentrar novamente ao universo policial sem ser visto, ou melhor, reconhecido e decifrado, constituía para mim o maior dos desafios e que poderia ser resumido pela ideia de, ao visitar o campo, reencontrar o universo policial, ser eu mesmo um pesquisador num corpo de um “nativo”. Já acordado, ou melhor, de volta para a realidade objetiva, reconhecer-me não mais no sonho era motivo para mim de grande alívio nas diversas vezes que acordei dessa experiência insistente e intrigante. Num esforço de “autoanálise”, questionava-me sobre os seus sentidos. O que tudo aquilo representava? Por que aqueles sonhos? Quais eram os receios que me acompanhavam?

Foi interessante que recordei que os sonhos ocorreram justamente no período de mudança do meu objeto de pesquisa e nos primeiros contatos para conseguir a autorização do Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo, ou mesmo quando eu me aproximava do período de ir para o trabalho de coleta de dados e nos quais eu me debatia com dúvidas mais intensas sobre os dados de pesquisa e como enveredar pelo campo. Eu me via, naquelas ocasiões, envolvido mais fortemente pelas questões, sobretudo metodológicas, que marcavam o projeto de investigação. Longe de querer marcar qualquer sociologia ou antropologia dos sonhos, uma espécie de adaptação de “A interpretação dos sonhos”, um dos textos mais conhecidos e comentados de Sigmund Freud²⁴, essa breve observação serve para introduzir os primeiros contatos com o objeto de pesquisa, sinalizando as armadilhas

²³ Ou melhor, não alcançado as condições necessárias para uma comunicação minimamente segura com os meus interlocutores.

²⁴ Segundo Freud (1900), os sonhos são resultado das nossas próprias atividades mentais, “realizações de desejos”, dentre eles o de prolongar o sono. Os sonhos mantêm conexões com fatos vividos, os chamados restos diurnos, ou com conteúdos inconscientes não enfrentados, razão pela qual Freud defende a possibilidade de serem interpretados como expressão, ainda que distorcida, do inconsciente de quem sonha. Para Freud (1900, p. 115), “[...] o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (suprimido ou recalçado)”. (Grifo meu).

que se apresentam ao pesquisador no contato com o universo cultural dos nativos, particularmente naqueles que ele supõe conhecer.

Como citado, era a fase dos meus primeiros contatos com o objeto e preparava-me para adentrar num universo que eu não conhecia por inteiro. Embora tivesse já pesquisado sobre a polícia e eu mesmo já tivesse passado pela experiência objetiva e subjetiva de ser policial, o mundo no qual pretendia adentrar era inteiramente novo para mim, com exceção da sua formatação militar e dos valores cultuados internamente: hierarquia e disciplina. Contraditoriamente, foi a partir do que supostamente me era familiar que me vi enredado em alguns problemas que, por pouco, não inviabilizaram a pesquisa, como esclarecerei mais adiante.

Era final de junho de 2010 quando me dirigi de Campinas, onde concluía algumas das disciplinas obrigatórias do curso, para os primeiros contatos com a Polícia Militar de São Paulo. Levava comigo um ofício com pedido de autorização para pesquisar na corporação. No texto, além de me apresentar, eu expunha os objetivos da pesquisa e falava da importância de desenvolver um estudo sobre o tema, solicitando que o Comando analisasse o pedido. Com a finalidade de atestar minha vinculação à Unicamp, anexei cópias do meu comprovante de matrícula e histórico acadêmico, ciente de que o papel timbrado a instituição constituiria a maior garantia de um compromisso verdadeiro com a pesquisa.

De posse do ofício, adentrei ao Quartel General da Pmesp e, após me identificar na recepção, segui para o Gabinete do Comando-Geral num dos raros dias de intenso calor na cidade para um mês de junho. Ao chegar, encontrei clima de confraternização na sala, repleta de oficiais e algumas praças que possivelmente comemoravam um aniversário com um café da manhã. Encontrei a Tenente com quem havia conversado por telefone dias antes e repassei para ela o ofício, que foi em seguida protocolado. A oficial informou-me que encaminharia resposta ao meu pedido assim que o Comando o analisasse. Um sargento que estava ao lado me perguntou logo em seguida sobre o que seria a pesquisa. Falei rapidamente sobre o objeto e ele de forma muito simpática me desejou sucesso com o trabalho.

Da sala do Gabinete do Comando segui para o Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores (CAES), situado a algumas quadras do Quartel Central e lá, acompanhado por um oficial da Polícia Militar de Sergipe que estava realizando curso de especialização no Centro, fui conversar com o então diretor da unidade, um coronel da corporação paulista. O oficial, com quem eu havia trabalhado anos antes na polícia, aguardava-me na área interna e se dispôs, ao saber do meu interesse em pesquisar na Pmesp, a me ajudar no contato com a corporação. Fui anunciado na sala do diretor como Professor da Universidade Federal de Sergipe que gostaria de conversar sobre uma pesquisa. Poucos minutos de espera e fomos, eu e o Coronel, convidados a entrar na sala. O diretor do CAES não escondeu a surpresa, falando, ao ver-me: “quando disseram que era um professor universitário imaginava se tratar de alguém mais velho, um senhor, e não um jovem”, no que todos rimos. Ele me deu as boas vindas e o Coronel que me acompanhava me apresentou, dizendo que eu pretendia pesquisar a PM de São Paulo e que precisava de auxílio. Completei a informação destacando que além de professor eu já havia sido policial militar em Sergipe, intuindo que a informação adicional serviria para me aproximar do contexto policial e amenizar possíveis desconfianças. Ele então me perguntou se oficial ou praça e respondi que praça.

Percebi que a minha experiência na PM dispensou-me de maiores detalhes sobre a organização militar, trazendo-me para mais próximo do universo policial com a exposição de algumas das inquietações comuns em relação à gerência ao cotidiano das corporações policiais. O diretor, ao considerar meu antigo pertencimento à PM, destacou o que para ele representava um problema para as polícias no país e que, em sua opinião, era reflexo da ausência de políticas públicas voltadas para estimular a permanência do que ele chamou de um público seletivo composto de “talentos” nos seus quadros funcionais. Disse que o avanço nos estudos implica quase sempre na saída de policiais das fileiras da instituição e deu como exemplo um jovem oficial que trabalhava naquele Centro e que, por seu conhecimento destacado na área de Direito, o Coronel acreditava que em pouco tempo o jovem possivelmente sairia da corporação para seguir carreira jurídica. O que ele considerava uma pena e um prejuízo para a polícia, já que a corporação havia investido na

formação do policial e as contribuições que ele poderia dar durante a carreira não seriam possíveis.

Logo em seguida, o Oficial pediu-me mais detalhes sobre a pesquisa, quando falei sobre o que pretendia pesquisar e, após uma breve exposição dos objetivos, à qual ele acompanhou com visível atenção e interesse, ele narrou algumas situações que teriam marcado sua experiência na polícia paulista. Contou que há alguns anos havia trabalhado na zona leste da cidade, numa área próxima a um dos campi da USP, quando teria ocorrido um episódio no qual uma das policiais que trabalhava na unidade, que estava sob o seu comando, ter-se-ia deparado com duas jovens se beijando na cantina na área interna da universidade²⁵. Tal fato, segundo ele, havia despertado os olhares dos que estavam no local não apenas para as duas moças, mas também para a policial que passava na ocasião. Sentindo-se “pressionada” a agir, a policial resolveu aproximar-se, quando pediu que as jovens parassem com o ato. A partir disso, conforme o coronel, iniciou-se uma discussão entre as jovens e a pm, que teria, diante da reação das jovens, conduzido as estudantes à delegacia, a fim de assinarem um termo. Ao saber do fato, o oficial chamou o encarregado da área e disse que apesar de ter sido “apaziguada” na ocasião, a sua experiência indicava que aquela ocorrência ainda traria “sérios problemas” para a instituição e, particularmente, para os policiais envolvidos. Disse que dias depois, já no final de semana, a “bomba estourou” com a divulgação do caso através de uma matéria no Programa Fantástico da Rede Globo. O programa inclusive teria apresentado uma enquete para os telespectadores para avaliar a atitude da policial. Em sua maioria, os telespectadores consideraram errada a ação da policial. No início da semana, foram organizadas várias manifestações na USP, pedindo a retirada dos policiais do campus.

²⁵ O episódio ocorreu no dia 07 de outubro de 2005 na USP da zona leste de São Paulo. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo na época, “As meninas, que namoram há quatro meses e se conheceram na própria universidade, dizem que uma estava no colo da outra e trocaram apenas um beijo, um ‘selinho’. Na versão da PM, as duas se beijavam de forma acintosa e trocavam carícias nas partes íntimas, o que configurou ‘ato obsceno’”. A policial teria, de acordo com as jovens, ao vê-las se beijando, dito que não sabia que “homossexualidade era permitida por lei” e, diante da reação das estudantes e de colegas presentes, falado que a USP era lugar de “mães de família e gente séria”. O DCE prometeu na ocasião organizar ato público contra a ação da policial. BRITO, Luísa. **Namoro de garotas vira caso de polícia**. Folha de São Paulo, 07/10/2005, In: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113873.shtml>, página consultada em 19 de junho de 2011.

De acordo com o Coronel, em movimento inverso, a comunidade vizinha à USP organizou-se e solicitou a permanência da policial, dizendo ser injusta a ação dos estudantes e que fatos como o protagonizado pelas jovens eram recorrentes na região, trazendo constrangimento para os moradores. Ele disse ter encontrado o meio termo, transferindo a policial da área. A policial que conduziu as estudantes, segundo ele, era uma pernambucana, uma pessoa conservadora, “boa policial”, mas sem grande instrução, casada e muito religiosa, explicando assim quais fatores, em sua opinião, teriam efetivamente motivado o gesto da policial ao mesmo tempo em que indicava para mim, como interessado em conhecer a instituição, que aquela reação não era um comportamento padrão na polícia. Depois de toda a narrativa, sinal de um tipo de justificativa comum entre policiais, a respeito das demandas sociais contraditórias que caracterizaram o trabalho policial e que o tornariam por demais complexo, ele me perguntou, sem titubear, se era sobre episódios como esse que eu queria pesquisar. Respondi que não, que pretendia analisar “outros aspectos” da presença feminina na corporação. O oficial, então, passou a citar nomes de policiais que poderiam me ajudar, indicando, inclusive, trabalhos produzidos por policiais sobre o tema e disponíveis na Biblioteca do CAES, onde encontrei um major, colega de turma do coronel que me acompanhou e que ficou sabendo do meu interesse em pesquisar na corporação.

A conversa com esses policiais, em certa medida, representou um exemplo sintomático das dúvidas que pairariam sobre a pesquisa e principalmente sobre o tipo de enfoque que eu pretendia dar ao trabalho, além, logicamente, da expectativa de que o meu trabalho se alinhasse à perspectiva interna da corporação, ou pelo menos a levasse em consideração. Do mesmo modo, é importante ressaltar que o fato de eu ter anexado apenas os comprovantes de matrícula e histórico ao ofício apresentado ao Comandante Geral, viria a representar um sério erro do ponto de vista da organização militar, pois de algum modo é provável que ele tenha sido entendido como um sinal, se não de desrespeito, pelo menos de “desleixo” em relação a um de seus princípios fundamentais, ou seja, à hierarquia²⁶. A

²⁶ Conforme assinala Piero Leirner (1997, p. 27), “no trato com militares, o modo de aproximação deve ser considerado prioritário por qualquer um que deseje fazer pesquisa com eles”. Assim, mostra-se oportuno questionar sobre a razão principal para a ocorrência desse erro durante a pesquisa. Penso que para os pesquisadores das ciências sociais, o contato com códigos supostamente conhecidos é uma clara armadilha,

leitura do texto do pesquisador Piero Leirner (2009, p. 39) me ajudaria a entender a extensão do meu erro capital:

O etnógrafo, como o estrangeiro, tem que ser prospectado. Como isso começa? Um primeiro passo é o contato. É preciso, antes de tudo, uma carta oficial da instituição do etnógrafo que passe por instâncias como orientador, chefe, unidade, universidade. Mas isso talvez não baste. Pede-se aos chefes imediatos do etnógrafo – orientador, chefe de departamento ou unidade – que de alguma forma indiquem seu próprio envolvimento no processo. É o primeiro sintoma de que a hierarquia se compromete com o etnógrafo, de que a ‘cadeia de comando universitária’ (o organograma universitário é entendido *como se* fosse uma cadeia de comando) pode ser afetada se algo der errado.

Embora ex-militar, eu não havia despertado para a necessidade de anexar ao documento carta dos meus superiores, que poderiam fundamentar melhor minha solicitação e dar uma demonstração de que eu me encontrava “enquadrado” num dos fundamentos que os meus nativos costumam mais valorizar. Como instituição, a Polícia esperava ser contatada por outra instituição.

As lacunas no meu pedido destinado à corporação gerariam uma situação inusitada, além de atrasar bastante a autorização formal do Comando para a pesquisa. Como mencionado, apresentei o pedido em fins de junho e a autorização foi concedida quase seis meses depois, no início de dezembro, após várias consultas sobre o andamento da solicitação. Antes disso, no início de setembro, percebendo a falha cometida na comunicação com o Comando da Polícia, conversei com a minha orientadora sobre a demora na resposta e que precisava de um ofício da coordenação do doutorado, confirmando ter conhecimento do meu projeto de pesquisa, para enviar novo pedido à corporação, o que fiz no dia 22 de setembro. Poucos dias antes, no dia 10 do mesmo mês, recebi por e-mail uma mensagem da então Secretária do doutorado, informando sobre um telefonema e visitas suspeitas, que ela havia recebido naquela manhã em busca de informações a meu respeito. A funcionária mostrava-se especialmente preocupada com os últimos acontecimentos. Na mensagem, ela dizia que logo assim que chegou ao trabalho

particularmente quando envolvidos pelas percepções do senso comum, segundo o qual os formalismos na experiência pessoal tendam a ser encarados negativamente a priori. Talvez por isso, alguns procedimentos, que para o cidadão civil podem parecer puro apego dos sujeitos a uma indesejada burocracia, são parte dos critérios indispensáveis de sociabilidade com membros de corporações militares.

recebeu um telefonema de um indivíduo chamado “Fábio”, que disse precisar de informações a meu respeito, assim como meu número de telefone para contato. Ela respondeu que não poderia passar dados pessoais de alunos por telefone, mas que ele enviasse mensagem, a qual, em seguida, ela encaminharia para mim, a fim de que eu mesmo tratasse do assunto. A Secretária conta que minutos depois apareceram dois homens na sala e que se apresentaram como “funcionários de um escritório de advocacia em São Paulo”, onde eu supostamente iria trabalhar e que o próprio “Fábio” havia entrado em contato com eles por rádio para conversar pessoalmente com ela e checar as informações que supostamente teriam sido repassadas por mim, pois eles “normalmente não confiam nos documentos apresentados”, e que seria a “checagem” pessoal das informações uma prática comum ao escritório. Evasivos nas respostas às dúvidas da funcionária, ela me informou preocupada que um deles não retirava os óculos de sol, fazendo perguntas recorrentes ao meu respeito, se sabia de algo que desabonasse minha conduta e como era o meu comportamento, enquanto o outro anotava as respostas. Diante das negativas em fornecer detalhes sobre a minha vida, eles foram embora, tendo, pelos menos, uma confirmação importante: eu era de fato aluno do doutorado em Ciências Sociais da Unicamp e pretendia pesquisar sobre a Polícia Militar de São Paulo, não havendo nenhuma indicação de que eu tinha qualquer problema com o doutorado ou a intenção de usar o vínculo com a Universidade para qualquer ação imprópria, envolvendo o meu tema de pesquisa. Fora esse episódio que, como falei, deixou bastante nervosa a Secretária do doutorado, eu notaria, provavelmente impressionado pela investigação, outro acontecimento estranho²⁷.

Em relação à afirmação, dita por um dos “funcionários”, durante a conversa com a Secretária, de que o local onde trabalhavam não costumava confiar nos documentos que lhes são apresentados, mais tarde, já na pesquisa, eu voltei a lidar com a mesma afirmação. Ao falar para um oficial, frente à necessidade de adiantar a pesquisa, que eu poderia ir

²⁷ Lembro que na mesma época recebi seguidos telefonemas em meu celular de um número de São Paulo. Em nenhuma das ligações ouvi a voz do outro lado da linha e por alguns momentos imaginei que pudesse ter minhas conversas telefônicas monitoradas pelo setor de investigações da Pmesp, algo que não se confirmou nos meses seguintes. Tentei retornar a ligação para o número registrado sem sucesso, preferindo pouco tempo depois trocar de número de telefone.

diretamente a um das unidades da PM e apresentar uma cópia do ofício do Comando que me autorizava a pesquisar na corporação, ele respondeu: “documento sozinho não serve. É melhor alguém do setor ligar e dizer que você está autorizado, afinal, qualquer documento pode ser ‘frio’”.

Através, portanto, de um processo longo de “negociação”, no qual não apenas desconfiança e confiança se revezavam, mas o meu ajustamento mais claro às regras do mundo dos meus nativos, eu fiz a incursão no campo. Seguir a linha de Comando da minha instituição era não apenas uma situação protocolar, mas um rito indispensável para adentrar a realidade dos militares, como salientou Piero Leirner (2009, p. 40). Do mesmo modo, não podia perder de vista que uma vez tendo sido policial eu, embora subjetivamente marcado pela experiência da farda, em termos práticos para os “nativos”, não era mais policial, passando a ser inscrito no universo dos civis ou paisanos, com todos os problemas e virtudes que lhes são inerentes. Talvez até minha situação seria um pouco mais complicada, uma vez que eu já havia estado do lado de lá e por alguma ação imprecisa eu poderia me destacar como um “traidor”, que saído das fileiras do mundo militar teria o interesse de prejudicá-lo com acusações ou mesmo interesse em fazer mau uso de informações privilegiadas. De algum modo, o “espectro do Carlos Lamarca” ronda o imaginário policial militar²⁸. Como destacou oportunamente o antropólogo Celso Castro (2009, p. 28): “Se hierarquia e disciplina são os dois pilares da instituição militar – na medida em que são constantemente reafirmadas pelos nativos -, o pesquisador acaba sendo ‘enquadrado’ por elas”.

²⁸ Chamo de “espectro de Carlos Lamarca” a desconfiança comum no meio militar em torno de ex-militares. Como sociedades mais fechadas, as polícias e Forças Armadas veriam com certa reserva a saída de membros dos seus quadros para outras instituições. “Conhecedores” dos seus segredos, esses indivíduos, ao se vincularem a outros espaços, representariam um tipo de ameaça potencial à preservação das regras internas e da intimidade dessas instituições. Carlos Lamarca foi, antes de engajar-se na luta armada contra o regime militar inaugurado em 1964, capitão do Exército e um dos desertores mais famosos da instituição. Desertou das fileiras do Exército em 1969, passando a liderar oposição armada à ditadura a partir do grupo da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, que atuou em assaltos e no sequestro de autoridades, dentre elas embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Bucher. Foi morto em 1971 na Bahia, após perseguição militar que durou dois anos. Numa dessas perseguições, que envolveu o emprego de 2.500 homens das Forças Armadas, além de um grupamento da Polícia Militar de São Paulo, quando estava escondido no Vale do Ribeira, em São Paulo, Carlos Lamarca liderou confrontos que resultaram na morte de vários militares, dentre eles o jovem tenente Alberto Mendes Júnior, herói-símbolo da Polícia Militar paulista.

Passadas as dificuldades iniciais, com autorização formal do Comando da Polícia Militar de São Paulo, parti, aproximadamente oito meses após os primeiros contatos com a instituição²⁹, para a primeira fase da pesquisa de campo. Era início de fevereiro de 2011 e eu levava comigo, além de instrumentos comuns à pesquisa como gravador, câmera fotográfica, caneta e caderno de campo, as expectativas e incertezas que se colam particularmente à experiência do pesquisador no início do seu trabalho de investigação.

Ainda que outros contatos com o universo de análise tivessem sido feitos desde a definição pela mudança de objeto de pesquisa, apenas no mês de fevereiro eu chegaria com a chancela institucional de “pesquisador autorizado pelo Comando Geral da PM” ao campo³⁰. Aspecto decisivo para o meu contato com os policiais, que se tornariam meus interlocutores diretos, e para os resultados aqui apresentados.

Antes da minha chegada à capital paulista, eu havia apresentado ao setor de comunicação da PM, responsável por me acompanhar durante as fases da pesquisa empírica, um cronograma mais ou menos detalhado das visitas que faria à instituição e atividades que pretendia realizar durante os meus períodos de permanência na corporação. Inicialmente com a intenção de começar os trabalhos tão logo recebi a notícia da autorização, por sugestão de um dos policiais do setor encarregado de me recepcionar

²⁹ O primeiro contato com a corporação ocorreu com a apresentação de ofício endereçado ao Comandante Geral da Pmesp, Cel. PM Álvaro Batista Camilo, no dia 28 de junho de 2010.

³⁰ Fruto do meu confronto direto com a realidade objetiva e com questionamentos internos e externos quanto à sua operacionalização, resolvi, após conversa com minha orientadora, mudar de objeto de pesquisa. Para isso, foi fundamental um questionamento feito pela professora Guita Debert ainda na fase da seleção do doutorado. Perguntou-me durante a entrevista por que eu não tinha escolhido no projeto pesquisar a presença feminina em uma polícia, seja civil ou militar, mas na Força Nacional de Segurança. Na ocasião, recorde de ter respondido que a análise da participação feminina na FNS me permitiria acessar o conteúdo das representações de uma diversidade de instituições policiais. Além disso, a instituição que eu conhecia mais de perto até então, a Polícia Militar de Sergipe, eu já havia realizado uma pesquisa semelhante, ainda que em menor amplitude. Com a minha aprovação em concurso para professor na Universidade Federal de Sergipe antes do início do primeiro semestre e, já no segundo semestre com as constantes viagens entre Aracaju e Campinas, percebi que permanecer com a pesquisa sobre a Força Nacional de Segurança Pública seria inexecutável, visto que pelos meus objetivos eu teria que me deslocar diversas vezes para alguns dos Estados que possuem bases da FNS, dentre os Estados do Rio de Janeiro e Paraíba, além do Distrito Federal, a fim de desenvolver a pesquisa de campo. Ao realizar levantamento sobre as pesquisas focadas na análise de gênero nas polícias militares no Brasil, descobri que não havia nenhuma pesquisa mais ampla sobre representações de gênero na Polícia Militar de São Paulo. Sou grato, portanto, às professoras Guita Debert e Mariza Corrêa. À primeira por ter lançado aquela dúvida essencial e à segunda por ter acolhido a minha sugestão de mudança de objeto de pesquisa.

durante essa fase, adiei³¹ o começo do mês de dezembro para o início de fevereiro, quando finalmente cheguei num dia de grande calor em São Paulo para as primeiras entrevistas.

Era por volta das 09 horas da manhã de uma terça-feira que, após falar, no dia anterior, com alguns setores que conheciam a minha proposta de trabalho, eu adentrei novamente ao prédio do Quartel General da PM, localizado próximo à movimentada Avenida Tiradentes. Uma jovem tenente, com quem eu havia conversado semanas antes, por telefone e através de e-mail, recepcionou-me, vindo a ser naquela primeira etapa um apoio fundamental para o meu trabalho e para minha ambientação naquele universo. Poucos dias depois eu já seria conhecido em alguns espaços do Quartel como o “professor” ou “pesquisador da Unicamp que está pesquisando sobre as mulheres na polícia”. Eu já estava devidamente “esquadrinhado” na caserna (LEIRNER, 2009).

A jovem oficial, assim como tantos outros policiais, expressaria uma pergunta que se repetiria ao longo da minha experiência de campo. Em muitas oportunidades fui questionado, num misto de curiosidade e desconfiança compreensíveis, sobre o porquê do meu interesse em pesquisar o tema na instituição. Por que afinal eu havia me interessado em pesquisar sobre as mulheres na Polícia Militar de São Paulo, considerando a possibilidade de fazê-lo em qualquer outra corporação?³²

A explicação que dei aos meus interlocutores nas diferentes ocasiões que essa pergunta surgiu falava não apenas da desistência de um objeto anterior ao meu ingresso no doutorado, mas da importância de pesquisar sobre a presença feminina na Polícia Militar e do pioneirismo do Estado de São Paulo nesse campo, visto que ele representava “a primeira

³¹ A razão para isso foi o argumento apresentado por ele sobre a dificuldade de operacionalizar a pesquisa num período de intenso trabalho da polícia por conta das festas de final de ano.

³² A curiosidade também parecia guardar relação com o fato de ser um homem interessado em pesquisar sobre a presença feminina na corporação. Curiosamente, quase todos os policiais que me perguntaram sobre a razão do meu interesse em pesquisar o tema eram do sexo feminino. A pergunta me colocava também o desafio de pensar a minha relação com o objeto de pesquisa e as possíveis limitações postas à análise, já que como homem, por maior que fosse a minha dedicação, eu não poderia saber exatamente a profundidade da experiência das mulheres na polícia, desde os seus dramas, tensões, expectativas e contradições. Por outro lado, a perspectiva aberta pelas ciências sociais, permitiu-se aproximar-me dessas experiências e acredito ter me possibilitado, junto com outros fatores, um distanciamento capaz de assegurar uma compreensão minimamente distanciada de uma visão condescendente e em certo sentido vitimizada do lugar das mulheres na corporação, mas nem por isso insensível às desigualdades existentes e aos seus efeitos. A minha expectativa está baseada em considerações alentadoras como a da escritora inglesa Virginia Woolf (2012, p. 30): “[...] mesmo que os homens sejam os melhores juizes dos homens e as mulheres das mulheres, há uma faceta de cada sexo que só é conhecida pelo outro sexo, e não consiste apenas no relacionamento amoroso”.

experiência na América Latina” na inclusão de mulheres na atividade policial. A explicação pareceu não apenas suficiente, mas bastante satisfatória pela expressão facial dos policiais com quem conversei. Muitos, citando situações diversas, chamavam à minha atenção para as proporções “gigantescas” da corporação, com efetivo superior “a mais de 100 mil policiais”, número de unidades³³, grupamentos, recursos empregados, operações e chamadas da população³⁴; fatos que a tornavam uma grande “empresa” estatal na área de segurança pública.

A lógica “empresarial”, embora presente não abertamente nos discursos dos meus informantes, costumava vir sob o sinônimo de instituição que de alguns anos para cá passava de modo efetivo a se modernizar, ter mais recursos, equipamentos e, sobretudo, a disponibilizar melhores condições de trabalho para os policiais. Uma melhoria que poderia ser visualizada mais diretamente não apenas no aumento dos investimentos na estrutura da polícia, mas a partir de um “programa de valorização da tropa” e de uma nova “filosofia de policiamento”, como muitos se referiam à política do então Comandante, que teria provocado mudanças expressivas e bastante positivas na corporação.

Embora fosse uma fala direcionada a um “estrangeiro”, no sentido de situá-lo naquela paisagem e fornecer uma imagem oficial e, portanto, positiva da corporação - livre assim de maiores tensões/contradições - a ideia de modernização e valorização policial emergiu em diferentes situações, sob forma direta ou indireta, de modo a revelar um dos

³³ A Polícia Militar do Estado de S. Paulo, cujas origens históricas, segundo a própria instituição, remontariam ao ano de 1831, quando teria sido criado o Corpo Municipal Permanente (ROSEMBERG, 2010) está estruturada a partir de sete diferentes tipos de órgãos: direção geral, direção setorial, apoio, especiais de apoio, execução, especiais de execução e especiais de polícia. A Polícia Militar atualmente desenvolveria atividades operacionais, comunitárias e corporativas sob a coordenação do Comando Geral e Estado Maior e controle da Corregedoria. Os serviços prestados estariam divididos com base na natureza da atividade e na divisão geográfica estabelecida para a realização de ações de prevenção e atendimento de ocorrências. São atualmente 09 Comandos de Policiamento de Interior, 01 Comando de Policiamento da Capital e 01 Comando de Policiamento Metropolitano, além das Diretorias, Comando do Corpo de Bombeiros, Comando de Policiamento Ambiental, Comando de Policiamento Rodoviário, Comando de Policiamento de Choque e Grupamento Aéreo. Para cada Comando, existem batalhões aos quais eles estão subordinados, sendo: 51 Batalhões Metropolitanos, 55 do Interior, 08 de Polícia Rodoviária, 04 de Polícia Ambiental e 04 de Polícia de Choque. Para informações sobre a estrutura e os serviços prestados pela Polícia Militar de São Paulo, ver: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/inicial.asp>, página consultada em 15/01/2014.

³⁴ A central de emergência da Polícia Militar de São Paulo 190 recebe diariamente uma média de 35 mil ligações, de acordo com o setor de Comunicação da Pmesp em informação repassada ao Programa Profissão Repórter da Rede Globo em 2010. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=waZbSUpE0YM>, página consultada em 10/01/2014.

elementos que integram a identidade dos policiais paulistanos contemporaneamente e que lhe traz particular satisfação, juntamente com a referência à memória da corporação e de suas principais personagens e acontecimentos históricos. Com frequência, tanto os policiais quanto o material produzido pela instituição sobre o trabalho policial reforçam um discurso de modernização e de excelência no trabalho policial que visa, entre outros objetivos, marcar junto à tropa e aos visitantes que visualizam os avisos e notícias fixados nos murais existentes nas diversas unidades, uma imagem sobre a corporação na qual se destacam operações e programas policiais exitosos, assim como orientações e elogios do Comandante à tropa. Em um dos murais da unidade na qual fiz um bom número de entrevistas, destacavam-se recortes de jornais com notícias sobre o “padrão internacional” de atendimento ao público e incentivo concedido pelo Comando as ações policiais resolvidas sem a necessidade de disparo de arma de fogo, com ênfase para a necessidade de observação de padrões técnicos na resolução de ocorrências, conforme orientam os protocolos existentes na instituição. As mensagens oficiais do Comando aos policiais tendiam a reforçar a importância de imprimir uma nova lógica de atuação da Pmesp, conhecida pela alta letalidade das operações e pelo histórico de abusos e desrespeito aos direitos humanos. Ganhavam ainda espaço no mural, referências e elogios a aparições positivas da polícia na imprensa. Em um desses documentos, o Comandante concedia elogio aos policiais pela imagem de profissionalismo apresentada durante reportagem do programa da TV Globo “Profissão Repórter”, que veiculou reportagem em novembro de 2010 sobre o trabalho desenvolvido no Copom no atendimento às chamadas da população³⁵.

³⁵ Os policiais falam também de forma recorrente sobre o aumento da escolaridade entre os membros da corporação e que teria ocorrido de forma expressiva nas últimas décadas. Todas essas referências positivas, principalmente as que fazem o percurso polícia-mídia-sociedade, agradam os policiais. Aparecer bem a partir das lentes da imprensa, sobretudo quando são evidenciados os traços heroicos, reconforta os policiais no exercício de uma atividade que eles com frequência definem como desgastante, não apenas pelo sentimento constante de risco experimentado tanto em serviço quanto nas folgas, mas em razão do pouco reconhecimento da profissão e das críticas feitas pela sociedade e que seriam traços evidentes do trabalho policial. Ao percorrer os corredores do prédio do Comando de Policiamento da Capital no início de 2011 visualizei, fixado em um dos murais em meio a cartazes e instruções de serviço, cópia de Ofício do então Comandante Geral, Cel PM Alvaro Camilo com um elogio aos policiais militares que haviam participado do programa Profissão Repórter. O programa foi exibido no dia 09 de novembro de 2010 e abordou o cotidiano das centrais de atendimento dos serviços de emergência da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Segundo o documento: “tenho a grata satisfação de elogiar todos os policiais militares que atuam, anonimamente, nas ruas da capital

Ao percorrer os corredores bastante organizados do conjunto de prédios que compõem o Quartel do Comando General da PM, formado por um grande número de seções e unidades administrativas responsáveis pelo planejamento das operações e ações de atendimento à população como a Central 190, em muitas das paredes placas de metal traziam a mensagem sobre a “missão” da instituição. As placas expressam princípios comuns e bastante valorizados na área da Administração, evidenciando assim um peso simbólico dessa lógica organizacional na formulação das políticas da Secretaria de Segurança Pública, que no Estado recebe o emblemático nome de “Secretaria dos Negócios da Segurança Pública”.

Dispostas quase sempre ao lado da entrada de algumas seções as placas traziam em destaque e nessa ordem: a “política de qualidade”, “missão”, “visão de futuro” e “valores” perseguidos pela corporação no atendimento ao público³⁶. Num dos corredores do prédio administrativo, sobressaía-se a fotografia em preto e branco do Capitão Mendes Júnior, com o seu nome completo, data de nascimento e morte e a inscrição abaixo “Herói da Polícia Militar”. Ao lado da imagem podia-se ler um texto sobre a vida e circunstâncias da morte do jovem oficial, que teria sido “julgado e condenado por um ‘tribunal’ que não lhe

bem servindo a sociedade e, em especial, os policiais militares que representaram toda a Instituição na matéria exibida pelo programa Profissão Repórter, da Tv Globo, em 09 de novembro de 2010 (...) além de todo o lado profissional exibido na matéria, os policiais militares puderam mostrar um pouco de suas vidas, suas famílias, sendo que suas condutas servirão de exemplo para muitas pessoas que assistiram o programa”. Na cópia, encontrava-se ainda escrito à mão a solicitação do Comandante do CPC, Cel. PM Marcos Roberto Chaves da Silva, para que cópias com o elogio do Comandante Geral fossem encaminhadas para todos os CPA/Me e CPTran “para divulgação aos profissionais de polícia ostensiva”, assim como para todos os integrantes do COPOM. Ofício nº CComSoc-016/10/10. Do Cmt Geral para Cmt Policiamento da Capital. O ofício, juntamente com informações sobre a atividade delegada, destinada à fiscalização do comércio ambulante irregular ou ilegal; noções de equilíbrio financeiro; avisos sobre a importância de motoristas de viaturas respeitarem vagas reservadas de estacionamento; parcerias em projetos com universidades e realização de eventos como “Café da Manhã com o Comandante”, tinha como objetivo aumentar o sentimento de coesão e valorização profissional na Pmesp, aspecto ainda hoje elogiado do Comando do Cel. Camilo Batista. A importância reservada a essas ações, que revelavam segundo os meus interlocutores, preocupação do Comando com os homens e mulheres que estavam por trás da farda, atendia uma demanda interna por reconhecimento e atenção, mas também por referências positivas na polícia. Um aspecto ressaltado pela pesquisadora Susana Durão: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/584/policia-no-brasil-sofre-com-ausencia-de-referencias-positivas>, página acessada em 10/02/2014.

³⁶ Com os dois brasões da Polícia Militar (o moderno e o histórico), cabeçalho com a identificação do setor (Comando de Policiamento da Capital) e sua subordinação direta, a placa apresenta como política de qualidade: “excelência e pioneirismo com sustentabilidade”; missão: “proteger o cidadão de São Paulo”; visão de futuro: “tornar-se referência de gestão em Segurança Pública” e, por fim, valores: “Direitos Humanos, Honestidade, Legalidade, Disciplina e Excelência”, sendo exemplo de um discurso valorizado pela instituição e que em tese pretende guiar as ações policiais.

ofereceu nenhuma chance de defesa, foi espancado e morto a coronhadas que o desfiguraram, em 10 de maio de 1970”, bem como para a coragem do policial, que teria se oferecido como refém no lugar de seus subordinados, feridos em emboscada feita por “terroristas”.

A morte do oficial, segundo o texto, constitui um símbolo da luta das “forças legais” contra as ações “extremistas”, na medida em que teria motivado o repúdio da população às ações dos grupos políticos de esquerda que encerraram a vida de um jovem e corajoso policial. O então Tenente Mendes Júnior passaria à história como mártir de um movimento de resistência legítimo e que vincula o imaginário das corporações militares no Brasil à memória em torno das ações de “combate” aos movimentos guerrilheiros de oposição à ditadura, sendo um componente importante de uma identidade bastante valorizada em alguns círculos, sobretudo entre os mais antigos.

Profissionalização, técnica e tradição são, portanto, palavras chaves do universo policial paulista contemporâneo. Palavras que costumam aflorar nos discursos e representações mais comuns, tanto dos policiais com quem conversei, quanto nas peças publicitárias produzidas pela própria PM, como tive a oportunidade de verificar num dvd que ganhei de um oficial, após manifestar interesse de assistir os vídeos que eram exibidos num dos espaços internos reservados aos visitantes ou nos eventos públicos da corporação.

Os sentidos associados à profissionalização do trabalho policial e à preservação dos aspectos tradicionais da Pmesp fazem parte dos processos que atravessam a instituição atualmente e que estão longe de representar um consenso no seu interior. Setores mais conservadores veem nas ações que investem na motivação, na ampliação da melhoria das condições de trabalho, no atendimento a direitos dos policiais, principalmente da base, uma perda significativa da autoridade dos superiores sobre os subordinados, conforme pude acompanhar uma conversa entre um coronel e alguns policiais. O oficial falava informalmente com alguns subordinados, todos do sexo masculino e momentos antes do início de uma solenidade em comemoração ao Dia da Policial Feminino, sobre os problemas apresentados pelos policiais mais novos que, segundo ele, não apresentavam a mesma disposição para o trabalho e compromisso com a instituição. Lembrava que na sua época cansou de dormir vários dias na unidade sem qualquer conforto e enfrentar

dificuldades durante o início da carreira, enquanto que os “policiais de hoje” recorrem à Justiça quando não dispõem de condições ideais de serviço e apresentam mais exigências, reclamando, por exemplo, do desconforto causado pelos coletes balísticos, depois de seguidas horas de trabalho e chegando a negar-se a passar por qualquer sacrifício. Essa dimensão de um conflito existente entre gerações, nesse caso entre novos e antigos policiais, é um aspecto bastante comum às diferentes organizações, mas que no caso da PM de São Paulo evidencia as tensões³⁷ de um período marcado por mudanças na instituição e movimentos voltados à manutenção de uma identidade e doutrina que se apresenta em alguns círculos seriamente abalada. O que serve para destacar que a polícia é um espaço social e cultural bastante heterogêneo e dividido, sob alguns aspectos, por tendências diversas³⁸ que colocam também em oposição segmentos internos, além da conhecida desconfiança dos militares em relação aos “de fora”, os chamados “paisanos” ou “civis”.

Um importante exemplo disso está relacionado às diferentes maneiras como a pesquisa foi recebida em algumas unidades. Se o meu acesso foi franco e sem maiores problemas nas unidades administrativas próximas ao Comando, que se mostrou preocupado desde o início em expressar apoio ao meu trabalho na instituição, na medida em que eu me aproximava das unidades mais tradicionais o meu acesso aos policiais e suas representações se tornou mais difícil. Do mesmo modo, qualquer pedido de informações que extrapolasse aquelas já divulgadas pela instituição, tornava-se claramente mais complicado, sendo seguido de novas exigências e questionamentos. Em alguns casos, o pedido de dados fora do enquadramento comum dos textos formatados para atender a curiosidade comum da

³⁷ Um exemplo dessa tensão pode ser visualizado nos diferentes sentidos que esse processo de modernização da polícia militar paulista recebe dos policiais. Em matéria da Agência Estado do dia 28 de abril deste ano, sob o título “PM paulista compra carros de luxo para oficiais”, o jornal divulgou a aquisição de um veículo Captiva e 61 Vectras no valor de 2,8 milhões para atender os coronéis da corporação, após o próprio governador abrir mão de utilizar veículos de luxo blindados e usar no deslocamento para atividades veículos da marca Vectra, mais simples, portanto, que o destinado para o Comandante da PM. De acordo com o jornal, ao questionado sobre a necessidade dos novos veículos, o Comandante Geral afirmou que “a compra dos carros foi feita porque coronéis são executivos e não podem andar em viaturas para não serem parados a toda hora para atender às ocorrências”. (Grifo meu).

³⁸ Percebe-se em falas como essa uma tentativa de autovalorização dos policiais mais antigos em relação aos policiais mais jovens que, em geral, encontraram um contexto profissional marcado por mais direitos, além de terem, em média, mais anos de estudo, fator que costuma dotá-los de mais prestígio e oportunizar maiores chances de ascensão profissional na corporação ou fora dela.

imprensa ou de eventuais pesquisadores através uma imagem “coerente” e sem tensões sobre o tema, exigiu a insistência e negociação ao longo de toda a pesquisa³⁹.

A despeito da autorização do Comandante e da intermediação de alguns oficiais, que faziam questão de afirmar que não deveriam ser apresentadas restrições à minha pesquisa na corporação, o Comando do BPChoque, por exemplo, preferiu por longo tempo não autorizar, sob o argumento de que precisava conhecer mais de perto os objetivos da pesquisa e saber previamente quais perguntas seriam feitas aos policiais na unidade. Diante da minha insistência em entrevistar policiais da Rota, baseada nos discursos de policiais que apresentavam a unidade como um local mais fechado à presença feminina na corporação, uma das oficiais superiores com quem conversei durante a primeira etapa da pesquisa de campo apresentou como solução que eu entrevistasse policiais que, embora estivessem atualmente em outros setores, haviam trabalhado durante alguns anos naquela unidade.

A lógica institucional, como discutirei, está fundamentada no respeito à hierarquia e disciplina, constituindo esses valores as bases das instituições militares como as PM's. Unidades como a Rota parecem representar uma espécie de reservatório histórico de sentido na instituição, de acordo com o conceito de Berger e Luckmann (2004), sendo a presença feminina nos locais que compõem a razão de ser do grupo, ou seja, a rua e as

³⁹ O mesmo se deu em relação aos mapas de efetivo da corporação, cuja primeira solicitação foi apresentada logo no início da pesquisa. Desde então, constantes pedidos de esclarecimentos e de novas solicitações feitos pelo Comando do Centro de Comunicação Social da instituição postergaram ao máximo a liberação desses dados, importantes para informar com maior segurança a evolução do efetivo feminino e a sua atual distribuição na corporação. Numa das inúmeras ligações que fiz para o Comando do CComSoc, uma das oficiais que havia sido designada para viabilizar a autorização dos dados, perguntou-me na ocasião se de fato era eu mesmo o “Prof. Marcos” que havia falado há cerca de uma semana com ela, sugerindo que outra pessoa pudesse em meu nome estar em busca de informações sobre a instituição. Desconcertado com o questionamento, afirmei que era eu mesmo, apesar de ela ter insistido com certa desconfiança que minha voz estivesse “bastante diferente” naquela ocasião. Falei que poderia apresentar dados pessoais, caso fosse necessária a confirmação da minha identidade, o que se mostrou suficiente, se não para aplacar totalmente a desconfiança da oficial, pelo menos para continuar o diálogo em busca de entendimento sobre a liberação dos dados. Em diferentes momentos da pesquisa, ficou evidente que confrontados cotidianamente com crimes diversos, assim como por programas de treinamento que grosso modo opõem policiais e cidadãos civis, os policiais são orientados a construir uma relação de constante desconfiança, sobretudo em relação a indivíduos externos à instituição. Nessa direção, David Bayley (2006, p. 19) já havia salientado oportunamente a necessidade, por parte do pesquisador interessado em estudar a polícia, de ter uma “paciência desmedida para colher informações”. Os dados foram liberados já quando eu havia concluído a escrita da tese, em maio de 2014, de modo que, em razão dos prazos, busquei utilizar os dados mais gerais, indicando a evolução do efetivo, segundo o gênero, e a atual distribuição pelas diferentes unidades do efetivo da Pmesp.

viaturas, uma ameaça de descaracterização que fere diretamente a sua ideia de respeito à “doutrina” e à “tradição”.

Desse modo, ao lado da etnografia dos treinamentos e da rotina de trabalho de grupos de policiais na Pmesp, voltada para a construção de uma leitura das representações que seja capaz de associar as representações às práticas que lhe dão sentido, voltei-me à realização das entrevistas em profundidade com policiais, masculinos e femininos. O propósito foi alcançar uma compreensão ampla sobre o discurso social em relação à presença feminina na corporação. Compreensão que pudesse revelar os aspectos simbólicos presentes na cultura policial vivenciada por esse grupo.

Em virtude da opção pelo estudo das representações sociais, definimos a análise de conteúdo (Bardin, 1977) como ferramenta mais adaptada para chegar aos sentidos presentes nas falas dos policiais. Desse modo, a utilização dessa técnica seguiu os três momentos da análise de conteúdo, ou seja, a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados e a inferência, com a interpretação das mensagens. Segundo Bardin (1977, p. 105), fazer análise temática “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. O tema costuma ser utilizado como elemento importante de registro, sua função é estudar as motivações, opiniões, atitudes, valores, crenças e tendências subjacentes nos discursos.

Para o trabalho de análise documental, utilizei a análise categorial do tipo temática, entendendo que com esse método é possível, através da classificação e recenseamento, identificar a presença de itens de sentido que comporiam as categorias expressas no “texto”. A intenção foi classificar os diferentes elementos presentes na mensagem, inferindo dados sobre a sua intenção e os sentidos que cada categoria carrega, tendo em vista que a categorização permite o agrupamento de elementos comuns e fornece um conjunto resumido dos dados reunidos. Trata-se de um processo semelhante às etapas destacadas por Geertz (1997) para o entendimento etnográfico, ou seja, o uso de dados convergentes, a explicação de classificações linguísticas e a observação do ciclo vital do grupo analisado.

Para viabilizar a concretização dos objetivos elencados, a pesquisa compreendeu a realização de 44 entrevistas em profundidade com policiais masculinos e femininos que

atuavam na ocasião na cidade de São Paulo, com exceção da entrevista realizada com uma policial pertencente à primeira turma da Polícia Feminina. As entrevistas foram realizadas tendo como suporte roteiro semiestruturado, sendo 05 delas a partir da técnica de história de vida. Foi feito uso ainda do método etnográfico em algumas das unidades da PM da capital, tanto administrativas quanto operacionais, quanto por meio da observação de solenidades, desfiles, atividades operacionais e de treinamento, juntamente com a análise documental de registros sobre a presença feminina colhidos em setores como o Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo e o Centro de Altos Estudos de Segurança (CAES) da mesma instituição. A partir dessas fontes, busquei identificar e analisar as relações de gênero na corporação, compreendendo os sentidos reservados ao papel das mulheres nas atividades desenvolvidas pela Polícia Militar e presentes nos discursos dos entrevistados. Do mesmo modo, utilizei como material de pesquisa matérias e reportagens publicadas em alguns dos principais periódicos do estado de São Paulo, especialmente os registros históricos sobre a presença feminina na corporação, além de trabalhos monográficos desenvolvidos por policiais.

De forma subsidiária, foram analisados perfis de comunidades em redes sociais sobre mulheres em instituições policiais, assim como vídeos, oficiais ou privados, que pudessem permitir um contato com as representações sociais mais comuns a respeito da presença feminina na Polícia Militar. Produzidos em grande parte por policiais militares e admiradores, esses espaços e materiais podem ser concebidos como oportunidades para compreender “a cultura do ponto de vista do sujeito que fala, atua e pensa” (ZALUAR, 1986, p. 122) ao mesmo tempo em que a incorporação dessas outras fontes, que dizem respeito às transformações sociais em curso atualmente e ao papel cada vez maior das redes sociais e das mídias no cotidiano, um recurso importante na produção do conhecimento. Um processo que envolve a conciliação do saber estabelecido com a necessidade, segundo Michel Maffesoli (2007, p. 41), de “[...] ‘saber ouvir o mato crescer’, isto é, estar atento a coisas simples e pequenas”.

Assim, os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos de um conjunto amplo de fontes e compreendem entrevistas, vídeos, postagens em redes sociais na internet, registros de solenidades e treinamentos em unidades de policiamento da capital, bem como de

eventos da Corporação, a exemplo de solenidades de formatura e desfile cívico-militar em comemoração à Independência do Brasil e ao aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932. Reunidos e analisados, esses dados evidenciam parte importante das representações sociais de policiais militares paulistas a respeito das relações de gênero no interior da instituição e, especificamente, do papel reservado às mulheres no campo policial paulistano.

Metodologicamente, portanto, para acessar o conteúdo das representações sociais e das estruturas que lhe dão sustentação, destaco a importância do uso do registro etnográfico, como o trabalho de “descrição densa” pensada por Clifford Geertz (1989), que define a etnografia para além do estabelecimento de relações, seleção de informantes, transcrição de textos, registro de dados num diário, entre outros, mas como processo de análise das estruturas de significação presentes numa realidade específica. Estruturas complexas, que mantêm conexões as mais diversas, que o pesquisador precisa apreender para somente depois apresentar. Como descrição densa, a etnografia, segundo o autor, representa a tentativa de

ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

Nesse processo, relaciono, ainda que esta pesquisa se situe numa área de fronteira das ciências sociais, os três aspectos fundamentais do trabalho antropológico discutidos por Roberto Cardoso de Oliveira (2006): olhar, ouvir e escrever. Processos que implicam a “domesticação teórica” dos sentidos e a abertura para uma relação verdadeiramente dialógica, segundo a qual o “informante” cede lugar ao “interlocutor”.

2 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, além das considerações finais. No primeiro, discute-se o processo histórico de inserção de mulheres em funções de policiamento em São Paulo, com foco na análise da experiência pioneira do Corpo de

Policiamento Feminino, criado em 1955, no então governo de Jânio Quadros até as ações mais recentes, como aquelas que culminaram em 2011 no processo de unificação dos quadros masculino e feminino na Polícia Militar de São Paulo. O capítulo analisa, a partir de fontes históricas, artigos e matérias jornalísticas, além de entrevistas, as concepções que marcaram a criação da Polícia Feminina em São Paulo na década de 1950, os processos de regulação da conduta feminina na corporação e a sua ampliação para além do trabalho assistencial originalmente pensado para as mulheres, indicando, por sua vez, mudanças e permanências nas representações sociais sobre o seu papel na corporação, a exemplo do padrão moral de comportamento exigido e a definição de uma identidade profissional correspondente aos estratos médios da população e, portanto, diversa das mulheres das classes trabalhadoras, alvo da ação policial.

Já no segundo capítulo, o trabalho está centrado na compreensão dos elementos que estruturam a identidade policial militar em São Paulo e que explicariam a ausência de mulheres em alguns espaços da corporação. Por meio da análise da unidade de elite da Pmesp, o 1º Batalhão de Polícia de Choque Tobias de Aguiar – Rota, o capítulo explora o caráter fundamental desse grupamento não apenas para a definição da identidade policial militar paulista, mas para as representações sociais que justificam não empregar mulheres em alguns setores, como nas operações policiais ostensivas desenvolvidas pelas guarnições nas famosas viaturas da Rota. Utilizando os conceitos de segredo, de Georg Simmel (2011), e de reservatório de sentido, de Berger e Luckmann (2004), o trabalho investigou as tensões que envolvem a noção de feminino em espaços tradicionais na polícia militar, de modo a não apenas explicar que estes espaços estão sustentados na ideia de força, violência e coragem, mas que a presença feminina é vista ao mesmo tempo como ameaça e uma espécie de perda de autoridade vinculada ao avanço da democracia e da ampliação de direitos a grupos historicamente marginalizados. O compromisso com o segredo, que constitui um elemento singular do trabalho policial, representa um obstáculo para a inserção plena das mulheres na Polícia Militar de São Paulo. Aspecto que explica as ações nem sempre veladas nesses setores para preservar as velhas engrenagens que sustentam protocolos ilegais de trabalho baseados no uso desmedido da violência e no silêncio sobre os confrontos que resultam num alto padrão de letalidade policial e na permanência de um

protótipo reverenciado de “herói” militar. Um “conhecimento” amparado em objetos e ações simbólicas (BERGER; LUCKMANN, 1985).

O capítulo seguinte, por sua vez, centra a atenção na análise dos usos da imagem feminina na Polícia Militar de São Paulo com o propósito de explicar a razão de personagens históricas como Joana D’Arc e Maria Quitéria não constituírem ícones valorizados pelo discurso institucional, em comparação com outros personagens masculinos que ainda hoje servem como modelos para pautar a atuação dos policiais. No que se refere às instituições policiais, a concepção sobre o corpo feminino ao lado dos processos de socialização interna e o uso da farda conferem os códigos necessários para delimitar uma performance desejada do gênero feminino na polícia militar paulista. O capítulo evidencia como o discurso e as ações institucionais focadas na presença das mulheres na polícia regulam a conduta feminina, definindo e instrumentalizando uma imagem ideal reservada ao público feminino que se associa a um padrão profissional típico de classe média, aos espaços internos da instituição, assim como à valorização da maternidade e dos cuidados com a família, a partir de um projeto claro de poder que passa pela dominação dos corpos e da subjetividade.

Desse modo, enquanto aos agentes do sexo masculino são reservadas funções que remetem à força, coragem, honra, entre outros, as policiais femininas são direcionadas para atividades que exigem pouca capacidade de ação e que reforçam a ideia de passividade, domesticidade e maior sensibilidade como atributos mais valorizados, em nome de uma maior liberdade de agir das unidades operacionais e da concepção difusa de que a presença feminina enfraquece o impacto desejado das ações policiais sobre o controle dos grupos criminosos, que supostamente não respeitariam grupamentos formados por mulheres. Ao mesmo tempo, o direcionamento do público feminino para os setores internos da polícia, ao lado da definição de uma identidade profissional tipicamente de classe média, atenderia os interesses de distinção social do trabalho feminino na corporação e assim contribuiria para diferenciá-lo de outras funções desempenhadas por mulheres das classes trabalhadoras, evitando acusações de que o trabalho das policiais, particularmente aquelas com filhos, representaria desestruturação familiar e degeneração moral.

O último capítulo explora o conteúdo das entrevistas realizadas com policiais militares, a fim de encontrar os núcleos de sentido relacionados não apenas à presença feminina na polícia, mas às razões apontadas pelas policiais femininas para ingressar e permanecer na corporação. O capítulo também explora as representações de policiais masculinos e femininos a respeito do papel da educação, do sentido do ingresso na PM, da identidade policial, processo de formação profissional e sobre concepções de gênero. Do mesmo modo, reflete sobre as possíveis influências da maternidade, classe, raça, casamento, família, estudos, filhos, gerenciamento da casa, entre outros, de modo verificar como esses fatores incidem sobre a relação do público feminino com o trabalho policial, bem como sobre as expectativas reservadas às mulheres nessa área. Com o intuito de explorar diferentes experiências femininas na Polícia Militar, do conjunto das entrevistas, foram analisadas cinco trajetórias a partir da técnica de história de vida, permitindo assim compreender como mulheres de diferentes gerações, círculos hierárquicos e perfis sociais construíram sua identidade profissional frente aos rigores da caserna, ao tempo em que contribuíram para moldar uma percepção sobre o fazer policial feminino. Com base nos dados sobre o efetivo da corporação, analisa-se a sua distribuição, indicando assim os espaços de maior concentração do público feminino. O principal propósito do capítulo foi analisar a compreensão mais comum nos discursos a respeito do percurso histórico desenvolvido pelas mulheres na seara policial militar, bem como em relação às expectativas alimentadas por essa mesma presença e os seus reflexos sobre a dinâmica da instituição policial militar paulista.

Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos resultados da pesquisa acompanhada de algumas reflexões a respeito de como o conteúdo das representações de gênero pode ser compreendido para além de esclarecer o lugar simbólico de homens e mulheres na instituição, mas para explicar a permanência de práticas e políticas de policiamento em São Paulo contemporaneamente. Frente ao questionamento sobre se a identidade da Polícia Militar paulista teria sofrido alterações substanciais com o ingresso do público feminino na corporação, a tese sustentada neste trabalho é de que, apesar das mudanças e expectativas associadas à presença feminina, prevalece atualmente nos discursos e na atuação de várias unidades da Polícia Militar uma identidade refratária à

presença feminina em algumas atividades. De modo geral, a presença das mulheres e os valores usualmente vinculados ao feminino seriam percebidos em vários círculos como elementos “enfraquecedores” da autoridade policial. Com a responsabilidade de manter incólume a identidade da corporação, esses segmentos enxergariam no feminino um tipo de “ameaça”, a expressão de uma democracia “perigosa” para a coesão e o respeito da tropa. Por esse motivo, a manutenção do segredo atuaria como uma das principais razões para o zoneamento e a definição de missões mais “ajustadas” ao perfil feminino na corporação, onde ainda permaneceria vigente a noção do trabalho baseado no enfrentamento como “propriamente policial”, o que evidenciaria a importância de refletir sobre os efeitos das representações sociais sobre as práticas, compreendendo desde os processos de formação, as demandas tanto internas quanto externas em torno do trabalho policial e sobre como as diferenças de gênero podem ser consideradas para efeito de possíveis reformas no campo policial no país.

Capítulo 1: A Polícia Militar de São Paulo e o encontro com o feminino na caserna

Preocupam-se os homens brasileiros com a função a ser atribuída a uma polícia feminina. Será a de dirigir o trânsito, orientar a saída, nos grandes jogos, ou a de prender ladrões e dispersar os fazedores de comícios? Não, leitora, caberá à mulher – segundo a dra. Esther Figueiredo Ferraz – uma função preventiva e protecionista. Como médica, assistente social ou escrivã de polícia, saberá melhor defender as suas companheiras, quer dos maus tratos, dos interrogatórios maliciosos ou dos vexatórios exames de “corpus delicto”, podendo, outrossim, efetuar, com maiores possibilidades de êxito, as necessárias recuperações à sociedade. É certo que para essas funções não teremos criaturas de moral duvidosa ou então garotas de porcelana. A Polícia Feminina será criada por mulheres adultas, independentes e experientes; mulheres capazes de serem úteis à coletividade, minorando, com a sua boa vontade, competência e energia, a miséria, o sofrimento material e moral da infância, das mulheres desamparadas e das decaídas.

Rita de Cássia (Fato em Foco, Secção Feminina - Revista Militia – Ano VI - Nº 41 – outubro de 1953, p. 42).

1.1 Os “Anos Dourados” e as expectativas em torno das mulheres no Brasil

Os anos 1950, os chamados “Anos Dourados”, representaram no Brasil a emergência de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, marcando uma nova e importante fase da história nacional com a sucessão de modelos distintos de desenvolvimento que tinham no avanço da industrialização um elemento comum.

Sob o ritmo intenso dos anos 1950⁴⁰, imigrantes, mulheres e “menores” se tornaram personagens cada vez mais presentes nas ruas das maiores cidades brasileiras⁴¹. Centros de crescimento econômico, nos quais se observava o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e nas instituições de ensino, as nascentes metrópoles do país seguiam

⁴⁰ Inicialmente com o retorno de Getúlio Vargas ao poder no início da década a partir do voto popular, que de uma só vez consagrava o populismo e justificava a retomada do projeto de desenvolvimento focado na ampliação da indústria nacional; passando pela crise política após o seu suicídio até a chegada ao poder de Juscelino Kubitschek e do desenvolvimentismo, o país sofreu importantes mudanças que culminaram na construção da moderna Brasília sob o embalo da bossa nova, da abertura ao capital estrangeiro, da influência do cinema norte-americano, do rádio e da nascente TV que, juntos, expressavam os debates entre o moderno e popular, o nacionalismo e cosmopolitismo. Alteravam-se assim os destinos do país com importantes mudanças nas suas estruturas, bem como nos comportamentos e representações dos brasileiros (NAPOLITANO, 2001).

⁴¹ A pesquisadora Margareth Rago (2010) assinala que já nas primeiras décadas do século XX mulheres e crianças formavam no Brasil grande parte dos trabalhadores das fábricas.

o curso de importantes mudanças operadas no mundo após o fim da Segunda Grande Guerra.

Os sinais mais visíveis das transformações ocorridas nessa fase estavam localizados, sobretudo, na retomada da democracia, na intensificação do crescimento industrial⁴² e no processo de urbanização que teve nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo suas principais representantes, centros de desenvolvimento no país e onde se evidenciou mais fortemente o processo de alteração da paisagem urbana e dos costumes⁴³. Dominados cada vez mais por grandes edifícios, largas avenidas e pela presença de trabalhadores de diferentes regiões do país em busca de colocação, esses espaços seguiam em ritmo intenso as transformações iniciadas nas primeiras décadas do século XX. A construção de obras públicas, o aumento do trânsito de veículos, da construção civil e do êxodo rural para as áreas urbanas são alguns dos aspectos que compõem as novas feições desses espaços, forjados por um projeto de desenvolvimento iniciado na segunda metade dos anos 1950 e que seria responsável pelo aparecimento de novas contradições pautadas no aumento da concentração de renda, na perda do poder aquisitivo dos salários e na internacionalização da economia, que ampliariam as tensões sociais e políticas com fortes reflexos nas décadas seguintes (MENDONÇA, 1990).

Nesse período, esses fatores, somados a influências externas, exerceram grande impacto sobre a composição do mercado de trabalho nacional. Houve significativa ampliação da participação feminina em setores da indústria e da área de serviços, contribuindo para mudanças nas representações de gênero, ainda que estas continuassem bastante ligadas às expectativas em torno dos papéis masculinos e femininos. Papéis segundo os quais as mulheres estariam naturalmente inclinadas a cumprir uma vocação

⁴² Uma das várias propagandas publicadas na imprensa no início da década de 1950 alertava a população sobre a importância de adquirir produtos da indústria nacional. Longe de ser apenas um ato de consumo, comprar produtos nacionais era, antes de tudo, uma espécie de “dever cívico”, um gesto nobre de “patriotismo”: “Consumir Produtos Nacionais É um dever de patriotismo. É contribuir para o desenvolvimento da nossa produção. É ajudar a libertação econômica do Brasil”. Militia, Ano IV, nº 19, novembro/dezembro de 1950, p.45.

⁴³ No número vertiginoso de automóveis, na atitude “ousada” dos jovens em suas lambretas; nas cenas de beijos apaixonados nas salas de cinema; na esperança dos imigrantes que chegavam a todo o momento nessas cidades, expulsos, sobretudo, pela miséria e violência no campo, confluíam as mudanças no período, constituindo a síntese de um país plural e em vias de transformação.

doméstica e os homens a seguirem o destino de titulares do espaço público e responsáveis pelo sustento financeiro das famílias.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho era resultado, entre outros elementos, do processo de urbanização crescente e da ampliação das oportunidades de lazer, trabalho e estudo surgidos no pós-guerra e que assinalavam a ascensão da classe média no país, conforme destacou Carla Pinsky (2010). A partir do crescimento urbano, da ampliação das opções de lazer e da popularização do automóvel, entre outros aspectos, importantes modificações das formas de namoro e intimidade familiar que passaram a autorizar contato mais próximo entre os sexos. Contudo, essas mudanças foram acompanhadas por destacada preocupação com a preservação dos papéis e de uma moral sexual distinta, na qual as mulheres estavam mais diretamente sujeitas a sanções por desvios cometidos e, de forma geral, o trabalho feminino fora do lar fosse visto como moralmente degradante para o marido, sobretudo para os segmentos médios da população. Estes, a partir de diferentes instrumentos como revistas, programas de rádio e conselhos familiares pretendiam direcionar as jovens para o encontro com aquilo que se considerava na época o destino natural de toda mulher, ou seja, o casamento convencional que consagraria a trajetória das “moças de família” em detrimento das “levianas”, que viriam a sofrer com a má fama e mais tarde com a solidão ao serem desprezadas por aqueles que se interessaram apenas pela graciosidade de sua juventude.

Criticavam-se os chamados exageros ocorridos nos bailes de carnaval, de ritmos considerados inapropriados para a juventude como o *rock'n roll*, além das cenas de casais de namorados no cinema, vistas como perigosas para a preservação da moralidade dos jovens, principalmente das jovens inexperientes (PINSKY, 2010). Essas moças, tidas por vezes como “ingênuas”, “inconsequentes” ou “deslumbradas”, poderiam sucumbir às tentações e comprometer a sua honra e a de sua família, um elemento então considerado crucial para assegurar o seu encontro com a natureza através do casamento. Para isso, era importante livrá-las das ameaças como más companhias e a influência de filmes e livros “impróprios”, sob pena de seguirem o destino da personagem de Rachel de Queiroz (2001, p. 163), a jovem Tangerine-Girl, que ao se perceber seduzida pelo aceno de um desconhecido marinheiro, representado em muitos outros militares que se revezavam ao

longo dos dias num dirigível que sobrevoava o quintal de sua casa, amargava a desconfiança lançada sobre a sua honra, mergulhando assim em desesperado arrependimento:

Que vergonha, meu Deus! Dera adeus a tanta gente; traída por uma aparência enganosa, mandara diariamente a tantos rapazes diversos as mais doces mensagens do seu coração, e no sorriso deles, nas palavras cordiais que dirigiam à namorada coletiva, à pequena Tangerine-Girl, que já era uma instituição da base – só viu escárnio, familiaridade insolente... Decerto pensavam que ela era também uma dessas pequenas que namoram os marinheiros de passagem, quem quer que seja [...] decerto pensavam [...]. Meu Deus do Céu!

No que se refere ao trabalho e aos estudos, que tiveram a participação feminina ampliada na década de 1950, eram considerados atividades desaconselhadas para as jovens que já haviam alcançado o casamento. Mantinham-se as reservas a respeito do trabalho feminino fora do lar, identificado como uma ameaça à preservação da feminilidade e de garantias como proteção, sustento e respeito dos homens a partir do casamento. Era bastante comum que ao se casarem ou terem o primeiro filho as mulheres saíssem dos empregos ou abandonassem os estudos para se dedicarem exclusivamente ao lar, alvo privilegiado da atenção feminina através do gerenciamento correto do orçamento doméstico e do atendimento do desejo do marido e dos filhos, que constituíam no senso comum a razão de ser de “toda mulher”. Segundo a historiadora Mary Del Priore (2011, p. 168): “a esposa era, antes de tudo, o complemento do marido no cotidiano doméstico”.

No pensamento corrente no Brasil na primeira metade do século XX, o comportamento feminino ideal estava intrinsecamente associado à experiência do lar a partir da vivência da maternidade, do casamento e do gerenciamento da casa, sendo que para o homem a realização passava pelo trabalho fora do lar e pela circulação nos espaços públicos. Uma distinção que delegava às mulheres, na esfera doméstica, a missão de assegurar filhos para a pátria e cidadãos preparados, através de intenso cuidado e na transmissão de valores, para os desafios do futuro. Se nesse período os homens são classificados socialmente a partir de seu trabalho, expressão pública de sua existência, as mulheres são então definidas tendo como referência o seu corpo e a sua intimidade, presente na sua conduta sexual e reprodutora. Segundo Mariza Corrêa (1983, p. 236), por

sua vez, “o atributo da mulher que é posto em questão em primeiro lugar é a fidelidade. E a unidade de referência das relações entre ambos é o casamento”⁴⁴. A esse respeito, Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998, p. 379) afirmam que:

A cada representante da sociedade matrimonial conferiu-se um atributo essencial. Assim, se ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica. À figura masculina atribuíram-se papéis, poderes e prerrogativas vistos como superiores aos destinados à mulher. Delineava-se com maior nitidez a oposição entre esferas pública e privada, base necessária para que a mulher se torne mulher e o homem se torne homem, ao mesmo tempo que fornece os elementos de identificação do lugar do homem e da mulher em todos os aspectos da vida humana.

Para as jovens solteiras, o cuidado com a aparência era visto como aspecto fundamental. Diferentes publicações apresentavam dicas de moda e beleza que visavam esclarecer o público feminino sobre a importância de cuidar da aparência, apontado como elemento estruturador de sua identidade e que lhe asseguraria maiores chances de inserção social e concretização da expectativa reservada a toda mulher, ou seja, o matrimônio. O ritmo mais intenso das cidades, onde se tornava mais fácil consumir o tempo entre compromissos como família, estudos e/ou trabalho, não poderia ser motivo para descuidar da aparência pessoal. Ainda que tivesse grande parte do seu tempo tomado pelo trabalho e afazeres domésticos, a mulher não poderia apresentar “unhas por fazer”, “cabelos mal penteados” e “vestidos sujos ou manchados”. Questionava uma das seções femininas publicadas em 1954: “você é relaxada?”. Para em seguida argumentar junto às leitoras do periódico: “Ora, a vida pode ser difícil, o tempo escasso, mas uma mulher que se preza, uma mulher realmente FEMININA, sempre achará um minuto ou dois para prender os cabelos, para cuidar da sua aparência”⁴⁵.

⁴⁴ A autora, que estudou os processos de homicídios envolvendo casais na cidade de Campinas-SP no curso de duas décadas (1952-1972), destacou, entre outros aspectos, que o assassinato de mulheres estava associado a um sistema de valores no qual o questionamento feminino em relação ao direito do marido sobre o corpo da mulher, por meio da infidelidade, poderia levar à morte da esposa. A partir do casamento, o marido passaria a ter o direito sobre a vida e morte da esposa, cuja imagem pública “[...] é uma extensão da sua imagem doméstica, da sua obediência aos deveres da mulher no casamento” (CORRÊA, 1983, p. 237).

⁴⁵ Revista Militia, Ano VII, nº 50, julho de 1954, p. 74.

Nas páginas de revistas como a *Militia*, publicação da Força Pública de São Paulo⁴⁶, buscava-se, entre outros conselhos, alertar as jovens para os riscos de encontros com rapazes desprovidos de boas intenções, identificando nas falsas promessas, nas contradições do comportamento do pretendente, sinais de um encontro infeliz com o “amor”. Com frequência, as páginas das sessões femininas, recheadas de dicas de beleza, moda e culinária – elementos considerados fundamentais para formar boas mães e esposas – ressaltavam a importância de as jovens seguirem os conselhos maternos, não se deixando levar por ilusões que pudessem comprometer a sua imagem de “moça de família” e, conseqüentemente, as chances de um bom casamento. Situação vivida pela jovem “Desesperada”, da capital paulista, que a despeito dos conselhos de sua família e da família do próprio rapaz por quem havia se apaixonado, que o acusavam de ser um “doidivanas”, um “caçador de dotes” que gastava toda a sua renda em mesas de jogo e em apostas no Jôquei Clube, entendia não passarem de “intrigas” para comprometer sua felicidade⁴⁷. Os conselhos por vezes variavam conforme a idade e a classe social da leitora⁴⁸, mas em geral

⁴⁶ Essas orientações vinham publicadas na seção feminina que congregava dicas de moda, culinária, atualidades, conselhos amorosos, entre outros. A miscelânea de assuntos pretendia corresponder ao slogan da seção feminina: “um pouco de tudo para as filhas de Eva”. Procurei centrar parte deste capítulo na análise da revista *Militia* e outras publicações lidas pelo público policial em São Paulo. A análise do conteúdo desses periódicos mostra que eles estiveram sintonizados com as orientações presentes em outras publicações acessíveis ao público civil, apresentando expectativas muito semelhantes em torno da distinção entre homens e mulheres. As orientações presentes na revista *Militia* são semelhantes a outros periódicos do período como o “*Jornal das Moças*” e a revista “*O Cruzeiro*”, utilizadas em estudos como o de Carla Pinsky (2010).

⁴⁷ Certa das más intenções do rapaz, a jornalista adverte: “[...] só a pressa que êle está demonstrando para casar, já serve de prova da sua má intenção”, para questionar em seguida: “se não tem culpa no cartório, por que não espera pelo consentimento de seus progenitores?”. In: “*Receituário Amoroso*”, *Militia*, Ano VII, nº 43, Dezembro de 1953, p. 46.

⁴⁸ A preocupação com a conduta feminina fazia parte de um código de moralidade difuso entre os diferentes setores sociais. Desde familiares até vizinhos, todos participavam a partir de diferentes formas de controle, guiando os rumos do comportamento das jovens em direção ao casamento. Contudo, a posição social das moças era um fator importante para definir o “tom” dos conselhos e o sentido que o casamento tomaria em suas vidas, cabendo não raramente às mais afortunadas a possibilidade de escolher o consorte. Se para os setores médios o casamento era um mecanismo importante de mobilidade social ou para assegurar a preservação do padrão de vida por meio de um “bom partido” ou “bom marido”, para os mais abastados, o casamento em certa medida poderia “esperar” um pouco mais, de modo a não comprometer, através da imaturidade da moça com arranjos não bem sucedidos, a permanência de um padrão já “assegurado” por sua família. Os conselhos contidos nas revistas da época indicam que havia uma tendência em reservar às moças ricas uma liberdade maior antes de se entregarem ao casamento, como indica a recomendação apresentada à jovem “*Maluquinha*”, da cidade de Campinas-SP: “Não se aborreça, quando os outros a chamam de *Maluquinha*. O que quererão êles de uma garôta de 18 anos, bonita e rica? Não pense em casar apenas por casar. Divirta-se um pouco. Vá a bailes, tome os seus chás em companhia de amigas, pratique esportes e estude um pouco, pois a riqueza não esconde a ignorância. Quando sentir que está disposta a deixar tudo isso

mantinha-se a orientação para que as moças aproveitassem a vida sem descuidar da preservação de sua “honra”, como a resposta apresentada para a jovem “Colegial”, do Rio Grande do Sul⁴⁹:

Deixe de bobagem. Aproveite a vida, enquanto pode, mas, sempre dentro de uma conduta impecável. Nunca saia com um rapaz, se não gostar de sua companhia e nem chegue altas horas da noite. Procure ir a lugares bem frequentados e não dê escândalos, principalmente se em público. Lembre-se: ‘O maior bem que a mulher possui é a sua reputação’ [...].

Fenômeno mais raro, as dicas também eram dirigidas aos rapazes que procuravam as sessões reservadas aos leitores para saber como se comportar durante a conquista do coração de alguma jovem ou para saber como reagir diante da inconstância do comportamento da amada. Diante das dúvidas, sugeria-se que os homens observassem as especificidades da “psicologia feminina”, marcada por uma natureza por vezes “difícil”, mas ao mesmo tempo simples de contornar através de procedimentos que colocassem em xeque sua vaidade e comprometessem a sua supremacia nas intenções do rapaz. Interessante exemplo de como deveriam se portar os homens diante dos caprichos femininos está na resposta apresentada ao leitor “Paulo B.”, do estado do Pará. O leitor é aconselhado a provocar o objeto do seu amor arrumando outra pretendente, pois ao mexer com os brios da ex seriam maiores as chances de tê-la de volta⁵⁰:

Não se aflija, pois as mulheres são mesmo inconstantes. Finja que não está dando confiança: arranje uma outra garôta, nem que seja por apenas dois ou três dias, ou seja o tempo suficiente para que a sua amada perceba. Depois disso verá como ela voltará, imediatamente, aos braços antigos [...].

em troca de um lar, então escolha um candidato digno de você [...]”. In: “Receituário Amoroso”, Militia, Ano VII, nº 48, Maio, 1954, p. 41.

⁴⁹ “Receituário Amoroso”, In: Militia, Ano X, nº 63, Maio/Junho de 1956, p. 47.

⁵⁰ “Receituário Amoroso”, In: Militia, Ano X, nº 61, Janeiro/Fevereiro de 1956, p. 44. Observe que esse tipo de conselho era próprio aos homens, uma vez que buscar outra companhia para fazer ciúmes era algo mal visto no caso das mulheres, que poderia alcançar má fama por se entregarem a muitos amores. O conselho atenderia a dita especificidade da psicologia feminina, segunda a qual as mulheres não suportariam a rejeição vendo o ex nos braços de outra, bem como concorreriam entre si pelo amor do mesmo rapaz, outrora rejeitado.

No caso das mulheres casadas, aconselhava-se, com frequência, a terem maior atenção à manutenção da harmonia do lar, dependente da sua capacidade de gerenciar recursos e conflitos com competência e descrição. A tranquilidade doméstica seria alcançada, entre outros aspectos, a partir do cuidado dedicado pela dona de casa à sua própria beleza, desde que de forma moderada, no acompanhamento da moda, assim como na ampliação dos seus conhecimentos culinários e no zelo na administração do lar, representado, por exemplo, na boa arrumação do quarto do casal ou no silêncio em torno de assuntos que pudessem comprometer a paz conjugal, como perguntas embaraçosas endereçadas ao marido, responsável pelo sustento familiar. Sob a forma de “pensamento útil”, advertia-se o chamado sexo frágil a respeito do caráter inoportuno de certos questionamentos: “Se as mulheres pensassem antes de fazerem perguntas, evitariam, aos homens, muitas mentiras [...]”⁵¹.

Quando se referia à arrumação da casa, esta não poderia estar acima do direito ao descanso confortável do marido. Para os casais com maiores recursos financeiros era aconselhado à mulher reservar um espaço mais simples, também agradável, para o descanso do esposo durante os intervalos do trabalho, enquanto para aqueles que tivessem menos posses, que ela fizesse o mínimo de sacrifício desarrumando a cama para que nesses momentos o marido pudesse descansar. Justificava a colunista a desarrumação de parte da decoração com a seguinte observação: “afinal é ele quem paga por tudo de bonito e agradável que você possui, em sua casa, e assim sendo deve merecer esta consideração da sua parte”⁵².

A casa, expressão do privado, estava longe de ser um domínio feminino. Além dos lugares de representação e de trabalho sob o controle do chefe de família, como a sala e o escritório, outros passavam pela aprovação final do esposo, considerado a razão da existência material do lar e em relação ao qual a mulher deveria se mostrar esposa dedicada e gerente eficiente do orçamento doméstico. Conforme salientou Michelle Perrot (1988, p. 180): “a fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o micro-espço doméstico”. A “rainha do lar” era a representação da mulher repleta de

⁵¹ “Pensamentos úteis”, In: Militia, Ano X, nº 65, setembro/outubro de 1956, p. 44.

⁵² Revista Militia, Ano VI, nº 58, julho de 1953, Seção Feminina, “Elegância e Personalidade”, p. 40.

virtudes como “bondade”, “senso de justiça”, “simplicidade”, “humor”, “dedicação” e, sobretudo, “paciência” para lidar com os deveres do casamento, principalmente com as limitações morais do cônjuge e com a administração correta da casa. Anjo de virtudes destinado a evitar os perigos dos maus exemplos e a perdoar os erros dos companheiros. Conforme explica Mary Del Priore (2011, p. 160-1):

Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional. Nesse cenário, moviam-se moças de família *versus* levianas, galinhas *versus* moças para casar, vassourinhas e maçanetas. ‘Dar-se ao respeito’ era uma palavra de ordem. ‘Não casar’ era sinônimo de fracasso e interromper carreira, na chegada do primeiro filho, considerado normal.

Esperava-se que a boa esposa fizesse poucas exigências ao marido, que não poderia, após um “dia inteiro de trabalho”, deparar-se com reclamações “desnecessárias”, mas encontrar no amor da esposa virtuosa, e na educação correta dos seus filhos, o seu maior prêmio e refúgio.

O trabalho feminino, embora em crescente expansão nos Anos Dourados, era cercado de preocupações. Em diferentes seções femininas de revistas e programas de rádio, aconselhava-se, frequentemente, à mulher investir sua atenção na carreira do marido, cujo sucesso dependia em grande parte de seu apoio, elemento importante na experiência de grandes personalidades políticas como o General Eisenhower e o ex-presidente Roosevelt⁵³, que tiveram em suas esposas o apoio necessário para a vitória na guerra e para a superação da doença, respectivamente. O fato de ter mais de 25 anos de casado teria, segundo a jornalista Rita de Cássia da Seção Feminina da Revista Militia, consistido em fator fundamental para o triunfo militar do General Eisenhower frente ao seu adversário, um homem divorciado e, portanto, desprovido de consistente apoio doméstico. Cabia, portanto, às mulheres a responsabilidade de atuar de forma eficiente na vida de seus companheiros, auxiliando-os através da escuta paciente e do incentivo para a sua realização profissional.

⁵³ Foram Presidentes dos Estados Unidos. Dwight D. Eisenhower (1890-1969), notabilizou-se por comandar as Forças Aliadas na Europa durante a Segunda Guerra Mundial e ocupou a presidência dos Estados Unidos entre os anos de 1953 e 1961. Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) presidiu o país de 1933 a 1945, período em que os Estados Unidos enfrentaram a Grande Depressão e ocuparam posição decisiva durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com a jornalista, a realização do marido podia prescindir da ajuda financeira da esposa, mas nunca de seu apoio⁵⁴:

Tudo isso vem demonstrar que, não é só dirigindo a economia doméstica que a esposa pode ajudar o marido. Nem é preciso que produza financeiramente, para operar nesse sentido. Mas é, sobretudo, incentivando o trabalho do cônjuge, procurando ouvi-lo e procurando também interessar-se pelas coisas que lhe dizem respeito, que ela o estará amparando e, com a sua fragilidade, ajudando-o a realizar o seu ideal.

Com frequência, o trabalho feminino fora do lar era visto como uma ameaça ao projeto ou estabilidade do casamento e à preservação da feminilidade, principalmente quando se referia a profissões exercidas até pouco tempo apenas por homens e que expunham as mulheres aos riscos da rua e do assédio de seus companheiros de trabalho. O trabalho feminino distante da esfera doméstica esteve, conforme salientou Margareth Rago (2010, p. 589), diretamente associado às discussões sobre a moralidade social, sendo percebido como um sério risco para a preservação da honra feminina e da família. Diferentes profissões femininas, sobretudo ligadas às camadas mais pobres da população, segundo a autora, eram estigmatizadas e, com frequência, percebidas como sinônimo de “perdição moral, degradação e de prostituição”.

Não por acaso, o emprego de mulheres em corporações policiais no Brasil foi antecedido por um período relativamente longo de debates⁵⁵. Estava em questão definir a forma mais segura de incorporar um contingente feminino na atividade sem comprometer a

⁵⁴ Revista Militia, Ano VI, nº 34, março de 1953, página 34.

⁵⁵ A historiadora Rosemeri Moreira (2009) afirma que o processo de discussão em torno da inclusão de mulheres nas forças policiais no Brasil remonta aos anos 1940, estando vinculados ao movimento sufragista da década anterior e a formação de uma concepção de Estado benemerente. Segundo Moreira, “na brecha discursiva de um Estado que protege os ‘desvalidos’, no que concerne as Forças Policiais, se inicia já nos anos 1940 a defesa por parte de grupos de mulheres da inclusão do ‘feminino’ na atividade policial”. Participaram dos debates que culminaram com a criação do Corpo de Policiamento Feminino em São Paulo personagens como a sufragista Bertha Luz, a médica-psiquiatra Maria de Lurdes Pedroso, do Movimento Político Feminino de São Paulo e as advogadas Esther de Figueiredo Ferraz e Hilda Macedo, que viria a ser a primeira comandante da Polícia Feminina. In: MOREIRA, Rosemeri. **A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil – 1940/1950**. I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos Teorías y políticas: desde El Segundo Sexo hasta los debates actuales. 29 y 30 de Octubre de 2009. Sobre uma compreensão mais aprofundada sobre a história da Polícia Feminina de São Paulo em sua primeira década de existência, ver: MOREIRA, Rosemeri. **Sobre polícias e mulheres: a criação do policiamento feminino de São Paulo (1955-1964)**. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011 (Tese de doutorado).

autoridade do cargo e do impacto da ação das novas policiais sobre o comportamento não apenas do público-alvo de seu trabalho quanto da sociedade de uma forma mais ampla. Mostra-se como um dos principais compromissos selecionar mulheres ajustadas a princípios morais, dotadas de espírito cívico e preparadas para enfrentar o desafio de construir uma instituição “respeitada” na crescente São Paulo dos anos 1950, onde, a despeito das mudanças sociais, preservavam-se as expectativas em torno de um ideal feminino que associava pureza, submissão, companheirismo e compromisso com a formação moral da nação.

As preocupações citadas pela jornalista Rita de Cássia, no texto que inicia este capítulo, revelam parte das exigências apresentadas às primeiras mulheres policiais. De acordo com o texto, publicado pouco mais de dois anos antes da formatura da primeira turma da Polícia Feminina, as novas policiais deveriam comprovar retidão moral, independência e experiência, ou seja, não pesar nenhuma acusação sobre o seu comportamento, não ter encargos de família – que não poderia ser penalizada pela dedicação da mulher aos assuntos profissionais – e ter idade adequada para lidar com os desafios da área. Independente da função a ser desempenhada, caberia às novas policiais atuar na preservação da integridade física e moral de outras mulheres e, através de uma perspectiva assistencial, na recuperação dos destinos de menores e mulheres sujeitas a diferentes formas de exclusão e criminalidade, representada pelas cafetinas, cartomantes, ladras, estelionatárias, “fazedoras de anjo”, entre outras.

Destacava-se, portanto, como necessário para o exercício policial serem capazes de afastar qualquer indício de fragilidade, vista como ameaça à preservação de sua autoridade e da imagem da instituição. Sérias sem, contudo, ameaçar a ideia de feminilidade; femininas sem colocar em xeque o exercício de uma profissão eminentemente masculina, as mulheres policiais passariam a enfrentar as exigências do campo policial, ainda que durante as primeiras décadas dessa experiência elas tenham se concentrado mais fortemente no exercício de atividades assistenciais. Como discutirei ao longo dos próximos tópicos, o efetivo feminino ampliou de forma significativa a sua presença no campo policial ao incorporar novas funções. Contudo, a ampliação da participação feminina na polícia se desenvolveu associada à preservação de parte expressiva das reivindicações feitas às

primeiras policiais, como a preservação de atributos específicos como gestos firmes, porém carregados de feminilidade; delicadeza e sensibilidade no contato com o público civil; e comprovada retidão moral; seguindo as expectativas sociais em torno do impacto do trabalho sobre o gênero feminino e, particularmente, centrado nas desconfianças quanto aos sentidos da presença feminina no campo policial, a exemplo de possíveis implicações sobre sua sexualidade.

Desse modo, pautado em documentos diversos, a exemplo de ofícios, relatórios de viagem, livros de ocorrências, boletins internos, matérias de jornais, legislação, entre outros, este capítulo pretende analisar a lógica histórica de inserção do efetivo feminino na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Para isso, compreende desde o processo de criação e desenvolvimento da Polícia Feminina em 1955, sua incorporação à Guarda Civil e mais tarde à Força Pública para criação da Polícia Militar, até as ações mais recentes que resultaram na definição de um quadro único na Pmesp com a ampliação das atribuições reservadas ao efetivo feminino.

Constitui objetivo, a partir do exame desse material e das representações sociais subjacentes, como expressão do conhecimento dos sujeitos sociais envolvidos na construção dessa realidade, compreender a trajetória da Polícia Feminina e as transformações operadas ao longo do tempo no emprego de mulheres em atividades policiais. Segundo Heidensohn e Brown (1999), hoje, a carreira mostra-se bem mais promissora que no passado, em virtude da maior profissionalização da atividade, com seleções baseadas na meritocracia e em ações de combate à corrupção, assim como em razão dos investimentos em protocolos de trabalhos focados cada vez menos no uso da força e que atualmente tendem a privilegiar a aproximação dos policiais com a comunidade. O capítulo busca analisar as tensões decorrentes da presença feminina no campo policial, analisando as mudanças e as expectativas a respeito do trabalho feminino na polícia, onde distante de serem meras peças de uma engrenagem geral, elas exerceram forte influência na trajetória da instituição, selando destinos, provocando transformações, enfim, contribuindo para impor um ritmo específico no movimento da história. Segundo a historiadora Michelle Perrot (1988, p. 212):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos [...]. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Desse modo, neste capítulo busco, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, analisar as representações sociais sobre o trabalho feminino na polícia paulista, tendo como referência tanto a criação da Polícia Feminina em meados dos anos 1950, quanto as ações mais recentes focadas na integração do efetivo feminino aos quadros da Polícia Militar, de modo a encontrar as bases das representações a respeito do papel da mulher no campo policial atualmente. No capítulo, portanto, tenho como objetivo compreender os encontros e desencontros do feminino na caserna, identificando as diferentes formas encontradas pelas policiais para construir caminhos, vivenciar os desafios da profissão e assim definir os fundamentos de sua própria identidade. O material da pesquisa compreende, como destaquei anteriormente, um conjunto amplo de documentos, que vão desde artigos, notícias e matérias publicadas na imprensa, até relatórios de autoridades, correspondências particulares e oficiais, bem como filmes e entrevistas concedidas por policiais ao longo da história feminina na polícia paulista. A diversidade de impressões que marca o conjunto dessas fontes permite identificar tanto a percepção masculina a respeito do trabalho feminino na seara policial quanto o das próprias mulheres envolvidas nesse projeto, revelando assim as ferramentas utilizadas tanto pelas policiais quanto pela instituição para definir uma identidade específica do efetivo feminino nesse campo.

1.2 Hilda Macedo e a criação da Polícia Feminina: os ideais femininos na Polícia

“[Juramos]... invocando as bênçãos de Deus, exercer com honestidade e zelo as funções de proteção e auxílio a menores e mulheres, dentro do mais rigoroso respeito à lei e à dignidade humana, para o bem de São Paulo e a maior grandeza do Brasil”.

Juramento da Polícia Feminina (1955).

Com essas palavras, proferidas em uma só voz no dia 24 de dezembro de 1955 na presença de autoridades, políticos, representantes da imprensa e de familiares, a bacharel

em Direito Hilda Macedo e mais 12 mulheres assumiam o complexo compromisso de atuar, a partir de uma perspectiva preventiva e de proteção, na segurança do estado de São Paulo⁵⁶.

Após acompanhar a tradicional Missa do Galo, na recém-inaugurada catedral da cidade, na qual haviam feito o juramento solene de trabalhar na proteção de crianças e mulheres, o grupo desceria sob os olhares curiosos, orgulhosos e, sobretudo, desconfiados, as escadas da imponente igreja para enfrentar em poucos dias os desafios de um campo até então desconhecido no país para o público feminino. Era o início o trabalho da Polícia Feminina de São Paulo, uma corporação que surgia carregada de expectativas e desconfianças.

Chamadas de forma emblemática de “as 13 mais corajosas de 1955”, essas policiais concretizavam o projeto propagado anos antes no país em periódicos e em eventos acadêmicos por profissionais da área policial, da política e da imprensa nacional, entusiasmados com as experiências internacionais que destacavam as vantagens materiais e simbólicas do emprego de mulheres num campo até então de domínio exclusivo dos homens.

Em abril de 1952, o delegado de Polícia Ubirajara Rocha defendia em artigo sob o título “A mulher policial”, publicado na revista “Investigações”, do Departamento de Investigações de São Paulo, a necessidade de incorporar o público feminino nas funções policiais como resultado de um processo mais amplo que levou a mulher brasileira ao trabalho em diferentes áreas da indústria, do comércio e aos setores burocráticos do serviço público. Para isso, ressalta ser inquestionável, uma vez provada a capacidade feminina em desenvolver tarefas em diferentes áreas, o direito de a mulher adentrar, a partir da alteração da legislação que impedia o seu acesso, em espaços até então reservados aos homens. Um

⁵⁶ A turma teve como paraninfo o Governador Jânio Quadros e homenageados o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Dr. João Batista de Arruda Sampaio, e o General Honorato Pradel. As componentes da turma fizeram o compromisso funcional no dia 23 de dezembro, às 09 horas da manhã, em solenidade realizada no Ginásio do Departamento de Educação Física e Esportes, na capital. Fonte: convite da Escola de Polícia. Fonte: Museu da Polícia Militar de São Paulo.

lugar, segundo o delegado, “onde se respira o oxigênio puro da liberdade e da independência pessoal”⁵⁷.

O artigo, que realiza um apanhado da legislação existente no período sobre o tema, destaca que as mulheres podiam, segundo o código penal, atuar como juradas em lides judiciais e também serem designadas como agentes prioritárias na realização de buscas pessoais em mulheres. Contudo, as leis nº 199 de 1º de dezembro de 1948 e 262 de 12 de março de 1949 impediam o acesso das mulheres aos cargos de delegado, escrivão de polícia, investigador, radiotelegrafista e carcereiro. A possibilidade existente na área era a nomeação de Inspetor de Quarteirão, acessível a ambos os sexos e a quem cabia um caráter essencialmente preventivo, como vigilância e repasse de informações à autoridade policial sobre o cometimento de contravenções e delitos.

Chamando a atenção para a existência de mulheres em unidades policiais na França, Inglaterra e Estados Unidos, salientava o delegado Rocha (1952, p. 57):

[...] não padece a menor dúvida que a mulher, se bem exploradas as suas forças, a sua capacidade e o seu temperamento, pode prestar assinalados serviços nos amplos setores da polícia preventiva e repressiva, ou judiciária. Nem qualidades primorosas de argúcia, sutileza e observação lhe faltam para travar as duras batalhas da investigação criminal.

A partir de argumentos semelhantes, a Secção Feminina de Militia, publicada em maio do mesmo ano, salientava as vantagens do emprego de mulheres em atividades policiais com o seguinte questionamento: “quem, melhor do que outra mulher, poderá compreender os sentimentos femininos e as reações, que muitas vezes os maltratos (sic), os desenganos e a desgraça podem ocasionar”? Vista como uma iniciativa que asseguraria às mulheres maior amparo moral e psicológico, o texto, no entanto, chamava a atenção para o caráter polêmico do projeto do Senador Mozart Lago, que defendia a criação de um corpo feminino no Departamento Federal de Segurança Pública a despeito da forte oposição no meio policial, militar e entre o público masculino em geral. Os opositores da ideia argumentavam que uma vez empregadas em atividades policiais, no uso da força contra

⁵⁷ ROCHA, Ubirajara. “A mulher policial”. “Investigações” – Revista do Departamento de Investigações, Ano IV, São Paulo, Abril de 1952, nº 40, p. 50.

criminosos, as mulheres perderiam a sua feminilidade e a ação policial a sua eficácia⁵⁸. O que, segundo a jornalista, não passava de “babozeiras”, pois “uma mulher, realmente feminina, jamais o deixará de ser, sejam quais forem os empregos e cargos que venha a ocupar⁵⁹”. Baseada na existência cada vez maior de médicas, advogadas, engenheiras, vendedoras de jornal, jornalistas, funcionárias públicas, entre outras profissões até pouco tempo exclusivamente masculinas, o texto questiona a razão de ainda não existirem mulheres diplomatas, investigadoras e delegadas de polícia.

Juntamente com outros textos, as discussões a respeito da participação da mulher na área de segurança vão colaborar decisivamente no processo de criação da Polícia Feminina de São Paulo anos depois, tendo nesses artigos, na influência da Dr^a Ester de Figueiredo Ferraz⁶⁰, Hilda Macedo e do Movimento Político Feminino, através da médica Maria de Lourdes Pedroso, importantes interlocutores. A Dr^a Esther de Figueiredo, em conferência pronunciada no mês de setembro de 1953, a convite do Departamento Feminino do Centro de Debates na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, informou que no ano anterior havia recebido a promessa formal do Secretário de Segurança Pública, Dr Elpídio Reali, de criação de um Departamento Feminino na Polícia de São Paulo. A promessa, realizada durante a “Semana de Estudos Sobre a Prostituição”⁶¹, visava “combater o flagelo da prostituição e travar luta contra o crime de lenocínio”⁶².

⁵⁸ Entre os que discordavam da ideia de empregar mulheres em atividades policiais estava o jornalista Costa Rêgo, que escreveu artigo expondo posicionamento contrário ao projeto do Senador Mozart Lago. Sob a forma de uma carta endereçada a um amigo, de nome Joaquim, o jornalista apresentou críticas ao que considerou ser uma “extravagância do senador”. De acordo com Costa Rêgo: “Um comissário de Polícia deve cumprir tarefas abomináveis. Lida com bêbados e ladrões, fica de plantão pela noite a dentro, ganha inimigos e até, como acontece ao nome de Padilha, inimigas. Figure você, Joaquim, a Angélica, tão bem educada em colégio de freiras, a surpreender moças erradas no Leblon. Além do constrangimento que isso lhe traria, a mesma ação policial perderia muito de sua eficácia no momento em que ela precisasse estabelecer o flagrante, e o cúmplice masculino da culpada se valesse de sua condição de rapaz violento e musculoso. Polícia respeitável é como a dos ingleses: requer homens altos e fortes”. **Revista Militia**, Ano VII, n. 49, jun., p. 35, 1954.

⁵⁹ Secção Feminina, **Revista Militia**, Ano VI, n. 36, maio, p. 38, 1953.

⁶⁰ Esther de Figueiredo Ferraz foi professora e advogada paulista. Primeira mulher a se tornar ministra no país, durante o governo do general João Figueiredo, e a ocupar uma cadeira na Ordem dos Advogados do Brasil.

⁶¹ O evento foi organizado pela Escola de Polícia de São Paulo em 1952.

⁶² A doutora Esther destaca na conferência que chegou a receber pedido do Secretário para que colaborasse na organização do Departamento a partir do recolhimento de experiências internacionais semelhantes e no estudo acerca das possibilidades de sua realização no estado. In: “Atribuições de uma Polícia Feminina”. **Revista Militia**, Ano VII, n. 49, jun., p. 32, 1954.

Ao falar sobre a possibilidade de criação de uma Polícia Feminina, Esther de Figueiredo salienta que a organização dessa entidade deveria levar em consideração unicamente o fato de a presença das mulheres ser realmente necessária para o sucesso de ações na área policial, para além do “superado” desejo feminista de fazer das mulheres concorrentes dos homens nos diversos campos. Segundo Esther, “o que se deve investigar é se a Polícia precisa das mulheres”, fazendo com que o interesse público e o ponto de vista da instituição policial definam para o sexo feminino atribuições “compatíveis” com suas aptidões e capacidades e não como critério “a mulher e o seus pretensos direitos”⁶³. Desse modo, estava claro que diante de ocorrências envolvendo o sexo feminino, seja como vítima ou autora, a mulher policial seria mais recomendável para evitar que a mulher vítima de violência fosse submetida a interrogatórios humilhantes, assim como a atuação feminina no campo policial pudesse colaborar na obtenção de informações de acusadas e proceder, com sensibilidade e segurança, a encaminhamentos mais seguros, conforme a natureza de cada caso. Considerando várias situações, a autora questiona (FIGUEIREDO, 1954, p. 34):

Quem duvidará da conveniência de se manter, no plantão da Central ou do Gabinete de Investigações, uma assistente social ou um corpo de assistentes, para receber as mulheres que aí chegam trazidas pelas viaturas, algumas ébrias e vadias, outras grávidas apanhadas a tentar a prática de um aborto, outras rés de infanticídio, outras prostitutas presas em plena ‘racolage’, outras enfim, moças de família, colegiais conduzidas à presença da autoridade pelo simples fato de estarem a beijar o namorado numa sala escura de cinema ou sob o abrigo discreto de uma alameda de jardim? Quem, melhor que uma assistente social para proceder à triagem desse heterogêneo material humano, encaminhando a doente para o hospital, a gestante para a maternidade, a prostituta para uma casa de recuperação, a mocinha inexperiente para o abrigo seguro de seu lar onde a aguardam, talvez ansiosos, os membros da família, tecendo prognósticos os mais sombrios sobre as possíveis causas de suas demora? E quem mais indicado do que tal funcionária para indagar das causas desse antigo ou recente desajustamento, fazendo a cada qual as perguntas que deve e pode fazer, sem confundir a ébria e a infanticida, a ladra e a prostituta, sem impor à moça de família que, apavorada, se desfaz em lágrimas a um canto da Delegacia, a tremenda vergonha de responder ao inquisitório malicioso e bisbilhoteiro de certos policiais especializados nas tais ‘batidas moralizadoras’ pelo bairros e arrabaldes da cidade? Finalmente, nos casos de crimes contra menores, quem mais apto que uma esclarecida e experimentada assistente social para convencer os pais da vítima de que sua filha não se encontra ‘desonrada’ por um ato de bestialidade alheia, mas que deve permanecer na reconfortante e pura atmosfera doméstica, ao invés de ser remetida, como animal imprestável e corrompido, para

⁶³ Idem.

os asilos e reformatórios onde – aí sim – ficará sujeita a todos os perigos, tornando-se candidata provável ao meretrício?

As situações citadas confirmariam, portanto, a necessidade da presença da mulher na polícia. Era imprescindível, segundo a Professora Esther, promover uma reformulação da instituição, de modo que paulatinamente se ampliasse a presença feminina na área até o momento em que “cada pôsto onde se exigisse a intuição, a sagacidade, a doçura, tenacidade e capacidade de compreensão de uma alma feminina, aí estivesse efetivamente, uma mulher”.

O ingresso feminino na Polícia deveria ser motivado, portanto, não pelo desejo das mulheres de concorrer com os homens pela supremacia na área (interesse atribuído às ideais feministas, consideradas “ultrapassadas”), mas antes de tudo pelo dever de auxiliá-los na resolução de questões que demandavam o emprego de suas “especificidades”. Numa linha semelhante, Hilda Macedo afirmava, pouco tempo antes da formatura da primeira turma de policiais femininos, que a mulher brasileira deveria ingressar no campo policial motivada pelo interesse cívico de contribuir para o melhoramento da Polícia, marcada por uma fama negativa que constituía no período uma das principais razões para a resistência das famílias em autorizarem suas filhas a ingressar na instituição. Assim, o ingresso na Polícia representava, sobretudo, numa obrigação reservada às mulheres, “pois sua ausência no árduo labor policial parece comodismo, parece mesmo covardia, e a nossa História está repleta de exemplos de coragem e sabedoria com que têm as mulheres desempenhado as mais difíceis tarefas”⁶⁴.

Focadas, sobretudo, na participação feminina durante a Segunda Guerra Mundial, onde as mulheres haviam se destacado não apenas nas fábricas de armamentos, na resistência às invasões, no trabalho nas enfermarias, nas ações de vigilância e espionagem, além da atuação, menos comum, no combate direto aos inimigos (QUÉTEL, 2009), as justificativas para a inserção da mulher em atividades policiais encontraram o respaldo

⁶⁴ MACEDO, Hilda. “Polícia Feminina”. *Militia*, Ano X, n. 60, nov./dez., p. 28, 1955. Um ano antes, a revista *Militia* publicava artigo tendo como tema a heroína Maria Quitéria com a seguinte conclusão: “a glória não a cativara, mas sim o desejo de servir ao Brasil”. Espécie de inspiração futura para as mulheres policiais no que se refere ao sentido de seu trabalho. In: “Maria Quitéria de Jesus Medeiros – Alferes do Exército Brasileiro”. *Militia*, Ano VII, n. 48, maio, p. 22, 1954.

necessário nos desafios que se tornaram mais evidentes em centros urbanos como São Paulo em meados dos anos 1950. A partir desse período, no qual as ações em torno do desenvolvimento nacional contribuíram fortemente para a ampliação das desigualdades sociais internas, a problemática da migração e da delinquência feminina e juvenil ganharam contornos dramáticos nos relatórios das autoridades e nas notícias veiculadas na imprensa, que antes já denunciava os reflexos negativos do crescimento urbano, assinalando mudanças importantes na participação das mulheres na estrutura social.

Nos primeiros meses de 1948, a Página Feminina, escrita por Maria Lucia na revista *Militia*, expressava preocupação com o crescimento demográfico da cidade de São Paulo. Através de crônica sobre a nascente moda dos vestidos compridos, a jornalista destacava a incompatibilidade entre a nova moda e a posição ocupada pelo “sexo fraco”, que diferente do passado, naquele momento “formigava” em fábricas, lojas e repartições. O acelerado ritmo vivido na capital era resultado, segundo a jornalista, da crescente saída do campo para a cidade e que consistia numa “doença” comum entre as grandes cidades do mundo civilizado. Em São Paulo, a “enfermidade”, segundo a jornalista, apresentava sintomas mais graves, sendo definida como “Superpopulite aguda”, assinalada pela disputa feroz entre os paulistanos por moradia, alimentação e transporte. Nesse processo, homens e mulheres passavam a disputar oportunidades, sendo a moda dos “vestidos compridos” um forte empecilho à inserção das mulheres no cotidiano, especialmente num contexto de mudança expressiva dos costumes e onde as mulheres necessitavam de roupas que lhes possibilitassem andar com mais rapidez, bem como o acesso e desembarque mais tranquilo nos veículos. Assim, diferente do passado, quando a pressa “não existia” e os compromissos femininos, segundo o texto, poderiam ser resumidos aos encontros com amigas para o chá ou para lições de piano, naquele momento surgiam outros desafios que inviabilizavam a “nova moda” dos vestidos compridos entre as mulheres, inclinadas a concorrer com os homens pela sobrevivência: “Agora a coisa é outra. A disputa pela condução, as lutas nas lojas para conseguir comprar alguma coisa, os encontrões pelas ruas movimentadas, tudo conspira contra a ‘novidade’”⁶⁵.

⁶⁵ Página Feminina, In: *Militia*, Ano I, n. 02, jan./fev., pp. 73-4, 1948.

Desse modo, a criação da Polícia Feminina estava associada ao fluxo das transformações da sociedade brasileira, assinalada por graves desigualdades no período. Consistia, portanto, objetivo primordial ajustar a populosa e pujante cidade de São Paulo, dominada por frenético crescimento urbano, pelo problema da imigração e pelos desafios em torno de novas formas de criminalidade, aos destinos de outros contextos sociais modernos. Considerava-se essencial seguir o exemplo dos países mais desenvolvidos, que já haviam com relativo sucesso empregado mulheres na seara policial, a exemplo de alguns países europeus e dos Estados Unidos.

Decisão gestada no meio político civil, o acesso das mulheres às funções policiais procurou, portanto, nivelar o país no quadro das sociedades mais desenvolvidas do período e no qual o estado de São Paulo emergia como “locomotiva” do desenvolvimento econômico e social do Brasil. O progresso experimentado provocava importantes mudanças nos valores e costumes, ao mesmo tempo em que a capital paulista se destacava como uma das mais importantes metrópoles nas Américas. A esse respeito, o Major da reserva Dércio Chiconello afirmou que a ideia de inserir mulheres na polícia teria partido do então governador Jânio Quadros, que em uma das viagens que fez para a Europa nos anos 1950, havia ficado “encantado” com a presença de mulheres na polícia londrina. Segundo o Oficial, Jânio Quadros pretendia fazer de São Paulo uma cidade moderna como Londres, não apenas com ajustes no meio urbano, mas com a importação de alguns dos seus símbolos, como o ônibus de dois andares e mulheres no policiamento, por exemplo⁶⁶.

A participação feminina visava assim atender as expectativas, sobretudo, dos setores médios e altos da sociedade paulistana, cada vez mais preocupados com a necessidade de ajustamento da realidade brasileira aos processos e inovações vivenciadas pelas sociedades

⁶⁶ A informação foi repassada em conversa informal quando estive, em fins de 2012, na Associação dos Oficiais da Reserva do Estado de São Paulo, localizada no centro da capital paulista, para buscar dados sobre a Coronel Hilda Macedo, como informações não contidas na documentação, a exemplo do seu temperamento, estilo de comandar, bem como a indicação do local onde o seu corpo havia sido sepultado. O Major Dércio estava na ocasião como diretor de Cultura e Relações Públicas da instituição e explicou que além das discussões sobre a criação da Polícia Feminina, anteriores à chegada de Jânio Quadros ao governo do Estado, teria contado bastante essa experiência direta do governador na Europa. Contou-me ainda que Hilda Macedo era bastante amiga da esposa de Jânio Quadros e isso teria ajudado significativamente no processo de criação da Polícia Feminina, sobretudo diante das resistências apresentadas na Guarda Civil à criação da unidade. Esse fato explicaria, por exemplo, o fato de a Polícia Feminina ter permanecido vinculado diretamente ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública. Depoimento informal ao pesquisador em 14/12/2012.

mais desenvolvidas. A experiência de inserção de mulheres em funções policiais, antes de ser vista como uma necessidade de ampliação dos direitos femininos, era percebida e propagada como uma necessidade premente de ajustar as forças policiais de São Paulo ao trabalho das policias mais avançadas do mundo, reservando aos “mais necessitados” que “invadiam” a cidade a face assistencial do Estado. Atendia, portanto, ao projeto de modernização das práticas de policiamento, como sinaliza o artigo “Polícia de Saias”, do jornalista Frederic Sondern, publicado na revista *Seleções Reader's Digest*, em junho de 1958. No texto, Sondern relata as boas experiências registradas pelo *Bureau* de Polícia Feminina do Departamento de Polícia de Nova York, comandado na ocasião pelo Sr^a Theresa Melchionne, “uma mulher bonita, de bom porte, elegantemente trajada, de 42 anos” e bastante diferente da imagem da “corpulenta”, com “horrível uniforme policial e fisionomia carrancuda” de uma policial de Nova York dos anos 1920, apresentada, segundo o jornalista, pela própria Sr^a Melchionne, para evidenciar as mudanças no perfil das agentes, que além de formação universitária, em sua maioria, sabiam pelo menos uma língua estrangeira e tinham experiência nas áreas de ensino, serviço social, enfermagem ou em outras que envolviam o “trato com pessoas”.

Na apresentação do processo de formação das policiais, o texto esclarece que não há distinção no treinamento, que compreendia o estudo de Direito Penal, judô, técnica de captura e uso de revólver e era feito juntamente com os policiais masculinos, com a observação de que a “feminilidade” dessas mulheres não parecia afetada pela formação policial. Segundo Sondern (1958), “dois terços delas são casadas e a maioria tem filhos”. O emprego de mulheres no campo policial oferecia inúmeras vantagens, em geral associadas a elementos específicos da psicologia feminina como discrição, capacidade maior de comunicação, além de atributos como charme e beleza. As mulheres possuíam desde um “jeito especial” de arrancar informações de crianças e jovens; maior inclinação para atuar na proteção de vulneráveis; charme e capacidade de não levantar suspeitas em investigações seja de crimes sexuais, golpistas, batedores de carteira, traficantes e organizações de abortos. Assevera o jornalista: “na prevenção e solução de certas espécies de crimes, a mulher policial moderna é mais eficaz que seu colega masculino” (SONDERN, 1958, Edição 197, p. 64-8).

A Polícia Feminina de São Paulo surge, formalmente, em 12 de maio de 1955, através de decreto n. 25.548, durante o governo de Jânio Quadros. Instituída inicialmente como Corpo de Policiamento Especial Feminino, vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado, passa, após período de experiência, a ser designado Polícia Feminina por meio da Lei n. 5.235, de 15 de janeiro de 1959. Subordinada à Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Feminina é definida no artigo 2º da lei como “corporação uniformizada, organizada com base na disciplina hierárquica” e que tem como atribuições a investigação e prevenção da criminalidade associadas a tarefas de caráter assistencial que deveriam focar a proteção de menores e mulheres, sendo estas funções designadas por melhor se ajustarem ao perfil psicológico feminino.

Consistiam requisitos para ingressar na Polícia Feminina: ser solteira ou viúva sem encargos de família⁶⁷, ter mais de 21 e menos de 35 anos, possuir no mínimo 1,56 de altura⁶⁸, além de capacidade física para a função e bons antecedentes sociais, a serem comprovados por investigação social de caráter eliminatório. Exigia-se como escolaridade que as candidatas possuísem o curso secundário completo ou grau correspondente⁶⁹, bem como fossem aprovadas nos exames teóricos⁷⁰ e psicotécnicos realizados pela Escola de Polícia, além da entrevista oral. Na sua totalidade, as provas buscavam selecionar candidatas que conciliassem boa formação escolar e clara “retidão” moral que as distinguisse como profissionais capazes do ponto de vista intelectual e do pundonor social para o exercício do trabalho, que compreendia como uma das suas principais exigências o senso de “dever cívico” e “amor ao próximo”.

Antes mesmo do início das atividades da Polícia Feminina, foi conferida bastante ênfase aos aspectos morais que deveriam nortear a atuação das policiais femininas. Não por acaso, dentre os principais requisitos solicitados às novas policiais estavam o de possuírem:

⁶⁷ Na lei nº 5.235, de 15 de janeiro de 1959, é permitido também o ingresso de mulheres desquitadas, desde que o desquite fosse resultado de decisão consensual dos cônjuges ou que não tenha sido provocado, conforme decisão judicial, por falta grave da esposa.

⁶⁸ As exigências nesse campo sofreram alterações ao longo do tempo. Em 1969, exigia-se que as candidatas tivessem no mínimo 1,60m de altura.

⁶⁹ Era exigida a apresentação de diploma de curso secundário, podendo ser: Científico, Normal e Técnico em Contabilidade.

⁷⁰ O programa para o exame de seleção compreendia cinco matérias: Português, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Ciências Físicas e Naturais e Matemática.

“perfeita idoneidade moral” e “exemplar conduta pessoal, familiar e social”, atributos considerados indispensáveis para o cumprimento da missão de orientar e proteger jovens, mulheres e idosos desamparados.

A inserção de mulheres na área visava atender o fluxo de mudanças sociais em andamento no período, assinalando o público feminino como dotado de direitos, mas, antes disso, como detentor de “qualidades naturais” que poderiam ser aproveitadas para desafios específicos no campo policial, em sua perspectiva moralizadora. De modo amplo, as mulheres eram vistas como “auxiliares” adequadas para o desafio de empreender ações preventivas que pudessem particularmente desafogar os órgãos policiais, sobretudo das ocorrências “menores” que diziam respeito ao campo mais assistencial que propriamente policial como as “desinteligências” entre casais ou vizinhos. No campo policial, tornava-se cada vez mais comum a ideia de que a participação feminina poderia liberar os homens, como em outros setores, para se dedicarem ao desenvolvimento de tarefas que exigiam exclusivamente o emprego de suas qualidades físicas e psíquicas, reservando às mulheres o papel de colaboradora na tarefa de manutenção da ordem “dentro dos ditames da compreensão, do auxílio e da bondade”, segundo trecho da aula inaugural proferida pela Comandante Hilda Macedo⁷¹, em 01 de outubro de 1965, no X Curso de Polícia Feminina realizada no salão nobre da Escola de Polícia. Em artigo de Germana Garilli, definia-se, por sua vez, o que não era a Polícia Feminina⁷²:

Não é um corpo policial constituído de mulheres masculinizadas, fisicamente super-desenvolvidas e agressivas. Não é uma corporação que se destina a efetuar a prisão de criminosos ou a interferir em distúrbios e arruaças. Não é um corpo destinado exclusivamente a funcionar junto à Delegacia de Costumes. Não é um agrupamento de môças e senhoras alistadas ao acaso, já que as candidatas têm que possuir um alto nível de instrução, decidida vocação para os serviços policiais e, naturalmente, ótimos antecedentes.

⁷¹ A primeira Subcomandante da Polícia Feminina foi a Professora Eurydice as Silva Costa, formada em Educação Física e servidora pública estadual inicialmente lotada no Departamento de Educação Física e Esportes como técnico em Educação. Nascida em São Paulo em 04 de junho de 1911, a Professora Eurýdice permaneceu no Subcomando da Polícia Feminina até o ano de 1960, quando aposentou-se, após contar mais de 30 anos no serviço público estadual.

⁷² O texto foi publicado no número 06 da revista “Indicador Bandeirante”, em novembro de 1967.

Primeira comandante da Polícia Feminina, Hilda Macedo exerceu um papel fundamental no desenvolvimento dessa experiência pioneira no Brasil a partir de forte apoio no meio político e obstinação na consolidação do trabalho dessa corporação, seja seguindo o exitoso modelo da polícia britânica, seja divulgando no país e fora dele os sucessos alcançados pela corporação paulista. A promoção da imagem do trabalho da Polícia Feminina, juntamente com transformações no campo político e social foi um instrumento valioso para consolidar essa experiência em São Paulo e torná-la peça indispensável nos destinos da Segurança Pública no país, que encontraria na imagem da mulher policial um importante instrumento no processo de reformulação da imagem das polícias, imprimindo o sentido de um policiamento marcado pelo “rigor com eficiência e bondade” e no qual polícia e assistência fundiam-se na imagem da policial de gestos maternais⁷³. Essa dimensão foi de modo insistente reforçada tanto pelo discurso interno quanto externo desde a criação da Polícia Feminina e mesmo décadas após a sua incorporação à Polícia Militar. Destaca-se, neste sentido, o registro contido no jornal Notícias Populares, de 08 de março de 1978, sob o título: “Policial feminina auxilia mulher e amamenta criança”. No texto, é narrada a história de uma mulher anônima que no Jardim da Luz mendigava junto a transeuntes do local ajuda para salvar o filho, “um bebê de três meses, mas que aparentava apenas 15 dias, devido a seu estado de desnutrição”. A situação da criança faria reunir uma quantidade expressiva de curiosos, até que uma senhora aproximou-se e ao saber do caso se ofereceu para amamentá-la, visto que coincidentemente tinha um bebê lactante. Além de amamentar a criança, a senhora, que só após insistentes pedidos da agradecida mãe revelou que se chamava Cecília, que era policial feminina e trabalhava no Centro de Operações da PM, ainda orientou a mulher a buscar auxílio na Santa Casa ou Amparo Maternal para que pudesse alimentar o filho adequadamente. O gesto solidário da policial feminina seria, no entanto, minimizado diante do turbilhão de problemas sociais que marcam o cotidiano da metrópole. Assim se ressaltava no final do texto: [o] “referido caso, entre tantos que ocorrem minuto a minuto de cada dia em São

⁷³ Essa dimensão do “cuidado” e “orientação” dos mais pobres estava fundada na compreensão que esse trabalho estava perfeitamente sintonizado com as qualidades morais das mulheres e colaboraria, em certa medida, para ampliar a face materna da Polícia e das próprias mulheres, envolvidas nos diferentes casos que lhe eram apresentados todos os dias nos movimentos locais onde atuavam.

Paulo, não transformou Cecília numa heroína daquela sexta-feira, mas gerou-lhe apenas o orgulho de ter cumprido mais uma missão, espelhada na filosofia que caracteriza o Batalhão Especial Feminino: simplesmente servir”⁷⁴.

Pautado em lemas como “a farda não tira o charme de Eva”, a Polícia Feminina desde cedo se apresentou como a expressão mais clara do ajuste da cidade de São Paulo e do Brasil à realidade das nações mais modernas. Para isso, a Polícia Feminina procurou ajustar-se a outras corporações congêneres, a exemplo da Polícia Feminina inglesa, incorporando desde padrões de organização interna, legislação, treinamentos, até o modelo de fardamento. Com o propósito de vincular-se ao paradigma de eficiência e modernidade, a Secretaria de Negócios Segurança Pública de São Paulo direcionou recursos para viabilizar a Polícia Feminina, investindo na ampliação do efetivo e na diversificação de experiências que permitissem a continuidade desse projeto e sua maior assimilação ao contexto paulista a partir de ampla divulgação nos meios de comunicação, com *releases* constantes na imprensa, participação em programas de rádio e televisão, além da produção de filmes publicitários que promovessem rápida inserção do trabalho policial feminino ao imaginário social. As peças publicitárias compreendiam desde matérias nos principais jornais do país até a produção de vídeos que sintetizavam a rotina das policiais na busca de solução para diferentes dramas sociais como desaparecimento de crianças, idosos, atendimento médico, entre outros. Material que visava esclarecer a natureza do trabalho feminino na polícia, justificando-o diante da opinião pública ao reforçar a sua importância na assistência aos mais necessitados e na efetivação de um tipo de controle social pautado na exploração da dimensão materna das policiais.

⁷⁴ In: Notícias Populares, 08/03/1978.

Figura 01



Policiais encaminhando mulheres carentes para o serviço de assistência social do Estado em São Paulo.

Fonte: Acervo do Museu da Pmesp. Foto sem data. Estima-se que a foto seja dos anos 1960.

Figura 02



Policiaf feminina em atuação nas ruas de São Paulo no ano de 1964.

Fonte: Acervo do Museu da Pmesp.

Além das matérias publicadas em jornais e revistas, o governo de São Paulo financiou a produção de filmes publicitários com o propósito de divulgar o trabalho da nova corporação. Um dos mais importantes trabalhos é o filme “Polícia Feminina”⁷⁵, do cineasta Ozualdo Candeias, conhecido por importantes produções no cinema brasileiro⁷⁶. O filme, produzido em 1959⁷⁷ e lançado em 1960, retrata em pouco mais de 10 minutos o cotidiano

⁷⁵ Ao tomar conhecimento do filme, entrei em contato com a empresa Heco Produções, responsável pela conservação do Acervo Ozualdo Candeias e fiz a apresentação dos objetivos da minha pesquisa, manifestando o interesse de ter acesso a essa produção específica do cineasta. Pouco tempo após o primeiro contato com a produtora, recebi em casa uma cópia em dvd do filme. Sou, portanto, bastante grato a Heco Produções e, particularmente a Eugenio Puppo, seu diretor, que viabilizou a autorização da cópia do filme “Polícia Feminina”. Eugenio Puppo é também cineasta e autor de documentário sobre a vida e obra de Ozualdo Candeias: “Ozualdo Candeias e o Cinema”.

⁷⁶ Ozualdo Candeias, de origem social pobre, foi caminhoneiro e militar, destacando-se como um dos pioneiros do cinema marginal no Brasil. Além de diretor, atuou como ator e roteirista em várias produções brasileiras importantes. Nascido em Cajobi em 1918, faleceu em 2007 na cidade de São Paulo - SP. Algumas das suas principais obras: “A Margem” (1967) e “Trilogia do Terror” (1968), que produziu um dos segmentos para José Mojica Marin, e “A Herança” (1970). A produção de Candeias compreende 35 filmes e 12 telefilmes, além de rico acervo fotográfico. Fonte: <http://www.ozualdocandeias.com.br/index.php>, página consultada em 30 de outubro de 2012.

⁷⁷ Hilda Macedo apresenta ao Sr. Flávio Tambelini, Presidente de Comissão Estadual de Cinema, pedido de empréstimo do filme em novembro de 1959, com o objetivo de “melhor ilustrar a atividade desta Corporação”

da Polícia Feminina desde os treinamentos, que envolviam aulas teóricas, exercícios de ordem unida, defesa pessoal, tiro e esportes como ginástica, até o seu trabalho de policiamento em espaços distintos como posto policial, acolhendo mulheres e crianças pobres, aeroporto e estações ferroviárias. O filme tem como foco a resolução do caso de uma criança que é identificada circulando sozinha em um dos trens da cidade. Com o objetivo de apresentar o trabalho desenvolvido pela Polícia Feminina, a produção retrata a atuação de uma dupla de policiais que, uma vez comunicadas a respeito de um garoto que segue sozinho em viagem de trem, saem em sua busca e se deparam com a desconfiança do garoto e ao mesmo tempo com a resistência de uma mulher suspeita. Ao vislumbrar as policiais, a mulher, que apresenta sinais de perturbação mental, foge, sendo perseguida por uma das policiais. Percebendo-se sem saída, ela retira da roupa uma navalha e avança na direção da policial, que de forma rápida a desarma, imobilizando-a sem que se expresse, além do emprego correto da técnica, sinal de violência ou excesso. As policiais conduzem a mulher e o garoto, de aproximadamente 08 anos para o posto policial, onde eles tentam fugir sem sucesso. Lá, uma delas entra em contato com a delegacia e repassa informações sobre a ocorrência, de modo que um investigador vai até o posto com o propósito de conduzir a mulher que havia resistido à prisão. Nesse tempo, uma das policiais, de nome Renata, aproxima-se de forma paciente do garoto, que se mostra resistente em repassar informações sobre a sua família e os motivos para ter saído de casa. Demonstrando habilidade, as policiais celebram, a partir da troca sutil de olhares e sorrisos cúmplices, aquelas que seriam as marcas do trabalho policial feminino: o exercício suave da autoridade policial por meio de demonstrações de bondade. Mesmo diante da resistência violenta da mulher e das mal criações do garoto, elas se mostram serenas e firmes no seu ideal. Aproximam-se de forma cuidadosa, oferecem doces e entre perguntas aparentemente despretensiosas e elogios conseguem coletar informações decisivas para o desfecho do caso, evidenciando capacidade de investigação. Renata, ao aproximar-se da criança, marcada por certa rebeldia, elogia-lhe a roupa ao mesmo tempo em desliza sutilmente a mão em direção ao colarinho, verifica o local de fabricação da peça, um indício importante

durante as palestras que faria em Buenos Aires por ocasião do “Intercâmbio Cívico Social Feminino”. Fonte: Of. P.F. nº 376/59, de 26 de novembro de 1959. A viagem foi adiada, sendo realizada em outubro de 1961.

para localizar a procedência do garoto. Na sequência, uma das policiais encaminha a mulher suspeita, que se nega a ser escoltada pelo investigador: “homem não!”, mas aceita de forma confiante a presença da policial. O garoto, de nome Roberto, termina por adormecer e Renata o leva para a sua casa, pois o dia seguinte era a sua folga. O garoto acorda na casa da policial e o filme reforça o cuidado materno de Renata, que havia providenciado pijama para o pequeno Roberto e o acomodado de forma confortável no sofá da casa, numa configuração doméstica próxima a dos segmentos médios da população. A casa parece simples, porém organizada, com cozinha ampla, aparelho de rádio e equipamentos domésticos. Além disso, Renata está vestida de forma elegante, com vestido rodado da moda e sapato de salto médio enquanto aguarda juntamente com outra moça, igualmente elegante, Roberto levantar. Uma voz feminina pergunta de um dos cômodos da casa se “o fujão” de Renata já havia acordado, revelando que situações como aquela não eram estranhas ao ambiente familiar da policial. A casa de Renata tem as marcas de uma ordem doméstica de classe média, ideal este “segundo o qual um lar asseado, confortável e ordenado é conduzido por uma esposa e mãe competente e vestida conforme a moda” (WEINSTEIN, 1995, p. 170).

Já acordado, Renata o recebe com um largo sorriso e lhe deseja bom dia. O garoto não gosta do apelido de “fujão” e estranha a policial sem a farda. Ele questiona: “Você não é mais soldado?”. Ela responde em meio a um sorriso: “Sou, é que hoje eu estou de folga”, convidando-o para o café da manhã. Na cena posterior, Renata leva o garoto para passear em um clube na cidade e ele aparece já com uma bola. Ela pede que Roberto o aguarde por um instante e ele então aproveita para fugir, percorrendo os diferentes espaços do parque⁷⁸, onde encontra nos balanços e em outros lugares um “obstáculo” para sua fuga. Antes de tudo Roberto é uma criança carente de diversão. Ao avistar a policial, o garoto resolve fugir mais uma vez. Ela grita por seu nome e ao correr em sua direção ela cai. Roberto percebe

⁷⁸ O “parque” em questão é o Clube Espéria, localizado às margens do rio Tietê, na zona norte de São Paulo. O clube poliesportivo foi criado em fins do século de XIX por membros da colônia italiana na cidade e tinha como principal esporte o remo, praticado no rio Tietê, assim como as competições de natação. A aparição do clube, identificado pelas estátuas dos nadadores em posição de salto voltadas para o rio Tietê, revela a filiação de classe de Renata aos estratos médios paulistas, “reconhecível” pelos gestos polidos de educação, pela configuração do lar e pelos espaços que frequenta fora do horário de serviço. O Clube Espéria até hoje é reconhecido como um espaço reservado às classes média e alta paulistanas da zona norte da capital.

que Renata está caída⁷⁹. Ela segura um dos punhos, indicando que havia se machucado na queda. Sensibilizado, o garoto volta e pergunta se ela estava machucada. Renata diz que não havia sido “nada” e pede para que ele a ajude a levantar. O garoto ampara a policial e ela anda com alguma dificuldade, enquanto os dois passam a conversar. A criança pergunta se Renata não havia ficado com raiva por ele ter tentado fugir e ela mais uma vez com um sorriso afirma que não, que “já até estou gostando de você”. Ele volta para pegar a bola que havia esquecido e promete não mais fugir. A policial pede então que ele conte o motivo porque havia fugido de casa. Amparando-o com uma das mãos, que passeia entre a sua cabeça e ombros, Renata o ouve atento: ele fugiu porque seus pais não lhe davam atenção, “eles nunca brincam comigo em casa”. Na parte final, a policial que havia recolhido o garoto com Renata liga da sede da Polícia Feminina e informa-lhe que o pai de Roberto já estava no local aguardando por ele e que ela mandaria um carro para buscá-lo. Informa ainda que Renata estava certa quando indicou a cidade de Botucatu, constante na etiqueta da roupa de Roberto, como a sua possível origem. O filme encerra com a chegada de uma terceira policial na viatura da Polícia Feminina e o garoto sendo entregue por Renata. Ela olha e com um sorriso de expressão materna e realizada transmuta-se na imagem de Renata fardada, seguida por imagens que sobrepõem sob o som de música solene, que glorifica o desfecho feliz do caso: primeiro policiais em marcha e depois a imagem da cidade de São Paulo vista do alto com centenas de edifícios. Na cidade que cresce de forma vertiginosa, existe uma corporação que zela pela paz e segurança das “famílias”. O garoto é então

⁷⁹ Por um momento, o filme sugere que Renata finge ter se machucado na queda. O objetivo do fingimento seria provocar o retorno de Roberto, sensibilizado pela demonstração de fragilidade daquela que havia lhe oferecido o apoio maternal. Assim como a sensibilidade, paciência, capacidade de comunicação, entre outros, esse seria um recurso utilizado pela policial para aproximar-se do garoto, que apesar de muito jovem, representaria a inclinação instintiva do sexo masculino, supostamente direcionado desde cedo à proteção das mulheres. Rosemeri Moreira (2011) afirma que o filme foi cesurado, não indicando por sua vez se a produção teria sofrido ajustes a partir das orientações do órgão de controle, com a supressão de algum trecho e mais tarde liberada, ou proibido na totalidade antes de ser divulgado. Algo, considerando ser uma produção financiada pelo próprio Estado de São Paulo, pouco provável. Além disso, a própria Comandante solicitaria a órgão do governo o filme pouco tempo depois de lançado para divulgá-lo na viagem de intercâmbio que fez. Segundo a historiadora (MOREIRA, 2011, p. 196), a parte do filme na qual a personagem da policial cai teria sido a razão para que os censores não autorizassem de imediato a divulgação da produção: “Destituído de qualquer conotação política desfavorável, ao que tudo indica, a censura do filme se deveu à cena em que a policial, após cair, fica estendida sobre a grama, com mechas do cabelo soltas sobre o rosto e uma alça da saída de banho caída sobre o ombro. A policial, mesmo que fora de serviço, exposta como uma mulher extremamente sensual parece ter sido o motivo da não exibição e censura imediata do filme, que havia sido feito em comemoração à lei sancionada em 1959”.

entregue ao seu pai e a policial pode considerar finalizado o seu trabalho, que ganha um sentido missionário.

O pequeno Roberto, apesar de inicialmente tentar fugir, diante do cuidado da policial, prefere permanecer ao lado de Renata, com quem ele estabelece uma relação de confiança ao encontrar nela a expressão mais direta do cuidado materno. O filme volta-se para algo muito comum nas descrições do trabalho desenvolvido pela Polícia Feminina, ou seja, o sentido “vocacional” do trabalho e a exposição daquelas que seriam as especificidades da atuação das mulheres na polícia. Orientadas pelo sentido assistencial, as policiais reforçam em seu trabalho o apelo à comunicação, a preservação da feminilidade e ao emprego de técnicas que relacionadas aos atributos considerados inatos das mulheres como “sensibilidade”, “argúcia” e “paciência” compõem o caráter decisivo para o “sucesso” da Polícia Feminina, apresentada como um instrumento na preservação de “valores”. Num contexto que se moderniza, a rebeldia infantil e a omissão dos pais, imersos na rotina de trabalho na cidade frenética, são claras ameaças à família e um estímulo ao aumento da delinquência dos jovens. No filme, mesmo de folga, a policial continua focada na tarefa de assegurar cuidado e proteção à criança. Esse sentido de compromisso constante com o trabalho está presente não apenas nas peças publicitárias, mas na legislação e entrevistas concedidas pelas policiais para divulgar a corporação.

O sentido vocacional do trabalho é constantemente reforçado nos discursos da Comandante e de suas subordinadas. Nas entrevistas, destaca-se o interesse das policiais em difundir as ações da Polícia Feminina como instituição muito mais relacionada a ações de assistência social, do que propriamente policiais, mostrando-se um recurso importante para atrair jovens interessadas em encontrar na profissão a concretização de um ideal de auxílio aos mais necessitados, ao mesmo tempo em que seriam apresentadas à sociedade como profissionais diferenciadas de classe média, sem as marcas comuns às mulheres trabalhadoras. Não por acaso, as notícias sobre o concurso para ingresso na Polícia Feminina não fazem referência explícita aos salários pagos, bastante expressivos na época, uma vez que era bastante marginalizada a imagem da mulher que trabalhava por dinheiro, como as trabalhadoras operárias.

O início do trabalho da Polícia Feminina, contudo, foi marcado por sérias dificuldades enfrentadas pelo Comando para encontrar candidatas consideradas aptas para a função. Em muitos casos, as jovens candidatas não apresentavam os requisitos mínimos de escolaridade exigidos ou tendiam a desistir nas primeiras semanas frente às exigências do cargo diante de outras oportunidades de emprego ou casamento, ainda considerado o destino prioritário de toda mulher. Para os setores sociais médios, nos quais era mais comum a existência de mulheres com maior escolaridade, o trabalho feminino fora de casa era visto como desonroso e mesmo o magistério, curso mais comum entre as jovens, não assegurava que estas seguiriam a profissão. Em muitos casos, cursar a Escola Normal significava agregar valor simbólico à moça, a quem se esperava nutrir com conhecimentos gerais necessários para não envergonhar o futuro esposo e melhor auxiliá-lo no gerenciamento do lar e na educação dos filhos. De acordo com Barbara Weinstein (1995, p. 168), “o objetivo da dona de casa era cultivar uma aparência elegante, continuar a desempenhar o seu papel pressuposto, a saber, decorar a casa e organizar a esfera doméstica de modo a aproximá-la o máximo possível do lar ideal de classe média”.

Esperava-se, portanto, que a jovem fosse educada sem necessariamente para isso se tornar uma “mulher culta”, atributo dispensável e até mesmo percebido como um empecilho para a concretização do casamento e para a felicidade do casal (PINSKY, 2010). Mantinha-se, ainda que com claros indicativos de mudança, o princípio comum da educação feminina desde fins do século XIX no qual se defendia que as mulheres deveriam “ser mais educadas do que instruídas” (LOURO, 2010). A esse respeito, Lygia Fagundes Telles (2010) revelou a preocupação de sua mãe quando lhe contou sobre o seu interesse de ingressar na Faculdade de Direito, um domínio masculino no Brasil dos anos 1940. Conta a escritora que a mãe, mulher inteligente e “muita prática” que havia deixado de lado os seus próprios sonhos ouvia seus planos, “mas logo ficou apreensiva, Faculdade de Direito, filha? Entrar numa escola de homens, verdadeira temeridade que iria afastar os pretendentes, quem quer mulher que sabe latim? Todo homem tem medo de mulher inteligente, filha, ela advertiu” (TELLES, 2010, p. 671).

Nos artigos escritos pela Comandante Hilda Macedo, assim como nas entrevistas concedidas por ela e por outras policiais, podem ser percebidas, ainda que indiretamente, as

dificuldades enfrentadas para encontrar candidatas ajustadas ao perfil exigido pela corporação, como é o caso da primeira turma, que seleciona 45 candidatas e formou apenas 12 delas. Um tema que vai ser objeto de debates no interior da Academia de Polícia, particularmente quanto à definição da altura das candidatas, a configuração da prova escrita, do perfil de formação escolar exigida e o tipo de estrutura organizacional a ser priorizada para a nova corporação⁸⁰. Animada pelo sentido inovador da experiência da Polícia Feminina no país, a imprensa vai colaborar de maneira fundamental para a divulgação do trabalho desenvolvido pela instituição. As policiais são chamadas com frequência por programas de rádio e televisão para falar sobre as expectativas e desafios do trabalho policial, sobre as exigências mais comuns da profissão, para informar sobre os requisitos para o ingresso na polícia e, não menos importante, para “atestar” que são educadas e que a atuação na área policial está longe de comprometer a sua feminilidade. Para os expectadores, uma pergunta parecia comum a todos eles: “as policiais femininas podem casar?”.

⁸⁰ No que se refere ao ingresso, em 1965 o Comando da Polícia Feminina apresenta sugestões para reformulação da Lei nº 5.235/59, com o objetivo de redefinir os critérios para admissão de candidatas. Ao contrário de 1955, a idade máxima para ingresso foi reduzida de 35 para 26 anos, mantendo-se, contudo, a exigência mínima de 21 anos para ingresso na corporação. Segundo o documento, “diz-nos a experiência ser ela indispensável, dada a natureza do trabalho que demanda maior amadurecimento mental, pois é sabido que, do ponto de vista psíquico, a personalidade da mulher não está completamente sedimentada aos 18 anos - condição esta fundamental para o exercício da função”. No mesmo documento, sugere-se que outras corporações policiais do estado sigam o exemplo da Polícia Feminina com a apresentação de maiores exigências quanto à formação cultural dos candidatos, mostrando-se uma temeridade o recrutamento de candidatas em “planos culturais inferiores” e que redundaria na perda de qualidade do trabalho desenvolvido. Justificava o documento: “a policial feminina deve apresentar nível cultural mais elevado que o comum da população a que atende, para não se contagiar face às contingências do próprio serviço e para não vir a constituir em vítima das múltiplas e inesperadas circunstâncias próprias das grandes e cosmopolitas cidades como São Paulo”. Fonte: Polícia Feminina, Processo SSP 13.535/58, Informação PF nº 54/65, fls. 29/35, 10 de agosto de 1965.

Figura 03



Capa do volume XLVIII, nº 02, de 06 de junho de 1966, da Revista “Times of Brazil”, que traz extensa matéria sobre a Polícia Feminina de São Paulo.

Fonte: Acervo do Museu da Pmesp

De 08 registros de notícias sobre a polícia feminina em jornais no ano de 1953, quando iniciam os estudos na Academia de Polícia de São Paulo a respeito da criação da Polícia Feminina, em 1955, ano de formação da primeira turma, são identificadas 117 notícias em jornais da capital e do interior sobre a formação da primeira turma da Polícia Feminina de São Paulo. As notícias enfatizam o caráter pioneiro da experiência bandeirante e divulgam os requisitos necessários para ingresso na corporação, com ênfase no salário

pago desde o curso de formação, estipulado em Cr\$ 5.400,00, e demais vantagens como plano de carreira, com possibilidades de ascensão a cada dois anos⁸¹.

Em ofício de 30 de agosto de 1956, a divisão da Guarda Civil de São Paulo em Campinas informa que determinou a publicação na imprensa da cidade, através das emissoras “Rádio Brasil” e “Rádio Educadora de Campinas”, dos requisitos solicitados para o ingresso na corporação. No documento, o chefe da divisão compromete-se a encaminhar as candidatas interessadas diretamente ao Comando da Polícia Feminina em São Paulo.

O interesse da imprensa se mostra acentuado desde os primeiros momentos da instituição, com entrevistas para órgãos nacionais e internacionais como o jornal Estado de S. Paulo, Folha da Manhã, Última Hora e revistas Times do Brazil e Seleções Reader’s Digest, interessados em divulgar o trabalho das primeiras policiais no país. É o caso da ABCD Edições Cinematográficas S.A, que manifesta disposição em realizar cobertura cinematográfica sobre “as diversas atividades e utilidades dessa nobre corporação”. O interesse em divulgar a Polícia Feminina vai orientar outros órgãos como programas de rádio e televisão, que buscam divulgar a experiência feminina na polícia, como foi o caso do Programa “24 horas na vida de uma mulher”, realizado no dia 15 de fevereiro de 1961 a partir de entrevista com a Comandante Hilda Macedo. Reforçando o lema da Polícia Feminina: “Compreensão, auxílio e bondade”, o programa justifica a escolha da entrevistada:

Escolhemos, então, para representar esse digno Corpo Policial, uma criatura, que deixando de lado sua profissão de advogada, dedica quasi (*sic*) mas 24 horas de seu dia, no comando dessas moças, todas elas do mais alto nível intelectual e moral, e que conseguiu graças ao seu trabalho e ao seu esforço, fazer com que a Polícia Feminina de São Paulo, se tornasse uma realidade, pelos inestimáveis serviços que vem prestando.

A referência à formação intelectual e moral das policiais é um elemento que aparece com frequência nas matérias e entrevistas concedidas pela Comandante, como forma de marcar as exigências fundamentais para ingresso na função e apresentá-las como “moças

⁸¹ O valor era bastante superior ao pago aos policiais masculinos e a outros profissionais, como professores de nível secundário.

distintas e educadas”⁸². Em artigo publicado na mesma revista, em mês de novembro de 1955, Hilda Macedo esclarece que a percepção comum da sociedade sobre a polícia, em relação à qual era comum ter medo, representava um obstáculo para que pais e mães autorizassem suas filhas a ingressarem na atividade. Ela cita o exemplo de uma candidata que apareceu para inscrever-se nos últimos dias desculpando-se por só naquela data ter conseguido o consentimento dos pais para participar da seleção da Polícia Feminina. A Comandante destaca que embora a exigência para o ingresso na corporação fosse ter no mínimo 21 anos, por tratar-se de moças “preparadas” e de “bons costumes”, estas seguem o comportamento esperado daquelas que tem pais e com eles se aconselha antes de tomar uma decisão importante como ingressar na polícia. Ela reconhece que a resistência de algumas famílias que desconheciam a natureza do trabalho policial feminino foi o principal fator para os diversos casos de desistência de candidatas durante o curso. Na continuação do artigo, publicado no ano seguinte, Hilda Macedo apresenta histórico que antecedeu a criação da Polícia Feminina em São Paulo e os requisitos para o ingresso na corporação. Além de listar as disciplinas do curso, a Comandante salienta que as policiais farão uso de uniforme no exercício de suas funções, sendo um fardamento com tom sóbrio, confortável, “caracteristicamente feminino” e que, por se tratar de uma polícia feminina, formada por moças de excelente educação e boas famílias, o ingresso estava vedado às chamadas

⁸² Um aspecto ratificado pelo relatório apresentado pelos técnicos da Scotland Yard, que vieram ao Brasil para conhecer a experiência da Polícia Feminina e ressaltaram sua impressão bastante positiva em relação ao porte e elegância do uniforme dos membros da corporação, bem como à formação das policiais: “...moças de excelente educação estão sendo recrutadas para êsse serviço social, o que tem justificado a percepção para de vencimentos muito maiores elevados que os dos policiais masculinos. O seu vencimento mínimo é de Cr\$ 8.800,00 por mês, em comparação aos Cr\$ 4.500,00 mensais iniciais do Guarda Civil”. Algo justificável em razão da natureza do serviço assistencial prestado, considerado bastante valioso. Sobre o assunto, os técnicos fazem uma ressalva, compreendendo a possibilidade de o Governo ampliar o efetivo de policiais para desempenhar funções policiais em geral: “[...] não pretendemos dar a entender que a Polícia Feminina seja muito bem paga, dado o alto padrão de suas qualificações. Mas caso se pretenda aumentar o seu número para executar deveres policiais em geral, como na Inglaterra, e isso nos parece desejável, então a questão de seus vencimentos em relação ao policial homem terá que ser considerada na reorganização”. Fonte: “Excerto do relatório apresentado pelos técnicos da Scotland Yard, quando de sua estada em São Paulo para estudo da organização policial local”. São Paulo, 15 de agosto de 1958. Houve expressiva troca de correspondência entre agentes da polícia inglesa e a Polícia Feminina de São Paulo. Hilda Macedo realizou viagem de estudos à Inglaterra e conheceu a experiência de inserção de mulheres em algumas polícias da Europa na primeira metade dos anos 1960. Antes disso, recebeu a visita de representantes da Scotland Yard, além de material de divulgação, com fotos, encartes, e a legislação dessa polícia, que forneceria a base para organização da Polícia Feminina de São Paulo.

“paraíbas”, ou seja, às lésbicas. De acordo com Hilda Macedo, “estas não nos servem, a não ser para orientá-las [...] se passarem por nós”⁸³.

A preocupação em demarcar a Polícia Feminina como espaço reservado para “moças distintas”, “bem educadas” e oriundas de “boas famílias”, atendia às exigências apresentadas pelos idealizadores da corporação, desde cedo comprometidos em inseri-la no imaginário social paulista como uma instituição respeitada e distante, portanto, dos segmentos sociais sobre os quais recaía algum tipo de reserva em torno de sua origem e formação intelectual. Tratava-se de um esforço para dotar o trabalho feminino na nascente corporação de “elegância e respeitabilidade pequeno-burguesas”, semelhante ao feito na Escola Profissional Feminina em São Paulo na primeira metade do século XX (WEINSTEIN, 1995, p. 148). A seleção criteriosa⁸⁴ das novas policiais pretendia assim habilitá-las moralmente ao exercício de uma função orientada por um sentido saneador, no qual fixava simbolicamente distância em relação àqueles que representavam objeto privilegiado de sua atenção, ou seja, indivíduos pobres e sem instrução (migrantes à procura de emprego ou tratamento médico, por exemplo) ou em relação aos recaía alguma dúvida sobre a sua origem social e formação moral (ARCHBOLD e SCHULZ, 2012). A presença de agentes da Polícia Feminina nas estações de trem na cidade de São Paulo buscava apresentar uma primeira ação do poder público na identificação e controle dessa população, direcionando-a para os órgãos de assistência do Estado, conforme salienta o

⁸³ Polícia Feminina. In: Militia, Ano X, nº 61, janeiro/fevereiro de 1956, página 11. A expressão possui um duplo sentido, referindo-se tanto às “mulheres-macho”, orientadas pelo desejo em relação ao mesmo sexo, como às mulheres simples, de pouca instrução vindas do interior da região Nordeste do país. Contudo, considerando o contexto, o sentido mais aceito é o primeiro, ou seja, a expressão “paraíba” como sinônimo de lésbica.

⁸⁴ A seleção médica, por exemplo, compreendia a observação de três conjuntos de fatores: físico, psíquico e psiquiátrico. No aspecto físico as candidatas eram examinadas quanto ao cumprimento dos requisitos relacionados à altura mínima, peso proporcional, musculatura regularmente desenvolvida, ausência de defeitos físicos, exame dentário, infectocontagiosos, parasitológicos, entre outros. No aspecto psíquico, se apresentava inteligência normal e aptidões específicas desenvolvidas como capacidade de observação de detalhes, memória imediata e aptidão para identificar pessoas, além de temperamento equilibrado, com capacidade de controle emocional, agressividade moderada, entre outros. No campo psiquiátrico, realizava-se desde exame anamnésico, identificação de antecedentes mórbidos familiares até a existência de possíveis surtos psicóticos na “vida pregressa”. Pretendia-se ainda identificar hábitos toxicófilos como alcoolismo, diambomania, de barbitúricos, bem como “perversões instintivas ou disposições homossexuais latentes ou manifestas”. Em casos suspeitos, salientava-se a necessidade de esclarecimento a partir de “exames psicológicos complementares”. Protocolo nº 14556/57 da SSP/SP, Departamento Médico do Serviço Civil do Estado, São Paulo, 24 de maio de 1957.

estudo de Moreira (2011a) sobre o trabalho da corporação nos seus primeiros anos de existência. De acordo com a autora, “o cotidiano do policiamento feminino estava baseado no esforço em dar lógica ao caótico fluxo urbano, próprio desses espaços de confluência” (MOREIRA, 2011b, p. 2271). A esse respeito, a Coronel Luiza, da primeira turma, recorda como a educação esmerada das primeiras policiais foi responsável por quebrar resistências, como o caso da temida “Maria Barra Funda”, bastante conhecida na estação Sorocabana pela violência e que uma vez tratada dignamente pelas policiais passou a respeitá-las e até defendê-las em algumas situações.

No início dos anos 1960, a Polícia Feminina sintetizava a sua missão através de participações cada vez mais constantes em programas de rádio e televisão. Sinal de crescente prestígio, a Polícia Feminina foi o tema do primeiro programa “Reportagem da Semana”, exibido na TV Paulista em 17 de abril de 1961 e que tinha como objetivo levar esclarecimentos à opinião pública sobre temas diversos. No programa, divulgava-se aquele que constituiu um dos principais lemas da corporação: “Polícia Feminina quer dizer: orientação e auxílio, proteção e informações”, além de esclarecer a população a respeito do trabalho da mulher policial na assistência a mulheres e menores, desfazendo impressões como a de que as policiais não entenderiam propriamente do trabalho assistencial⁸⁵ ou que estariam proibidas de usar maquiagem ou casar, representada no diálogo das personagens Maximira e Liria:

MAXIMIRA

– Porquê você não entra para a Polícia Feminina? Elas ganham bem [...].

LIRIA

– Mas não podem se pintar [...]. Não podem se casar [...]. Eu, hein?

Em programas semelhantes como “Ultralar”, da TV canal 9 Excelsior, no mesmo ano, seguida de entrevista no Diário de São Paulo, Canal 4, assim como programa “Por um mundo melhor” e Jornal da Mulher, exibidos no Canal 7 em 1962, a Comandante

⁸⁵ Questionava inicialmente o programa através do locutor “– Que intende (*sic*) a Polícia Feminina de São Paulo por assistência às mulheres e aos menores, já que São Paulo [...] está repleta de creanças (*sic*) sabidamente alugadas por falsos mendigos, e mundanas que enfestam (*sic*) suas ruas, às primeiras horas da noite?”.

juntamente com outras policiais falariam sobre a criação da Polícia Feminina. Entre as principais dúvidas dos telespectadores estavam saber os requisitos para ingresso na instituição, bem como se as policiais eram casadas e tinham filhos. Consistia também dúvida bastante comum saber como era desenvolvido o trabalho assistencial da Polícia Feminina, particularmente em relação aos “menores”. Questionava-se ainda se não seria mais oportuno empregar mulheres no combate ao “*trottoir*” (prostituição feminina de rua) que policiais masculinos e se as policiais poderiam dar ordem de prisão a um delinquente. Em um dos programas, um telespectador pergunta à Comandante Hilda Macedo sobre sua percepção a respeito do trabalho feminino na polícia. A Comandante considerava a Polícia Feminina um “sacerdócio”? Outro telespectador pergunta se não seria mais oportuno preparar mulheres para o serviço social do Estado ao invés de empregá-las na atividade policial. Já outro, manifesta a seguinte dúvida: existia algum impedimento ao ingresso na Polícia Feminina de mulheres de “cor” ou orientais?⁸⁶.

A curiosidade em torno desses temas se mostrou comum nas primeiras décadas da instituição, sendo perguntas como a da revista “Voz da Mocidade”⁸⁷ bastante emblemática das representações sociais sobre o sentido do ingresso feminino na área policial. Questionava a reportagem em tom provocador:

‘Para mim’, a PF [Polícia Feminina] é algo semelhante a um convento. Môças desiludidas da vida, que não arranjam casamento, que se sentem frustradas, ingressas na PF como outras ingressam nos conventos? Que acham?

Ciente disso, a instituição informará, nas várias matérias sobre o trabalho das policiais femininas, que, embora seja requisito para o ingresso que as candidatas sejam solteiras, desquitadas ou viúvas sem encargos de família, após cinco anos de serviço, elas podem casar, sendo esta a realidade de muitas policiais, que inclusive possuem filhos⁸⁸.

⁸⁶ Uma vez observadas as fotografias das primeiras turmas, apenas uma das policiais é de cor negra, o que provavelmente explica a dúvida do telespectador.

⁸⁷ A pergunta fez parte de um roteiro apresentado pelo Secretário-Executivo Levi Cid, do **Jornal Voz da Mocidade**, em 26 de junho de 1963.

⁸⁸ As possíveis restrições ao casamento advindas do ingresso na corporação foram alvos de preocupação de vários setores sociais que esperavam assegurar para suas filhas um bom casamento. Ainda que se destacassem mudanças, preserva-se uma imagem bastante negativa das “solteironas”, mulheres que por diferentes razões deixaram de lado o destino esperado a toda mulher. Quando o celibato feminino era resultante do

Contudo, a incerteza quanto a importância de priorizar o ingresso na Polícia Feminina em detrimento do investimento no casamento permaneceu presente durante muitos anos, como sugere o título da matéria publicada no jornal Notícias Populares, de 15 de agosto de 1967: “para virar policial a mulher tem que deixar amor de lado”.

Já no final da década de 1950, houve um esforço conjunto do governo de São Paulo e de amplos setores da imprensa paulista para divulgar as ações da Polícia Feminina e minimizar preconceitos a respeito da corporação, associando-a cada vez mais aos valores da classe média, onde as profissionais eram reconhecidas por sua elegância e compromisso com a construção de ambientes domésticos saudáveis. Um exemplo interessante é o programa produzido por Maria da Glória Ataliba Nogueira Temer⁸⁹. De modo geral, os episódios retratavam as diversas situações que envolviam o trabalho da Polícia Feminina, com destaque para o caráter assistencial das ações que compreendiam desde o amparo de idosos abandonados pela família, o auxílio a menores e mulheres em situação de risco até a admoestação mais dura de homens para que assumissem a responsabilidade pelo sustento da família. Centrado em episódios curiosos e serviços relevantes prestados pela Polícia Feminina desde a sua criação, o programa, que teve início em janeiro de 1959, apresentou uma série baseada em situações reais com objetivo de retratar a amplitude e complexidade do trabalho feminino na polícia e assim divulgar a experiência da corporação, ainda em fase

investimento na carreira profissional, o trabalho das mulheres era apresentado como uma ameaça “à família e à conjugalidade moderna”, conforme analisou a pesquisadora Cláudia Maia (2011) a partir de estudo da experiência de mulheres solteiras em Minas Gerais na primeira metade do século XX. De acordo a autora (MAIA, 2011, p. 217), “a solteirice das mulheres é vista como ameaça a um sistema social em que as pessoas são pensadas como naturalmente destinadas a formar um par heterossexual, por isso, o número ‘excedente’ de mulheres põe em risco o seu equilíbrio”.

⁸⁹ Maria da Glória Temer enviou mensagem escrita para Hilda Macedo no dia 10 de dezembro de 1958 na qual da solicitava da Comandante notícias, dados estatísticas, histórias curiosas e outras informações que fossem relevantes para divulgação no programa estava redigindo para o Canal 7 de Televisão. Maria da Glória cita como anexa da mensagem um dos roteiros que seria apresentado em breve e que, segundo ela, teve como fonte de informações uma “pessoa amiga”, com a seguinte ressalva: “penso que eles [dados] expressam a verdade”. O trabalho citado não consta no anexo, mas os roteiros do que seria uma série de histórias com o objetivo de divulgar o trabalho da Polícia Feminina, semelhante ao filme de Ozualdo Candeias, constam na mesma pasta no arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo, indicando que se tratam dos trabalhos elaborados por Maria da Glória, provavelmente com a supervisão de membros da Secretaria de Segurança Pública. A aprovação do Comando da Polícia Feminina parece ter ocorrido sem qualquer restrição e de forma bastante célere, visto que em 29 de dezembro do mesmo ano, Maria da Glória convidou as Comandantes da Corporação, Hilda Macedo e Eurydice Costa, para estarem presentes ao lançamento do primeiro programa da série, que estrearia no dia 02 de janeiro de 1959, as 11h30min, no Canal 7 de televisão. Fonte: Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo. Fundo: Polícia Feminina.

experimental. A partir da atuação de uma dupla de policiais femininas, são apresentados casos diversos como: a de uma jovem que foge de casa; uma idosa que se perde da família; de uma senhora que internada no Hospital das Clínicas relata o seu sofrimento por não ter alimento para os filhos; de um caso de despejo; de uma criança perdida; passando por um rapaz que foge de casa e é detido no aeroporto; de uma freira que inicialmente desconfiada passa a admirar o trabalho da Polícia Feminina após acompanhar o seu trabalho numa das estações ferroviária da cidade; de uma jovem que tenta cometer suicídio; até o caso de uma senhora que vítima do alcoolismo tem ameaçado o direito à guarda da filha.

As policiais eram apresentadas como profissionais sensíveis, inteligentes e, sobretudo, femininas, ao fazerem, dos gestos firmes e das palavras de conforto aos mais necessitados, as suas principais armas. Profissionais marcadas pela feminilidade e pela habilidade em gerenciar conflitos a partir da observação estrita de regras que garantiriam uma respeitabilidade burguesa. Um dos casos mais representativos da série é o da “moça que fugiu de casa”. No episódio, policiais são chamadas no posto da Estação Roosevelt por uma senhora aflita, que procura sua filha de 15 anos, desaparecida desde o dia anterior. Ao tomar conhecimento da situação, uma das policiais conforta a senhora, informando-lhe que vários telefonemas serão feitos e que a sua filha será em breve encontrada. Na cena seguinte, uma das policiais conversa com a moça, que já se encontra na sede da Polícia Feminina. Ela questiona a jovem sobre as razões para que fugisse de casa. A moça afirma que a mãe trabalha fora, não tem um salário considerável e que a faz estudar. A policial questiona o que a mãe fará quando souber que ela havia sido flagrada “portando-se inconvenientemente” no cinema? A jovem se desespera e pede para que a policial não conte a sua mãe, pois essa é violenta e não lhe pouparia. A policial faz então um acordo com a jovem. Em troca de seu silêncio, pede a ela que prometa nunca mais fugir e a se dedicar a partir daquele momento aos estudos, de modo a “compensar sua mãe dos sacrifícios que faz por você”. A policial troca ainda o seu silêncio pela promessa de que ela nunca mais irá ao cinema com “esses rapazes desmiolados”. Na cena três, ocorre o encontro entre a jovem e sua mãe, ainda na sede da Polícia Feminina. A mãe avança sobre a filha e a esbofeteia na frente das policiais, xingando-a. Nessa parte do roteiro, há a indicação curiosa para que as policiais ensaiem bastante a cena, de modo a que segurem a mulher sem, contudo, parecer

que elas são violentas. Do mesmo modo, ciente da autoridade das policiais, a mulher por si só não manifestaria resistência a elas. Após a segurarem, elas soltam a mulher, solicitando que ela e a filha sentem para conversar. As policiais aconselham mãe e filhas a se reconciliarem e após o compromisso da filha em se dedicar aos estudos e ser uma boa moça, uma das policiais ressalta que daquele momento em diante tudo seria melhor entre elas, pois uma entenderia melhor a outra “depois dos atropelos por que passaram”. Mãe e filha se abraçam e seguem juntas para casa, concluindo a história com o sorriso das policiais e o destaque para o cartaz da Polícia Feminina: “P. Fem. quer dizer: orientação e auxílio, proteção e informação”⁹⁰.

A preocupação não apenas com a resolução dos casos, mas com a orientação dos atendidos, ressalta a missão pedagógica e, sobretudo, moral da Polícia Feminina, que se mostra norteada por uma concepção de assistência própria das associações ligadas à igreja. Esse aspecto fica bastante evidente no “caso de alimentos”, que apresenta a história de uma mulher internada no Hospital das Clínicas. A mulher, após receber alta, sai e encontra logo em seguida duas policiais, que estavam paradas na frente do hospital. Ao perceberem o sofrimento da mulher, elas se aproximam e uma delas pergunta se está tudo bem com a senhora e se ela deseja ser acompanhada até o ônibus. A mulher agradece e comovida conta que tem 04 filhos e sofre em saber que ao voltar para casa seus filhos continuarão a chorar de fome e frio. Por essa razão, ela diz não saber se voltar para casa será a melhor decisão. Diante da resposta, a segunda policial pergunta sobre o marido da mulher enquanto a outra quer saber se ele não trabalha. Ela conta que ele trabalha, mas que, embora não fosse um mau marido, não maltratasse a família, ele não levava o dinheiro para casa. Comovida com o caso e disposta a ajudar a sofrida mulher, a primeira policial diz que ela deve ir tranquila para casa e que dê um recado para o seu marido com a garantia de que a situação iria melhorar: as policiais do Hospital das Clínicas desejam falar com ele. No dia seguinte, o marido comparece ao Hospital para falar com as policiais. Elas perguntam sobre como está a sua esposa e as crianças. Ele diz que ela está mais forte e que as crianças haviam sentido muito a falta da mãe durante o tempo em que permaneceu internada. As policiais, em tom de sermão, falam para o marido que ele deve poupar a esposa, providenciando-lhe, assim

⁹⁰ Fonte: roteiro do programa disponível no acervo do Museu da Polícia Militar de São Paulo.

como a seus filhos, uma boa alimentação. Espantado com as palavras das policiais, o homem, contudo, ouve atento. Uma delas afirma, de forma categórica, que assegurar alimentação para a mulher e seus filhos é uma obrigação do marido, pois “o bom pai zela para que nada falte em casa”. As policiais salientam que ele é um bom pai e marido, além de trabalhador, razão pela qual o dispensam com a promessa de que ele não deixe novamente nenhum de seus filhos chorarem por sua culpa. O homem, de forma comovida, promete que irá cumprir seus deveres de pai: “meus olhos estavam fechados, mas agora se abriram”. A terceira cena inicia com a visita inesperada da mulher, dois meses depois, acompanhada de sua filha mais velha, uma criança de aproximadamente seis anos que traz em suas mãos dois botões de rosa e entrega um a cada policial como gesto de gratidão pelo que fizeram pela família. Segundo a mulher, “essas duas rosas são uma homenagem ao bondoso coração de vocês”. Ela informa que o marido é outro homem e que nada mais falta aos filhos. A cena encerra com a câmera focalizando a expressão de felicidade da mulher e logo em seguida o lema da Polícia Feminina.

As demais histórias têm desfechos semelhantes, com a dupla de policiais, conhecidas como “Duas Marias”, colaborando com “bondade e ternura” para o desfecho feliz das ocorrências, seja aconselhando o jovem a voltar para casa e fazer as pazes com a família; conduzindo uma idosa para o seio do lar, onde antes ela se sentia desprezada pela filha e genro; do encontro da criança perdida com os seus pais; da jovem que após tentativa de suicídio encontra no apoio das policiais, com palavras de incentivo e indicação de um emprego, razão para continuar viva e casar. Essas ocorrências, juntamente com as propagandas veiculadas de forma recorrente, contribuíram decisivamente para difundir a imagem em setores da imprensa das policiais como instrumentos importantes no cuidado dos males que afligiam a metrópole a partir de meados da década de 1950, sendo em pouco tempo conhecidas como os “Anjos de farda”.

O cuidado com a imagem das policiais femininas estava presente não apenas na forma de atendimento, no registro das ocorrências, que procuravam destacar detalhes daqueles que lhes procuraram, como cor, procedência, idade, mas também através de um tipo rigoroso de vigilância em torno dos comportamentos e dos antecedentes sociais das

policiais⁹¹. Para isso, o Comando da Polícia Feminina não vacilava em empreender investigações sobre denúncias a respeito de falhas no comportamento de suas subordinadas. Um caso interessante é o da denúncia apresentada por uma senhora que pedia providências ao Comando da Polícia Feminina, pois o seu marido estaria mantendo um caso com uma policial da corporação.

A denúncia, apresentada pela senhora Leonor Ciarlarielo, 38 anos de idade e casada há 16 anos com o comerciante Domingos Ciarlarielo, informava que ela havia tomado conhecimento através de sua sogra que o seu esposo tinha uma amante. Questionado por ela, o marido negou, dizendo tratar-se de uma “mentira”. Leonor diz em depoimento prestado na sede da Polícia Feminina, em 04 de outubro de 1964, que ao guardar uma pasta do marido, descobriu por “acaso” um carnê da loja São Paulo Utilidades Ltda. No carnê, o marido aparecia como comprador de algumas mercadorias, que veio depois a descobrir que se tratava de um sofá e de um guarda roupa. Esses móveis haviam sido entregues em endereço na capital, para onde se dirigiu a fim de buscar mais informações. Ao chegar ao local, um apartamento localizado no oitavo andar de edifício localizado na Avenida do Estado, perguntou ao porteiro pelo marido, argumentando que havia chegado recentemente do interior e precisava encontrá-lo. O porteiro confirmou que o senhor Domingos tinha alugado um apartamento no edifício e permitiu a sua entrada. No depoimento, Leonor Ciarlarielo (1964) afirma que:

subiu, mas não encontrou alguém no apartamento. Por ter insistido na campainha (*sic*), o vizinho do apartamento ao lado apareceu e disse-lhe que ali mora há 5 anos, que não conhecia seus vizinhos novos, apenas, de vez em quando aparecia por lá u’a moça da Polícia Feminina. Antes disso, procurou a vizinha da frente que disse também que certa vez comprou um rodo para u’a moça da Polícia Feminina que lhe pedira tal favor por que não tinha oportunidade de estar sempre ali e que necessitava do rodo porque seu marido era do Mercado e estava instalando seu escritório naquele apartamento.

Leonor Ciarlarielo conta, ainda, que procurou, logo em seguida, sua irmã, a fim de se acalmar. Acompanhada pelo cunhado, voltou para casa, tendo na ocasião enfrentado o

⁹¹ Eram checados tanto a partir das entrevistas, que consistia numa das etapas do processo seletivo para ingresso na corporação, quanto por meio de investigação social realizada por policiais, com averiguação de antecedentes criminais das candidatas e levantamento de sua conduta nos locais de trabalho ou moradia.

marido, que lhe confirmou que mantinha um caso com uma Policial Feminina, mas que prometia que ia terminar o seu “romance”. O marido “pediu” que Leonor não contasse aos pais a história, pois do contrário iria matá-la. Ao sair de casa no dia seguinte, Leonor procurou a Guarda Civil e foi orientada a se dirigir à Polícia Feminina para resolver a situação. No depoimento, Leonor solicita providências, pois “[...] é mãe de três filhos, tendo o menor apenas dois anos”⁹².

Desde o início da corporação, o Comando já havia se confrontado com denúncias na imprensa e comunicada por cidadãos sobre a existência de “falsas policiais”, mulheres que, movidas pelo interesse em obter vantagens com o cargo, surgiram em São Paulo e em outros estados⁹³ utilizando fardamento e credenciais similares ao da instituição. Outras

⁹² O depoimento de Leonor foi apresentado no dia 08 de outubro ao Delegado Geral pela Sub-comandante em exercício da Polícia Feminina, acompanhada pela Assistente Orleans Celadon. Diante dos fatos, o Delegado Geral recomendou a realização de “investigação sigilosa como medida preliminar, encarregando-se êle próprio de tomar essa providência”. Assina o documento a Assistente Subst, Orleans Celadon, em 09 de outubro de 1964. Através de relatório “reservado” do serviço de investigações ficou esclarecido se tratar de um equívoco envolvendo o nome da Polícia Feminina. O relatório da investigação, realizada no mesmo dia, aponta que em razão do seu estado emocional alterado, a senhora Leonor confundiu as informações repassadas pela vizinha do apartamento alugado por seu esposo. A vizinha explicou que disse à senhora Leonor que a moradora do apartamento alugado por seu marido havia dito que era “funcionária da Polícia” e não “policia feminina”. A investigação constatou que dona Leonor havia comparecido ao apartamento no dia anterior e retirado de lá o móveis e outros objetos como “lençóis e toalhas, transportando tudo para a sua residência...”. Os investigadores conversaram com ela, informando-lhe sobre a importância de comparecer à Polícia Feminina e retirar a queixa apresentada, ao que ela respondeu “já estar tudo superado, restando agora fazer cessar os insistentes telefonemas que seu marido ainda vem recebendo” da amante. No documento seguinte, datado também do dia 09 de outubro, confirma-se, a partir de telefone da irmã de Leonor, que por motivo de doença estava incapacitada de comparecer pessoalmente à sede da Polícia Feminina, a identidade da amante. Esta era funcionária no período da manhã do Instituto de Polícia Técnica e à tarde da Diretoria do Serviço de Trânsito. A irmã de Leonor conta que teve a oportunidade de, juntamente com outra pessoa, conversar com funcionária, “senhora de meia idade”, “mãe de três filhos” e que era casada com funcionário do Instituto de Polícia Técnica. Teria confirmado que mantinha um caso com o marido de Leonor “pelas vantagens financeiras que usufruía”. Informada que o seu marido poderia ser comunicado do caso, ela respondeu que ele, por ser funcionário do Instituto, “estava habituado a vê-la sair com pessoas do sexo oposto, dada a modalidade de seu trabalho, e que ela trataria de mentir-lhe com alguma desculpa de serviço”. A cunhada do senhor Domingos afirmou ainda que teve longa conversa com o cunhado e que este lhe prometera na ocasião terminar o relacionamento com a amante e que havia sido levado “para tal aventura por se lhe apresentarem muitas chances, arrependia-se de seus atos e lhe solicitava não promover escândalo”. Fonte: Relatório Reservado da Assessoria Policial. 09/10/1964. Arquivo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo. No dia 19 de outubro do mesmo ano, Leonor Ciarlarielo compareceu pessoalmente à sede da Polícia Feminina para retirar a queixa apresentada no dia 04 de outubro.

⁹³ Por meio de carta endereçada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o senhor Bartolomeu de Araújo Santos, residente em Corumbá, Mato Grosso, denuncia que a “vigarista” de nome Maria Aurea Calixto estava usando de forma indevida a identidade de polícia feminina para cometer falcaturas na cidade, portando-se de forma violenta. No dia 27 de outubro do mesmo ano o Gabinete do Secretário Benedito Carvalho Vêras emite radiotelegrama para a cidade de Cuiabá, Mato Grosso, solicitando providências ao Dr.

denúncias, apresentadas ora diretamente na sede da Polícia Feminina ora por telefone, informavam a respeito da atuação de uma suposta “Policia Parteira”⁹⁴ e de uma “Expolicia”⁹⁵, que não apresentava “procedimento regular” e referia-se “de modo inconveniente” a respeito do Comando da Polícia Feminina.

Em relação às “falsas policiais”, o primeiro caso é registrado no mês seguinte ao da criação da Polícia Feminina quando o cidadão Benedito de Souza Dias comunica às policiais Aparecida Pellegrini e Maria Clara dos Santos, que estavam de serviço na Estação da Luz que uma policial, acompanhada de um soldado da Força Pública, encontrava-se embriagada no vagão n. 120, “portando-se com escândalo”. As policiais foram averiguar a informação e constataram que não se tratava de uma policial feminina, mas de uma jovem de 22 anos, que acompanhada do noivo, soldado da Força Pública, negou ter se comportado forma escandalosa no trem⁹⁶. A insistência do senhor Benedito fez com que fosse iniciada investigação, que confirmou que a jovem, de nome Sonia Maria, na verdade tinha 18 anos e se passava por policial feminina praticando golpes pela cidade. Sonia informou em depoimento que era obrigada por seu noivo a se apresentar como policial feminina a fim de “melhor agir” nas saídas noturnas. A reportagem vincula à falsa policial a um “bando de perigosos assaltantes” que agiam na cidade⁹⁷. A ação foi copiada no mesmo ano por Teresinha Pereira do Vale, que havia sido reprovada no concurso de admissão para o Curso

Joaquim Guimarães Pedroso, Chefe de Polícia daquele estado. Fonte: radiotelegrama, São Paulo, nº 2166, 85, 27-10-1958, 15:40, Serviço de Rádio-Comunicação, Secretaria da Segurança Pública. Com o propósito de atestar a veracidade dos fatos, confirmados por familiar de uma das policiais femininas de São Paulo, a Comandante Hilda Macedo ofício número 289/58, para o Gabinete do Secretário de Segurança Pública de São Paulo.

⁹⁴ Relatório de serviço apresentado pela chefe de grupo Olga Ottengy em 05 de março de 1965. Fonte: Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo. No relatório, a policial esclarece a senhora Atalina Cardoso, que esteve na sede da Polícia Feminina à procura da “Policia Parteira” que a senhora em questão não era policial feminina. Segundo o relatório, a senhora Atalina teria lhe respondido que “...depois de conversar conosco já sabia que não podia mesmo ser Policia a referida Parteira, pois que a Polícia Feminina é composta de moças muito distintas, que seriam incapazes de se prestarem para outra qualquer função senão aquela dentro do respeito e da ordem” (Grifos meus).

⁹⁵ Memorando S/Nº, de 25/10/1965, apresentado pela Comandante Hilda Macedo ao Dr. Orlando Fernandes, titular da 19ª Delegacia de Polícia. A Comandante solicita providências para “esclarecimento do caso”.

⁹⁶ Ofício s/n apresentado ao Secretário de Segurança Pública pela Comandante Hilda Macedo em 21 de janeiro de 1956. Fonte: Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo.

⁹⁷ Folha da Tarde, 28-2-1956; “O novo golpe pegou: presa outra falsa polícia feminina”. In: A Defesa, Campinas, S/D; “Falsa Policia”, In: Diário da Noite, 29-2-1956.

de Especialização da Polícia Feminina⁹⁸ e seguiria de forma esparsa nas décadas seguintes. Um exemplo é a prisão da senhora Guaraciaba Braga, casada, 42 anos, que se apresentou como sargento da Polícia Feminina arrecadou aproximadamente 26 mil cruzeiros entre 360 pessoas com o argumento de ajudar as “vítimas do terremoto da Guatemala”, segundo registrou o jornal Notícias Populares, em 02 de abril de 1976⁹⁹.

Ainda na primeira fase surgem algumas críticas sobre a natureza do trabalho desenvolvido pelas policiais, que segundo alguns setores consistiam apenas em encaminhar pessoas para repartições públicas sem um estudo preliminar de cada caso. A ausência de reações mais duras de algumas policiais motiva questionamentos, como do repórter da Rádio Bandeirantes, Paulo Vitor, que questiona em 1958 a Comandante Hilda Macedo sobre o comportamento de policiais que trabalhavam na estação Sorocabana. Segundo o repórter, as policiais, que estavam lendo no momento da ocorrência de uma “decaída” que praticava “atos vexatórios”, limitaram-se a chamar o carro de presos para transportar a mulher para a delegacia, permanecendo impassíveis durante o episódio.

Contudo, prevalecem as notícias elogiosas sobre a formação e preparo das policiais, cujo trabalho passa a ser considerado essencial em razão do crescimento da cidade. Apesar das dificuldades na estrutura, como falta de recursos e maiores investimentos nos primeiros anos, a participação da Polícia Feminina se mostrou expressiva, justificando a sua incorporação aos quadros da Guarda Civil em 1959 e anos depois na Polícia Militar, com o processo de fusão entre essa corporação e a Força Pública. O levantamento das estatísticas de ocorrências da Polícia Feminina aponta um expressivo crescimento do número de atendimentos realizados desde o início de suas atividades, ainda que nos anos de 1963 e 1964 tenha ocorrido um decréscimo importante nos atendimentos¹⁰⁰. O total de ocorrências passa de 6.801 no primeiro ano de funcionamento para 12.604 no ano seguinte, sendo em 1958 registradas mais de 16.000 ocorrências, que compreendem desde encaminhamentos a ambulatório, pronto socorro, assistência social, recolhidas por embriaguez, juizado de

⁹⁸ “Falsa policial feminina autuada ontem na delegacia de contravenções penais”. In: Folha da Tarde, 24-2-1956.

⁹⁹ “Falsa policial angariava ‘donativos’”; “Últimas notícias: Dava golpes vestida de policial feminina”. In: Notícias Populares, 02/04/1971, p. 16.

¹⁰⁰ O total de casos atendidos passa de 25.921 em 1962 para 17.626 no ano seguinte, chegando em 1964 a 14.855.

menores, departamento de imigração e colonização, delegacias, até registro de queixas por desaparecimento, entre outros.

Os mapas estatísticos consultados revelam significativo crescimento do número de atendimentos, indicando os locais com maior incidência de casos, bem como a sua distribuição ao longo do ano. Indicam ainda clara ênfase na prática assistencial dirigida a imigrantes, menores e mulheres, visível na classificação das ocorrências e no seu desfecho: dos 25.424 registros de ocorrências feitos em 1959, apenas 517 se referem a encaminhamentos a delegacias, “zonas policiais” ou “polícia central”. Em comparação, 3.973 tratam de encaminhamentos ao juizado de menores, 1.118 assistência social a menores e 1.070 à assistência social. Há ainda uma quantidade expressiva de ocorrências solucionadas no próprio posto ou que dizem respeito a providências de cunho social como recolhimento e entrega de menores ou idosos perdidos aos responsáveis (2.458), embora haja certa nebulosidade na construção das categorias, que parecem se repetir em alguns casos como “providências relativas a ébrios” e “recolhas por embriaguês” ou quando se trata dos encaminhamentos para “ambulatórios”, “pronto socorro” e “hospitais”. Conforme se observa na tabela a seguir, ocorre desde a criação da Polícia Feminina um aumento do número de atendimentos realizados, que vão somar nos seus nove primeiros anos de existência mais de 160 mil casos atendidos.

Quadro I

Polícia Feminina – Registro de Ocorrências Realizadas

Ano	Total de ocorrências
1956	6.801
1957	12.604
1958	16.392
1959	25.424
1960	23.054
1961	24.177
1962	25.921
1963	17.626
1964	14.855
Total	166.854

Fonte: Mapas de ocorrências atendidas pela Polícia Feminina (1956-1964). Museu da Polícia Militar de São Paulo.

O crescimento acentuado no número de atendimentos realizados pela Polícia Feminina atendia aos esforços dos seus idealizadores, sobretudo da Comandante Hilda Macedo, que divulgaria, a partir de diferentes meios (artigos, entrevistas, palestras, participação em eventos e programas de rádio e TV), os resultados alcançados pela corporação, a despeito das dificuldades iniciais para aumentar o efetivo, com a seleção de candidatas à “altura” dos seus ideais. Consciente da “missão” específica reservada às mulheres na polícia, a primeira Comandante da Polícia Feminina reafirmaria durante o período em que permaneceu à frente da corporação, a importância de empregar a “natureza” feminina no campo policial sem concorrer diretamente com os homens. A dimensão assistencial, focada no cuidado e na orientação dos mais necessitados, constituiria por muito tempo a razão de ser desse grupo, distinguindo-o das dificuldades enfrentadas pelo efetivo masculino, imerso numa crise de confiança. De acordo com a memória de algumas policiais mais antigas com quem tive oportunidade de conversar, a missão destinada às mulheres na polícia e defendida pela primeira comandante, reservaria um lugar de maior prestígio às policiais, preservando-lhe durante muito tempo dos ataques dos criminosos.

Filha de Arnaldo Teixeira Macedo e Prudência Egrácia de Macedo, portuguesas, Hilda Macedo nasceu em 24 de junho de 1916 na cidade de São Paulo. Formou-se em Ciências e Letras pelo Liceu Nacional Rio Branco e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde participou de cursos na área de criminologia, psicopatologia e direito penal. Após a conclusão do curso secundário, Hilda trabalhou durante curto espaço de tempo numa firma de comércio de fazendas na capital, ingressando no ano de 1944 na Prefeitura de São Paulo como Protocolista. Em seguida, foi contratada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) com o propósito de desenvolver a função de escriturária no gabinete dos diretores Dr. Cassiano Ricardo e Dr. Cândido Mota Filho, sendo então transferida através de decreto no ano de 1944 para a Universidade de São Paulo, a fim de atuar como técnico de documentação na Secretaria Geral e em seguida junto à Consultoria Jurídica da mesma instituição.

No ano de 1951, Hilda Macedo deixa as funções de Auxiliar de Gabinete do reitor da USP e passa a atuar como Assistente da Cadeira de “Introdução à Criminologia” do curso de Criminologia da Escola de Polícia, vinculada à Secretaria de Estado de Negócios da Segurança. É a partir dessa experiência que Hilda Macedo, orientada pelo Prof. Hilário Veiga de Carvalho, titular da cadeira, escreveu o trabalho “Polícia Feminina”, no qual ela destacava a importância da criação do corpo policial feminino:

A criação da Polícia Feminina é, pois, de se aconselhar formalmente, sendo encomiástico um voto para seu imediato estabelecimento consubstanciando uma corporação que formará harmonicamente ao lado de seus irmãos, os policiais, para melhor cumprimento da lei e da manutenção da ordem, dentro dos ditames da compreensão, do auxílio e da bondade.

A “tese” apresentada por Hilda Macedo recebeu, ao final do I Congresso Nacional de Medicina Legal e Criminologia, realizado em 1953, moção de recomendação para que todos os estados brasileiros criassem unidades da Polícia Feminina como instrumento para o controle da crescente criminalidade feminina e importante auxílio na resolução de problemas sociais como a situação dos menores no país.

Hilda Macedo comandou a Polícia Feminina entre os anos de 1955 e 1974, inscrevendo nesse período os ideais em torno do feminino na caserna. Através de ações diversas, mas, sobretudo, centrada na tarefa de conferir uma formação semelhante a de outras organizações policiais no mundo, particularmente de contextos considerados modernos como Estados Unidos e Europa. Hilda Macedo reivindicou para as mulheres uma posição de importância na área de Segurança Pública ao valorizar características vistas como específicas do gênero feminino como instrumentos imprescindíveis no campo policial. Destacava que as mulheres não pretendiam substituir os homens na polícia, mas tornarem-se auxiliares importantes na manutenção da ordem a partir de uma missão assistencial voltada ao atendimento dos mais necessitados. Por essa razão, afirmava ser a profissão “[...] um belo campo de trabalho para aquelas jovens e senhoras que desejam dar de si, sem pensar muito em si”.

A presença feminina na polícia seria o atestado necessário que colocaria o Brasil entre as modernas sociedades do mundo, servindo no continente sul-americano como

referência para organização de corporações congêneres. Por essa razão, compreende-se a ampla divulgação da viagem que a comandante fez à Argentina, em 1961, para divulgar a experiência paulista¹⁰¹ e fornecer subsídios para criação de uma polícia feminina naquele país. Segundo uma das notícias, “na Capital portenha, a comandante da milícia pronunciará várias conferencias, versando sobre a atividade das jovens policiais e os resultados satisfatórios conseguidos por aquela corporação no policiamento em nossa Capital”¹⁰². De modo geral, a imprensa divulgou a agenda intensa de atividades desenvolvidas pela Comandante e os resultados advindos do intercâmbio, desde os elogios recebidos por Hilda Macedo de autoridades argentinas até a sua participação decisiva na “estruturação” de uma polícia feminina em Buenos Aires nos mesmos moldes da corporação paulista. Fato carregado de especial sentido, uma vez que colocava o Brasil como liderança no contexto latino-americano.

¹⁰¹ A viagem foi divulgada por diferentes jornais, dentre eles, os periódicos brasileiros “Diário da Noite” (12.10.1961), Folha de S. Paulo (12.10.1961), O Globo (13.10.1961, 06.11.1961), Diário Popular (13.10.1961), A Hora (13.10.1961), O Estado de S. Paulo (13.10.1961, 17.10.1961, 05.11.1961), A Gazeta (17.10.1961), Diário de São Paulo (17.10.1961), Diário Oficial (14.11.1961), além da imprensa argentina: La Prensa (14.10.61), La Nacion (14.10.61) Correo de La Tarde (14.10.1961), Los Andes (2.10.1961), El Tiempo de Cuyo (24.10.1961). Na imprensa argentina, a Comandante ressaltava o sentido assistencial do trabalho da Polícia Feminina de São Paulo, informando que o uniforme era símbolo de autoridade e responsabilidade para as policiais, que tinham na persuasão a sua principal arma no trabalho desenvolvido nos vários postos espalhados nas principais estações ferroviárias da cidade de São Paulo. Os jornais argentinos, baseados em entrevista concedida por Hilda Macedo, informam que o efetivo feminino da Polícia Feminina de São Paulo era de 807 integrantes quando na época totalizam aproximadamente 90 policiais. A razão provável para essa diferença gritante está relacionada a erro de tradução do jornalista ou de comunicação da comandante.

¹⁰² Jornal “A Hora”, 13.10.1961.

Figura 04



Policiais da primeira turma no dia do embarque da Comandante Hilda Macedo para a Argentina, a fim de divulgar a experiência da Polícia Feminina de São Paulo. Dia 31 de maio de 1957. A Comandante Hilda Macedo, ao centro, segurando buquê de flores. Do lado esquerdo, A Sub-Comandante, Eurídice.

Fonte: Acervo do Museu da Pmesp

Hilda Macedo valorizou o sentido assistencial do trabalho, imprimindo um tipo de formação ao mesmo tempo “técnica” e “humanizadora”, pautada na crença de que a ênfase nos aspectos assistenciais expressava de forma mais correta o feminino na polícia e assegurava às mulheres, por sua escolaridade, procedência e preparo maior reconhecimento da população. Não por acaso, desde as primeiras turmas, destacava a importância de reservar especial atenção à formação familiar das policiais, orientando-as durante os treinamentos do curso e posteriormente no desenvolvimento de suas atividades, a partir de parâmetros morais que assegurassem uma imagem de respeitabilidade à corporação. Em artigo sobre a nascente Polícia Feminina, a Comandante esclarecia que a amplitude do trabalho a ser desenvolvido pela corporação exigia capacidade moral, intelectual e física de suas integrantes, moças que pela formação comporiam uma polícia de elite orientada para

atuar em casos que envolvessem exclusivamente mulheres e menores. Distantes de ações truculentas, a Polícia Feminina seria norteadada por um trabalho assistencial no qual a abordagem seria “branda embora enérgica”, tendo como arma a persuasão¹⁰³. A palavra, associada à honestidade, proficiência e justeza de suas ações, atuaria juntamente com autoridade do fardamento para conferir respeito ao trabalho das policiais, conforme reforçaria Hilda Macedo anos depois em entrevista concedida à imprensa argentina:

[...] en muchas situaciones planteadas, resultado de mayor eificencia y deocor que actuasse uma mujer. La mujer uniformada es respetuosa de su uniforme y respetada por su forma de actuar. Creo que la policia femenina es indispensable por El carácter de su mision y a delicadeza de sus procederes. Nuestro Cuerpo, si bien es cierto es uniformado, no por ello deja de ser esencialmente femenino, i muy femenino! Es necesario desta carlo¹⁰⁴.

A participação da mulher na polícia alcançou desde os primeiros momentos bastante visibilidade social e constituiu tema de debate no interior dos órgãos de segurança e em outros setores da sociedade. A diversificação da presença feminina na polícia em São Paulo foi antecedida por sinais de apreensão quanto aos resultados que esta experiência teria sobre a opinião pública e também sobre o trabalho do efetivo masculino, em grande parte descrente em relação às vantagens de empregar mulheres em atividades consideradas eminentemente policiais. Parte considerável dos argumentos se concentrava na ideia de que a mulher, por sua natureza tanto física quanto psíquica, estaria menos inclinada para o trabalho policial, representando o seu emprego um risco para a atividade. Outro segmento defendia que uma vez ajustadas as características das mulheres às funções que recaíam com frequência sobre a polícia, como a problemática da imigração, da prostituição, da mendicância e da exploração infantil, seria possível e desejável empregá-las no campo da segurança pública, explorando a dimensão materna das policiais tanto para humanizar as relações internas quanto para oferecer ao público externo uma face mais “compreensiva” e “delicada” da instituição policial. Um aspecto já explorado, por exemplo, no

¹⁰³ Nesse artigo, Hilda Macedo pede o auxílio dos leitores no sentido de divulgar e esclarecer a população sobre o trabalho “nobre” e “útil” da nova corporação. “Polícia Feminina - conclusão”. In: Militia, Ano X, nº 62, março/abril de 1956, p. 12.

¹⁰⁴ “Destácase por su Preparación y Eficiencia El Cuerpo Femenino de la Policía de San Pablo. In: Correo de la Tarde. Buenos Aires, 14.10.61.

desenvolvimento da área de Serviço Social no país, que encontrou na profissionalização feminina nesse campo um instrumento ideológico importante nos projetos direcionados para a assistência aos menores abandonados. As mulheres são alçadas à posição de “agentes preferenciais” de atuação nesse campo, onde o seu trabalho é visto como guiado por uma vocação materna (CORRÊA, 2003).

Por sua “natureza”, as mulheres precisariam ser orientadas e protegidas no exercício de atividade policial, associado ao risco iminente de morte a partir da violência das ruas e particularmente do caráter inescrupuloso dos “criminosos”. Para os setores que defendiam a modernização da polícia, as especificidades do sexo feminino poderiam ser aproveitadas para a reformulação da imagem da instituição policial e, sobretudo, para liberar os homens das tarefas burocráticas internas, vistas como expressão menor da polícia, empregando-os em atividades-fim, focadas no “combate” direto aos “bandidos”.

O receio de ver as mulheres se curvarem diante de sentimentos primários como medo e compaixão pelo criminoso, em certa medida se mostrou um aspecto comum na sociedade dos anos 1960-70, quando foi ampliada a participação feminina no mercado de trabalho e o movimento feminista conseguiu se expandir de forma significativa no mundo a partir de vertentes surgidas em universidades norte-americanas e europeias. Algumas representações interessantes podem ser visualizadas tanto em matérias sobre as policiais femininas, ao vincularem atributos como charme, beleza ao enfrentamento do crime, quanto em quadrinhos, como do personagem Pato Donald, de Walt Disney:

Figura 05



Fonte: Editora Abril, Ano XVII, nº 786, 29-11-66

Figura 06



Fonte: Editora Abril, Ano XVIII, nº 812, 30-05-67

Nas diferentes capas da revista “O Pato Donald”, publicadas pela editora Abril entre os anos de 1966 e 1968 como “homenagem” à Polícia Feminina de São Paulo, a personagem Margarida aparece vestida de policial. Associada à farda, a personagem expressa o que seria a vivência comum da natureza feminina no exercício da profissão, seja com a indicação dos recursos utilizados pela personagem para afirmação de sua autoridade, seja na sua reação instintiva denunciando que ao perseguir a função policial a “mulher” é incapaz de negar sua “natureza”, marcada pela fragilidade e necessidade de proteção.

Em distintas situações, a personagem Margarida se mostra distante do comportamento esperado de um policial, deixando-se levar pelos próprios sentimentos frente os desafios de um trabalho comum ao sexo masculino. A personagem, nas diferentes imagens, não resiste a sentimentos humanos comuns, reconhecidos amplamente como perigosos para o exercício da autoridade policial. Ora a personagem sucumbe à paixão em

relação a quem deveria apenas prender; ao medo, frente a um pequeno e inofensivo roedor; assim como as tentações autoritárias, ao fazer uso de sua posição feminina para conseguir benefícios considerados pouco relevantes, como o de ser carregada pelo “prisioneiro”, a fim de não sujar os seus sapatos:

Figura 07



Fonte: Editora Abril, Ano XIX, nº 862, 14-05-68

As representações sociais presentes indicam que no exercício da profissão policial o gênero feminino tendia mais a reproduzir aspectos como fragilidade, delicadeza, necessidade de proteção, além de certa dose de futilidade, que a romper com as expectativas em torno dos papéis femininos. No trabalho como policiais, as mulheres não deixariam de lado os traços mais “acentuados” do “sexo frágil”, revelando em situações essenciais uma face perigosa ao exercício da autoridade da farda. O necessário controle sobre as emoções ficaria comprometido pela oscilação de humor e pelos caprichos do

gênero feminino, pouco ajustado aos desafios do espaço público e particularmente de uma profissão considerada mais adequada ao universo masculino, que estaria orientado, pela natureza masculina, a um exercício mais racional e objetivo. Não por acaso, desde a sua criação, as notícias relacionadas ao trabalho da Polícia Feminina vão estar empenhadas em conciliar elementos até então considerados opostos, ou seja, “feminilidade” e “polícia”, reforçando tanto as vantagens do emprego feminino na polícia, ao oferecer uma face mais “humana” da instituição aos necessitados, quanto “garantias” que esse trabalho não representava risco para preservação da autoridade policial e de características “essenciais” do gênero feminino, a exemplo da maternidade. Conforme observou Moreira (2009, p. 07)¹⁰⁵:

O discurso da criação do Policiamento Feminino no Brasil é devedor do maternalismo, mas este se encontra outra vez deslocado uma vez que se coloca no limite da fronteira simbólica entre masculino e feminino, ao defender feminilizar/maternalizar a função das corporações policiais. Espaço este de construção da virilidade.

Sobre a corporação, destacava o título de uma das várias reportagens publicadas: “Candura de mulher, coragem de homem”, revelando que no desenvolvimento de seu trabalho, marcado pelo exercício de uma clara dimensão materna, as mulheres policiais tomavam emprestados elementos do universo masculino: a autoridade da farda e a coragem própria do soldado¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Uma das saídas para esse impasse foi a preservação da cultura policial através da reprodução dos regulamentos, da estética militar e principalmente da delimitação de espaços e funções segundo o sexo dos agentes. Ao classificar o trabalho feminino na polícia como “assistencial” atuou-se diretamente na manutenção da imagem viril das corporações policiais, principalmente dos nichos vistos como mais importantes para a identidade policial. Ainda que Moreira (2009; 2011) saliente, assim como outros autores, o fato de o maternalismo/feminilização se opor aos valores masculinos, basilares na polícia, faz-se necessário conceber essas organizações antes de tudo como espaços heterogêneos, razão pela qual, apesar dos choques, o ingresso feminino se deu sem grandes alterações na cultura policial, visto que foi feito por meio de um processo longo de negociação que implicou na definição de fronteiras simbólicas internamente segundo o gênero.

¹⁰⁶ Destacava o artigo publicado por Neusa Germano em 1965: “[...] Realizando exercícios sob a orientação do Superintendente da Guarda Civil Francisco Navarro Batista, cada aluna representa um soldado da li e da justiça, pronto a defender e auxiliar à evolução social. Nos intervalos, transformam-se em jovens alegres e expansivas, porque em cada uma delas existe uma alma de mulher. E mulher é sensibilidade, delicadeza, amor e vida, dons que não se aniquilam nem mesmo ante as árduas atribuições da função policial. Trajando um uniforme que por si só é símbolo de força, coragem e autoridade, a policial feminina é uma valiosa guardiã

1.3 Menores e subversivos: prioridades do trabalho feminino na PM de São Paulo

O final dos anos 1960 e início da década de 1970 representou no Brasil um período de aprofundamento do regime autoritário e de crescimento expressivo da economia. A fase conhecida como “milagre econômico” ficou também marcada pelo aprofundamento da repressão política, com desaparecimentos de opositores, sessões de tortura nos órgãos de segurança, aumento da censura e alterações significativas no papel feminino na área policial.

Com o aprofundamento do regime militar, impôs-se a reformulação do campo da Segurança Pública nos estados, com a intensificação do controle das Forças Armadas. No final dos anos 1960, as polícias militares, forças auxiliares do Exército, tornaram-se responsáveis diretas pelo policiamento preventivo e ostensivo, antes de responsabilidade das polícias civis uniformizadas (ZAVERRUCHA, 2005).

A criação da Polícia Militar de São Paulo no ano de 1970, a partir da fusão dos efetivos da Guarda Civil e da Força Pública, atendia, portanto, as orientações do Governo Federal, interessado em imprimir os preceitos militares na área de segurança. Preocupado com a reação dos grupos de esquerda, que se organizavam, entre outras frentes, através da luta armada, assim como em relação ao aumento da delinquência juvenil, o regime militar encontrou na presença feminina um importante instrumento para atuar no campo da assistência/controlar do “menor” e em outras frentes destinadas ao “combate” sutil ao avanço dos grupos opositores, como os trabalhos de investigação, por exemplo.

O “problema do menor”, tema recorrente no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, aparece nos discursos oficiais e da imprensa como questão crucial associada à área de Segurança nos anos 1970. Um problema que reclamaria o emprego de métodos e instrumentos científicos modernos no tratamento de uma juventude “degenerada” pelo crescimento urbano e “subversão” dos “valores morais”, cujas causas estariam relacionadas

dos pobres e desamparados, uma fada misteriosa que, empunhando o revólver, ou realizando uma ‘chave de braço, é sempre ternura, compreensão e amor”. Fonte: “A Gazeta Esportiva”, S/D.

à “desestruturação das famílias” e que traziam como consequência um clima de grande insegurança para a cidade, como retratava diversos setores da imprensa¹⁰⁷.

A maior visibilidade do “problema do menor” provocou alterações expressivas nas estratégias governamentais. Ocorreu nesse período a substituição do RPM – Recolhimento Provisório de Menores, criado em 1954, pela FEBEM, como parte do programa estabelecido pela FUNABEM em escala nacional para promover a ordem e tranquilidade social, inserindo os “menores” num projeto de nação que em tese substituiu o enfoque “correcional-repressivo” pela abordagem assistencial centrada na educação e profissionalização dos menores. Esse novo projeto visava garantir a esses jovens, alvos do abandono e da delinquência, aperfeiçoamento moral, cívico, cultural e profissional, assim como a sua inserção no projeto de desenvolvimento do país (FRONTANA, 1999).

Essas orientações se associavam a projetos já desenvolvidos no âmbito policial, como a “polícia mirim”, que no início dos anos 1960 estava presente em vários municípios de São Paulo e em outros estados do país. O programa “polícia mirim” visava incutir nas crianças a noção de “cumprimento do dever” a partir de instruções policiais focadas na legislação de trânsito e em aspectos militares¹⁰⁸, vinculando-se a outras iniciativas que no final da década pretendiam atuar como resposta para o problema dos “menores”, especialmente nas ocorrências que envolviam roubos, furtos e arrombamentos na capital.

Em 1968, a Revista SSP, periódico mensal da Polícia de São Paulo, noticiava a inauguração do Centro de Recreação e Triação do Juizado de Menores no bairro do Tatuapé. O centro, inaugurado pelo governador Abreu Sodré, tinha capacidade para recolher 2.000 menores mensalmente e foi apresentado como um instrumento para racionalizar o atendimento de crianças e jovens abandonados e proporcionar-lhes melhores condições de recuperação. Junto a essa iniciativa, eram desenvolvidas, conforme matéria publicada em novembro de 1970, sob o título “Os filhos adotivos da Polícia Militar”, outras ações em São Paulo, como a do 14º Batalhão, que coordenava ações no Instituto Modelo voltadas para formação profissional e cívica de menores abandonados, a partir das

¹⁰⁷ Destacava no período o jornal Diário da Noite: “‘Trombadinhas’ estão desgraçando a cidade”. 10 de novembro de 1975.

¹⁰⁸ “Policiais mirins de ambos os sexos apresentam-se ao público”. In: Militia, Ano XIII, nº 87, Agosto de 1960, p. 04.

orientações da FUNABEM. De acordo com a reportagem: “O coronel José Leite Barbosa é o comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar. Seus soldados cuidam das crianças abandonadas, mantidas pela Secretaria da Promoção Social”¹⁰⁹.

Matéria semelhante foi publicada pelo jornal Folha da Tarde em 1975, sob o título “Polícia Militar assiste menores favelados”. O projeto era desenvolvido pelo 16º BPM e consistia em fornecer alimentação e instrução militar para crianças moradoras das favelas Nossa Senhora da Paz e do Jaguaré, nas quais, segundo o texto, não havia “mínimas condições decentes de vida”. O programa de assistência valorizava o emprego de disciplina militar como instrumento eficiente na formação dos assistidos, que recebiam instruções de marcha em ordem unida e eram submetidos a punições caso desobedecessem as regras de convivência estabelecidas¹¹⁰.

As integrantes da Polícia Feminina atuavam no recolhimento e triagem dos menores para essas instituições e programas, conforme indica a notícia publicada na Revista SSP, de fevereiro de 1969, segundo a qual a corporação havia atendido no ano anterior 61.505 ocorrências:

As policiais femininas encaminharam, durante o ano de 1968, um total de 1.287 pessoas no Juizado de Menores; 1.216 ao Serviço de Proteção e Previdência e 849 ao Departamento de Imigração e Colonização. Além disso, 200 outras pessoas foram encaminhadas ao Pronto Socorro; 126 a diversos Hospitais; 112 à Assistência Social e 409 a lugares diversos.

¹⁰⁹ As ações compreendiam aulas de música, ordem unida, formação profissional e ginástica: “todo dia, bem cedo, educação física: o professor, um homem do 14º Batalhão, sabe como transformar a obrigação da ginástica em um alegre divertimento”. Militia, Ano XXIII, Nova Fase, ° 08, novembro de 1970.

¹¹⁰ “Polícia Militar assiste menores favelados”. Folha da Tarde, 14 de novembro de 1975. Na revista “Promoção Social – São Paulo” (Ano III – outubro de 1977 – nº 12), há ampla divulgação de evento realizado pela Polícia Militar do estado para comemorar o Dia das Crianças. O evento consistiu na realização de desfile de 2.100 “menores” assistidos pelos diversos programas sociais da instituição pelas ruas do centro da capital. Segundo o artigo, “...em 21 Corporações Mirins da Capital e em 88 do Interior, a Polícia Militar do Estado vem contribuindo para a educação, integração e promoção social de 16.000 menores, os guardas mirins”. São interessantes as frases de algumas das diversas faixas carregadas pelos “menores” ao longo do desfile: “As Secretarias da Segurança e da Promoção Equacionam Juntas o Problema Social”; “Polícia Militar Educa 16 Mil Menores”; “PLIMEC: É Melhor Prevenir a Marginalização que Remediar-la”; “A FEBEM: Está Cumprindo sua Parte em Relação a Nós: E Você?; “Metas Básicas da FEBEM: Saúde - Educação – Profissionalização – Esporte – Lazer”; “Cuidem de Mim Hoje e Eu Cuidarei do Brasil Amanhã”; “Menor: Um Investimento Útil e Promissor” e “Somos Gente Como Você. Precisamos do seu apoio e da sua compreensão”.

Diante do crescimento dos problemas na área de Segurança Pública na década de 1970, com o aumento da criminalidade e da violência, ampliou-se de forma significativa o número de destacamentos do Batalhão Feminino em cidades do interior e do litoral de São Paulo¹¹¹. Em tempo de cerceamento das liberdades, a presença da mulher na Polícia se mostrou um instrumento hábil para manutenção da “ordem” nos espaços públicos, com controle direto sobre a ação indesejável de “menores” e “pedintes”, resultado direto do problema da migração.¹¹² A partir do lema: “um mendigo a menos, um trabalhador a mais”, a população de rua seria recolhida sob a orientação do Serviço Social do Palácio do Governo com o propósito de transformar esse público em “pessoas úteis”.

A presença da mulher, cujo “sorriso” constituía a sua principal arma, mostrou-se ainda uma importante ferramenta para desenvolver projetos de combate à subversão, seja participando de investigações seja difundindo a ideologia dos governos militares¹¹³, apresentando-se como a face materna do Estado, como salientaram as pesquisadoras Rosemeri Moreira e Cristina Wolff (2009). Nesse mesmo período, foram intensificadas as abordagens em terminais de passageiros, nas estações de trem, rodoviária e no aeroporto com o objetivo de evitar atentados e sequestros por grupos “subversivos”. As policiais revistavam bagagens e documentos de passageiros, a fim de identificar possíveis procurados e evitar o sequestro de aeronaves e crianças. Em relação ao sequestro de crianças, o relatório de serviço do dia 05 de março de 1970 no aeroporto de Congonhas evidencia a preocupação das policiais femininas com a identificação de menores que viajavam em companhia de adultos sem a identificação. Ao procurarem o responsável da

¹¹¹ Em 1969, o efetivo da Polícia Feminina não totalizava uma centena de policiais, concentradas a partir de 1970 no 33º Batalhão de Polícia Militar. Em 1984, o Batalhão contava com 728 mulheres, com perspectiva de ampliação desse número para o mesmo ano. Matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em novembro de 1984, informava que no concurso anterior para seleção de policiais femininas, realizado em 1983, houve registro de grande procura, quando 6.930 mulheres se inscreveram para concorrer a 170 vagas abertas pela Polícia Feminina. “Polícia Feminina – o testemunho de sua comandante”. Folha de S. Paulo, 20 de novembro de 1984, Geral, 21.

¹¹² Sobre a migração, a revista “Promoção Social – São Paulo” publicava texto com o título “A culpa que São Paulo não tem”, no qual esclarecia que cerca de 300 mil pessoas migravam todos os anos para São Paulo atraídos pela “fama errada” de emprego e dinheiro fácil e que, embora não fosse “culpado” pelo problema, o Governo fornecia passes de retorno para cidades de origem, alimentação e outras formas de auxílio à população necessitada.

¹¹³ Matéria publicada pelo jornal City News, em 27 de agosto de 1972, informa que não raramente as policiais são solicitadas para participar de investigações “[...] de caráter sigiloso, que exigem argúcia e discrição”.

Aeronáutica para buscarem uma solução para o caso, as policiais foram informadas que a portaria expedida pelo Ministério da Aeronáutica determinava apenas a identificação de maiores, sendo a apresentação de documentos de crianças e adolescentes, assunto da alçada do Juizado de Menores. O oficial da Aeronáutica informou na ocasião que no dia seguinte tentaria conversar com o responsável pela expedição da circular para tratar do tema, salientando que nada prometeria, pois ao expedir a determinação a Aeronáutica estava preocupada “apenas com o sequestro de aviões por subversivos”.

A presença feminina, portanto, pode ser vista como uma peça fundamental para o funcionamento dos projetos governamentais focados no “combate à subversão” e à violência, suavizando os traços autoritários na área de segurança ao buscarem difundir a imagem assistencial da Polícia Feminina. Afirmava no período a revista “Promoção Social – São Paulo” sobre o trabalho da entidade: “vista com simpatia e até com ternura pela população a Polícia Feminina é respeitada não só pelo trabalho que executa mas, principalmente, pelo modo como o faz: com delicadeza e sensibilidade”¹¹⁴.

Em muitas situações, policiais eram empregadas, além do trabalho ostensivo nos locais de embarque e desembarque de passageiros para orientar passageiros, prestar auxílio a crianças e mulheres, na dispersão de prostitutas, golpistas e menores, bem como em trabalhos de investigação de grupos criminosos e de trabalhadores em fábricas, como faz entender uma das entrevistas de policiais femininos que localizei e que havia sido revisada por Hilda Macedo. Na resposta dada pela policial, a parte onde esta diz que havia participado de uma investigação numa fábrica nos anos 1960 é riscada pela Comandante, como uma indicação de que deveria ser excluída da entrevista. Nesse caso específico de investigação, as policiais se passaram por operárias durante alguns dias para identificar o responsável por roubos que estavam ocorrendo na empresa. É provável que outras investigações tenham sido realizadas com caráter mais político ou mesmo que essa investigação, supostamente destinada à identificação da autoria de roubos na fábrica, buscasse na verdade levantar informações sobre a atuação de líderes sindicais ou outras ações políticas. Além disso, policiais checavam se cinemas e casas de espetáculos cumpriam as orientações determinadas pelos órgãos de censura. Um caso curioso envolveu

¹¹⁴ Fonte: Revista Promoção Social, São Paulo, Ano II, n. 04, mar., p. 47, 1976.

a peça de Cidinha Campos, intitulado “Homem não entra”, e a famosa travesti Rogéria nos anos 1970. Segundo a coluna Giba Um, do Jornal “Última Hora”, de 25 de março de 1975, Rogéria teria tentado entrar para assistir ao espetáculo, proibido para homens, quando foi reconhecida e impedida por uma funcionária, que era sua fã. Impedida de entrar no teatro, Rogéria, segundo o colunista, teria na ocasião “aprontado um verdadeiro comício”, afirmando, inclusive, “ser mulher”, o que teria motivado a ação de uma policial feminina que estava de plantão no local. Em tom jocoso, o jornalista afirma que ao realizar a devida revista em Rogéria a policial concluiria prontamente “que se tratava mesmo de um homem ‘com todas as letras’”¹¹⁵.

No final dos anos 1970 tem início um processo de ampliação significativa do efetivo feminino nas polícias militares. Com base, principalmente, na experiência exitosa de São Paulo, alguns estados, como o Paraná, passam a incorporar as primeiras mulheres ou a realizar estudos com o objetivo de formar as primeiras companhias de policiamento feminino nessas corporações. Ainda que sob o argumento inicial de liberar o efetivo masculino das atividades-meio, como os serviços internos na área administrativa e o atendimento de ocorrências de cunho assistencial, empregando-o mais diretamente na atividade-fim, a diversificação crescente das atividades realizadas pelo público feminino, como orientação e fiscalização no trânsito, por exemplo, provocariam tensões no interior das polícias, como bem expressa a charge de Novaes publicada no jornal Folha da Tarde, de 15 de maio de 1976, e na qual um policial masculino visivelmente zangado se manifesta contra as tentativas de alteração de patrimônios considerados essenciais na identidade policial militar: a farda e o espaço do quartel¹¹⁶. Os sinais da diferença de um feminino

¹¹⁵ “Homem ‘com todas as letras’”. In: Jornal Última Hora, coluna Giba Um, 25/03/1975. O jornalista paulista Gilberto Luiz Di Piero, conhecido como Giba Um, é considerado um dos criadores do columnismo social no Brasil. Atuou em importantes jornais no país como Folha da Tarde (SP), Diário da Noite (SP), Última Hora (SP) e Editora Abril. Possui um site com o seu nome e apresenta programa homônimo nas TVs paulista Alphaville e TVA. Fonte: <http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=13073>, página acessada em 09/02/2014.

¹¹⁶ A resistência à presença das mulheres na Pmesp no período mantém relação também como o fato, segundo alguns policiais com quem conversei, de elas terem ingressando na instituição já como sargentos e não na graduação de soldados, percurso comum a maior parte dos policiais. A posição de superioridade na hierarquia, uma forma de ajustar os maiores salários recebidos por parte do efetivo feminino ainda na Guarda Civil, foi possivelmente uma forma encontrada de ajustar posições e remuneração durante o processo de fusão entre as corporações no ano de 1970. O que, somado ao machismo existente no meio policial militar, contribuiu para ampliar as tensões de gênero na caserna nos primeiros anos.

aparecem representados pela flor no capacete da policial, nos bobs que enrolam o cabelo e na bolsa. São vistos, antes de tudo, como sinônimo de descaracterização da imagem policial:

Figura 8



Fonte: Jornal da Tarde

Autor: Novaes

Data: 15/05/1976

Acervo do arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo

Em 1977, na Polícia Militar de São Paulo, foram criados os destacamentos de Campinas e Santo André com a missão de atender às constantes solicitações apresentadas ao Batalhão Feminino, instalado na capital. Em outubro de 1980 e janeiro do ano seguinte foram criados, respectivamente, os destacamentos de São José dos Campos e Santos, onde o trabalho desempenhado por 28 praças e um oficial feminino recebeu, pouco tempo após a instalação da unidade, segundo histórico da Pmesp, diversas manifestações de “simpatia e reconhecimento”, entre elas, outorga da Medalha de Honra ao Mérito e entrega das bandeiras do Brasil, do estado de São Paulo e da cidade durante sessão solene da Câmara Municipal em virtude dos “relevantes serviços prestados à comunidade”.

A partir da instalação na cidade de Campinas, o poeta José Bittencourt Cabral apresentou a seguinte poesia às integrantes da nova companhia:

Policiais Femininas
Anjos anônimos, feitos de ternura
Dando tudo de si para bem servir,
Tendes sempre um sorriso doçura
Embora a alma, às vezes, a sentir.

Na incompreensão de muitos, a amargura
Da cruel insensatez a se espargir.
Revesti-vos, sublimes, da candura
Que só eleitas de Deus podem auferir.

Devíeis ser por todos veneradas
Pois, em vossa missão, predestinadas,
Apesar de criaturas, sois divinas.

Nos vossos corações, a docilidade
Irmana a Fé, a Esperança e a Caridade:
– DEUS VOS PAGUE, POLICIAIS FEMININAS!

Nesse período, ocorre ampliação significativa das experiências de inserção de mulheres em organizações policiais e militares no Brasil e no qual a Polícia Militar de São Paulo tem uma participação decisiva. Com histórico exitoso de mais de duas décadas de existência, a Polícia Feminina, integrada aos quadros da Polícia Militar de São Paulo desde o ano de 1970, passa a servir como principal modelo para inclusão de mulheres nas polícias militares em outros estados em diferentes regiões do país, assim como para a Marinha do Brasil, que inicia a experiência de inclusão de mulheres em 1980 a partir da criação do Corpo Auxiliar Feminino Reserva da Marinha (CAFRM) (LOMBARDI, 2009).

Conforme levantamento realizado pela Polícia Militar de São Paulo, dos 25 estados brasileiros existentes até o ano de 1982, além do Distrito Federal, sete haviam incorporado mulheres em atividades policiais, sendo cinco através das polícias militares (Amazonas, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo) e duas no efetivo de polícias civis (Amapá e Ceará). No mesmo levantamento, aponta-se que 14 estados cogitavam ou estavam em processo de estudo para criação de polícia feminina, a exemplo do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, enquanto o estado do Rio de Janeiro formava nesse ano a primeira turma de policiais militares femininos.

A iniciativa de ampliar a presença feminina em organizações policiais/militares recebeu significativo apoio no interior das Forças Armadas, que passaram, sobretudo no processo de abertura política, a vislumbrar no emprego de mulheres nas ações de segurança uma oportunidade valiosa de reformular a imagem das organizações militares frente à opinião pública. Supostamente menos tolerantes com abusos e casos de corrupção, as mulheres eram apresentadas a partir de uma dimensão saneadora ao reformular velhas práticas e imprimir nas ações policiais um caráter materno centrado no cuidado dos excluídos e, portanto, distante das práticas comuns do efetivo masculino, cuja imagem bastante desgastada se associava comumente a diferentes formas de violência.

Em 1977, por exemplo, a 5ª seção do Estado Maior da PM publicou o livro “Histórias que nós vivemos – contos de fatos reais”, com relatos de ocorrências atendidas por policiais paulistas, de modo a ilustrar situações concretas enfrentadas no cotidiano e que engrandeceriam a instituição e os seus agentes. As diversas situações apresentadas, ainda que inovassem com respostas baseadas não no exercício direto da violência e da imposição da autoridade, mas no empenho dos policiais em ações comunitárias, como os contos “Conquistando uma cidade” e “Compadre”, outros, a exemplo de “A parturiente intocável”, “E a arma estava descarregada” e “O caçador caçado”, destacam ações de coragem e por vezes de compromisso inconsequente com o cumprimento das missões. As histórias dos policiais masculinos, ainda que denotem ações de cuidado, como a resolução de uma briga que termina tempo depois selando o compadrio do policial com um dos envolvidos e uma operação para livrar uma cidade de uma praga, são mediadas pelo confronto com criminosos, o exercício de um tirocínio policial que faz subverter regulamentos e apelar para a ameaça de uso da violência. É o caso do conto “A parturiente intocável”, no qual um dos policiais “alerta” o médico para as consequências físicas de sua negligência, para assim assegurar o atendimento à gestante em difícil processo de parto.

Em linha diversa, três das histórias de autoria de policiais femininos têm as marcas de um trabalho voltado aos mais necessitados, como era comum ao trabalho da Polícia Feminina no período, ou seja, da assistência social e de uma entrega muitas vezes passional ao cuidado dos mais carentes financeiramente, como expressam os títulos “Solidariedade e

amor”, “Ação de despejo” e “Retorno e gratidão”. Uma inclinação para o cuidado que não raramente se estende do trabalho à intimidade familiar das policiais.

Na primeira história, a 2ª Tenente Setsuko Yoshida (1977) conta uma ocorrência atendida por ela 15 anos antes, quando foi chamada à Estação Rodoviária para servir de intérprete a uma senhora japonesa “extraviada”, que apresentava sinais de debilidade e que carregava no colo, igualmente maltrapilha e suja, uma criança de aproximadamente 01 ano e meio. Segundo a Tenente, na época ainda muito nova no serviço, a situação daquela mulher e da criança muito a entristeceu. Com as poucas informações que conseguiu obter, ela conta que dirigiu-se para o local do trabalho do esposo da senhora e de lá para o endereço da família, passando antes para buscar atendimento médico, pois a criança havia passado mal no percurso. Após ser atendida, a Tenente seguiu com a mãe e a criança já medicada até o endereço. A história que se desenrola a partir daí destaca detalhes comoventes, desde a exposição da extrema pobreza daquela família, com mais duas crianças num casebre úmido de apenas um cômodo; o passado do marido, que havia sido piloto de avião do “Pelotão Suicida” durante a Segunda Guerra Mundial e a sua decisão em acolher na própria casa aquela família de imigrantes. A Tenente Yoshida (1977, p. 03) relata a decisão de levar aquela família para morar em sua casa, frente o quadro de miséria que presenciou:

Naquela hora esqueci o meu orgulho e ambições da vida e convidei-o para morar em minha casa, sem ao menos consultar os meus genitores. Na época, morávamos numa casa mais ou menos grande e meus pais tinham uma tinturaria. Pensei em deixá-lo trabalhar conosco. Foi o que aconteceu. Os meus pais concordaram e o Sr ISHII trabalhava durante o dia na tinturaria e à noite ia para o seu emprego na Cooperativa. Sua família ficava bem acomodada em minha casa, pois logo nós nos mudamos para um apartamento na cidade. As crianças passaram a estudar e, todos os anos, tínhamos a grata satisfação de saber que eram os primeiros colocados nos exames finais.

Há, como no filme de Ozualdo Candeias sobre a Polícia Feminina, o interesse institucional em associar o trabalho das mulheres na corporação a uma missão específica de cuidado dos mais necessitados. Um trabalho que não raramente “invade” a vida pessoal dessas agentes, vindas, ao que faz crer essas representações, de estratos sociais mais elevados – a Tenente, por exemplo, é filha de um empresário e mora em uma casa ampla.

Sensibilizadas pelos efeitos da pobreza que maltrata mais duramente crianças e mulheres, elas são apontadas como as mais capacitadas para essa “nobre missão”. Partindo desses aspectos, o General José Ramos de Alencar, Inspetor Geral das Polícias Militares do Brasil, mostra-se, no ano de 1981, um dos maiores entusiastas da expansão do policiamento feminino, declarando a sua disposição em atuar para a concretização de iniciativas nesse campo em diferentes estados brasileiros. Segundo o General, “nos dias atuais, não apenas o policial fardado ou civil deve prestar sua colaboração para a tranquilidade da população, mas também a mulher”.

Nesse processo de expansão do policiamento feminino no país, a Polícia Militar de São Paulo, mais especificamente o Batalhão Feminino, teve participação crucial ao fornecer apoio através do repasse de subsídios, orientações, bem como envio de policiais para auxiliar na formação dos quadros femininos em vários estados. Uma experiência que já havia ocorrido anteriormente, quando ainda sob a presidência de Jânio Quadros a Comandante Hilda Macedo foi designada para auxiliar na criação da Polícia Feminina do Distrito Federal e a Polícia Feminina da Bahia, além de divulgar a Polícia Feminina em outros estados, como ocorreu através da atuação de policiais femininas de São Paulo no evento “Universiade”, realizado no ano de 1963 em Porto Alegre-RS e na viagem realizada pela Comandante Hilda Macedo para Buenos Aires, em 1961.

Na década de 1980, além da Marinha, foram enviadas policiais militares para auxiliar na formação do primeiro pelotão feminino da PM do Pará, que atuaria nos anos seguintes na formação de outras policiais das regiões Norte e Nordeste. O trabalho de formação do pelotão feminino nesse estado consistiu na atuação de oficiais da PM paulista no curso de formação de 44 Praças, formadas na cidade de Belém, bem como no envio de oficiais paraenses para a capital paulista, onde realizaram estágio no Batalhão de Polícia Feminina e tiveram acesso a conhecimentos teóricos e práticos.

A inserção mais acentuada de mulheres em organizações policiais/militares mostrava-se resultado de uma fase de transformações importantes na sociedade brasileira e particularmente no desenvolvimento dessas instituições, desejosas por se ajustarem, ainda que superficialmente, ao fluxo de mudanças operadas em escala internacional. Emergiam com crescente vigor nesse período as demandas em torno da ampliação do protagonismo

feminino em diferentes áreas, assim como aquelas que reclamavam o fim dos regimes autoritários em países como o Brasil.

Neste sentido, o processo de abertura política expõe novos atores, que se organizam através dos movimentos sociais para reivindicar direitos e exigir mudanças nos destinos do país. Ganha relevância a pauta do movimento feminista que, centrado nos direitos das mulheres, passa a discutir com maior ênfase temas como ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, nos partidos políticos, direito sobre o próprio corpo, planejamento familiar, bem como a denunciar a permanência de desigualdades e conhecidas formas de violência contra a mulher¹¹⁷. Diante do lugar alcançado pelo público feminino no âmbito das relações de trabalho, onde a sua presença se tornava cada vez maior e mais diversificada, diferentes segmentos da sociedade vão discutir as implicações sociais do trabalho feminino, visto tanto como sinônimo de progresso e algo sem retorno quanto alvo de preocupações dos setores mais conservadores. Estes, não raramente, continuavam a associar a participação feminina no mercado de trabalho ao aumento dos casos de divórcio e da delinquência juvenil, que despontava como grave problema social e que, segundo alguns setores da imprensa, era resultado de lares “desestruturados”, sobretudo, pela ausência materna.

A participação de mulheres em instituições policiais cumpria objetivos aparentemente divergentes, ou seja, atender às mudanças sociais relacionadas à participação

¹¹⁷ Nesse contexto, nasce em 1986, em São Paulo, como resultado das reivindicações dos movimentos sociais, a experiência pioneira das delegacias de defesa da mulher (DDMs), em seguida tomada com modelo por outros países. Em 2002, segundo a antropóloga Guita Debert (2002), o Brasil possuía mais de 300 dessas delegacias distribuídas na quase totalidade dos estados, revelando um avanço da agenda em torno da construção da igualdade, mas ainda marcada pelo peso da cultura policial. Assinalava Debert (2002, p. 08) que o êxito das delegacias especiais, consideradas as noções existentes no país de particularidade, universalidade e expansão de direitos se mostrava dependente do apoio “e, sobretudo, da convicção política de seus agentes e do modo como estes caracterizam sua clientela e seus interesses”. O conjunto de pesquisas sobre as delegacias da mulher, hoje delegacias especializadas no atendimento à mulher (DEAM), é bastante amplo, destacando-se os trabalhos de Grossi (1998 e 1991), Carrara (2002), Gregori (1993), Izumino (1997), Pasinato (2002), Piscitelli (2002), Soares (2002), entre outros. Pode-se citar também os importantes estudos de Cecília MacDowell Santos: “En-gendering the Police: Women’s Police Stations and Feminism in São Paulo” (2004) e “Violence in the City of Women: Police and Batterers in Bahia, Brazil”, de autoria de Sarah J. Hautzinger (2007). É bastante provável que a iniciativa da criação da delegacia de defesa da mulher em São Paulo seja tributária da experiência feminina na Guarda Civil e posteriormente na Polícia Militar, onde tanto os postos de atendimento em rodoviárias, estações de trem e aeroportos ajudaram a reforçar a concepção sobre a necessidade de compor um público feminino como a solução mais adequada para o atendimento de mulheres. Em suma, as mulheres saberiam melhor lidar com os dramas de outras mulheres.

feminina no mercado de trabalho, inscrevendo o Brasil entre as modernas sociedades ocidentais; e ao mesmo tempo contribuir para minimizar os problemas decorrentes da participação feminina no mercado de trabalho ao direcionarem esforços especializados na proteção e assistência a mulheres e crianças, consideradas vítimas potenciais do progresso e da conseqüente alteração dos costumes. Com o emprego de mulheres nos órgãos policiais pretendia-se também de uma só vez liberar o efetivo masculino de tarefas administrativas e ocorrências mais “simples” como conflitos familiares, orientação do trânsito, informações, rondas em áreas de menor incidência criminal, para direcioná-lo ao enfrentamento de ocorrências consideradas propriamente “policiais”. Estava em jogo permitir o ingresso, ainda que limitado, de mulheres no campo policial para atender às novas exigências surgidas no processo de redemocratização do país, sem, contudo, abrir mão de áreas e tarefas consideradas exclusivas do efetivo masculino e que estavam fundamentadas em velhas estratégias de “guerra”, responsáveis pela morte de milhares de pessoas em São Paulo a partir das conhecidas ações da Rota nos anos 1980, conforme revelou o jornalista Caco Barcellos (2006).

Após anos de silenciamento forçado durante os anos de chumbo, a exposição de graves contradições sociais geradas e que repercutiram na explosão dos casos de violência e criminalidade no país, passa a ser um desafio grandioso para os órgãos de segurança pública no país, sobretudo, para a imagem dessas instituições que se encontrava bastante desgastada depois de décadas de abusos cometidos. Utilizando uma estratégia que se mostraria comum a outras organizações policiais no país, como evidenciaram Bárbara Soares e Leonarda Musumeci (2005), a Polícia Militar de São Paulo passou a empregar mulheres em diferentes atividades na corporação, fugindo à exclusiva missão assistencial reservada ao público feminino. Em monografia de especialização, o então Capitão da Pmesp Luiz Antonio Santos (1986) destaca o que seriam as vantagens de inserir policiais femininos no serviço de trânsito, não sem antes apresentar algumas ressalvas:

Não se pode compará-la fisicamente ao homem e nem quer ela competir com ele, jamais poderia ser assim, apenas ajudá-lo naquilo que lhe compete, ter o seu espaço para poder desempenhar seu trabalho junto à comunidade.
A utilidade da policial feminino no trânsito é inegável, já tendo demonstrado nestes poucos meses empregados em São Paulo, mas o seu emprego deve ser

adaptado às peculiaridades do sexo feminino, físicos, fisiológicos e psicológicos, conclue-se (*sic*) neste trabalho.

[...]

[...] As policiais femininas tem condições de bem representar o seu papel nas campanhas de educação no trânsito, com palestras ministradas nas escolas sem esquecermos que são elas as mais indicadas para prosseguirem no já sucesso que é o projeto Vida, iniciativa da Polícia Militar por serem dotadas de qualidades essenciais na transmissão de educação a estudantes de tenra idade (1º grau).

A policial feminina já faz parte do contexto social não encontra problemas de aceitação e adaptação. A figura da mulher fardada no trânsito é vista com naturalidade, principalmente pelo pedestre que vê na sua farda a sua segurança e a Polícia Militar precisa explorar bem esse lado positivo de um dos seus segmentos (Grifos meus)¹¹⁸.

A maior presença das mulheres nesse campo visava, assim, entre outros objetivos, suavizar os contornos autoritários dos órgãos de segurança ao fazer uso de estratégias focadas no uso social da imagem da mulher em campanhas midiáticas e na presença obrigatória em solenidades públicas, nas quais se reforçava dimensões consideradas inerentes à natureza feminina como “cuidado”, “delicadeza”, “sensibilidade”, “bondade”, entre outras características consideradas femininas, ao trabalho policial.

1.4 Mudanças e continuidades do trabalho das mulheres na Polícia Militar: de “assistentes sociais” a concorrentes simbólicos

Centradas inicialmente em ações preventivas destinadas ao cuidado e proteção de menores e mulheres, as atribuições reservadas às mulheres na polícia foram ampliadas de forma significativa, ainda que com frequência continuassem sendo empregadas nos setores

¹¹⁸ O oficial reforça nas considerações do trabalho o que seriam as características essenciais do público feminino: “meiguice”, “delicadeza”, “carinho”, “paciência”. Por esses atributos, ele afirma que as mulheres nem precisariam utilizar armas no trabalho com a comunidade. A fim de garantir o melhor emprego de um efetivo feminino na atividade de trânsito, Santos afirma que seria preciso exigir treinamento mais rigoroso daquele exigido das mulheres em outras atividades. Ponderados os aspectos negativos (gravidez, menstruação, fardamento não adequado, ausência de creches) e positivos (caráter incorruptível, maior confiança da sociedade, paciência na orientação do trânsito, maior senso de responsabilidade e firmeza nas ações), o oficial considera válido o emprego feminino na atividade sem, contudo, desprezar as especificidades da natureza feminina, que devem ser corrigidas pelos treinamentos e adequação da jornada de trabalho. Destaca o autor: “a mulher não pode e nem deve ser comparada ao homem, pois possui menor energia muscular, é mais frágil fisicamente, ritmo biológico específico e alguns fatores psicológicos próximos do temperamento feminino como a timidez, o temor, o altruísmo, a resignação, a afetuosidade e a maior sensibilidade no trato social, entre outros” (Grifos meus).

internos da instituição e em atividades que demandavam a manutenção da ordem a partir de uma expressão de “bondade” e “cuidado”.

A Polícia Feminina, destinada ao desenvolvimento de um trabalho eminentemente assistencial nas primeiras décadas, agregou novas funções como resultado de mudanças sociais mais amplas na sociedade, onde o movimento de mulheres em torno da ampliação de seus direitos contribuiu decisivamente para pensar os lugares do feminino na sociedade e apontar novos arranjos sociais.

Se a problemática do menor, dos imigrantes, dos idosos e mulheres constituiu o fundamento do trabalho da Polícia Feminina nos primeiros anos de fundação, essa especialização passou a ceder lugar paulatinamente ao caráter mais difuso do trabalho policial, sobretudo a partir da sua incorporação à Força Pública nos anos 1970 para criação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. A fusão dessas instituições impôs importantes desafios à Segurança Pública do Estado e, particularmente, à cultura policial militar, que se viu forçada pelo peso simbólico da experiência da Polícia Feminina a pensar estratégias de assimilação do efetivo feminino em suas estruturas internas e rotina, de modo a acompanhar as transformações operadas na sociedade e que reclamavam mais oportunidades para as mulheres para além dos trabalhos considerados eminentemente femininos.

Desse modo, a presença feminina na Polícia Militar de São Paulo se deu de forma indireta, visto que no momento da integração dos efetivos da Guarda Civil e da Força Pública a Polícia Feminina já era uma experiência conhecida e consolidada socialmente. Apesar das resistências em alguns setores dessas corporações, a dissolução da experiência se mostrava uma decisão pouco provável na medida em que a presença tinha sido assimilada e os serviços prestados gozavam de destacado reconhecimento da sociedade paulista, assim como externamente. A inserção feminina na polícia mostrava-se, portanto, praticamente “um caminho sem volta”.

A permanência do público feminino no desempenho de funções assistenciais e de prevenção foi por muito tempo dado como uma garantia de que as mulheres não concorreriam com os homens na seara policial. As transformações operadas na sociedade e que levaram à ampliação da presença feminina no mercado de trabalho, além da

emergência de novas modalidades de crimes e os bons resultados trazidos pelo trabalho das mulheres policiais, sobretudo para a imagem das instituições, acabaram, no entanto, por pressionar os gestores a apostar na ampliação da presença das mulheres, empregando-as em setores e atividades antes exclusivas dos policiais masculinos. Ainda assim, informalmente apostou-se na reserva de espaços exclusivos para os homens no campo policial com o aumento do número de mulheres.

A diversificação das atividades reservadas às mulheres na polícia pode ser considerada resultado tanto das pressões externas sobre a instituição e que reclamavam mais espaço para as mulheres nos diferentes setores de trabalho como das iniciativas formuladas por alguns setores da PM em explorar a imagem positiva da Polícia Feminina e assim melhorar os níveis de confiança da população na polícia. A ampliação da presença feminina na PM vai provocar alterações importantes do trabalho das mulheres na corporação, como pode ser visualizado nos relatórios dos livros de ocorrência dos postos policiais femininos. Se antes é apresentada uma descrição minuciosa das ocorrências, no início dos anos 1980, além dos dados pessoais como nome, idade, cor, estado civil, endereço, o relatório se mostra mais sucinto, limitando-se muitas vezes a classificar o tipo de ocorrência e a informar se era caso de conflito conjugal, domiciliar, entre vizinhos, ou se dizia respeito à comunicação de desaparecimento¹¹⁹ de ente familiar ou busca de informações para conseguir dos órgãos de assistência do Estado trabalho, pensão ou transporte, por exemplo.

As descrições mostram-se cada vez mais objetivas e no caso dos postos que não mantinham relação direta com os órgãos de assistencial social, os encaminhamentos aparecem mais vinculados às expectativas do trabalho policial focado na dissuasão de comportamentos indesejáveis que de amparo, como visualizado nas primeiras décadas. Um exemplo interessante está no relato das rondas realizadas por uma dupla de policiais femininos na Catedral da Sé e no qual uma delas conta que após várias advertências solicita

¹¹⁹ No caso de desaparecimento, costumava-se anotar as características físicas do desaparecido como altura, cor, sinais evidentes, roupas que usava no dia em que desapareceu, além de outras informações consideradas relevantes, como o local do suposto desaparecimento e se a pessoa desaparecida sofria de algum transtorno psíquico ou outra doença. Em algumas situações, anexava-se fotografia da pessoa desaparecida acompanhada de número de telefone para contato em caso de informações que pudessem ajudar na localização.

a onze moradores de rua, sendo nove homens e duas mulheres que se retirem da igreja, onde se encontravam dormindo nos bancos, provavelmente na tentativa de fugir do frio comum no mês de julho, visto que no relatório a policial faz referência ao uso do uniforme oitavo com capote e bota. O relato leva a entender que, diante da determinação, os moradores de rua saem da igreja para ocupar locais próximos, destoando assim do padrão de registro verificado nos primeiros anos da Polícia Feminina.

Ao observar ocorrências semelhantes, vê-se que em nenhuma delas se faz referência ao encaminhamento dos moradores a órgãos de assistência ou abrigo, mas a intensificação das revistas pessoais em mulheres suspeitas ou que ameaçavam a tranquilidade do local em razão do comportamento ou vestimentas considerados inadequados. Não há, também, a identificação da procedência, registro das características pessoais desse público, nem tampouco o relato de admoestações apresentadas, como se mostrava comum anteriormente. Em 29 de dezembro de 1985, os Sargentos Lázara e Amália advertem cinco homens e duas mulheres que estavam dormindo nos bancos da Catedral da Sé e solicitam na mesma ocasião que uma mulher saia da igreja por encontrar-se, segundo o registro, em “trajes sumários”.

A maior aproximação de ocorrências classificadas como “policiais” e, portanto, vistas como mais próximas do universo masculino, não significa que as policiais deixaram de realizar antigas funções como dar informações, aconselhar jovens e mulheres na resolução de problemas pessoais, bem como aqueles que vindos de alguma região do país ou fora dele precisavam de algum tipo de assistência médica, social ou mesmo de indicação de um local para ficar. Superado o receio registrado nos primeiros anos, tornou-se comum recorrer às policiais em busca de informações, sendo as mulheres na polícia consideradas a face humana e por isso mais acessível da instituição.

Em registro de ocorrência no dia 04 de setembro de 1985, a Cabo Feminino PM Elza informa que às 08 horas da manhã, ao realizar ronda com sua colega de trabalho, Cabo Tânia Regina, foram procuradas por Rosemary Tavares de Jesus, 20 anos de idade, natural e procedente de Itabaiana-SE. Conta que Rosemary é professora, informação constatada em sua carteira de trabalho na qual havia o registro de alguns meses numa escola de 1º grau, e que esta, aluna do primeiro semestre de Pedagogia, havia acabado de chegar do estado de

Sergipe e necessitava de um pensionato para se instalar. Após várias tentativas, conseguiram, através de contato telefônico e indicação do Padre Hélio, encontrar uma vaga para a professora no pensionato para moças “Casa Madre Thereza Michel”. O relato mais detalhado dessa ocorrência indica as diferenças na forma de atendimento prestado e que tendiam a variar conforme os diferentes tipos sociais em questão, sendo comum marcar no registro de situações que demandavam informações, orientações ou encaminhamento assistencial, um tipo de resposta na qual ficava marcada uma ação “com rigor e bondade” enquanto em outras situações que envolviam certa presunção de culpa com pouca disposição para alteração dos comportamentos, apenas rigor e aparente indiferença. Há apenas nesses casos uma rápida referência, manifestada pelo simples encaminhamento aos “órgãos responsáveis” ou indicação de “cooperação” na manutenção da ordem com a realização de rondas e/ou revistas pessoais.

Nas situações que envolviam crianças ou adultos sem histórico policial é comum encontrar no registro das ocorrências conselhos para que não reincidam em comportamentos indesejados ou passem a levar uma vida diferente, seja o jovem que em conflito com os pais resolve fugir de casa, que levado por comportamento lascivo tenta abusar de alguém ou da jovem imatura que se deixa seduzir por “falsas promessas” de trabalho ou amor. Em 08 de maio de 1985, no posto policial do Centro de Triagem, Recolhimento e Encaminhamento (CETREN), o jovem de nome Daniel foi flagrado ao subir em latas de limpeza para observar mulheres do alojamento das solteiras desse órgão tomando banho, sendo em seguida advertido juntamente com a sua mãe pelas policiais para que o “fato não torne a se repetir”.

O caráter moralizador da Polícia Feminina preservou-se, com a diversificação de seu emprego em outras atividades para além da orientação e encaminhamento de mulheres e menores. Com o retorno ao regime democrático, a Polícia Militar se defrontou com o desafio de reformular a imagem da instituição, bastante debilitada por décadas de abuso, sobretudo durante os anos de regime autoritário. A ampliação dos direitos civis e políticos dos brasileiros, juntamente com a maior atuação da imprensa, expuseram de forma mais contundente a face violenta da polícia, como a “Operação Camunducaia”, ocorrida em

1974, e nas ações violentas da Rota e de grupos de extermínio formados por policiais na década de 1980.

A presença das mulheres na corporação foi explorada como um instrumento importante para a reformulação da imagem da polícia militar. Para isso, ampliou-se de forma significativa o efetivo feminino, empregando-o em setores e atividades até então exclusivamente masculinos, como ocorreu com a área de trânsito, que passou a contar com mulheres a partir de 1986 por meio da criação de Companhia de Trânsito Feminino, encarregada de “humanizar” o trânsito e atuar na aplicação mais segura das penalidades e na melhor orientação do tráfego.

O ingresso feminino na Polícia Militar, que desde 1970 acontecia a partir do posto de Terceiro Sargento, passa, em 1989, a ocorrer também através da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, onde os treinamentos e instruções da formação de oficiais passaram a ser desenvolvidos integrados ao efetivo masculino. Em 1990, foram criados mais dois batalhões de polícia feminino, compondo o Comando de Policiamento Feminino que iniciaria atividade de radio-patrolhamento. A partir desse ano as mulheres puderam andar armadas e houve alterações no fardamento, com a substituição no trabalho ostensivo da saia e sapato de salto por calças e coturnos.

De modo geral, percebe-se que a ampliação da participação feminina nas diferentes unidades da Pmesp acontece em períodos de maior desgaste da imagem da instituição policial, tendo como escopo promover a humanização das relações internas, bem como mudanças na percepção social sobre o trabalho da polícia, atendendo ainda a alterações na dinâmica do crime e da violência no estado. Não por acaso, unidades tradicionalmente masculinas como o Batalhão de Choque e Policiamento Rodoviário passaram a admitir o ingresso de mulheres nos anos de 1997 e 1998, respectivamente, quando os episódios de violência da Favela Naval ganharam grande repercussão no país e se tornou necessário utilizar de modo mais frequente policiais femininos na abordagem de mulheres em grandes eventos públicos, como partidas de futebol. Em 1997, o governador Mário Covas instituiu o Programa de Segurança Escolar, que passou a ser executado pelo Comando de Policiamento Feminino a partir do trabalho de duplas de policiais, que tinham o objetivo de atuar na prevenção ao uso e tráfico de drogas e proteção de estudantes, professores e

servidores nas escolas da rede estadual de ensino. Do mesmo modo, o efetivo alcança aumento expressivo ao passar de 3000 em 1998 para cerca de 9000 em 2004. Um aumento de aproximadamente 300% em uma década¹²⁰.

No ano 2000, considerando a inexistência de missão especial reservada às mulheres na corporação, o governo do Estado determina a extinção dos batalhões de polícia feminina, de modo que o seu efetivo passa a ser nesse mesmo tempo distribuído entre os diferentes batalhões e unidades da Pmesp. A partir dessa fase, que marca de forma mais acentuada o crescimento do efetivo feminino, com o seu emprego em atividades até então privativas aos homens, as resistências à presença de mulheres na atividade policial são manifestadas com maior frequência na imprensa, ainda que de forma indireta.

A seguir, é possível observar a composição do efetivo feminino, conforme as diferentes graduações e patentes. No primeiro quadro, referente à evolução do efetivo das praças femininos, destaca-se o expressivo crescimento no período de 1978 a 2011, correspondente a mais de 1.200%. Se o efetivo triplicou entre os anos de 1978 a 1997, no período seguinte, correspondente a 1997 a 2011 e, portanto, com menor número de anos, o mesmo registrou semelhante percentual, a despeito da redução do ritmo de crescimento nos últimos anos, quando o efetivo manteve-se praticamente estável. Apenas em 2004, houve um registro de ampliação significativa da ascensão feminina na carreira, quando quinze policiais alcançaram a última graduação desse círculo hierárquico e mais que dobrou o número de cabos femininos em relação ao ano de 1997. A ampliação feminina registrada nesse período guarda relação íntima com a expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho e com políticas de segurança, que visavam melhorar a imagem da Polícia Militar, imersa num quadro geral de crise, a partir, inclusive, de maiores investimentos nos programas de policiamento escolar e comunitário.

¹²⁰ Na década seguinte houve uma redução expressiva desse crescimento, quando o efetivo ficou em torno de 10.000 policiais femininos.

Evolução do Efetivo – Praças Femininas					
Ano Graduação	1978	1987	1997	2004	2011
Subtenente	0	5	0	15	51
1º Sgt	59	49	8	133	170
2º Sgt	136	29	30	223	262
3º Sgt	189	0	37	273	215
Cb	44	170	260	550	1.093
Sd	300	2.000	2.700	7.500	7.023
Subtotal	728	2.253	3.035	8.694	8.814

Fonte: Diretoria de Pessoal/Divisão de Controle e Movimentação/Seção de Planejamento e Controle (Pmesp/2014).

No gráfico 01, observa-se que um dos picos de maior crescimento ocorre a partir de meados dos anos 1990 e que o ano de 2004 significou o maior incremento no número de soldados femininas, representando, também, o início de um processo de encerramento do ciclo de aumentos destacados do efetivo. Desde então, esse período passa a ser marcado por uma tendência à estabilização do efetivo, constituindo, assim, um fenômeno comum ao efetivo da Polícia Militar de uma forma geral.



Fonte: pesquisa de campo (2014).

No que se refere ao quadro de oficiais superiores femininos, permaneceu estável durante mais de duas décadas, conforme o quadro a seguir. Se o quadro de praças femininos registrou aumento de seu efetivo nos anos 1980, o de oficiais só registrou crescimento expressivo na década seguinte, momento em que as mulheres passaram a ser admitidas na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, que formou a primeira turma de oficiais femininos em 1992. A explicação para essa estagnação de longo tempo mantém relação com o fato de os quadros masculino e feminino serem separados, nesse período, na Pmesp, e essa ter sido uma solução encontrada pelo Comando para o inchaço geral do quadro de oficiais da corporação e para o número relativamente reduzido de praças femininos, nas primeiras duas décadas da unificação da Guarda Civil com a Força Pública, em 1970. Esse processo de unificação, que resultou na criação da Polícia Militar, impeliu o Comando da nascente corporação a buscar o reenquadramento, sobretudo, dos membros da Guarda Civil, o que pode ter sido um dos fatores responsáveis pelo grande número de oficiais.

Evolução do Efetivo – Oficiais Femininos				
Patente \ Ano	1978	1987	1997	2011
Coronel	1	1	0	3
Tenente Coronel	1	5	0	11
Major	1	7	0	20
Capitão	4	23	21	72
1º Ten	15	32	40	208
2º Ten	46	0	105	100
Subtotal	68	68	166	414

Fonte: Diretoria de Pessoal/Divisão de Controle e Movimentação/Seção de Planejamento e Controle (Pmesp/2014).

No caso das policiais femininas da extinta Guarda Civil, com padrão salarial maior, acabaram por ser reenquadradas em graduações mais elevadas e, frente às exigências da função, ingressavam na corporação como sargentos e não como soldados, concurso em que, para o sexo masculino, exigia grau menor de escolaridade. Além disso, provavelmente, os planos de ampliação da participação feminina na Polícia Militar exigiram, durante algum tempo, a contratação do público feminino em graduação superior, a fim de compor os

quadros que atuariam nos comandos das futuras soldados. Provavelmente por essa razão foi que apenas em 1978 foi registrado o primeiro concurso para contratação de soldados femininos. Como destaquei, o ingresso para as mulheres na Pmesp era possível somente como Terceiro Sargento. Desse modo, apenas com a realização de seguidos concursos para soldados femininos e da possibilidade de cursarem a Academia de Polícia Militar do Barro Branco, o número de oficiais femininos voltou a crescer de forma acentuada na década de 1990 e, diferente da categoria praças, ainda indica tendência de crescimento, sobretudo com as policiais avançando nos postos mais altos da carreira, como se pode visualizar no gráfico 02. Além disso, a unificação dos quadros masculino e feminino passou a assegurar maiores oportunidades de ascensão das policiais na carreira.



Fonte: pesquisa de campo (2014).

Embora o Comando de Policiamento Feminino tenha sido extinto no ano 2000, permaneceu a separação dos quadros masculinos e femininos na Pmesp até 2011, determinando, assim, oportunidades menores de ascensão ao público feminino na Corporação. Contudo, apesar de representarem parcela menor do efetivo, a ascensão de mulheres aos cargos de Comando de batalhões representou a exposição mais clara das

disputas no interior da instituição, definindo as policiais femininas como importantes e perigosas concorrentes, tanto do ponto de vista objetivo, quanto simbólico, no campo policial.

Se na pesquisa realizada durante o 1º Encontro Estadual da Mulher Policial Militar, ocorrido em 2000, as policiais consultadas afirmaram em sua maioria (82,4%) não se sentirem discriminadas no ambiente de trabalho, mais da metade delas (52,2%) destacaram que as instalações físicas onde foram apresentadas para servir dispunham de condições inadequadas, sendo 22,4% vistas como regulares, 4,8% ruins, 8% péssimas e 17% inexistentes, revelando em espaços mais livres do controle interno a existência de preconceito em relação às policiais femininas na corporação. É o caso da matéria publicada na revista *Elle*, em março do ano anterior, quando uma das policiais entrevistadas afirmou que as mulheres eram comumente alvos de discriminação e assédio sexual na Pmesp. Usando nome fictício, a tenente entrevistada afirmou que era comum os superiores considerarem a mulher incapaz de desempenhar funções de comando. Segundo a oficial, “por eles, faríamos apenas as tarefas burocráticas e os serviços leves [...] eles acham que somos frágeis demais”¹²¹.

Curiosamente, no ano seguinte, a Tenente-Coronel Fátima Duarte foi nomeada a primeira mulher da história da Polícia Militar de São Paulo a assumir o Comando de um batalhão e ter, sob a sua responsabilidade, policiais de ambos os sexos. A nomeação, assim como outras ações, a exemplo de investimentos no policiamento escolar e comunitário, campanhas publicitárias e maior aproximação com órgãos de imprensa, visava reformular a imagem da corporação, bastante desgastada por episódios de abusos cometidos por policiais, apelando assim para o elemento feminino como recurso para mudança da percepção social em torno da polícia. Não por acaso, a nomeação da oficial é definida em uma das reportagens como um “símbolo da transformação pela qual a Polícia Militar de São Paulo passa nos últimos anos”. A reportagem afirma que, desde o ano de 1997, o Comando-Geral da Pmesp esforçava-se para mudar a sua imagem perante a opinião

¹²¹ “Guns and Rose – Há mais mulheres buscando uma vaga na Polícia Militar. O trabalho não é pouco – já se equipara ao dos homens. Mas é uma profissão estável e gratificante para elas”. Revista *Elle*, Ano 11, nº 03, março/99.

pública, para quem a instituição aparecia diretamente associada, sobretudo após o episódio da Favela Naval, a ações arbitrárias e truculentas.

Era justamente através da postura “serena” da oficial, de sua formação, inclinada a ouvir os policiais na tomada de decisões, que se buscava estabelecer, ainda que midiaticamente, as transformações operadas na Polícia Militar. Com 1,58 metro de altura, 52 quilos, esposa de oficial com patente inferior a dela, além de formada em Direito e Letras, a Tenente-coronel Fátima surgia como símbolo das mudanças que a instituição pretendia propagar, traduzindo-se na intenção manifestada pela nova Comandante de expandir o policiamento comunitário¹²².

Nessa mesma direção, meses depois outra coronel foi apresentada como a “primeira mulher na história da PM a comandar batalhões masculinos e enfrentar bandidos na rua”, ampliando assim as iniciativas do governo em mudar a percepção social em torno da polícia. Com efetivo total de 82.000 policiais, sendo 7.327 mulheres, a Coronel Laudinéa Pessan comandaria três batalhões, totalizando 2.300 policiais sob suas ordens. A exemplo da matéria sobre a Tenente-coronel Fátima, o texto reforça o suposto “descompasso” entre as características físicas da policial, com 1,60 metro de altura e 58 quilos, e o tamanho das expectativas da função, para qual a Coronel justificaria a indicação pelo fato de ser “ótima atiradora” e “durona” sem ameaçar a feminilidade, um atributo considerado indispensável pela instituição¹²³.

Com frequência, as policiais aparecem na mídia associadas aos cuidados com a beleza e aparentemente conciliando universos vistos como opostos: a vaidade feminina e a força de uma profissão que requer o exercício da autoridade. Apresentadas como boas profissionais, elas surgem, nas aparições cada vez mais frequentes na imprensa, como “belas”, “vaidosas”, “femininas”, “educadas”, tendo no cuidado com as unhas, com os cabelos - impecáveis sob a forma curta ou de coques - e, sobretudo, com o uso do batom, quase sempre vermelho, algumas das suas principais características. O revólver e o batom

¹²² “PM Senhora Comandante: Fátima Dutra é a primeira a comandar um batalhão de soldados na Polícia Militar de São Paulo”. **Revista Época**, Ano II, n. 92, 21 de fevereiro de 2000, p. 49.

¹²³ “Senhora coronel”. **Revista Veja**, Reportagem de capa, São Paulo. Ano 33, n. 30, jul., 2000. Outra matéria relacionada, cf. “Mulher comanda Batalhão da Polícia Militar em Mauá”. **Diário do Grande ABC**, Ano XLI, n. 10.575, 09 de fevereiro de 2000.

são elementos importantes na composição da identidade policial feminina. O segundo, em diferentes ocasiões, mais relevante. Na história da Polícia Feminina o bato, por exemplo, antecede o revólver como item obrigatório, compondo com a capacidade de persuasão as principais armas da policial desde os primeiros momentos da Polícia Feminina, como indica a imagem que abre o artigo “Polícia de Saias”, de Frederic Sondern em junho de 1958: numa bolsa feminina aberta destacam-se ao lado do revólver calibre ponto 32: pente, chaves, caneta, entre outros itens. Na matéria da revista “Veja São Paulo”, a bolsa da Coronel, além de documentos, do revolver 38 cano longo, leva itens “indispensáveis”: creme, pente, óculos, pó-de-arroz e o bato. A bolsa feminina e, sobretudo, da policial, é um objeto de inegável curiosidade e fascínio.

Como a Tenente-coronel Fátima, a Coronel Laudinéa é apresentada na reportagem como oficial que prioriza o diálogo com os seus subordinados e superiores a partir de “um tom de voz baixo, doce, quase maternal”. Expressão de doçura e firmeza. A relação entre os campos profissional e pessoal é evidenciada, de modo que como Fátima, a coronel também é casada com um policial com patente inferior a sua, reforçando assim a existência de mudanças expressivas na corporação, como a melhoria da linguagem dos policiais, além do “toque feminino” com alterações na decoração no quartel: quadros e vasos de plantas, símbolo da “humanização” desses espaços. Um processo que não se deu sem tensões, como revela a mesma reportagem, segundo a qual a Coronel teria entre os principais desafios conquistar a confiança de suas tropas: “nas rodas de soldados, nota-se um certo diz-que-diz-que. ‘Inventaram essa história de que mulheres estão tão preparadas quanto nós, mas quero ver se essa baixinha sabe alguma coisa’, desdenha um cabo do 12º Batalhão, que pediu para não ser identificado”¹²⁴.

Na história recente da Polícia Militar de São Paulo, as mulheres inegavelmente conquistaram mais espaço na instituição, ampliando a presença em unidades até pouco tempo exclusivamente masculinas como o Regimento de Cavalaria, Batalhões de Choque, Policiamento Aéreo e Ambiental, entre outros. Contudo, passada mais de uma década da reportagem, resistências semelhantes persistem, ainda que veladas sob o argumento de menor “força física das mulheres”, “aumento da crueldade dos criminosos”, assim como

¹²⁴ Idem.

melhor adaptação feminina às atividades internas, classificadas como atividades que demandariam maior cuidado, capacidade de organização e diálogo. Além disso, a “menor” disposição feminina para enfrentar os riscos das ruas, em razão da maternidade e da responsabilidade com a manutenção do lar, ensejaria uma disposição protetora dos policiais masculinos, para quem a rua costuma ser apresentada como a dimensão segura de sua identidade enquanto as mulheres manteriam maior afinidade com dimensão a “doméstica” da corporação, conforme pude observar nas conversas que mantive com policiais militares desde o início da pesquisa.

Normalmente, costuma-se ainda hoje esperar que o efetivo feminino seja integrado em projetos e ações que visem tanto “humanizar” a corporação, ao apostar nas ações de valorização dos recursos humanos, quanto promover a aproximação com o público externo a partir da melhoria da imagem da instituição. Um sinal dessa disposição está nos diversos eventos e matérias relacionadas ao trabalho feminino na PM, desde as comemorações pelo 08 de março, Dias das Mães e o Dia da Policial Feminino, momento onde a corporação concentra-se na tarefa de lembrar as policiais que toda policial é antes de tudo “mulher” e ser mulher implica no exercício de uma feminilidade que se aproxima de um ideal de cuidado com a beleza, de valorização da família e ao mesmo tempo distante de práticas sedutoras que comprometam o emprego de sua autoridade.

Não por acaso, nas últimas administrações do governador Geraldo Alckmin, a imagem das policiais femininas tem sido um recurso importante nas aparições da corporação, seja na imprensa ou material publicitário¹²⁵, enquanto síntese de uma polícia que se renovou e que tem na policial, “enquanto mãe, esposa, filha e mulher”, a expressão mais evidente da “garra, sensibilidade e dedicação”. Se, em 2002, o governo instituiu o “Dia da Policial Feminino”, como forma de “reconhecer” o papel da mulher na polícia, a aprovação do projeto de lei, em 2011, que pôs fim a separação dos quadros masculino e

¹²⁵ Em banners, filmes publicitários, calendário e campanhas da Pmesp nas redes sociais a imagem das mulheres policiais é utilizada com frequência. Em 2005, tendo como patrocinadores a empresa de cosméticos Avon e o plano Porto Seguro Vida Mulher, a Pmesp elaborou calendários para divulgar os 50 anos de criação da Polícia Feminina, apresentando os diversos campos de atuação das mulheres na corporação. No mesmo ano, foram lançados, pela empresa Telefônica, cartões comemorativos em alusão a esse aniversário. Empresas da área de saúde e beleza, desde cursos de cabeleireiro, clínicas de estética, cosméticos, da área odontológica, entre outras, costumam atuar como patrocinadores de eventos relacionados ao aniversário da Polícia Feminina divulgando seus produtos e serviços em um universo estimado em mais de 9.000 policiais.

feminino na Pmesp, pretendeu atender uma reivindicação antiga das policiais militares paulistas¹²⁶. Desde então, não há mais fixação de vagas por sexo para ingresso na instituição, com possibilidades formais de ingressarem mais candidatos do sexo feminino tanto na base da instituição, como soldado, quanto no curso de oficial da Academia Militar do Barro Branco.

Dessa forma, a análise da trajetória histórica das mulheres na Polícia Militar de São Paulo revela aspectos importantes sobre os sentidos da presença feminina, com ampliação significativa do seu efetivo, alteração das formas de ingresso e da natureza do trabalho feminino na instituição. Antes restritas ao desempenho de tarefas assistenciais, as mulheres passaram a desempenhar atividades até então exclusivas dos policiais masculinos como policiamento ostensivo, abordagens e orientação do trânsito.

Contudo, a ampliação dos espaços possíveis ao público feminino não representou o fim das restrições reservadas às mulheres na Polícia Militar, onde algumas unidades persistem informalmente vedadas à sua participação. Atuando como “reservatórios de sentido”, manancial das representações sociais que estruturam a identidade dos grupos mais

¹²⁶ Segundo algumas policiais com quem conversei no dia do anúncio do envio do projeto para Assembleia Legislativa de São Paulo, a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República representou fator decisivo, segundo elas, para o ato do governador Geraldo Alckmin. O projeto, que foi aprovado no mesmo ano, visava atender a solicitação de grande parte do efetivo feminino, que se sentia prejudicado nos processos de promoção interna, onde o número de vagas para o público era bastante inferior ao do público masculino, a despeito das mulheres muitas vezes apresentarem pontuação bastante superior ao dos colegas homens nos concursos internos. Com a unificação, a expectativa é que ocorra um aumento considerável de policiais nos diferentes níveis hierárquicos da instituição. Para os círculos que temem uma “invasão feminina” na Polícia, setores da própria corporação acreditam que o aumento da procura não levará à superação do número de policiais femininos em relação ao número de homens. A expectativa se pauta na crença de que a profissão continuará sendo mais procurada por homens, em razão dos riscos a ela associados, como no suposta menor aprovação das mulheres em outras etapas do concurso como as provas física e nos testes psicotécnicos, que tendem a definir um perfil marcado por características vistas como naturalmente masculinas. Atualmente, alguns segmentos do efetivo feminino se mostram empenhados na aprovação de um projeto de lei que garante regime de aposentadoria especial para as mulheres policiais. Segundo o projeto, as policiais teriam direito à aposentadoria após 25 anos de serviço, ou seja, 05 a menos que os policiais masculinos. Um dos principais argumentos é que as mulheres sofreriam com o peso da dupla ou tripla jornada de trabalho e com os encargos da maternidade, sendo a aposentadoria em menor tempo uma forma de compensá-las do peso dessas maiores responsabilidades, que teriam um efeito muito grande sobre a sua saúde e para a família das policiais. Durante a pesquisa, mais precisamente no segundo semestre de 2011, recebi o telefonema de uma oficial que eu havia entrevistado. A policial me perguntou se eu não poderia repassar subsídios, através da pesquisa que eu estava desenvolvendo, para fundamentar o citado projeto de lei. Iniciativas semelhantes têm sido objeto de mobilização de mulheres policiais em outros estados brasileiros, onde a iniciativa já foi aprovada, como o estado de Goiás.

tradicionais na polícia, esses espaços tendem a encarar o ingresso das mulheres como fonte potencial de ameaça, constituindo as mulheres um “outro indesejado” e ao mesmo tempo um elemento necessário para a corporação evidenciar sua face mais “moderna”. Apontada como razão potencial de desequilíbrio, particularmente nos setores tradicionais da polícia, a presença feminina é manejada conforme os interesses que compõem a ética militar e que costumam frear as expectativas de uma ordem democrática, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 2: “A Rota é reservada aos heróis”: tradição, segredo e gênero na construção da identidade policial militar paulista

Há um paradoxo essencial que persegue a polícia: ao mesmo tempo em que se configura na agência mais ostensiva operada pelo poder político, aquela que está em contato permanente com o público, ela faz da opacidade e da inércia, do segredo e do silêncio, os seus insumos capitais.

André Rosemberg (2010).

2.1 A PM de São Paulo e a doutrina da formação: diálogo com o “tempo de Tobias”¹²⁷

Ao conversar com policiais militares e acompanhar a rotina do mundo militar, uma das primeiras reações que tive como pesquisador foi observar que a vida na caserna se estrutura a partir de uma relação que transita com bastante frequência entre o culto ao passado e as expectativas, por vezes temerosas, em relação ao futuro.

Na arquitetura dos quartéis, na sua organização interna e, sobretudo, na liturgia que marca o processo de formação dos seus membros, o passado, materializado em estátuas e monumentos, costuma exercer uma forte influência sobre o cotidiano das instituições militares, ainda que do ponto de vista dos meios e procedimentos de trabalho, a exemplo das abordagens, do emprego de armas e viaturas, as polícias militares persigam a constante modernização como um dos traços mais visíveis de sua identidade¹²⁸.

¹²⁷ O brigadeiro Tobias de Aguiar nasceu em Sorocaba em 1794 e faleceu no Rio de Janeiro em 1857. Político e militar, foi presidente da Província de São Paulo e um dos líderes da Revolução Liberal de 1842. Tobias de Aguiar foi um dos responsáveis pela criação da Guarda Municipal Permanente, precursora da atual Polícia Militar. É considerado patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá nome ao Primeiro Batalhão de Choque (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar). Fonte: <http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2177/rota-tobias-de-aguiar>, página acessada em 23/06/2011. A expressão “no tempo de Tobias” advém da pesquisa de campo e pretende assinalar, segundo a compreensão dos meus interlocutores, uma espécie de mito de origem, demarcando aspectos que estariam relacionados ou não à fundação da PM, como expressões do tipo: “no tempo de Tobias era diferente”. O “tempo de Tobias”, portanto, é um chamado à preservação dos aspectos tradicionais da Polícia Militar de São Paulo.

¹²⁸ Em recente vídeo para divulgar a instituição, o Governo de São Paulo apresentou alguns dos principais aspectos que fazem da Pmesp a maior corporação policial da América Latina. Segundo o vídeo, frente os dados socioeconômicos do estado, com 42 milhões de habitantes e detentor do título de maior polo econômico e industrial do hemisfério sul, a Polícia Militar paulista se destaca como uma instituição ajustada à grandeza do estado: “São 100 mil homens e mulheres capacitados e equipados com ferramentas de inteligência e

De modo bastante frequente, os discursos dos policiais militares reverenciam as origens remotas da corporação, os seus heróis e as batalhas como expressões decisivas no destino da instituição e para a constituição de sua identidade, preocupada em afastar as “ameaças” do presente e que em pouco tempo levariam a polícia a perder o seu sentido e o “respeito” da população.

Nesse processo, os policiais estabelecem uma relação distinta com o tempo. Uma relação que coloca o passado e a memória submetidos a fluxos diversos a partir de uma ordem que pretende manter-se por meio da defesa de parâmetros tradicionais de existência, a despeito da pressão emergente de outros estilos de vida “modernos” que “ameaçam” a sua “verdadeira” identidade¹²⁹. O “novo” surge assim quase sempre, nas falas e silêncios desses agentes, como o desafio ao qual pretendem se ajustar e também como uma fonte potencial de ameaça de descaracterização dos seus traços considerados fundamentais. Como oportunamente salientou o pesquisador Ulpiano Bezerra de Menezes (2003, p. 182-3), “a busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre. Ao contrário, ela se alimenta do ritmo, que é repetição; portanto, segurança”.

tecnologia de ponta”. Acompanhando a narração, o vídeo enfatiza o sentido rigoroso da formação dos policiais, que compreenderia um período de 02 anos com avaliações teóricas, psicológicas e práticas. Na atuação, os policiais contariam com modernas ferramentas como viaturas, computadores e tablets que permitiriam, por exemplo, consulta a arquivo digital num sistema integrado que dá maior celeridade as ações. Há na exposição dessa polícia moderna, uma preocupação com articulação dos dados e ação, além das atividades de prevenção, na qual se destaca o público feminino com as ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e do policiamento escolar, representados, inicialmente por uma policial numa sala de aula e por último com uma dupla de policiais femininos rodeadas por crianças na porta de uma escola. Em síntese, o vídeo reforça como a corporação faz uso atualmente de modernas ferramentas de planejamento e gestão, otimizando assim tempo e recursos nas ações de policiamento e manutenção da ordem pública no estado. Ganha bastante espaço o uso de tablets, programas avançados, vídeo-monitoramento, microcâmeras de fibra ótica e GPS, por exemplo, além dos números de atendimentos e de recursos empregados como: 23 helicópteros, 35.000 computadores, 06 aviões, 17.000 viaturas, 02 navios, mais de 400 embarcações etc. A produção, que tem uma abordagem cinematográfica, com exposições de casos, depoimentos e simulações de ocorrências graves envolvendo crianças e gestante, pode ser vista como uma tentativa de minimizar as críticas em torno da atuação policial violenta nos últimos meses, particularmente após a atuação da PM nas manifestações que aconteceram no Rio em São Paulo e que se espalharam pelo país contra o aumento da tarifa de ônibus e contra a corrupção. Fonte: <https://www.facebook.com/pmesp2012?fref=ts>, página acessada em 22/07/2013. A apresentação desse caráter moderno e ao mesmo tempo tradicional da Polícia Militar pode ser também visualizada nos desfiles cívico-militares quando antigas e novas viaturas são apresentadas à população, denotando assim a evolução tecnológica presente no trabalho policial e a sua longa história na preservação da ordem.

¹²⁹ A identidade, de acordo com Berger e Luckmann (1985) é o resultado dos processos sociais e implica uma reconstrução constante de seus fundamentos através das relações entre indivíduos e instituições. Ela é um elemento crucial da realidade subjetiva e, assim como esta, mantém uma relação dialética com a sociedade.

Se investimentos em equipamentos modernos e o tamanho do seu efetivo e da logística empregada nas ações de policiamento tornam o seu integrante orgulhoso de pertencer a uma corporação que se apresenta como padrão de excelência para outras instituições congêneres e as aproxima das polícias de países desenvolvidos, o passado fornece as peças essenciais para a estruturação de uma identidade pautada por valores como “pioneirismo”, “coragem” e “tradição”. Alfredo Bosi (2003, p. 12) esclarece, neste sentido, que o tempo, como categoria, distingue-se pelo seu amplo alcance e pelas noções que o marcam como a de série, ciclo, tempo acelerado e tempo sazonal, que na língua portuguesa se refere à ideia de estação, ou seja, “morada, lugar de pouso, ancoradouro”. O passado, revivido nos eventos de caráter sazonal que assinalam a caserna, fornece a segurança ontológica que mantém viva a identidade do grupo através do sentimento de constância¹³⁰.

Nos discursos, sobretudo de policiais que atuam no policiamento ostensivo ou que são responsáveis por pensar a formação policial, os heróis, eventos e peças históricas como estátuas e monumentos constituem peças recorrentes na composição de um ideal que prima pela valorização do passado e que é visto como imprescindível para favorecer a unidade da tropa ou o chamado “espírito de corpo”, ameaçado pelos riscos de dispersão próprios de contextos onde o enfrentamento e a cosmologia da “guerra” levam os seus membros a enfrentar situações-limite. Nesse processo de produção identitária, que ocorre segundo uma “tradição inventada”¹³¹, atuam construtores e guardiões da memória por meio de estratégias diversas que vão da definição da farda e da produção bibliográfica ao erguimento de monumentos aos heróis, com o objetivo de reverenciar o “passado de glórias” da corporação e manter unidas as peças de sua estrutura. Atuando como suporte, a memória, fonte de informação e de afetos, guarda conhecimentos e experiências de campos diversos, conferindo ao final uma imagem clara e coesa ao grupo (MENESES, 2003).

¹³⁰ O autor, discorrendo sobre os sentidos do tempo, salientou como a língua está especialmente marcada por essas expectativas. Sobre esse aspecto, destaca Bosi (2003, p. 12): “Repare-se em outras palavras da mesma família de estação: *estágio, estância, instância, insistência, obstáculo, constância, subsistência*. Em todas, a raiz comum, *st*, denota uma parada no fluxo do tempo, um deter-se mais largo no cumprimento da ação. O verbo latino *stare* usava-se na língua poética como intensivo de *esse*, apontando para um modo de ser mais denso e resistente à mudança e ao desgaste; noção que a palavra *estátua* leva ao fulgor da evidência”.

¹³¹ Hobsbawn e Ranger (1997, p. 09) definem “tradição inventada” como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

O fardamento, os hinos, a fachada dos prédios que abrigam o seu contingente, entre outros elementos, fazem parte de um conjunto expressivo de símbolos que reforça a importância da tradição na corporação, como é possível perceber na mensagem publicada pelo então Comandante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, Rota, no calendário produzido para divulgar o aniversário de “120 anos” do 1º Batalhão da Polícia Militar¹³²:

Ao completar nosso Batalhão 120 anos de existência, atuando sempre na defesa do povo paulista, **atualmente norteado por inovadoras técnicas de policiamento e equipamentos modernos**, resolvemos homenagear neste calendário alguns pontos turísticos da cidade de São Paulo, emoldurando policiais e viaturas de ROTA. **Mudaram-se os tempos, mudaram-se os homens, mas o espírito do 1º Batalhão é imutável**, porque imutável é a bússola que o norteia, porque imutável é a trajetória que o conduz para o objetivo de preservar a paz, servindo com desvelo à causa da justiça. **1º Batalhão! Honrosas tradições de audazes bandeirantes; Vós sois a sentinela a velar o solo paulista. Vós sois o coração da Polícia Militar de São Paulo.** Orgulhai-vos soldados do 1º Batalhão. Levantai vossas cabeças e gritai bem alto o vosso amor, o vosso entusiasmo pela Corporação a que pertenceis. Vós tendes um passado honroso a conservar e defender. Vós tendes um futuro para formar. [...] **Levantai-vos, falanges do passado!** Levantai-vos, heróis do Paraguai! Levantai-vos, expedicionários de Canudos. Vindes soldados da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Vinde todos vós cantar as glórias do nosso Batalhão, para que sintamos vibrar em nossos corações, **o orgulho imenso de sermos os herdeiros deste patrimônio incomensurável de dedicação e bravura** [...]. (Destques meus).

As “falanges do passado” atestariam a capacidade militar dos paulistas, norteados pelo “espírito bandeirante” e pela influência das grandes nações modernas. Assim, orientado pelo pioneirismo e pela tradição vitoriosa de batalhas diversas, seja contra as

¹³² O calendário de mesa, referente ao ano de 2012, foi concebido pelo próprio Batalhão e teve como responsável pela criação e produção a empresa Moura Fotoarquivo e Produções, sendo coordenado pelo setor de Relações Públicas da Rota. O calendário, além de ser distribuído em unidades da PM e de outros órgãos públicos, foi disponibilizado para a venda no quartel da Rota, que possui uma pequena “loja” dentro de um dos setores administrativos na qual comercializa para visitantes e policiais souvenirs da unidade como anéis, canecas, chaveiros, agendas, camisetas, livros, entre outros artigos. O calendário retrata em cada um dos meses um ponto conhecido de São Paulo como a Avenida Paulista, Rodovia dos Bandeirantes – Pico do Jaraguá, Viaduto Santa Efigênia, Teatro Municipal, entre outros, e foi possível a partir do apoio de empresas como Toyota – Caltabiano; Sorridents – clínicas odontológicas; Metalúrgica Ática Ltda; Rontan, Banco BVA S.A, VR, Coopmil e Giusti & Cia. Ltda. Essas empresas costumam estar como patrocinadoras ou apoiadoras em eventos promovidos pela Pmesp, assim como no cotidiano da corporação ou dos policiais e suas famílias. Destaque-se que grande parte da frota atual da ROTA é composta por veículos modelo Hilly Toyota e a Sorridents, por exemplo, possui como parte importante de seus clientes policiais e seus familiares, ofertando palestras sobre saúde bucal em eventos da polícia e planos de tratamento especiais para essa categoria profissional.

forças do atraso encarnadas nos jagunços de Canudos¹³³, seja os atentados contra a legalidade, representados pelo governo provisório de Vargas e que desembocariam no principal evento da história paulista, isto é, a Revolução Constitucionalista de 1932, a Polícia Militar se destacaria entre as maiores instituições, sendo o 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar o principal “reservatório de sentido” da corporação. As reservas de sentido, acervo de conhecimento administrado pela instituição, exerceriam uma forte influência sobre o comportamento dos indivíduos (BERGER e LUCKMANN, 2004).

Nas salas principais dos batalhões, constituídas como salas reservadas à preservação da memória; bem como por meio de fotografias de heróis ou de ex-comandantes espalhadas por corredores, busca-se constituir espaços tradicionais de convivência salientando a biografia de personagens que deram à vida pela corporação e pelo país e que fizeram da polícia e, mais precisamente da proteção da sociedade e da valorização do nome do seu grupo, a sua razão de ser. O sentimento de lealdade é seguramente um dos aspectos mais caros no interior da corporação militar e que expressa, não apenas por meio do uniforme e de uma história comum, mas através de silêncios e segredos¹³⁴, os policiais como um “só corpo” e a polícia uma sociedade onde os desejos e interesses dos seus membros são convergentes e se distanciam em relação a outros grupos. Assim, o conceito de segredo se refere a um conjunto de relações em sociedade que envolve a tendência à revelação daquilo que se pretende guardar de outros olhares. Segundo Simone Maldonado (2011, p. 98), tendo como base a obra de George Simmel,

¹³³ Canudos pode ser considerado, segundo Fernando Henrique Cardoso (2013), um mito nacional caracterizado pelos sangrentos embates militares e pela tragédia social, resultante de um sistema de dominação responsável pelo quadro de absurdas desigualdades no país. Essas diferenças, representadas de um lado por “jagunços” e do outro por “paulistas”, “bandeirantes”, levaram tanto ao crescimento do fanatismo religioso em torno de Antônio Conselheiro quanto a interpretações equivocadas das forças legalistas, que seriam encarregadas de livrar o Brasil Republicano das “forças restauradoras monarquistas” e guiar o país, coeso, rumo ao progresso. Uma perspectiva que colaborou para formar o mito bandeirante. A personalidade ou *ethos* paulista, sustentada na configuração geográfica, na adaptação ao meio e na experiência de deslocamento pelo interior, foi considerada por autores como Sérgio Buarque de Holanda e Richard Morse uma especificidade fundamental para explicar o papel proeminente de São Paulo na modernização brasileira, como analisou Ana Claudia Vieira de Castro (2010, p. 10).

¹³⁴ Agradeço à Professora Tâmara Oliveira (UFS) a indicação, numa rica conversa que tivemos no aeroporto rumo ao Congresso da SBS em 2011, da obra de Simmel para pensar o objeto de pesquisa e, particularmente, às resistências apresentadas em alguns setores da Polícia Militar de São Paulo em relação à presença feminina em contextos policiais militares.

sociologicamente, mais do que um conteúdo, um objeto unicamente de ocultação que uma vez revelado se esvaziasse e perdesse o sentido, o segredo é toda uma dinâmica comunicativa, feita de retóricas, de silêncios, de transparência, de opacidade e também de certas formas de revelação, estando entre os seus possíveis mecanismos, a mentira e a malversação.

Quando se pensa a origem da instituição Polícia Militar de São Paulo, por exemplo, embora a sua configuração atual seja relativamente recente, o próprio histórico institucional disponibilizado em materiais de divulgação e da internet vincula a corporação normalmente ao período regencial, ou seja, aos “130 de 31”, como destaca a Canção da PM¹³⁵, com música do Major PM Alcides Jacomo Degobbi e letra do poeta Guilherme de Almeida:

CANÇÃO DA POLICIA MILITAR

Sentido! Frente, ordinário marcha!
Feijó conclama, Tobias manda
E na distância, desfila a marcha
Nova cruzada, nova demanda
Um só por todos, todos por um
Dos cento e trinta de trinta e um!
Legião de idealistas
Feijó e Tobias
Legaram-na aos seus
Tornando-os vigias
Da Lei e Paulistas
“Por mercê de Deus”
Ei-os que partem! Na paz, na guerra
Brasil Império, Brasil República
Seus passos deixam, fundo na terra
Rastro e raízes: é a Força Pública
Multiplicando por mil e um
Os cento e trinta de trinta e um
Legião de idealistas...
Missão cumprida em Campo das Palmas
Laguna, heroísmo na ‘Retirada’
Glória em Canudos; e de armas e almas,
Ao nosso Julho da Clarinada
Sob as arcadas vêm um a um,
Os cento e trinta de trinta e um

¹³⁵ A canção, originalmente escrita pelo poeta Guilherme de Almeida em 1963 para a Força Pública de São Paulo, com a criação da Polícia Militar no estado passou a ser o hino da nova corporação. Participou ainda da elaboração da canção o 2º Tenente Músico Nelson dos Santos, responsável pelos arranjos, feitos em apenas dois dias. O hino batizado como “Cento e Trinta de Trinta e Um”, foi apresentado ao Comandante da Força Pública, General Franco Pontes em fins de 1963 e executada publicamente no aniversário da instituição no ano seguinte. A canção foi aprovada pelo Decreto Estadual nº 44.439, de 21 de janeiro de 1965, segundo conta o Coronel PM Reformado Ventura, Presidente da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, no blog “Memórias do Ventura”: <http://ventura-memriadoventura.blogspot.com.br/2009/10/18-de-outubro-de-2009.html>, página acessada em 07/07/2013.

Legião de idealistas...

Na canção, são apresentados as personagens e episódios históricos considerados estruturantes da identidade policial militar paulista, bem como os valores perseguidos pela outrora Força Pública. No histórico apresentado pela Polícia Militar de São Paulo e usualmente reproduzido em eventos oficiais, as origens da corporação são localizadas no ano de 1831 quando foi fundado o Corpo Policial Permanente com efetivo fixado em 130 policiais. O sentido de unidade se apresenta na determinação de Feijó no período regencial quando são organizadas as forças policiais nas províncias em substituição a Guarda Nacional. Em São Paulo, o então Presidente da Província, Brigadeiro Tobias de Aguiar, assina a ordem para criação do Corpo de Permanentes, considerado antecessor da atual Polícia Militar de São Paulo, resultado da fusão nos anos 1970 de duas corporações: a Força Pública e a Guarda Civil.

A canção da Polícia Militar de São Paulo, peça indispensável nas diferentes solenidades e eventos da corporação, representa um material importante para análise dos símbolos ainda valorizados internamente. A vinculação com o passado é notória a partir dos personagens citados e dos eventos nos quais a corporação participou, revelando valores alimentados pelos paulistas do que se pode denominar a priori de *ethos* bandeirantes, isto é, a “capacidade de iniciativa”, o “pioneirismo” e o “legalismo” nas ações que marcariam a ação e o seu cotidiano como povo dotado de significados próprios em relação a outros no mundo e no próprio país. A capacidade de iniciativa, o caráter pioneiro do trabalho dos paulistas figuraria, por exemplo, como uma especificidade diante da “alegria” e da “preguiça” do baiano e a “malandragem” do carioca. O idealismo dos soldados, neste sentido, faria dos policiais paulistas, por “mercê de Deus”, “vigias da lei e da ordem” e, semelhante aos “intrépidos” bandeirantes, desbravadores dos sertões, imprimindo no país o sentido maior do “progresso e da ordem”. Eles deixariam marcas e raízes por onde a sua marcha firme se desenvolveu, como Campo das Palmas, Canudos e Laguna.

Além do hino da Polícia Militar de São Paulo, outros símbolos, como o brasão de armas da corporação, revelam aspectos interessantes a respeito da identidade da milícia paulista e de como esses elementos imagéticos pretendem atuar sobre as representações e

comportamentos dos seus membros, orientados por um sentido de existência histórica que os une:

Figura 9



Brasão de armas da Pmesp
Fonte: www.pm.sp.gov.br

Sobre um listel azul, destaca-se no brasão de armas o lema “Lealdade e Constância” tendo como guardiões, em posição de sentido, as figuras de um bandeirante, no lado esquerdo, e do direito, um soldado com fardamento do Corpo Permanente. O brasão é um escudo português com as cores representativas da bandeira paulista e no qual se destacam 18 estrelas indicando os episódios históricos que vão desde a criação milícia até o golpe civil-militar de 1964¹³⁶. Atrás do escudo e cruzando-se na base, aparecem ramos de carvalho e louro, respectivamente do lado direito e esquerdo. Todos esses símbolos atuam

¹³⁶ Conforme a ordem, as estrelas do brasão indicam os seguintes eventos históricos: criação da Milícia Bandeirante; Guerra dos Farrapos (1838); Campos das Palmas (1839); Revolução Liberal de Sorocaba (1842); Guerra do Paraguai (1865 a 1870); Revolta da Armada (Revolução Federalista – 1893); Questão dos Protocolos (1896); Campanha de Canudos (1897); Revolta do Marinheiro João Cândido (1910); Greve Operária (1917); Os 18 do Forte de Copacabana e Sedição de Mato Grosso (1922); Revolução de São Paulo e Campanhas do Sul (1924); Campanhas do Nordeste e Goiás (1926); Revolução Outubrista-Getúlio Vargas (1930); Revolução Constitucionalista; Movimentos Extremistas (1935/1937); Segunda Guerra Mundial (1942/1945); “Revolução de Março” (1964). No caso da 18ª estrela, internamente a corporação trata o Golpe de 1964 como “Revolução de Março”.

na definição de uma identidade¹³⁷ fortemente orientada pelo passado com seus personagens e batalhas, marcando por vezes uma relação controversa com a história, como é o caso da última estrela que indica a emergência da ditadura militar no país em 1964, representando o mesmo contexto de onde emergiu o culto à memória do Tenente Mendes Júnior, principal herói da corporação na atualidade, como discutirei adiante. Juntamente com os discursos produzidos sobre o passado, a corporação pretende constituir e moldar a relação dos antigos e novos policiais com o campo policial, fazendo dos rigores da caserna e as incertezas que assinalam o trabalho nas ruas uma marca positiva da identidade profissional do grupo, ainda que esses aspectos sejam razão de sofrimento para esses agentes¹³⁸. O que está em jogo nesse processo é conferir sentido às ações no presente e, sobretudo, assegurar a permanência da corporação no futuro, considerando, como destacaram alguns policiais com quem conversei, que muitos dos aspectos que marcam o trabalho da polícia, como a presença de mulheres na corporação, não existiam “no tempo de Tobias”. Fato que justificaria manter “preservados” alguns desses núcleos, particularmente aqueles ligados à guarda da memória da corporação, constituída em sua origem tendo como fundamento a identidade sexual masculina: expressões de força, sentimento de coesão e virilidade.

Este capítulo, portanto, tem como propósito refletir sobre as representações sociais em torno do trabalho policial feminino na Polícia Militar e, mais precisamente, nas Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), onde as mulheres informalmente não são admitidas no policiamento ostensivo de rua. A escolha da Rota mantém relação com dois aspectos importantes revelados ao longo da pesquisa: o primeiro deles se deve ao fato de ser a Rota a

¹³⁷ A identidade, tendo como base as reflexões de Stuart Hall (2001), é um projeto em constante construção, ela se refere sempre a um tornar-se. É o que Aguiar (2003) define como um “problema insolúvel”, distante de qualquer noção de fixidez e imutabilidade.

¹³⁸ Os índices de suicídio são reconhecidamente altos em corporações policiais no mundo, conforme ressalta o estudo de Santos e Queirós (2008), que empreenderam análise exploratória sobre a incidência de suicídio nas forças policiais portuguesas. Pesquisas recentes, segundo apontam as autoras, têm destacado o crescimento do número de suicídios de policiais. O grande número de casos estaria relacionado a fatores como “estrutura organizacional da Polícia, a cultura policial, o isolamento social próprio desta actividade e a imagem pública negativa”. Esse processo mantém relação com um aspecto destacado por Heloísa Fernandes (1989, p. 122) e que repercute na subjetividade dos policiais: “Os soldados participam diariamente de situações tensas e dramáticas e, ao mesmo tempo, estão obrigados a se preservar de qualquer envolvimento emocional”. Além do suicídio, há incidência também de problemas como dependência química (álcool e outras drogas), transtornos psíquicos e outros problemas de saúde, a exemplo de estresse e bruxismo (CARVALHO, 2003) e (CARVALHO *et alli*, 2008). No Brasil, destacam-se os trabalhos de Minayo, Assis e Oliveira (2011) e Minayo (2005).

mais prestigiada unidade da Polícia Militar de São Paulo e curiosamente aquela onde ainda não há mulheres empregadas nas operações policiais de rua. O segundo aspecto está associado às resistências mais claras apresentadas pelos interlocutores indicados pelo Comando da PM para me acompanhar durante a pesquisa em permitir a aproximação maior com policiais da Rota. Percebidos como membros de uma outra “polícia” e, por isso, detentores de um discurso distinto daquele usualmente propagado pelo Comando da instituição, o contato com esses policiais foi durante muito tempo adiado. Considerada em vários círculos da Pmesp como guardiã das tradições da corporação e espaço reservado aos “heróis” da polícia, a unidade está alicerçada mais claramente em valores masculinos que seriam implicitamente contrários à inserção de mulheres, sobretudo, junto às guarnições das viaturas, que desde os anos 1970 lhes rendem fama e poder no campo da segurança pública paulista. Desse modo, a análise da Rota, dos seus principais símbolos e valores, é uma oportunidade para compreender os sentidos reservados ao feminino na polícia. Pretende-se, neste caso, portanto, compreender o sentido de uma possível presença feminina pela ausência, de modo a fazer falar pelos silêncios e assim encontrar os sentidos reservados ao trabalho feminino e da identidade policial na Polícia Militar de São Paulo.

Utilizarei como material de análise as entrevistas que fiz com policiais militares, registro etnográfico realizado no Batalhão de Choque, Cavalaria e Quartel da Luz, sede da Rota, além de material reproduzido em alguns dos principais perfis da Pmesp em redes sociais e notícias publicadas na imprensa para discutir a identidade da corporação frente à presença feminina na polícia e como a noção de segredo é instrumentalizada internamente. Busquei, entre outras questões, refletir a respeito do(s) sentido(s) em torno do segredo na corporação. Afinal, o que ele representa? Quem participa da gestão do segredo e a partir de quais critérios? Do ponto de vista de gênero, como homens e mulheres participam desse processo? Quais são os aspectos mais importantes da identidade policial e como a lógica do segredo atua no funcionamento da instituição ou de frações dela?

Voltando à identidade, a estratégia discursiva da Polícia Militar segue em grande parte o percurso utilizado pela outrora Força Pública. Essa semelhança está retratada no filme “A Força Pública de São Paulo”, produzido pelo cineasta e fotógrafo francês Jean

Manzon¹³⁹ em 1966 e recentemente postado no perfil da Polícia Militar na internet. Esse gesto indica não apenas a ligação história entre as instituições, mas a permanência dos valores retratados no filme para a identidade atual da corporação. Durante quase quatro minutos, a película destaca os aspectos centrais da identidade policial paulista chamando a atenção, entre outros aspectos, para composição do efetivo formado na época por aproximadamente 30 mil agentes, entre policiais e bombeiros, comprometidos com os ideais de “tradição”, “força” e “coragem”. O filme, que inicia com a apresentação das principais datas históricas da extinta corporação, grafadas na forma de manuscrito em papel “antigo”, reforça o sentido militar e técnico da formação, alicerçada na memória de antigas lutas e dos “grandes homens”, desde a fundação pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar até a ação dos soldados constitucionalistas, nas quais São Paulo teria agido em “defesa do Brasil” e assinalado a história nacional com “lealdade e bravura”.

As imagens focam as grandes paradas militares no Vale do Anhangabaú, o mausoléu do soldado constitucionalista, as instruções e exibições do Regimento de Cavalaria 09 de Julho e o processo de formação policial. Dois momentos do filme merecem destaque. O primeiro ressalta a importância dos policiais que doaram a própria vida em favor da “defesa do direito” e que por essa razão mereceriam a “reverência eterna das gerações”. A câmera avança no interior da construção para ressaltar, tendo em cada um dos lados soldados da guarda de honra da Força Pública, a escultura do “herói jacente” representando os soldados mortos durante o conflito. O mausoléu dedicado ao soldado constitucionalista seria, neste sentido, segundo o narrador, o “símbolo mais tocante” do respeito dedicado a esses homens¹⁴⁰. O segundo aspecto diz respeito a seleção e instrução

¹³⁹ Jean Manzon nasceu em Paris em 1915 e morreu em São Paulo em 1990. Atuou em jornais e revistas nos dois países, sendo apontado como responsável por importantes inovações no fotojornalismo brasileiro: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_ve rbete=2169&cd_idioma=28555, página acessada em 08/07/2013.

¹⁴⁰ Em vídeo recente sobre a Revolução Constitucionalista de 32, a Pmesp aborda a importância do evento para o “povo brasileiro”. O dia 09 de julho, feriado em todo o estado de São Paulo, é marcado pelo desfile cívico-militar na Avenida 23 de maio, considerada a data determinante para as manifestações que deram início à Guerra Paulista. Em entrevista, o Coronel aponta a relevância da data para o país, reforçando a tese que os brasileiros saíram em defesa da deposição do governo provisório de Getúlio Vargas e em favor de uma nova constituição para o Brasil. O oficial revela aspectos da arquitetura do obelisco e do mausoléu construídos no Parque do Ibirapuera em homenagem ao evento histórico considerado de grande importância na história de São Paulo. O obelisco, de acordo com o Coronel, seria pelo formato “a espada cravada no coração dos paulistas, dos brasileiros de uma maneira geral” pelo governo de Getúlio Vargas. Tanto o

dos policiais, sendo a Escola de Cadetes o símbolo de uma educação moderna que faria da instituição um exemplo para outras corporações no país. A produção encerra tendo como imagem a movimentação da tropa em frente ao Monumento à Independência acompanhada da trilha sonora e das palavras solenes do narrador, que enfatiza o sentido maior da organização:

É a tradição que importa! O extraordinário progresso de São Paulo só tem sido possível graças ao clima de ordem e segurança mantido pela Força Pública em todo o estado. Nove anos depois da Independência foi criada esta Força Pública. São 135 anos de dedicação ao estado de São Paulo e ao Brasil. São 135 anos de **Lealdade e Constância!** (Destaques meus).

Em monografia apresentada no CAO, no ano de 1985, o Capitão PM Waldir Brambilla defendia a importância de valorização dos vultos históricos da Polícia Militar para fortalecimento da instituição. Dentre as diferentes sugestões listadas pelo trabalho, estava a de inserir, nos diferentes cursos de formação oferecidos, na disciplina correspondente, a “história dos nossos vultos” e publicar no jornal da corporação, nas datas relativas às personagens históricas, uma síntese sobre as suas vidas. O oficial defendia ainda a importância de, com base nessas publicações, realizar preleções nos diferentes setores de trabalho sobre a vida dessas personalidades e propor trabalhos de pesquisa em cada organização policial militar, premiando os melhores. Sugeria também a realização de solenidades, formaturas ligadas a essas personalidades; a criação de medalhões em homenagem aos vultos históricos da instituição, assim como a confecção de monumentos ou bustos em homenagem a essas personalidades, assegurando a manutenção, inclusive, dos monumentos já existentes.

obelisco quanto o mausoléu estariam repletos de símbolos alusivos ao 9 de julho de 32, a começar pelo tamanho do obelisco, 81 metros, sendo o número 8 mais 1 igual a 9, de 9 de julho; 9 degraus até a entrada do mausoléu e três portas a cada três salas, resultando em 9, alusivo à data da revolução. O mausoléu concentra a cerimônia final em cada desfile cívico-militar, quando após a passagem pela avenida de grupamentos da Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, Associações Cívicas, Escolas, veteranos da revolução, regimento de cavalaria com cavaleiros com fardamento histórico cáqui da Força Pública, entre outros, é aberto o mausoléu para serem depositados os restos mortais dos veteranos falecidos sob o toque de pesar. As urnas são carregadas por cadetes da Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Para mais detalhes, conferir o vídeo disponível no site da Pmesp: http://www.pm.sp.gov.br/inicial.asp?OPCAO_MENU=VIDEOS_VIDEOS&txtHidden=484&flagHidden=D, página acessada em 27/07/2013.

No âmbito externo à corporação, Brambilla destacava a importância de indicar a publicação de decretos com vistas a designar as unidades da corporação com nomes dos principais vultos; realizar palestras em escolas, sobretudo no ensino de 1º grau, hoje ensino fundamental, referentes às datas comemorativas da história do Brasil e que tivessem relação mais direta com personagens da Polícia Militar, além da realização de concursos culturais nas escolas e publicação na imprensa que tivesse como temas os “vultos históricos” da corporação. Por último e não menos importante, o oficial entendia ser necessário propor, a partir do apoio das comunidades, que ruas, praças, avenidas, estabelecimentos públicos ou privados recebessem os nomes dos heróis milicianos como forma de divulgação da trajetória dessas personagens. Neste sentido, é bastante emblemática a frase que serve de epígrafe para o trabalho do oficial: “Pecaram os exércitos que não souberam reverenciar os seus heróis”, cuja autoria seria do imperador Carlos Magno.

As ideias defendidas pelo Capitão Brambilla certamente encontraram terreno fértil na seara militar e, de algum modo, traduziam as expectativas e apreensões de setores importantes da sociedade brasileira no ano em que encerrava a experiência política autoritária, após mais de vinte anos de permanência dos militares no poder¹⁴¹. Difundir os feitos dos heróis da polícia era parte de um projeto que pretendia resguardar a corporação das críticas e questionamentos que emergiam durante o processo de redemocratização, quando as ações da polícia passam a ser questionadas e o país vivencia uma fase de

¹⁴¹ Verifiquei que muitas placas e homenagens a policiais ou relativas a eventos históricos foram inaugurados ou reformados a partir desse período, não obstante alguns policiais reclamarem a perda de muitos elementos dessa memória material ao longo do tempo. Pode-se afirmar que lembrar os heróis e grandes personalidades que passaram pela corporação é uma preocupação efetiva na PM, prova disso é que na última formatura do CFO na Academia do Barro Branco, além de homenagear o General Miguel Costa batizando a turma com o seu nome, o mesmo grupo de aspirantes presenteou a academia com um busto do oficial. A sugestão teria sido de um coronel estudioso da história militar e que teria convencido a turma sobre a importância do papel do oficial. Na solenidade de formatura, familiares do General foram convidados para acompanhar a homenagem. No que se refere à preocupação com a história como elemento aglutinador da tropa, é bastante reveladora a orientação direcionada aos policiais do 1º Batalhão de Choque da Pmesp na atualidade: “De modo geral, todo integrante do 1º Batalhão de Polícia de Choque Tobias de Aguiar deve conhecer um pouco da história do Batalhão da Luz, pois conhecendo o passado saberá orientar-se quanto à conduta a seguir em nossa unidade, como preservá-la e como transmiti-la aos que chegarem posteriormente” (TELHADA, 2011, p. 584). Não por acaso, numa das cenas iniciais do filme Rota Comando (2009), ao ser encarregado de apresentar ao tenente Bruno às instalações do Batalhão da Rota, no qual estava ingressando naquele momento para enfrentar o estágio probatório na unidade, a personagem do capitão Conte Lopes apresenta primeiramente o monumento em homenagem aos militares mortos na Campanha de Canudos, indicando, em seguida, o busto do patrono Tobias de Aguiar e o monumento em homenagem ao herói Mendes Júnior, verdadeira tríade da identidade rotariana.

crescimento assustador dos índices de violência e criminalidade. Os métodos de atuação da polícia, sob o imperativo da Doutrina da Segurança Nacional, passam a ser descortinados junto à opinião pública revelando o caráter violento das rondas policiais orientadas pelo discurso da suspeita, como destacou a pesquisadora Heloísa Fernandes (1989, p. 123), para quem “uma verdadeira coreografia policial transforma a cidade em um corpo suspeito e sob contínua vigilância escópica”¹⁴².

Assim, ao lado da reverência ao passado, outros aspectos como a distinção entre o mundo civil e o militar, a relação paisano e militares, amigos e inimigos, compõem a identidade policial militar, que se fundamenta, de modo geral, na tradição e no compromisso de defesa da ordem pelo soldado, “mesmo com o sacrifício da própria vida”, ou nas determinações do comandante por meio da lógica “matar ou morrer”. Os símbolos como estátuas e bustos dos heróis, o processo de formação, a liturgia das solenidades com as formaturas, fornecem os fundamentos para manter unidas as peças de uma organização que valoriza a tradição e que enxerga no progresso o risco iminente de descaracterização. As personalidades históricas da Força Pública ou das instituições que a antecederam como Pedro Dias de Campos, Tenente Galinha, Tobias de Aguiar, Alberto Mendes Júnior, Salvador D’Aquino, Marcondes Salgado, Miguel Costa, entre outros, servem de suporte para a composição da identidade policial paulista que, semelhante a outras corporações policiais militares, está sustentada em elementos como a morte e a guerra, ainda que, pressionada pela necessidade de modernização e das novas orientações das políticas de segurança pública, a polícia construa faces distintas da mesma instituição que dialogam com objetivos diversos. Ou seja, a Polícia Militar costuma reservar duas faces, sendo uma externa, centrada nos princípios do polícia cidadã, moderna, comunitária; e a outra, privada, focada nos valores tradicionais do grupo e na preservação dos velhos segredos da caserna. De um lado, a face ainda em certa medida dominada pela Doutrina de Segurança Nacional

¹⁴² Uma das expressões mais claras dessa violência está marcada no número de suspeitos mortos em confronto com a polícia. Em 1985, por exemplo, foram mortos 584 suspeitos. Para ter uma dimensão, no mesmo ano 33 policiais perderam a vida em confrontos, revelando a grande desproporção entre mortos nos chamados “autos de resistência seguida de morte”. Para mais detalhes ver: FERNANDES, Heloísa. **Rondas à Cidade: uma coreografia do poder**. 1989.

e distante do público externo e, do outro, a face suave, humana, próxima do público civil, composto pelo conceito genérico e obscuro de “cidadãos de bem”.

A relação entre o mundo interno e mundo externo tende a expressar o conflito existente na identidade policial e os aspectos ambivalentes que marcam a formação e organização das polícias militares no Brasil. Refere-se a algo que evidencia o quanto as polícias militares, a despeito da tendência a homogeneização e anulação das diferenças nos treinamentos, são marcadas pela diversidade interna, sustentada tanto na hierarquia quanto na natureza da atividade desempenhada e nas expectativas de seus membros. Nesse contexto, destacam-se os chamados policiais de gabinete, os operacionais, os recrutas, as fem's, o bilão e a Billy, entre outros, que vão defender visões e sentidos confluentes e por vezes diversos para a instituição e para o trabalho da polícia, mas que terão na possibilidade de confronto com a morte, sua ou do outro, a razão para conflitos internos e uma tendência à descrença em relação ao mundo, principalmente à capacidade de recuperação daqueles que fizeram algum tipo de incursão no crime. A perda de “ingenuidade” por vezes é uma das principais mudanças apontadas pelos policiais ao ingressar na instituição.

Quando pensamos na guerra e na morte como elementos cruciais da identidade policial, ganham importância os setores tradicionais da polícia, onde o passado de sacrifício costuma ser reverenciado. Neles, o ideal heroico se funde a uma tendência comum à vitimização policial, bastante recorrente nas postagens de perfis da instituição ou de seus admiradores nas redes sociais como signo da perda de prestígio e da autoridade da polícia, concebidos como resultados do processo de avanço democrático. A emergência e conquista de direitos, sobretudo para os setores da população mais pobres e até então invisíveis ao poder público, trouxe para alguns segmentos, dentre eles alguns das polícias, a percepção que a sua autoridade caminhou para um processo de esvaziamento com o retorno à democracia, em razão da perda de liberdade para agir a partir do maior controle sobre o trabalho policial, conforme destaquei em outra pesquisa (SOUZA, 2012).

Essa crise, que expressa os dilemas entre dois modelos distintos de atuação policial, o primeiro marcado pela arbitrariedade e seletividade social e racial¹⁴³ alguns dos principais

¹⁴³ Sobre abordagem policial e filtragem racial, ver os trabalhos de Silvia Ramos (2005), Paul Amar (2005) e Geová Barros (2008).

elementos, e outro que, pautado pela ideia de polícia cidadã vê na discricionariedade e no contato com a população, com vistas a sua proteção, os fundamentos de uma nova polícia. Essa dualidade pode ser visualizada nas campanhas publicitárias da corporação produzidas pelo seu setor de comunicação, preocupado em vincular a polícia a projetos assistenciais, de valorização das ações comunitárias e de proteção à vida e também naquilo que escapa do controle da própria instituição, sobretudo nas polêmicas operações das unidades operacionais, que costumam expressar a face mais violenta da atuação policial no controle de distúrbios civis, nas operações de desocupação e reintegração de posse, assim como na repressão a grupos criminosos.

Um retrato dessa dualidade, resultante em certa medida da defasagem entre o plano formal e o real que marca estruturalmente o sistema penal brasileiro¹⁴⁴, pode ser identificada nas imagens produzidas por membros da polícia com a perspectiva de divulgação da corporação e que apresenta o caráter heterogêneo do seu contingente. A seguir, reproduzo imagens de *souvenirs* comercializados em formaturas na Academia Militar do Barro Branco e que expressam duas das principais faces da corporação, sendo a primeira uma representação dos policiais da Rota e a segunda dos agentes encarregados do policiamento ostensivo ordinário:

¹⁴⁴ Segundo Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (2009, p. 97), que analisou o campo da justiça penal e da segurança pública no país, aspectos como “seletividade e reprodução da desigualdade social, tortura e abuso de poder, corrupção e supressão de garantias são características estruturais do sistema penal no Brasil e permeiam suas várias instâncias [...]”.

Figura 10



Souvenir - Policiais da Rota
Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 11



Souvenir - soldado da Pmesp
Fonte: Pesquisa de Campo

Na primeira imagem, policiais da Rota são representados com armamento pesado em posição defensiva, além de portarem arma no coldre. Como marcas distintivas dos policiais, estão a boina negra, específica dos membros da unidade desde os anos 1970, o braçal e a expressão cerrada. A seriedade e/ou braveza estampada na face indica que não se trata de uma polícia voltada para a aproximação amistosa com o público, mas para intervenções duras nas quais o diálogo não opera como recurso estratégico. Nas imagens os policiais aparecem prontos para o combate. A segunda representação percorre caminho oposto ao vincular a imagem do policial a de crianças pela via do amparo e da proteção. Em oposição à fisionomia fechada e brava dos policiais da Rota, destaca-se a expressão serena do policial, que traz um bebê no colo e, segurando com a outra mão, segue com uma garota que o olha carregando um pequeno urso de pelúcia. As duas representações são marcas das perspectivas traçadas pela instituição nas últimas décadas e que visam tanto reforçar a tradição e corresponder às demandas sociais em torno de um tipo de atuação policial dura quanto “reformatar” a imagem da corporação junto ao público externo, focando na dimensão

cidadã da polícia e na proteção dos mais indefesos. São eles, nas duas perspectivas, os protetores das famílias e herdeiros dos paradigmas que marcam as políticas de segurança pública no Brasil do período militar até a atualidade, ou seja, permeados pelos conceitos de “segurança nacional” e “segurança cidadã”, conforme analisou Moema Freire (2009)¹⁴⁵. Os primeiros não deixariam “crescer” os criminosos, mostrando-lhes sua face mais severa e o segundo oferecia a face doce para os que conservam a inocência. Os *souvenires* e projetos sociais nos quais a PM participa procuram, tendo como suporte a imagem principalmente de crianças e mulheres nas campanhas publicitárias e programas de TV, de forma geral, vencer as desconfianças e reparar os estragos provocados na imagem da instituição pelas ações violentas de segmentos internos, para os quais, baseados nos traços culturais da sociedade brasileira, “o criminoso é visto sempre como o ‘outro’, aquele que não está ao abrigo da lei e do direito, devendo ser submetido ao arbítrio e à violência que a própria sociedade exige dos agentes do sistema” (AZEVEDO, 2009, p. 100).

Uma corporação que persegue, ainda que superficialmente, um novo modelo de polícia, focado na dimensão cidadã das ações ao mesmo tempo em que se esforça pela permanência do sentido original da Polícia Militar, outrora Força Pública, como o antigo exército paulista orientado para o uso da violência e por intervenções que priorizam a população pobre. A existência de caminhos distintos, um que busca na aproximação com o público o sentido maior da polícia e o outro no endurecimento das ações policiais em torno da preservação da ordem assinala as contradições latentes na sociedade, que tende a reclamar para si uma polícia cidadã, respeitadora de direitos, ao mesmo tempo em que defende práticas segregadoras e violentas em relação aos outros, principalmente os mais pobres. Nas camadas sociais menos favorecidas, tradicionalmente as maiores vítimas da truculência policial, é forte a defesa em torno do endurecimento das ações policiais, obedecendo a um princípio da violência como forma de distinção social e também como marca conservadora da formação cultural no país e bastante reconhecível nos episódios ocorridos no mês de julho de 2013 em São Paulo e que estão relacionados às manifestações contra o aumento do preço das tarifas do transporte público.

¹⁴⁵ A pesquisadora apresenta uma caracterização bastante interessante dos três paradigmas que orientaram a formulação de políticas de segurança no Brasil do período autoritário até as ações mais recentes no campo.

Uma resposta bastante expressiva desse embate nas representações sociais da PM pode ser resumida no texto a seguir, que apresenta as expectativas de reconhecimento dos policiais como representantes da lei e ao mesmo tempo parte da população:

Eu sou da polícia e estou aqui pra te prender!
Você quem violou a lei.
Não fui eu que fiz a lei.
Eu posso até discordar da lei, mas vou assegurá-la.
Não importa o quanto você peça, suplique, implore ou tente me convencer.
Nada do que você fizer vai me impedir de colocar você numa jaula com barras de ferro.
Se você fugir eu corro atrás.
se você me enfrentar eu luto com você.
se atirar em mim eu atiro de volta.
Pela lei eu não posso dar as costas.
Sou a consequência.
A conta que não foi paga.
Sou o destino com o distintivo e a arma.
Atrás do meu distintivo tem um coração como o seu.
eu sangro.
eu penso.
eu amo, e também posso ser morto...
E embora eu seja apenas um, tenho milhares de irmãos iguais a mim, e eles vão arriscar a vida por mim, e eu por eles¹⁴⁶.

Esse texto, publicado no perfil da Força Pública numa importante rede social na internet, apresenta elementos importantes da identidade policial e dos conflitos existentes na profissão e que fazem os seus agentes seres divididos entre a defesa da lei, da qual podem discordar, mas nunca se opor ao seu cumprimento, e a identificação com os indivíduos comuns a partir do reconhecimento de uma humanidade dotada de fragilidades e que a todos iguala: “eu sangro, eu penso, eu amo, e também posso ser morto”¹⁴⁷. Um aspecto crucial da identidade militar e já citado aqui é o compromisso corporativo dos seus membros, alcançado por um processo de socialização operado nos centros de formação e

¹⁴⁶ Sem autoria definida, o texto foi publicado no dia 12 de junho no perfil da Força Pública de São Paulo, seguida de elogios dos seguidores. <http://www.facebook.com/forcapublica?fref=ts>, página acessada em 15/05/2013.

¹⁴⁷ Os policiais militares tendem a definir a profissão como o combate ao crime, a defesa da lei e das pessoas, mas principalmente como o exercício de uma função que estaria “no sangue” e que os levaria à vivência de um “dom” especialmente orientado pelo exercício da coragem, ao enfrentamento dos riscos e um contato mais direto com os dramas humanos. Essa proximidade seria a principal razão para a perda da ingenuidade no mundo. Diferente de outras profissões, ao se despir da farda o indivíduo não deixaria de lado suas responsabilidades, pois “o policial é policial 24 horas por dia”.

nas ruas, *locus* privilegiado da formação policial desde os “tempos de Tobias”. Um compromisso que tenderia, frente a erros cometidos por colegas policiais, a explicar os desvios como expressão ora de desajuste individual ora como produto da própria sociedade¹⁴⁸. Outro elemento importante é o sentimento de risco iminente de morte, do não retorno ao lar após o trabalho que acompanha o policial no nível discursivo, aproximando-o imaginariamente e através da experiência subjetiva de colegas mortos em serviço, do soldado que parte para a guerra com o sentimento de incerteza em relação ao seu retorno. A alegoria da guerra é, por sinal, recorrente nos discursos dos policiais com quem conversei ao longo da pesquisa, com citações de episódios como os ataques do PCC¹⁴⁹ a membros da

¹⁴⁸ Essa lógica levaria, por sua vez, a excluir a responsabilidade da instituição e até mesmo vitimizá-la diante dos erros cometidos por seus membros. Há, conforme se pode verificar nos depoimentos dos policiais, uma tendência em salientar que os erros são de uma “minoria” e que toda uma Polícia não pode ser responsabilizada pelas falhas de poucos, visto que ela já sofreria com os prejuízos deixados pela atuação dos militares no poder durante o período autoritário e que faria a PM atualmente ser encarada como “resquício da ditadura”. No que se refere a esses aspectos, que faz de cada policial um indivíduo desejoso de maior reconhecimento da sociedade, o Coronel Benedito Roberto Meira, Comandante Geral da Pmesp, publicou no auge das críticas em relação a atuação da polícia militar nas manifestações populares ocorridas nos meses de junho e julho de 2013, artigo com o título: “Enxergar qualquer cidadão de coturno como sinônimo de ditadura é preconceito”. A respeito das falhas cometidas, tida como eventos isolados num universo muito amplo, ele salientou com uma indagação final: “Falhas individuais decorrem de juízo individual, e os indivíduos que compõem nossas fileiras nascem senão da mesma sociedade que com tanta acidez os critica. Se somos defeituosos sendo parte do todo, não seria também o todo defeituoso por igual, como parte sua?”. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/18/enxergar-qualquer-cidadao-de-coturno-como-sinonimo-de-ditadura-e-preconceito.htm>, página acessada em 22/07/2013. Numa linha semelhante, semanas depois, o Comandante Geral da PM do Rio de Janeiro fez um desabafo durante coletiva de imprensa sobre a falta de apoio recebido pela corporação e as críticas as ações policiais no Rio. “Comandante da PM critica mídia e diz: 'boa ou ruim, é a PM que vocês precisam’”. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1312965-comandante-da-pm-critica-midia-e-diz-boa-ou-ruim-e-da-pm-que-voce-precisa.shtml>, página acessada em 22/07/2013.

¹⁴⁹ O PCC, Primeiro Comando da Capital, é uma organização criminosa que foi criada em São Paulo em 31 de agosto de 1993 com o propósito de favorecer a articulação de presos e ex-presos em ações ilegais, bem como exigir a reformulação do sistema prisional no estado. Segundo o manifesto de fundação do PCC, os principais objetivos seriam combater a opressão no sistema prisional e vingar a morte dos 111 presos mortos no massacre do Carandiru por policiais militares no ano anterior. Em matéria de janeiro de 2009 do Estadão, o jornal revelou que o PCC teria se estruturado como empresa a partir das orientações dos irmãos italianos Bruno e Renato Torsi, membros da Camorra, organização mafiosa que atua na região da Campania e da cidade de Nápoles, e que estiveram presos em São Paulo nos anos 1990. Fonte: “Documentos revelam a influência da Camorra na criação do PCC”, <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.documentos-revelam-a-influencia-da-camorra-na-criacao-do-pcc%7Bheadline%7D,312606,0.htm>, página acessada em 28/07/2013. Desde a criação do PCC, são conhecidas as grandes rebeliões em presídios e as ondas de ataques violentos de grupos ligados à organização principalmente contra ônibus, policiais e prédios da polícia. Os maiores eventos organizados pelo PCC ocorreram nos anos 2001, 2006 e 2012. Os ataques do PCC de 2006, que paralisaram a cidade de São Paulo, inspiraram o filme “Salve Geral”, do diretor Sergio Rezende e lançado em 2009.

corporação em 2006, e na maneira como internamente a instituição decora e organiza os espaços.

Neste sentido, a oposição entre mundo interno e mundo externo, ou seja, mundo militar e mundo civil, visa, entre outros fatores, favorecer a aproximação entre os membros da polícia e corresponder ao modelo fornecido pelos militares das Forças Armadas, mais precisamente os do Exército, de onde se originam as peças importantes da identidade militar, em grande parte centrada na ideia de “guerra”, que os coloca por vezes em lado oposto ao de grande parte da população e os encaminha “a conflitos internos, terremotos morais, furacões éticos”, como destacou um policial anônimo em carta publicado por ocasião das manifestações em São Paulo, em 2013. A carta salientava um princípio caro aos militares, ou seja, o cumprimento das determinações superiores, ainda que conscientes da distância em relação ao compromisso real do governo em assegurar a manutenção da ordem pública¹⁵⁰. Segundo o policial, possivelmente a partir do processo de formação e em razão dos códigos a que são submetidos, os policiais têm muito claro que “no *front* não há raciocínio” e que o sentimento de dever que os une os levará ao seu cumprimento, ainda que esse mesmo dever seja questionável do ponto de vista moral. Um conflito que pode ser ilustrado na apreensão momentânea experimentada pela personagem principal do romance “Cabo Josino Viloso”, do escritor Francisco Dantas (2005, p. 10), quando o militar é designado para uma nova missão: “Esta viagem é uma coisa preta! Sei que o meu passo é arriscado. Mas, é adonde eu digo: **um militar não se pertence. Tem de honrar a farda**¹⁵¹. Tem de compartilhar a vida com o Governo [...]” (Destaque meu). Como “defensores da lei” e agentes focados na obediência aos regulamentos, o não cumprimento das determinações superiores possui um grande efeito sobre a experiência tanto objetiva quanto

¹⁵⁰ Segundo o testemunho do policial anônimo: “vi policiais assumindo a lógica ‘nós contra eles’, como se na guerra estivessem, vi colegas ingenuamente assumindo-se engrenagem de uma máquina que está longe de ter como fim ‘a manutenção da ordem pública’”. In: Carta de um policial nos protestos de São Paulo. 14/06/2013. Site: “Abordagem Policial - Segurança Pública e Polícia”: <http://abordagempolicial.com/2013/06/carta-de-um-policial-nos-protestos-de-sao-paulo/>, página acessada em 14/06/2013.

¹⁵¹ Segundo Mariana Sirimarco (2013, p. 35), vista primeiramente como marca distintiva do policial, a farda é carregada de múltiplos significados, é uma expressão institucional que aparece como uma barreira rigorosa entre quem a veste e o mundo. A farda é uma investidura que leva o policial a experimentar novos aprendizados e a uma vivência da autoridade: “como uma segunda pele, ou melhor, uma extensão da própria pele, a vestimenta cobre e descobre, ao mesmo tempo, o corpo; dá indícios do que se é. Como a farda vai unida ao indivíduo, indivíduo e farda constituem um todo”.

subjetiva dos policiais, em geral guiados por um ideal de respeito irrestrito à legalidade¹⁵². Por essa razão, a personagem mais adiante afirma resolutivo: “[...] desatender a Lei é rasgar a minha farda” (DANTAS, 2005, p. 88), o que corresponderia a esgarçar a sua própria imagem. De forma parecida com a personagem do Alferes Jacobina do conto “O espelho”, de Machado de Assis, o Cabo Josino via na farda¹⁵³ uma fonte inigualável de segurança, oportunidade para ver íntegra sua imagem no mundo (DANTAS, 2005, p. 97):

Tristonho nessa ocasião, o Cabo Josino Viloso não precisou fazer contas para chegar à brilhante conclusão de que circular por aí a esmo, desguarnecido de sua farda, era uma medonha temeridade, um bruto de um perigo. Desprovido do calor de sua túnica, poderia não só pegar um resfriado, como também meter um pé no precipício; era deixar a descoberto a integridade física e moral, sujeito a ser confundido com algum maluco, desfeitoado por qualquer motivo.

No caso dos militares paulistas, como destaca a canção da Pmesp, os policiais se autoproclamam através do hino¹⁵⁴, nas diferentes solenidades, os “vigias da Lei”, seguidores das determinações de Tobias. Um elemento que, somados a outros como a história de bravura dos soldados paulistas, a cor da farda e a natureza do seu trabalho, os distinguiria dos cidadãos civis e de outros militares.

A oposição entre militares e paisanos, pautada num conjunto de símbolos e valores que tem, por exemplo, na hierarquia um fator estruturante, faz dos contextos militares verdadeiras comunidades de sentido marcadas por formas específicas de enraizamento (BOSI, 2003). Baseada nas reflexões de Simone Weil, Ecléa Bosi (2003, p. 23), salienta

¹⁵² Um ideal não necessariamente concretizado, preenche das contradições do mandato policial ou dos próprios indivíduos num sentido mais amplo, como revela a trajetória da personagem: “Cabo Viloso que, na intrincada carreira militar, tanto se estrebuchou para ganhar nome de legalista inveterado, terminou mesmo soltando o seu lado desairoso e verdadeiro que tanto se esforçara para trazer trancado. Virou um Cabo rompedor da ordem, um militar debochado” (DANTAS, 2005, p. 146).

¹⁵³ Neste sentido, as observações de André Rosenberg (2010, p. 84) são bastante esclarecedoras ao evidenciarem o papel da farda na composição da identidade policial: “A farda aponta o lugar destacado de quem a veste em relação àqueles que devem prestar continência, além de somar um componente de orgulho para o policial: o uniforme ‘deixa visível a masculinidade na sua forma mais pura’. Enfim, é o símbolo do ‘espetáculo da força viril’”. Não honrar a farda seria semelhante a não honrar o seu lugar de homem, a rasgar a palavra, a ver desmoronar o respeito tanto diante de iguais quanto de desiguais.

¹⁵⁴ O canto dos hinos pelos militares percorre um sentido semelhante aos dois idosos quando buscam lembrar sua infância e juventude, visto que se compreende que nesse processo “sua identidade precisa ser reconhecida; sua memória, preservada. Sentimento enraizador e portador de esperança é cantar de novo os cânticos das festas comunais. Um dos atrativos desses hinos é a convicção de que os homens de outros tempos assim os cantaram” (BOSI, 2003, p. 39).

que para Weil, preocupada com o desenvolvimento dos estudos sobre o operariado europeu e com a afirmação da liberdade como um princípio inalienável, “todo homem tem uma raiz pela sua participação numa coletividade que conserva vivos alguns tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

Com frequência, essas comunidades de vida, na acepção dada por Berger e Luckmann (2004), percebem o interesse de civis em conhecer as regras e formas de organização internas como ameaça a sua coesão, sendo claros os limites impostos para o acesso a esse mundo e aos seus símbolos, obedecendo assim aos interesses dos seus membros na preservação dos princípios que regem a instituição por meio da manutenção do segredo existencial dessa comunidade (MALDONADO, 2011).

Um indicativo dessa relação está na forma como fui apresentado à Pmesp quando iniciei a pesquisa de campo. Os policiais costumam ser excelentes anfitriões, acompanhando com interesse a pesquisa e, de forma geral, dispostos a contribuir com o processo de investigação, o que implica muitas vezes o compromisso de sondar os interesses do pesquisador. Contudo, o acesso ao campo, conforme destaquei na introdução desta tese, obedece a protocolos comuns ao universo militar, que se pauta na hierarquia e apresentação do pesquisador por meio de atestados formais ou informais de confiabilidade. A instituição, à medida que o pesquisador avança nas suas estruturas, preocupa-se em saber quais são os interesses que orientam o trabalho e os possíveis usos dos dados, revelando assim se o investigador é um “aliado” na promoção de uma imagem “positiva” e “verdadeira” sobre a corporação ou um “inimigo” interessado em repassar uma “falsa imagem” da polícia e dos policiais. Não por acaso, um grupo de policiais indicado para participar da pesquisa, antes de iniciar as entrevistas questionou: “você é desse pessoal dos direitos humanos?”, deixando clara a resistência a um segmento que segundo ele só se interessaria em “falar mal” da polícia e defender “bandidos”. Com muita frequência, os policiais, quando instados a falar sobre a violência no país e sobre o papel das polícias no desfecho de ocorrências envolvendo a morte de civis, questionam: “e onde estão os direitos humanos dos policiais? Quem vai visitar a família dos policiais mortos?”¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Nessas situações, eu apenas ratificava que a pesquisa mantinha relação com o meu doutorado na Unicamp, buscando não apresentar justificativas em demasia e assim prolongar um tema espinhoso. Com isso,

Desse modo, se no ambiente do quartel central o trânsito se mostrava livre e não raramente eu era presenteado com materiais e dados sobre a instituição, a exemplo de livro, CD's e depoimentos que exaltavam a estrutura da corporação, o seu caráter moderno e a preocupação do Comando com o bem-estar do seu efetivo¹⁵⁶, o meu interesse por unidades como o Batalhão de Choque exigiu uma nova justificativa, apesar de aparentemente tratar-se da mesma polícia. A resistência ao meu acesso permaneceu durante meses e apenas foi vencida com muita insistência e após uma análise específica da minha proposta pelo comandante daquela unidade, apesar da autorização do Comandante Geral para que a pesquisa contemplasse a totalidade da instituição.

O que se depreende é que a resistência apresentada mantinha relação com o gerenciamento comum em torno da imagem da corporação e sobre o que deve ser visto por sujeitos externos e aquela apenas experimentada e conhecida pelos membros internos. Ou seja, na medida em que eu demonstrava interesse pelos setores menos conhecidos do público eu passava a ser visto com maior desconfiança. Estava em jogo o sentido polêmico das ações da Rota e registradas pelo conhecido trabalho do jornalista Caco Barcellos e alvo de denúncias de instituições de defesa dos direitos humanos no país e internacionais¹⁵⁷. Percebi que nesses locais, onde são travadas as batalhas da memória e reverenciados, a partir de discursos e homenagens solenes os vultos da instituição, o acesso é limitado revelando assim que eles funcionam como reservatórios de sentido para o grupo, espaços no quais é forjada a sua identidade e vivenciado um sentido interno da experiência da polícia que funciona como elemento aglutinador. Nele, imperam as personagens que venceram as batalhas travadas na memória e passaram a influenciar outros atores, servindo

procurava de certo modo destacar que o meu interesse era “puramente acadêmico”. A filiação à Unicamp, uma das maiores universidades públicas do país e motivo de orgulho para os paulistas, servia ainda, considerando o histórico reduzido de ocorrências envolvendo estudantes e a Pmesp (sobretudo quando comparada aos episódios recorrentes na USP na capital paulista), como importante fator para dissuadir resistências no campo policial.

¹⁵⁶ As ações compreendiam desde café da manhã com o Comandante da PM, repasse de orientações sobre saúde e bem-estar, distribuição de cantis para os policiais se hidratarem durante o serviço, até eventos com atividades lúdicas para minimizar o stress da profissão e favorecer as relações interpessoais no ambiente de trabalho.

¹⁵⁷ Exemplos são os casos conhecidos como Massacre do Carandiru (1992) e Favela Naval (1997).

como símbolos¹⁵⁸ que orientam um ideal de polícia constantemente visitado pelos policiais através de solenidades e homenagens destinadas a reverenciar seus mortos. O antropólogo Roberto DaMatta (1997, p. 144) nos lembra que os mortos “são entidades tipicamente relacionais e, como tal, demandam atenção e reverência”.

Durante o trabalho de campo, acompanhei as citações diretas e indiretas aos policiais mortos na Guerra do Paraguai, na Campanha de Canudos e, sobretudo, na Revolução Constitucionalista de 1932, uma das principais referências na identidade policial paulista e que coloca São Paulo imaginariamente como principal defensor no país da democracia e da legalidade¹⁵⁹. Apesar do caráter controverso da participação de São Paulo nesse evento, considerando a historiografia existente (FAUSTO, 2001; GOMES, 2004; SKIDMORE, 1982) a versão referendada pela Polícia Militar assegura um lugar de proeminência da corporação na defesa da legalidade em detrimento dos interesses de um governo tirânico liderado por um líder populista que traía o compromisso com a democracia. A defesa da ordem e da legalidade, uma preocupação comum nas representações que os policiais fazem de si mesmo, marcaria ainda a escolha do principal herói da instituição, o jovem tenente Alberto Mendes Júnior, morto durante a ditadura militar por um grupo de guerrilheiros liderados por Carlos Lamarca.

As expectativas em torno da memória de personagens como o tenente Mendes Júnior, bastante viva nos corredores da instituição através de fotografias e resumo biográfico do policial, assim como outros símbolos, vão exercer claramente influência sobre a formulação de políticas de segurança e no manejo entre a face externa e a face

¹⁵⁸ Os heróis são aqueles cuja biografia superou dúvidas, sendo considerados aptos a servir como exemplo no presente. A versão sobre o papel do militar considerado herói numa determinada época sofre oscilações com o tempo, podendo o mesmo militar herói num tempo ser esquecido logo depois em razão das expectativas do presente, como aconteceu com o Tenente Galinha e o General Miguel Costa. No caso do General Miguel Costa, a reverência à memória do militar permaneceu durante muito tempo obscurecida na instituição, em virtude da posição de alguns segmentos da polícia que percebiam na trajetória do general uma flagrante contradição com o princípio de defesa da legalidade, tão caro à identidade policial militar paulista.

¹⁵⁹ O brasão do estado é um dos símbolos herdeiros da Revolução Constitucionalista de 1932. O lema “Pro Brasilia Fiant Eximia” sintetizaria o espírito da revolução ao expressar a disposição de fazer “grandes coisas” pelo país. Segundo o coronel Edilberto Oliveira, a tradução do latim revelaria não apenas o caráter específico daquele evento para o povo paulista, inscrevendo-o como defensor da nação: “Para o Brasil façam-se grandes coisas”, mas seria um resumo da história de São Paulo durante “séculos em benefício do Brasil”. Fonte: http://www.pm.sp.gov.br/inicial.asp?OPCAO_MENU=VIDEOS_VIDEOS&txtHidden=485&flagHidden=D, página acessada em 22/07/2013.

interna da polícia¹⁶⁰. Esses anseios vão orientar setores da própria corporação a lidar com a imagem oscilante da polícia, seja a sua face protetora seja sua face repressiva, nas quais sobressaem, respectivamente, participações em eventos sociais beneficentes, apresentações de música e intervenções violentas.

Figura 12



Fotografia do Capitão Mendes Júnior
Fonte: Pesquisa de campo

Os ritos, liturgias e símbolos reproduzidos pelas polícias militares no Brasil e que expressam com bastante clareza os vínculos com o militarismo das Forças Armadas, especificamente com o Exército, visam referendar valores pautados em demonstrações “incontestes” de coragem e bravura e caras à ideia de masculinidade, como força e disposição para a guerra e para o sacrifício¹⁶¹. Não por acaso, o tenente Alberto Mendes

¹⁶⁰ Um dos trabalhos mais recentes sobre o capitão Mendes Júnior foi lançado em fevereiro de 2014 com o título “Tributo a um Herói – Campanha do Vale do Ribeira”, na qual o coronel PM reformado José Carlos Xavier, que participou da Campanha, discorre os fatos que marcaram a operação policial militar que culminou com a prisão de guerrilheiros e o “martírio” do jovem oficial paulista.

¹⁶¹ Com base na imagem de uma viatura cinza com faróis apagados percorrendo as ruas da cidade, conhecida estratégia das guarnições da Rota nos Anos de Chumbo, o perfil Admiradores Rota na internet decreta: “Não é para quem gosta, é para quem ama!”, indicando o grau de exigência e compromisso que marcam o

Júnior, cuja memória é relativamente recente na corporação, considerando a referência às origens remotas da Polícia Militar, é atualmente utilizado como uma referência constante na composição da identidade da instituição, de modo que as referências que contam a sua história e o homenageiam ocupam lugares de destaque no espaço mais tradicional da instituição, ou seja, o famoso Quartel da Luz.

Com efetivo aproximado de 100 mil policiais¹⁶², a Polícia Militar do Estado de São Paulo é a maior instituição de segurança do país e a terceira maior da América Latina, sendo constitucionalmente, a exemplo das polícias militares dos demais estados brasileiros, responsável, através do policiamento ostensivo, pela preservação da ordem pública e a proteção de seus habitantes¹⁶³, além de ser força auxiliar do Exército.

Do ponto de vista organizacional, a Pmesp está estruturada a partir de três conjuntos de órgãos: de direção, de apoio e de execução, divididos, estes dois últimos, em órgãos de caráter ordinário e especial, expressando o seu amplo campo de atuação e a complexidade de estrutura. Atualmente, compõem o organograma da instituição os seguintes comandos: Comando Geral, Subcomando, Estado Maior, Corregedoria, Comando de Policiamento da Capital, Comando de Policiamento Metropolitano, Comando de Policiamento do Interior, Diretorias, Corpo de Bombeiros, Comandos de Policiamento Ambiental, Rodoviário, de Choque, além do Grupamento Aéreo, correspondendo a divisão dos Comandos, com os seus respectivos batalhões, à área de abrangência de sua atuação e a natureza do trabalho desenvolvido por cada um deles¹⁶⁴.

pertencimento ao grupo, que tem na violência e na obscuridade das ações um dos seus traços essenciais. É nas madrugadas que os rotarianos estruturam a identidade do grupo, onde os seus integrantes quase sempre passam pelo batismo de pólvora e sangue. Conforme destaca na mesma publicação: “O silêncio da noite é a proteção de anjos da vida lutando contra demônios da morte.” Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=424830217637123&set=a.142473249206156.27029.142467302540084&type=1&theater>, página acessada em 22/08/2013.

¹⁶² Desse total, cerca de 10% são formados por mulheres que atuam em quase todas as unidades da corporação distribuídas entre os setores administrativos e operacionais, a exemplo do Comando Geral, COPOM, Corpo de Bombeiros, Ambiental, Aéreo, Batalhão de Choque, entre outros. Conforme informação repassada pelo CComSoc da PMESP em 2012, o efetivo da instituição é de 90.028 policiais militares, dos quais 8.893 são policiais femininos.

¹⁶³ Conforme o Censo de 2010, o estado de São Paulo possui uma população de 41.252.160 habitantes, distribuídos em 645 municípios. Fonte: IBGE, Censo 2010.

¹⁶⁴ Fazem parte ainda da Polícia Militar paulista alguns programas de policiamento, a exemplo do policiamento escolar, do PROERD, Força Tática, Policiamento Integrado e de motocicletas.

De modo geral, os números e demais aspectos que caracterizam a corporação expressam uma instituição assinalada pela diversidade de papéis e preocupada em atender ao conjunto amplo de demandas apresentadas pela sociedade atualmente ao mesmo tempo em que preserva a designação e formato seculares do mundo militar. A formação e atuação militarizada é um aspecto fundamental da identidade policial militar, revelando, juntamente com o sentimento constante de risco no trabalho e “incompreensão” por parte dos não-militares, os anseios desse grupo por manter firme a sua unidade através da preservação dos seus símbolos e, em alguns grupamentos, sobretudo operacionais, por um processo de pertencimento focado no segredo em torno das suas ações, que privilegiam um viés belicista centrado em demonstrações de bravura e lealdade. Como pretendo discutir adiante, a noção de segredo e a mística que envolve as Rota, considerada o “coração” da Polícia Militar de São Paulo e “herdeira” do seu histórico de bravuras, reúne os policiais dispostos a se doar mais claramente ao ideal da farda e experimentar os riscos de uma experiência heroica na corporação, sendo a presença feminina em setores operacionais como a Rota, vista como uma forma de descaracterização da identidade policial e enfraquecimento, sobretudo, da respeitabilidade do grupo. Uma hipótese surgida nas primeiras incursões que fiz no campo.

Perguntei por diversas vezes em diferentes unidades da Pmesp se as mulheres estavam em todos os setores da Polícia e eles afirmaram que em quase todos, com exceção da Rota e do Comando Geral (na função de Comandante). Perguntei a razão para essa ausência e alguns responderam que acreditavam que era uma questão de tempo para que as mulheres passassem a ocupar todos os lugares na instituição. Já outros, a maior parte dos homens e mulheres ouvidos, disseram que viam como remota a possibilidade de uma mulher ascender ao Comando Geral da instituição e muito menos ao posto de patrulheira em uma das viaturas da Rota, composta, segundo um dos entrevistados, por policiais “cabeças duras” e orientados por uma visão machista da realidade, de modo que segundo um soldado que entrevistei informalmente, os policiais dessa unidade se mostram poucos satisfeitos quando a passagem de ocorrências na Central de Operações 190 é transmitida por uma policial, “que dirá com mulheres trabalhando lado a lado”. Um oficial, de modo revelador, disse-me em conversa informal que seria muito mais fácil uma mulher vir a

assumir o Comando Geral da Polícia que integrar uma patrulha da Rota, sentando ao lado de homens no banco de uma viatura no atendimento de ocorrências, por uma questão de “doutrina” interna e respeito à tradição do grupo. Muitas das mulheres que foram ouvidas pareciam não acreditar também nessa possibilidade, bem como declaravam não desejar esse lugar, como discutirei no tópico final, levantando alguns dados que podem explicar essa descrença e falta de interesse em ocupar espaços como o da Rota, que, segundo algumas das mulheres ouvidas, têm na doutrina e na história da unidade a razão desse impedimento, pois no “tempo de Tobias” não existia mulheres na polícia.

Vista pelos policiais paulistas como uma das guardiãs da memória da Polícia Militar, a Rota é estruturada a partir de valores que compreendem o emprego de mulheres uma fonte potencial de descaracterização da identidade do grupo, uma vez que o trabalho policial é concebido por seus componentes como essencialmente repressor. De modo amplo, a Rota se sustenta na ideia de tradição, lealdade e força, conferindo os fundamentos do que internamente é concebido como a “verdadeira” função policial, focada no policiamento de caráter repressivo e na experiência das ruas. A partir da investigação de como se estrutura essa identidade e qual o peso dos símbolos nos discursos, pretende-se compreender como essas expectativas interferem no tipo de trabalho desenvolvido pela instituição e, particularmente, na reprodução de modelos e formas de trabalho da polícia ainda focadas no exercício arbitrário e na seletividade.

2.2 Honra, tradição e segredo: as unidades operacionais como reservatórios de sentido

Para quem percorre de veículo ou a pé a tradicional Avenida Tiradentes, uma das mais importantes vias que liga o centro à zona norte da capital paulista, destaca-se aos olhos o prédio de cor amarela, portões e janelas escuros e de traços arquitetônicos que lembram antigas fortalezas medievais, em meio a outras famosas construções, como a Pinacoteca do Estado, a torre da antiga usina de energia elétrica e o prédio da Estação da Luz¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Localizado ao lado direito do Museu de Arte Sacra e de uma das entradas da estação de metrô, o prédio amarelo de dois pavimentos, marcado por numerosas janelas, é conhecido como “Quartel da Luz” ou, no meio

Tombada como patrimônio histórico do Estado, a construção, iniciada em 1891 e concluída em 1901, e que seguiu o projeto do renomado engenheiro Ramos de Azevedo, compõe o complexo militar formado pela sede da Cavalaria, do Museu da Polícia Militar, do 2º Batalhão de Choque, da Corregedoria da Pmesp, do Corpo Musical, Capela de São Expedito¹⁶⁶, entre outros prédios, na região da Luz, uma das mais antigas da cidade¹⁶⁷.

Do lado oposto a esse conjunto arquitetônico, está localizado o Quartel Central da Polícia Militar e, vizinho, o centro administrativo que compreende alguns dos principais setores da corporação na capital, como a sede do Comando de Policiamento da Capital e o COPOM, responsável pelo gerenciamento das chamadas de emergência. Desse modo, quem transita as ruas próximas, depara-se de forma frequente com policiais a caminho de casa, do trabalho ou em serviço nas guaritas e portões de entrada dos diferentes quartéis próximos, sendo parte daquela paisagem, onde se destacam no trânsito intenso das ruas e avenidas paralelas as viaturas em alta velocidade com as sirenes a pedir passagem em meio ao aglomerado de veículos.

Na frente do portão principal do prédio do Quartel da Luz, de onde entram e saem a cada turno ou registro de ocorrências, viaturas Hillux ou Blazer com os policiais de boinas negras e armamento pesado, é comum observar policiais com escopetas ou submetralhadoras fazendo a segurança do Batalhão. Quando se olha para o interior do prédio, vê-se com grande destaque ao fundo do imenso pátio tomado por viaturas a frase em letras brancas: “A Rota é reservada aos heróis”, uma tradução do sentido maior que orienta os seus membros e que os distingue de outras unidades. A letra “R” estilizada,

policiais militares, como a “Mansão da ROTA”, sede do tradicional 1º Batalhão da Polícia Militar e um dos símbolos do bairro.

¹⁶⁶ Santo Expedito é um dos santos padroeiros das Polícias Militares no Brasil, juntamente com São Judas Tadeu e Santa Ifigênia. A Polícia Militar de São Paulo tem Santo Expedito, militar romano que teria sido martirizado na Armênia após conversão ao cristianismo no século IV, como padroeiro. O fato de ser militar e de ter morrido em defesa dos valores que defendia, sustentados na moral cristã, fazem do santo uma figura próxima às expectativas dos policiais militares. Do mesmo modo, o nome Expedito, cujo significado em italiano seria “rápido”, expressa tanto o sentido da conversão urgente que marca a biografia do santo quanto do auxílio prestado por ele a seus devotos, fato que aproximaria os policiais do ideal esperado da profissão, ou seja, a resposta rápida e o pronto emprego da tropa não apenas no socorro aos necessitados, mas especialmente contra os inimigos da ordem. Além da Capela em homenagem ao padroeiro, imagens do santo podem ser vistas em diferentes unidades da Pmesp. Na Rodovia dos Bandeirantes, sentido capital em direção ao interior do estado, ao lado de um dos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual, pode ser vista uma imagem do santo numa pequena gruta, num sinal de devoção ao padroeiro.

¹⁶⁷ O bairro se destaca pelo comércio de roupas, trajes de casamento e artigos policiais.

marca da Rota, está gravada, ao lado de outros símbolos do universo policial militar, em vários locais da unidade, desde o chão da entrada, paredes principais e nas viaturas, juntamente com o brasão moderno da Polícia Militar e o seu número de identificação, lembrando aos policiais a busca por ideal maior, expresso na letra “R” em formato de seta a apontar para uma estrela e que os torna, no universo policial militar, policiais “especiais”, um verdadeiro grupamento de “elite” formado pelos “melhores” da instituição. Um ideal cuja busca diferencia os heróis dos homens comuns, como lembra Joseph Campbell (1949). Os policiais da Rota são vistos como detentores de qualidades excepcionais, homens superiores, ainda que muitas vezes se ressintam da falta de reconhecimento de outros segmentos sociais.

Figura 13



Viaturas da Rota no pátio do 1º Batalhão de Choque
Fonte: Pesquisa de campo

Não raramente, um sentimento que reúne tensão e fascínio desperta em quem passa em frente ao Quartel da Luz e se depara com policiais portando as chamadas armas de grosso calibre e controlando a entrada e saída de viaturas. A configuração do pátio repleto de viaturas, que se destaca na moldura da entrada, suscita a curiosidade do público civil:

quem são os policiais que integram esse espaço? Quem são esses “heróis” que integram a Rota e em que sentido eles se distinguem de outros policiais? O que eles buscam nesse espaço e como fazem para ingressar nesse universo?

De modo geral, a Rota passou a integrar o imaginário paulista e nacional sob o ambivalente sentimento de admiração e medo. As viaturas de cor cinza com policiais fortemente armados assinalaram a história da segurança pública no Brasil de forma polêmica e por vezes brutal, expressando mudanças nas práticas de policiamento e políticas de Segurança Pública que priorizaram as ações de combate armado com crescentes investimentos na aquisição de armamentos e viaturas, tornando assim o patrulhamento motorizado uma referência para outras corporações policiais no país.

Sustentada no prestígio alcançado nos anos 1980, quando em processo de retorno ao regime democrático as ações de membros da unidade se notabilizaram por grande número de prisões e mortes, a Rota atualmente é das principais unidades da PM de São Paulo, inspirando outras polícias no país a partir do arquétipo de unidade altamente treinada e com policiais corajosos e disciplinados. Espécie de “elite da tropa” de São Paulo, ela concentraria agentes menos sujeitos à corrupção e comprometidos com os valores do grupo, sendo, a exemplo de outras corporações como o BOPE na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, composta pelos “melhores policiais”, selecionados a partir de rigorosos critérios, dentre eles encaixar-se no perfil psicossocial¹⁶⁸ exigido pela unidade e possuir disponibilidade e interesse em servir no tradicional grupamento.

Criada em 1970, as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, Rota, nasceu com o propósito de combater as ações dos grupos armados de esquerda que agiam nos anos de chumbo através de roubos a banco e ataques a unidades militares, distinguindo-se em pouco tempo como seara dos “campeões de matadores”, conforme revelou o jornalista Caco Barcellos ou de “caçadores de bandidos”, nas palavras do Tenente Coronel Adriano Telhada (2011).

¹⁶⁸ São características exigidas: firme retidão moral, manifestada por conduta ilibada fora e dentro da polícia; compromisso com o trabalho de policiamento ostensivo, capacidade de concentração e envolvimento nas atividades do Batalhão, bem como com a preservação da história e do nome da Rota; disciplina consciente, respeito à hierarquia, entre outros necessários à formação do espírito de corpo da unidade.

Já no ano anterior, antes, portanto, da unificação com a Guarda Civil, a Força Pública havia transformado todo o 1º Batalhão Tobias Aguiar, sediado no Quartel da Luz, em Unidade de Choque, conforme o Boletim Geral nº 07 (TELHADA, 2011), dando início a planos de estruturação das atividades do Batalhão, dentre eles aqueles que resultariam na criação da Rota e de seus principais objetivos, isto é, lutar, por meio de operações de contraguerrilha urbana contra grupos terroristas, interessados em se fortalecer através de sequestros e roubos a bancos, para assim difundir os ideais comunistas no país.

A lógica do “combate” aos grupos armados de esquerda despertaria o interesse de setores políticos conservadores ligados aos militares como o liderado por Paulo Maluf, razão pela qual a Rota cresceu em importância no cenário paulista apesar do pequeno tempo de criação. A unidade, inegavelmente, passaria a encarnar os ideais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), centrada inicialmente na luta contra os agentes subversivos - os inimigos internos que na lógica militar comprometiam a estabilidade política do país e revelavam-se “séria ameaça” aos “valores democráticos” – e mais tarde na “caçada” a acusados de crimes comuns. Em pouco tempo, as ações que eram destinadas exclusivamente à perseguição de guerrilheiros e outros agentes contrários ao governo, seriam empregadas no “combate” à violência e à criminalidade, preservando os valores da DSN.

Especialmente a partir da nomeação para o governo de São Paulo do engenheiro Paulo Salim Maluf, outrora prefeito da capital, a Rota alcançou grande prestígio, intensificando os seus traços repressivos a partir do emprego de estratégias violentas que visavam responder aos anseios da população por maior segurança¹⁶⁹. Paralelamente, a Polícia Militar passou a receber grandes investimentos do governo, sustentando uma política de segurança centrada em prisões abusivas e mortes de suspeitos em confrontos que se estenderia por décadas, apesar do maior controle exercido sobre a atividade policial no

¹⁶⁹ Em 1998, quando concorreu ao Governo do Estado de São Paulo, Paulo Maluf usaria na campanha a memória em torno da atuação da Rota na sua última administração para alavancar votos. Apresentando a Rota como alternativa para o aumento da segurança no estado, Maluf repetiria constantemente a frase: “Vou pôr a Rota na rua!”. A frase se tornou uma das mais famosas de Maluf, que acabaria, no entanto, derrotado por Mário Covas. Fonte: UOL Notícias, “Qual é a frase mais polêmica dos 82 anos de Maluf?": <http://noticias.uol.com.br/album/2013/09/02/qual-e-a-frase-mais-polemica-dos-82-anos-de-maluf.htm#fotoNav=26>, página acessada em 11/09/2013.

país através da atuação mais atenta do Judiciário e de organismos, sobretudo internacionais, de direitos humanos.

O próprio governador, quando ainda era prefeito da capital, havia participado do velório do corpo do tenente Mendes Júnior. Naquela ocasião, uma multidão, estimada em 100 mil pessoas, acompanhou o cortejo até o cemitério do Araçá. A visibilidade e a repercussão alcançadas pela Rota a partir da morte¹⁷⁰ do jovem oficial, um dos seus primeiros integrantes a tombar em serviço no nascente grupamento, influenciariam sobremaneira as ações do novo governo e os critérios de atuação especificamente no campo da segurança pública, quando sob a orientação do governo Paulo Maluf, a ordem foi colocar a Rota “nas ruas”.

A morte de Mendes Júnior, repetidamente lembrada pela corporação, serviu para fornecer as peças essenciais para construção de uma memória capaz de manter unidos os policiais a partir de princípios e que repercutem ainda hoje na corporação, sustentando por vezes ações violentas contra membros de organizações criminosas como o PCC e cidadãos pobres confundidos com “marginais”. Não por acaso, encontrei policiais que indicaram o governo Maluf como aquele que “mais investiu” na polícia militar, sobretudo nas condições de trabalho e salários dos policiais, somada ao maior “estímulo” para o trabalho. Esse período, assinalado pelo caráter obscuro das atuações da polícia, expressava para os setores mais duros das instituições de segurança uma maior “liberdade para agir”, o que implicava o emprego de técnicas de interrogatório pautadas no uso da tortura, fato mais recorrente na polícia civil; e de abordagem, onde, tratando-se da Rota, as viaturas Veraneio de cor cinza, geralmente de faróis apagados e em velocidade reduzida, tornavam-se, nas ruas poucos iluminadas dos bairros da periferia, praticamente invisíveis à presença de suspeitos e os cidadãos pobres, as suas principais vítimas (BARCELLOS, 2006).

Se por um lado investigações e denúncias frearam a atuação violenta de unidades como a Rota, por outro não abalaram os seus fundamentos internos, focados na valorização

¹⁷⁰ O oficial, assim como outros que doaram a vida pelo bem da corporação e da sociedade, passaram a integrar o grupo dos heróis, ou seja, aqueles que “viveram pouco para morrer bem, morreram jovens para viver sempre”, conforme definiu o convite apresentado pelo perfil da Força Pública do Estado de São Paulo na internet para que a população prestigiasse o desfile Cívico-militar de 09 de julho, um dos eventos mais importantes da corporação e da sociedade paulista. Fonte: <https://www.facebook.com/events/547630621962469/>, página acessada em 06/07/2013.

da disciplina, na alta letalidade das intervenções e no compromisso de lealdade entre os seus membros. Apesar das denúncias de envolvimento de policiais da unidade com ações de grupos de extermínio no estado, as denúncias conseguiram afetar apenas alguns agentes, não sendo desenvolvida nenhuma investigação mais ampla sobre o papel da instituição nos casos recorrentes de violência. Tratados de forma geral como casos pontuais, o exercício de uma violência mais difusa imperou após a redemocratização, momento em que a Rota deixou o caráter mais ostensivo do trabalho, com as buscas aleatórias por criminosos, sendo empregado no atendimento de chamadas específicas relativas a assaltos a banco, por exemplo. Contudo, a letalidade do grupamento permaneceu bastante alta, conforme mostram as principais notícias sobre a atuação do grupamento nos últimos anos e como salientou o Promotor de Justiça durante o julgamento dos policiais envolvidos no massacre do Carandiru em 2013¹⁷¹.

Passadas algumas décadas das ações brutais cometidas por policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, os policiais pertencentes à unidade curiosamente não perderam o prestígio, muitas vezes alimentado pela descrença quanto à capacidade dos governos em atender as demandas por maior segurança. Algumas das principais características da atuação das patrulhas permaneceram ao longo tempo, tendo na tradição e no sentimento de comunidade experimentado pelos policiais “boinas negras” algumas das razões para preservá-la como um campo de poder no interior da polícia e de grande

¹⁷¹ O promotor público Fernando Pereira da Silva destacou ao longo do julgamento a alta letalidade da Rota, evidenciando que nos pavimentos onde policiais da unidade atuaram no pavilhão 9 do Carandiru em 02 de outubro de 1992 não houve sobreviventes e que foram colocadas pelos próprios policiais armas na cena do crime, a fim de justificar as mortes, baseadas nos conhecidos autos de resistência, método utilizado para encobrir execuções de criminosos por policiais: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/carandiru-mp-exalta-letalidade-da-rota-e-acusa-pm-de-plantar-armas,f4ab13be6882e310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>, página consultada em 23/07/2013. Dos 111 mortos no massacre, 73 estavam no andar do pavilhão invadido por policiais da Rota. Durante o julgamento, o promotor apresentou o perfil de alguns presos mortos na ação e de policiais, de modo a questionar a versão que os policiais seriam “heróis”, pois os presos eram de modo geral jovens, pobres e negros que não deveriam estar presos na ocasião, uma vez que já teriam direito à liberdade condicional, e os policiais, dos quais se destacavam alguns com amplo histórico de violência: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/carandiru-absolver-pms-e-cuspir-na-cara-do-bom-policia-diz-acusacao.82840eef6e92e310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>, página consultada em 23/07/2013. Contraditoriamente, a condenação dos 23 policiais envolvidos no episódio, que para o promotor representava uma resposta da sociedade, que teria reconhecido a existência do massacre e contestado a percepção corrente que “bandido bom é bandido morto”, não foi seguida pelos leitores do portal UOL. Na consulta realizada na internet, 90,15% de um total de 125.363 votos consideraram injusta a condenação dos PMs no caso. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/21/vida-humana-nao-e-descartavel-diz-promotor-do-caso-carandiru.htm>, página consultada em 23/07/2013.

prestígio externo. Estruturada como comunidade de vida, espaço onde uma forma de pensar e agir se reproduz com regularidade e na qual os seus membros encontram sentido para permanência de sua união, a Rota é marcada “por um agir que se repete com regularidade e diretamente recíproco em relações sociais duráveis. Os integrantes depositam uma confiança institucional, ou firmada em outra coisa, na durabilidade da comunidade” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 27). Elementos que estão presentes no filme “Rota Comando”¹⁷², produção nacional independente que aborda, com base em fatos relatados no livro “Matar ou Morrer” do ex-Capitão da PM e deputado estadual Conte Lopes¹⁷³, as histórias vividas por integrantes da Rota. O filme é bastante emblemático dos aspectos valorizados no campo policial e os rituais que assinalam a preparação dos membros da unidade, sendo um material interessante para análise das representações dos membros da Rota sobre o seu trabalho, desde a apresentação do protótipo do bandido que desafia a ordem e pretende dominar de forma inescrupulosa a cidade, até a disposição ao sacrifício dos policiais, visível nas cenas iniciais da produção, quando as viaturas com sirenes e luzes

¹⁷² O filme foi lançado em 2009, pouco tempo após o sucesso nos cinemas de Tropa de Elite e pretendeu realizar uma abordagem semelhante de temas policiais. Aparecerem na história criminosos inescrupulosos que pretendem fazer riqueza em São Paulo e são detidos pela unidade, as dificuldades enfrentadas por policiais e o idealismo que marca a carreira. Numa das cenas iniciais, o próprio Conte Lopes faz uma participação como ator, dando boas vindas ao Tenente Bruno, novato na Rota e que fará o seu batismo de fogo nas ruas. A fala da personagem que representa o Capitão da unidade é bastante emblemática do discurso usual dos policiais sobre a missão reservada à Rota: “Você pediu e conseguiu. Você vai servir aqui no Batalhão Tobias Aguiar, na Rota. Muitos querem, poucos conseguem. [...] A Rota foi criada para combater o crime organizado”. O filme foi dirigido e produzido por Elias Júnior, responsável, juntamente com Conte Lopes, pela elaboração do roteiro. Estúdio HDV Studio.

¹⁷³ Conte Lopes é capitão reformado da Polícia Militar e foi deputado estadual em São Paulo por seis legislaturas. Em 2012, foi eleito vereador por São Paulo. O atual vereador é conhecido por ser defensor ferrenho do endurecimento do sistema penal com a adoção da pena de morte e a redução da maioria penal, compondo, com os recém-eleitos vereadores pela cidade de São Paulo, Coronel Camilo e Tenente-Coronel Telhada, a chamada “bancada da bala” no estado. Destaque-se que tanto o Tenente-Coronel quanto o capitão Conte Lopes são egressos do 1º Batalhão de Choque, Rota, sendo esse último aclamado por ser o único policial militar em São Paulo a ter duas promoções por bravura, item bastante valorizado no meio policial. Como eles, o antigo comandante geral da Pmesp na época do Massacre do Carandiru, Ubiratan Guimarães, também trabalhou na Rota. No caso do Capitão Conte Lopes, o jornalista Caco Barcellos dedica-lhe um capítulo no livro “Rota 66 - a história da polícia que mata”. Com o título “Deputado matador”, o jornalista conta como o Capitão Conte Lopes construiu fama no meio policial e também fora dele como matador de criminosos por ações marcadas por grande violência, apoio dos superiores e contatos na imprensa, principalmente em programas policiais de rádio, onde também a partir de um programa próprio ajudava a difundir suas histórias e a imagem de policial destemido. Atualmente, com atuação destacada nas redes sociais na internet, além dos programas de rádio, o deputado busca se capitalizar politicamente frente a episódios violentos no estado, atribuindo aos setores de esquerda e às entidades de defesa dos direitos humanos grande parte da responsabilidade pelos problemas enfrentados na área de segurança e por medidas que, baseadas em denúncias de violência policial, segundo ele “impedem” a Rota de estar nas ruas.

ligadas saem uma após outra do quartel para o atendimento de ocorrências e numa delas, ao retirar nos braços uma mulher do cativo, um dos policiais é atingido fatalmente nas costas por um bandido. Fato que gerará sérios desdobramentos, dentre os quais a intensificação dos embates entre a polícia e grupos criminosos, com o emprego de uma violência por vezes desmedida, mas considerada indispensável num contexto “guerra”.

Neste sentido, a análise das principais notícias relacionadas à Polícia Militar de São Paulo nos últimos anos revela a permanência em unidades como a Rota de um modo de atuação ainda fortemente orientado pelos paradigmas da Segurança Nacional que marcou a ditadura militar e que, em linhas gerais, consistia no “uso da força sem medidas em quaisquer condições necessárias à preservação da ordem”, bem como de um modelo de Segurança Pública focado no emprego de estratégias de repressão à violência (FREIRE, 2009, p. 103-109). A Rota segue pautada pela alta letalidade nas intervenções e por uma concepção de trabalho baseada no emprego de estratégias de guerra e na compreensão da segurança como o embate entre o bem e o mal, sendo os policiais investidos da tarefa “sagrada” de livrar a sociedade dos seus inimigos, o que corresponderia a afirmar um dos seus lemas, ou seja, a “dignidade acima de tudo”, sinônimo de afirmação inquestionável da autoridade do grupamento.

Em julho de 2012, o jornalista André Caramante do jornal Folha de S. Paulo denunciava o expressivo crescimento do número de mortes cometidas por policiais da Rota. Em relação ao ano anterior, o número era 45% superior, passando de 31 mortes de janeiro a maio para 45 no mesmo período¹⁷⁴. A matéria destacava ainda que, quando comparado ao ano de 2010, o índice era bastante superior: impressionantes 104,5%. Em um único mês de 2012 foram mortas 17 pessoas, sendo 06 delas numa mesma ação que visava prender

¹⁷⁴“Mortes cometidas por policiais da Rota sobem 45% em SP”. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1115314-mortes-cometidas-por-policiais-da-rota-sobem-45-em-sp.shtml>, página acessada em 05/07/2012. Em agosto de 2013, frente à morte de um casal de policiais, do filho do casal e duas parentes, um perfil reservado aos admiradores da Rota, poucas horas após a divulgação da notícia e da hipótese, depois confirmada pelas investigações, de ter sido o garoto de 13 anos o autor das mortes, o moderador escreveria que, com os assassinatos, haviam mexido em um “vespeiro”. Uma indicação de possível vingança da morte dos policiais, fato nada incomum nesses casos, como indica a chacina de 12 pessoas em Campinas-SP em janeiro de 2014: “Secretário de Segurança admite possibilidade de ação de PMs em chacina em Campinas (SP)”, <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/01/14/secretario-de-seguranca-publica-admite-possibilidade-de-envolvimento-de-pms-em-chacina-em-campinas-sp.htm>, página consultada em 14/01/2014.

criminosos que estariam planejando o resgate de um traficante membro do PCC. A ação da Rota seria investigada pouco tempo depois em razão da denúncia de uma moradora que teria presenciado agressões e a execução de um dos suspeitos por policiais, quando estes pararam às margens da Rodovia Ayrton Senna, a seis quilômetros do local.

A morte dos 06 integrantes da quadrilha lembrava a ocorrência registrada em agosto de 2011, quando outros seis criminosos, dessa vez envolvidos no roubo a um caixa eletrônica de um supermercado na zona norte da capital paulista, foram mortos por um grupamento da Rota. Apesar do relato dos policiais, os corpos, com marcas de perfuração na testa, mãos e braços, juntamente com imagens do sistema de vigilância do local, indicavam que eles já estariam desarmados quando policiais se dirigiram ao depósito do supermercado, onde os criminosos estavam escondidos após perceberem a chegada das viaturas e o início do tiroteio com parte da quadrilha que fazia a cobertura da ação na entrada do estabelecimento. Reportagem exibida pelo programa Fantástico da Rede Globo, quase dez meses após a ocorrência, revelava, com base nas imagens e depoimentos, que minutos antes do suposto tiroteio que levou à morte dos seis criminosos, câmera do circuito interno do local foi mudada de posição, de modo a não permitir o registro do suposto confronto que resultou na morte dos criminosos. A reportagem afirmava ainda que, diferente da versão dos policiais, os mesmos não teriam se deslocado até as ocorrências a partir de denúncias anônimas, mas por meio de escutas telefônicas que permitiram a Rota acompanhar o planejamento dos crimes¹⁷⁵.

O mês de julho de 2012 seria bastante difícil para a Polícia Militar, representando a intensificação de uma das fases mais conturbadas da segurança pública de São Paulo, desde os ataques do PCC em 2006. Nesse período, duas ocorrências em particular comprometeriam seriamente a imagem da instituição. Numa delas, um publicitário foi morto após fugir de uma abordagem na capital; na outra, um jovem de 19 anos morreu após o veículo em que estava ser atingido por 25 disparos feitos policiais em Santos. Ambas foram classificadas como “resistência seguida de morte”, totalizando 47 casos do tipo

¹⁷⁵ “Câmeras registram ação da Rota que terminou com seis mortos em SP. Filmagens obtidas pelo Fantástico mostram que PMs agiram de forma suspeita. Nesta semana, policiais da tropa foram presos por execução de homem”. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/06/cameras-registram-acao-da-rota-que-terminou-com-seis-mortos-em-sp.html>, página acessada em 03/06/2012.

apenas naquele mês, segundo reportagem, publicada no dia 19 e que trazia as palavras do Comandante da PM sobre o aumento da confiança da população na polícia, apesar dos fatos que desde o mês anterior indicavam a existência de uma “onda de violência” no estado¹⁷⁶.

Diante das críticas à atuação policial, o governo do Estado e a Polícia Militar oscilariam entre a negação do aumento da violência e a defesa do trabalho policial, de modo que apesar do crescente número de ônibus incendiados, bases atacadas, policiais e suspeitos mortos, a ordem era clara: a polícia não deveria recuar. No seu perfil em uma importante rede social, o então Comandante Geral da PM diria que a instituição não se “acovardaria” com os ataques contra policiais. Na mesma direção, o governador Geraldo Alckmin afirmaria em tom categórico na época: “os criminosos serão presos. E, se enfrentarem a polícia, vão levar a pior. Essa é a ordem, e o governo não retrocede um milímetro nesse trabalho”¹⁷⁷.

Apesar de reconhecer já no final do mesmo mês que a situação era particularmente difícil, o governo seguiria com as ações enviando grupamentos da Rota para a região da baixada santista, onde houve uma escalada de ataques com a ação de grupos de extermínio que contariam com a participação de policiais. O endurecimento das ações policiais foi o caminho encontrado pelo governo, que justificaria o aumento da violência como uma “reação natural” de traficantes contra a intensificação do trabalho da polícia. A tese, publicada em vários jornais, dentre eles o Estado de S. Paulo, explicava que o aumento da violência era resultado de uma determinação de líderes do PCC. De acordo com texto do jornalista Bruno Paes Manso: “o recado era claro. Dois PMs deveriam ser executados para cada integrante do PCC morto. A ação seria uma resposta ‘às execuções covardes feitas pela Polícia Militar’”.

Com essa orientação, a Polícia chegaria ao final de 2012, após embates com o governo federal que resultaram no estabelecimento de parceria destinada a conter o avanço da criminalidade, com o constrangedor saldo de mais de mais de 100 policiais mortos, em

¹⁷⁶ “A polícia cada vez mais conquista a confiança da população”, diz comandante da PM em SP”. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/07/19/a-policia-cada-vez-mais-conquista-a-confianca-da-populacao-diz-comandante-da-pm-em-sp.htm>, página acessada em 19/07/2012.

¹⁷⁷ “Em 20 dias. 17 ônibus e 11 bases são atacadas em SP; 30 PMs e suspeitos são mortos”. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/07/03/em-20-dias-17-onibus-e-11-bases-sao-atacadas-em-sp-30-pms-e-suspeitos-sao-mortos.htm>

sua maioria fora do horário de serviço, e como responsável por quase 20% dos assassinatos registrados no estado. Dentre os casos de maior repercussão, destaca-se a execução do servente de pedreiro Paulo Batista do Nascimento flagrada pela câmera de um morador do Campo Limpo, zonal sul da cidade¹⁷⁸. Essa e outras execuções explicariam o fato de metade dos PMs presos em São Paulo ser por envolvimento em casos de homicídio doloso¹⁷⁹.

As ações desastrosas cometidas por policiais militares trouxeram alguns resultados aparentemente contraditórios. Se por um lado levaram ao recrudescimento dos atentados de criminosos a membros e prédios da polícia, fragilizando a confiança da população na corporação, por outro, de forma curiosa, fortaleceram, tendo como fundamento a descrença no governo, os projetos de alguns segmentos policiais que se tornaram conhecidos por defender respostas mais duras das instituições de segurança contra os “bandidos”. O sentimento de insegurança e uma forte demanda autoritária atuaram decisivamente para a constituição do que a imprensa chamaria de “bancada da bala” em São Paulo nas eleições municipais do mesmo ano¹⁸⁰.

Além de alavancar policiais à carreira política, o aumento da violência revelou, ainda que parcialmente na maioria dos casos, formas de atuação de guarnições da PM num contexto marcado pelas disputas entre policiais e criminosos. Nesses embates, a despeito das provas evidentes de violências cometidas, manteve-se o compromisso de silêncio dos policiais em favor de sua comunidade de sentido. Estruturada segundo os moldes das comunidades pré-modernas, os ataques à corporação funcionaram como um dispositivo que reforçou o sentimento de unidade dos seus membros, ainda que a orientação cega para confronto tenha provocado por vezes efeitos indesejados para os próprios policiais, como a morte por engano de um colega de serviço, que agonizaria à espera de socorro por ter sido

¹⁷⁸ “Polícia identifica PMs que atiraram contra servente na Zona Sul de SP. Testemunha filmou ação de policiais no Campo Limpo, no sábado (10). Cinco policiais estão detidos na Corregedoria; defesa nega crime”. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/11/policia-identifica-pms-que-atiraram-contra-servente-na-zona-sul-de-sp.html>

¹⁷⁹ “Entre os PMs presos em São Paulo, metade é por homicídio”. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1123662-entre-os-pms-presos-em-sao-paulo-metade-e-por-homicidio.shtml>

¹⁸⁰ Chegariam à Câmara de Vereadores com expressiva votação o Tenente-coronel Paulo Telhada, ex-comandante da Rota, quinto colocado em número de votos, e o Coronel Camilo, ex-comandante geral da Pmesp que se juntariam ao conhecido deputado estadual Capitão Conte Lopes, ex-membro da Rota.

confundido com um criminoso, apesar do argumento da prestação de socorro ter sido durante décadas utilizados como recurso para execuções e alterações nas cenas de crime. Trata-se de um aspecto que sofreu um revés com a mudança do titular da pasta da segurança pública em São Paulo nos meses seguintes, que passou a proibir viaturas policiais de prestarem socorro a vítimas de confrontos.

Nesse “cenário de guerra”, a necessidade de preservar o “segredo”¹⁸¹ seguiria sendo reforçada, como evidenciou recentemente a estratégia de defesa dos policiais acusados de participar do massacre do Carandiru, quando apenas os comandantes responderam parte das perguntas dos juízes e promotor. O segredo dos policiais sobre os detalhes que marcam as ocorrências torna-se, especialmente em situações que tendem a questionar externamente os fundamentos da ação policial, uma regra ainda mais forte. Um padrão que se mantém há décadas, tornando, frente à ausência de sobreviventes ou testemunhas, praticamente impossível conhecer outra versão que não a lavrada pelos policiais nos conhecidos “autos de resistência seguida de morte”.

Assim, o segredo se refere particularmente ao desenvolvimento e aos resultados do trabalho das guarnições agindo como importante fator integrador no Batalhão, que requer dos seus integrantes uma disponibilidade para o trabalho incomum à exigida em outras unidades. Não raramente costuma-se ouvir que os policiais da Rota pouco descansam

¹⁸¹ Há uma lógica associada à preservação do segredo na polícia, que se mostra particularmente guiada por verdadeiras estratégias de guerra quanto ao gerenciamento de informações. Ao lidar com informações sobre a corporação, os policiais geralmente imaginam que os dados irão parar nas mãos dos “bandidos”, sendo, conforme a lógica militar subjacente, o controle da informação um dos recursos para o sucesso na “guerra” contra o crime. A esse respeito, a pesquisadora Ana Paula Miranda, responsável pela sistematização dos dados no Instituto de Segurança Pública no período de 2003 a 2008, destacou que no Brasil “as corporações [encarregadas pela segurança pública] funcionam na lógica do segredo, na lógica da defesa de seus interesses próprios” (2011). Segundo a antropóloga, que defende a consolidação dos sistemas de inteligência como condição fundamental para a melhoria da eficiência das Polícias e Justiça Criminal no país, não há critérios claros que definam o gerenciamento das informações nesses órgãos, mas critérios pouco objetivos que comprometem a transparência das ações na área: “...as corporações funcionam na lógica do segredo, na lógica da defesa de seus interesses próprios. Para pensar a questão da Segurança Pública como um sistema, primeiro é preciso que haja instituições para haver interface. Dessa forma, as instituições podem definir os seus papéis e negociar o modo como vão atuar no espaço público. Mas isso não existe ainda. Historicamente as Polícias nunca conversaram, é muito recente esse processo de aproximação”. Para uma melhor compreensão, ver: “As instituições de Segurança Pública no Brasil funcionam sob a lógica do segredo”, fonte: Observatório das metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, 24/08/2011: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1761%3Aas-instituicoes-de-seguranca-publica-no-brasil-funcionam-sob-a-logica-do-segredo&catid=43%3Anoticias&Itemid=88&lang=pt, página consultada em 15/01/2014.

quando estão de serviço, entregam-se com grande dedicação às atividades do batalhão e enfrentam mais diretamente os perigos da rua, já que vão para “decidir” nas ocorrências, ou seja, vencer nessas situações a morte. Fazendo uma alusão ao texto de Flávio Aguiar (2003, p. 160) que analisou o futebol, nessas situações “derrotar o adversário significa decifrar-lhe os oráculos, desencantar o enigma: só se derrota aquilo que se conhece”. Membros de um grupo de elite na polícia, os rotarianos conheceriam, pela vocação e experiência nas ruas, os bandidos e os seus códigos.

Os policiais da Rota, assim como de outras unidades especializadas, gostam de serem reconhecidos como aqueles que num universo de quase 100 mil integrantes conseguiram vencer os rigorosos testes de admissão, dentre eles a análise da ficha funcional e o estágio de rua. Especialmente neste último, o Comando do Batalhão procura conhecer a capacidade para o trabalho expressa tanto na disposição para enfrentar os perigos das ocorrências, reverenciar a história do Batalhão de Choque, quanto ser leal aos seus princípios internos. O policial submetido ao estágio precisa dar provas que foi merecedor do voto de confiança. No estágio, o policial reingressa simbolicamente na instituição, passa a fazer parte de um seletivo grupo, quase que de uma sociedade secreta. Despoja-se dos últimos resquícios de fraqueza, abre-se para o saber sobre as ruas, conhece de perto e desafia a morte, integrando-se pela confiança e através de uma existência orientada pela disciplina numa comunidade de iguais. Assim, conforme ressaltou Simmel (2011, p. 155):

O fato de os ensinamentos se basearem no trato pessoal, da fonte da aprendizagem consistir exclusivamente na associação e não em textos escritos objetivos, liga os indivíduos de um modo incomparável com a comunidade e os faz achar que, desprendidos da substância coletiva perderiam a sua própria e nunca a encontrariam em outro lugar.

O sentido de lealdade e compromisso com o trabalho policial para esses agentes passa pela disponibilidade para vencer longas horas de trabalho e se possível dobrar a escala de serviço, além de trabalhar pela projeção positiva da unidade, pelo cuidado com os equipamentos (manutenção do próprio armamento e limpeza das viaturas) e com a preservação dos acontecimentos que marcam a sua rotina de trabalho. Um bom policial é aquele que não apela para o caráter performático da ação, destacando-se a qualquer custo

dos demais, sendo o que costumam chamar de “Billy” ou “Bilão”, mas aquele que consegue se integrar e ser respeitado pelos seus pares através de demonstrações “sinceras” de coragem e compromisso com a segurança de seus companheiros de farda, o que implica em falar pouco sobre o que acontece nas ocorrências e participar do cotidiano da unidade para além do trabalho nos plantões, seja administrativamente, na guarda do quartel ou nas viaturas. Percebi nas entrevistas, por exemplo, que os policiais dessas unidades tendem a ser mais reservados quanto a informações sobre o seu trabalho, raramente citando episódios vividos nesses espaços ou detalhes de ocorrências das quais participaram, independente do seu desfecho e vivendo a experiência de uma socialização baseada na valorização dos treinamentos em diferentes aspectos. É bastante interessante notar que não raramente as unidades especializadas possuem salas reservadas para musculação ou alguma arte marcial, além dos espaços tradicionais para instrução. Nas salas de luta, há o fortalecimento de um ideal valorizado pelos policiais que destaca a importância do esforço, da superação e da vitória na formação dos indivíduos. Desde tempos remotos, a rigidez da formação, com o uso de expedientes por vezes cruéis pelos mestres, constitui a base da formação dos futuros “guerreiros”. Dos processos de treinamento, que unem intenso desgaste físico e emocional, o aspirante a combatente visa renascer após descer o submundo da dor e da humilhação para uma situação de destaque e reconhecimento na tropa. São, portanto, nesses espaços internos, interligados à dinâmica das operações de ruas, que as conversas entre pares ajudam a forjar os policiais das unidades especializadas, onde um ideal ascético centrado na honra e eternidade se destaca, de modo que “o guerreiro, que estende o risco ao limite extremo, não mira o pagamento. O alvo é a glória, recompensa muito maior que os bens materiais” (SOARES, 2006, p. 08). Nesse ideal, os policiais se associam a figura dos combatentes que, assim como os soldados dos grandes exércitos do passado, estariam destinados a vencer pela técnica e gravar de forma eterna os seus nomes a uma trajetória gloriosa de lutas. Algo que pode ser traduzido da seguinte forma: “Não há superação sem dor. Dor, lágrima e cansaço são passageiros. Orgulho, honra e glória são eternos”¹⁸².

¹⁸² A frase foi recolhida em uma academia de artes marciais na cidade onde moro e sintetiza bem o ideário dos homens da Rota, evidenciando as similitudes entre os valores cultivados nesses dois campos que costumam estar intercruzados e serem representantes de contextos eminentemente masculinos. Um olhar para as principais marcas de materiais esportivos destinados às artes marciais revela que os nomes fazem referência a

O depoimento de um dos ex-comandantes da Rota e contido no livro do Tenente Coronel Telhada (2011), também ex-comandante da unidade, é bastante emblemático dos vínculos que os policiais constroem com aquele espaço e entre si:

[...] quando se acorda em casa e fica-se feliz por ir ao quartel, encontrar amigos, bater bons papos, ali permanecer após o término da etapa de serviço, preferir jogar bola do que ir para casa, estamos numa unidade acolhedora e participando intensamente da vida dela [...] eu sempre vi isso como um termômetro da vibração do pessoal pela missão do Batalhão.

Essa “vibração” se manifesta como destaquei no zelo com os instrumentos de trabalho como os armamentos e as viaturas. Em relação a estas, um policial de cada equipe se responsabiliza por limpar ao final de cada serviço; muitas vezes, como salientou o policial que me acompanhou em um das visitas que fiz ao quartel, comprando produtos de limpeza com o seu próprio dinheiro ou abdicando de horas ou dias de convívio com a família. As viaturas cinza são, inegavelmente, um elemento importante da identidade da Rota, lugar onde se forjam os policiais do grupamento a partir de um tipo de inserção específica no mundo policial militar. Organizada como uma fratria, o compromisso de lealdade e ajuda mútua é parte indispensável dos requisitos para ingressar na unidade, cujo pertencimento segue de modo semelhante os parâmetros de grupos pré-modernos. Assim, conforme a análise de Aguiar (2003, p. 152), é possível dizer que “a forma dessa inserção é bastante primitiva: presença total do masculino, concentração ausente do feminino” (AGUIAR, 2003, p. 152). Integrado à comunidade, a rua funcionaria para os policiais rotarianos como espaço de combate dominado pela dramaturgia do poder, sendo o quartel o lugar em relação ao qual eles abdicariam ainda das suas folgas para integrar-se em períodos de treinamento, que visam, a partir da repetição, engendrar-lhes técnicas e princípios. O coronel Valter Alves Mendonça, capitão da Rota na época do massacre, diria, em

um ideal guerreiro especialmente ligado à antiguidade Greco-romana, aos mestres japoneses ou à força selvagem da natureza. Alguns atletas de renome do MMA mantêm forte relação com grupamentos de elite das polícias, como é o caso do campeão da UFC José Aldo, que costuma treinar com policiais do BOPE da Pmerj e por diversas vezes comemorou vitórias com o lema: “Faca na caveira”. Fonte: <http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2012/02/jose-aldo-comemora-vitoria-no-ufc-rio-com-almoco-no-qg-do-bope.html>, página consultada em 28/07/2013.

depoimento durante o julgamento do caso Carandiru, que “Trabalhar na Rota é diferente; vou dizer até que é um sacerdócio”¹⁸³.

Neste sentido, funciona sobre esses agentes a Doutrina da Rota¹⁸⁴, definida em linhas como “[...] um conjunto de regras não formais, não escritas e desprovidas de sanções administrativas, mas aceitas tácita e voluntariamente pelos policiais da Rota, por serem consideradas como elemento fundamental e diferenciador na qualidade da prestação de serviço” (TELHADA, 2011, p. 582). Esse conjunto exerceria uma grande influência sobre o comportamento dos policiais, tornando-os não apenas “policiais diferentes” dos demais, tanto no atendimento de ocorrências graves quanto em ações simples do cotidiano, mas indivíduos pouco comuns, visto que a Doutrina agiria também sobre o seu campo pessoal. Na relação de valores doutrinários repassados, estariam desde aqueles que dizem respeito ao campo profissional, mas também aos campos moral e ético. Assim, antes e principalmente o ingresso nas atividades da Rota, seriam exigidos dos seus integrantes “atributos da personalidade” relativos à “lealdade”, “constância”, “perseverança”, “atenção”, “austeridade”, “sagacidade”, “respeito à hierarquia”, “disciplina”, vontade de “servir e proteger”, “coragem para enfrentar o perigo e a morte”, “humildade”, “honestidade”, “sinceridade”, “força de vontade”, “discrção e confiabilidade ao tratar de questões próprias e exclusivas do âmbito profissional”, “espírito de corpo”, “galhardia”, “patriotismo”, “correição nas atitudes”, “responsabilidade” e compromisso em zelar pela honra e imagem da unidade (TELHADA, 2011).

Essa relação extensa de atributos redundaria em três aspectos básicos exigidos dos policiais da Rota, ou seja, “apresentação”, “disciplina” e “postura”. Considerados essenciais

¹⁸³ “Réu chora, admite ter atirado em presos no Carandiru e define: ‘Rota é sacerdócio’”. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/31/ex-capitao-da-rota-diz-que-atirou-contra-presos-do-carandiru-mesmo-protetido-por-escudo-balistico.htm>, página acessada em 04/08/2013.

¹⁸⁴ A doutrina teria como um dos seus desdobramentos o que a Rota apresenta como “Política de Qualidade” da corporação e que se resumiria numa série de princípios divulgados internamente e que compreende a “missão”, a “visão de futuro”, os “valores” e a “política de qualidade” propriamente dita. A listagem desses princípios pode ser visualizada num quadro fixado em uma das salas de espera do 1º Batalhão Tobias de Aguiar. Dentre os valores listados, estão: “amor à pátria e à família; o preparo profissional; a legalidade, a técnica e o planejamento; a coragem, a legalidade, a honra e a disciplina; e a dignidade acima de tudo”. Dos princípios perseguidos pela política de qualidade, destacam-se por sua vez: “a preservação dos seus valores organizacionais; trabalho em equipe e treinamento constante; a valorização das pessoas e o investimento tecnológico; o aperfeiçoamento contínuo dos processos, principalmente os operacionais”. Fonte: pesquisa de campo.

para o bom andamento das atividades e, principalmente, para assegurar o sentimento de coesão e pertencimento dos seus membros, esses atributos resultariam na construção de um ambiente não marcado por disputas internas, mas pelo sentimento de comunhão e confiança capaz de fazê-los os melhores. Para isso, o treinamento possui, segundo os policiais, grande importância para a formação do patrolheiro, sendo o treinamento diário destinado aos policiais uma fonte essencial para que se alcance o que denomina no meio policial de “disciplina consciente” e “precisão” nas ações. Essa precisão e controle seriam apenas possíveis com o reforço constante a partir dos treinamentos, que ganham no campo militar um caráter por vezes violento e, aos olhos civis, carregado de pouco sentido chegando até mesmo a ser visto como desumano. Uma das entrevistadas fez questão de esclarecer as razões para treinamentos constantes, que seriam o diferencial dos policiais dessas unidades em relação inclusive aos colegas responsáveis pelo policiamento ordinário. O treinamento constante os tornaria não apenas policiais preparados para enfrentar diversidades, a não sucumbir frente aos desafios da profissão, mas faria com que eles superassem as fraquezas próprias da condição humana:

Aqui nesse batalhão é um batalhão de treinamento. Você vem aqui, mas existe o treinamento de Choque. Às vezes você acha que tem [treinamento suficiente]. Você tem que trabalhar na adrenalina, porque aqui, o treinamento aqui é fazer qualquer atividade e saber usar na hora certa. Aqui a gente age com comando não por impulso como o polícia na rua. Ele usa o impulso, ele é ser humano, aqui não, aqui você controla esse impulso. Você é treinado pra controlar e atuar de forma certa e branda na hora necessária. Se tiver que conter a massa, conter a massa. Geralmente a gente tenta conter em todos os casos, né, que haja isso, mas se caso houver necessidade a gente vai saber espantar a massa sem qualquer lesão. Então isso para mim é útil. De uma ação dessa não tem preço. Assim, a gente vivencia no treinamento mais contando com a base no dia a dia. É uma coisa que não tem preço. Você vê tudo aquilo que você aprendeu, que você estava morrendo no sol, correndo ou fazendo treinamento ali. Aquilo era necessário, é necessário para você atuar direito, pra você agir sob comando. Você as vezes, a pessoa tá ali te jogando coisas, te ofendendo, você tá parado. Isso aí é treinamento. Isso é treinamento. Então quando você tá lá porta, na frente do confronto você tá pensando um monte de coisas. Se você agir como ser humano? Porque é do ser humano, não é? Mas você tem um condicionamento, então isso aí para mim é uma coisa gratificante (Marta, Cabo, 47 anos, 23 anos de serviço).

Além disso, o espírito de camaradagem, bastante valorizado pelos oficiais superiores, age, por meio das histórias contadas pelos mais antigos, como importante fator

para o “sentimento de irmandade” entre os seus membros, independentemente do círculo hierárquico. Não por acaso, ocorrem solenidades com vistas a homenagear os veteranos e assim promover a interação entre antigas e novas gerações de policiais, que fazem, segundo grande parte dos discursos, do local de trabalho, onde empregam boa parte do seu tempo nos intensos treinamentos e escalas de serviço, uma extensão da família ou uma nova. Seguindo essa lógica, “o cansaço, as horas extras de labuta sugam o alento, fragmentam o mundo, separam os amigos. Mas, em algumas datas, as visitas retornam, os amigos se encontram, os fragmentos se religam” (BOSI, 2003, p. 38).

Esse sentimento que une os policiais está profundamente baseado numa ética masculina, na qual eles ouvem e contam histórias de ocorrências de trabalho, comungam anseios e medos disfarçados, mas, sobretudo, celebram o desejo de cumprir aquilo que confere sentido ao trabalho policial desde tempos remotos, ou seja, a possibilidade de aniquilamento dos inimigos da urbe. Eles vivem a experiência de estar na polícia como o encontro com a sua vocação, compreendida em linhas gerais como o cumprimento de um “chamado” em favor da segurança dos “cidadãos de bem” e de “caça” aos marginais. Em termos aristotélicos seria o mesmo que empregar os seus talentos no atendimento de uma necessidade do mundo, abraçando a sua vocação.

A Rota funcionaria assim como um “reservatório de sentido” na Pmesp, sorvendo da memória do antigo 1º Batalhão sediado no Quartel da Luz para levar os seus membros a experimentarem um processo de enraizamento a partir da introjeção de ideais e compromissos. A construção dessa comunidade de sentido passa, indubitavelmente, pelo culto aos símbolos da corporação, sobretudo da biografia dos heróis¹⁸⁵ que conseguiram, a

¹⁸⁵ As pressões do contexto democrático tornaram algumas das personagens da história da Polícia Militar de São Paulo menos visíveis ao público externo, como o Tenente Galinha, respeitado pela coragem no meio policial, mas que as ações violentas o levaram a um lugar de menor relevância na memória institucional oficial, quando comparado com outros, cuja biografia fez repercutir mais claramente os ideais do mundo militar sem as sombras do autoritarismo e do uso desmedido da violência como o Cabo Bruno e soldado Rambo. No entanto, é importante destacar que internamente alguns antigos policiais da unidade, com conhecido histórico de violência, são reverenciados por diferentes círculos de policiais e também por outros setores da sociedade, a exemplo do deputado estadual Conte Lopes, conhecido nacionalmente desde os anos 1990, segundo o Caco Barcellos (2006), como “matador de bandidos”. Esse fato, tornou o capitão reformado Conte Lopes indivíduo bastante admirado em diferentes setores da sociedade paulista e responsável por incentivos claros a ampliação da presença da Rota nas ruas com os seus tradicionais métodos de atuação. Os depoimentos feitos nas redes sociais na internet costumam destacá-lo como um dos principais responsáveis pela segurança de São Paulo, objeto de orgulho pela coragem do oficial em defender abertamente a morte de

despeito das pressões e circunstâncias de cada tempo, tornar vivos os seus nomes e fazer da unidade um espaço a eles reservado e objeto de admiração em vários círculos sociais. Eles cumpriram o maior dos desafios, ou seja, desafiaram a venceram a morte, tornando-se “imortais” ao ingressar na galeria dos heróis. Conforme destacou o policial-narrador do romance *Elite da Tropa* (SOARES, 2006, p. 42): “quando você convive com a morte todo dia, toda noite, quando sabe que é matar ou morrer, enquanto você sobrevive, a sensação é de vitória sobre a morte, uma espécie de voo rasante sobre o precipício”.

A admiração em relação à Rota estende-se por diferentes segmentos da sociedade paulista e mostra-se comum tanto nas redes sociais na internet¹⁸⁶, em bairros da periferia quanto em grupos políticos conservadores que pregam, entre outras ações, “São Paulo para os paulistas”, conforme acompanhei no desfile militar em comemoração à Revolução Constitucionalista de 09 de Julho e em outros eventos cívico-militares nos quais não é incomum a presença de grupos radicais como o de skinheads e os que defendem a

criminosos e por seu histórico nas ações de rua na Rota, quando era comum a “limpeza” da cidade. Dentre os elogios, está a capacidade de ser e ter sido “rígido, mas quando merece e precisa é paizão”, segundo depoimento de um ex-subordinado. Um traço muito comum aos “líderes” na polícia, ou seja, a capacidade de convencer pelo exemplo, de ser rigoroso e ao meu tempo compreensivo no exercício da autoridade.

¹⁸⁶ Um dos mais importantes na internet é o grupo “Admiradores Rota”, que tem mais de 250 mil seguidores no facebook. As “postagens” do moderador do grupo manifestam posição claramente favorável às operações policiais violentas da Rota, além de pregar a pena de morte para bandidos, com a clássica expressão “bandido bom é bandido morto”, e divulgar ações diversas da unidade, como prisão de assaltantes e a apreensão de armas e drogas. É bastante comum o grupo reproduzir notícias de atos de violência de criminosos, mortes de policiais em serviços e atos infracionais cometidos por adolescentes. Não por acaso, são diversas as manifestações favoráveis no grupo em torno tanto do endurecimento do trabalho policial, diga-se, a execução de criminosos, quanto da redução da maioria penal. Numa das postagens recentes no perfil do grupo, a fotografia de policiais em círculo com armas apontadas para o chão trazia legenda que indicava ser aquela a última imagem que teria o bandido ao se deparar com a Rota, o que indicava a sua execução, pois, segundo a mensagem, quem era policial “entenderia” o porquê da última imagem. A foto expunha a perspectiva de alguém deitado e cercado por policiais com arma em punho. Com boa repercussão, a postagem recebeu de um dos seguidores o alerta de que ela poderia ser “mal interpretada”. Procurei a imagem algum tempo depois e a encontrei sem a legenda, o que significa que ela provavelmente foi apagada pelo moderador, seguindo o conselho do membro, que assim como outros, integra uma rede de solidariedade centrada na admiração em torno do trabalho da Rota. Um exemplo interessante é a mensagem divulgada do Grêmio da Rota “Boinas Negras” a respeito do caso Carandiru. A mensagem visava divulgar número de conta bancária com o objetivo de recolher contribuições para a defesa dos policiais do batalhão acusados de participar do conhecido Massacre do Carandiru, em 1992. De acordo com a mensagem, os policiais viviam um drama, pois “aqueles que cumpriram com o seu dever são os que pagarão para se defender. Colabore com essa defesa”. E continua a mensagem: “Amigos ajude o quanto puder! Contribuição financeira para organizar a defesa dos nossos irmãos Boinas Negras no Processo do Júri do caso CARANDIRU [...] COLABORE - DIVULGUE - PEÇA AOS AMIGOS E PARENTES - SOCORRO!” (destaques do original). Merecem registro também, ainda que apareçam com menor frequência, as imagens de policiais femininos, crianças vestidas com a farda da instituição, policiais amparando crianças de rua e ajudando a trazê-las ao mundo, assim como fotos de animais, especialmente cães utilizados no trabalho policial.

independência do estado lembrando o papel de MMDC em São Paulo para a “defesa do Brasil”. A admiração, passados mais de 40 anos de criação da unidade, mantém-se em razão de uma mística que envolve o trabalho da Rota e que a fixou no imaginário paulista como os “verdadeiros heróis” da polícia, profissionais “incansáveis” no “combate” e na “caçada” aos bandidos. Os pedidos em favor das viaturas da unidade da rua, assim como as denúncias sobre abusos cometidos, estariam sustentados na frase: “Deus cria, a Rota mata”, conhecido lema que se tornou título de uma canção¹⁸⁷.

Durante o trabalho de campo, após participar da Semana da Policial Feminino, evento organizado pela Pmesp através do Comando de Policiamento da Capital e do Centro de Comunicação Social da corporação, acompanhei a visita¹⁸⁸ guiada ao Quartel da Luz, dentro do projeto “Roteiro Cultural”, promovido pela Polícia Militar¹⁸⁹ com o apoio da

¹⁸⁷ A música do grupo “Sistema Negro” conta as arbitrariedades cometidas por policiais rotarianos e o medo daqueles que se deparam com as viaturas e os métodos violentos de atuação de membros do grupo, que prende, agride e mata em “nome da lei”: Segundo destaca a canção: “O senhor é meu, nada me faltará, livre-me do tático que enquadra/E que mata, no setor é ataque, garra, rota, do lado leste o choque/Invade, abuso do poder sempre vai prevalecer, mão na cabeça,/Perna aberta. Vai se foder, olho no olho o curriculum a intimação,/Pressão psicológica arma na mão é a razão de se achar, os camisa 10/Acha que é cada do cu do mundo, coronhada em vagabundo, hematoma,/Corte profundo. Eu sei de tudo e o rabecão leva o corpo sem vida para o instituto/E a balística vai constar não dá para escapar pois o cheiro de pólvora ainda/Esta no ar. No ar sendo inalado pelo povo da favela pros manos que daqui já se foram,/Vou acender uma vela, vela, morte em ação policial, carandiru na candelária,/Vigário geral, extermínio praticado em nome da lei, favela naval, diadema./Um cinegrafista filma a cena de horror, pm rambo, pelas costas mata um trabalhador,/Eles não sabem a profissão eles não tem como base a nossa proteção, extorsão é crime, é a lei da polícia, desacato, a extinção mano o nome é/tema...Refrão “Deus cria, a rota mata...”/Por aqui, por ali, só sangue que se vê, a mãe que pare o filho,/A rota mata e extermina, quem não acredita confira para ver/O crack, o corte, a morte a cada esquina, olha lá o trafico, os policiais abastecendo a bocada de pó, é mais um, mais um menor que sobe e desce a vida não quero ver meu/filho morto naquele caixão./Lei da favela contaminada pelo vírus da pobreza, policia corrupta o futuro é uma/ incerteza.../Deus cria, a rota mata”. A frase tem uma história consideravelmente longa, pois ela teria sido usada por policiais do Batalhão de Choque no episódio do Carandiru em 02 de outubro de 1992. Segundo um dos sobreviventes, ao sair do pavilhão, os policiais gritavam “Deus cria, a Rota Mata. Choque!” O ex-detento contou, durante o julgamento dos policiais acusados de participar do massacre, ocorrido em abril de 2013, que “os policiais já entraram no presídio atirando contra os presos. Quando deixamos o pavilhão, para ir para o pátio, eles gritavam: ‘Deus cria, a Rota mata. Viva o choque’”. <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/policiais-gritavam-deus-cria-a-rota-mata-diz-sobrevivente-do-carandiru,23c5593ff1f0e310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>, página acessada em 20/07/2013.

¹⁸⁸ A visita ocorreu numa manhã de sábado, na segunda semana de maio de 2012, e compreendeu a visita às instalações do 1º Batalhão de Choque da Polícia Militar.

¹⁸⁹ O projeto, segundo a Polícia Militar, tem como objetivo promover a “integração” entre a corporação e a população de uma forma geral, a partir de visitas guiadas a alguns dos seus quartéis históricos localizados na capital paulista. Dentre os quartéis, estão: Quartel do Comando Geral, 1º Batalhão de Choque (Rota), 2º Batalhão de Choque, Regimento de Cavalaria e o Museu da Polícia Militar. Além dos quartéis, o roteiro também envolve a visita ao Palácio Bandeirantes, Pinacoteca, Museu da Língua Portuguesa e Museu de Arte Sacra.

Secretaria de Estado da Cultura. Embora estivesse previsto naquela mesma manhã de sábado o passeio por outros pontos do roteiro cultural, como a Pinacoteca e o Museu da Língua Portuguesa, a visita ficou restrita naquele dia ao Quartel da Luz, sede do 1º Batalhão de Choque. A visita, guiada por uma policial militar do quadro efetivo do próprio Batalhão, um soldado temporário e outra policial efetiva do Centro de Comunicação Social (CCoSoc) da Pmesp, compreendeu o passeio pelas instalações da unidade com a exposição de dados da história do Batalhão e da Polícia Militar, a exemplo de informações sobre o projeto arquitetônico do quartel, a participação da Força Pública em episódios históricos nacionais e sobre o trabalho atualmente desenvolvido pelos policiais. O grupo de visitantes, que havia se reunido minutos antes na entrada do Quartel Central da Pmesp, era formado, além de mim, por 08 pessoas com perfil heterogêneo, sendo três do sexo masculino, uma criança e dois adultos, e cinco do sexo feminino, todas adultas. Havia no grupo, bastante pequeno para uma metrópole como São Paulo e ao mesmo tempo sintomático quanto ao lugar da polícia no imaginário da população, uma predominância de estudantes e uma relação declaradamente afetiva com a Polícia Militar. Eram pessoas que além de terem vencido o medo comum em relação à polícia, haviam desenvolvido interesse por conhecer internamente a sua estrutura e história. Com exceção de duas estudantes do curso de Arquitetura que visitavam o prédio em razão de pesquisa focada no estilo arquitetônico da construção, os demais buscavam mais diretamente conhecer a história da polícia por se identificarem com a corporação e terem em algum momento o interesse de ingressar na carreira policial ou admirarem especificamente o trabalho da Rota. O interesse estava declarado tanto na criança, acompanhada pela tia, entusiasmada com o desejo do sobrinho em ingressar na polícia, quanto de um jovem que tatuou os símbolos da unidade no próprio corpo.

<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/5empm/html/roteiro/Roteiro.htm>. Diante da diversidade de locais que compõem o roteiro, as visitas alternam a cada semana os locais de visita, de modo que numa mesma manhã, geralmente aos sábados, o interessado tende a visitar no máximo dois ou três espaços. O roteiro, que tem como guia um policial militar, costuma ainda ter um calendário reduzido, visto que em períodos de festas, como nos meses de dezembro e férias de janeiro e fevereiro, o roteiro é suspenso em razão do emprego de policiais no reforço do policiamento no centro da capital, nos meses de julho e dezembro, e na região litorânea do estado no início de cada ano.

A tatuagem, conforme imagem a seguir, é composta pelo desenho de uma caveira de boina negra em primeiro plano, acompanhada por dois fuzis cruzados com carregadores verdes, numa alusão ao verde comum ao campo militar no Brasil. Na parte superior do desenho se destaca o símbolo da Rota, a letra R estilizada em formato de seta com uma estrela, símbolo do ideal maior perseguido pelos rotarianos, ou seja, o desafio e a “vitória sobre a morte”, sentimento, ainda que transitório e frágil, de onipotência, e que significaria não apenas o “sacrifício heróico” em nome da defesa dos valores do grupo e que seria suficiente para eternizar o nome do policial na “galeria de heróis” da instituição, mas também a superação quotidiana dos perigos numa profissão marcada pela incerteza, a viver um nascimento que é que conquistado da morte (CAMPBELL, 1949). Semelhante ao narrador de importante romance de Clarice Lispector (1998, p. 16), o policial rotariano estaria inclinado a dizer “bem sei que cada dia é um dia roubado da morte”. Na parte inferior, em letras maiúsculas, o nome Rota¹⁹⁰ compõe a tatuagem, que seria uma espécie de prova da admiração do jovem pelo grupamento. Perguntei ao jovem, que aparentava cerca de 30 anos, a razão principal para a tatuagem com o tema “Rota”, se ele tinha interesse em ingressar na polícia. Ele afirmou que já teria tentado anos antes o concurso para a polícia militar. Um objetivo ainda buscado por outra visitante, uma jovem de pouco mais de 20 anos que disse ser o seu grande sonho o ingresso na corporação e que conhecer o Quartel da Rota era uma forma de estímulo para o concurso.

¹⁹⁰ Além de ser a sigla que designa as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, o nome da unidade empresta outros sentidos ao grupo, orientando as ações dos seus membros. A palavra “rota”, substantivo feminino que tem como principais sinônimos as palavras “caminho”, “rumo”, “trajetória”, é originária do latim, *rupta*, e significa “romper”, “rasgar”, sendo também “combate”, “peleja”. A noção de caminho e combate são bastante fortes na designação do trabalho policial, especialmente da Rota.

Figura 14



Visitante do Quartel da Luz exhibe tatuagem em homenagem à Rota
Fonte: Pesquisa de Campo

A visita iniciou pelo pátio do quartel com explanação a respeito dos símbolos ali presentes como a estátua em homenagem aos policiais mortos durante a Campanha de Canudos e o dedicado à memória do Tenente Mendes Júnior, dias antes lembrado em evento ocorrido na Rota, quando uma missa foi realizada para lembrar os 42 anos da morte do oficial. Ainda era possível ver ao pé do monumento uma coroa de flores depositada durante a homenagem que reuniu policiais, autoridades e familiares de Mendes Júnior naquela mesma semana¹⁹¹. Atravessamos o pátio em direção às viaturas, quando os

¹⁹¹ A aposição de flores no monumento dedicado à memória de Mendes Júnior, juntamente com a celebração de missa e outras homenagens, tem um caráter regular, acontecendo todos os anos. O aniversário de morte do oficial marca o seu nascimento como herói da instituição, de modo que a celebração da data visa reforçar o ideário que fundamenta a polícia militar e que é responsável por manter os policiais unidos em torno de uma identidade. Neste sentido, são bastante válidas as observações Leonardo Damasceno de Sá, que realizou pesquisa com policiais do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Ceará, a fim de analisar como o grupo de cadetes compreendia o exercício do poder frente a expectativas sociais diversas (SÁ, 2002, p.

policiais destacaram o que seriam os procedimentos comuns ao trabalho das guarnições, desde o papel no patrulhamento, função de cada policial, o papel das instruções antes de cada serviço e os cuidados com a manutenção das viaturas após o encerramento do turno de trabalho. Na ocasião, pudemos entrar nas viaturas, conhecer os recursos disponíveis e posar para fotos. Em seguida, o grupo, frente à impossibilidade de conhecer o túnel do batalhão, fechado para reforma, foi conduzido para o salão nobre do batalhão, localizado no segundo andar, ala esquerda, do quartel. Fomos guiados pelos policiais e subimos até o salão onde uma antiga metralhadora de guerra enfeitava a entrada juntamente com alguns quadros. A larga porta indicava, juntamente com uma pequena placa azul, a entrada do salão, onde a combinação de lustres com móveis antigos conferiam uma atmosfera solene ao ambiente e ainda ligado aos tempos do Império, como indicava o antigo espelho que teria pertencido à Marquesa de Santos¹⁹², esposa do Brigadeiro Tobias de Aguiar. Sobre o piso de madeira encerado estavam dispostos vários móveis, dentre eles uma grande mesa de madeira com tampo de mármore e doze cadeiras, sofás, um expositor com troféus, medalhas e condecorações, além de quadros representando episódios e personagens da corporação, assim como a tradicional galeria dos ex-comandantes, com as fotografias dos oficiais que comandaram o 1º Batalhão de Choque, tendo ao lado um estandarte com o brasão da unidade. Na parede ao lado, destacava-se um grande quadro protegido por vidro com objetos que teriam pertencido ao Tenente Mendes Júnior, como espada do oficialato, braçal e boina negra da Rota, poema em homenagem à trajetória do policial e até mesmo uma carta psicografada, todos doados por sua família.

O salão, repleto de objetos focados no culto aos aspectos tradicionais da polícia, segue o padrão de outros que visitei, a exemplo do 2º Batalhão de Choque e do Regimento de Cavalaria - que recebe o emblemático nome de “sala da memória”. Esses espaços, a partir do recolhimento e seleção de representações em torno do passado vitorioso da instituição constituem “reservatórios de sentido” na instituição, indicando quais são as

120): “o valor dessa identidade se constrói em torno de um sentido de existência histórica que, segundo eles, se confunde com a do próprio estado. Ao ato fundador de reconhecimento de uma origem comum, aos quais outros vieram se solidarizar e cristalizar em uma espécie de história mítica, os policiais militares rendem suas homenagens anuais. Homenagens de si para si mesmos”.

¹⁹² A Marquesa de Santos, no entanto, ficou mais conhecida na historiografia nacional como a mais importante amante de D. Pedro I e razão da infelicidade da Imperatriz Leopoldina.

peças que interagem na composição da identidade do grupo e o que deve ser valorizado em seu histórico. As salas funcionam como memoriais formados por itens que pertenciam originalmente à corporação ou que foram doados por policiais reformados, por familiares ou indivíduos simpáticos à corporação. Na sala da memória do Regimento de Cavalaria, por exemplo, há desde prêmios conquistados por policiais que integraram a unidade, fotografias, fardamentos, móveis e armamentos antigos, que fazem referência à participação do regimento em conflitos armados no estado e em outras regiões do país.

Desse modo, sustentadas na tradição das antigas corporações que antecederam a Polícia Militar, esses espaços mais tradicionais, a exemplo da Rota, tem como missão, entre outras, preservar a memória da polícia, razão pela qual se mantém ligada a parte substancial das práticas utilizadas nos tempos de autoritarismo e está sediada no tradicional Quartel da Luz. Segundo a lógica de seus membros, reproduzida nas redes sociais na internet, “estar preparado para a guerra é um dos meios mais eficazes de preservar a paz”. Uma lógica que explica o fato, por exemplo, de constar como “missão principal” do 1º Batalhão de Polícia de Choque a “execução de ações de controle de distúrbios civis e de **contraguerrilha urbana** em todo o território do Estado de São Paulo”¹⁹³ (Destaque nosso). Um processo que procura manter vivas práticas do passado por meio da preservação de códigos, segundo uma tradição inventada, indício das expectativas no presente. Razão pela qual bem salientaram Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1997, p. 21): “o estudo das tradições inventadas não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade [...]”.

A seguir, veremos que com problemas para definir um herói que atendesse ao mesmo tempo os interesses dos segmentos internos da polícia, preocupados em favorecer a unidade da tropa, e os setores externos que passaram, ainda que timidamente, a se questionar a respeito do sentido da violência como elemento estruturante da identidade policial, a Polícia Militar encontrou na figura do Tenente Mendes Júnior uma peça ideal e capaz de atender os interesses tanto internos quanto externos. Na caserna, o jovem oficial emergiu rapidamente como mártir, um modelo a orientar o comportamento da tropa e, do lado de fora, não despertou maiores questionamentos. Apesar de ter se configurado como referencial no período autoritário, o herói militar, especialmente para setores

¹⁹³ Fonte: Decreto nº 50.824, de 25 de maio de 2006.

conservadores da segurança pública paulista e também das Forças Armadas era uma prova incontestada da violência dos grupos armados de esquerda que atuavam no país. O gesto de entrega voluntária ao sacrifício no lugar dos seus subordinados, a disposição para resistir à violência dos inimigos e honrar a história da corporação, tornaria o Tenente Mendes Júnior habilitado a ocupar o lugar maior no panteão dos heróis pela expressão do compromisso com os valores reverenciados na PM.

O exemplo do policial despertou o fascínio das autoridades, que passaram a ver na trajetória de Mendes Júnior um elemento aglutinador das diferenças na instituição e, sobretudo na nascente Rota, cujos membros seguiriam desde o início dos anos 1970 em plena ditadura fazendo “justiça” em nome da memória do jovem oficial. Desse modo, a memória do combate ao terrorismo urbano e o consequente sacrifício na luta imprimiram um protótipo de policial centrado nos valores militares, dentre eles a “força”, a “dedicação extrema” à guerra e consequente “disposição para o sacrifício” e a morte prematura. Valores masculinos, porém não centrados no uso desmedido da violência como outras personagens militares, mas no exercício da lealdade, da honra e em outros princípios que teriam sido evidenciados na curta trajetória do policial.

2.3 Alberto Mendes Júnior: o “herói-símbolo” da Pmesp

Uma das personagens mais importantes da história da Polícia Militar de São Paulo, o tenente Alberto Mendes Júnior entrou para a galeria dos heróis da polícia poucos anos após integrar as fileiras da corporação. Promovido *post mortem* ao posto de capitão por ato de bravura, o jovem oficial, que ingressou na PM em 1965, foi elevado à condição de herói em 1970, quando se tornariam frequentes as operações contra os grupos armados de esquerda que contestavam o regime autoritário no país.

O Tenente Mendes Júnior nasceu na cidade São Paulo-SP em 24 de janeiro de 1947 e morreu em 10 de maio de 1970 após uma operação comandada pelo Exército com o propósito de prender guerrilheiros que estavam se organizando na região do Vale do Ribeira, em São Paulo. A repercussão da morte violenta do oficial e sua elevação rápida à condição de herói e expoente da Polícia Militar paulista serviriam como claro incentivo à

intensificação das ações repressivas do Estado e fortalecimento dos policiais, sustentado no uso seletivo da violência e no compromisso em torno do segredo e do silêncio entre os pares. Por essa razão, a memória do Tenente Mendes Júnior já era celebrada em publicações sobre a Polícia Militar, como o livro de José Canavó Filho e Edilberto de Oliveira Melo, “Polícia Militar – Asas e Glórias de São Paulo”, cuja primeira edição foi lançada em 1977. Nela, assim se referem os autores às circunstâncias nas quais ele teria sido morto e o significado do Tenente, promovido a Capitão *post mortem*:

Depois de intensa fuzilaria, em meio às matas, acabou a munição. Seus comandados estavam feridos. Não teve dúvidas, entregou-se aos subversivos para salvar doze vidas. Tomou essa atitude homérica porque era um líder, um perfeito chefe, cômico de suas responsabilidades; entregou-se porque era um verdadeiro Homem. Capitão Aberto Mendes Júnior, os brasileiros, perfilados, choraram a tua morte e guardarão sempre a lembrança do jovem chacinado, covarde e barbaramente, pelos inimigos da Pátria, nas matas do vale da Ribeira, em maio de 1970. Nas exéquias, São Paulo parou para te ver passar, e inundou as ruas de lágrimas, como Roma curvada ante a grandeza de Cesar. [...] Em posição de sentido, a Polícia Militar de São Paulo invoca o príncipe Guilherme de Almeida e, comovida, proclama: “Alberto Mendes Júnior – Morreste cedo para viver sempre”.

Outros textos seguem linha semelhante ao destacar a superação de sofrimento intenso vivido pelo militar. Nos relatos sobre a morte de Mendes Júnior, não são poupados os detalhes que atestariam por um lado a crueldade sem limites dos seus assassinos e por outro o destemor e entrega do jovem policial, como o fez o Coronel PM Silvério Leme Filho (2009, p. 03) em discurso de posse como sócio efetivo do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba, tendo como patrono e tema o Capitão Mendes Júnior:

No início da tarde do dia 10 de maio de 1970, após terem andado um dia e meio, depois do último entrevero, pararam para descanso. Enquanto o oficial era vigiado, Lamarca e mais dois terroristas, afastaram-se do grupo e formaram o “Tribunal Revolucionário”, decidindo que o Tenente seria “justiçado”. Dada a sentença, os três retornaram. Acercando-se por trás do oficial, um integrante do grupo desfechou-lhe violentos golpes na cabeça, com a coronha do fuzil. Caído e com base do crânio partida, esse bravo oficial da Polícia Militar gemia e contorcia-se em dores. Foi quando um outro integrante desferiu-lhe novos golpes na cabeça, esfacelando-a. Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça esmagada, o Tenente Mendes foi enterrado em cova muito rasa, coberto com terra e gravetos. Cabe salientar que por todas as convenções de

guerra vigentes no mundo, a vida de um prisioneiro sempre deve ser preservada. Assim, de forma vil e covarde, o grupo de terroristas fanáticos acabaram (*sic*) com uma vida.

As datas de morte e sepultamento do oficial passaram a constituir datas importantes do calendário de solenidades da Polícia Militar e, especialmente, do 1º Batalhão de Choque, que todos os anos realiza eventos que celebram a criação do grupamento e lembram os feitos heroicos do oficial e de outros integrantes a partir de discursos, desfiles, homenagens, entrega de medalhas, entre outros, mantendo-os unidos através da reverência a valores como heroísmo, lealdade, tradição e força. Nos textos que reverenciam a memória de Alberto Mendes Júnior, além do destaque aos gestos de heroísmo que marcaram seus últimos momentos, há também destaque à dimensão familiar do policial, representado pela dor causada através da perda de um filho no dia das mães e de um noivado que marcado para acontecer na mesma data não se realizaria. Sobre o retorno do herói por meio da morte, é bastante interessante a canção escrita pelo Sargento Lago sob o título “Tributo a Alberto Mendes Junior”:

Alberto Mendes Junior como herói tombou
E para história entrou num gesto de amor
Seu sonho tão singelo se perpetuou
Com sangue escreveu seu ato capital

Orgulho do seu pai
Enquanto a mãe espera pra almoçar
E o seu amor também espera e ele não virá...

Em seu exemplo miram-se milhões
Quebrando-se grilhões pra um novo alvorecer
A flor já não existe, mas aqui deixou
A essência pra vencer a luta contra o mal

Orgulho dos seus pais
Que o irmão não esqueceu jamais
Choram "seu" Alberto, dona Angelina, Aduato
E todos nós...
Orgulho dos seus pais
Que o seu filho não terá jamais
Porque pertence a história e agora
É de todos nós... De todos nós

A morte em serviço representa no meio policial, sobretudo nas unidades operacionais que concentram geralmente os agentes mais comprometidos com os preceitos internos da polícia e que costumam “vibrar” com o trabalho nas ruas, o gesto máximo de entrega à profissão, expressão de sacrifício em nome da lealdade à polícia e aos valores militares como disciplina e amor à farda. Por essa razão, pode-se entender o herói na polícia a partir dos termos apresentados por Joseph Campbell (1949, p. 13), ou seja:

O herói, por conseguinte, é o homem ou mulher que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais e alcançou formas normalmente válidas, humanas. As visões, idéias e inspirações dessas pessoas vêm diretamente das fontes primárias da vida e do pensamento humanos. Eis por que falam com eloqüência, não da sociedade e da psique atuais, em estado de desintegração, mas da fonte inesgotável por intermédio da qual a sociedade renasce. O herói morreu como homem moderno; mas, como homem eterno – aperfeiçoado, não específico e universal –, renasceu. Sua segunda e solene tarefa e façanha é, por conseguinte (como o declara Toynbee e como o indicam todas as mitologias da humanidade), retornar ao nosso meio, transfigurado, e ensinar a lição de vida renovada que aprendeu.

Neste sentido, a partir do trabalho de rua com a exposição frequente ao risco e à consequente possibilidade de exercício do tirocínio policial, esses agentes se integram imaginariamente numa luta constante contra o mal a partir das ações de “combate” aos inimigos, representados pelos “bandidos”. O desafio à morte celebra o ideal perseguido pela unidade, nas quais os seus membros compreendem que tombar em serviço no cumprimento da lei significa vencer a finitude do tempo e imortalizar-se compondo o panteão dos heróis, ou seja, aqueles que pelo gesto de sacrifício superaram a supremacia da morte por meio do encontro com o divino e com um sentido de existência que liga os indivíduos ao mundo.

A percepção que apresenta a profissão como diretamente marcada pela experiência de proximidade constante com a morte, seja a de “bandidos” nos confrontos, reais ou não, com a polícia ou com grupos rivais, de cidadãos comuns no atendimento de emergência nas ruas ou por telefone, a de colegas policiais, familiares, enquanto trabalham, é, de modo geral, um componente bastante recorrente na fala dos policiais quando são chamados a definir a atividade policial. Uma profissão que se define por uma exposição recorrente ao risco de morrer durante o trabalho e na qual a trajetória mitológica do herói prevê “um

afastamento do mundo, uma penetração em alguma fonte de poder e um retorno que enriquece a vida” (CAMPBELL, 1949, p. 20).

A proximidade simbólica com a morte integra o imaginário e cotidiano dos policiais desde o curso de formação, quando as histórias dos policiais mais antigos e dos instrutores, geralmente também policiais, forjam nos ingressantes uma nova experiência, sendo a possibilidade de morrer em “combate” um elemento que torna a atividade policial “pesada”, “desgastante” e ao mesmo tempo objeto de satisfação e “glória”. O risco é tanto um aspecto que torna o trabalho difícil, estressante, quanto o que caracteriza o cotidiano policial, classificado por alguns policiais como uma “loteria”, pelo caráter incerto, às vezes “imprevisível”, do que surgirá como ocorrência e que pode tornar o turno tranquilo ou tumultuado, mas que ao final faz a dinamicidade do trabalho ser classificada como positiva e uma das principais vantagens da profissão.

Especialmente nos setores mais tradicionais e especializados, como as companhias que fazem parte do Batalhão de Choque, a exposição ao risco constante e a probabilidade de confronto com os “inimigos” costumam definir o trabalho policial e serem bastante valorizados nos treinamentos e operações, de modo que nesses círculos a imagem e expressão “faca na caveira” são apresentados como a representação de uma vitória mítica e consagrada sobre a morte.

Um exemplo interessante dessa relação ficou mais claro para mim quando, após realizar entrevistas com policiais do setor administrativo, fui encaminhado por uma oficial a procurar um dos batalhões responsáveis pelo policiamento ostensivo da capital. Localizado numa tradicional avenida da cidade, o prédio, uma antiga construção com traços neoclássicos, reservou-me, além de boas entrevistas, alguns fatos interessantes. Ao chegar ao local, avistei dois policiais, um homem e uma mulher que realizavam a segurança da entrada e recepcionavam o público. Após eu me apresentar, fiquei por alguns minutos aguardando na sala reservada aos visitantes e localizada bem próximo à entrada do prédio. Nela, destacava-se, além dos brasões, bandeiras, entre outros símbolos comuns a

corporações militares, a “galeria dos heróis do batalhão”, composta por policiais daquela unidade mortos em serviço em diferentes períodos da história daquela unidade¹⁹⁴.

A referência ao panteão dos “heróis” da instituição já havia me chamado a atenção nos primeiros acessos que fiz à página da Polícia Militar na internet, que além de dados sobre a história da corporação, brasões, canção da PM, organograma, informações sobre a atuação da polícia, cursos e dados profissionais do Comandante, entre outros, disponibiliza informações sobre policiais mortos em serviço e que integram o mausoléu dos “Heróis da Polícia Militar”. O mausoléu foi criado em 1969, no Cemitério do Araçá, localizado na capital e onde ficam as sepulturas de importantes e tradicionais famílias da cidade. Dos 279 policiais mortos e sepultados no mausoléu, quatro mulheres, todas soldados, fazem parte desse universo.

A primeira, a policial Margareth Azevedo foi morta no ano de 1998, quando um indivíduo, de porte de um revólver calibre 32, ao entrar no ônibus em que ela estava, anunciou assalto. Margareth, que estava fardada na ocasião, entrou em luta corporal com o assaltante com o objetivo de prendê-lo, sendo atingida por dois disparos. O criminoso fugiu levando a arma da policial, que embora socorrida por policiais rodoviários, não resistiu aos ferimentos e morreu momentos antes de adentrar ao hospital. Outra policial militar, a soldado Ana Helena, fazia parte do Comando de Policiamento Rodoviário e morreu quando a motocicleta que pilotava na Rodovia Anchieta foi atingida por uma carreta. A terceira policial, a Soldado Luciana Aparecida Souza de Andrade, foi atingida por arma de fogo quando trabalhava em escola no Jardim Mitsutani, em outubro de 1999, e veio a falecer

¹⁹⁴ Além dos policiais mortos em atividade, a Pmesp, assim como outras polícias congêneres no país, dispõe de um sistema de condecoração de policiais que no exercício da profissão deram provas de sua coragem e determinação e que podem ser considerados “espelhos da tropa”, ou seja, servir como referencial de comportamento para os demais policiais. Uma das condecorações é a “Medalha Cruz de Sangue”, que foi instituída através de Decreto 42.953, de 20 de março de 1998, no governo de Mário Covas. Segundo o decreto, ela deve ser conferida “a policiais militares que, por injusta agressão física ou na prática de ação meritória, tenham recebido ferimentos ou falecido no desempenho da função policial-militar ou em razão dela”. O inciso 1º do Artigo 2º define que a medalha terá três graus, sendo: ”1. de bronze, concedida aos policiais militares cujos ferimentos tenham ensejado inatividade temporária; 2. de prata, concedida aos policiais militares cujos ferimentos tenham ensejado inatividade definitiva; 3. de ouro, concedida aos familiares dos policiais militares cujos ferimentos tenham ensejado o seu falecimento. Constam como critérios fundamentais a serem observados para a concessão da medalha, segundo a legislação, “o desprendimento, a coragem e, principalmente, a voluntariedade na assunção do risco”. Fonte: [Artigo 1º](#). Página acessada em 15 de junho de 2011.

uma semana depois. Já a policial Aparecida Rosa dos Santos, foi morta quando atuava no policiamento escolar e teve a arma da Corporação que utilizava no serviço, roubada por um indivíduo, que depois de roubar a arma de Aparecida a assassinou.

A diferença expressiva entre o número de homens e mulheres mortas em atividade na instituição parece em certa medida indicar, além do predomínio do público masculino, aproximadamente 90% do efetivo total da corporação, que o maior prestígio associado ao público masculino mantém uma relação direta não apenas com o menor tempo das mulheres na instituição, mas com o exercício de uma dimensão heroica que se revela eminentemente masculina, sobretudo no enfrentamento direto dos inimigos através de demonstrações constantes de força e de coragem. Atributos que com frequência são apresentados como ajustáveis ao mundo dos homens e distantes, por sua vez, do universo feminino, que não teria forjado uma tradição partilhada coletivamente na instituição no exercício do trabalho policial e ao mesmo tempo se ajustado, pela “condição” natural das mulheres, aos espaços internos da instituição.

Essa dimensão do martírio heroico pode ser reforçada quando identificados patrono e santo padroeiro dos policiais militares, respectivamente, Tiradentes e Santo Expedito, ambos mortos na defesa de ideais caros aos grupos aos quais pertenciam e com passados diretamente ligados à ordem e a instituições militares¹⁹⁵. Tiradentes era alferes e Santo Expedito aparece nas principais representações imagéticas, vestido como soldado romano. Curiosamente a capela que homenageia Santo Expedito está localizada vizinha aos quartéis da Cavalaria, do Batalhão de Choque e bem próximo do Quartel da Rota em rua paralela à Avenida Tiradentes, na capital paulista.

A percepção que os policiais militares têm sobre sua experiência profissional emerge nos discursos e demais mensagens difundidas por eles, seja de forma direta ou indireta. Um exemplo que me despertou a atenção foi um quadro exposto em uma das

¹⁹⁵ Não consegui localizar na história da instituição nenhuma personagem feminina que se destaque por essa dimensão heroica própria a de personagens masculinos. Ana Vieira, que lutou clandestinamente na Revolução Constitucionalista de 1932, sendo ferida em combate e depois incorporada ao 1º Batalhão, atualmente não aparece nos relatos e solenidades da corporação paulista, embora seja ainda a Revolução Constitucionalista um dos principais eventos históricos celebrados e signos da identidade cívica e militar de São Paulo. A Doutora Hilda Macedo, primeira Comandante da Polícia Feminina, em alguns momentos é citada pelos policiais quando instados a falar sobre as mulheres na instituição. Contudo, o nome da policial aparece ligado ao pioneirismo na inclusão de mulheres na polícia e por sua formação intelectual.

seções administrativas que visitei e na qual a imagem, sob a forma de desenho de um policial militar, expressava a seguinte prece: “Dai-me, Senhor, tua graça para que eu possa honrar minha farda e renovar diariamente perante Vós o juramento de defender a sociedade, mesmo com o sacrifício da própria vida”. Na mesa de um dos oficiais que entrevistei em maio deste ano, já na segunda etapa da pesquisa de campo, destacava-se, ao lado de uma placa recebida pelo oficial numa homenagem dos atletas de Cristo, uma escultura de uma caveira em miniatura, um dos conhecidos símbolos de unidades operacionais das polícias militares como BOPE.

Com frequência, frases, orações e outros símbolos retratam, sob a ótica policial, o cotidiano da profissão, que estaria dividida entre a orientação pedagógica em torno do culto aos valores tradicionais e o desenvolvimento de preceitos organizacionais modernos. Valorizando o risco de morte como sinônimo de entrega heroica, a polícia militar investiria também na necessidade de colocar em curso uma atuação eminentemente “técnica” como forma de alcançar o reconhecimento social e profissional da carreira¹⁹⁶.

Por essa razão, as referências aos policiais mortos em serviço constituem um tema bastante caro aos policiais, que tendem a lembrar, tanto aqueles que foram mortos recentemente, como nos ataques do PCC em 2006 e na retomada do crescimento dos homicídios em 2012, quando mais de 100 policiais militares foram mortos¹⁹⁷, quanto aqueles que perderam a vida em batalhas longínquas. Essas referências estão presentes, por exemplo, no site da polícia militar, no *link*¹⁹⁸ reservado aos heróis da PM, bem como em

¹⁹⁶ Em busca dessa modernização, o tema gênero tem ganhado nos últimos anos maior visibilidade nas ações do Comando, o que fez, por exemplo, que na busca de isonomia de tratamento de homens e mulheres, os postos e patentes passassem a ser utilizados, na sua forma masculina, indistintamente para homens e mulheres. Assim, foi excluído o FEM, referência ao feminino, das designações dos policiais seja dos fardamentos, na tarjeta de identificação, seja na assinatura e citações em documentos oficiais, como era comum, por exemplo a SD FEM “Raquel” ou a CAP FEM “Sônia” e assim por diante nos demais postos e patentes.

¹⁹⁷ As mortes de policiais seriam, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, uma resposta à morte de criminosos, ocorridas em ações da Rota quanto de grupos de extermínio que agiriam com a participação de policiais na região da baixada santista.

¹⁹⁸ Na página da instituição estavam disponibilizados 279 registros de policiais mortos em serviço até julho de 2013. Na listagem, consta, além da fotografia do policial, dados como nome completo, número de registro na polícia, posto ou patente, unidade em que estava servindo e a indicação se os restos mortais estão no mausoléu ou ossuário da Pmesp. Os casos listados compreendem uma diversidade grande de ocorrências, desde policiais mortos em confrontos com criminosos, que perderam a vida em acidentes de trânsito - no atendimento de ocorrências ou em direção à base policial - até policiais mortos acidentalmente em instruções

publicações diversas e em discursos, que expressam essa relação entre a tradição, os valores cultuados internamente, com as expectativas em torno da modernização dos recursos e técnicas de trabalho.

Em busca do sentido que essa exposição ao perigo e que a morte exercem sobre os policiais, realizei visita ao mausoléu da Polícia Militar e a algumas das unidades mais tradicionais da corporação, como o 1º Batalhão de Choque e o Regimento de Cavalaria 09 de julho, localizado aos fundos do quartel da Rota. A visita ao mausoléu da PM, que ocorreu em julho de 2011, maio e dezembro do ano seguinte, buscava conhecer as representações em torno do sacrifício policial e como o espaço apresentava os policiais mortos em “combate”. Nas três ocasiões, tive a oportunidade de conversar com policiais que trabalham na vigilância do mausoléu e que lidam, portanto, diretamente com o sentimento de familiares e colegas diante da morte de policiais em serviço. Nos outros dois espaços, procurei, por sua vez, compreender como internamente as unidades gerenciavam a memória dos policiais mortos, tanto através da definição de uma história oficial quanto na decoração desses contextos por meio do uso de elementos materiais como antigas peças de trabalho e outros elementos como cartas pessoais, quadros, medalhas, entre outros.

No que se refere ao mausoléu da Polícia Militar de São Paulo, localizado no tradicional Cemitério do Araçá, na capital, o espaço foi construído no ano de 1969, durante a gestão do governador Roberto de Abreu Sodré, com o propósito de oferecer homenagem e acolher os corpos de policiais mortos em serviço. O mausoléu ocupa uma área relativamente grande do Cemitério do Araçá¹⁹⁹, onde também existe o mausoléu da Guarda Civil, e está situado no limite da área mais alta do terreno. A construção é formada por ossuários na parte superior e jazigos suspensos, distribuídos em três andares situados abaixo da monumental entrada, protegida por altas grades de ferro e ladeada por esculturas em tamanho natural de policiais fardados em posição de sentido²⁰⁰. Ao todo são 16

durante o processo de formação. Para maiores detalhes, acessar: <http://www.pm.sp.gov.br/inicial.asp>, página consultada em 26/07/2013.

¹⁹⁹ O cemitério, localizado no bairro da Consolação, é conhecido por abrigar túmulos de famílias tradicionais da cidade de São Paulo, artistas e personalidades políticas, como o do jornalista Assis Chateaubriand.

²⁰⁰ As esculturas são de autoria do artista ítalo-brasileiro Vilmo Rosada. Fonte: http://www.rioclaro.sp.gov.br/municipio/municipio_pessoas_vilmorosada.php, página consultada em 10/02/2014.

esculturas, sendo 04 representando policiais femininos e 12 policiais masculinos que fazem guarda em frente às construções dispostas em cada um dos lados da entrada do mausoléu, sendo compostas por cinco colunas com trinta ossuários cada²⁰¹. Diferente das figuras masculinas, que se alternam nos uniformes histórico, de gala e de “combatente”, sendo estes últimos marcados pelo uso de quepe e capacete, respectivamente, as esculturas femininas apresentam as policiais com o fardamento de gala: saia pouco acima dos joelhos, sapatos, túnica e quepe. Na base de cada uma das estátuas, há uma placa com indicação de um conflito no qual a Polícia Militar ou a Força Pública teria participado.

²⁰¹ Após um tempo, o túmulo é aberto para a retirada dos restos mortais para então serem colocados no ossuário. Em seguida, o ossuário é fechado com uma tampa de mármore, na qual constam as seguintes informações: nome, posto ou patente, datas de nascimento e morte, assim como a indicação da unidade de serviço. Pode ainda constar alguma frase de homenagem e a foto do policial. Em várias delas, principalmente nas mais recentes, são comuns serem colocados vasos com flores e fixadas cartas de esposa, mãe e filhos, assim como imagens de santo. Nos túmulos (gavetas), veem-se ainda pequenos terços, imagens de santos, desenhos e fotografias. Em um dos ossuários, uma carta, colada poucos dias antes da minha visita, chamou-me a atenção. A mensagem se referia à morte de um jovem oficial há quase trinta anos e do sentimento de perda e vazio deixados na família. A carta, digitada em papel branco e coberta com plástico adesivo transparente (certamente um recurso para tornar o texto legível por mais tempo, preservando-o da ação da chuva principalmente), dirige-se ao policial chamando-o primeiramente pelo nome de batismo na Pmesp e em seguida por um apelido familiar. Ao lado da carta, outra pequena mensagem, dessa vez colocada no ano anterior, mas no mês abril, pouco mais de um mês após o aniversário de morte do oficial, expressava a dor da família e o sentido da morte para os que ficaram: “Roubas o que sou e me toras a sepultura de onde saís. Sou o espaço da tua inabituação. Sou a saudade que te evoca, traz de volta de volta e me concede uma criativa forma de continuar. Sua família que te ama e não te esquece. 20/05/11”. Segue a transcrição da mensagem carregada por grande emoção, num momento em que juntamente com a lembrança da morte do policial, assassinado ainda jovem, evocava a memória do pai, falecido há poucos dias. Preferi não revelar o nome o nome do policial: “...Hoje fazem 29 anos que vc se foi, contra sua vontade, pois tiraram a sua vida. A saudade que sentimos de vc é tão gde e esta saudade não passa nunca. Estive aqui semana passada depositando flores para vc e não sabia que no dia seguinte nosso pai também iria embora. Ele se foi sem dor. Apenas disse é o fim e se foi. Sei que vc veio buscá-lo pois a mae sonhou com vc a semana toda e eu não imaginava que era um aviso de que o pai estava chegando ao fim. Depois que vc se foi o pai se fechou para o mundo e passou a ser outra pessoa. Ele te amava muito e vc era nosso orgulho em todos os sentidos. Vc foi especial. O pai foi especial. Vcs eram muito parecidos. Agora só ficou eu e mae. Parece que nada tem mais sentido em nossas vidas sem vc e o pai. Traga a sua força para que nos possamos cumprir nossa missão até o fim como vc e o pai cumpriram. Amamos vc. Sua mãe a sua irmã. 29 de abril de 2012”.

Figura 15



Esculturas de policiais em posição de sentido em frente a ossuário do lado direito do Mausoléu da Pmesp

Fonte: pesquisa de campo

Ao lado esquerdo da entrada, uma placa de mármore com letras de metal dourado indica “Mausoléu da Polícia Militar”. O visitante se depara na parte central do espaço com uma mesa revestida de mármore e sobre a qual é colocado o caixão para a missa e homenagens finais²⁰² ao policial que tombou em “combate”. Logo à frente e num nível

²⁰² O local também é utilizado para a aposição de coroas de flores em solenidades que homenageiam os policiais mortos em serviço, como ocorre em 02 de novembro, Dia de Finados. No site da Pmesp são disponibilizados vídeos que mostram algumas dessas homenagens. Em um deles, logo após falar dos heróis da instituição que “se entregaram, deixaram as suas vidas para que outras fossem preservadas”, o policial que apresenta o mausoléu faz uma crítica aberta à mídia, que segundo ele, “as vozes daqueles sem conhecimento de causa”, raramente estava presente no local para fazer a cobertura do sepultamento ou das homenagens aos policiais mortos. Ao nortear-se em grande parte por críticas ao trabalho da polícia, a mídia contribuiria para o desconhecimento do sacrifício da vida de policiais na “defesa da ordem pública”. De acordo com o policial, a população de uma forma geral nunca esteve ou conheceu o mausoléu da Polícia Militar de São Paulo. Seguindo com música em tom de pesaroso, o vídeo foca a imagem da escultura central do mausoléu e traz na voz de um segundo narrador uma mensagem que resume bem o sentido atribuído pela instituição para a morte de seus agentes em serviço: “Eles nunca se foram, pelo menos dos nossos corações e das nossas lembranças. **Um herói nunca morre**, mas ausenta-se dos nossos olhos momentaneamente para aguardar aquele dia, onde todos nós estaremos juntos outra vez. **Marcharam ombro a ombro, combateram o bom combate e foram eternizados**. Numa fração de segundos, sem sequer se despedirem, **tornaram-se exemplos fortes para todos**”.

mais acima, está uma escultura do policial ferido que desfalece sendo segurado por um companheiro de farda. Ao lado do policial ferido está o seu capacete. Na parte superior, um policial simboliza em posição de sentido o toque final da corneta, a despedida do militar. Na base da escultura que representa o policial ferido, há uma pequena porta de ferro escura com as iniciais PM na cor dourada por onde o féretro é conduzido através de engrenagem para um dos andares no qual acontecerá o seu enterramento. Em último plano, duas paredes com mais de dez metros compõem uma cruz vazada, sendo do lado esquerdo o acesso às escadas que levam aos andares inferiores, abertos à visita tanto de familiares, ex-colegas ou curiosos. Após descida do lance de escada, depara-se o visitante com uma pesada grade de ferro na entrada do primeiro andar, onde, assim como os demais, são depositadas as urnas funerárias. O local é guardado por um policial que acompanha as visitas registradas em livro específico. A seguir, imagem das esculturas localizadas na entrada do mausoléu. Na parte inferior da imagem, a pequena porta por onde desce o féretro até um dos andares onde será feito o sepultamento:

aqueles que ficaram. Os familiares, os companheiros de farda e os amigos sem desejarem o desfecho que o separaram do nosso convívio cumpriram a risca a missão que lhes fora determinada pela vocação. Sem conhecerem a quem defendiam ou socorriam, incontinenti se fizeram presentes, e aquelas vidas pelas quais se colocaram, frente a frente com o infortúnio, hoje podem sorrir felizes pela oportunidade de mais um tempo na terra. Pensar nos Policiais militares que tombaram no cumprimento do dever com pesar e melancolia, certamente não é a melhor forma de homenageá-los. Simplesmente por que **passaram pela vida e marcaram presença. Suas ações finais, antecedidas pelos derradeiros suspiros, determinou a tantos outros anônimos a continuidade da vida.** Dizem que nos túmulos, mais que corpos estão sepultados sonhos e planos que jamais acontecerão. Isso realmente é uma realidade incontestável para aqueles que partiram. Contudo, a melhor homenagem que lhes cabe é pensar que eles mesmos **tornaram-se inspiração para milhares e milhares que vestem a farda bandeirante na busca de seus sonhos e aspirações.** Ao pó da terra, como cita o livro sagrado, retornaram mas dos nossos corações e lembranças jamais se ausentaram. **Homenagem da Polícia Militar do Estado de São Paulo aos seus heróis, aqueles que jamais morrerão nos nossos pensamentos**". (Destaques meus) Ver: http://www.policiamilitar.sp.gov.br/inicial.asp?OPCAO_MENU=VIDEOS_VIDEOS&txtHidden=231&flagHidden=D, página acessada em 06/07/2013.

Figura 16



Esculturas que compõem a arquitetura do Mausoléu da PM em São Paulo
Fonte: pesquisa de campo

Nas visitas que fiz ao mausoléu tive a oportunidade de conversar com os policiais que faziam a guarda do local, conhecer o sentido da experiência que os aproxima cotidianamente da morte, seja a partir da sua própria exposição ao risco de perder a vida ou de acompanhar o desfecho trágico da experiência de algum colega de farda. Os policiais que me acompanharam puderam relatar um pouco do cotidiano do mausoléu e, principalmente, destacar as dificuldades enfrentadas pelas famílias, sobretudo após o falecimento do policial. Os problemas iam desde a falta de atenção das autoridades com a segurança dos policiais, que possuíam remunerações baixas que os conduziram ao exercício do chamado “bico” ou atividade delegada, até a falta de atenção com os familiares, que sofreriam não apenas com a perda do filho, pai ou esposo, mas com as

dificuldades enfrentadas após a morte daqueles que muitas vezes eram os únicos responsáveis pelo sustento da família.

Lembro-me de que, durante uma dessas conversas, fiz uma pergunta inoportuna sobre o número de policiais enterrados no mausoléu. O policial me respondeu que durante o tempo em que trabalhava no local nunca havia contado, pois não queria reduzir as histórias de colegas sepultados ali a simples números, denotando uma preocupação em não se deixar anestesiar pelos acontecimentos que geralmente marcam o seu trabalho. Eram vidas interrompidas e isso era por demais significativo para ele, que acompanhava com frequência a visita de familiares aos túmulos, principalmente mães, para deixar alguma mensagem para o filho que tombou como herói. O policial falou, além das circunstâncias da morte de alguns dos policiais, sobre as dificuldades da profissão, da perda de prestígio nos últimos anos, da sobrecarga de trabalho como fator que teria levado muitos à morte. Deu como exemplo algumas das histórias de policiais enterrados ali e cujas famílias ainda aguardavam o pagamento do seguro de vida por parte da PM, e que em alguns casos demorava anos. Dias antes, a viúva de um colega havia aparecido para depositar flores e comentou a respeito das dificuldades enfrentadas com a morte do marido. Não raramente, famílias de policiais mortos enfrentavam problemas, visto que não apenas há uma redução do valor pago na pensão como outras formas alternativas de renda auferidas, principalmente através dos bicos de segurança, não eram mais possíveis. Insatisfeito com as exigências apresentadas aos policiais atualmente, ele me chamou à atenção para o grande número de policiais mortos em serviço e que, segundo ele, seria uma “marca” das administrações do governador Geraldo Alckmin²⁰³, pautadas pela cobrança excessiva da PM por resultados. Para reforçar suas conclusões, levou-me a acompanhar em um dos andares os diversos policiais que haviam morrido nos anos correspondentes ao mandato do político e em datas bastante próximas.

Falar sobre a morte como um dado frequente na experiência policial de algum modo traduzia um sentimento de crise diante da profissão, onde a vocação e o desejo de servir na defesa da lei e da ordem estavam em constante ameaça pela falta de políticas mais amplas

²⁰³ É o atual governador do estado de São Paulo pelo PSDB. Foi ainda governador por dois mandatos consecutivos (2001 a 2006, quando sai candidato à Presidência da República, sendo derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva) e vice-governador no governo de Mário Covas (1995-2001).

de valorização e acompanhamento dos policiais. A vida dos policiais, guardada pela política dos últimos governantes, parecia importar pouco, segundo ele, quando considerados a baixa remuneração, o apoio da sociedade e a baixa repercussão da morte do policial que entrega a própria vida para a segurança de outras vidas. Não raramente os policiais dizem: “quem [das entidades de defesa] dos direitos humanos foi dar apoio à família do policial morto?” e/ou: “Antes a polícia estava na rua, podia trabalhar. Hoje ninguém respeita mais”. Aspectos que assinalam uma crise de sentido, mas, sobretudo, o valor da história e da tradição para o comportamento e as expectativas dos policiais no presente, quando a imagem da polícia estaria bastante debilitada. Assim, é possível afirmar que a tradição é parte importante do espírito que anima a corporação. Algo que pude perceber nas visitas que realizei no Regimento de Cavalaria 09 de Julho, particularmente acompanhando treinamentos, solenidades e circulando por algumas das suas principais instalações, onde são comuns as referências ao papel da Missão Francesa e a outros episódios ligados ao Corpo Permanente, à Força Pública e, particularmente aos indivíduos que souberam, através do exemplo, forjar um sentimento de irmandade e coesão, bem como imprimir um sentimento técnico que se fundiria ao idealismo das execuções militares como os desfiles e, no caso da Cavalaria, a exibição garbosa do seu carrossel.

A influência dos “espíritos” sobre os destinos da corporação seria recorrente, seja por meio das histórias apresentadas, ainda que algumas delas em tom jocoso²⁰⁴, seja a partir de relatos mais sérios, que procuram destacar o valor impresso na trajetória dos grandes homens da instituição, o que faz com que seja bastante compreensível o espaço importante reservado no salão nobre do batalhão mais tradicional para a carta psicografada do Tenente Alberto Mendes Júnior. A carta, que teria sido dirigida aos pais do policial após quase vinte anos de sua morte, fala do percurso espiritual realizado pelo tenente, marcado pelo

²⁰⁴ Para exemplificar a desconfiança e resistência de policiais da Cavalaria em relação ao emprego de mulheres na unidade, uma policial contou que pouco tempo após a chegada das primeiras mulheres no grupamento passou a circular uma história, em tom de anedota, para explicar o episódio no qual um dos cavalos do Regimento teria provocado um acidente. O animal assustou-se durante o patrulhamento e derrubou o policial que o montava, saindo em disparada pela Avenida Tiradentes. Segundo a explicação, o animal havia se assustado com o espírito de Osório, patrono da Cavalaria no Exército, que teria se “revoltado” com o ingresso de mulheres na tradicional unidade.

encerramento prematuro de sua trajetória pessoal e profissional, conforme pode ser lido a seguir:

[...] O tempo difícil já passou e hoje perdura a saudade é certo, mas a grande cicatriz já não está sangrando. [...]

Percebam bem o que digo; não é que tudo acabou, mas o tempo deu lugar a minha cura espiritual e hoje, depois de muitos estágios, quero que saibam que estou em paz, dentro do meu trabalho espiritual. [...]

Quando eu deixei a terra devo confessar que fiquei muito revoltado, porque não entendia nada, não podia entender porque aquela brutalidade quando eu tinha tantos ideais, mas, com muito amor de todos, com a ajuda de muitos parentes, fui entendendo que eu havia mudado de mundo, mas, eu tinha a obrigação de caminhar para a frente, ou então ficaria estacionado como é o caso de muitos e muitos espíritos.

Quantas vezes livramos os moços de situações fatais. Temos também, o cuidado com jovens que aqui chegam de formas drásticas vitimados pela maldade humana, que sem direito algum vem e tira a vida do ser humano. [...] Quando alguém tira a vida de outro, assume por tempo indeterminado o julgamento Divino e ai desse homem.

Agradeço às orações de todos vocês meus queridos e muito especial às suas, mãe querida, rosto amigo. Eu fui muito feliz com vocês, sabe; peço que perdoem as minhas falhas, mas, acho que era tudo porque eu era jovem.

[...]

Sejam felizes, guardem a dor longe do coração e aninhem as alegrias os bons momentos. Sejam felizes e sabe, hoje vou acompanhar vocês, meu pai, minha mãe, de volta até em casa, e ali ficarei por mais de uma hora.

[...]

Sempre com vocês e até breve. (Casa Espírita Antonio Duarte da Silva; psicografia: Hebe Cosso Bridi. São Paulo, 31 de maio de 1989).

A relação com a morte, com a rua, o enfrentamento constante do “inimigo” e dos medos que marcam o trabalho policial, são fatores que explicam a prevalência da imagem do oficial em relação a de outros personagens da corporação, como a Coronel Hilda Macedo, a despeito de seu pioneirismo. Se a fotografia do tenente Mendes Júnior é item praticamente obrigatório nas diversas unidades da Pmesp, associada a resumo biográfico e por vezes cópia da redação feita pelo então cadete na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, na qual ele fala da importância do trabalho policial, as referências a outros policiais, ainda que estes tenham ocupado cargos de prestígio da corporação e fora dela são poucos citados com tanta ênfase.

No que se refere a coronel Hilda Macedo, primeira comandante da Polícia Feminina, as referências estão restritas praticamente ao Museu da Polícia Militar e a

discursos por ocasião do aniversário da Polícia Feminina, que costuma reunir em sua maior parte o público feminino e poucos policiais masculinos envolvidos nos preparativos do evento, além das autoridades convidadas. Até mesmo para uma parte importante das policiais, a memória de Hilda Macedo refere-se a uma “outra polícia”, de caráter assistencial, distante, portanto, do trabalho que hoje desenvolvem na corporação.

A aproximação desse ideal heroico valorizado pelos policiais explica em certa medida o lugar diminuto da memória da antiga comandante da Polícia Feminina durante o calendário de solenidades, quando comparado às citações recorrentes ao oficial, lembrado durante todo o ano em diferentes eventos e homenagens. Além de o tenente Mendes Júnior ter ingressado originalmente na Força Pública, corporação a qual a Polícia Militar herdou os principais aspectos, dentre eles a memória institucional, o fato de ter saído da atividade como “mártir”, indivíduo que se constituiu como referência para os demais a partir do emprego de valores próprios da vida militar e do mundo masculino, explica a sua prevalência nos eventos e discursos na instituição quando comparado com a Coronel Hilda Macedo, representante de um segmento da antiga Guarda Civil e de setores da Secretaria de Segurança Pública, que viam na inserção feminina um projeto de “modernização” do campo policial com resultados por vezes incertos e até mesmo “temerosos” em relação à resposta da população e dos criminosos. Desse modo, é possível argumentar que se por um lado o tenente Mendes Júnior reforçava os ideais da polícia paulista centrados na tradição, na lealdade e na coragem, como valores essencialmente “masculinos” aglutinadores da tropa, por outro, a imagem da Doutora Hilda Macedo e das primeiras policiais femininas representava, sobretudo para os setores mais conservadores, um arroubo de “modernização” com sérios riscos para a manutenção do poder de polícia, da “autoridade da farda” e que mergulharia os seus membros numa crise de sentido. De certa forma, disseminou-se a ideia do feminino como um elemento disfuncional ao contexto policial militar, fonte de “ameaça” do que seria a “verdadeira” identidade policial desde o “Tempos de Tobias”. É o que discutirei a seguir.

2.4 Gênero e polícia: as mulheres e os aspectos de uma presença (in)desejável

Neste tópico, busco analisar parte do conteúdo das representações dos policiais a respeito da presença feminina na Polícia Militar, mais especificamente sobre o sentido do trabalho policial em unidades operacionais e como esses espaços concebem o papel da mulher no trabalho de atendimento a ocorrências violentas, uma seara tradicionalmente reservada aos homens. Neste sentido, alguns aspectos gerais compõem o quadro das representações dos policiais, a saber: 1) menor capacidade física; 2) reduzida disponibilidade para o cumprimento das exigências internas; 3) configurações naturais do sexo feminino que afetariam o sentido de lealdade da tropa e o cumprimento da hierarquia, como disposição instintiva para a comunicação, além das configurações hormonais, ciclo menstrual, gestação, amamentação, etc. Todos eles seriam elementos que justificariam o emprego de mulheres apenas em situações específicas ou setores internos, aos quais as características “naturais” do sexo feminino estariam melhor ajustadas. Fora deles, a presença feminina seria fonte constante de dispersão do efetivo, inclinaria os policiais masculinos a destinarem sua atenção para o cuidado excessivo com as suas companheiras de farda, trazendo, na ótica de parte expressiva deles, graves implicações para o funcionamento das unidades e para o trabalho policial na medida em que mexeria nos seus principais pilares. Nessa perspectiva, é bastante forte a crença de que “a falta de hierarquia propicia investidas contra a disciplina. A falta de disciplina acaba por corromper a organização”, conforme assinalou em trabalho monográfico o então Tenente Coronel da Pmesp Alaor Silva Brandão (BRANDÃO, 1984, p. 35 *apud* LAZZARINI, 1985, p. 54).

A ideia de proteção que aparece nos discursos relaciona-se a uma perspectiva de manter os espaços mais relacionados diretamente com o trabalho policial, ou seja, que tratam das abordagens de rua, que concentram as ocorrências e as possibilidades de confronto com os criminosos, para os policiais masculinos. Quanto mais operacionais as unidades, mais a presença feminina vai escasseando até chegar a espaços e atividades onde elas não são empregadas. Estaria em jogo nessa política informal para evitar tanto que a forte determinação que se exige desses policiais nesses espaços e atividades não comprometa a sensibilidade que supostamente marca a “natureza feminina” quanto não

atrapalhar os espaços de convivência eminentemente masculinos, de modo que os homens não viessem, com a chegada de policiais femininos, a perder a liberdade sobre a sua fala e procedimentos, incluindo assim desde a possibilidade de brincarem entre si – o que garante quase sempre referências a futebol, o uso sem maiores constrangimentos de palavrões e comentários sobre sexo e mulheres –, até a socialização de histórias e “métodos” informais de trabalhos socializados por diferentes gerações de policiais.

Recordo que ao conversar com uma sargento a respeito de sua experiência na instituição – ela tinha pouco mais de 18 anos de serviço na época -, perguntei por que as mulheres não estavam em algumas unidades, apesar da ampliação da presença feminina na polícia nos últimos anos. Segundo a explicação de Roberta²⁰⁵, com quem tive a oportunidade de conversar em outros momentos no Quartel Central da PM, o preconceito em relação às mulheres ainda era forte na corporação, apesar das recentes conquistas do público feminino. Ela dizia que em sua experiência de trabalho nas ruas como soldado e depois sargento, muitos colegas masculinos expressavam pouco contentamento com a observação estrita dos protocolos de trabalho enquanto as mulheres tenderiam a ser mais rigorosas em relação ao cumprimento dos procedimentos, o que as levaria a não tolerar faltas cometidas, aspecto que por vezes não agradaria os colegas durante o serviço. Para Roberta, a mulher na polícia não se esquivaria de dizer quando algo estivesse errado e por essa razão, “eles [policiais masculinos] não gostam muito da gente [policiais femininos] porque dizem que somos ‘bocudas’”. Um aspecto que reforçaria uma representação ainda forte no imaginário social e focada no estereótipo das mulheres em geral como seres que “falam demais” e são “excessivamente” ou “desnecessariamente” exigentes na observação das condutas, eternizada na figura da carola a apontar os erros alheios, um entrave para o exercício mínimo de liberdade no convívio social. Essa inclinação do gênero feminino em questionar ordens e a própria estrutura da organização militar seria uma expressão da modernidade, que tenderia a arrastar as polícias para uma crise de sentido sem precedentes, uma vez que, segundo Berger e Luckmann (2004, p. 57):

²⁰⁵ Pseudônimo. Segui a mesma orientação para todas as demais entrevistas, de modo a assegurar o anonimato aos informantes.

As instituições derivam sua força vital da conservação da auto-evidência. Inversamente, uma instituição se vê ameaçada quando os membros que vivem dentro dela começam a refletir sobre os papéis institucionais relevantes, as identidades, os esquemas de interpretação, os valores e as maneiras de ver o mundo. Os filósofos conservadores sempre pressentiram isso teoricamente; os oficiais mais graduados da polícia sabem disso por experiência prática. No ‘caso normal’ o pensamento ‘perigoso’ pode ser mantido de certa forma sob controle. Mas o pluralismo dificulta grandemente o controle. [...] Isto leva a uma nostalgia manifesta pelos bons e velhos tempos de não-liberdade. Libertação e ônus são hermafroditos. Como diz Gehlen: a liberdade nasce da alienação e vice-versa.

A orientação para o silêncio e para o segredo sobre o trabalho nas ruas e os aspectos cruciais da doutrina em espaços como a Rota mostrou-se de forma insistente nas entrevistas que fiz com policiais lotados nos Batalhões de Choque e no Regimento de Cavalaria. Não por acaso, uma das oficiais com quem conversei, mostrou-se surpresa com o fato de eu ter conseguido adentrar a Rota e entrevistar alguns dos seus policiais. Mesmo as policiais que hoje estão lotadas no 1º Batalhão de Choque afirmam não estabelecer contato com os colegas que trabalham na rua. Há uma orientação para o distanciamento entre as poucas policiais que atuam no setor administrativo e de investigações e os policiais que compõem as equipes que realizam o policiamento nas viaturas, conforme destacou uma das entrevistadas²⁰⁶:

Então, eu não posso falar muito por aqui, porque assim, aqui é só administração. Com o pessoal da rua a gente não tem contato. Agora eu trabalhei no [nome da unidade], lá o pessoal fazia muito churrasco, se unia [...] era um lugar mais fácil de conviver e ter amigos. Aqui eu sinto uma dificuldade porque a gente não tem muito contato, né? [...]. É diferente, cada batalhão tem uma doutrina, então é difícil falar sobre isso. (Rosângela, Soldado, 38 anos, 16 anos de serviço).

A mesma policial disse entender que as mulheres poderiam também atuar no trabalho de rua realizado pelos homens da Rota, pois em tese era o mesmo tipo de trabalho realizado por policiais femininos em outras unidades. Contudo, ela destacou que as

²⁰⁶ O distanciamento consiste, no caso dos policiais masculinos, em uma etapa vista internamente como necessária até o início do estágio de rua. Os demais que trabalham na área administrativa, em geral, já passaram pelo trabalho ostensivo e por razões diversas estão no setor administrativo, compreendido sempre como um “desvio”, na medida em que a razão de ser da unidade é no trabalho na viatura. Um dos policiais que entrevistei, contou-me que estava no serviço interno por ter num confronto com criminosos ceifado a vida de um deles. Cumprindo o protocolo, havia passado por tratamento psicológico e aguardava o tempo fixado para voltar às ruas.

diferenças naturais existentes entre homens e mulheres favoreceriam, no campo policial, os agentes do sexo masculino, uma vez que o fato de “ter mais sentimentos” e ser dotado de espírito materno limitaria a capacidade de entrega das mulheres ao trabalho, ressaltando assim um dos fundamentos presentes na PM, orientada a limitar o acesso e, no caso da Rota, a não permitir o ingresso feminino no trabalho de rua:

dentro da PM o homem tem mais liberdade. Tem mais liberdade em todos os quartéis. A mulher, por mais que a gente queira, a gente é limitada. Até mesmo assim eles não deixam [...] Eles não aceitam né, eu até brinco, as vezes falo: ‘Olha, a viatura vai ficar mais cheirosa, a viatura vai ficar mais arrumada [...] mas eles não querem saber’.

Segundo Rosângela, os comentários contrários ao emprego de mulheres nas viaturas eram constantes, razão pela qual afirmou que, mesmo lotada na unidade e apaixonada pelo trabalho de rua, nem aventava a possibilidade de solicitar autorização para ser empregado no policiamento ostensivo motorizado. Essa recusa ao emprego de mulheres nas equipes de trabalho ostensivo na Rota se justificaria, entre outros fatores, pela disposição dos criminosos em não respeitar as policiais femininas e dos colegas em protegê-las de possíveis ataques. Em ambas as situações, destaca-se a percepção: “sou policial, mas sou mulher”, ou seja, o ser mulher sobrepõe-se à farda negativamente, indicando a presença feminina no trabalho externo da polícia como sinônimo de fragilidade da tropa, uma vez que os policiais estariam divididos entre atuar no enfrentamento contra os bandidos e proteger suas colegas de trabalho. Contaria ainda o fato de, por estarem de modo geral divididas entre as responsabilidades com a família e com o trabalho, as mulheres terem um rendimento consideravelmente menor em relação aos colegas homens, reforçada pela maior força física destes em relação ao público feminino, conforme destacou a Cabo Marta, 23 anos de serviço:

Acha que a mulher não vai dar conta. A mulher as vezes tem mais atividades em casa do que o homem. O filho doente, a mulher tá lá, entendeu? Isso é normal, não é para um homem porque tem mulher em casa pra você, né? [...] A maioria é assim, a gente é mãe, a gente é esposa, nós não somos só policial.

A maior capacidade física dos homens e a maior sensibilidade das mulheres seriam as principais razões para preservar o público feminino de atividades que de uma forma geral pudessem exigir o emprego de força, desde trocar um pneu furado a “abrir a tampa de um vidro de palmito”, como exemplificou um jovem oficial da Rota. Para ele, embora as mulheres fossem capazes, por uma questão de “cavalheirismo”, seria desnecessário submetê-las a situações que demandassem o emprego de força e que viessem a “castigá-las” desnecessariamente com o emprego de força física. Para as tarefas mais duras seria justo que estas fossem feitas por homens: “é papel do homem, é mais romântico o homem fazer”. Atividades braçais, neste sentido, estariam mais ajustadas ao perfil masculino, enquanto às mulheres ficariam reservados trabalhos que demandassem a cordialidade e maior sensibilidade como briga entre marido e mulher, por exemplo, ainda que não fosse uma regra. Uma orientação que se aplicaria ao trabalho da polícia e que traria uma maior sensação de segurança para os envolvidos:

Se eu chegar numa ocorrência em que eu tenha que utilizar a força física, que tenha um número grande de pessoas e tal e tenha que cair em luta corporal, obviamente, é inegável, não adianta eu falar o contrário, eu me sentiria mais protegido com um homem. Mas se eu chegasse numa ocorrência dessa e que não precisasse utilizar a força física e sim ter o vocabulário, eu me sentiria melhor com uma mulher. Não com naturalidade porque tem homens que conversam muito bem também, tem homens que tem poder de convencimento, é fenomenal. Agora se fosse uma mulher seria mais fácil, entendeu? (Roberto, Tenente, 30 anos, 10 anos de serviço).

A observação feita pelo oficial seria reforçada por outros policiais, como o sargento Adriano, que destacou a necessidade de pensar o emprego dos policiais conforme a natureza da ocorrência, que poderia vir a “exigir” a compleição física masculina de grande porte aliada a habilidades como “bater bem”. Nessas situações, a mulher de baixa estatura e porte franzino passa a ser vista como mais uma fonte de preocupação que como um auxílio para a guarnição, de modo que não tê-la nesse tipo de serviço traria, na visão do policial, alívio para o grupo:

Então, se você tá lá numa ocorrência e tem um policial [com] 1 e 80 [de altura] e que bate bem é uma coisa. Você tá com uma mulher que tem 1 e 65, magrinha, você vai ter que se preocupar com você e com ela. Então é diferenciado, não tem

jeito, tem que entender isso aí. Se não colocar no contexto, então tem horas que não dá [para ter mulher]. Fala: ‘ainda bem que não tem [mulher na ocorrência]. (Adriano, Sargento, 49 anos, 27 anos de serviço).

O que se depreende é na medida em que avançam na seara de competência exclusivamente policial, as mulheres se tornam raras, fato que traz implicações sérias para o próprio trabalho de polícia e para as ações na área de segurança pública. Conforme assinalou Tânia Pinc (2007), em estudo recente, a ausência de mulheres policiais abre a possibilidade para ação criminosa feminina, um fenômeno crescente nas últimas décadas. Assim, além de vulnerabilizar a segurança dos próprios policiais nas abordagens, pois na ausência de policial feminino na patrulha mulheres deixam de ser revistadas, sendo parte importante das ações atuais das quadrilhas, principalmente nas que atuam junto ao tráfico de drogas, a ausência de policiais femininos indiretamente contribui para o desenvolvimento do crime.

A maior concentração das mulheres nos setores administrativos parece ter uma relação significativa com a percepção comum de que o número de mulheres na instituição é suficiente e de que a ascensão de uma mulher não representaria maiores mudanças na corporação, especificamente, para as perspectivas profissionais de outras mulheres. No entendimento de muitos policiais os últimos Comandos já estariam atuando nesse sentido, de modo que também uma maior sensibilidade para os temas relacionados à melhoria das oportunidades para a tropa, independe do gênero e sim da capacidade profissional do gestor, seja homem ou mulher. Do mesmo modo, a suposta sensibilidade e maior capacidade de comunicação atribuída ao público feminino não parece constituir parte das ações de planejamento e emprego do efetivo com vistas à redução e controle da criminalidade, bem como emprego em programas como policiamento comunitário, na medida em que fazer uso da comunicação e ter sensibilidade para o atendimento de ocorrências de caráter mais social não seria algo exclusivo das mulheres.

Contudo, entende-se de forma geral que os aspectos de ordem física, que destacam a suposta menor capacidade das mulheres para enfrentar os desafios da extenuante rotina nas ruas, justificariam não empregá-las em unidades onde a força física se mostra elemento fundamental, como é o caso da Rota, orientada ao atendimento de ocorrências segundo as

quais as policiais estariam sujeitos a sofrer ataques e vulnerabilizar a ação do grupo, comprometendo a atenção de seus colegas de trabalho. Uma percepção que exigiria reconhecer no interior das guarnições necessidades negadas, como os limites do corpo, por exemplo, e as demandas da vida privada, produzindo assim efeitos sobre a experiência dos homens na instituição como: sobrecarga de trabalho, insensibilidade para o sofrimento alheio e estresse intenso. Efeitos intensificados pela impossibilidade tácita de reclamar, comportamento criticado no grupo e visto normalmente como sinal de fraqueza e, portanto, mais afeitos às mulheres e aos não-guerreiros. Guiados por um senso de proteção, os homens na polícia tenderiam a enxergar as colegas de farda como potenciais irmãs, filhas ou esposas, a quem eles deveriam a todo custo proteger/preservar dos ataques externos, mantendo-as assim longe desses setores da polícia, como salientou o tenente Roberto:

A mulher, ela tem que ser tratada bem, ela não pode, a mulher não merece ser depredada aí na polícia. Também não mereço, mas alguém tem que fazer esse papel, entendeu? [...] A mulher você não bate nem com uma pétala de rosa, nem com uma rosa, você vai bater, vai colocar a mulher lá para receber pedrada? [...] A Rota aí na rua, ela vai pra ocorrências tipo, ocorrência de sequestro, de roubo a residência, roubo a banco e ocorrências onde você vai ter que se atracar com marginais e medir força física e tal. Em razão disso eu vejo que a mulher ela não... não há extrema necessidade de se ter mulher saindo em viatura da Rota, não vejo dessa forma. Agora aqui na Rota pode ver, você vê, não só temos o pessoal que trabalha na rua, temos o pessoal que trabalha também [interno], tem mulher aqui internas e exerce a função com garantia.

Além disso, a inclinação “natural” do sexo feminino para a comunicação representaria uma espécie de risco corrente que não apenas comprometeria o sigilo em torno da rotina do grupo, mas a lealdade entre iguais, sendo o segredo, nos termos propostos por Simmel, um dos aspectos considerados imprescindíveis para a manutenção da importância social do grupo e para a permanência de um protocolo de atuação capaz de manter os seus membros unidos. De acordo com Simone Maldonado (2011, p. 98): “não significando [o segredo] apenas ocultação, exclusão, distanciamento ou iniciação, o segredo implica também em atitudes como a habituação ao silêncio, a cooperação, a confiança, elementos sem os quais ficaria difícil viabilizar as relações sociais”.

Na Rota, como em outras unidades mais tradicionais da polícia, é ofertada, através da referência constante ao passado e de outros processos de subjetivação, a possibilidade de

viver um mundo próprio marcado pelo sentimento de união de seus pares, aspecto fortalecido pelo compromisso em torno da preservação do segredo do grupo e que os distingue dos demais. Ameaças dirigidas a esse fundamento constituem, portanto, ataques diretos ao próprio o grupo, que se preocupará em afastar potenciais ameaças a sua ordem interna. A revelação dos segredos íntimos do grupo passa a ser visto como um atentado imperdoável, uma vez que o segredo opera como um elemento diferenciador do indivíduo num contexto maior de existência. Como salientou Simmel (2011, p. 102): “o segredo situa a pessoa numa posição de exceção; opera como uma atração pura e socialmente determinada”. A viatura, a boina e o braçal seriam as peças fundamentais, os adornos dessa identidade reservada a poucos policiais, as marcas, juntamente com a posse do segredo, de sua distinção.

Fundada na ideia de risco à identidade do grupo e, sobretudo, de perda da autoridade do grupo junto à população e, especialmente, aos criminosos, a Rota vedaria tacitamente a presença das mulheres no trabalho de atendimento de ocorrências sob o argumento de preservar a doutrina e a tradição da unidade, sustentadas nos segredos forjados nos bancos das viaturas que costumam percorrer velozes as ruas da cidade sob o escuro das madrugadas. A preocupação nesse sentido se fundamentaria na expectativa de menor confiança na capacidade física e operacional das policiais, bem como na crença de que as mulheres não se entregariam plenamente ao trabalho em função dos compromissos com a “casa”, afetando, pela disposição “natural” para a quebra de segredos, a lealdade e confiança no grupo, justificando que elas sejam de antemão afastadas da convivência nessas searas de domínio absoluto dos homens. A eles, doutrina e treinamentos constantes fariam lembrar as sanções reservadas para os que transgridem a ordem ao revelar os seus segredos. Assim, como bem ressaltou Michel Foucault (1987, p. 76), “até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade”. Por essas razões, dentre as quais a percepção de que as mulheres seriam traídas pela própria natureza, centrada na maior sensibilidade e menor força física, o trabalho das policiais femininas ficaria restrito aos setores administrativo, feito “com garantia”, e de investigações, onde o seu emprego facilitaria o recolhimento de informações, despertando, a depender do caso, menores suspeitas.

A capacidade de espionagem teria sido comprovada ainda na Segunda Grande Guerra, quando muitas mulheres foram integradas aos serviços secretos de vários países. Por essa razão, o emprego de mulheres em operações do setor de informações, PM-2, da Rota seguiu o exemplo de outros setores, vencendo pelos resultados e pela não-ostensividade do uso da farda as desconfianças sobre a presença feminina nesse nicho do campo policial. No caso do trabalho ostensivo de rua, preservou-se a concepção que o emprego de mulheres comprometeria a confiança da população em relação à tradicional unidade.

Se algumas poucas mulheres participam do planejamento e execução de atividades investigação na Rota, o trabalho realizado pelas patrulhas nas ruas, pautado pelo uso sistemático e seletivo da violência, continuou reservado ao público masculino, constituindo-se as viaturas como “locus” privilegiado do segredo no grupo. Fonte de unidade da tropa, o segredo possui uma importância fundamental ao atuar junto à tradição para o desenvolvimento dos preceitos exigidos pela doutrina, dentre eles a lealdade e constância, expressos no espírito de camaradagem entre os pares e na disposição para o silêncio em relação ao que se passa nas operações e práticas policiais. O segredo seria então fonte de união, recurso imprescindível para o poder e para a importância social do grupo. A esse respeito, o personagem Olímpico de “A hora da estrela” sabia que mais importante que se vangloriar com a coragem do seu ato, quando tirara a vida de um oponente nos tempos em que morava no sertão da Paraíba, estava em preservar a história do conhecimento de todos, o que aumentava suas chances no mundo (LISPECTOR, 1998, p. 57): “guardava disso segredo absoluto, o que lhe dava a força que um segredo dá”.

Desse modo, a ética interna condena de forma recorrente os “falastrões”, aqueles que se vangloriam de sua capacidade operacional e que questionam a todo o momento as ordens superiores. A disposição para a crítica, para a fragmentação do grupo a partir do destaque pessoal, seja negativo ou positivo por meio da valorização da vaidade e dos atributos operacionais – elemento que acompanharia o policial “bilão”, por exemplo - são vistos como uma ameaça ao sentimento de unidade do grupo, ainda que a coragem seja elemento bastante valorizado e o “bilão” possa ser eventualmente nominado pelo outro, mas nunca por ele mesmo. Essa unidade torna-se possível, segundo os discursos, a partir de

uma disposição para uma rotina extenuante, para uma atuação discreta e assertiva em relação aos preceitos valorizados na caserna, bem como a um tipo de dedicação que seria pouco ou nada ajustável à “natureza” feminina, marcada pela menor capacidade física e para uma inclinação para sensibilizar-se com os dramas humanos que emergem com frequência nas ocorrências. O risco de envolvimento afetivo, de uma identificação perigosa com os atores sociais suspeitos, passíveis de serem confundidos pela emotividade feminina com filhos, maridos ou irmãos, faz com que se defenda, ainda que tacitamente, o distanciamento das mulheres das ruas e a exclusividade de um saber-poder aos homens.

Outro fator, além da tradição como argumento para a preservação dos traços originais da identidade do grupamento, é a ideia de que a respeitabilidade estaria ameaçada pelo emprego de mulheres no campo operacional, o que levaria os homens a terem que se preocupar com a sua própria segurança, a segurança da colega policial e a honra do grupo, ameaçados pelas possíveis investidas do bandido contra as mulheres da corporação. Do mesmo modo, a democratização no país e na própria polícia, que ocorreu de forma simultânea com a inserção das mulheres no atendimento das ocorrências e no gerenciamento do trânsito com vistas a melhorar a imagem das corporações no país, aparece nos discursos como sinônimo de perda de prestígio do trabalho policial e de enfraquecimento de sua autoridade. Não por acaso, manifestou-se um dos seguidores do perfil da Rota em uma das redes sociais frente à suposta diminuição do “poder de polícia” nos últimos anos: “Na época do Capitão Conte Lopes a polícia caçava os bandidos, hoje os bandidos que caçam os policiais e cidadãos! Ass: uma pessoa do povo!”. A frase seria a expressão das expectativas em torno da Rota, ainda fortemente orientada para o uso seletivo e duro da violência. Exemplo disso está na publicação, poucas horas depois da morte do MC Daleste, da seguinte “admoestação” no perfil “Admiradores Rota” na internet: “Quer dizer então que matar polícia é tua meta criminoso? Quem planta areia colhe terra.”²⁰⁷.

²⁰⁷ A frase se referia às músicas do MC que incentivariam a morte de policiais e seriam uma reação às análises feitas por alguns especialistas e que apontaram o fato de o criminoso ser alguém bastante experiente, “um profissional”, pois havia atirado no MC durante um show lotado, à curta distância, sem levantar suspeitas. Amigos do músico chegaram a afirmar publicamente que a morte de MC Daleste não ficaria impune enquanto familiares exigiam na imprensa o esclarecimento do homicídio: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=401943456592466&set=a.142473249206156.27029.142467302540084&type=1&theater>, página consultada em 10/07/2014.

A noção de que a democracia teria trazido perdas significativas para o trabalho policial é bastante corrente, ainda que poucos policiais defendam o retorno ao regime autoritário como solução para a crise de segurança. Há uma dualidade importante nos discursos. Se por um lado os policiais não questionam o valor da democracia, por outro eles atribuem ao regime democrático uma progressiva perda da sua autoridade associada ao crescimento dos direitos daqueles que até pouco tempo não possuíam espaços para questionar a sua ação. Os policiais teriam enxergado neste sentido um enfraquecimento de sua autoridade, fato que seria atribuído a um tipo de “herança maldita” recebida após o fracasso dos militares no poder. Assim, com o retorno à experiência democrática, as polícias, especialmente as militares, viram-se diante de um desafio ao terem que lidar com demandas aparentemente contraditórias como a de incorporar mais mulheres em seus quadros com o objetivo de melhorar a imagem em torno do trabalho policial e, ao mesmo tempo, gerenciar internamente a presença desse novo elemento, visto por alguns setores como razão para o aprofundamento da perda de autoridade da polícia. Da mesma forma que a democracia, as mulheres aparecem em alguns discursos como responsáveis pela perda de poder da ação policial, principalmente quando empregadas em unidades tradicionais. A associação comum entre democracia e feminino revela, no caso das polícias militares, que essa relação aparece como ameaçadora das estruturas dessas corporações, assentadas em aspectos militares da formação que tem no pronto atendimento de ordens um dos seus princípios fundamentais. O questionamento dos fundamentos de uma ação, tão comum à democracia, costuma, no âmbito militar, afetar a noção de hierarquia, um dos seus fundamentos internos. Neste sentido, é bastante reveladora a fala de uma experiente policial com quem conversei durante uma das etapas da pesquisa:

prefiro trabalhar com homens, sabe por quê? Homem você diz: “tem uma missão para irmos agora”. O policial masculino fala: “É pra já, chefe!”. Quando você chama uma mulher, ela pergunta: “É pra onde? Espere um pouquinho, vou fechar aqui o computador”. Não dá, não tenho paciência.

Ruth Cardoso (2011, p. 452), ao tratar sobre a relação entre as mulheres e a democracia, apresentou questões interessantes para refletir sobre como o campo político,

que em tese estaria sustentando em características tradicionalmente femininas. De acordo com a antropóloga, a exemplo do que se espera socialmente das mulheres,

[...] o bom político também é um homem que não tem grande agressividade, é um homem que compõe um consenso, lida com o conflito, que sabe resolver conflitos. Se pensarmos bem, essas são qualidades que atribuímos às mulheres, embora elas nem sempre as tenham, mas costumamos atribuir todas essas qualidades às mulheres. Então, parece-me que essa simbologia que envolve o trabalho do político, de certa maneira, o aproxima tanto de um papel feminino que se torna necessário construir imediatamente uma enorme diferença. É preciso marcar esse como um espaço claramente masculino: primeiro para que ele não seja invadido pelas mulheres e, segundo, para que ele tenha realmente um prestígio e uma significação diferentes do trabalho da mulher.

De modo comum ao universo político, a polícia constitui-se num espaço que tende restringir o acesso às mulheres, fixando campos onde elas estejam distantes dos grandes debates e principalmente da tomada de decisões²⁰⁸. Na polícia, o feminino e a democracia tendem a se chocar com os valores normalmente cultivados no interior das organizações militares, embora haja do ponto de vista institucional um apelo à dimensão democrática e comunicativa, representada por alguns programas e unidades específicas como a Polícia Comunitária, Policiamento Escolar, Proerd, entre outros. Neles, representantes da face externa da corporação, há uma tendência no emprego de mulheres e um apelo mais claro à importância de apostar na ação comunicativa dos policiais como instrumento para o atendimento de ocorrências, o avesso dos aspectos valorizados nas unidades mais tradicionais que priorizam a ação pontual, precisa e por vezes “dura” nas ações de “combate” ao crime.

A disposição para o diálogo e para questionar o sentido das determinações é concebida como ameaça a fundamentos como hierarquia e disciplina, ainda que percebida como um diferencial positivo na forma de comandar das mulheres na polícia e que as levaria, na ótica da policial, a implementar com mais facilidade mudanças na instituição:

²⁰⁸ Reservado o fato de a antropóloga falar num contexto de retomada da democracia no país, as observações sobre a participação feminina na política contemplam de forma ampla a realidade atual, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, dentre eles o aumento da representação feminina nos parlamentos estaduais e federal, bem como a eleição da primeira mulher Presidente do Brasil.

Ela [comandante feminino] aceita mudança mais fácil, isso é fato, né? Ela pode querer lutar: isso é azul, vamos mudar pra amarelo. Mas por que amarelo? Ela vai questionar e ela vai [...] chegar à conclusão que a mudança de cor ia ser ideal, então ela vai passar para ela, vai passar para outra pessoa, isso é muito da mulher. Está fazendo um negócio não, to expressando a minha opinião. [hipótese sobre questionamento comum das policiais em comando] ‘Será que é esse mesmo o caminho certo?’. O homem tem mais dificuldade [de se questionar]. É do ser humano. (Marta, Cabo, 23 anos de serviço).

Questionamentos dessa ordem colocariam na percepção comum de muitos policiais o sentido de lealdade de determinados grupamentos como a Rota em xeque. Delimitada no âmbito da polícia como um espaço por excelência do masculino, os membros da unidade tenderiam a ver no emprego de mulheres nas viaturas, campo onde se forjam os heróis a partir do sentimento de lealdade e da preservação dos segredos das patrulhas, uma séria ameaça ao sentimento de coesão do grupo, alicerçado no companheirismo e no compromisso de proteção entre iguais. As mulheres seriam então vistas no campo policial como “*outsiders*” (BECKER, 2008), elementos desviantes na ordem militar. Elas estariam situadas imaginariamente fora do campo daqueles considerados “normais”, aqueles nos termos de Norbert Elias (2000) seriam dotados de uma virtude humana superior, o “carisma grupal distintivo”.

Visto como “de fora”, o público feminino comprometeria a tranquilidade esperada nesses espaços tradicionalmente masculinos. Diante da sua presença os homens da corporação perderiam a espontaneidade, bem como a chance de expor de forma mais tranquila sua percepção sobre o mundo e sobre seus companheiros, empregando a sua própria linguagem e códigos nesses espaços reservados a uma vivência plena do masculino. Não por acaso, em outras unidades do Batalhão de Choque que se abriram à presença feminina, para serem melhor aceitas, as mulheres buscam incorporar ou desenvolver aspectos ditos masculinos como agressividade, capacidade de dominar e executar ordens com maior rigor que os seus companheiros de farda, comportamento que caracterizaria a policial “Billy”²⁰⁹, sinônimo daquelas que introjetaram os valores da caserna, deram provas

²⁰⁹ A Billy seria a policial que gosta da atividade operacional de rua, sendo reconhecida no meio policial pelo seu bom desempenho, especialmente no serviço de viatura efetuando abordagens, prisões e até mesmo se destacando na troca de tiros com criminosos, comportamento normalmente esperado dos policiais masculinos que trabalham nas unidades operacionais como Força Tática e Rota, por exemplo. Apenas aos policiais que exagerariam nessa performance é que seria atribuído o termo “Bilão” ou “Bilona”, que viria, assim como o

de sua competência, mas nem por isso deixaram de ser discriminadas internamente, na medida em que abandonaram as expectativas mais comuns em torno do lugar feminino na polícia. Em linhas gerais, o gênero feminino é percebido como elemento ameaçador de uma ordem masculina, pois, com menor tempo na corporação o público feminino representa uma aposta na modernização enquanto o masculino estaria empenhado na manutenção da tradição, que preservaria a polícia de perder os seus valores e a sua autoridade. Além disso, se a morte é parte da imagem masculina, as mulheres são associadas em diferentes

termo Billy, do lendário criminoso norte-americano “Billy The Kid”. Embora pareça estranho à primeira vista, por tratar-se de uma referência a um criminoso, é bastante provável que a literatura e, sobretudo, os filmes sobre a personagem tenham colaborado para alterar essa percepção, destacando apenas a sua coragem e valentia. A liberdade de agir fora dos protocolos institucionais e das ações de controle externo é também um importante fator para marcar a atuação do policial Billy e/ou Bilão, orientado a cumprir um ideal de coragem reverenciado na polícia e que teria no apoio mútuo um dos seus principais insumos. No clássico “Billy The Kid – História de um bandido”, Pat Garret, ex-companheiro de trabalho e assassino de William H. Bonney, o Billy The Kid, reforça a importância da história do célebre bandido do velho oeste “cujos feitos temerários e crimes sangrentos despertaram, em passado recente, o espanto da metade do mundo e a admiração ou ódio da outra metade” (2011, p. 25). Billy The Kid alcançou fama tanto pelas mortes, exageradas pelos biógrafos, quanto pelas expressões de lealdade, pela pouca idade quando se envolveu em assassinatos e pelo físico franzino. Segundo Bueno (2011, p. 19), o estilo de escrita Ash Upson, que teria escrito o livro sobre Billy The Kid juntamente com Pat Garret, colaborou para a construção do mito: “Os feitos que [Upson] narra acabaram por transformar the Kid numa espécie de Robin Hood do Sudoeste”. Embora algumas Billys prefiram não utilizar marcas de feminilidade como batom, brincos e fardamento mais justo, de modo a melhor se ajustarem às patrulhas e obter, pelo compromisso com o universo policial e a negação de elementos indicadores de uma vaidade “desnecessária”, o respeito dos colegas masculinos, a Billy não necessariamente é “masculina”, como salientaram algumas policiais com quem conversei sobre o termo. Para as policiais masculinas, aquelas sobre as quais recai a dúvida ou certeza sobre a orientação sexual para o mesmo sexo, são chamadas de “Maikonas” ou “Fokonas”, que viriam do alfabeto policial, cujas letras M e F são Mike e Fox. O Mike, vem do M de Militar ou de “Macho” e o F, Fox, de Fem, Feminina ou Fêmea. Policial Militar seria Papa Mike e Policial Feminina, Papa Fox ou simplesmente Fox. Assim, “Maikona” é a policial macho, militar, diversa, portanto, da simples Fem, Feminina. Seria o equivalente a “sapatão”. Já o homem feminino tende a ser chamado de Fem ou de “fruta” ou mesmo outros adjetivos comumente utilizados no mundo civil para se referir àqueles que “perderam o sexo” ao se distanciarem da heteronormatividade. Para homens e mulheres que trabalham no setor administrativo, a expressão largamente utilizada é de “maçaneta”, que se refere aqueles trabalham internamente e que teriam como função abrir e fechar portas para superiores e demais autoridades. A perspectiva é assinalar a distância entre o mundo das ruas e o do serviço burocrático, que estariam pautados, respectivamente, pela coragem e pela falta de brio ou puxa-saquismo. A esse respeito, uma das minhas informantes ponderou: “quase todos os serviços administrativos são estressantes mentalmente... nem sempre um ‘maçaneta’ desgosta do trabalho operacional, o que ocorre é que é um trabalho que tb precisa ser realizado e alguns o fazem apenas por necessidade ou por serem escalados... conheço mts colegas que estão na administração por escala, e não gostam, e outros por necessidade... no meu caso, eu gosto de ambos os serviços, mas hoje prefiro a adm [administrativo] porque consigo ter horários definidos, com finais de semana livres, e isso, no momento, é essencial pra mim...” Há ainda outras expressões como “Spacefox”, que seria utilizado para a policial feminino acima do peso ou de estatura, sendo também utilizada para aquelas que se mostram pouco interessadas no serviço, apelando para liberações, atestados e por isso sendo conhecidas como “Spacefox”, ou seja, policiais femininas “espaçosas”, “folgadas”. Para conhecer outras expressões do meio policial, ver o livro “Vocabulário Policial”, de Alaor Silva Brandão, Prol Gráfica Editora, 2011.

discursos à vida, a partir do culto à maternidade, à família e do desenvolvimento de funções relacionadas à organização e ao cuidado, necessárias à promoção da imagem social da polícia. Como se tornará mais claro no próximo capítulo, a polícia reserva outras atribuições às mulheres e que certamente passam ao largo dos embates sangrentos com criminosos.

Desse modo, no campo policial, a mulher costuma se ver constantemente diante do desafio de pensar o seu corpo em relação aos regulamentos e à farda, assim como lidar com as expectativas de si e sobre si nesses espaços, onde os contornos e as diferenças que marcam o feminino oscilam entre o desejável e o indesejável, demarcando, por exemplo, a despeito do considerável tempo da presença de mulheres no campo policial e da ausência de “heroínas”, um lugar específico para as mulheres na corporação. Há, de modo geral, um controle específico sobre o corpo feminino na polícia com vistas a elaborar uma cartografia dos desejos que circulam entre os círculos hierárquicos e os diversos campos do trabalho policial. As expectativas da instituição em torno dos policiais encaminham-se para um gerenciamento rigoroso da imagem feminina desejada, centrada na expectativa de dar provas da “democratização” das práticas e também de suavizar os traços da polícia para o público externo, ao mesmo tempo em que pretende preservar os aspectos tradicionais da corporação, em especial nas unidades que gerenciam a sua memória e atendem com maior frequência às demandas por segurança da população, conservando-a das tentativas de modernização que possam colocar em ameaça o sentimento de irmandade dos seus pares. Por esse motivo, mostra-se fundamental refletir não apenas sobre as implicações que esses obstáculos trazem para a experiência objetiva e simbólica de homens e mulheres na polícia, mas para os sentidos e resultados do trabalho policial atualmente, compreendendo assim, por exemplo, quais os modelos de policiais femininos valorizados pela corporação, quais aspectos marcam a composição de sua imagem e, não menos importante, o que esses modelos revelam.

Capítulo 3: Nem Quitéria nem Joana: mulheres, farda e usos da imagem na polícia militar

O espaço público constitui o apanágio dos homens: o do comércio, o da política, o da arte da oratória, o do esporte de alto nível, o do poder. Uma mulher só pode aspirar a isso parcialmente. Questão de função, mas também de sexo, de corpo protegido, eventualmente velado.

Michele Perrot (2011, p. 132).

3.1 O corpo feminino e as dimensões simbólicas da farda: quando os contornos são “indesejáveis”

Com os cabelos curtos, os seios amarrados e roupas tomadas de empréstimo do cunhado, Maria Quitéria de Jesus seguiu para a guerra que se tornaria decisiva no projeto de independência política do Brasil. Para combater as tropas portuguesas, ingressou escondida do pai em um dos batalhões de voluntários, burlando a proibição das autoridades ao apresentar-se em trajes masculinos nos conflitos que selariam o destino do país²¹⁰ (GOMES, 2010).

Ao lado de Ana Nery e Anita Garibaldi, Maria Quitéria integra o panteão das brasileiras²¹¹ que tiveram as suas vidas intrinsecamente ligadas à guerra, ainda que por caminhos distintos. Se as duas primeiras se destacaram a partir de características tidas como expressão da natureza feminina; a primeira pelo cuidado dos feridos e a segunda pela paixão pelo companheiro, Quitéria se tornou conhecida pelo envolvimento direto em

²¹⁰ Maria Quitéria de Jesus, nascida em Feira de Santana-BA em 27 de julho de 1792, participou de pelo menos três combates durante a Guerra de Independência do Brasil e que culminou na expulsão das tropas portuguesas de Salvador em 02 de julho de 1823. A batalha mais importante da qual participou foi a de Pirajá, em território baiano, que contou, somadas as forças brasileiras e portuguesas, com um contingente aproximado de 10.000 pessoas. A guerra pela Independência pretendia evitar a divisão do país, sendo a resistência na Bahia decisiva para que a nova nação permanecesse fiel ao príncipe Regente D. Pedro (GOMES, 2010). Henriqueta Galeno (1945) apresenta o ano de 1798 como sendo o do nascimento de Maria Quitéria.

²¹¹ Além de Maria Quitéria de Jesus, Ana Nery e Anita Garibaldi, são ainda conhecidas como “heroínas” da história nacional Jovita Alves Feitosa e Ana Vieira da Silva que lutaram, respectivamente, na Guerra do Paraguai e na Revolução Constitucionalista de 1932. Existem ainda várias anônimas, como as que integraram o quadro de enfermeiras da reserva do Exército brasileiro criado durante a II Guerra Mundial (D’ARAÚJO, 2004). Pode-se citar também a freira baiana Joana Angélica, martirizada na guerra de independência do Brasil.

conflitos armados. Assim, fez, diferente da escolha pela assistência aos enfermos, pelo cuidado dos filhos ou pela entrega ao amor do companheiro, ainda que estivesse noiva, uma opção primeira pela batalha, pela possibilidade de glória em embates sangrentos contra os inimigos; marca festejada dos homens, contexto claramente proibido às mulheres.

Nas lutas que selariam a vitória final dos brasileiros, Quitéria evidenciou destreza com as armas e destacada coragem ao se lançar contra os adversários. Em pouco tempo, ganhou o reconhecimento dos seus companheiros, que viram no destemido “Soldado Medeiros”, nome com o qual havia se apresentado para a guerra, presença fundamental para assegurar a vitória das combatidas tropas brasileiras. Mesmo ao ter descoberta a sua identidade, quando seu pai foi buscá-la no acampamento, o desempenho nas batalhas foi crucial para que os seus companheiros clamassem a sua permanência, autorizada pelo comandante, que fazia apenas uma exigência: ela teria que a partir de então usar um saiote, além da farda (GOMES, 2010).

A escolha de Maria Quitéria, levada pelo desejo de representar a família no conflito e afirmar a superioridade de seu grupamento e da nascente nação, a tornaria a versão mais próxima de Joana D’Arc na história do Brasil²¹². Ao ouvir juntamente com o pai, já idoso e sem filhos em idade para a guerra, o relato do emissário do governo sobre a importância de engajamento de voluntários para livrar o país da “tirania de Portugal”, assim como a respeito dos grandes feitos realizados por D. Pedro em favor do Brasil, Quitéria afirmou que havia naquele instante recebido um chamado: “senti o coração ardendo em meu peito” (GRAHAM, 1956, p. 330).

As suas reiteradas demonstrações de coragem despertariam a admiração curiosa dos seus superiores e de outras autoridades. Ainda durante a guerra seria promovida ao posto de primeiro-cadete e, ao final, agraciada com o posto de alferes e a condecoração da Ordem do Cruzeiro, quando foi recebida no Rio de Janeiro em audiência especial pelo Imperador D. Pedro I, que pessoalmente colocou em sua túnica a condecoração e ao seu pedido escreveu uma carta na qual solicitava ao pai que a perdoasse pela desobediência. A escritora inglesa

²¹² Maria Quitéria encontrou, no entanto, um destino menos trágico que a heroína francesa, séculos antes despida de suas vestes para então ser queimada na fogueira. Os registros históricos indicam por sua vez um fim melancólico da brasileira: teria encerrado a vida na cidade de Salvador quase cega, pobre e esquecida aos 61 anos.

Maria Graham (1956, p. 331), que a conheceu na ocasião, registrou sobre a heroína da Independência as seguintes impressões:

Não é particularmente masculina na aparência; seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse. Não há nada de muito peculiar em suas maneiras à mesa, exceto que ela come farinha com ovos ao almoço e peixe ao jantar, em vez de pão, e fuma charuto após cada refeição, mas é muito sóbria (Grifos meus).

As observações de Graham fazem ver algumas das preocupações a respeito dos possíveis “efeitos” que a participação direta em batalhas traria sobre o comportamento feminino, bem como sobre o tipo de personalidade esperada de mulheres que se destacariam em conflitos armados. A referência positiva ao comportamento de Quitéria, no qual os gestos “delicados” e “alegres” aparecem como sinônimos de feminilidade e, portanto, opostos ao que seria visto como comportamento masculinizado, expressa o tipo de preocupação ligada ao emprego de mulheres na guerra. O desempenho da heroína, a despeito de ser mulher e feminina, demonstrava antes de tudo o seu caráter raro, que uma vez educado poderia transformá-la numa “pessoa notável”.

Ao examinar os gestos e personalidade de Quitéria, Graham expõe preocupação em torno dos possíveis efeitos das batalhas sobre a sua alma feminina, bem como a valorização daquela que seria vista como uma das suas mais importantes virtudes, ou seja, a capacidade de não deixar-se brutalizar no convívio com os companheiros nas tropas e com o uso da farda, patrimônio até então exclusivo dos homens. Quitéria, mulher solteira de trinta anos, teria ainda o mérito de respeitar a disciplina militar e a natureza do seu sexo, apesar das tentações de um contexto orientado pela violência que poderia vir a representar não apenas a exposição da menor capacidade física esperada das mulheres, mas um caso de degeneração moral e ou de inversão da sexualidade, como indiretamente se temia. Apesar de fumar, mantinha a sobriedade que se esperava de uma mulher, bem como o comportamento gentil, ainda que tivesse crescido no campo sem acesso a algum tipo de educação formal. No confronto sangrento com a dor e morte, a preocupação latente estava na possibilidade de emasculação da heroína, no destaque a sua capacidade de moldar-se ao

contexto militar escondendo suas (in)desejáveis formas, como se destaca nos relatos de personagens históricos sobre Joana D'Arc e mitológicas, como as guerreiras Amazonas.

Em relação a Joana, séculos antes, o mundo ocidental já havia se deparado com a história da jovem virgem que guiada por vozes lutou para libertar a França das mãos dos ingleses. Vestiu roupas masculinas e empunhou a espada nas batalhas que moldaram a história francesa, guiando gigantescos exércitos na resistência à dominação estrangeira. Com isso, Joana, a “Donzela de Orléans”, representada como a jovem mártir religiosa de traços angelicais e furor no enfrentamento dos inimigos, fez-se mito pela capacidade de liderar e de manter-se fiel à causa religiosa e aos princípios morais de seu tempo: “chefe de soldados indisciplináveis, incessantemente aflita, ferida por suas desordens, Joana tornava-se rude e colérica, ao menos para repreendê-los. Era impiedosa principalmente com as mulheres que eles arrastavam consigo”, causa de constantes brigas nos acampamentos e de “desvirtuamento” moral dos soldados (MICHELET, 2007, p. 68).

O historiador Jules Michelet (2007) destaca que no processo de julgamento da heroína francesa os acusadores diriam para ela que nenhum aspecto era considerado mais grave que o fato de Joana ter se vestido com roupas diferentes do seu sexo. De acordo com os códigos da Igreja na época, tal ato era abominável aos olhos divinos e deveria ser punido com todo o rigor. Sustentada nessa e outras acusações, a jovem heroína seria julgada culpada por possessão diabólica, por ser “ímpia” com os pais e ter o sangue cristão corrompido, entre outros crimes. A pena: condenação à morte na fogueira, lugar onde, segundo relato da época, os seus inimigos esperavam ver revelados os seus segredos. Consta que, ao condená-la, os ingleses pretendiam que “uma vez queimado o vestido, a paciente ficasse nua, para dirimir as dúvidas do povo; que, afastado o fogo, todos viessem vê-la, e conhecer todos os segredos que podem ou devem estar numa mulher [...]”. Destaca o historiador francês que após ter as vestes queimadas e exibido o corpo ao olhar curioso da multidão, a ordem foi para que o carrasco “tornasse a atear fogo no seu pobre cadáver [...]” (MICHELET, 2007, p. 115).

Na literatura, no cinema²¹³ e em outras expressões artísticas, Joana D’Arc, mais tarde inocentada e declarada santa pela Igreja, foi retratada de diferentes formas tendo como objetivo comum explicar as razões que levaram a jovem a desafiar a ordem social do seu tempo, em especial, o mundo dos homens. Sob o signo da loucura, do heroísmo ou da santidade, foi apresentada em grande parte dessas produções como a jovem sonhadora cujo compromisso com o ideal de liberdade da França a tornaria vítima da ambição e dos interesses que envolviam membros da Igreja e do Estado, assim como os fundamentos morais conservadores de sua época. Como a “donzela que vai à guerra”, título de famoso romance de origem castelhana que foi publicado pelo escritor português Almeida Garret no século XIX, Joana enfrentaria, como a jovem do romance, a desconfiança com ponderações sobre a sua real condição, vista a partir de uma compreensão essencialista de gênero e do “espectro” da androginia. No caso da “donzela que vai à guerra” ou “Isabel ou a heroína de Aragão”²¹⁴ (2000, p. 131), a despeito da sua habilidade em reproduzir o comportamento esperado de um guerreiro resistindo às provas quanto ao seu “verdadeiro” sexo, esta seria por fim reconhecida ao ser denunciada pelos olhos do seu superior e amado:

Sete anos andei na guerra
E fiz de filho varão.
Ninguém me conheceu nunca
Senão o meu capitão;
Conheceu-me pelos olhos,
Que por outra coisa não.

Com o poema “Heróina”, em certo trecho Franklin Dória, o Barão de Loreto, faz referência os olhos reveladores de Maria Quitéria, que, segundo Álvaro Reis, no meio viril o “vulto delicado” de Quitéria incitava, “eletrizando os homens”, a demonstrar o seu valor (GALENO, 1945, p. 145):

²¹³ Heroína e santa, Joana D’Arc é uma das personagens históricas mais representadas no cinema. Dentre as produções mais importantes, destacam-se: “La passion de Jeanne D’Arc”, filme mudo francês de 1928 dirigido por Carl Theodor Dreyer; “Joana D’Arc”, de 1948, que teve como protagonista a atriz Ingrid Bergman e foi dirigido por Victor Fleming; “O processo de Joana D’Arc”, filme de Robert Bresson, lançado em 1962 e “Jean D’Arc/The Messenger: The Story of Joan of Arc, produção franco-americana lançada em 1999 com direção de Luc Besson.

²¹⁴ Agradeço à Profª Drª Vilma Quintela (FSLF) pela indicação da obra de Almeida Garret.

Tem no semblante varonil reflexo;
Tem nos seus olhos faiscar de feras;
Santo respeito lhe grangeia o sexo,
Sua bravura mil espantos gera.

A determinação de Quitéria, presente nos olhos e no semblante que refletia os próprios homens e os seus valores, como o destemor frente à guerra, provocou também fascínio, respeito, mas principalmente assombro, diante da jovem que transgride as ordens de seu tempo. Pode-se afirmar que é nesse aspecto, centrado na memória, no corpo e na farda, que as histórias das heroínas se aproximam, além do desejo de viver em sua plenitude os desafios, incertezas e glórias de um campo reservado aos homens. No destino de Quitéria e Joana, há uma evidente referência ao corpo, aos segredos partilhados nos campos de batalhas e encobertos pela farda dos guerreiros, de modo que conhecer a trajetória dessas mulheres implica em desvendar os mistérios escondidos nas fardas/armaduras, moldadas para os corpos masculinos e deles subversivamente “tomadas”. O que se pretende esconder ou encontrar nos corpos dessas mulheres? O que esses corpos fardados revelam? O que eles dizem sobre o desejo de homens e mulheres e sobre o seu lugar no mundo, especialmente em contextos militares?²¹⁵

²¹⁵ A ampliação da presença feminina nas Forças Armadas é um tema que tem gerado discussões ao redor do mundo, sobretudo nas potências militares ocidentais. Nos EUA, que possui o maior contingente feminino em atividade, há vozes dissonantes quanto à necessidade e pertinência em empregar mulheres na linha de frente de conflitos armados. Uma delas se manifestou recentemente contrária a essa tendência. Em 2012, por meio do artigo “Chega disso! Nós não fomos criados todos iguais”, a capitã dos Marines Katie Petrônio, com base em sua experiência no grupamento de elite da Marinha norte-americana, cujos problemas de saúde adquiridos em treinamentos e combates a levaram à aposentadoria, afirmou que, em virtude das especificidades do corpo feminino, as mulheres não teriam condições de resistir às dificuldades existentes ao longo da carreira militar como os homens. No artigo, Katie afirma, desse modo, que critérios políticos, relacionados principalmente à influência do *Defense Advisory Committee on Women in the Service* – DACOWITS, estariam desprezando essas diferenças e guiando a inclusão de mulheres nas ações de infantaria, fato, que segundo suas previsões, levará a um aumento muito forte do número de mulheres incapacitadas para o serviço. Fonte: Coluna do Ricardo Setti, “Chega de igualdade! Mulher não dá para ser soldado!” – diz capitã dos ‘marines’ nos EUA”. Veja, 22/08/2012: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/chega-de-igualdade-mulher-nao-da-para-ser-soldado-diz-capita-dos-marines-dos-eua/>, página acessada em 10/02/2014. Outro problema seria o número crescente de casos de assédio sexual e estupro ocorridos nessas instituições, como trata o premiado documentário sobre casos ocorridos no Exército Americano, *The Invisible War*, dirigido por Kirby Dick e lançado em 2011, com produção de Amy Ziering. Segundo levantamento recente, um terço das oficiais que serviram nas guerras do Afeganistão e Iraque foi estuprada por colegas ou superiores. Um problema que ganha cada vez mais visibilidade e que revela serem do sexo masculino (53%) a maioria das vítimas. O Pentágono estima em 19 mil casos entre 2010 e 2011 e de 26 mil em 2012. Das vítimas do sexo masculino, 76% não apresentaram queixas. Fonte: “Abusos sexuais nas Forças Armadas chocam o país”. In:

De forma ampla, quando pensamos a presença de mulheres em instituições responsáveis pelas ações de defesa e segurança, como as forças armadas e as polícias, a imagem da mulher de arma em punho e/ou vestida para a guerra é uma das mais comuns, principalmente para as gerações que acompanharam o emprego mais evidente das mulheres nesses setores, ocorrido nos anos 1970 com as mobilizações em favor da ampliação dos direitos femininos. Essas representações, de forte caráter publicitário, são utilizadas como atestado da capacidade das mulheres em searas que permaneceram por longo tempo territórios exclusivos dos homens e como tentativa de ressignificar a presença feminina nesses contextos: de uma transgressão para um projeto possível. As imagens de policiais femininos em ações publicitárias das polícias, quase sempre a partir de padrão reconhecido de beleza e sensualidade moderada – fardadas e de batom -, aparecem na imprensa e nas redes sociais como a celebração das conquistas alcançadas pelo público feminino nas últimas décadas, de modernização e democratização dos órgãos de segurança, sendo uma forma de lembrar que as mulheres estão em “todos” os setores da vida profissional, ainda que com limitações evidentes ou sutis.

No Brasil, a memória em torno de personagens como Maria Quitéria de Jesus, que apareceu mais fortemente nas primeiras experiências de polícia feminina e de ampliação da presença das mulheres nas polícias e nas forças armadas, nos 1950 e 1990²¹⁶, respectivamente, cedeu lugar a outros modelos, apesar de os critérios gerais a respeito do lugar idealizado para as mulheres nas polícias terem permanecido silenciosamente atuantes desde essas primeiras experiências. Encaradas como mulheres que assimilaram de forma plena o desafio militar, não conhecendo na missão de enfrentar os inimigos o amor e a maternidade, Quitéria e Joana seguiram na contramão do cumprimento de uma natureza esperada das mulheres e das expectativas reais dessas instituições quanto ao papel reservado ao sexo feminino no campo policial. Se elas resistiram às investidas dos

<http://oglobo.globo.com/mundo/abusos-sexuais-nas-forcas-armadas-dos-eua-chocam-pais-10933857>, página acessada em 10/02/2014.

²¹⁶ Em 1953, ano do centenário de morte de Maria Quitéria de Jesus, foi determinado pelo então Ministro da Guerra que todos os “estabelecimentos, repartições e unidades do Exército” inaugurassem no dia 21 de agosto do mesmo ano um retrato da heroína brasileira, que se tornaria, a partir de 28 de junho de 1996, através decreto presidencial, Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. Fonte: <http://www.eb.mil.br/maria-quiteria-quadro-complementar-de-oficiais>, página acessada em 14/11/2013.

opponentes em intermináveis batalhas, vencendo a desconfiança dos companheiros em relação ao seu sexo ao introjetarem os ideais guerreiros, nas instituições de segurança não se constituíram na prática modelos a serem seguidos por outras mulheres, apesar de alguns setores, sobretudo ligados as ações operacionais exigirem informalmente das mulheres que adentram aos seus muros, o cumprimento de um protocolo de trabalho próximo ao dos patrulheiros homens.

Desse modo, este capítulo tem como propósito analisar, a partir das categorias presentes no campo e das questões anteriormente apresentadas, as expectativas a respeito da presença feminina na Polícia Militar de São Paulo, identificando assim os modelos mais valorizados atualmente a respeito do papel e do lugar das mulheres na corporação. O capítulo visa compreender de que modo se dá o uso das imagens das mulheres na instituição, indicando as formas mais comuns de instrumentalização e os elementos que costumam ser mais valorizados na composição do ideal feminino na polícia militar, tendo em vista os modelos existentes. Se para os policiais masculinos da PM de São Paulo os heróis do passado, ligados especialmente à experiência da Força Pública, servem na construção de um protótipo, na atuação das policiais femininas quais são os modelos que imperam? Diante de quais espelhos elas se posicionam e o que delas espera a corporação? De modo mais específico: as imagens das heroínas Maria Quitéria e Joana D'Arc exercem algum tipo de influência sobre a composição do ideal das mulheres nas polícias atualmente? Como pioneiras em contextos masculinos ligados à defesa e à segurança, são institucionalmente reconhecidas como arquétipos ideais para as policiais femininas? A hipótese defendida neste trabalho é que, contraditoriamente, o respeito conquistado de seus companheiros de batalha não assegurou a confiança plena das autoridades, razão pela qual, apesar de “festejadas”, Joana e Quitéria, assim como outras mulheres que se destacam nas ações operacionais de rua, permaneceram por longo tempo como experiências raras e distantes da missão reservada às mulheres nessas instituições, que formalmente busca um modelo diverso.

Muitos dos elementos que assinalam a presença feminina nas polícias, como discutirei, são antes de tudo medidas de ajustamento utilizadas pelas mulheres na busca de proteção e reconhecimento, onde se inscrevem as marcas de uma presença necessária para a

melhoria da imagem da corporação ao mesmo tempo em que elas são encaradas como perigosas para o sentimento de coesão e de prestígio esperado dos policiais, sejam homens ou mulheres. Neste sentido, busco evidenciar como na fronteira entre o discurso institucional e dos policiais, as mulheres traçam trajetórias e orientam a construção de suas identidades entre o quartel, a casa e as ruas, para então discutir no capítulo seguinte a experiência da profissão e os compromissos da vida íntima, do gerenciamento da casa e em muitos casos os desafios de conciliar a profissão e a maternidade. Aspectos como vaidade, cuidado, hierarquia, disciplina, ascensão, celibato, casamento e filhos circulam com grande frequência como temas que moldam a trajetória das mulheres, constituindo signos de suas identidades e de seu lugar simbólico em diferentes nichos da corporação, interessada de modo geral em estabelecer fronteiras ao trabalho feminino que reforcem os fundamentos internos da polícia e ao mesmo tempo atendam as expectativas sociais mais amplas em torno da melhoria do trabalho policial e de reconhecimento dos direitos das mulheres.

Pretendo analisar nesse processo os lugares simbólicos reservados ao público feminino pela instituição, destacando como as diferenças de gênero são percebidas e utilizadas internamente para definir o sentido do trabalho das mulheres na Polícia Militar de São Paulo. Como antecipa o título deste capítulo, discuto os usos da imagem das mulheres na corporação policial militar, de modo a compreender as expectativas mais comuns a respeito de como devem atuar as diferenças de gênero no trabalho policial, em grande parte visível nas orientações dos regulamentos disciplinares, bem como na composição e distribuição do efetivo nas diferentes unidades. Para isso, baseio-me no conteúdo de entrevistas, de registros etnográficos realizados em solenidades e eventos relacionados à Semana da Policial Feminino, além de fontes documentais, a fim de compreender de que forma elementos como batom, maquiagem, maternidade, farda, entre outros, relacionam-se às inscrições corporais que atuam na composição da identidade profissional das mulheres policiais militares e nos seus processos de identificação, explicitando assim os fundamentos de sua experiência na polícia e as relações que estabelecem com o quartel, a casa e as ruas.

Conforme foi anunciado no início do capítulo, entendo que a relação entre corpo, farda e segredo marca a incursão das mulheres nas guerras e fornece alguns indícios de como o gênero atua e é percebido em contextos predominantemente masculinos como as

polícias. Nessas situações se evidencia não apenas o poder de quem exclui, mas o receio e com ele a percepção em relação ao excluído e ao poder que ele guarda. Sinal da ansiedade masculina a respeito do efetivo controle sobre o feminino, como esclarece Marilyn Strathern (2006, p. 159): “recolher-se às atividades exclusivamente masculinas, supõe-se, mostra, pela negação, o poder do sexo excluído”. A percepção acerca das diferenças entre homens e mulheres é uma das razões fundamentais para o estabelecimento de assimetrias internas e para a definição de uma prática policial sustentada numa racionalidade que aposta na compleição física masculina, assim como no caráter reativo e violento das atuações, em detrimento das ações de prevenção que privilegiam a comunicação, a aproximação com a comunidade e o sentido de proteção da sociedade, vistos como mais identificados com os valores femininos e, por isso, distantes da verdadeira “essência” do trabalho policial. Lembrando, conforme oportunamente assinalou Amílcar Torrão Filho (2005, p. 139), que: “não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade”.

Corpo e gênero se mostram importantes aspectos a orientar a demarcação de lugares no interior de campos tradicionalmente dominados por valores masculinos, como indicam a vida de Joana D’Arc e de Maria Quitéria. Assim como as heroínas históricas, personagens da literatura a exemplo de Diadorim, de “Grande Sertão: Veredas” (1994) e Maria Melona, do romance “Os Desvalidos” (1993), do escritor Francisco Dantas, vão retratar o drama da experiência feminina nesses espaços, assinalando as especificidades do gênero a partir do confronto com as diferenças, com destaque para os motivos decisivos para a sua incursão em territórios dominados por valores masculinos.

No romance de Guimarães Rosa (1994, p. 205-1), Diadorim veste-se com roupas de homem e entra em um grupo de jagunços motivada pelo desejo de vingança da morte do pai, Joca Ramiro, vindo depois a entregar-se involuntariamente ao conhecimento de Riobaldo. No cruzamento dos desejos, o segredo de Diadorim se desfez aos olhos sonhadores de seu companheiro, mostrando que o drama da mulher na “guerra” é antes de tudo um drama dos homens:

Meu corpo gostava de Diadorim. Estendi a mão, para suas formas; mas, quando ia, bobamente, ele me olhou – os olhos dele não me deixaram. Diadorim, sério, testalto. Tive um gelo. Só os olhos negavam. Vi – ele mesmo não percebeu nada. Mas, nem eu; eu tinha percebido? Eu estava me sabendo? Meu corpo gostava do corpo dele, na sala do teatro. Maiormente. As tristezas ao redor de nós, como quando carrega para toda chuva. Eu podia pôr os braços na testa, ficar assim, lorpa, sem encaminhamento nenhum. Que é que queria? Não quis o que estava no ar; para isso, mandei vir uma idéia de mais longe. Falei sonhando: – “Diadorim, você não tem, não terá alguma irmã, Diadorim?” – voz minha; eu perguntei.

Riobaldo e outros personagens masculinos de Grande Sertão se encaminham para guerra como um dos caminhos possíveis para o seu sexo, sendo por vezes o encontro com a sua verdadeira natureza. Não há grandes razões para negar o desafio da luta, de modo que um jagunço passa sem grandes sofrimentos de um bando para o outro, sendo apenas interrompido pela traição movida pela ambição no grupo ou, no caso de Riobaldo, pelo sofrimento trazido pela morte do companheiro e pela revelação do segredo inscrito no seu corpo sem as vestes de jagunço (ROSA, 1994, p. 862):

Eu dizendo que a Mulher ia lavar o corpo dele. Ela rezava rezas da Bahia. Mandou todo o mundo sair. Eu fiquei. E a Mulher abanou brandamente a cabeça, consoante deu um suspiro simples. Ela me mal-entendia. Não me mostrou de propósito o corpo. E disse...Diadorim – nu de tudo. E ela disse: – “A Deus dada. Pobrezinha...” E disse. Eu conheci! Como em todo o tempo antes eu – não contei ao senhor – e mercê peço: – mas para o senhor divulgar comigo, a par, justo o travo de tanto segredo, sabendo somente no átimo em que eu também só soube... Que Diadorim era o corpo de uma mulher, moça perfeita... Estarreci. A dor não pode mais do que a surpresa. A coice d’arma, de coronha...Ela era. Tal que assim se desencantava, num encanto tão terrível; e levantei mão para me benzer – mas com ela tapei foi um soluçar, e enxuguei as lágrimas maiores. Uivei. Diadorim! Diadorim era uma mulher. Diadorim era mulher como o sol não acende a água do rio Urucuia, como eu solvei meu desespero.

Diadorim, por sua vez, entra na guerra pelo desejo de vingança da morte do pai e para isso veste roupas de homem. Ela carrega a marca do desejo paterno ao defender a honra da família e por isso, como fez Antígona ao desafiar Creonte e as leis divinas para enterrar o corpo do irmão Polinices (SÓFLOCES, 2002), não tergiversa do seu intento, pagando com a própria vida. A morte de Diadorim segue, conforme analisou Marcia Tiburi (2013), o mesmo destino que a morte das mulheres na tragédia que ao terem sua existência encerrada são devolvidas à ordem doméstica, à “natureza de mulher” para então atuar como perdão heterossexual, no caso de Riobaldo. São mortes que pretendem restabelecer a

ordem. A morte de Diadorim é a sentença por uma transgressão de identidade, semelhante à morte de Joana D'Arc, ainda que no ato da personagem roseana estivesse em questão a defesa da memória do pai. De acordo com Marcia Tiburi (2013, p. 200): “Diadorim usou outra roupa e agiu de outro modo transcendendo o papel a que tinha destinada por certa anatomia, assim, teve que pagar com a vida, na matabilidade da ‘mera vida’ contra a qual ela tinha se colocado ao ser ‘outro’ que apenas mulher”.

Desse modo, se o desejo de vingança da morte do pai é a principal razão que leva Diadorim à guerra, a personagem Maria Melona, de “Os desvalidos” (DANTAS, 1993, p. 108), tem como fundamento para sua vingança a desilusão amorosa que a faz juntar-se a um grupo de cangaceiros, razão pela qual Coriolano tanto teme um reencontro com o orgulho feminino ferido: “Apesar de tida, entre o bando, como macho, ainda era mulher! Ainda tinha fibra! E não podia deixar de se vingar!”, diz ele. Decepcionada com Tio Felipe, Maria Melona parte para o cangaço como uma forma de redenção a partir do desejo de vingança de Coriolano, cuja intriga fez minar o relacionamento com Tio Felipe. Antes bem “cinturada”, “parruda”, de “ancas reboculosas”, ao entrar no cangaço Maria Melona definha, perdendo as suas antigas feições, obra da desilusão e do contato com a guerra (DANTAS, 1993, p. 111):

Uma peloca, é o que ficara! Feiosa e escavada demais até mesmo enquanto macho! E saber que alguns tampos desse estrago foram obra sua! Tão limpa, tão fresca, tão sadia e asseada no esmalte dos panos engomada - e agora assim desmazelada! Que coisa mais espantosa, uma mulher ser velha sendo nova! Cadê a peitaria que dentro do corpete de castorina se espremia e arfava, espalhando pelos ares o frescor da sedução que os homens tanto cheiravam? Agora, mesmo sem calça e camisa, podia ficar descomposta que ninguém mais a olhava! Mais parecia um sujeito roxo rajado fedendo a pai-de-chiqueiro! Tanta ilusão...tanta premência de viver...tanta promessa no ato de maridar-se...Vejam só! _ E deu nisso!

A perda do encanto, da delicadeza feminina com a guerra, visível em Maria Melona, desdobra-se em outras perdas que os guerreiros, sejam militares, jagunços ou cangaceiros, passam a perceber com a chegada das mulheres. Seriam alteradas não apenas os atores da guerra, mas a forma de luta e os seus resultados. No caso do Cangaço, por exemplo, creditou-se a mulheres como Maria Bonita uma das razões para a decadência do grupo de

Lampião. Ao desafiarem os ditames da ordem, as mulheres provocariam o desconcerto no mundo ao tornarem os conflitos mais sangrentos e a distanciarem à guerra da racionalidade masculina. A frivolidade do propósito de guerrear seria um dos traços perigosos das mulheres na guerra, que beirariam à loucura por estarem mais próximas à natureza, uma engenhosidade entranhada que ameaça escapar do controle e que condenaria os homens a uma luta insana pela defesa num primeiro momento da vida das suas companheiras de batalha para só então de suas próprias vidas e do objetivo da guerra.

Centrado, ainda que indiretamente, na suposta incapacidade das mulheres em assimilar plenamente um ideal guerreiro na polícia, as representações apontam a presença feminina como fonte de dispersão da tropa ao suscitar o desejo sexual masculino internamente e enfraquecer os sentidos dos homens no trabalho operacional contra o inimigo. No discurso institucional e no trabalho das unidades operacionais da polícia militar a compleição física das mulheres e a sua natureza subjetiva dominada pela fraqueza tanto física quanto emocional, seriam considerados fatores suficientes para afastá-las mais claramente de algumas atividades nas quais o olhar do inimigo estaria mais evidente. O desafio seria lidar com o desejo de uniformização para o enfrentamento e a existência de diferenças objetivas e simbólicas que marcariam o lugar das mulheres na instituição, visto que elas seriam admitidas para na prática desempenhar tarefas condizentes com o seu sexo.

Assim, a preocupação em proteger as mulheres simbólica e objetivamente de outros homens seria, como vimos no capítulo anterior, um dos fatores para afirmação dos ideais existentes em algumas unidades, reforçando o trabalho de policiamento ostensivo realizado por alguns grupamentos como expressão da guerra e, portanto, mais ajustado à natureza masculina afeita à virilidade, coragem, objetividade, entre outros valores. A observação desses parâmetros ajudaria a moldar a experiência do protótipo de policial valorizado institucionalmente, assim como a definir os tipos considerados desviantes como as policiais “Billy” e “Spacefox”, centrada em experiências vistas como “forçadas” ou “relaxadas” do trabalho policial e assim reiterar as expectativas em torno da reprodução do modelo mais desejado pelo discurso institucional.

Conforme ficará mais claro adiante, as mulheres na Polícia Militar seriam, na busca por reconhecimento, direcionadas ao atendimento de exigências distintas e por vezes

contraditórias na instituição. O não cumprimento, seja por falta de fibra, ou por excesso de vibração, confirmaria através de uma parcela importante dos discursos masculinos e femininos a natureza má das mulheres, que seriam pouco habilidosas no atendimento das ocorrências e mais propensas ao expressar sua face ora maternal e por isso condescendente com os bandidos, ora mais radical, ao tempo em que desafiariam com maior frequência à ordem interna da corporação, como fizeram Antígona, Maria Quitéria, Joana D'Arc e Diadorim.

A compreensão que apresenta como sendo impulsiva a natureza feminina é a mesma que entende que ela precisa ser domada a todo custo, uma vez que as mulheres estariam mais propensas a questionar as decisões e a lançarem-se sem critérios objetivos no enfrentamento dos adversários ou à entrega impensada à paixão de um desconhecido, como ocorreu às personagens Henriette e Mrs. C do romance “24 horas na vida de uma mulher”, de Stefan Zweig (2011). Essa compreensão, que serve de mote para o livro do escritor austríaco²¹⁷, é a mesma que justificaria o jugo paterno e depois marital²¹⁸ e que vê nas sinuosidades do corpo e do espírito feminino expressões da sua resistência ao enquadramento no caráter retilíneo das tropas, a partir da observação restrita dos regulamentos, do uso da farda e a acolhida das determinações nos treinamentos.

²¹⁷ O romance inicia com uma calorosa discussão de um grupo sobre as motivações que teriam levado a “delicada, fina e reservada” Henriette a abandonar o marido após apaixonar-se perdidamente por um jovem sedutor que conhecera no hotel em que estava hospedada com a família. O narrador, diante da calorosa discussão originada pelo abandono e do suposto caráter de Henriette, afirma: “toda essa recusa do fato óbvio de que em muitas horas de sua vida uma mulher pode ficar à mercê de forças além de sua vontade e consciência apenas disfarçava o medo do próprio instinto, do demoníaco em nossa natureza, e certas pessoas pareciam gostar de se julgar mais fortes, mais morais e mais puras do que as ‘fáceis de seduzir’” (ZWEIG, 2011, p. 20). A discussão do grupo motiva a senhora C. a confessar ao narrador do romance a sua experiência vivida décadas atrás e que se constitui aspecto central da trama.

²¹⁸ Assim se refere a personagem Arnolfo, de Molière, em “Escola de Mulheres”, à futura esposa Inês, após repassar-lhe as orientações básicas daquela que seria a sua única leitura “Lições do casamento” ou “Deveres da mulher casada” (MOLIÈRE, 1996, p. 63): “O melhor que eu faço é me casar com ela. Depois posso moldar-lhe a alma como bem desejar. É um pedaço de cera em minhas mãos: darei a ela a forma que eu quiser (...) Toda pessoa simples obedece a lições. E quando alguém a desvia do caminho do bem, duas palavras certas fazem com que retorne imediatamente. Mas uma mulher esperta é um outro animal. Nossa sorte toda pende e depende apenas da sua vontade; nada a afastará daquilo a que se propôs, e tudo o que dissermos é orquestra pra surdos. Usa a inteligência para ridicularizar nossas lições, pra transformar seus vícios em virtudes. E pra chegar a seus fins inomináveis encontra desvios capazes de iludir o mais habilidoso. É em vão e é fatigantes tentarmos aparar os golpes de uma mulher de espírito: é o próprio demônio, quando intriga”. Antes disso, Arnolfo já havia alertado a futura esposa sobre a tradicional divisão de papéis segundo a qual o sexo feminino “nasceu pra dependência” enquanto que “a onipotência é ára quem tem barba” (p. 57).

Inclinadas a questionar os fundamentos da ordem militar, as mulheres seriam vistas a partir de suas curvas, dos aspectos que assinalam a sua diferença²¹⁹ frente ao gênero masculino e que lhes despertariam os desejos. Como Quitéria e Joana, amedrontariam por supostamente serem marcadas por uma natureza essencialmente má que ameaça fugir ao controle dos homens e a voltar-se contra eles, como o faz a natureza através da imagem da deusa Gaia e de Diadorim, que é morta por insurgir-se às regras da identidade, lançar-se à vida pública e “praticar a diferença em sua ação” (TIBURI, 2013).

3.2 O batom como “arma”: identidade e usos da imagem feminina na PM

Uma cena aparentemente sem maior importância se repete com frequência nas aparições públicas de policiais femininos: armadas, com fardamento operacional, de gala ou passeio, elas surgem quase sempre de batom, cabelo arrumado em impecáveis coques ou em cortes curtos e suave maquiagem, demarcando o seu lugar como “mulheres da/na segurança pública”.

Já no início da pesquisa, a presença de policiais femininos em entrevistas, reportagens e/ou programas televisivos com batom vermelho ou rosa a desenhar os lábios, fazia minha orientadora me chamar à atenção para um tipo específico de inscrição simbólica das mulheres nessas instituições. A cena, somada a discursos sobre o seu papel do feminino na área de segurança pública, atua inegavelmente como um aspecto importante na produção de uma das imagens mais comuns que elaboramos a respeito das policiais femininos e das expectativas que lhes são reservadas na profissão.

Afora o uso de joias discretas como brincos e/ou anel a sinalizar compromisso em uma das mãos de unhas caprichadamente cuidadas, o batom é um item considerado “essencial” para muitas mulheres na atividade policial, sendo visto como uma marca de distinção importante numa ordem eminentemente masculina. Com o batom, policiais e a

²¹⁹ No pensamento psicanalítico, essa diferença, no entanto, tenderia a ser obscurecida em vista das formulações que situam o feminino como dependente do Um masculino desde Freud até Lacan. A tendência à negação do feminino, ou a sua subordinação, constitui uma marca da tradição ocidental, aspecto que atua na hierarquia entre os gêneros. De acordo com Márcia Arán (2006, p. 72), o pensamento psicanalítico estaria sustentado em uma teoria masculina que “só pode ver na mulher o que ela não tem, e que estabelece como destino da sexualidade feminina a ‘inveja do pênis’”.

corporação pretendem tornar visível através da marca de gênero a presença das mulheres, como indica a frase que serve como título deste trabalho. Retrato de múltiplas demandas, o “sou policial, mas sou mulher” opera, semelhante ao batom, o desejo de reconhecimento e de afirmação de uma identidade distinta na polícia militar, cenário onde predominam os valores de uma tradicional ordem masculina e que leva as mulheres a percorrer caminhos diversos, a depender da instância de reconhecimento que venham a escolher, como deixarei mais claro adiante.

Em entrevistas e eventos como palestras, especialmente dedicados a discutir sobre o papel das mulheres nas instituições de segurança, muitas policiais são convidadas a falar sobre a rotina da profissão e a revelar como conseguem conciliar a rotina do lar, sobretudo as “responsabilidades” com a família, com os pesados e perigosos desafios da atividade policial. Entre diversas questões, repórteres, apresentadores e, sobretudo, indivíduos comuns, buscam saber como essas mulheres fazem para atuar numa ordem tradicionalmente masculina, revelando quais recursos utilizam para, apesar de policiais, manterem-se “femininas”. Dentre tantas questões, o público procura saber com indisfarçável curiosidade: “elas são casadas?”, “tem filhos?”, “por que entraram para a polícia?”, “não têm medo de ser policiais?”, “como a família as vê na profissão?”, “já sofreram ou sofrem preconceito por serem mulheres?”, entre outras.

Nesses questionamentos, são sinalizados dois aspectos importantes que marcam a experiência feminina na polícia e que estão historicamente relacionados a processos mais amplos a respeito da inserção das mulheres nos espaços públicos, ou seja, a constituição de uma imagem ideal das mulheres na corporação, com o seu conseqüente uso social, e a regulação do comportamento feminino por meio de parâmetros morais que exercem clara incidência sobre os corpos e o trabalho das mulheres na polícia. É a partir do controle sobre o corpo que a instituição molda a imagem feminina e fornece os parâmetros de atuação no campo policial, sinalizando valores a serem incorporados e também interdições numa ordem que, semelhante às sociedades tradicionais, não diferencia o corpo das pessoas, como se tornou comum no dualismo ocidental, conforme alerta David Le Breton (2011).

Como construções sociais, corpo e gênero tornaram-se temas recorrentes de estudos nas ciências humanas e sociais. Segundo a antropóloga Mirian Goldenberg (2005, p. 66),

anteriormente vistos como temas fúteis no Brasil, por exemplo, passaram há pouco tempo a “ser objetos prestigiados no mundo acadêmico, provocando a reflexão de antropólogos, sociólogos, historiadores, psicanalistas, educadores, entre tantos outros profissionais que se preocupam em compreender a cultura brasileira”.

Particularmente, o corpo feminino tornou-se ao longo da história objeto de interesse de médicos, cientistas e religiosos, preocupados em compreender a natureza das mulheres e a prescrever formas diversas de controle do comportamento feminino. No discurso religioso, as mulheres aparecem a partir da dimensão tanto do pecado original²²⁰, das tentações da carne, razão de decadência dos homens, como a partir do modelo de santidade esperada, à semelhança da Virgem Maria ou de outras santas que atuaram na propagação da fé e na promoção de um ideal feminino de comportamento. Segundo Jacques Gélis (2010, p. 20), a Igreja da Contra-Reforma contribuiu decisivamente para firmar a desconfiança em relação ao corpo, visto como fonte de perdição: “o pecado e o medo, o medo do corpo, principalmente o medo do corpo da mulher, retornam como uma ladainha sob forma de precauções ou de condenações”. Contudo, a principal marca do corpo no discurso religioso, sobretudo cristão, é o da ambivalência. “Templo de Deus”, é também é alvo das tentações do demônio (CORBIN, 2008).

No discurso da ciência, mais precisamente do discurso médico, o corpo é encarado como máquina complexa, reunião de milhões de conexões que se associam na definição de saúde ou doença. Um campo de intensa investigação e sobre o qual se desenvolve uma forma de gerenciamento, mas também de intenso cuidado de si (MOULIN, 2009). No caso das mulheres, ganha relevância a dimensão reprodutiva, os cuidados em relação aos possíveis efeitos dos hormônios e das estimulações para o seu humor e saúde, bem como para a estabilidade das famílias, dependentes da dedicação diuturna do gênero feminino.

²²⁰ Como símbolos do caráter perigoso das mulheres nos textos bíblicos estão: Eva, a mulher de Ló, Dalila, Salomé, entre outras. Uma das várias representações sobre a natureza perigosa do gênero feminino pode ser visto no livro Eclesiastes (7/25-29): “Em meu coração dediquei-me a conhecer, a racionar e a pesquisar a sabedoria e a reflexão, para conhecer o mal como algo insensato e a insensatez como uma tolice. E descobri que a mulher é mais amarga que a morte, pois ela é uma armadilha, seu coração é uma rede e seus braços, cadeias. Quem agrada a Deus dela escapa, mas o pecador a ela se prende. Eis o que encontro – diz Coélet – ao examinar coisa por coisa para chegar a uma conclusão: estive pesquisando e nada concluí. Entre mil encontrei apenas um homem, porém, entre todas as mulheres, não encontrei uma sequer. Eis a única conclusão a que cheguei: Deus fez o homem reto, este, porém, procura complicações sem conta”.

Assim, assinala Maria Izilda de Matos (2003, p. 114) que no discurso médico que imperou entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século passado:

as funções tradicionais atribuídas aos gêneros estariam iniludível e irreversivelmente enraizadas na anatomia e na fisiologia. Os médicos viam a mulher como produto do seu sistema reprodutivo, base de sua função social e de suas características comportamentais: o útero e os ovários determinariam a conduta feminina desde a puberdade até a menopausa, bem como seu comportamento emocional e moral, produzindo um ser incapaz de raciocínios longos, abstrações e atividade intelectual, mais frágil do ponto de vista físico e sedentário por natureza; a combinação desses atributos, aliada à sensibilidade emocional, tornava as mulheres preparadas para a procriação e a criação dos filhos (cf. Roxo, 1928).

Aspectos que trazem ainda hoje implicações para outros setores da vida social e para a presença das mulheres na cena pública.

Na análise das representações sociais a respeito das policiais militares de São Paulo, destaca-se a preocupação em evidenciar a dimensão materna das mulheres e as suas habilidades consideradas “inatas” como maior senso de organização, gentileza nos atos, capacidade de comunicação e inclinação para o cuidado. Lembradas como mães, irmãs e esposas, as mulheres na polícia devem se orientar, segundo o discurso institucional, por uma feminilidade sem “exageros”, suficiente para evidenciar sua condição como mulheres, mas sem comprometer a honra da farda e com isso a ordem masculina. Tais aspectos sustentam por outro lado o discurso presente nos setores mais conservadores da polícia militar a respeito da necessidade de mantê-las distantes dos setores tradicionais da corporação, especialmente ligados ao trabalho ostensivo motorizado, como é o caso da Rota. A ideia subjacente aos discursos é que as mulheres comprometeriam a pureza desses setores, que estariam tentados a reproduzir a lógica feminina e perder com isso poder sobre o alvo de suas intervenções, bem como o prestígio social construído por protocolos de atuação preservados ao longo de décadas.

Orientada a partir de uma concepção sobre o feminino que aposta na subalternidade das mulheres na polícia, a instituição procura promover a dimensão materna e assistencial das policiais ao tempo em que revela o caráter indesejado das policiais conhecidas como Billy, mais próximas do modelo de atuação masculino e das antigas heroínas militares. A

Billy seria o protótipo da policial orientada para a exposição constante ao risco de enfrentamento de criminosos a partir de um desempenho próximo dos policiais masculinos dos setores operacionais. Focada no trabalho de rua e na busca do reconhecimento dos companheiros de farda, ela empregaria seus esforços na reprodução das práticas que comumente trazem prestígio aos homens na corporação e que, portanto, reforça o campo policial como um contexto de glorificação dos valores masculinos.

Contudo, se a Billy constitui prova de que as mulheres são capazes de desenvolver as mesmas funções que os homens, a aproximação com o universo masculino por meio da exposição aos perigos das ruas é algo desestimulado nas ações desenvolvidas pela instituição para o público feminino interno, que tende a valorizar uma expressão da feminilidade focada no trabalho administrativo e na conciliação com a esfera doméstica. Ainda que as policiais Billys consigam assegurar prestígio e reconhecimento nos círculos informais da instituição, particularmente nas unidades que prezam pela “verdadeira” expressão do trabalho de polícia por meio de constantes participações em trocas de tiro - com o possível abatimento dos “bandidos” – elas carregariam o estigma do embrutecimento, de uma androginia perigosa e ceifadora do modelo definido para as mulheres na instituição, razão pela qual o bato e outros signos de feminilidades surjam com tanta ênfase na imagem feminina reproduzida pela corporação. Ao darem provas que são mais “machos” que alguns homens, essas policiais, por sua vez, seriam consideradas exemplos isolados e pouco ajustados aos interesses “reais” da polícia em relação ao gênero feminino. Um aspecto corrobora com as considerações de Silva (2008) e Carvalho (1990), citada pela primeira, quando afirmam que o “ser mulher” termina por sobrepor ao “ser militar” na experiência das mulheres nas Forças Armadas²²¹. Para ser aceito no cotidiano da

²²¹ De acordo com Suzeley Mathias (2009), a incorporação de mulheres nas Forças Armadas tem-se tornado fato comum, principalmente quando se trata de empregá-las em funções logísticas e administrativas. As maiores resistências se apresentam em relação ao emprego em ações de combate, que na visão corrente nesses espaços a carreira militar exigiria força física e juventude, momento em que as mulheres buscam viver a maternidade. Assim, o preconceito estaria sustentado em dois argumentos principais, de algum modo contraditórios: 1) as mulheres nas ações de combate são “temíveis e difíceis de controlar” e 2) não teriam condições físicas para resistir ao intenso programa de treinamento e trabalho que caracterizam a carreira militar (MATHIAS, 2009). Com base nesses dois, haveria um terceiro fator, este uma reação “institiva” dos homens, que tenderiam, diante das possíveis vacilações femininas na guerra, a se lançar contra os inimigos na defesa das colegas de farda. Um pensamento bastante difundido nas Forças Armadas e tributário dos segmentos sociais conservadores e que teriam ainda hoje num texto supostamente de autoria da Primeira-

profissão, o público feminino tenderia a introjetar valores e comportamentos masculinos, hipótese sustentada por Carvalho (1990). Citando-a, Silva (2008) afirma ainda que paralela à preponderância do “código militar” como referencial para que as mulheres alcancem o respeito entre os colegas do sexo masculino, haveria uma inclinação da instituição militar para reforçar uma representação social do gênero feminino vinculado à fragilidade física e emocional, o que justificaria protegê-las internamente. Apesar de fazer uma crítica à Carvalho (1990), essa dimensão institucional que busca evidenciar uma concepção “clássica” dos gêneros masculino e feminino se mostrou, ainda que a Polícia Militar e as Forças Armadas apresentem diferenças significativas quanto à missão, estrutura organizacional e cotidiano, um elemento importante nos dados que recolhi e que de algum modo não foram explorados por Silva (2008). Como sua análise está centrada exclusivamente na visão das próprias militares, os resultados apresentados por ela deixam de reconhecer a influência de diferentes discursos e práticas no campo militar para a definição das escolhas dessas mulheres, que se dividiriam em caminhos distintos na busca por visibilidade e reconhecimento na corporação. Se um primeiro grupo apostaria na internalização dos valores militares exigidos do público masculino como: força, coragem, precisão, rapidez etc; algo mais diretamente relacionado às expectativas informais dos colegas homens e que estão situadas, portanto, numa dimensão mais horizontal das relações, o segundo buscaria a expressão da diferença a partir do que comumente se apresenta como sendo próprio do gênero feminino: senso de organização, delicadeza, cuidado, capacidade de conciliação, humanismo, etc. Um aspecto valorizado pelo discurso institucional, que compreende o gênero feminino como complementar à ordem militar e

Ministra inglesa Margareth Thatcher um dos seus principais fundamentos. Teria escrito a “Dama de Ferro”: “Quando a maioria das mulheres (correctamente, em minha opinião) opta por não assumir funções de combatente, a resposta, de acordo com um professor da Universidade de Duke, é fazer com que os militares abdicuem de atributos como “autocontrole, autoconfiança, agressividade, independência, auto-suficiência e determinação para assumir riscos. As mulheres dispõem de inúmeras tarefas em que podem servir com destaque. Algumas de nós até dirigimos nações. Mas, em geral, somos melhores lidando com bolsas do que com baionetas”. Fonte: <http://adamastor-arquivo.blogspot.com.br/2013/01/opiniao-de-margareth-thatcher-sobre.html>, página acessada em 10/02/2014. No Brasil, recentemente a primeira mulher a alcançar o posto de general nas Forças Armadas, a contra-almirante médica Dalva Mendes, ressaltou a necessidade de ter cautela e de “estudos aprofundados” antes de empregar mulheres nas ações diretas de combate. Fonte: “Primeira general diz que é preciso cautela com mulher militar”, Folha de S. Paulo, 02/12/2012. In: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1194566-primeira-general-diz-que-e-preciso-cautela-com-mulher-militar.shtml>, página acessada em 10/02/2014.

que teria como ideal afastar quaisquer chance de disputa entre os gêneros, definindo instâncias distintas de atuação para ambos conforme as suas características físicas e psicológicas “inatas”. A análise de Silva (2008) deixa, portanto, de reconhecer a importância de situar os discursos, as fontes dessas orientações e como elas atuam no esclarecimento de um aspecto fundamental, ou seja, que há distintas maneiras de ser homem e mulher no campo militar.

Se as análises apresentam conclusões interessantes a respeito da experiência de mulheres militares nas Forças Armadas, pensar a presença das mulheres na Polícia Militar implica por sua vez em compreender como as relações de força se estabelecem internamente para definir o lugar ideal reservado ao gênero na corporação. Exige ainda reconhecer que não necessariamente se coadunam nesse processo as expectativas de alguns setores da polícia com aquelas pensadas pela gerência da instituição, fenômeno que produz e alimenta conflitos de interesses, marca a emergência de distintas identidades e pressiona a reconhecer o campo militar como um espaço, a despeito da uniformização, bastante heterogêneo.

Inegavelmente, a tendência a incorporar valores masculinos aproxima simbólica e objetivamente as mulheres da realidade militar. No entanto, essa dimensão é claramente mais forte nos círculos informais ligados ao trabalho de rua, que chancelariam essas mulheres como “verdadeiras”, mas “raras” policiais. Essa orientação, por sua vez, estaria em desalinho com o papel esperado pelo Comando da instituição, mas focado em explorar as características das mulheres para a definição de uma missão específica que estaria para elas reservada na polícia: a humanização das relações internas, o atendimento de alguns grupos sociais específicos e a melhoria da imagem da Polícia junto à população. Uma compreensão que exerce forte incidência, por exemplo, sobre a distribuição do efetivo feminino nas diferentes atividades, sobre o presente e futuro profissional desse público, assim como para a definição da imagem oficial das mulheres na corporação. Uma imagem que carrega a missão de atender às expectativas da sociedade a respeito do papel da mulher no campo policial e que é em grande parte responsável por manter a maior parte do efetivo feminino nos espaços internos como os setores administrativos e de atendimento ao público.

Neste sentido, as Billys, a exemplo do representante masculino da categoria, o policial Bilão, podem ser caracterizadas como aquelas que apostam na belicosidade dos seus atos, no culto ao combate e na constituição inclusive imagética voltada ao enfrentamento dos riscos da atividade. Teriam, portanto, suas atenções destinadas a provar pela exposição aos perigos do trabalho de rua que estão preparadas para essa atividade. Com feições cerradas, uso de acessórios como lanterna, carregadores sobressalentes, etc, bem como o emprego de vocabulário específico, elas buscariam o reconhecimento reservado aos verdadeiros heróis da PM, ao alimentar a cosmologia da guerra e negarem a fragilidade atribuída ao sexo feminino. Semelhante às mulheres das Forças Armadas, para alcançarem o reconhecimento dos colegas como “verdadeiras” policiais ou “guerreiras”, as policiais militares Billys incorporariam comportamentos tidos como próprios dos homens como “coragem”, capacidade de “liderança” e de “entrega” plena ao serviço.

A esse respeito, recorde de uma das conversas que tive com uma policial lotada no Museu da Polícia Militar, quando ela explicou como poderia ser identificada uma policial Billy. Segundo minha interlocutora, a Billy se apresenta geralmente em unidades quase que exclusivas para os homens, tenderia a “imitá-los”, não apenas ao privilegiar o trabalho de rua, mas na constituição da própria imagem, algo que se refletiria inclusive em expressões da vida íntima da policial: “Muitas vezes a gente vê uma aqui [referindo-se ao refeitório dos policiais, vizinho ao prédio do museu], chegam com a guarnição, umas tem o cabelo ‘joazinho’, já sabe, e sempre com a cara fechada, encostam [na parede voltadas para área interna, como sinal de prontidão], não falam muito, são muito na defensiva”²²².

²²² A policial de algum modo transparecia a preocupação em esclarecer para mim, de uma forma indireta, que, em sua maioria, as mulheres na polícia não eram como as Billys, “duronas”, com um comportamento próximo ao dos homens, mas que permaneciam “femininas” e orientadas pela heterossexualidade. Pelo menos foi o que compreendi na referência feita por ela aos “poucos” casos de policiais lésbicas na corporação. Uma desses casos teria sido descoberto ainda no curso, assim como de outra, cuja investigação social da polícia revelou que fazia “programas”. A policial que falou sobre as policiais “masculinas”, levou-me a ver o banheiro feminino do seu local de trabalho, acompanhada de outras colegas. Lá, além de uma poltrona com estampa floral, destacava-se um armário com imagens de uma famosa dupla sertaneja e de um modelo masculino de cueca, para “quem”, segundo ela, as policiais ficavam olhando quando se sentiam “carentes”. Rindo juntamente com as colegas, ainda me disse em tom questionador: “os homens não colocam fotos de mulheres? Nós também colocamos [fotos de homens] aqui”. Nesse ponto, é importante esclarecer que o termo Billy não necessariamente é utilizado para as policiais masculinas, mas para aquelas que gostam e se destacam no trabalho operacional e se mantêm na heterossexualidade, sendo os termos “Foxzona”, “Fokona” ou “Maikona”, mais utilizados para se referir às policiais masculinas homossexuais.

A ausência de sorriso, os lábios sem batom e uma performance de trabalho próxima dos colegas masculinos, compõem a imagem mais comum das Billys, que estariam orientadas pelo desejo de reconhecimento ao se afastarem de uma imagem do feminino que costuma descredenciá-las perante os colegas de farda. Estes veriam nas expressões de delicadeza e no sorriso aberto para estranhos ou mesmo para conhecidos em serviço, um exemplo de pouca afinidade com o espaço público e com o trabalho policial, campo reservado aos homens, especialmente aos heróis da instituição. Neste sentido, os policiais operacionais tenderiam a enquadrar-se no conhecido padrão de comportamento observado pela antropóloga Mirian Goldenberg (2013), ou seja, “Homem não chora. Mulher não ri”²²³. Para as mulheres, o riso demasiado costuma ser visto em grande parte como sinônimo de falta de seriedade, de comportamento infantil, inoportuno, superficial, entre outros. De acordo com Mirian (p. 15): “a mulher não ri tanto quanto gostaria pela necessidade que tem de mostrar que é séria, responsável e competente”. Sujeitas aos constantes testes de competência na polícia, sobretudo nos setores mais tradicionais, as mulheres seriam indiretamente orientadas a abandonar o riso, concebido como sinônimo de fraqueza, possibilidade aberta de interpretações mal-intencionadas que possam colocar em risco a autoridade da farda²²⁴ no meio externo e, internamente, a ordem na tropa.

Assim, como guerreiros, os policiais, especialmente das unidades de elite da PM, seriam, antes de tudo, indivíduos sisudos, pouco afinados com o sorriso que enfraquece a luta, como lembra o texto de Eduardo Galeano (2001, p. 11), bem como a imagem dos biscuits representando policiais da Rota reproduzida no capítulo anterior. Na história

²²³ Em um sentido mais amplo, as mulheres levariam as regras do mundo do trabalho para a vida íntima, procurando vigiar o próprio riso, a fim de não serem malvistas pela sociedade e desacreditadas nos relacionamentos. Já os homens, procurariam, na intimidade, sobretudo entre amigos do mesmo sexo, entregarem-se às brincadeiras e ao riso. (GOLDENBERG, 2013).

²²⁴ Recordo que durante a pesquisa que fiz na PM de Sergipe sobre a presença feminina na corporação esse aspecto já havia se apresentado em um dos relatos que eu havia colhido na época. Uma colega de universidade, que havia trabalhado como policial militar, me disse que antes de ingressar na polícia havia sido orientada por um amigo policial, conhecido de sua família, sobre qual deveria ser a sua postura no novo ambiente de trabalho, particularmente com os colegas do sexo masculino: era importante cumprimentar, ser educada e eventualmente sorrir, mas sem exageros, que poderiam ser vistos como um tipo de abertura da policial para a conquista. A sisudez deveria também ser evitada, pois poderia ser interpretada como expressão não apenas de mau humor, falta de educação, mas de lesbianidade. O regime ideal a ser perseguido: seriedade suave, presença humanizadora distante da concorrência com os homens, inclusive no gosto pelo sexo feminino. Para maiores detalhes, ver: SOUZA, 2009.

narrada por Galeano, o riso é produto de uma entrega imprudente de um homem a um animal, conhecido símbolo das sombras. Segundo conta o autor:

o morcego, pendurado em um galho pelos pés, viu que um guerreiro kayapó se inclinava sobre o manancial. Quis ser seu amigo. Deixou-se cair sobre o guerreiro e o abraçou. Como não conhecia o idioma dos kayapó, falou ao guerreiro com as mãos. As carícias do morcego arrancaram do homem a primeira gargalhada. Quanto mais ria, mais fraco se sentia. Tanto riu, que no fim perdeu todas as suas forças e caiu desmaiado. Quando se soube na aldeia, houve fúria. Os guerreiros queimaram um montão de folhas secas na gruta dos morcegos e fecharam a entrada. Depois, discutiram. Os guerreiros resolveram que o risco fosse usado somente pelas mulheres e crianças.

Embora o morcego procure a amizade do guerreiro e aparentemente reserve-lhe bons sentimentos, a comunicação que se estabelece entre ambos leva o homem a perder suas forças, razão de sua existência e de seu lugar no mundo. Imprudência individual do guerreiro, o gesto promove a fúria da coletividade inscrita na aldeia, uma vez que o riso é percebido como algo que coloca em xeque a segurança e estabilidade dos seus habitantes e, de algum modo, a honra dos homens. Como aponta a história, o riso, resultado de uma entrega ao encanto do outro, seria visto como razão de abertura a um regime de existência não ajustada à concentração para as batalhas, seria um gesto impensado de entrega. O riso levaria os guerreiros a sucumbir pela falta de domínio de si, visível na displicência do guerreiro kayapó diante do abraço inesperado do morcego, do aceite do convite para uma amizade que o levaria à ruína física. Sem conhecer o novo “amigo”, o guerreiro deixa-se abraçar, ser dominado pelas carícias que lhe tiram as primeiras risadas, princípio de uma comunicação que se mostraria desastrosa para ele. É no corpo onde se mostram as fraquezas, sendo o riso uma senha para o controle de sua subjetividade, um passo decisivo para fazer cair a matéria. Por representar perigo para a segurança dos demais guerreiros, estes resolvem, ainda sob o impacto da notícia, executar a vingança e assim afastar qualquer sombra de risco, primeiro destruindo o abrigo do “mal”; depois, proibindo-lhes o riso, que seria, a partir de então, interpretado como fonte de fraqueza, uma marca distintiva das crianças e das mulheres²²⁵, únicos a partir de então autorizados a usá-lo.

²²⁵ Um exemplo de como o riso socialmente se apresenta como uma marca distintiva das mulheres e crianças está no grande número de personagens de humor e de piadas que as têm como protagonistas. As expressões ingênuas e em grande parte chistosas aparecem como elementos distintivos da subjetividade feminina e

Assim como outras interdições, uma espécie de economia do riso faz parte da experiência dos policiais militares, sejam masculinos ou femininos, ensejando uma performatividade²²⁶ que modela experiências e atua na fixação de posições simbólicas no campo policial. A partir dos treinamentos, os corpos na caserna estão marcados pelos efeitos da disciplina e da hierarquia. São, na conhecida expressão de Michel Foucault (1987, p. 119), “corpos dóceis”, produtos de uma política de coerções “que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”. Um aspecto que se estenderia, por exemplo, para além da experiência das mulheres no serviço, como expressa o Manual do Aluno do Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública, destinado à formação de soldados da corporação paulista, a respeito do padrão de vestimenta, de cabelo, uso de acessórios e demais aspectos da composição da imagem feminina até mesmo em trajes civis. No item 2 das Normas Gerais, relativa à “Apresentação Pessoal”, conforme publicação no Boletim Geral nº 186/02, as policiais femininas devem observar, sob risco de punição disciplinar, as seguintes orientações:

As policiais femininas, em trajes civis, são proibidas de usar blusas decotadas e de alças, calças apertadas, roupas curtas, transparentes, maquiagem e esmalte extravagantes. O cabelo longo (abaixo do colarinho da camisa) deverá ser preso

infantil, aproximando-as de uma interpretação diferenciada sobre temas diversos como política, religião, sociedade, casamento, família, entre outros. Não por acaso, as personagens de humor que se destacam nas redes sociais com grande sucesso são em sua maioria personagens femininas que envolvem deste paródias de políticos, como a personagem Dilma Bolada, até supostamente mulheres comuns ligadas a um exercício popular da fé cristã como a Irmã Zuleide, com mais de 4,2 milhões de seguidores no facebook. Ao falar de forma bem humorada de temas como política e religião, essas personagens oferecem uma nova versão da realidade vivida em sua maior parte pelo público masculino. Espécie de subversão consentida, essas personagens levam a um tipo de desconcerto da ordem a partir de expressões carregadas de humor e ingenuidade, dificilmente permitida a personagens masculinos heterossexuais enquadrados nos setores médios da sociedade, já que a personagem Félix Bicha Má é um sucesso nas redes sociais com cerca de 2, 2 milhões de seguidores. Além da Dilma Bolada e Irmã Zuleide, destacam-se também as personagens Gina Indelicada, Mafalda Oficial, Jaciara Macumbeira, Psicóloga Honesta, entre outras, que encarnam um processo semelhante ao desempenhada pela clássica personagem infantil Emília, do Sítio do Pica-Pau Amarelo, de Monteiro Lobato. Como boneca ela fala o que não permitido aos adultos, sobretudo aos homens. Sua fala não é levada a sério, pois é percebida como um misto de ingenuidade e displicência.

²²⁶ Segundo Butler (2002, p.18), a performatividade deve ser compreendida “como um ‘acto’ singular y deliberado, sino, antes bien, como la práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra. Lo que, según espero, quedará claramente manifiesto en lo que sigue es que las normas reguladoras del ‘sexo’ obran de una manera performativa para constituir la materialidad de los cuerpos y, más específicamente, para materializar el sexo del cuerpo, para materializar la diferencia sexual en aras de consolidar el imperativo heterossexual”.

com coque, por meio de ‘redinha’ discreta, na cor do cabelo. São proibidos os adornos e acessórios desnecessários à fixação do coque. Proibido o uso de tinturas, luzes, reflexos e mechas, que modifiquem a cor natural (expressa na carteira de identidade). São proibidos os apliques, alongamentos e uso de peruca, bem como o uso de lentes de contato coloridas [...]. Traje civil no Quartel: proibido o uso de bermuda, calções, shorts, chinelos, camisetas regata, e transitar com boné, touca ou similares, para as policiais femininas, também são proibidos o uso de roupas transparentes e curtas (acima do joelho).

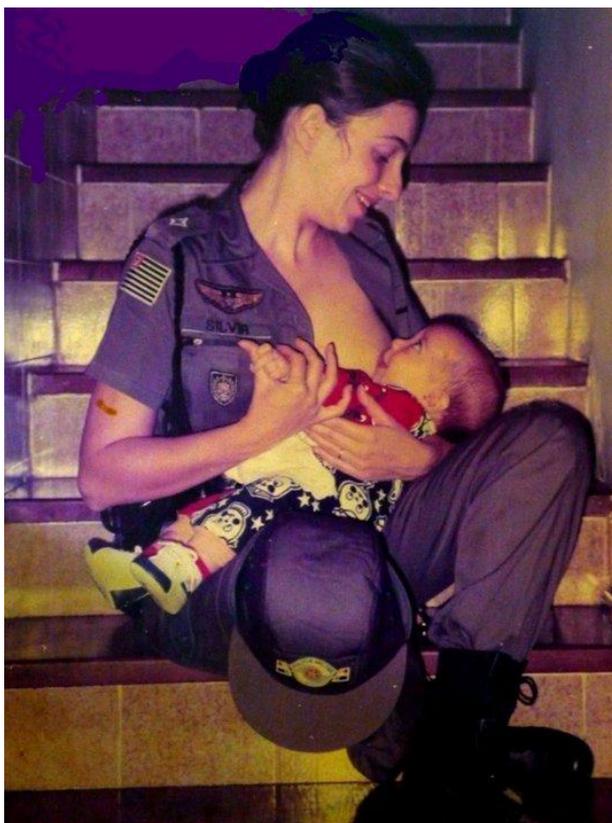
No caso das mulheres que buscam o respeito e reconhecimento dos colegas homens, principalmente nos setores operacionais, além de adotarem uma postura mais fechada e pouco afeita a sorrisos durante o serviço, a incorporação de traços guerreiros tende a exigir das policiais maior atenção ao uso de maquiagem e discrição acentuada na hora de escolher brincos, cor dos cabelos, entre outros. As policiais tenderiam a esconder ou suavizar as curvas, assim como outros sinais de diferença que pudessem comprometer a sua inserção nesses setores, que historicamente estão centrados em valores masculinos. Ao perseguirem o distanciamento de qualquer traço de sensualidade ou outras características subjetivas associadas às mulheres como menor violência, sensibilidade, capacidade de cuidar, entre outros, elas buscariam construir um percurso distinto daquele que comumente é reservado ao público feminino, ou seja, a inserção em subgrupos de trabalho ou em subtrabalhos na corporação. Uma estratégia observada por Márcia Calazans (2004, p. 146):

O regime disciplinar e as sanções impostas aos descumprimentos de comportamentos esperados mostram que, nesse espaço de trabalho, não há uma relação de criação e de processo de singularização, pois, no constituir-se mulheres policiais, elas se apropriam dos componentes de subjetivação da própria instituição, tais como os recebem. Nesse contexto, é muito ilustrativo o fato de que, na cisão da institucionalidade cultural dessa polícia, a violência coloca-se como um dispositivo estratégico, como um componente da subjetivação.

Se por um lado a incorporação de traços guerreiros é concebida como uma condição posta para as mulheres que desejam ser aceitas e respeitadas em determinados grupos na PM, por outro, esse processo não pode ser visto como uma totalidade no campo policial. Há parcelas importantes na polícia, resguardadas no discurso e em práticas institucionais, que apostam na reprodução de uma imagem feminina tradicional associada à maternidade e a um tipo de “sensualidade dosada”. Nesse processo, tenderiam a destacar os traços “femininos” como elementos indispensáveis para a harmonia interna da tropa e para o

respeito externo da corporação, visto que ao se manterem “femininas” e ao mesmo tempo preparadas para o exercício da atividade policial sem se “masculinizarem”, as policiais contribuiriam de forma decisiva para a humanização da imagem da PM, atestando ser possível estar na corporação sem “concorrer” diretamente com os homens. Exemplo interessante dessa perspectiva, que busca propagar uma imagem humanizada da corporação a partir do arquétipo “policial-mãe” está na fotografia da jovem tenente amamentando seu bebê e que reproduzo a seguir:

Figura 17



Tenente PM amamentando
Autor: Danilo Romão Ferreira de Moraes
Data: 22/05/1994
Imagem cedida por Silvia Brandão

A imagem da “policia! amamentando” se tornou um ícone importante dessa perspectiva institucional que caminha na contramão das expectativas existentes em alguns círculos das unidades de elite da PM e que costumam exigir novas “quitérias” e “joanas”. A partir de um caminho inverso, a imagem reforça a dimensão materna das policiais, sendo uma representação bastante celebrada ainda hoje tanto na polícia quanto fora dela. No momento em que escrevia este capítulo, uma das primeiras recordações que tive foi dessa imagem, que tantas vezes vi reproduzida em páginas na internet, especialmente nas redes sociais em perfis reservados à promoção do trabalho policial, de agentes da própria polícia ou de admiradores comuns. A foto surgia, na maioria das vezes, associada às comemorações do dia das mães, do dia internacional da mulher ou dos policiais, a fim de lembrar a contribuição feminina no campo da segurança pública.

Ao me deparar com os dados da pesquisa, resolvi procurar a imagem e informações que indicassem a sua autoria, o nome da policial que aparecia na foto e principalmente a data em que ela foi tirada. Após procurar algumas vezes sem sucesso, pois na maioria dos sites a imagem recebia o título genérico e sugestivo de “policia! feminina”, encontrei o relato da própria tenente fotografada em um site sobre amamentação. A fala da policial apoiando uma manifestação, batizada de “mamaço”, que aconteceria poucos dias depois na fundação Itaú Cultural em São Paulo para protestar contra os comentários preconceituosos de um conhecido humorista, me levaria ao seu perfil em um site de relacionamento social, onde a imagem, postada por ela, já indicava mais de 1.600 compartilhamentos em fins de novembro de 2013.

Enviei na ocasião uma mensagem para a oficial, hoje Major da Polícia Militar de São Paulo. Na mensagem eu me apresentava e falava do objeto da minha tese com o pedido de informações sobre a imagem. A Major Silvia me responderia poucas horas depois com um relato bastante interessante a respeito da fotografia, tirada segundo ela pelo marido, Danilo Moraes, em 22 de maio de 1994, quando o filho do casal tinha pouco menos de 04 meses de idade. Segundo explicou a Major Silvia, naquele dia, aniversário de Danilo, ela estava de serviço de Supervisão Regional por 24 horas. Como o filho ainda mamava, ela recebeu autorização para que pudesse amamentá-lo, indo até a sua casa, que ficava na mesma área onde eram realizadas as rondas, quando o marido aproveitaria o momento para

fotografá-la com o bebê. A oficial lembra no mesmo momento o apoio que recebeu do esposo e da mãe para que pudesse continuar a amamentar o filho²²⁷, revelando detalhes de como foi tirada a fotografia que a tornaria conhecida além dos muros da instituição:

Eu tinha acabado de voltar da licença maternidade, que naquela época era mais curta que hoje em dia. Quanto tinha que ficar no quartel por muitas horas seguidas, eu tirava o leite por ordenha em vidrinhos, reaproveitados de maionese, para depois congelá-lo. Meu marido ou minha mãe, descongelava o leite para dá-lo ao bebê quando eu não estava. Naquele dia, depois de passar a várias horas no quartel, mesmo com a ordenha, eu tive que trocar a camisa, pois estava molhada. Já eram quase 18h quando eu passei em casa para amamentar. Como o tempo que eu tinha era curto e precisava voltar para a ronda, parei em casa e minha motorista esperou na viatura. Meu marido me entregou o bebê, sentei ali mesmo na escada e meu marido aproveitou para fazer as fotos. Ele fez 4 fotos, mas essa foi a que ficou melhor.

Silvia conta que levou as fotos para o quartel e essa em que parece melhor posicionada e que ela define como um “acidente feliz” do esposo, que não é fotógrafo e não tinha, segundo ela, muita habilidade com fotografias, chamou bastante a atenção dos colegas de trabalho, de modo que uma pessoa comentaria sobre ela no Clube dos Oficiais que, através do Departamento Social, pediria para usar a imagem em uma homenagem a ser feita no dia das mães do ano seguinte. Com a proximidade da data, a foto foi publicada no jornal do Clube e reproduzida em cartazes instalados na entrada do prédio da associação por alguns dias. A imagem alcançaria então maior visibilidade, quando diversas pessoas enviaram cartas com elogios e pedidos de informações sobre ela, além de pedidos seguidos de autorização para uso da imagem. Dentre os pedidos apresentados nos anos seguintes, estava o de um pediatra do Hospital das Clínicas de São Paulo para que fossem cedidos os

²²⁷ A esse respeito, a oficial destaca as dificuldades para uma mulher profissional continuar amamentando seu filho após o retorno ao trabalho. Um processo que exige a alternância das mamadas com a ordenha e congelamento do leite. Conforme salientou Silvia: “é muito difícil persistir na amamentação quando não se tem uma rotina definida. Pular mamadas sem ordenha faz o leite empedrar e acaba secando”. O relato apresentado por Silvia, que se dispôs a falar sobre a sua experiência na corporação, dividida entre as responsabilidades como mãe e os desafios da carreira policial, revelava também o desejo de a partir da minha pesquisa tornar mais visível as dificuldades enfrentadas pelas mulheres profissionais da segurança pública, algo bastante claro na frase final de seu rico relato. “espero que ela [a tese] contribua para a melhoria da qualidade de vida dessas profissionais tão sacrificadas”. Entrevista com a Major Silvia Brandão em 24/11/2013.

direitos para a ONU²²⁸, que realizaria campanha de incentivo à amamentação para mulheres profissionais em muitos países, sobretudo nos mais pobres, onde as mães enfrentariam maiores obstáculos para continuar amamentando os seus filhos.

Em razão da foto, Silvia diz em seu relato que a convidariam para dar palestras a respeito da persistência na amamentação mesmo após o retorno da mulher ao trabalho. Ela ainda engajou-se como voluntária num grupo de apoio à amamentação, recebendo inclusive apoio dos comandantes ao ser liberada para ministrar palestras, visto que considerava o serviço de divulgação da amamentação “de interesse social”. Além da autorização, eles ainda reproduziriam a imagem para colocá-la na recepção do quartel. Símbolo da perspectiva vista como a melhor para a corporação, especialmente no processo de reabilitação da imagem da polícia junto ao público civil, Silvia conta que “na época, a **PM ficou orgulhosa** da repercussão da foto, pois era preciso **humanizar a imagem da corporação** e a figura de uma **mãe fardada** amamentando seu bebê se prestava perfeitamente a essa **missão**” (Destaques meus).

Perguntei, após esse primeiro relato, se ela havia se deparado em algum momento com críticas pela foto, por ela reforçar essa imagem da policial-mãe. A pergunta se baseava no comentário feito pela própria Silvia no site sobre a amamentação que me levou até o seu contato e no qual ela afirmava que na época tinha sido muito criticada, ainda que tenha ressaltado que os comandantes em geral aprovaram a ideia da fotografia, pois “mostrava uma imagem terna da polícia”²²⁹. Embora tenha destacado que não recebeu nenhuma crítica pela imagem nem por ter decidido divulgá-la, Silvia contou que houve um soldado do setor de trânsito, o mesmo em que ela trabalhava, que chegou a fazer um comentário malicioso ao ver a foto em que amamenta na entrada do quartel por ela estar “exibindo o seio”. Segundo a oficial, ficou sabendo apenas depois do comentário e também que o soldado havia sido punido pelo Comandante pela falta de respeito ao superior hierárquico. Além desse episódio, disse que outras policiais chegaram a lhe dizer que ela tinha muita coragem por aparecer amamentando em um “meio tão machista e malicioso como a caserna, onde

²²⁸ Segundo Silvia, alguns anos depois, a pediatra do seu filho lhe disse ter visto a a foto em um cartaz num congresso de pediatria em São Francisco, nos EUA. Depoimento da oficial para o pesquisador em 24/11/2013.

²²⁹ Fonte: <http://vilamamifera.com/mamiferas/mamaco-virtual/>, página consultada em 24/11/2013.

ainda os homens são a esmagadora maioria”. Mas, segundo me disse, “nunca tive nenhum problema com essa questão e até hoje vejo essa foto circulando por aí”.

A despeito de algumas resistências iniciais, a imagem da policial-mãe, signo da face materna da ordem que se revelava especialmente na experiência das primeiras policiais a partir da face assistencial de um trabalho destinado à orientação de crianças, mulheres e idosos, tornou-se um aspecto central para reforçar o sentido das mulheres na polícia militar. Orientada para a “guerra” e, conseqüentemente, segundo essa lógica, para a preservação da paz através da aniquilação dos inimigos, a instituição lança os homens na linha de frente do conflito, na busca de um ideal heroico que pretende desafiar e vencer a morte enquanto as mulheres forneciam o suporte na retaguarda não apenas com o fornecimento de informações e cuidados, mas com a maternidade a garantir a continuação da vida, o que lhes reservaria lugares específicos na profissão. De acordo com Ruth Cardoso (2011, 392): “as prescrições que limitam a mobilidade das mulheres são apresentadas como proteção contra os perigos que a sociedade abriga. A exaltação da maternidade dignifica a exclusão imposta às mães, em nome dos filhos. E assim por diante...”. Não por acaso, a maior parte dos discursos dos policiais, sustentado nas expectativas do senso comum, consideram importante a policial feminino se distanciar do protótipo da Billy, percebida como uma concorrente direta dos homens no campo operacional e, portanto, distante da missão atribuída às mulheres na instituição. De modo geral, o discurso que prevalece na polícia tende a ressaltar que o contato com a rua contribui para embrutecer os policiais indistintamente, representando para as mulheres, além da perda de feminilidade, um claro obstáculo para uma conciliação entre o trabalho e a rotina doméstica, principalmente para o cuidado com os filhos e para o nível de respeitabilidade buscado para as mulheres policiais junto ao público externo. Com o ingresso permitido na polícia para justamente assistir mulheres, crianças e idosos, a preocupação da instituição estava focada em evitar que as policiais femininas reproduzissem em sua própria experiência aquela que seria percebida como consequência do maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho: desestruturação familiar, representada pelo divórcio e envolvimento dos filhos com a prostituição e criminalidade, por exemplo. Crítica de um processo de modernização que trouxe como resultado o aumento da violência e da criminalidade, além da delinquência

juvenil, a polícia parece preocupada em não reforçar alguns dos princípios atribuídos no senso comum ao movimento feminista e que teria como resultado a disposição das mulheres para uma concorrência desenfreada com os homens e cujos resultados seriam a instabilidade das famílias e a desorientação dos jovens.

Um exemplo dos efeitos do discurso institucional a respeito da imagem das policiais femininas está no concurso de “Miss Simpatia da PM”, ocorrido no segundo semestre de 2013. Organizado pelo perfil “Pmesp Fem” no Facebook, o concurso reuniu mais de duzentas policiais entre temporárias, praças e oficiais para escolher a mais bela e carismática policial da corporação. No perfil, as policiais publicavam fotos à paisana e fardada, sendo a mais votada considerada vencedora. O concurso alcançou boa repercussão nas redes sociais, vindo o resultado a ser publicado no site de notícias G1 juntamente com uma entrevista com a vencedora. Com o título “‘Anitta da escolta’ de Campinas faz sucesso após vencer concurso da PM”, a matéria apresentava informações sobre o concurso e sobre a vencedora, a soldado Sandra Moretti, que ganhou o apelido de colegas de profissão por parecer com a funkeira Anitta e por atualmente trabalhar na escolta de detentos de estabelecimentos prisionais para audiências na Justiça. Com vinte anos de casada, dois filhos e dezessete anos de profissão, Sandra falou ainda sobre os desafios do trabalho policial e sobre os cuidados que tem com o corpo e com a aparência ao apostar em um “look poderosa”. Para ela, segundo a matéria, “a mulher tem que mostrar sempre a sua feminilidade. Sempre estou maquiada e com as unhas feitas e isso desperta muitos elogios”. Um comportamento que, via de regra, conforme ficará mais claro adiante, é incentivado pela corporação através de palestras e cursos, especialmente em eventos relacionados às festividades em comemoração ao dia da Policial Feminino.

Entretanto, a exposição desse aspecto como um traço definidor da identidade feminina na polícia, em detrimento dos aspectos técnicos da profissão, suscitou na página onde foi publicada a reportagem uma série de críticas à postura da policial. No campo reservado aos comentários, alguns leitores revelaram não aprovar a iniciativa do concurso ou se mostraram insatisfeitos com a vinculação da imagem da policial à imagem da cantora Anitta e especialmente ao estilo musical funk, visto no senso comum como diretamente associado a grupos criminosos e a um tipo de sensualidade vulgar. Ainda que Sandra tenha

feito uma ressalva sobre gostar mais de rock que de funk, diferenciando inclusive a vertente da cantora Anitta de outros que apostam na ostentação ou em críticas à polícia, à apologia ao tráfico de drogas, e à violência, a associação entre a imagem da policial com a artista não agradou a alguns leitores, seja porque o funk aponta para uma expressão do feminino incompatível com a “honra da farda”, seja porque viram na matéria uma espécie de subversão ou fuga do comportamento esperado dos policiais, conforme pode ser visualizado no comentário do leitor “Pensativo”²³⁰:

Fazer policiamento preventivo que é a função da PM nada né! Quer ser polícia ou artista? se quer ser artista peça baixa da PM, porque o contribuinte não aceita pagar salários para vaidades e sim para combater a criminalidade, aliás esta um inferno, saímos para trabalhar e somos assaltados todos os dias.

Além das críticas, foram registrados também elogios à feminilidade de Sandra, apesar de trabalhar numa instituição hegemonicamente masculina, e gracejos de alguns “pretendentes” encantados com a sua beleza. A repercussão, de uma forma ampla, a considerar pelos comentários registrados no site, possivelmente não agradou o Comando da PM. Curiosamente, pouco tempo após o concurso e a aparição de fotos da policial em jornais na internet, o perfil “Pmesp Fem”, utilizado para a divulgação do papel feminino na Polícia Militar de São Paulo, foi desativado sem que fosse apresentada qualquer justificativa.

Entrei em contato com Sandra, também através das redes sociais, para saber como foi a experiência do concurso e como a corporação teria reagido à publicação da entrevista e associação com a cantora Anitta. Minha hipótese era que a vinculação da imagem funqueira a da policial estava na contramão de uma imagem desejada pelo Comando da Polícia Militar para as mulheres policiais e isso, portanto, teria desagradado alguns setores da instituição, levando a coibir uma maior repercussão do evento²³¹. Distante da imagem

²³⁰ “‘Anita da escolta’ de Campinas faz sucesso após vencer concurso da PM. Sandra Moretti concorreu com outras 200 policiais do estado de São Paulo. Com 17 anos de profissão, a soldado não despreza cuidados com a beleza”. Site G1, 04/08/2013. Fonte: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/08/anitta-da-escolta-de-campinas-faz-sucesso-apos-vencer-concurso-da-pm.html>, página acessada em 24/11/2013.

²³¹ A beleza feminina, apesar de constituir um item muito valorizado na caserna, está subordinada a um rígido código moral no campo militar que busca ajustar o comportamento das mulheres que resolvem vestir a farda às expectativas internas/externas. Considerado um dos principais patrimônios dessas instituições, a farda,

materna valorizado no discurso institucional e tão bem representada na fotografia da tenente Silvia, a imagem da soldado Sandra como a “Anitta da escolta” afirmava um modelo distinto de feminino que não apenas deixava de apostar na maternidade, como a de Silvia, mas fazia outro tipo de incursão no espaço público ao reforçar o investimento na carreira profissional, bem como na afirmação de uma vaidade menos contida e supostamente mais próxima do desejo sexual masculino, o que em algumas leituras mais recentes colocaria as funkeiras como “neofeministas”, conforme discute o trabalho de Márcia Fonseca Amorim (2009).

O protótipo da mulher “preparada” para a circulação livre nos espaços públicos, cuja identidade subverte as expectativas cuidados do lar e da família, estaria assim pouco ajustado a um discurso institucional que preza por uma “feminilidade dosada”, segunda a qual as mulheres militares não devem esquecer a sua missão no mundo como mães, irmãs e esposas. Mais que isso, diferente da imagem sem nome da policial amamentando que evidenciava uma mensagem coletiva não apenas para as mulheres, mas para a sociedade em torno do papel feminino na reprodução e no cuidado, a imagem de Sandra como a “Anita da escolta” trazia uma marca de individualidade vinculada ao corpo, próprio às sociedades modernas e visto como ameaça à manutenção da estabilidade coletiva em contextos tradicionais. Ao contrário de Silvia, a foto de Sandra marcava a descoberta de um rosto, a posse de um corpo, a exibição das curvas e de uma vasta cabeleira: “os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado” (PERROT, 2007, p. 55).

além de limpa, asseada, deve, segundo os regulamentos, refletir uma conduta ilibada dos policiais, que precisam estar diuturnamente comprometidos com a honra e o chamado “pundonor militar”. Provavelmente esse aspecto explique algumas críticas que li de policiais no facebook quando reproduzida algumas das imagens do calendário comemorativo aos 40 anos do 13º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo. No calendário, alguns artistas e celebridades da Tv e do futebol como a modelo e apresentadora Adriane Galisteu, a atriz Júlia Lemmertz, a ex-BBB e apresentadora Íris Stefanelli, a empresária Helô Pinheiro, assim como o apresentador Ratinho e o jogador Cafu, entre outros, posaram investindo a farda da PM paulista. Uma forma de valorizar o trabalho policial a partir de personalidades muito populares da mídia que, no entanto, não agradou a muitos policiais, que julgaram alguns dos escolhidos para o calendário “indignos” de representar a corporação. As principais razões seriam o comportamento moral e/ou críticas anteriores feitas à PM. Um dos textos de divulgação do calendário na imprensa buscava ainda associar uma das características do trabalho policial, mulheres de farda e possíveis fantasias eróticas do universo masculino, o que pode ter provocado a insatisfação de alguns policiais, juntamente com o fato da farda, diante de rostos conhecidos, ter ficado em segundo plano: <http://ego.globo.com/Gente/Noticias/0,,MUL1596713-9798,00-ADRIANE+GALISTEU+E+IRIS+STEFANELLI+POSAM+VESTIDAS+DE+POLICIAIS.html>, página acessada em 12/05/2011.

Como a própria pele do policial, a farda em Sandra parecia subjugada à sua beleza, que antes deveria despontar apenas como adorno, uma marca singela de uma diferença prevista na polícia, e não ser seu principal elemento, símbolo de um poder de sedução do feminino capaz de desagregar a polícia. Essa perspectiva institucional contrária a uma possível “emancipação” de Sandra, de algum modo, fez-me recordar da fala de uma das personagens da peça “O Deus da Carnificina”, da dramaturga francesa Yasmina Rezza. Incomodado com o comportamento impositivo da personagem Verônica, mulher que busca o que seria em sua visão a solução mais “justa” para o impasse criado com outra família a partir da agressão sofrida por seu filho, Alain, pai do agressor, destaca para ela o que seria um comportamento indesejado das mulheres, responsável, segundo ele, por enfraquecer o ânimo masculino:

Porque vocês são da mesma espécie. Fazem parte da mesma categoria de mulheres, as mulheres engajadas, que resolvem, mas não é disso que gostamos nas mulheres. O que gostamos nas mulheres é da sensualidade, da loucura, dos hormônios. As mulheres que agem com clarividência, as guardiãs do mundo nos deprimem.

A emergência da imagem de Sandra na imprensa sem a mediação da corporação teria como resposta a negação de pedidos para que a policial concedesse entrevistas e participasse de programas de TV, por exemplo, lembrando que “o nascimento do individualismo ocidental coincidiu com a promoção do rosto” (LE BRETON, 2011, p. 29). Como singularidade, prova de uma descoberta do corpo, a imagem da “Anitta da escolta” deveria ser esquecida em nome do compromisso com a farda e com a coesão da tropa. Como assinalou Mariana Sirimarco (2013), o corpo pode representar uma mancha quando atente contra a honra, a retidão moral, por poses ou comportamentos considerados inadequados num tipo de reencenação da autoridade fora dos limites da sua “santidade”, ou quando coloque em evidência problemas físicos, a existência de um “corpo imperfeito”.

Sandra confirmou que foi grande a repercussão do concurso e que tanto familiares quanto colegas de farda gostaram do resultado e a apoiaram, inclusive o seu Comandante na 3ª Companhia do 35º Batalhão de Polícia Militar do Interior, em Campinas, no qual realiza trabalho de escolta de presos e é respeitada por atuar no campo operacional sem

desprezar da vaidade. Contudo, ao chegarem ao Comando Geral da PM os pedidos de entrevista foram negados e a página dedicada às mulheres na Pmesp retirada das redes sociais. De acordo com Sandra, a página teria sido criada em fins de abril por um policial do Setor de Relações Públicas da Pmesp, mas que não tinha sido oficializada pelo Comando Geral. Contou que a Coronel chefe do setor lançou nota afirmando que a página não era oficial e que, portanto, o concurso não havia sido organizado pela PM. A suposta quebra de hierarquia levaria ao cancelamento da página e, apesar dos inúmeros pedidos de jornalistas para entrevistar a “Anitta da escolta”, o Comando Geral não autorizaria. Sandra afirmou, por exemplo, que chegou a ser convidada pela jornalista Renata Lenzi para ser entrevistada no Programa Hoje em Dia, da TV Record. Ela acredita que teria sido uma boa oportunidade para “enaltecer a PM, fazer as pessoas acreditarem mais em nós [policiais]”.

Se o concurso foi um sucesso para expressar a feminilidade como traço distintivo do lugar das mulheres na polícia, elegendo uma policial Billy que atua nas ruas, mas que não se deixou “masculinizar”, por outro lado a corporação não se mostrou satisfeita com os resultados gerais do concurso que tendiam a marcar no imaginário social um modelo de feminino pouco ajustado aos seus interesses, dentre eles o de um cultivo mais discreto de um ideal de feminilidade próximo à dimensão materna e doméstica. Além disso, como algo que deveria ficar nos muros da caserna, limitada na ocasião aos policiais e a seus admiradores mais diretos nas redes sociais para ressaltar a beleza das policiais paulistas, e, principalmente, estimular a feminilidade entre as mulheres militares por meio dos cuidados com a imagem, desde o uso de maquiagem, esmaltes, enfim, cuidado com o corpo e o fardamento, o concurso terminou por revelar essa iniciativa para além das suas fronteiras, o que viria a desagradar o Comando da corporação, interessado em evidenciar a expressão da feminilidade como um aspecto natural e espontâneo das mulheres policiais. Ao mesmo tempo em que marcava o encontro com o feminino na caserna, sendo atuante e vaidosa: “Sou da rua. Sempre maquiada, unhas feitas, cabelo. Sou mulher, sou o que sou, evito falar palavrões”, Sandra revelava uma performance do feminino que extrapolava a moldura estabelecida pela corporação. Carismática e dona de si, mostrou-se uma espécie de “ameaça” à clássica e serena imagem do feminino reproduzida por décadas na polícia, conforme pode ser visualizada nas fotos a seguir. À direita, a imagem de Sandra em trajés

civis “rompe” com farda, primeiro “libertando” os cabelos, símbolos da feminilidade, da boina militar; depois evidenciando, sem a gandola e o colete, a sensualidade do busto a partir destacado decote. Na imagem à esquerda, ela funde o feminino ao universo policial militar preservando as marcas autorizadas e desejadas da “diferença” do sexo: sobrancelhas delineadas, brincos e maquiagem discretos.

Figura 18



Soldado Sandra Moretti, a “Anitta da escolta”
Fonte: Site G1

Figura 19



Soldado Sandra Moretti
Concurso “Miss Simpatia PM” – 2013
Fonte: Site G1

Assim como Quitéria e Joana se mostraram ícones distantes do modelo considerado ideal para nortear o comportamento das mulheres na polícia, pois estariam numa situação de concorrência simbólica direta no campo operacional com os policiais masculinos, inclusive na reprodução da imagem reservada aos homens, também a imagem da policial Anitta se revelou pouco adequada aos interesses da Pmesp, a despeito de conseguir marcar a vaidade, o cuidado com a aparência e com a feminilidade como traços importantes da identidade feminina na instituição. Diferente da tenente Silvia, cuja imagem propagava um modelo de feminino próximo a de uma maternidade santa, etérea e por isso ajustada às expectativas da PM, a imagem de Sandra, vinculada à da cantora Anitta, faz referência ao *funk* e a uma perspectiva feminista de controle das mulheres sobre o próprio corpo e de afirmação do seu desejo, algo compreendido como perigoso numa ordem militar, sustentada na disciplina e na docilização dos corpos. Como lembra Michelle Perrot (2007,

p. 76), “corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade”. É bastante provável, portanto, que o constrangimento de ver uma de suas mulheres como possível objeto do desejo de outros homens fez com que a corporação se negasse a liberar Sandra para conceder entrevistas e assim propagar uma imagem sobre o feminino na caserna em desacordo com os seus interesses.

Apesar de passados quase vinte anos da foto de Silvia, a imagem continua sendo a mais valorizada pela instituição ao revelar um lugar o cumprimento de uma expectativa comum reservada às mulheres socialmente, ou seja, o encontro com a maternidade. A imagem da policial-mãe revela maior aproximação com os ideais de assistência historicamente reservados ao público feminino no campo policial, aproximando-os daqueles que seriam o alvo de sua proteção e cuidado: crianças, mulheres e idosos. Além disso, ao valorizar a dimensão materna entre as policiais, a corporação afastaria o caráter ambivalente que a imagem andrógina de Quitéria e Joana suscitaria. Um aspecto comum no arquétipo da policial Billy, bastante próxima ao dessas heroínas que ousaram e conseguiram se destacar mais que muitos homens. Um modelo que é propagado na e fora da corporação, dando sinais de como corporal e subjetivamente as mulheres devem se ajustar, sustentando na concepção difusa que a guerra rouba os desejos e a beleza das mulheres, as transforma em “machos arruinados”, como o fez com o destino de Maria Melona, a quem Coriolano teima reconhecer o lampejo da alegria e da formosura de outrora (DANTAS, 1993, p. 105):

E não é que é mesmo Maria Melona, de punhal, calça e fuzil, bem mudada em homem macho, e me trazendo, sob a casca avariada de tanta ruína, o atestado certinho de sua amiga alegria? Corre um susurro nas dobras de seu semblante, um gorjeio aprisionado que arrasta as criaturas no azougue dela mesma, apenas para atestar, que assim escanzelada, se desmachou do que era pra ganhar outro feitio! Fora nova! Fora bonita! Aquela estampa de moça não levou nem vinte anos para perder a peitaria, a sua graça ruidosa que era o retrato da vida, e virar este espantalho magricelo que só tem a mais o bucho quebrado pelo dismantelo da madre de alguma paixão.

Como ficará mais claro, inclusive a partir de etnografia que realizei em alguns eventos da Pmesp, o discurso foca a necessidade de as mulheres investirem de modo

constante em cuidados com a beleza, na valorização, portanto, de um padrão tradicional de feminilidade e no gerenciamento da relação casa-trabalho, marcando assim a perspectiva aberta para o público feminino na polícia. Nas imagens selecionadas a seguir, estão evidenciados os traços comuns desse discurso institucional que aposta na relação: mulher-policial-feminina-mãe.

Na primeira imagem, enfatizam-se alguns dos sinais de diferença das mulheres na polícia: o batom, o coque e, em primeiro plano, a mão cuidada e discretamente pintada da policial. Antes de ser símbolo na linguagem do trânsito a indicar a determinação de parada, a mão com unhas bem cuidadas e esmaltadas com cor discreta visa sinalizar uma inscrição segura do feminino no meio policial, assim como servir de prova de que o corpo feminino na caserna não leva as marcas do trabalho, mas se vincula aos ideais de sofisticação e elegância dos segmentos de classe média.

Figura 20



**Calendário comemorativo do Aniversário da Polícia Feminina de São Paulo
No detalhe: mão cuidadosamente pintada da policial feminino na orientação do
trânsito**

Fonte: Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo

Essa imagem, assim como as outras duas seguintes, que também fazem parte do calendário em homenagem às policiais femininas, patrocinado por uma reconhecida marca de cosméticos, atua nessa mesma perspectiva, ou seja, marcar na farda e na atividade

policial a presença das mulheres a partir do batom, de uma “bem dosada” maquiagem²³² e sorriso aberto e singelo, além de gestos elegantes. Constituiu-se, portanto, um modelo profissional distante da imagem da mulher trabalhadora, cuja relação com o trabalho era visto como uma “necessidade lastimável” que contrariava a idealização do papel de mãe e dona de casa (WEINSTEIN, 1995).

O trabalho manual estava relacionado ainda à sujeira. Desse modo, conforme explica Anne McClintock (2003, p. 49-50), a sujeira era percebida como símbolo da transgressão e da desordem social. Na cultura vitoriana, expressava uma relação direta com o trabalho, razão pela qual a classe média, de modo diverso à classe operária, compreendia ser imprescindível não carregar de forma visível no corpo as marcas do trabalho manual. Especialmente para esse segmento, o trabalho feminino era visto com desaprovação e a sujeira objeto de controle das instituições, o que demandava um esforço contínuo dessas mulheres dos estratos médios para a negação dos efeitos do trabalho sobre sua própria imagem. Segundo a autora:

A posição de dona-de-casa se tornou uma carreira em atos invisíveis. A vocação de uma esposa era não só criar uma família limpa e produtiva mas também assegurar o habilidoso ocultamento de cada sinal de seu trabalho. Sua vida se desenvolvia em torno do imperativo contraditório de trabalhar e tornar invisível esse trabalho. Seu sucesso como esposa dependia de sua habilidade na arte de ao mesmo tempo trabalhar e parecer não trabalhar. Seu jogo de salão – o momento ritual de aparecer fresca, calma e ociosa diante do olhar do marido, pai e visitantes – era uma performance teatral de lazer, a negação cerimonial de seu trabalho.

²³² Falo em “bem dosada” maquiagem tomando em consideração as referências do campo, uma vez que o uso de batom vermelho, de máscara de cílios e de sombra estão geralmente associadas a maquiagens mais sofisticadas, aconselhadas para encontros sociais à noite. A maquiagem mais acentuada nos modelos apresentados na Polícia Militar parece tentar, desse modo, suavizar o “peso da farda” e da função policial, destacando o feminino na profissão, razão pela qual o batom vermelho é bastante comum. Um bom exemplo dessas orientações institucionais pode ser visualizado no curso de automaquiagem promovido no lounge da Make B, da empresa O Boticário, durante o São Paulo Fashion Week (SPFW), em 15 de junho de 2012, e que teve como parte expressiva das participantes policiais femininas da PM de São Paulo. O curso, ministrado pelo famoso maquiador Fernando Torquatto, ensinou técnicas de automaquiagem para serem usadas no dia-a-dia. Segundo a Sargento Maria de Fátima Luciana Mota, ao falar sobre a importância do curso à repórter: “Nada como um profissional para dar mais uma dica para o nosso dia-a-dia, porque o nosso dia-a-dia não pode ser tão sério o tempo todo. Então, nada como nos maquiarmos, nos sentirmos mulher, porque afinal de contas a farda, embora seja, deixa nós, as mulheres sisudas, mas a maquiagem deixa a mulher feminina, a mulher despojada e nós temos um pouco disso” (grifos meus). “SPFW – Curso de automaquiagem –Fernando Torquatto e as policiais militares”. O Boticário, 15/06/2012. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=3PA1x2hTvL4>, página consultada em 02/05/2014.

Desse modo, a imagem da policial feminina procura, em termos bastante semelhantes, ocultar as marcas visíveis do trabalho, especialmente do contato, considerado sujo, com as ruas, a partir do apelo aos signos de elegância e sofisticação valorizados pela classe média. Um modelo presente já nas primeiras imagens da Polícia Feminina e que foi seguido por outras corporações, como a Marinha, que buscou difundir, através dos uniformes desenhados pelo estilista Guilherme Guimarães e das campanhas publicitárias com modelos como Ísis de Oliveira, uma imagem que vinculasse de maneira mais harmoniosa possível aspectos como elegância, beleza, glamour e carreira militar (LOMBARDI, 2009). Entra em curso uma engenharia corporal que aposta, diferente da androginia das policiais Billy, em marcadores reconhecidamente femininos com o propósito de firmar a diferença, como sugere a frase “sou policial, mas sou mulher”.

Figura 21



Figura 22



Detalhe de calendário da Polícia Militar de São Paulo em Homenagem às Policiais Femininas revelam marcas da presença das mulheres na atividade policial: o batom e o sorriso.

Fonte: Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo

A dimensão materna na profissão é um aspecto que, comparado a outros protótipos de policiais, como a Billy e a “policial feminina”, mas sem filhos, ganha maior relevância no discurso e nas estratégias institucionais para firmar o lugar das mulheres na seara policial militar. Neste sentido, os desafios enfrentados pelas policiais militares não apenas

para se manterem na profissão, mas para galgarem posições de comando e ascenderem na carreira, são bastante semelhantes a de outras profissões ainda dominadas pelo público masculino, como evidenciaram as pesquisadoras Maria Rosa Lombardi (2008) e Catherine Marry (2008).

Em pesquisa sobre os desafios enfrentados por engenheiras em posições de comando na área tecnológica, Maria Rosa Lombardi (2008, p. 388) assinalou alguns dos entraves que limitam o interesse e ascensão de mulheres na engenharia. Dentre os fatores mais comuns, Lombardi aponta a existência de discriminação de gênero nos espaços de trabalho. Manifestada de diferentes maneiras, a discriminação de gênero estaria baseada, segundo a autora, na forma como a condição feminina é “entendida e vivida na nossa sociedade, que atribui à mulher a quase integral responsabilidade pelo cuidado da família e dos filhos”. Por sua vez, os critérios para ascensão profissional tenderiam a priorizar o público masculino em virtude da sua maior disponibilidade para o trabalho, com chances de se dedicarem exclusivamente aos compromissos da empresa. Além disso, a busca de maiores posições no ambiente profissional levaria as mulheres a um regime exaustivo de trabalho, focado nos constantes testes de competência aos quais são submetidas, bem como na apresentação de aspectos diferenciais no desempenho de suas atividades, a exemplo da capacidade de conciliação. Neste sentido, costumam ser confrontadas com o duplo desafio de provar competência no comando de equipes e durante esse processo pôr em evidência uma forma vista como feminina de comandar, o que as levaria, frente aos códigos masculinos no ambiente gerencial, “em vez de negar a própria feminilidade, suprimindo-a, valorizá-la como marca da diferença” (LOMBARDI, 2008, p. 398). No que se refere ao trabalho na polícia, a presença feminina costuma ser percebida, sobretudo pelas próprias mulheres, em razão de distintas características, como complementar ao trabalho dos homens, constituindo-se um fator positivo de transformação no campo policial, particularmente do comportamento dos colegas masculinos, como assinala a Sargento Mércia:

O fato da mulher trabalhar junto com o homem trouxe um certo controle assim [sobre o comportamento masculino]. A mulher ela pensa um pouquinho mais, pensa muita coisa ao mesmo tempo. O homem é mais cego, ele é mais focado

numa só coisa. O homem é mais agressivo por natureza, né? A força tal, né? Uma agressividade canalizada mais. A mulher já é mais dócil, é uma característica. Então eu acho que essa parceria deve ter tido um reflexo com certeza, eu só não sei quantificar esse reflexo. Pessoas gostaram, outras não gostaram. (Mércia, Sargento, 22 anos de serviço).

No estudo desenvolvido por Catherine Marry (2008), a autora mostra como semelhante a outros setores profissionais o campo acadêmico apresenta menores oportunidades de ascensão profissional para as mulheres. Como destaca Marry (2008, p. 410), em razão do “teto de vidro” imposto, “os progressos da feminização do recrutamento não se traduzem em uma feminização equivalente dos cargos mais elevados”. Para aquelas que almejam conseguir ascender, é exigido um nível maior de excelência profissional enquanto geralmente suas trajetórias são marcadas por um maior atraso decorrente das mudanças resultantes das mudanças de trabalho do companheiro ou da impossibilidade de conciliar responsabilidades domésticas com a carreira. Na pesquisa “Mulheres nas instituições de Segurança Pública: estudo técnico nacional” (2013), realizado pela SENASP, as policiais entrevistadas falaram a respeito das dificuldades iniciais enfrentadas na profissão, dentre elas os constantes testes de competência, os casos de assédio envolvendo superiores, assim como a disposição masculina para “protegê-las” no trabalho, sobretudo nas ocorrências de maior risco, comportamento, segundo elas, que colaboraria para o sentimento de desqualificação existencial e profissional. O que possibilita pensar sobre os efeitos dessas exigências tanto no desempenho profissional quanto na sua vida social e familiar das policiais, de modo geral submetidas a uma rotina grande estresse não apenas em relação à natureza da atividade, mas das cobranças a ela associadas. A esse respeito, uma das entrevistadas destacou o que seria uma das principais dificuldades para inserção feminina no meio policial: “para você entrar no meio deles [dos policiais masculinos], para conseguir chegar a ser considerada do mesmo nível, você tem que conseguir ser duas vezes melhor que eles” (Vanessa, Capitão, 19 anos de serviço). Um sinal importante do quanto refratário é o campo policial à eliminação de preconceitos, apesar de significar um “abalo” nas estruturas dos órgãos de segurança, antes vedados à participação

feminina, como apontou a importante pesquisa de Maria Tereza Sadek (2003) sobre o perfil das delegadas de polícia civil no Brasil²³³.

Exemplo interessante a esse respeito foi o Concurso “Minha Mãe é uma Policial”, organizado pela Associação Fundo de Auxílio Mútuo dos Policiais Militares (AFAM) com apoio da Polícia Militar de São Paulo. O concurso, promovido em 1999, resultou na publicação de livro pela AFAM com desenhos e redações selecionados de crianças entre 03 e 16 anos. O material é um conjunto bastante rico de representações sociais de filhos de mães policiais sobre o cotidiano da profissão e sobre os efeitos tanto objetivos quanto subjetivos do trabalho na vida familiar das policiais. Nos desenhos, as crianças, com até 08 anos, apresentam a mãe de farda naqueles que, na época em que foram elaborados, eram os principais locais de trabalho das mulheres na polícia: trânsito, escolas e escritórios no setor administrativo da corporação. Em um dos desenhos, o único do gênero, a mãe policial aparece conduzindo uma viatura enquanto nos demais estão em frente a escolas ou na fiscalização e orientação do trânsito, além da condução de crianças pela faixa de pedestres. Nas redações publicadas, o retrato oferecido é uma síntese interessante dos problemas e virtudes apontados pelos próprios policiais quando postos diante da profissão. Temas como perigo, cansaço, orgulho, proteção, baixo reconhecimento e remuneração são os mais evidentes nesses discursos, que sinalizam ainda as implicações que o trabalho exerce sobre a convivência de entre filhos e pais policiais, como a redação de Renan Neves, filho da Soldado Silvia Helena Oliveira. Então com 09 anos de idade, Renan enaltece as qualidades da mãe e fala da dificuldade, por ela ser policial, em ter que dividi-la com outras pessoas:

Bonita, linda, maravilhosa, vaidosa, chorona, tem dia que ela está até nervosa. Sabem por que? [...] Ela está cansada, pois é um ser humano, tem um coração tão grande e bonito, que eu sinto orgulho. Na minha casinha é só eu e ela, quando acordo está tão escuro, olho de lado; cadê mamãe! Quando ela chega em casa, eu estou na escola, tem dias que não temos tempo nem para brincar. Sabem, quando ela trabalha a noite, fico com o meu coração doendo, pois tenho medo de que ela se machuque. Enquanto ela não chega eu não fico calmo. Eu, como filho dessa mãe maravilhosa, tive que aprender a dividi-la com tanta gente estranha, pois, além de mim, ela tem que vigiar e proteger a todos. Ela é uma policial.

²³³ Sadek (2003, p. 222) destacava na ocasião que “mesmo nos estados em que a proporção de mulheres é expressiva, ela tende a concentrar-se nos degraus mais baixos da hierarquia”, realidade apontada também no estudo coordenado por Glaucéria Mota Brasil sobre as mulheres na Polícia Civil do Ceará (BRASIL, 2008).

Em linha semelhante de argumentação, Murielle Lima, de 12 anos, cita o que para ela seriam as dificuldades enfrentadas pelos policiais e que tornam a profissão uma atividade “não muito fácil”: “baixo salário, discriminação, risco de vida, falta de reconhecimento pela maior parte da comunidade”. Além desses, cita as escalas extras como um aspecto que dificulta a atividade e contato com a mãe. Segundo Murielle, para quem a preocupação se tornou uma “companheira” desde que a mãe se tornou policial, as escalas extras são vistas como um sério obstáculo para a convivência em família, pois “sempre tiram minha mãe de perto de mim, acabando com os nossos fins de semana”. O trabalho intenso é um aspecto também salientado por Elkaer Miotto, de 12 anos: “Desde que nasci, sempre vejo ela andar mais fardada do que [com] roupas normais. Acho que ela trabalha muito, sempre ouço dizer que ama ser policial e nos ensina a amar também”. Um dos principais efeitos da grande carga de trabalho enfrentada por essas profissionais pode ser ilustrada com o trecho da redação de Amália Pereira, de 13 anos: “quando ela vai para uma escola dar palestra e a escola é perigosa, fico super preocupada, mas também quando ela fica nervosa no trabalho, fica furiosa em casa, não pode cair uma pena. Pois ela fica com os nervos a flor da pele, mas como nem tudo é perfeito, ter uma mãe policial tem seus altos e baixos”. Dentre os efeitos mais comuns da profissão sobre a experiência dos filhos das policiais estão: o sentimento de constante apreensão quanto à segurança das mães em serviço e um precoce amadurecimento trazido pela emergência de responsabilidades na infância e juventude, como conta Tatiane Filardo de 14 anos:

Ter uma mãe policial é viver em plena carreira, pois ela vai trabalhar e eu acabo ocupando o lugar dela. Esse serviço que minha mãe faz é um dos trabalhos mais bonitos que uma pessoa pode fazer. Graças à esse serviço minha mãe ficou mais feliz, pois para ela é mais dinheiro, com isso ela pode nos dar mais conforto. Como minha mãe fica boa parte do dia fora de casa, eu tive que aprender a cozinhar, passar, arrumar a casa. Até brinco, falo que já assinei a carteira de dona de casa. No começo foi um pouco difícil, eu e minhas irmãs nos adaptarmos a nova rotina, mas agora levamos tudo isso com muita felicidade e facilidade.

Apesar de destacarem os pontos positivos e negativos da profissão para a sua própria experiência como filhos, os textos enfatizaram em sua maior parte também o sentido amplo do trabalho policial, fundado no caráter protetivo de grande relevância social

que suas mães desenvolvem. É bastante interessante que, diferente dos significantes normalmente associados ao trabalho policial como “prender”, “atirar”, “matar bandidos”, especialmente dos policiais masculinos das unidades operacionais, os textos sobre as mães policiais procuram destacar significantes como “cuidar”, “proteger”, “orientar”, “ensinar”, revelando assim que a experiência dessas mulheres na polícia trouxe consigo a construção de uma percepção distinta e antes não conhecida do trabalho policial, inclusive para essas crianças, conforme revelou Lucas Augusto Martins, de 12 anos. Segundo Lucas, certo dia ao voltar para casa, a mãe, que sempre lhe conta como foi o seu dia de serviço, falou que encontrou uma mulher nervosa. Essa mulher teria dito a sua mãe que não queria mais viver. A mãe então conversou com ela e a mulher teria desistido da ideia. A mãe contou a Lucas que a mulher “precisava de alguém que a entendesse”. O gesto da mãe, preocupado com o sofrimento daquela mulher, teria lançado para Lucas uma nova compreensão acerca do trabalho policial, a partir daquele momento também relacionado à assistência aos mais necessitados de apoio. Escreveu surpreso o garoto:

Eu pensava que a polícia só prendia ladrão e foi minha mãe que me ensinou que a polícia faz muitas coisas, que não é só prender. Ajudar idosos, mulheres grávidas e disse também que a polícia, no seu dia a dia, faz parto dentro da viatura. Fico feliz em saber tantas coisas bonitas que minha mãe faz como policial e pretendo ser policial como ela, e poder ajudar a quem precisa.

Esse aspecto, focado na proteção e assistência, símbolos da missão reservada às mulheres no campo policial, pode ser visualizado também nos cartões telefônicos comemorativos aos 50 anos da Polícia Militar Feminina. Na imagem a seguir, do lado esquerdo, uma policial segura de forma atenciosa um sorridente bebê e assim enfatiza, no imaginário social, a face materna das mulheres na polícia. A partir de um reforço dramático, o texto impresso no cartão destaca o que seria o objetivo que orienta a missão do público feminino na caserna, ou seja, o cuidado dos indefesos. A criança, vítima da insensibilidade dos pais, tem na policial feminino uma protetora que parece guiar-se por uma missão cristã de amparo aos mais necessitados. A criança tem fome e frio e ela lhe dá comida e colo aquecido. Como expressa o texto: “há pouco mais de um ano, um bebê

abandonado e faminto foi aquecido e amamentado por um policial feminino. Há 50 anos, as mulheres fortalecem o espírito da Polícia Militar: o espírito de doação ao próximo”.

Figura 23



“Policial com criança no colo”
 Cartão telefônico comemorativo aos 50 anos da Polícia Militar Feminina de São Paulo
 Fonte: Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo

Figura 24



“Mulheres da Polícia Militar de São Paulo”
 Cartão telefônico comemorativo aos 50 anos da Polícia Militar Feminina de São Paulo
 Fonte: Arquivo do Museu da Polícia Militar de São Paulo

Representações como esta são constantemente produzidas pela polícia para assinalar no imaginário social como as diferenças de gênero, vistas a partir de uma perspectiva essencialista, são assimiladas de forma “coerente” pela corporação ao traduzir as especificidades do “caráter” ou “psicologia” masculino e feminino num tipo de distribuição adequada do efetivo nos diferentes serviços destinados à população. Um aspecto que reforça a inclinação social para o emprego das mulheres em profissões ou atividades marcadas pelo sentido doméstico e feminino, onde se destacam a importância do corpo e

das aparências e características consideradas próprias do gênero como devotamento, prestimosidade, simpatia, cordialidade, senso de organização, entre outros (PERROT, 2007). A seguir, apresento alguns elementos importantes da pesquisa de campo que realizei na Pmesp e que traduzem esse compromisso da instituição.

A segunda etapa²³⁴ da pesquisa teve início no dia 09 de maio de 2011, quando cheguei por volta das 09 horas da manhã ao Quartel do Comando General da Polícia Militar. Após me identificar na recepção, aguardei alguns minutos quando uma jovem policial foi designada para me acompanhar até o Setor de Comunicação Social, onde um Sargento que conhecia o meu projeto de pesquisa me aguardava. O sargento me recebeu de forma muito amistosa e logo em seguida entrou em contato com alguns setores que poderiam colaborar com a pesquisa, favorecendo meu acesso a unidades operacionais que realizam na capital o policiamento ostensivo. Enquanto aguardava o sargento finalizar o telefonema, acompanhava com atenção a arrumação das mesas da seção.

Esse móvel, assim como estantes, conforme pude observar, costumam ser espaço que com frequência anunciam as diferenças de gênero nas unidades. Enquanto que nas mesas dos policiais masculinos são poucos os enfeites dispostos²³⁵, aparecendo, no máximo e raramente, porta-retratos com fotos da família; no caso das mulheres, os pequenos arranjos de flores artificiais são acompanhados com frequência por *biscuits* de temáticas diversas (anjos, bebês, policiais femininas, animais) e porta-retratos com fotos dos filhos e

²³⁴ A etapa anterior foi, como nessa, uma experiência bastante rica no trabalho de coleta de dados e certamente decisiva para a definição da data do meu retorno à Polícia Militar, com o objetivo de dar continuidade às entrevistas e proceder ao contato com a documentação existente no arquivo histórico do museu da instituição. A conversa que mantive com algumas policiais no último dia do campo, ocorrido no mês de fevereiro de 2011, ajudaram-me a definir a data de retorno. Como precisaria voltar ao campo ainda no primeiro semestre, a fim de não haver uma distância temporal muito grande entre as etapas da pesquisa e que não viessem a comprometer minhas atividades no trabalho e os contatos que eu havia estabelecido na instituição, disse naquele período, de forma aleatória, que voltaria no mês de maio para continuar a pesquisa, quando uma das policiais que entrevistei falou que seria um bom momento, pois no mês de maio haveria o aniversário da Polícia Feminina e a corporação costumava organizar comemoração durante a semana. A partir daquela informação, colhida involuntariamente, defini a data do meu retorno com propósito de compreender como a instituição e as próprias mulheres tratavam a data e expressavam nessas ocasiões o seu lugar simbólico na corporação. No total, realizei seis visitas ao campo entre junho de 2010 e dezembro de 2012, com duração média de 10 dias, de modo a recolher dados através de pesquisa documental, acompanhamento de solenidades e a realização de entrevistas que me permitissem conhecer mais claramente as demandas femininas e as configurações de gênero na Pmesp.

²³⁵ A exceção foi a sala de um oficial. Nela, alguns móveis eram tomados por miniaturas de viaturas e bonecos policiais de vários países, sendo, de acordo com uma policial entrevistada no local, uma parcela da coleção organizada pelo oficial, que dispunha de um número maior de objetos em sua casa.

das próprias mulheres e familiares em momentos especiais. As placas e homenagens recebidas também fazem parte da composição do cenário de trabalho das mulheres, onde se juntam em alguns deles livros técnicos da área jurídica e não raramente livros de auto-ajuda e religiosos.

O ambiente de trabalho revela assim que, se os homens configuram um cenário de autorreferência à atividade policial, destacando temas que reforçam em primeiro plano a identidade policial como a farda e a viatura, acompanhada de algumas referências à família, nos contextos onde se lançam as fronteiras do feminino, a família ocupa uma maior centralidade, sendo muitas vezes a razão do trabalho das mulheres na polícia. Algo que, conforme destacarei mais adiante, constitui uma expectativa da própria instituição em relação ao comportamento feminino.

Após a passagem pela seção, iniciei num dos prédios ao lado as entrevistas na mesma manhã. Já à tarde, segui para um batalhão, que ficava a algumas quadras de distância do Quartel General, a fim de dar continuidade às entrevistas com policiais que atuam no policiamento ostensivo. Com a confirmação da autorização da pesquisa, iniciei nessa unidade as entrevistas, realizadas também na manhã e tarde seguintes, totalizando seis, sendo três com policiais masculinos e três com policias femininos.

Das questões que pude perceber como mais recorrentes durante as conversas com os policiais estão o reconhecimento da ampliação da participação feminina na atividade policial nos últimos anos e a sua maior assimilação nas atividades operacionais. Se há algum tempo era comum homens se negarem a integrar patrulhas ou duplas com policiais femininos, atualmente, essas resistências, segundo eles, teriam minado em razão dos bons serviços desempenhados pelas mulheres, de modo que alguns, ao perceberem o profissionalismo dessas mesmas mulheres, passaram a solicitar, aos seus respectivos superiores, a repetição da escala. Como me contou a Capitã Vanessa, a resistência à presença das mulheres, em sua opinião, localiza-se mais no nível dos oficiais, onde, supostamente, há maior concorrência por visibilidade e por espaços de poder. Como comandante, ela nunca sentiu qualquer tipo de resistência por parte dos policiais masculinos, mas entendia que poderia haver ainda algum policial que preferisse, em um

primeiro momento, não trabalhar com policiais femininos, algo que acaba se diluindo no cotidiano:

[...] você percebe [a resistência em trabalhar com policiais femininos] pelas caras, né? Forma de razão, faz careta na hora que vai pegar escala, dizer que tá com mulher, aí você percebe alguma coisa, mas não se tiver comigo, de se estranhar comigo [...] [quando pega uma colega mulher] faz, nossa, aqueles comentariozinhos, mas aí depois trabalha e acaba gostando, acaba pedindo para voltar a trabalhar com ela. Fala: “Ah, posso trabalhar de novo com essa [policia]”? A gente se adaptou, a gente se deu bem. (Vanessa, Capitão, 19 anos de serviço).

Os policiais masculinos fizeram questão de destacar, em sua maioria, que muitas demonstram capacidade superior a de alguns homens na condução de ocorrências, sendo sua presença necessária nas abordagens que necessitem fazer busca pessoal em outras mulheres. Ocorrências envolvendo crianças, adolescentes ou de mulheres vítimas de violência também encontrariam nas mulheres uma presença mais oportuna, pela capacidade de comunicação das policiais femininos, encontrando apoio na sua maior sensibilidade na aproximação das vítimas, que não se sentiriam tão constrangidas em falar sobre a violência/abuso quanto se o atendimento fosse feito por um policial masculino.

Contudo, mesmo considerando o trabalho das mulheres tão bom quanto o dos homens, os policiais, tanto homens quanto mulheres, disseram ser suficiente o efetivo feminino atual na corporação ou que o mesmo poderia ser aumentado para 20 ou 30% do efetivo total. Um deles afirmou que o percentual existente, em torno de 10% do efetivo total, era um bom número, necessitando apenas uma melhor redistribuição do efetivo feminino existente, ainda, nas palavras do policial, bastante concentrado nos setores administrativos.

Quando o tema é preconceito, as policiais ouvidas destacaram que não se sentem discriminadas na atividade, mas sabem que existe ainda um certo preconceito na polícia quanto à capacidade das mulheres em atuarem corretamente no trabalho policial. Disseram que o trabalho e ascensão das mulheres na corporação têm favorecido uma mudança no olhar sobre elas na instituição e que as mesmas, a despeito da desconfiança inicial, conseguiram conquistar o respeito de seus colegas de farda. Um processo difícil, pautado

sobretudo pelo crescimento de ocorrências que exigiam o emprego de mulheres, mas que ainda assim enfrentavam a resistência de muitos policiais, principalmente dos mais antigos. Uma das policiais me contou a sua experiência no início dos anos 1990, marcada pela determinação de ficar no trabalho de rua:

Eu achei bom da unificação também que o homem aprendeu a trabalhar com a mulher e vice-versa, né? Aprenderam a trabalhar juntos. Houve resistência dos mais velhos, dos mais antigos. [o que eles diziam?] Ah, que eles não gostavam de trabalhar com mulher, não trabalhavam com mulher porque não gostavam, não gostavam do feminino, não gostavam de mulher [na polícia]. Eu já cheguei a trabalhar com soldado, trabalhei como sargento, ele já chegou assim: “deixe eu deixar bem claro: não gosto de trabalhar com mulher. Eu sou contra mulher estar na polícia”. (...) É, eu era do Batalhão Feminino na época. Aí a gente pegou uma operação juntos, aí eu falei: “Problema do senhor, eu vou ficar”. Que diferença faz se você vai gostar ou não de ta lá com ele? Pra mim tanto faz, só sei que eu vou ficar. (Alessandra, Sargento, 18 anos de serviço).

As policiais entrevistadas manifestaram satisfação com o trabalho ostensivo que, segundo uma delas policiais, permitia a ela e ao marido, também policial, se revezarem com maior tranquilidade nos cuidados do filho. Um aspecto que me chamou a atenção foi que, diferente das unidades administrativas, onde a farda de passeio apresentada pelas mulheres (que lhes permite o uso de saia, sapato com meio salto e alguma joia discreta) se associa mais diretamente com leve maquiagem e batom, quase sempre vermelho ou rosa, na atividade operacional esses cuidados com a beleza perdem o vigor comum apresentado em aparições públicas na imprensa e nos eventos da polícia. A presença mais austera, embora não seja uma regra, torna-se mais recorrente nas unidades operacionais, conforme vim a perceber entre as minhas interlocutoras, que falavam da importância da policial feminino se mostrar “mulher”. Um ponto comum nos discursos de policiais entrevistadas pela imprensa. Assim se referiu uma repórter do Jornal da Gazeta sobre o “dia de beleza”, organizado pelo Comando da Pmesp em homenagem às policiais femininas e que consistiu na oferta de cortes de cabelo, escova, maquiagem, massagens relaxantes, distribuição de brindes, entre outros: “E para quem acha que isso tudo é bobagem, saiba que com esse aparato inofensivo essas policiais saem daqui muito mais poderosas!”. Uma resposta a possíveis resistências em relação ao evento, que para uma das policiais entrevistadas pela repórter na ocasião, era de suma importância para marcar a diferença na polícia: “Nos diferencia. Tem que estar

masculinizada para dizer a força que nós temos, a autoridade que nós temos e o poder de poder trabalhar?”²³⁶

De uma das minhas interlocutoras recebi uma informação importante sobre o evento destinado a comemorar o aniversário da Polícia Feminina e que estava marcado para ocorrer numa quinta-feira pela manhã, dia 12 de maio. Além desse evento, um outro seria realizado na véspera para comemorar a data. Organizado por um setor da área de formação policial, o evento prometia ser um dia de confraternização para as mulheres por ocasião do aniversário da Polícia Feminina, reservando várias atividades sociais ao longo do dia. Com base nessa informação, segui na manhã do dia 11 de maio para o salão da Capela de Santo Expedito, vizinho ao Museu da Pmesp, a fim de acompanhar o evento. Eram aproximadamente oito e meia da manhã quando cheguei ao local marcado para comemorar o 56º Aniversário da Polícia Feminina.

Na ocasião, alguns policiais estavam presentes e outras pessoas organizavam a estrutura do evento. Várias mesas com produtos de beleza, dentre eles cremes, hidratantes, perfumes, bijuterias, óculos de sol, assim como cadeiras de massagem e de salão de beleza eram montadas por promotoras de vendas e profissionais de empresas parceiras como Magazine Luiza, Senac, Perfumaria Sumirê, Impala, Integritá Formulas e Kel Bijoux.

²³⁶ Jornal da Gazeta, 11/05/2012. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=e15JbMnvaYM>, página acessada em 11/05/2012. Como a farda investe, juntamente com outros instrumentos e processos, o policial de autoridade, o batom inscreve o feminino na polícia, demarcando a diferença e indicando expectativas relacionadas ao feminino no meio policial.

Figura 25



**Stand e promotora de vendas de produtos cosméticos de uma das empresas parceiras do evento.
Foto: pesquisa de campo**

Figura 26



**Vendedoras com banca de bijuterias no evento em comemoração ao aniversário da Polícia Feminina. Dia 11 de maio de 2011.
Foto: pesquisa de campo**

Aproximei-me de uma jovem policial e perguntei sobre os responsáveis pelo evento e se eu poderia acompanhar a programação. Ela sugeriu que eu conversasse com a oficial responsável pela organização do evento. Circulei por alguns minutos no espaço, acompanhando a montagem das bancas de produtos e aparelhagem de som quando visualizei a policial indicada e fui ao seu encontro. Apresentei-me, disponibilizando juntamente com a minha identificação e cópia do ofício encaminhado ao Comandante da Polícia, e falei que tinha interesse em acompanhar as atividades previstas para o dia. A policial, surpresa com a minha presença, pediu que a acompanhasse até a sala do Coronel, chefe do setor responsável pela organização das atividades. O oficial, após ler rapidamente o documento e os objetivos da pesquisa, afirmou que era um entusiasta, admirador de atividades de pesquisa e que o centro que ela chefiava desenvolvia várias pesquisas feitas por policiais ao longo de suas carreiras. Desejou-me logo em seguida sorte no trabalho.

A policial passou então a falar sobre o evento, que estava na sua terceira edição, mas que antes dele outro evento em moldes semelhantes era organizado por outro setor, porém, de forma mais grandiosa. O evento, de acordo com ela, já foi dotado de mais

“glamour”, tendo acontecido em algumas oportunidades no Teatro Elis Regina e no Memorial da América Latina e contava com apresentações artísticas de canto e dança feita por policiais.

A partir de algumas perguntas que fiz, a oficial falou sobre a experiência de ser policial e mulher. Disse-me que as pessoas quando vêem uma mulher com farda tendem a enxergar nela a “Mulher Maravilha” e admirar as policiais pela sua coragem. O poder da farda, segundo ela, seria a expressão de uma experiência que interfere diretamente na subjetividade feminina, tornando as mulheres policiais mais decididas e objetivas que outras mulheres, porém ao mesmo tempo comprometidas com a manutenção da feminilidade. Essa observação é algo muito recorrente no discurso das policiais, sendo um tipo de compromisso tácito que a persegue e que em síntese consiste em esclarecer que são policiais-mulheres e mulheres femininas. Após rápida conversa, a policial seguiu para a frente do espaço, onde estava disposto um telão, aparelhagem de som e mesas com várias brindes que seriam sorteados entre as mulheres e, ao microfone, para minha surpresa, anunciou para as aproximadamente 200 policiais presentes, que eu estava ali para realizar uma pesquisa e que elas colaborassem comigo, participando das entrevistas e dando informações.

Embora desconcertado diante da atitude da policial, essa apresentação foi importante para que as policiais respondessem tranquilamente aos questionamentos e para que em alguns casos se apresentassem como voluntárias para participar da pesquisa ao longo do evento, que iniciou com as palavras do diretor do CAES e do diretor do Museu da Pmesp. O diretor do CAES, diante da dificuldade inicial da oficial responsável em conseguir prontamente o silêncio das policiais presentes, que conversavam animadamente entre si, iniciou sua fala destacando o que seria para ele uma das características femininas, ou seja, falar muito. O oficial disse que com frequência fala para sua esposa: “Você fala demais”, o que não foi muito bem recebido pelas policiais presentes, perceptível nas reações de desconforto e nos pequenos comentários que se seguiram à fala do superior hierárquico. Essa percepção do universo feminino apareceria em outras ocasiões, sendo, tanto na visão de homens como mulheres, a razão para mantê-las distantes do trabalho mais direto nas ruas com grupamentos especializados. Logo em seguida, o coronel deu os

parabéns às policiais pelo seu dia, destacou a importância do evento comemorativo e antecipou de maneira rápida o que seria no dia seguinte a grande notícia para o efetivo, sobretudo feminino da Polícia Militar, o projeto de lei elaborado pelo governo do Estado com o propósito de assegurar a integração dos quadros masculino e feminino na corporação, uma reivindicação de grande parte das mulheres²³⁷.

Finalizados os discursos dos oficiais, um telão instalado no local passou a exibir vídeo institucional sobre o trabalho policial e outros sobre cuidados com a saúde e beleza, como dicas de exercícios para condicionamento físico e, principalmente para tratar a celulite. Tendo com pano de fundo os vídeos, a oficial iniciou uma das etapas do sorteio, que tinha como objetos cestas de chocolates, bijuterias, kits de produtos de beleza, perfumes, chapinhas de cabelo, tratamentos estéticos como depilação, cortes e relaxamento de cabelos, além de escovas e outros serviços como “designer” de sobrancelhas.

Ao entrarem no espaço as mulheres recebiam das mãos de dois policiais masculinos uma sacola contendo uma *nécessaire* de cor vermelha, doada por uma das associações de policiais, e amostras de cremes hidratantes da Natura, além de senhas para concorrer a sorteios de vários brindes a serem realizados ao longo do dia. Quando perguntei a uma policial que acompanhava na fila a sua vez para passar pela massagem relaxante, o que ela havia achado do brinde distribuído, ela afirmou de forma categórica: *nécessaire* é “algo essencial na vida de uma mulher policial, na verdade de toda mulher”. Perguntei o que segundo ela não poderia faltar numa *nécessaire* e ela respondeu que além de luvas (para o atendimento de ocorrências), “sem dúvida um batom”, entre risos.

²³⁷ Após darem um breve discurso e participarem do sorteio de alguns brindes, os oficiais foram embora do evento, voltando para os seus respectivos locais de trabalho. Do sexo masculino, ficaram no espaço, além de mim, os dois policiais responsáveis pela montagem dos equipamentos, distribuição de senhas e recepção no local.

Figura 27



Sorteio de brindes no evento em Comemoração ao Aniversário da Polícia Feminina. Dia 11 de maio de 2011.

Foto: Pesquisa de campo

Figura 28



Policiais com brindes recebidos no evento.

Foto: Pesquisa de campo

Durante o dia pude acompanhar as mulheres passando por tratamento de beleza, sessões de massagem, manicure, pedicure, corte de cabelos, escovas e maquiagens, além de vibrarem com a conquista de prêmios como limpeza de pele, depilação, cesta de chocolates, entre outros²³⁸. Perguntei a algumas sobre o que elas achavam daquele dia, dos serviços oferecidos e dos prêmios que estavam sendo sorteados. Todas responderam que era um dia muito bom ou excelente para valorização das mulheres na polícia, sobretudo por que em razão da “correria” em que vivem por conta do trabalho, das responsabilidades da casa, dos filhos ou dos estudos, nem sempre era possível dar à devida atenção à beleza e tudo aquilo as faziam se sentirem bem, mais femininas, principalmente quando a farda e atividade tendiam a “masculinizá-las”. Ou seja, é como se naqueles dias pudessem se reconhecer mais abertamente como mulheres, inclusive com o apoio institucional. Na opinião de uma delas: “é como a gente fala aqui na polícia, quem desenhou a farda que a gente veste não gosta de mulher”. Outras ressaltaram que, pela necessidade do fardamento ser um pouco

²³⁸ No ano seguinte, 2012, houve juntamente com o sorteio de brindes e o oferecimento de serviços de beleza, apresentações artísticas feitas por policiais militares. As apresentações compreenderam tanto a apresentação da banda de música da Pmesp, como um número de dança, realizada por uma oficial, e um show cover de Elvis Presley, que caracterizado, cantou sucessos do artista e distribuiu um tipo de echarp entre as policiais presentes, dançando com algumas. Foi dado ainda espaço para exposição de talentos, como uma policial que cantou trechos de músicas sucesso de Whitney Houston.

folgado, de modo a permitir a corrida e superação de obstáculos como muros, maquiar-se, caprichar no batom era muito importante para deixar claro que eram mulheres.

Figura 29



Policial em sessão de maquiagem. Dia 11 de maio de 2011.

Fonte: pesquisa de campo

Figura 30



Policiais em dia de tratamento de beleza: corte de cabelos, escova e depilação de sobrancelha.

Fonte: pesquisa de campo

Esse aspecto tende a ficar ainda mais evidente nas aparições das policiais durante reportagens e entrevistas concedidas à imprensa escrita ou televisiva. Com cabelos presos em perfeito coque ou rabo de cavalo, elas geralmente se apresentam com farda impecavelmente passada, sapatos ou botas lustrosas, e nos lábios o que já se tornou uma marca: o batom vermelho ou rosa. Em entrevista para reportagem do Programa da TV Globo “Antena Paulista” em homenagem ao Dia Internacional da Mulher de 2010, a então Tenente Coronel Maria Aparecida de Carvalho Yamamoto era assim apresentada no início da reportagem onde aparecia a frente do espelho arrumando os cabelos: “Ela é uma mulher de respeito. Não é pra menos, Maria Aparecida, 45 anos, é Tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo. Mesmo com a alta patente, o dia de trabalho começa parecido com o de muitas trabalhadoras”, mostrando a oficial nos cuidados com a aparência pessoal. Nas palavras iniciais do repórter, aquilo que seria a “receita” da mulher policial: “forte determinação sem perder a sensibilidade”, viria a ser confirmada pela tenente-coronel ao se posicionar de frente para o espelho e dar os últimos retoques no penteado com as mãos

onde se destacava o vermelho das unhas pintadas e falar para a repórter que a acompanhava: “Agora tem algo que não pode faltar de maneira nenhuma, a nossa principal arma, é o batom”, para em seguida passar o batom rosa nos lábios e nos minutos seguintes falar sobre os desafios de sua atividade, juntamente com outras mulheres da corporação.

Perguntei a algumas das policiais presentes no evento se, além de julgarem o uso da maquiagem importante para o trabalho que desenvolviam, elas consideravam que a sociedade exigia indiretamente das mulheres policiais esse cuidado com a aparência e uma maior vaidade. A totalidade das mulheres afirmou que sim e algumas afirmaram que quando algumas pessoas reconhecem na rua que é uma mulher policial, percebem que elas olham logo para as mãos e pés das policiais. Perguntei o porquê, e uma delas respondeu que para mãos a fim de ver se estão bem cuidadas e são casadas e para os pés para ver se “o número não é grande”, isto é, se a policial é lésbica, aspecto “visível” não apenas no tamanho, mas no tipo e nos cuidados com o calçado.

O receio em torno da masculinização das mulheres na polícia é um elemento bastante difuso não apenas entre os policiais, mas na própria sociedade em um sentido mais amplo. A Sargento Alessandra, com 18 anos de serviço, citou a experiência do marido professor, que por vezes tem que se confrontar com representações no ambiente de trabalho sobre como seria o comportamento da esposa: “muitos não sabem que ele é marido de uma policial militar, nem imaginam. Tem gente que ele trabalha há cinco anos numa escola e ninguém sabe que ele é esposo de uma policial militar, porque ele preferiu não falar”. Segundo Alessandra, as reações costumavam ser de certa desconfiança ou marcadas por comentários inconvenientes para o marido, que por vezes ouvia termos como “sargentona” das pessoas para se referirem às mulheres na polícia, além de questionamentos sobre o cotidiano do casal, a exemplo de quem “mandava” no relacionamento:

[Imaginam] “A sargentona”. Porque ele já passou por experiências assim, né? “Como é sua mulher, não é sargento?”. [as pessoas] Imaginam aquela coisa enorme assim, né? [meio masculina] É, batendo nele com o cassetete, batendo nele assim. Imaginam um “homão”, não uma mulher. (Alessandra, Sargento, 18 anos de serviço).

Para a Sargento Alessandra, de fato existe uma tendência de a mulher na polícia, em razão da natureza do trabalho, geralmente confrontado com experiências cruéis e trágicas, masculinar-se, o que exigiria maior atenção das policiais femininas com o próprio comportamento: “se a gente não tomar cuidado a gente masculiniza mesmo”. Afirmou que desde que entrou na corporação percebeu mudanças na sua forma de agir e reagir frente a situações nas quais outras mulheres se chocariam e que hoje ela vê em grande parte hoje como “frescurinhas de mulher”. Mesmo em situações mais graves como acidentes e brigas ela disse que se mantém calma, de modo que não tem muita paciência com a reação comum de algumas mulheres que tendem a se desesperar nesses casos: “eu fico totalmente calma, vou lá e resolvo. Se tem uma briga? Ah, eu tenho uma raiva de ver essa mulherada gritando, viu?”. Essa mudança de postura, resultado de um processo intenso de socialização na polícia, dialoga também com as expectativas externas em relação ao comportamento a ser adotado pelos policiais e que as impele, na profissão, a incorporarem códigos e valores que, a depender do grupo ao qual se vinculam no interior da corporação, vão ajudar a compor uma forma específica de feminino, seja mais “masculinizada”, que flerta com o reconhecimento dos “donos da profissão”, ou mais maternal, próxima, portanto, das orientações oficiais da polícia. Em todas elas está presente a preocupação com a androginia e com as exigências comumente reservadas às mulheres nas profissões. Um aspecto, resultado do dualismo que marca a compreensão de gênero no senso comum e que se relaciona à seguinte questão: “[...] como uma mulher poderia ocupar o espaço público (o que significa muitas vezes um espaço de poder) sem ser chamada de fálica ou sem se tornar um homem?” (ARÁN, 2006, p. 38).

Outras mulheres ouvidas contaram que por visualizarem esse “risco” maior de a policial masculinizar-se, as pessoas quando normalmente conversam com elas as perguntas mais frequentes são se elas têm filhos e se são casadas, como fazem para conciliar trabalho e casa, assim como se elas não têm medo da violência e se o marido também é policial. Um aspecto que destaquei anteriormente e que constitui um núcleo das representações mais comuns sobre a experiência das mulheres na Polícia Militar paulista.

Figura 31



**Policial recebe massagem relaxante. Ao fundo, policiais conversam e em um telão são exibidos vídeos diversos sobre cuidados com a saúde, beleza e o trabalho feminino na Pmesp.
Fonte: Pesquisa de campo**

Figura 32



**Policial passa por tratamento estético de limpeza de pele.
Fonte: Pesquisa de campo.**

O cuidado com a aparência, o exercício frequente e cuidadoso com a vaidade, revelaria, de acordo com uma das policiais, uma postura mais profissional. A estética assim ajudaria a garantir junto à população maior credibilidade e confiança na polícia, além de fazer bem as próprias mulheres, que em alguns casos se sentem desconfortáveis com o uso de uma farda que tende a obscurecer a sua identidade de gênero. Do mesmo modo, segundo uma soldado de uma unidade operacional, “as pessoas esperam que a policial seja feminina e bonita”, enquanto outra mais antiga na instituição afirmou que quando ingressou na polícia as mulheres eram bem mais cobradas em relação ao cuidado com aparência, pois toda policial tinha que se maquiar para o serviço, usando sombra azul, batom vermelho e ter as unhas pintadas de “vermelho ou rosa rei”. Nessa época, completa, “não tínhamos direito de usar arma, o trabalho era diferente, era mais assistencial, voltado ao auxílio de idosos, crianças e mulheres. O respeito também. A gente tinha o mesmo respeito (da sociedade) que os bombeiros têm”.

Ao final, procurei conversar com os dois policiais que participaram da organização para saber como eles compreendiam o evento, se julgavam importante e ao mesmo se

acreditavam que deveria haver algum momento semelhante para os policiais masculinos. Um deles, com cerca de 20 anos na corporação e pela primeira vez no evento, disse que considerava a ação interessante para a autoestima da policial. Entende que seria algo positivo a existência de um evento para os homens na corporação, frisando que nesse evento, diferente do feito para as mulheres, poderia ser exposta tecnologia de segurança, novos tipos de armas, palestras e vender computadores com custo menor para os policiais.

O outro policial, que inicialmente não quis participar e emitir qualquer opinião, indicando o colega, disse que já havia participado de várias outras edições do aniversário da Polícia Feminina, mas que não concordava com o evento. Para ele, seria muito mais importante focar em outros trabalhos, pois se a sociedade soubesse do evento não concordaria. “Isso aqui é um absurdo, a sociedade não aceita isso, com tanto problemas de segurança, violência e estão 100, 200 mulheres aqui fora de atividade quando poderiam estar nas ruas trabalhando, fazendo a segurança da população”. Afirmou ainda que a polícia deveria se preocupar com coisas mais “sérias” na instituição como estresse do policial por conta dos baixos salários e escalas extras de trabalho, além da falta de credibilidade da polícia junto à população. Quando perguntei se ele recomendaria a profissão a uma filha ou parente próximo, ele disse que “de forma alguma”. Respondeu que não recomendaria nem para o seu filho e que constantemente fala para os filhos estudarem e buscarem emprego melhor. Insisti na pergunta e perguntei, considerando que mesmo sabendo que ele é contrário a sua filha resolvesse ingressar na PM, o que ele diria para ela, se daria algum conselho. Ele respondeu, visivelmente irritado: “Não daria nenhum conselho. Só diria uma coisa para ela: depois não venha reclamar, eu avisei!”.

A fala do policial, com quem encontrei minutos depois e que me desejou sorte na pesquisa, afirmou que ficava satisfeito com o fato de eu estar fazendo pesquisa na corporação, pois sendo eu uma voz de fora da corporação, o Comando tenderia a dar maior atenção e provocar mais rapidamente mudanças internas. A fala do policial era não apenas a expressão de uma indignação comum aos policiais que convivem com um certo desencantamento com a profissão, comum àqueles com muitos anos na atividade e que são orientados por uma concepção mais conservadora da polícia, mas uma tentativa de fazer com que aquela mensagem chegasse ao Comando, alertando-o sobre os “perigos” de a

polícia fugir a sua real missão e aos seus valores ao conferir atenção demasiada às mulheres, vistas como fonte de desvirtuamento dos valores da caserna. Semelhante a outros contextos tradicionais, a presença das mulheres na polícia deveria ser vigiada por ser considerada “impura”, uma presença “estranha” capaz, como assinalou Luiz Henrique Passador (2010, p. 202) na análise que fez das relações entre gênero, pessoa e doença no Sul de Moçambique, “de causar rupturas, produzir agressões e desintegrar campos de socialidades”.

Situada em um contexto reservado aos homens, o desabafo do policial revelava algumas das tensões existentes nas relações de gênero na Pmesp, que daria no dia seguinte um passo importante no sentido da igualdade de oportunidades para homens e mulheres na corporação, como pretendo expor a partir de agora.

3.3 Incursões em campo: entre batons, chapinhas e palavras de motivação no Dia da Policial Feminino

O dia reservado para a comemoração do 56º aniversário da Polícia Feminina iniciou cedo no quartel general da Polícia Militar de São Paulo, onde em dia de céu claro na capital a estrutura montada para receber o evento recebia os últimos ajustes. Sob a cobertura instalada na área interna do quartel para recepcionar as autoridades e convidados, um pequeno palco foi montado para receber o governador do Estado, oficiais superiores, políticos e homenageados. Nele, além de microfone disposto no centro num tripé, um grande painel chamava à atenção dos presentes, com fotos das primeiras policiais femininas e registros mais recentes das mulheres na instituição.

Compondo um mosaico com o brasão da polícia militar ao centro, o painel exibia, através das fotos, a face feminina da Polícia Militar com representantes das primeiras turmas em fotografias em preto em branco e imagens mais recentes onde uma jovem e bela policial maquiada e sorridente se destacava na parte superior do lado direito. Do lado inferior esquerdo, outra jovem policial de capacete e rádio transmissor na mão posava tendo ao fundo uma multidão nas arquibancadas de um estádio de futebol. Completavam o painel a logomarca do Governo do Estado e a frase “56 anos da Polícia Militar”.

Ao lado do palco principal e de frente para o painel, uma estrutura foi disponibilizada para cinegrafistas e jornalistas de diferentes jornais, emissoras de rádio e televisão, que começaram a chegar por volta das 10 horas da manhã para cobertura do evento. Sem restrição de acesso, eu acompanharia desse espaço os discursos e a reação do público presente aos discursos e ao anúncio preparado pelo governador.

Antes do início da solenidade, policiais de diferentes batalhões e unidades se reuniram no salão nobre do prédio, onde havia sido organizado um café em homenagem às mulheres. Dispostos sobre uma mesa, vários presentes, todos embrulhados em embalagem de cor rosa choque e amarrados com um laço, estavam à disposição das mulheres, juntamente com cópias do hino da Polícia Feminina e da programação prevista para o dia.

Na programação, constava nessa ordem: recepção das policiais femininas pelo Comandante Geral da PM, homenagem às policiais militares pelo Governador, Geraldo Alckmin, *coffee break* pela manhã e à tarde palestra com a jornalista e escritora Leila Ferreira²³⁹ com o tema: “A arte de ser leve”, seguida de sorteios de brindes e oferecimento de serviços gratuitos de beleza, com dicas de penteados com a equipe do cabeleireiro Celso Kamura²⁴⁰, limpeza de pele com produtos Jafra, massagem com produtos Quik Onodera, além de corte de cabelo e manicure com a equipe da Escola Teruya.

²³⁹ Além de formada em jornalismo, a escritora mineira possui Mestrado em Comunicação pela Universidade de Londres, tendo atuado como repórter e apresentadora em jornais e emissoras de TV. O livro “A arte de ser leve” é o seu segundo livro. Nele, Leila Ferreira faz uso de histórias tanto pessoais quanto de depoimentos, a fim de discutir as possibilidades ou necessidades de se construir uma existência orientada pela gentileza, bom humor, convivência, etc. Como salienta na introdução, “não é um livro de receitas – nem de verdades”. A palestra que seria conferida naquela tarde tomou por base os dois livros da jornalista: “A arte de ser leve” e “Mulheres: por que será que elas...?”, mediados por outras experiências pessoais.

²⁴⁰ É um famoso cabeleireiro e maquiador brasileiro. Tornou-se conhecido em razão do grande número de clientes famosas, dentre elas a apresentadora Angélica e a presidente da República, Dilma Rousseff. Para esse evento, foi enviado um profissional da sua equipe para ministrar dicas sobre penteados e maquiagens. Celso Kamura é um assíduo participante de eventos organizados pela Pmesp e destinados às policiais femininas. No mesmo ano, ele participou de Buffet Colonial organizado pelo Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dois, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Em vídeo disponível na internet, resultante de reportagem do Record Notícias, o cabeleireiro fala sobre cuidados com o cabelo, especialmente sobre a melhor forma de fazer o tradicional coque feminino. Fala antes a apresentadora do referido noticiário a respeito do evento: “Combater o crime e estar sempre bonita, parece quase impossível, não? Mas um dos cabeleireiros mais famosos do Brasil está neste exato momento ensinando policiais militares a não descuidar da aparência mesmo na hora de correr atrás de bandidos”. Pergunta a repórter responsável pela cobertura do evento enquanto o cabeleireiro mexe nos longos cabelos de uma policial: “Será que dá para combater o crime e ficar bonita ao mesmo tempo, Celso Kamura?”. Ele então responde: “Eu acho que o crime é uma coisa muito pesada. Se a gente tiver uma polícia militar com uma aparência sóbria, mas ao mesmo tempo bem cuidada, bonita, eu acho que a coisa fica um pouco mais suave, né?”. O profissional apresenta para o público

De forma animada, as mulheres seguiam conversando entre si, posando para fotografias da Seção de Comunicação Social da PM, enquanto se serviam de lanche composto por sucos, refrigerantes, frutas, café, além de sanduíches e doces, fartamente oferecidos pelo Comando. No local, três policiais masculinos animavam ao som de guitarra, teclado e saxofone o ambiente, decorado com grandes arranjos de flores brancas e lilás. Na parte superior do salão, um grande banner com fotos de policiais em atividade trazia a imagem do brasão da polícia acompanhada da frase “Você pode confiar”. Na parte superior, o nome da instituição, vindo logo abaixo fotografias e por último a frase: “56 anos fazendo a diferença”.

Do lado externo do salão, na parte frontal do quartel, as mulheres conversavam animadamente, cumprimentavam colegas de outras unidades e aproveitavam para posar para fotografias. Muitas pediram para posar ao lado de uma das policiais que seria homenageada pelo governador, uma perita da Polícia Nacional do Japão, que se destacava entre as mulheres pelo fardamento azul. A diversidade de fardamentos apresentados da Polícia Militar de São Paulo na ocasião, por sinal, expressava a diversidade de espaços ocupados por elas na corporação. Desde as fardas de passeio, mais comuns no serviço administrativo e ali inegavelmente maioria, passando pelo fardamento operacional comum até o fardamento camuflado dos batalhões e grupamentos especializados, a composição do efetivo presente era diverso. Logo à frente, policiais da guarda de honra da cavalaria, seguiam imóveis em posição de guarda.

dicas de como as mulheres poderiam manter a sobriedade da imagem e ao mesmo tempo apostar numa leitura mais jovem e mais “fashion” do penteado padrão, evitando por sua vez danos aos cabelos, já que normalmente as policiais permaneceriam muitas horas com os cabelos presos. Vídeo: “Celso Kamura ensina policiais militares de São Paulo a cuidar do visual”. <http://www.youtube.com/watch?v=YtgveikPCr4>, página consultada em 10/01/2014.

Figura 33



**Policias posam para fotografia na entrada do Quartel do Comando General da Pmesp. Dia 12 de maio de 2011.
Fonte: pesquisa de campo.**

Figura 34



**Oficiais superiores posam ao lado da perita da Polícia Nacional do Japão, Akemi Shibuya, homenageada durante o evento. Dia 12 de maio de 2011.
Fonte: pesquisa de campo.**

Aproveitei para tirar algumas fotografias das policiais femininas, que não apresentaram restrições, respondendo tranquilamente as minhas dúvidas. Parte delas já me conhecia da confraternização realizada no dia anterior ou dos corredores do quartel. Aproveitei para lhes dar os parabéns pela data e para perguntar o que elas haviam recebido como presente do Comando da corporação. Uma delas se apressou em dizer que ainda não havia aberto o presente, mas que abriria ali para me dizer, seguida de outras que se mostraram também curiosas em saber qual era o conteúdo. Ao abrir, mostraram-me aparentando satisfação: um creme hidratante da Natura e um batom, igualmente distribuídas entre todas.

Figura 35



**Policiais posam com lembranças recebidas do Comando Geral da Pmesp. Dia 12 de maio de 2011.
Fonte: pesquisa de campo**

Figura 36



**Policiais de companhias especializadas da Pmesp em frente ao salão nobre do Quartel do Comando Geral da corporação.
Fonte: pesquisa de campo**

Com a chegada do governador, por volta das 10 e meia da manhã, acompanhado de outras autoridades como o Presidente da Assembleia Legislativa, da Câmara de Vereadores de São Paulo, a Vice-prefeita da capital, o Secretário de Segurança Pública e o Comandante da Corporação, o público presente, majoritariamente feminino, deslocou-se para a estrutura montada. Lá, a solenidade teve início, de modo que passo a relatar os seus fatos mais marcantes. O mestre de cerimônias anunciou as autoridades e fez um breve histórico da presença feminina na instituição, ressaltando o pioneirismo do Estado de São Paulo nesse campo antes de iniciar a distribuição das homenagens que compunham placas ou medalhas, acompanhadas sempre por buquês de flores. Das homenageadas, destaco uma soldado, que recebeu a medalha “Cruz de Sangue”, grau bronze, por ter sido ferida numa ocorrência e que foi bastante aplaudida pelas colegas e autoridades. Discursaram, após a entrega das homenagens às dez policiais, uma jovem cadete da Academia do Barro Branco e uma das coronéis das primeiras turmas de mulheres que ingressaram na polícia.

O discurso da jovem policial, a aluna do curso de oficiais, Talita Costa²⁴¹, recebeu particular apoio das mulheres presentes, sobretudo quando a aluna do curso de formação de oficiais destacou que o gesto do governo, ao indicar o fim dos quadros masculino e feminino, representava não apenas a ampliação das possibilidades de ascensão para todas as mulheres da corporação, mas para as oficiais que ocupam/ocuparão o último posto da carreira a possibilidade tangível de virem a comandar a corporação, algo até então reservado exclusivamente aos homens. A fala, ovacionada pelas policiais e aplaudida pelos demais, foi seguida de risos um tanto nervosos e sardônicos de alguns oficiais presentes.

Figura 37



Aluna do 1º ano do curso de oficiais da Pmesp, Talita Costa, discursa no 56º Aniversário da Polícia Feminina. Ao fundo, autoridades diversas, dentre elas o governador do Estado, Geraldo Alckmin; o Comandante Geral da PM, Álvaro Camilo Batista e o Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Barros Munhoz.

Fonte: pesquisa de campo

²⁴¹ Meses depois vim a saber na Academia de Polícia do Barro Branco que Talita havia desistido do curso de oficiais. Uma policial mais antiga me informou que chegou a conversar com a aluna para convencê-la a ficar, já que “crises” em relação ao futuro na profissão, conforme entendi naquele momento, não são incomuns, sobretudo em virtude do rigor do curso e do regime de semi-internato. Perguntei se ela soube o motivo da desistência. Disse-me que não, indicando que seria decorrente de uma “questão pessoal” da aluna.

Discursaram em seguida a coronel da reserva, homenageada pelo governador, o Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Barros Munhoz, e por último o governador Geraldo Alckmin. No discurso, o governador fez questão de ressaltar o profissionalismo das mulheres policiais, para ele sintetizado numa experiência que teve ainda quando era vice-governador do Estado. Contou que ao vir num final de semana da região sul de São Paulo, numa área distante, cercada de mata Atlântica e com pouquíssimas casas, quando o carro em que estava juntamente com um oficial da corporação cruzou com uma viatura da polícia. Poucos minutos depois, de acordo com o governador, perceberam que o carro estava sendo seguido pela viatura, que fez sinal para que parassem, quando ele teria dito para o motorista: “a polícia está mandando parar, então você pare”. O motorista então parou o carro atrás da viatura policial e desceram duas policiais que, segundo ele, “não eram muito altas”, arrancando risos do público, e continuou: “fortemente armadas”, quando elas teriam determinado que todos saíssem do carro. O tenente que acompanhava o então vice-governador atendeu a determinação e ao sair do carro, que estava distante das policiais, falou que ele era oficial da Polícia Militar, mostrando a carteira funcional. De longe, uma delas falou: “tire a funcional e venha de costas!”, frisou o governador. Mais uma vez risos da plateia. O oficial seguiu a determinação até que elas conferissem os documentos e se certificassem que ele era mesmo oficial. Logo após, segundo o governador, ele saiu do carro e foi cumprimentar as policiais pelo trabalho, fazendo, pouco tempo depois, um elogio ao Comando pelo que destacou como um bom exemplo de profissionalismo. Um exemplo, segundo ele, do profissionalismo das mulheres, que teriam relacionado na polícia garra, sensibilidade e dedicação. Disse ainda da sua disposição em nomear uma oficial, a coronel Fátima, para a Casa Militar, quando soube do impedimento legal o que, com a nova lei, não mais existirá, arrancando mais uma vez aplausos entusiasmados das policiais.

Desse modo, a mensagem dirigida à Assembleia através do projeto de lei, nas palavras do governador, significava o fim das assimetrias entre homens e mulheres policiais, ainda presente com a separação dos quadros. Fazer isso seria, portanto, reconhecer a competência das mulheres na área policial, embora não tenha explicado porque, embora estivesse no governo de São Paulo desde 1995 como vice-governador e de

2001 a 2006 como governador, apenas agora resolveu encaminhar o projeto. Como viria a explicar horas depois uma sargento com quem conversei, “fizeram agora por causa da Dilma”, destacando segundo ela que o fato de uma mulher ocupar atualmente a presidência da República foi decisivo para o ato do governador.

Para encerrar a solenidade, foi entoada a Canção da Polícia Feminina, letra de autoria de Marina Trincânico e música de Paul Kleming Max, com a participação da Banda da Polícia Militar.

Nós juramos ser guias do bem,
E nas leis ter o nosso Brasão!
Este sonho que é vida, contém
A semente do amor, da oração!

As raízes da nossa cruzada
Abraçaram as terras paulistas!
Somos seiva da guarda avançada
Do estandarte que tem treze listas!

E reunidas ou mesmo distantes
Do comando, num brado de fé,
Sua voz ouviremos confiantes:
- Batalhão feminino, de pé!

Aqui estamos tão felizes,
A cantar nosso ideal!
Nós traçamos diretrizes
Com rico e belo arsenal

De firmeza e de bondade!
A São Paulo e sua gente,
Todo amor e lealdade
Desta luta cara e ingente!

Conduzir e amparar
As mulheres e crianças,
Suas vidas orientar
Com as nossas esperanças!

Missão sublime e divina!
Marchando nesse sentir.
A Polícia Feminina
A pátria vai bem servir!

A canção, composta em julho de 1956, portanto, pouco mais de um ano depois da criação da Polícia Feminina, revela os sentidos sociais do trabalho das 13 primeiras mulheres policiais, que se confundem na canção com as treze listas da bandeira do Estado

de São Paulo. Orientado por sentimentos como fé e amor, a dimensão profissional do trabalho das mulheres no campo policial se une a um ideal heroico não de combate aos “bandidos”, como esperado dos homens, a quem se exigia/exige, se necessário, o sacrifício da própria vida, mas de cuidado assistencial àqueles considerados mais vulneráveis socialmente: mulheres e crianças pobres.

Assim, o trabalho das primeiras policiais era dirigido por um duplo ideal, ou seja, o de “conduzir e amparar” aqueles que na cidade, tomada pelo pleno desenvolvimento na década de 1950, poderiam ser vítimas fáceis da delinquência e da degeneração moral, ao envolverem-se com roubos e com a prostituição. Como pude acompanhar, embora a presença das mulheres tenha se ampliado consideravelmente na instituição ao longo das décadas, a dimensão do cuidado e da orientação está preservada no imaginário e nas ações da Polícia, que continua vendo nas mulheres a capacidade inata de traçar diretrizes “com firmeza e bondade”.

Desse modo, ao fim da entoação do hino e início do *coffee break* perguntei a policiais presentes como eles viam o anúncio feito pelo governador. Um deles, um jovem tenente, afirmou que era algo que já deveria ter acontecido. Definiu a ação como uma “correção constitucional” que assinala a evolução natural das mulheres na sociedade, ainda que tenha dito que “homens e mulheres poderão sofrer com a decisão”, mas que a decisão teria sido a mais correta. Outro oficial, completou, afirmando que a partir da lei as mulheres terão mais chances de graduação, hoje ainda limitada pelo número reduzido de vagas para elas. Já outros policiais, quando consultados, preferiram não apresentar nenhuma opinião a respeito, pois, segundo eles, não queriam “se comprometer”.

Aproveitei, após o anúncio, para saber mais precisamente como as mulheres reagiram à decisão do governador e como elas viam agora o sentido da canção da Polícia Feminina. Sobre isso, uma policial, praça, disse que a decisão foi ótima e que achava que a canção devia ser aposentada. De acordo com ela, “hoje ela não tem mais sentido. A canção da PM é mais linda também”. Perguntei como ela percebia o fato de as mulheres não estarem nas atividades operacionais de alguns batalhões como o da Rota²⁴²: “eu acho que as

²⁴² A Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar foi criada na década de 1970 e é uma modalidade de policiamento ligada ao 1º Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar de São Paulo. Como patrulhamento tático, a

mulheres deveriam ser mantidas fora mesmo. Não precisa mulher nesses lugares, acho que não vai fazer diferença. Cada um (homem e mulher) tem o seu lugar”, ressaltando, por sua vez, que as mulheres tem capacidade para estar em todos os lugares.

Outras policiais que estavam ao lado, também participam da conversa e uma delas interveio dizendo que o problema de não ter mulher na Rota é que ainda que a mulher tenha capacidade o problema seria ela ser aceita lá, pois a Rota, segundo ela, é a “menina dos olhos” da PM. Por essa razão, a presença feminina “jamais vai ser aceita lá”, pois se trata de um trabalho mais brutal e diferente do “perfil” das mulheres, que em razão do menor tempo na corporação e terem comportamento distinto dos homens . Outra discorda e se inicia naquele momento um breve debate. “Eu penso que policial é postura, atitude. Eu vejo policial pequeninha e com braçal e boina. E tem mulher que quer ir para a Rota. Tá certo que tem que provar duas vezes mais que os homens e nisso não tem como não se masculinizar. A doutrina é muito masculina, diferente da mulher”. Nesse instante, uma delas dá o exemplo de uma policial que está no serviço operacional e que deseja trabalhar no Batalhão de Choque: “Você viu Fulana? Ela mudou muito, tá muito diferente. Ela foi [para o trabalho operacional] e tá parecendo um homem”. A mesma policial que havia falado que a atividade em alguns setores da PM masculiniza a mulher, nesse instante, sai em defesa da colega citada: “Ah, gente, mas não tem como ser diferente. Não tem como você ficar sorrindo quando seu colega ao lado tá com a cara amarrada. Quando você vê já tá do mesmo jeito”, justificando que o convívio intenso com os homens nesses espaços, onde é mais comum os homens serem sisudos, em virtude da tensão associado ao trabalho, levaria as mulheres a terem uma postura menos feminina, aspecto que ensejaria dúvidas em relação a sua identidade de gênero, sexualidade e que seriam acentuadas pelo desempenho de funções ligadas a valores e vestes masculinos como marcou a ação de heroínas como Maria Quitéria e Joana D’Arc²⁴³.

Rota atua em ações diversas como apoio ao policiamento em áreas de consideradas de maior risco e no controle de distúrbios civis, tendo sua história ligada a ações violentas e de desrespeito aos direitos humanos. Para maiores detalhes, ver: BARCELLOS, Caco. **Rota 66** – A história da polícia que mata. Rio de Janeiro: Record, 2006.

²⁴³ Para maiores detalhes sobre a vida de Joana D’Arc, ver: Michelet, Jules. **Joana D’Arc**. São Paulo: Hedra, 2007.

Algumas mulheres enxergam no ingresso nesses espaços os riscos de se brutalizarem, perdendo aquilo que consideram como referência fundamental do que é ser mulher: a feminilidade. Da mesma forma, a percepção supostamente masculina de que as mulheres falam muito, torna, segundo uma sargento com quem conversei ao final do evento, a presença feminina indesejada nesses espaços, onde elas são vistas como *outsiders* (ELIAS, 2000; BECKER, 2008). O fato de as mulheres serem vistas como “bocudas”, não guardarem segredo, é um aspecto que faz da sua presença algo indesejável, pois elas comprometeriam diretamente os laços de “solidariedade” e “lealdade” comuns a comunidades tradicionais na polícia, afetando mais diretamente o segredo do grupo, nos termos discutidos por Georg Simmel (2009). Conforme destacou um dos policiais ouvidos, as mulheres seriam mantidas distantes das unidades mais tradicionais em razão de dois fatores primordiais, sendo um de caráter físico, ou seja, a menor força, e outro de natureza psicológica, segundo a qual elas estariam propensas a revelar os segredos das patrulhas em virtude, entre outros motivos, de uma suposta fraqueza mental. Assim, as policiais femininas não estariam nesses espaços em função das marcas de sua diferença e de supostamente maior resistência entre os policiais mais antigos:

Por que lá julgam elas diferente, mais fracas, não de força; pode ser que seja de força, por ser que ache que seja mental, pode ser que ache que seja verbal [capacidade reduzida de manter-se calada]. Ou, mulher fala demais, meu! Entendeu? Então se tem o preconceito daquela pessoa chucrona [...] geralmente essas pessoas mais antigas [em relação à presença feminina]. Então você não vai mudar, não adianta, você não vai mudar a cabeça das pessoas que é antigo (*sic*). (Reinaldo, Sargento, 15 anos de serviço).

Desse modo, a ausência das mulheres em unidades operacionais como a Rota pode ser compreendida como resultante de um conjunto de fatores que vão desde o fechamento masculino à presença das mulheres, a partir das especificidades da doutrina e da tradição do grupo, predominantemente masculino e machista, até uma rejeição comum entre mulheres que, segundo disseram alguns dos policiais masculinos entrevistados, prefeririam unidades nas quais estariam menos expostas ao perigo e ao machismo dos colegas de profissão e em relação às quais pudessem mais facilmente conciliar a sua rotina familiar ou com outros compromissos. Além disso, as mulheres mesmo desejando trabalhar nesses espaços teriam

dificuldades em firmar laços e manter a coesão do grupo, aspecto mais comum entre os policiais masculinos. Essa percepção pode visualizada no depoimento do jovem tenente Ricardo, para quem o peso de algumas atividades na polícia justificaria a restrição de alguns espaços aos homens:

Falta um pouco o interesse da mulher de maneira geral, porém tem sempre uma ou outra quer. Então eu acho que esse interesse em parte existe, porém o preconceito também existe. Então, acho difícil uma unidade muito especializada a mulher conseguir atuar hoje. Eu até concordo em partes, porque é um serviço pesado, porque eu acho que [o homem] se adapta melhor. [...] É do homem, né? Não que a mulher não possa ser, mas eu acho que o homem é mais, não capaz, né? Mais adaptado seria [...]. [a mulher] mais vulnerável, ela não conseguiria estabelecer tão forte [laços de trabalho em espaço] mais coeso como geralmente é a Rota, mais fechada. Existe essa disciplina tão forte com a equipe, com a guarnição, com o batalhão, né? O home incorpora isso mais fácil. (Ricardo, Tenente, 08 anos de serviço).

Na parte da tarde, o evento iniciou com dicas de beleza com profissional da equipe de Celso Kamura. As dicas consistiam em noções de maquiagem e penteado para a atividade policial. Segundo o cabeleireiro e maquiador, a profissão policial é “difícil, se tem pouco tempo e é um trabalho bruto”. Contudo, no uso da maquiagem as mulheres precisariam ter cuidado com a dosagem para dar um tom mais sério e que seja adequado à profissão e ao uso da farda. “Não é interessante fazer uma maquiagem que a policial passe na rua e alguém fale: gostosa”. A maquiagem deve, desse modo, ser discreta, básica e elegante. Houve, na sequência, palestra e demonstração de produtos com consultora da marca Japra, que falou para as policiais sobre a linha de cosméticos e sobre os cuidados com a pele e maquiagem que deveriam ter no dia-a-dia.

Figura 38



Cabeleireiro e maquiador da equipe de Celso Kamura passa orientações para as policiais de como arrumar cabelos (tipos de coques) e se maquiar no cotidiano, tendo em vista as especificidades da profissão.

Fonte: Pesquisa de campo.

Figura 39



Policiais passam por sessões de limpeza de pele e massagem facial durante a programação do 56º Aniversário da Polícia Feminina no Quartel do Comando General da Pmesp. Dia 12 de maio de 2011.

Fonte: Pesquisa de campo

Antes do início da palestra com a jornalista Leila Ferreira, foram feitos sorteios de cestas de chocolate, produtos de beleza e massagens modeladoras. A fala da escritora iniciou com o clima descontraído do sorteio dos brindes. Ela agradeceu o convite feito pela coronel Maria da CComSoc da PM e iniciou falando sobre sua relação com o universo das mulheres, que, assim como a escritora Isabel Allende, ela considerava fascinante, pela complexidade que envolveria o comportamento feminino.

Durante a palestra, as mulheres presentes, cerca de trezentas, além de alguns poucos policiais de outras seções e da equipe do setor de Relações Públicas, mostravam-se visivelmente envolvidas pela exposição da jornalista, identificando-se com as situações narradas, no limite entre o cômico e o dramático. Elas confirmavam pelas risadas uma identificação direta com as situações apresentadas, onde no exercício da vaidade e na busca do amor dos filhos e dos companheiros as mulheres tenderiam a cometer “loucuras”, num cotidiano atravessado pelos dilemas da experiência feminina contemporânea.

Uma das policiais sentadas ao meu lado, após rir de muitas situações e ver-se representada nos exemplos, me disse, em tom de confirmação e resignação: “o que ela está dizendo acontece mesmo, é isso que vivemos”. O humor servia assim para expor os dramas, as pressões do cotidiano, as adversidades, as situações, enfim, que compõem o que uma parcela expressiva delas define como a própria razão de ser das mulheres, intensificadas pela experiência que é viver numa metrópole e no trabalho policial. Na perspectiva desenhada pela palestrante, o feminino costuma se perder nas demonstrações de extrema preocupação com os outros: amigos, parentes, maridos e filhos; na avalanche de compromissos que assumem e que pode lhes tirar a paz, enfim, no duro encargo de ser mulher, feminina, bela e, sobretudo, amada.

Segundo a escritora, para atravessar o turbilhão da vida, a mulher precisa hoje reinventar-se, aprender a cultivar a suavidade nas relações e assim exercitar a “arte de ser leve”. O cansaço, tão comum hoje, é o “maior inimigo da mulher”. Como exemplo, citou o caso de uma amiga que entrou num *pet shop* por engano para comprar roupas para a própria filha. Uma das policiais interveio e disse que havia, por cansaço, feito a mesma coisa e o mais grave: esquecido no carro o seu bebê surpreendendo a despertando a solidariedade das companheiras de trabalho. Uma testemunho que reforçava naquela tarde o quanto é grande o cansaço feminino hoje.

As mulheres estariam ainda aprisionadas nas armadilhas de uma vaidade sem limites e que em vários momentos é a própria razão do seu sofrimento, revelado na dificuldade de envelhecer, de lidar com as suas limitações físicas, de conciliar família, trabalho e realização afetiva. As mulheres teriam acumulado encargos demais, que iam desde cuidar dos filhos, dos pais idosos, de sua alimentação, da educação, do vestuário, da saúde, da enfermidade dos membros da família e ainda assim assumido a tarefa de rezar por eles. De acordo com a jornalista, “mulher cansada não é mulher livre”.

Diante da reação do público, perguntei para uma policial que estava ao meu lado se envelhecer, que aparece frequentemente como um problema para a maioria das mulheres, era também um problema para as mulheres policiais. Ela me disse que era “ainda maior”, pois por conta da profissão, das constantes cobranças, a mulher policial normalmente

envelhecia mais: “é um trabalho muito desgastante, as cobranças são constantes. A gente envelhece mais rápido”, contou.

As mulheres reagiram de forma bastante positiva à palestra. Identificadas ou apenas sensibilizadas pelas histórias apresentadas pela jornalista, a expressão final do público foi em geral de agradecimento e visível emoção com todas aplaudindo efusivamente de pé. Muitas enxugavam as lágrimas e comentavam entre si sobre o que ouviram naquela tarde. Após o encerramento, muitas foram adquirir os livros da jornalista, pegar autógrafos, posar para fotografias com ela ou simplesmente agradecer pela mensagem de esperança recebida, de não se deixarem aprisionar nem endurecer diante da vida.

O cotidiano feminino, marcado por imposições sociais como ser magra, bonita, realizada profissional, sexual e afetivamente, havia tornado as mulheres tomadas por um cansaço profundo diante da vida e pela dificuldade de reagirem e dizerem ‘não’ às pressões do mundo. A acumulação de responsabilidades comprometia uma experiência de efetiva liberdade para as mulheres. Ser leve, na opinião dela, tornou-se uma inflexão, uma necessidade para tornar a vida das mulheres de fato igualitária. É necessário assim aprender com os homens a não sofrer com as cobranças alheias, visto que a amargura se tornou o traço comum a muitas mulheres. Embalada por casos apresentados por mulheres e homens ouvidos pela escritora, além de citar sua própria vida, atravessada por experiências pessoais traumáticas e ao mesmo tempo mediada pelo bom humor, a palestra conclamava as mulheres a serem menos duras consigo e mais “leves com a vida”, não comprometendo a saúde do espírito e do corpo. Como estímulo, citava uma observação contida em um dos seus livros a respeito da necessidade de aprender com os homens a apostar mais na convivência com os amigos que com os formalismos. Os homens não gastariam horas buscando a roupa perfeita para encontros com os amigos nem se ocupando em comprar os melhores presentes para as festas de aniversários de conhecidos e parentes, mas fariam dos contatos sociais oportunidades de viver mais livremente como observa a jornalista (FERREIRA, 2010, p. 203): “[...] os homens costumam estar à frente das mulheres no quesito convivência com os amigos. Eles sempre defenderam seu direito à turma do chope, da pescaria, do esporte que praticam ou dos formandos de 1985”.

Figura 40



Policiais posam ao lado da jornalista e escritora Leila Ferreira, que proferiu palestra durante o evento com o tema: “A arte de ser leve”. Dia 12 de maio de 2011.

Fonte: Pesquisa de campo

Figura 41



Policiais à paisana passam por sessão de cabeleireiro durante o evento. Serviços oferecidos: penteados, cortes e escovas. Dia 12 de maio de 2011.

Fonte: Pesquisa de campo

Do conjunto do evento, depreende-se a imagem e comportamento desejados pela instituição das mulheres e que segundo as diferentes mensagens pode ser resumido com o ideal feminino na caserna: ser feminina sem fazer uso de uma sensualidade perigosa, cuidar de si para não esquecer de “ser mulher”; não deixar a profissão comprometer a feminilidade nem o bom humor que contamina o ambiente e azedas as relações. Em resumo, no dia da policial feminino é importante lembrar que as mulheres avançaram “muito” na profissão nas últimas décadas, conquistaram espaços, mas que ser policial feminino é antes de tudo ser mulher; e ser mulher, é ser feminina, “leve”, de modo a não cair nas armadilhas de uma disputa “inconsequente” com os homens, sob o risco de uma existência infeliz. Com a palestra da jornalista, saem as policiais naquela tarde com uma intrigante pergunta: “existe coisa mais desagradável do que conviver com uma pessoa mal-humorada?”.

Ao final, tive a oportunidade de conversar com algumas policiais que me passaram suas impressões pessoais sobre a palestra. Disse uma delas: “ela falou a verdade, é impressionante, me vi naquelas situações que ela colocou”. Uma outra, em tom de certa resignação e culpa disse que a partir dali tentaria mudar o seu comportamento: “A gente reclama tanto. Às vezes, percebo que deixo o trabalho me chatear. Toda a hora me chamam

aqui e ali e perco a paciência. Mas vou procurar me controlar. Realmente ninguém merece ter perto uma pessoa de mau humor”. Ser leve tornou-se, mais claramente a partir dali, um novo encargo assumido por essa e outras policiais.

Com um campo mais delimitado de atuação, as antigas policiais passaram por um momento onde a sociedade, segundo algumas delas, via com grande surpresa o trabalho feminino, mas entendia ser um trabalho que “ajudava” a salvar vidas, enquanto a face masculina da corporação construiu um histórico no qual a imagem mais forte se aproximou da morte e da restrição de liberdade. Referências sobre esse passado aparecem através das lentes femininas como um período onde no cotidiano se reconhecia mais claramente na presença feminina um “diferencial” positivo no campo policial e que, portanto, merecia mais respeito por ser tratar de mulheres amparadas pela força da “autoridade”. Hoje, para algumas, os “bandidos”, “marginais”, não se importam com o gênero do policial. De acordo com uma soldado que trabalha em uma unidade operacional, “eles hoje não querem saber se é homem ou mulher. Se é policial, eles não respeitam. Eles não respeitam mãe, mulher e irmãs, vão respeitar a gente?”.

As mulheres tendem a narrar situações, por exemplo, como a de uma sargento com que conversei e que me falou sobre a época em que era soldado. Disse-me que nesse período, ao flagrar um indivíduo cometendo um delito, ela se aproximou e deu voz de prisão. Ele teria virado e quando viu que era uma mulher fardada o homem teria ficado atônito, “sem reação”. No episódio, segundo a policial, aproximaram-se vários curiosos não apenas para ver o indivíduo ser preso, mas para acompanhar e saber mais sobre “a mulher que prendeu o bandido”. As aproximações entre as mulheres e as funções historicamente reservadas aos homens na polícia ocorreram de forma paulatina, intensificando-se nos últimos anos. Somente no início da década de 1990, por exemplo, elas passaram a usar ostensivamente armas durante o serviço. Houve nesse período uma significativa alteração nos uniformes, que incorporou a possibilidade de calça para mulheres e do cinto de guarnição, que conferia à mulher a possibilidade de apresentar na cintura uma arma, antes carregada dentro de uma pequena bolsa à tiracolo. Antes disso, verificou-se que a saia, embora menor que nas primeiras décadas, e os sapatos de salto médio, eram elementos que “dificultavam” essa inserção, como conta a mesma policial, que ao sair em perseguição de

um ladrão não teve outra alternativa a não ser tirar os sapatos: “tirei por que não dava para alcançar. Ainda peguei e joguei um dos sapatos nele, mas não teve jeito!”, disse entre risos.

Nas falas dos policiais masculinos, fica o registro de uma chegada recente das mulheres ao universo considerado propriamente policial. Um dos policiais com quem conversei informalmente numa das unidades informou-me que na época em que trabalhava no setor operacional os policiais direcionavam as ocorrências específicas para a Polícia Feminina, vistas de modo geral como menores para os policiais de rua e classificadas por eles como “coisas de mulher”. No momento em que se ocorreu a integração da Polícia Feminina, que teve seu efetivo redistribuído entre os diferentes batalhões e companhias, as mulheres passaram a trabalhar com os policiais masculinos em duplas e nas viaturas. Um começo, como ele fez questão de destacar, que não foi fácil para as mulheres, pouco adaptados aos novos tipos de ocorrência. Numa delas, um assaltante teria atingido e morto o colega de serviço da policial e, ela mesmo armada, diante do criminoso entrou em estado de choque e não conseguiu reagir. Assim como esse exemplo, ele citou outros que mostravam a grande dificuldade de muitas mulheres em se reconhecerem policiais, desde ao observar o comportamento pouco atento com a própria segurança que algumas revelariam em locais públicos como metrô e ônibus; no enfrentamento dos “marginais” que ousam contestar o poder de polícia, até o envolvimento amoroso, sexual com colegas de farda; para em seguida fazer a seguinte ressalva: “mas aí é coisa da natureza. Se coloca juntos (homens e mulheres), é algo que vai acontecer mesmo, não tem como lutar contra a natureza”.

Diante das situações citadas pelo policial, questionei se não existem mulheres que conseguiram se adaptar à atividade e que hoje desempenham tão bem, ou até melhor, a função que os policiais masculinos. A resposta dada por ele indica a importância de analisar o histórico e o sentido processual da inclusão feminina na Pmesp, que provavelmente explique uma aparente satisfação e adequação às atividades internas da polícia em comparação com as atividades de rua. Segundo ele, “existem algumas, mas essas são ‘moscas brancas’”. Perguntei, um tanto confuso, o que seriam “moscas brancas”. Ele me respondeu com uma pergunta: “Você já viu elefante rosa?”. Respondi prontamente e ainda confuso que não, para em seguida ele dizer que, do mesmo modo, é muito difícil encontrar

“moscas albinas”. Essas, em sua opinião, são como as policiais femininas de fato preparadas para o trabalho policial. Elas são, portanto, “muito raras”.

Essa percepção, longe de ser incomum, revela a existência de algumas das restrições existentes ao emprego de mulheres em unidades operacionais como a Rota, onde o saber e a identidade de seus membros são construídos nos processos formais e informais que marcam os treinamentos e rotina de serviço a bordo das viaturas que em alta velocidade perseguem criminosos pelas ruas e locais mais perigosos da cidade. A exposição constante ao risco, uma espécie de desafio à morte por um ideal heroico, caracterizaria uma atuação marcadamente masculina onde sobressai o recurso à violência e demonstrações reiteradas de compromisso aos valores cultuados pelo grupo. Os laços internos de solidariedade e lealdade em unidades como a Rota compõem assim o *ethos* do grupo, que tende a forjar ações e códigos que valorizam atributos vistos como exclusivamente masculinos como a “discrição”, “espírito de corpo”, “coragem”, “lealdade” e que resultariam numa prática assinalada pelo caráter seletivo das operações e pela alta letalidade²⁴⁴, aspectos fundamentados na tradição e no segredo reverenciados na corporação. Esses aspectos forjaram uma expectativa de maior respeito dos criminosos pela unidade e de menor confiança no público feminino em operações de rua, sendo uma marca das representações de homens e mulheres fora e dentro da polícia:

Você pega o Batalhão de Choque. Choque, como o nome diz, ele tem que ser aquela coisa de chegada [impacto]. Você já pensou um pelotão com 40 mulheres? Que força moral, visual vai ter um jogo, por exemplo, com torcidas organizadas, né? Não vai ter. [por outro lado] Você ver 40 homens descendo, grandes, fortes [seria diferente o resultado]. (Mércia, Sargento, 22 anos de serviço).

²⁴⁴ Com a resolução que proibiu em 2013, a partir da gestão do secretário de Segurança Pública Fernando Grella, que policiais socorrer feridos e acionar os serviços de emergência houve uma redução de 39% no número de mortes de civis em confrontos com a PM. Segundo matéria do jornal Folha de S. Paulo de 11 de fevereiro de 2014, o número foi o menor em 15 anos. Segundo a matéria: “implantada no início de 2013, com o argumento oficial de garantir a feridos socorro especializado, como o feito pelo Samu, ela também tinha o objetivo não declarado de reduzir mortes suspeitas praticadas por policiais e a alteração de cenas de crime”. Fonte: “**Número de mortes causadas por PMs é o menor em 15 anos em SP**”, In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/148609-numero-de-mortes-causadas-por-pms-e-o-menor-em-15-anos-em-sp.shtml>, página acessada em 10/02/2014.

O ideal guerreiro reconheceria, portanto, nas mulheres uma fonte potencial de ameaça aos valores referendados pelo grupo, levando a um tipo de formatação de trabalho que tende a desencorajar aquelas policiais que manifestariam algum interesse mais claro de integrar as guarnições, visto que como “mães” e “esposas” elas não poderiam se dedicar a operações que se entenderiam para além de sua carga horária em razão da “dupla” ou “tripla” jornada. Uma das principais razões para a existência de impedimentos a mulheres está, portanto, na ideia bastante comum no interior da polícia em torno de uma perda de liberdade para o agir que seria resultado direto de uma democracia com resultados considerados, sobretudo pelos segmentos mais conservados da polícia, “desastrosos” e que teria favorecido a ampliação do número de mulheres na corporação e ao mesmo tempo um enfraquecimento da autoridade policial.

Como “bocudas”, propensas naturalmente a revelar a rotina e os elementos centrais da identidade dos “verdadeiros policiais”, as mulheres, na concepção corrente em vários círculos na polícia, colocariam em sério risco o “segredo” da instituição, onde as unidades operacionais funcionariam como “reservatórios de sentido” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 25), verdadeiros espaços de memória que guardariam a chave sobre o que de fato significar “ser policial”, moldando o sentido da ação dos seus membros pela permanência dos seus valores:

As reservas de sentido objetivadas e processadas pela sociedade são ‘conservadas’ em reservatórios históricos de sentido e ‘administradas’ por instituições. O agir do indivíduo é moldado pelo sentido objetivo, colocado à disposição pelos acervos sociais de conhecimento e comunicado por instituições através da pressão que exercem para o seu acatamento.

O pluralismo e a emergência de novos sujeitos e demandas, expressões da diferença na modernidade, têm levado essas comunidades a uma crise de sentido, na medida em que como comunidades de vida, as polícias se vejam mais constantemente diante das tensões que marcam a emergência e o desenvolvimento de novos padrões de sociabilidade. A suposta disposição das mulheres em questionar constantemente a rotina e o fundamento das ordens apresentadas pelos superiores e colegas de farda comprometeria, segundo essa lógica, a integração do grupo e os valores basilares próprios de corporações militares, ou

seja, a hierarquia e a disciplina, mostrando-se a presença feminina um elemento ora desejado – para atestar a modernização da polícia - ora indesejado na medida em que “humanizar” e “democratizar” as relações no interior de unidades tradicionais atuaria diretamente na desagregação interna do grupo. O “falar demais”, que remete à imagem de “fofoqueiras”, é um elemento que, embora permitido às mulheres, contribui na Polícia para mantê-las distantes de alguns espaços nos quais a presença masculina é majoritária. A respeito da fofoca, Claudia Fonseca (2000) afirma que ela é uma prática permitida às mulheres e vedada aos homens, de modo que o homem que dela faz uso perde prestígio no grupo. Aos homens, é esperado que façam críticas diretas e tenham força suficiente para sustentar suas acusações injuriosas. De uma forma ampla, a fofoca é um elemento que ganha contornos femininos, um instrumento que quando direcionado aos fortes é meio de manipulação e proteção, quando utilizado pelos fracos contra os fracos, um recurso de ataque. Numa definição geral, uma força niveladora de diferenças.

O princípio de respeito à hierarquia funciona no campo militar como um valor basilar, parte importante da identidade do grupo e requisito indispensável tanto para a ascensão na carreira quanto para a permanência da coesão dos policiais em torno das ordens dos superiores. O avesso da hierarquia e da disciplina seria o caos, a desordem representada pela anarquia, razão de perdição da cidade e dos governantes, como se vê no alerta dirigido pelo rei Creonte ao filho Hêmon, “dominado” pelo amor a Antígona, a quem Creonte atribui a perversão de contestar a ordem e que pretende arrastar Hêmon para a ruína. Ainda esperançoso de poder convencer o filho a abandonar a mulher amada, Creonte revela princípios que se tornaram parte essencial da identidade militar e que ainda hoje orientam a conduta dos homens na guerra e em contextos semelhantes, ou seja, o respeito à disciplina e a disposição de afastar as mulheres e as “artimanhas” do feminino das funções de comando em conflitos armados, principalmente frente à possibilidade de saírem vitoriosas. Razão de grande vergonha para os homens, conforme assinala o clássico texto de Sófocles (2002, p. 230):

Estou seguro de que esse homem obediente será bom governante como foi bom súdito e na tormenta das batalhas ficará firme no posto, agindo como companheiro bravo e leal. Mas a anarquia é o mal pior; é perdição para a cidade e

faz desertos onde existiam lares; ela é causadora de defecções entre as fileiras aliadas, levando-as à derrota. A submissão, porém, é a salvação da maioria bem mandada. Devemos apoiar, portanto, a boa ordem, não permitindo que nos vença uma mulher. Se fosse inevitável, mal menor seria cair vencido por um homem, escapando à triste fama de mais fraco que as mulheres!

Além disso, a possibilidade de assumirem posições de destaque na corporação cumpre um processo bastante parecido com o enfrentado por profissionais do sexo feminino em contextos tradicionalmente dominados pelos homens, como destacou Maria Rosa Lombardi (2008) em estudo sobre as engenheiras em áreas tecnológicas. Quando está distante das características vistas como próprias do sexo feminino, a ascensão feminina recebe maiores críticas, ainda que no campo operacional algumas joanas e quitérias, sinônimos das policiais Billy, consigam alcançar reconhecimento no interior do grupo entre os seus pares ao enfrentarem os desafios das ruas. A ascensão aos cargos de comando faz lembrar a reação de Riobaldo quando percebe que o amigo Diadorim, espectro do feminino, pode vir a tornar-se líder do grupo de jagunços (ROSA, 1994, p. 107-8):

Num nu, nisto, nesse repente, desinterno de mim um nego forte se saltou! Não, Diadorim, não. Nunca que eu podia consentir. Nanje pelo tanto que eu dele era louco amigo, e concebia por ele a vexável afeição que me estragava, feito um mau amor oculto – por mesmo isso, nimpes nada, era que eu não podia aceitar aquela transformação: negócio de para sempre receber mando dele, doendo de Diadorim ser meu chefe, nhem, hem? Nulo que eu ia estuchar. Não, hem, clamei – que como um sino desbadala: – “Discordo.”

Tal perspectiva, centrada na delimitação de espaços considerados específicos para as mulheres e que tende a colocá-las distantes da atividade-fim e dos postos de comando, contribui sensivelmente para reforçar a velha ordem nas instituições de segurança pública no Brasil ao privilegiar o enfrentamento e a morte nas operações policiais em detrimento das ações de prevenção focadas, por exemplo, em programas como policiamento comunitário, bem como naqueles que ordinariamente marcam o trabalho policial e que estão próximos de valores socialmente reconhecidos como femininos. Assim, ao constituir nichos de trabalhos para o público feminino no interior da instituição, “preservando-o” dos perigos das ruas, a PM se mostra empenhada em reforçar uma ordem doméstica no qual esse público atua como importante fator humanizador das relações internas e,

externamente, de suposta melhoria da imagem da instituição, o que contribui para a negação de valores femininos e para levar as mulheres que se interessam pelo serviço de rua a reproduzir, a partir do uso da violência, o que se reconhece nos principais estudos sobre as polícias como a pior expressão do comportamento policial.

Conforme se buscou evidenciar neste capítulo, a PM atua decisivamente na definição de uma imagem ideal para as policiais femininas, orientada a moldar as práticas e o sentido da presença das mulheres na área da segurança pública. Vistas como naturalmente inclinadas a subverter a ordem militar, baseada em aspectos como força, coragem e virilidade, assim como em valores como hierarquia e disciplina, as mulheres costumam ser vinculadas, por sua vez, à missão de humanizar as relações internas e promover a instituição junto à opinião pública, reformulando a imagem de dispositivo estatal focado no uso abusivo da violência. Para isso, a despeito do papel histórico das conhecidas heroínas Maria Quitéria e Jona D’Arc para afirmação da capacidade feminina no campo militar, a instituição tende a investir na imagem da “policial-mãe”, centrada na administração da profissão e do lar. Uma imagem que exerce forte influência sobre a experiência profissional e pessoal dessas mulheres e que define escolhas, alimentando expectativas quanto ao futuro que a corporação reserva ao público feminino na profissão, como ficará mais claro no capítulo seguinte.

Capítulo 4: Ser mulher na polícia: as expectativas de si e dos outros

As Representações Sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. [...] Fruto da vivência das contradições que permeiam o dia-a-dia dos grupos sociais e sua expressão marca o entendimento deles com seus pares, seus contrários e com as instituições. Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimento. Mas, além disso, as Representações Sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. Portanto, devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem às situações reais da vida.

Maria Cecília de Souza Minayo (1995, p. 108-9).

4.1 Polícia, gênero e Representações Sociais

A policial de cabelos longos presos em penteado “rabo de cavalo” anota, a partir de uma agenda do setor de Relações Públicas, os dados e me passa. Constam na anotação, feita com caprichada caligrafia num pequeno pedaço de papel com caneta de tinta rosa, a patente, o nome completo, telefone, endereço e data de nascimento da antiga oficial. Ocorre-me no mesmo instante de pedir que a instituição faça o primeiro contato, tento assim evitar possíveis desconfianças da minha provável entrevistada e/ou de seus familiares.

Autorizada pela chefia da unidade, a mesma policial, que se divide entre as funções de secretária do setor e telefonista na Corporação, disca o número de telefone. A primeira tentativa não dá certo, a chamada não completa, a indicação é de que o número não existe. A policial recorre à outra agenda, enquanto observo ansioso numa das salas do segundo andar do prédio do Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo. A ligação dessa vez completa. Após breve apresentação, ela me passa o telefone e eu, um pouco nervoso, falo o meu nome e sobre a minha pesquisa; falo em seguida sobre o meu interesse em entrevistá-la. Do outro lado da linha, uma voz firme e tranquila responde. Diz que podemos conversar na semana seguinte. Argumento que não estarei na cidade, mas que retornarei poucos meses depois para outra etapa do trabalho e por isso pergunto se podemos marcar a

entrevista para o meu retorno. Ela responde que sim e me cerco naquele instante de certa tranquilidade, já que eu teria que aguardar alguns meses até o nosso encontro.

Poucos dias antes de retornar, eu ligaria novamente para confirmar a data da entrevista. Após breve chamado, para minha surpresa, é ela quem novamente atende. Na imagem que eu havia construído sobre os distantes anos 1950, imagino-me diante de alguém menos independente, com lembranças remotas, fragmentadas pela idade, e em relação a quem eu devesse antes me reportar a um filho, funcionário ou parente mais jovem. A voz firme ao telefone destoava da imagem que eu havia erradamente construído sobre ela. Estou disposto a marcar a entrevista em sua casa, não apenas para evitar difícil deslocamento até algum dos quartéis da Polícia Militar, mas em razão da expectativa de, ao ir até a sua residência, poder também acessar com mais facilidade, mediados por fotos, documentos e outros objetos, as memórias não apenas sobre o tempo na polícia, mas sobre outros aspectos da sua trajetória de vida.

Por sua sugestão e contrariando as minhas expectativas, marcamos a entrevista no bairro da Luz, no prédio do Museu da Polícia Militar, vizinho à Capela de Santo Expedito, que ela costuma regularmente frequentar. Em alguns dias, após quase três meses do primeiro contato, nos encontramos. Estava pesquisando algumas pastas em uma das salas no fundo do Museu quando ouvi sua chegada, juntamente com o seu esposo, também oficial reformado da Polícia Militar, ser saudada por funcionários da instituição que já os conheciam de longes datas. Tempos antes desse nosso encontro, um dos mais aguardados durante a pesquisa, eu havia ouvido falar da oficial através de uma policial do Comando Geral da Pmesp. Informada sobre o meu interesse de pesquisa ela falou-me de uma das várias oficiais das primeiras turmas da Polícia Feminina que frequentavam as solenidades e eventos organizados pela corporação. Remanescente das “13 mais corajosas de 1955”, a coronel era uma das mais antigas policiais, sendo conhecida por contribuir frequentemente com entrevistas e participar de solenidades e eventos na PM. A partir dessa referência, pude concretizar o meu encontro com as lembranças da Oficial, que assim como 12 outras jovens mulheres, havia feito, 56 anos antes, a escolha de adentrar a um universo então desconhecido do público feminino.

Naquela tarde ensolarada e um pouco fria, de 13 de maio de 2011, conversei com a coronel Luiza²⁴⁵, uma senhora simpática e discreta, tendo a companhia do seu esposo, reformado num posto abaixo do seu e que ouviu com interesse as respostas da mulher. Antes mesmo das primeiras perguntas, a oficial, de cabelos curtos cuidadosamente tingidos em tons castanhos, me presenteou com cópias de um texto com resumo do histórico da Polícia Feminina e fotos da Comandante e da primeira turma, na qual ela faz questão de se identificar em meio a outras policiais fardadas, para então discorrer sobre os objetivos da Polícia Feminina, a natureza do trabalho desempenhado pelas mulheres e as mudanças que observou ao longo do tempo em que trabalhou na corporação, onde também conheceu o marido, com quem estabeleceu uma parceria afetiva e profissional. Formados em Direito e sem filhos, dedicaram-se à advocacia após a reforma na Polícia Militar, como ela fez questão de me mostrar a identidade da ordem dos advogados. A oficial, na referência feita dias antes por uma policial que respondia informalmente aos meus questionamentos sobre as primeiras turmas de mulheres na Polícia, pertencia a um grupo que pelas exigências da profissão e pelo rigor do seu tempo havia se deixado absorver pela atividade, dedicando-se integralmente à carreira. O retrato era de vidas que não raramente abdicavam dos filhos e até mesmo do casamento para atender as expectativas do cargo. Na visão da soldado, algo comum entre os oficiais, seja mulheres ou homens. Questionava: “mas para quê? Tanto esforço para deixar para quem?”.

Luiza em seu relato não mencionou a falta de filhos ou algum tipo de arrependimento pelos 35 anos que permaneceu no serviço ativo como policial. Postura que possivelmente se tornou mais clara desde a reforma, ocorrida no início dos anos 1990. Mostrava-se já estar acostumada com a insistente pergunta, produto de um imaginário social que não apenas resiste em dissociar o feminino da maternidade, mas que ainda vincula a experiência de vida de homens e mulheres à reprodução, à criação de filhos e netos como etapa essencial.

Na conversa que tivemos, a coronel Luiza transparecia a satisfação de figurar como umas das mulheres pioneiras na profissão no Brasil. Pareceu à vontade em revirar lembranças, inclusive pessoais, quando recordou o rigor familiar com o qual precisou lidar

²⁴⁵ Nome fictício.

quando jovem, num momento em que segundo ela “a moça tinha que ser educada para a casa, para ser mãe de família”. Apesar do rigor e das expectativas na época para que seguisse como professora primária enveredou pela atividade policial atraída pela curiosidade, pelas promessas da nova profissão, como o salário, segundo ela correspondente ao de diretor de escola, e pelo temperamento, que ela definiu como “persistente”. De acordo com a oficial, ainda não era possível naquele momento falar em vocação: “As pessoas falavam: ‘você tinha vocação para ser policial?’ Ninguém tem vocação para uma coisa que não existe, né?”. Ainda assim imaginou frente o anúncio da profissão: “deve ser algo que eu possa fazer”. Em alguns momentos foi lacônica diante de questões mais específicas sobre o cotidiano da atividade e a relação com os superiores hierárquicos.

Como outras mulheres, Luiza, de modo geral, expôs suas lembranças sem maiores constrangimentos, falou sobre as motivações que a impulsionaram a ingressar na corporação, a vencer os desafios de seu tempo e de constituir-se, sob o peso das desconfianças e através do apelo às diferenças, uma das primeiras policiais femininas. Fez-se testemunho de um processo no qual as mulheres procuraram avançar na profissão com a preocupação de auxiliar na profissão, não figurando, portanto, como concorrentes dos colegas masculinos, num contexto de grandes e importantes transformações sociais no país, como destacaram outros entrevistados.

Ao todo, além da história de vida da coronel Luiza e de mais 04 mulheres, com perfis muitos distintos, este capítulo explora o conteúdo de 39 entrevistas realizadas entre fevereiro de 2011 e dezembro de 2012 com policiais femininos e masculinos que desenvolviam no período suas atividades em Batalhões e unidades da PM na capital paulista, a fim de identificar os núcleos de sentidos das representações em torno da presença feminina na corporação. Centrada numa abordagem qualitativa, a composição do público entrevistado procurou apostar numa distribuição mais equilibrada possível do ponto de vista do gênero e dos quadros hierárquicos, diferente, portanto, da composição numérica real da corporação, na qual se destacam como maioria o público masculino e a do segmento das praças.

Desse modo, foram realizadas 44 entrevistas, sendo 22 com policiais do sexo feminino e 22 com policiais do sexo masculino. Do ponto de vista hierárquico, foram ouvidos 29 praças e 15 oficiais de diferentes níveis, desde soldados até o último posto da carreira, ou seja, o de coronel. No que se refere à escolaridade, predominaram os policiais com nível superior: 58%, seguidos de 42% que possuíam o ensino médio. Nesse aspecto, o público feminino apresentou em relação aos policiais masculinos pequena vantagem com mais anos de estudo. Em relação ao estado civil, integraram o público 16 solteiros, 21 casados, 05 divorciados, 02 em união estável e 01 policial viúva. Quanto à cor, houve predominância de policiais que se autodeclararam de cor branca, correspondendo a cerca de 80% do público, enquanto os 20% concentraram policiais de cor negra e parda, 05 e 04, respectivamente, do total. Já no que se refere à religião, aproximadamente 53% se autodeclararam católicos, seguida de 20% de evangélicos, 13% espíritas, 2% budistas e 12% sem religião. Por fim, do conjunto de policiais entrevistados, destacou-se a média de 38 anos de idade e 17 anos de serviço. Foram ouvidos policiais de diferentes gerações e em sua maioria nascidos no estado de São Paulo, sendo o mais jovem com 20 e o mais velho com 79 anos de idade e, respectivamente, com 02 e 35 anos de tempo de serviço na corporação (ver Apêndice B).

Ao ouvir policiais com perfis bastante distintos, procurei explorar as representações não apenas de policiais masculinos e femininos, mas também as representações conforme o pertencimento a distintos círculos hierárquicos e ao tempo de serviço, apresentando assim uma visão mais ampla a respeito dos temas explorados no roteiro de entrevista a partir de diferentes gerações de policiais, tanto os chamados recrutas quanto a de policiais mais antigos, já reformados ou em vias de reforma. A intenção foi de assegurar uma melhor abordagem das representações sociais na Polícia Militar, conforme os diferentes segmentos nela existentes, explorando assim com maior clareza as possíveis diferenças de posicionamento, bem como as convergências presentes nos discursos. Como destaquei em outro momento, as entrevistas se deram de forma aleatória, fundada na disposição dos policiais em contribuir com a pesquisa e falar sobre suas experiências.

Embora na maior parte das situações os policiais tenham sido consultados por seus superiores hierárquicos sobre o interesse e disponibilidade para falar, procurei contornar

essa situação, bastante comum no meio militar e segundo a qual todos em tese são “voluntários” para “missões” designadas por seus superiores, reforçando o caráter voluntário da pesquisa e as garantias apresentadas no Termo de Consentimento Informado (ver Apêndice A), como o anonimato e a possibilidade de desistir da entrevista ou excluí-la a qualquer momento caso sentissem a necessidade. De forma ampla, a pesquisa foi bem recebida pelos (as) policiais, que falaram sem maiores receios sobre a vida pessoal e as suas experiências profissionais na corporação, não sendo o fato de terem sido realizadas em sua maioria no ambiente da caserna um fator que impediu abordar aspectos considerados controversos na carreira policial, a exemplo da possível existência de preconceito de gênero na corporação e outros temas.

A opção pelas histórias de vida²⁴⁶ de algumas policiais buscou, neste sentido, evidenciar alguns dos perfis existentes no público feminino ao apostar em trajetórias diversas, para além, portanto, do modelo “policial-mãe” valorizado pelo discurso institucional, bem como observar as mudanças na dinâmica social, pois conforme bem observou Gilles Houle (2010, p. 320), “as histórias de vida nos contam, na realidade, a história da vida em sociedade, e também nos levam a redescobrir que o objeto último da sociologia é a vida”. Afora as policiais que fizeram a escolha pela maternidade, como a Capitão Suely, a Soldado Rosângela e a Sargento Mércia, outras que subverteram expectativas apostando na trajetória sem filhos, a exemplo da coronel Luiza e da Sargento Alessandra. Mulheres que possuem em comum o fato de terem abraçado em diferentes tempos o desafio de adentrar em um universo majoritariamente masculino. Para isso, teceram sonhos, realinharam molduras e, sobretudo, edificaram propostas de ser e estar numa instituição encarregada da manutenção da ordem por meio do apelo tanto às diferenças quanto à igualdade, a partir de contextos que envolveram não apenas frequentes concessões, mas tensões e avanços consideráveis. Certamente a vantagem do emprego do método de análise de história de vida esteve em proporcionar o conhecimento de

²⁴⁶ A antropóloga Adriana Piscitelli (1993, p. 154), ao discutir as potencialidades relacionadas ao uso, em um mesmo estudo, das tradições orais e de histórias de vida, salientou que a história de vida foi considerado o “método feminista por excelência”, pela possibilidade que oferecia no sentido da compreensão ampla e profunda das consciências femininas garantindo um ponto de vista sexuado”.

experiências concretas que em muito contribuíram para a revisão de alguns pressupostos de pesquisa, conforme assinalou a antropóloga Guita Debert (1986) em importante texto.

Desse modo, no total, foram entrevistados 44 policiais a partir de roteiro semiestruturado com 45 questões, divididas em 04 eixos principais. Os temas estiveram centrados em perguntas sobre desde a formação escolar e familiar do policial, razões para o ingresso na profissão e percepções a respeito da receptividade social ao ingresso na polícia militar, passando pela definição da atividade policial, relações entre as polícias e o público civil, processo de formação e cotidiano profissional, até questões mais específicas sobre gênero e polícia. Procurei, portanto, compreender as representações sociais de policiais militares do serviço ativo²⁴⁷, tanto de praças quanto de oficiais, a respeito da presença feminina na polícia militar, tendo como referência as especificidades da profissão em articulação com aspectos sociais considerados comuns, a exemplo de educação, família, casamento, maternidade, filhos, preconceito de gênero, identidade profissional, gestão policial, perspectivas das mulheres na profissão, entre outros, e que se articulam à análise do contexto institucional para informar sobre ideias e práticas. Para isso, levo em consideração as observações da socióloga Maria Stela Grossi Porto (2010, p. 219) sobre o estudo das representações sociais:

representações sociais são conteúdos que expressam os sentidos orientadores de práticas. Buscar esses sentidos é pesquisar os indivíduos, sem “secundarizar” o ambiente (situação, estruturas) no qual os indivíduos atuam. É privilegiar a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado, já que sentidos não podem ser compreendidos independentemente do campo social no qual se inserem.

Assim, com a análise das representações pretendo evidenciar elementos que auxiliem na compreensão não apenas dos sentidos que assinalam a experiência mais antiga de inserção de mulheres no campo policial militar no país, mas revelar como, frente às expectativas traçadas, esse público construiu distintas trajetórias, ajustando o próprio comportamento frente às configurações da instituição militar ao mesmo tempo em que

²⁴⁷ A única exceção referente ao serviço ativo foi a Coronel Luiza, pertencente à primeira turma da Polícia Feminina e que foi para a reforma em 1990.

atuou na conquista de novos espaços e funções na profissão. Um caminho para refletir sobre os possíveis efeitos provocados pelas diferenças de gênero na dinâmica da caserna, dentre eles a expectativa de humanização das relações internas e da imagem social da polícia a despeito da preservação de traços militaristas e violentos das ações policiais no presente.

4.2 Família, educação, trabalho e as razões para o ingresso na PM

A educação, tanto escolar quanto familiar, ou a suposta ausência dela, é um aspecto que marca os discursos dos diferentes policiais para explicar o sucesso ou fracasso de indivíduo em sociedade, particularmente daqueles que desenvolveram uma trajetória pelo crime. Definida pelos policiais de diferentes postos ou patentes como “a base de tudo”, a educação aparece nos discursos como elemento imprescindível para que os indivíduos avancem na vida e se tornem referências positivas para outros indivíduos. Essa percepção mantém relação com a ampliação do acesso ao sistema educacional brasileiro, verificado na última década, como destaca a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2013), associadas às demandas do mercado de trabalho pela melhoria da qualificação profissional dos trabalhadores.

Parte expressiva das respostas dadas pelos entrevistados, principalmente dos policiais com maior idade, a família, por sua vez, é apontada como a principal responsável pela formação, sendo a escola uma coadjuvante nesse processo, ao ocupar a posição de instância “complementar à formação” oferecida na família. Para outra parcela, composta por policiais mais jovens, a família e a escola exerceriam papéis mais equilibrados na formação dos sujeitos sociais. Juntas, atuariam na constituição ética e moral dos futuros adultos, definindo o seu caráter a partir da transmissão de princípios e valores considerados imprescindíveis para uma melhor integração ao mundo do trabalho, visto como um fim a ser alcançado e ao mesmo tempo como uma fonte de integração social capaz de estimular o senso de iniciativa, uma trajetória vista como correta e o dinamismo necessários à experiência social. Uma compreensão que se pode definir como tributária à expansão da educação formal no país e a um maior envolvimento dos pais com a vida profissional,

fatores que em certa medida colaboraram para a ampliação das expectativas em relação ao papel das instituições educacionais. Estas, além de ofertarem um ensino de menor qualidade em comparação com o passado por eles vivido, teriam que lidar atualmente, segundo essa percepção, com alunos indisciplinados e menos interessados nos estudos.

Assim, ao mesmo tempo em que foram ampliadas as expectativas em relação à escola, a confiança em torno dos seus efeitos sobre o alunado teria diminuído em virtude de fatores como menor tempo das famílias em acompanhar o rendimento de seus filhos e investimentos reduzidos na qualidade do ensino, além de supostos equívocos cometidos tanto pelas famílias quanto pela escola na condução dessa mesma formação. Prevalece entre os entrevistados, grosso modo, uma postura conservadora segundo a qual os jovens estariam cada vez mais envolvidos com comportamentos desviantes. As falas dos entrevistados tendem a reforçar o rigor moral enfrentado em seu tempo, com escolas e famílias mais exigentes e vigilantes em relação aos comportamentos dos filhos. Ao sinalizarem as dificuldades que tiveram que enfrentar, os policiais pretendem marcar os aspectos positivos que uma educação rigorosa teve sobre suas trajetórias. Julgam que uma disciplina por vezes severa foi responsável por dirigi-los por um caminho de retidão moral e por afastá-los de más companhias. A observação sobre a suposta “crise de valores” que marcaria a sociedade brasileira e na qual o comportamento dos jovens seria uma das principais expressões no presente, além de constituir de uma marca de um recorrente conflito intergeracional, não raramente vem acompanhada da expectativa de reformas do sistema educacional e penal, com, respectivamente, o aumento da autoridade docente e a diminuição da maioria penal. Em sua maneira de entender a sociedade, o fracasso da educação escolar e familiar inevitavelmente chegaria até a polícia, que teria poderes limitados para enfrentar esse problema.

Oriundos em sua maior parte dos estratos médios baixos da população, percebe-se que o reforço dado à própria trajetória, apresentada como vencedora e resultado de uma boa formação moral e do esforço pessoal, pretende servir como marca de diferenciação social em relação aqueles que, diante de oportunidades supostamente iguais ou melhores, não conseguiram avançar. Ao apresentarem-se como vencedores, como indivíduos que foram capazes de superar as adversidades de seu tempo e contexto social em torno do ideal de

trabalhar na polícia, há destaque a uma perspectiva de caráter liberal bastante comum no meio militar, onde em tese o esforço pessoal dos seus membros os levaria a enfrentar segundas batalhas, cumprindo as exigências de uma ordem hierarquizada cujo avanço em sua estrutura estaria sustentado na meritocracia. Não por acaso, a educação é apresentada como um valor marcado por um sentido instrumental. Ela é um bem, um valor apreciado, pois permitirá a quem dela fizer bom uso o acesso a oportunidades que na prática estão disponíveis a poucos. Segundo assinalou Heloísa Fernandes em importante estudo sobre a Polícia Militar de São Paulo (1979, p. 174-5):

[...] a educação (profissional) inscreve-se na hierarquia militar de maneira inextricável. A capacidade e esforço pessoais – a forma de ascensão reforça o individualismo – aparecem como uma exigência para a ascensão. Favorece, portanto, a ideologia da ascensão social pelo esforço individual. A disciplina que é, de fato, inerente ao processo de trabalho, aparece como seu efeito: decorrência da precedência natural dos mais qualificados e, portanto, dos mais capacitados.

Nesse aspecto, os depoimentos de policiais masculinos e femininos não raramente falam de desafios enfrentados como o de ter iniciado a experiência de trabalho ainda muito cedo – alguns ainda crianças – ou de ter saído de casa em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo. Destaca-se a necessidade de migrar do interior ou de outros estados para a capital, de vencer a distância entre o quartel a casa e suportar o rigor dos treinamentos. Em alguns casos, houve ainda a necessidade de enfrentar desafios mais específicos como a separação ou falecimento dos pais ainda na infância, associado em sua maioria ao início de um período de privações afetivas e materiais. Contudo, longe de apresentarem como evento puramente negativo em suas experiências, esses eventos aparecem ressignificados nos discursos, constituindo-se como uma das principais razões para maior tenacidade frente às dificuldades apresentadas na vida e até mesmo como diferenciação em relação a experiências de outros indivíduos, inclusive da própria família, que não teriam enfrentado o mesmo rigor na formação.

A história da sargento Alessandra, 44 anos de idade e 18 anos de serviço, é bastante representativa dessa postura que busca ressaltar a escolha pela instituição como evidência de um grande esforço pessoal desenvolvido desde cedo. Ao ser questionada sobre a sua formação familiar e sobre o sentido que ela atribuía à educação, a policial apresenta-se

como “filha de divorciados” que desde cedo, em virtude principalmente da separação dos pais e da cor da pele, teve que lidar com privações e constrangimentos que a ajudaram a estabelecer estratégias e novos caminhos. Segundo ela, quando criança foi convidada a sair do colégio de freiras onde estudava porque a instituição não aceitava filhos de casais separados. Essa experiência, somada a outras restrições, muitas pautadas na cor de sua pele, a fizeram, a partir das orientações apresentadas pela mãe, buscar nos estudos um instrumento de ascensão e, conseqüentemente, de proteção social:

Então, eu tive que aprender assim, porque eu sou negra, minha mãe também é. Meu pai não e depois minhas irmãs também não são, porque vêm de outro casamento. A minha mãe falou: ‘você tem que conviver com a sociedade. Você é mulher, preta e pobre, então só te resta o estudo. O que a gente estuda ninguém tira, ninguém tira isso de você. Então, pra você ser respeitada você tem que estudar, tem que estudar! Tem que ter boas atitudes, bom comportamento’. Eu lembro na escola, meu pai ia me visitar, ia me ver. Eu passava as férias na casa dele. Eu lembro até hoje. Eu devia ter assim meus 08, uns 10 anos de idade, aí, segurando o boletim assim, né, era AAAB e A, ele perguntou: ‘Por que você tirou um B? Você não faz nada da vida!’ Achei, assim, foi ótimo essa criação que eu tive dela, eles foram bem rígidos comigo. Quando eu repeti de ano, no 2º ano do primário, porque eles tinham separado, eu fiquei chocada, né? Eu fiquei de castigo assim mesmo. Eles falaram que não era motivo para eu repetir de ano. Não foi um castigo assim, porque eu nunca apanhei, sempre fui boazinha, né, mas assim, você não vai poder brincar, não vai poder viajar, você repetiu de ano, né?

A policial conta ainda que aos 12 anos passou a trabalhar numa pequena fábrica de bichos de pelúcia, forma encontrada na época para poder financiar um curso de idiomas que a mãe não podia pagar. Apesar de ter sido uma experiência traumática: “até hoje não gosto de bichinhos de pelúcia, porque sei como eles são feitos,” a experiência, segundo ela, foi importante para o seu amadurecimento e para que tivesse a clareza desde cedo que era necessário buscar através do trabalho e dos estudos realização pessoal e proteção. Um legado importante recebido da mãe, que a teria ensinado a perceber ainda muito jovem que “nada cai do céu”, sendo importantes os estudos e a busca de uma profissão.

É bastante comum nos discursos, portanto, a existência de uma perspectiva liberal, que tende a dar sustentação à percepção de que o sucesso ou fracasso na vida e, sobretudo, no meio policial militar, depende quase que exclusivamente do esforço de cada indivíduo, independente da existência de fatores que pudessem viabilizar a sua ascensão ou servir

como obstáculo. Desse modo, o rigor, senso de família, ambição e determinação aparecem como valores herdados de pais e/ou avós, mostrando-se nos discursos dos policiais masculinos e femininos como decisivos para o seu encontro com a instituição. Fatores como cor, sexo e classe, apesar de poderem vir a indicar desvantagens, seriam, via de regra, suplantados pela determinação pessoal frente a adversidades. Por esse motivo, quando confrontada com o quadro de desigualdades sociais, a PM tenderia tanto a se apresentar quanto a ser apresentada por seus membros como uma corporação que valorizaria o esforço pessoal, reconhecendo o mérito pessoal como critério objetivo para ascensão em seus quadros. Não por acaso, aos serem questionados sobre desigualdades no campo do trabalho, sobretudo os oficiais, responsáveis pelo gerenciamento da instituição, destacariam que diferente de outros setores da sociedade, na Polícia Militar homens e mulheres, brancos e negros, teriam as mesmas oportunidades e receberiam os mesmos salários.

Desse modo, diferenças como sexo e raça/cor tenderiam a ser minimizadas no contexto policial militar, onde supostamente o mérito teria corrigido distorções históricas, o que faz com que a menção a essas diferenças pelos policiais seja rara ou quando apareça seja utilizada para reforçar as conquistas de quem quase exclusivamente pelo esforço pessoal conseguiu suplantar obstáculos. Se, como aponta o levantamento do IBGE (2013), ainda são expressivas no Brasil diferenças salariais entre homens e mulheres, brancos e negros, com prevalência para os primeiros; a Polícia Militar, como em outros setores do serviço público, teria supostamente corrigido essas diferenças ao definir salários iguais, assegurando, inclusive, as mesmas oportunidades de ascensão na carreira. Uma realidade distinta do setor privado, onde seriam mais gritantes as diferenças salariais. Segundo a “Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira”, elaborada pelo IBGE e lançado em 2013, o rendimento médio dos trabalhadores do sexo masculino no Brasil com carteira assinada em 2012 era de R\$ 1.558,00, enquanto das trabalhadoras foi de R\$ 1.226,00, uma diferença salarial superior a 20%.

Por essa razão, ainda que militares ou funcionários públicos estatutários apresentem diferenças marcantes nos rendimentos percebidos por homens e mulheres, conforme o mesmo estudo do IBGE, não é incomum ouvir polícias militares no país destacarem que os salários são iguais para ambos, ao mesmo tempo em que a Polícia Militar seria um dos

segmentos do serviço público mais permeáveis ao ingresso dos estratos médios baixos da população, de modo que não raramente há uma sobre-representação de negros e pardos nessas instituições em comparação com outros setores do funcionalismo, tradicionalmente ocupados indivíduos de cor branca e oriundos dos estratos sociais com maior renda. Destaco como exemplo dessa percepção a nota publicada pelo Comando da Polícia Militar de São Paulo após a divulgação da pesquisa “Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante” (2014), coordenada pela socióloga Jacqueline Sinhoretto, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. A pesquisa, baseada na análise de 734 processos referentes a mortes provocadas por policiais no período de 2009 a 2011 e disponibilizados pela Ouvidoria da Polícia de São Paulo, revelou que 61% das vítimas de mortes em confrontos com a polícia eram negros, um percentual três vezes superior ao de brancos, considerando o fato de representarem 30% do total da população no estado. O estudo revelou ainda que a Polícia Militar é responsável por 95% da letalidade policial no estado de São Paulo, sendo 80% dos policiais envolvidos em ocorrências com mortes de cor branca, com idade entre 25 e 39 anos e em sua quase totalidade pertencentes ao círculo das praças, em especial soldados ou sargentos. Do total das mortes cometidas por policiais, além de serem em sua maioria negros e jovens, com idade inferior a 24 anos, 30% dos autores pertenciam a unidades especializadas como Rota e Força Tática, apesar de representarem uma fração menor do efetivo total da corporação.

Segundo a nota lançada pelo Comando da Polícia Militar de São Paulo, que questionou, entre outros aspectos, as intenções da pesquisa e a metodologia empregada, indicando possíveis erros na análise, o grande número de mortes em confrontos com a polícia, assim como o perfil dos mortos nessas ações não representariam um indício de “racismo institucional”, mas a predisposição dos pesquisadores em “atacar a Polícia Militar”, visto que não se reconheceria no estudo que as “verdadeiras vítimas” seriam os próprios policiais, que apenas responderiam à disposição do criminoso para o confronto. Para “comprovar” a inexistência de racismo nas ações policiais, a nota da PM utiliza como argumento a composição do seu efetivo, onde negros representariam mais de 34% do total, índice superior ao da população do estado, destacando o que na visão da Polícia Militar seria um contrassenso, ou seja, a possibilidade de pretos e pardos atuarem como agentes da

discriminação contra semelhantes e da maior vitimização desse público guardar relação com outros fatores, como desigualdades históricas que explicariam o maior envolvimento de pardos e negros em ações criminosas. Questiona a nota²⁴⁸:

Como podem existir ‘mecanismos de reprodução da desigualdade racial’ numa instituição que tem seu corpo de funcionários formado por uma taxa de negros e pardos maior do que na sociedade em geral? Se, de acordo com a pesquisadora entrevistada, apenas 30% da população paulista é negra, na Polícia Militar este número ultrapassa os 34%. É a instituição com uma das maiores participações de negros e pardos, se não for a maior. Com um detalhe: 16% dos postos de comando e gerenciamento são preenchidos por afrodescendentes, índice raramente encontrado em organizações e empresas brasileiras. A incoerência da pesquisa indica que pretos e pardos são discriminados por, justamente, pretos e pardos.

Assim, o discurso racializado entre policiais costuma surgir para reforçar o empenho pessoal e para de algum modo destacar a inexistência de racismo na corporação, que possibilitaria a todos, indistintamente, as mesmas chances de ascensão. Parte expressiva dos policiais ouvidos destacou que a Polícia Militar, além de oferecer vantagens comuns ao funcionalismo público como a estabilidade do vínculo de trabalho, também representaria um bom campo de trabalho marcado pela maior organização e por possibilidades mais amplas de ascensão profissional a todos os seus membros, independente da cor ou gênero. Um traço que seria próprio do universo militar. Estes aspectos teriam despertado o interesse de um grande número de policiais pela carreira.

Na experiência da Sargento Alessandra, por exemplo, o meio militar destacou-se aos seus olhos ainda na infância. Ela recorda de dois momentos que a farda ganhou importância na sua compreensão. O primeiro, quando nas férias ia visitar o pai, que morava em outro estado. Ela conta que na rodoviária, que ficava perto de um porto, via muitas marinheiras circulando no local e essa imagem de militares fardadas a encantava profundamente. O segundo, nas lembranças dos desfiles militares de 07 de setembro, quando se destacavam a ideia de organização e o padrão de vestimenta desses profissionais,

²⁴⁸ Para ver a íntegra da nota, consultar: “Polícia Militar de SP nega informações de pesquisa divulgada pela UFSCar”. Última Instância – Uol: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/70110/policia+militar+de+sp+nega+informacoes+de+pesquisa+divulgada+pela+ufscar.shtml>. Acesso em: 15/04/2014.

que para ela eram, em plena ditadura militar, sinônimos de força, confiança e poder. Nesse momento, ela fala que apesar do pai ter servido ao Exército no período, a influência maior veio através da mãe, que revelava admiração pelo mundo militar e costumava levá-la para assistir desfiles. Diz que apenas depois de ingressar na PM veio saber através dela que tinha tios também militares.

O ingresso na Polícia Militar aparece, portanto, ainda que indiretamente, como uma meta importante nesse processo de afirmação e de encontro com uma vocação desenvolvida desde cedo a partir de imagens apresentadas tanto pela família quanto pelo processo de socialização na escola, que na época fazia crianças e jovens cantarem o hino nacional e a fazer fila antes de entrar na sala de aula. Alessandra, assim como outros policiais, aprendeu por caminhos diversos, mas sempre mediados pela família, ir ao encontro dessa imagem de coesão e força oferecida pelas instituições militares:

Para mim inspirava assim força, confiança, sabe? Eles eram poderosos, principalmente na época em que eles desfilavam que eu era criança, adolescente, né, no 07 de setembro. Tinham força, tinham poder e confiança, porque na minha época você confiava em militares, você confiava em policiais, porque era quem contava. [...] Tinha um fusquinha, era um fusquinha chamado baratinha, porque era vermelho e preto. Quando a gente chegava com a baratinha lá no bar, todo mundo parava de beber e pegava a carteira de trabalhador e tava super certo. Ninguém precisava falar nada, eu lembro disso, eu lembro disso. E meu pai era motorista de ônibus, ele conhece o Brasil inteiro, sempre dirigiu ônibus intermunicipal, interestadual, ele tem história para contar. Ajudou a construir Brasília, a rodovia Presidente Dutra. Ele, assim, tem muita história para contar, né, a Ponte Rio-Niterói, ele ajudou a fazer também. Ele tem história. E porque motorista de ônibus e daquela máquina escavadeira, também, né? Então a vida inteira ele foi motorista e era muito descolado. Então ele passou pela ditadura militar numa boa. É tanto que ele nem sentiu: 'Ah, se eu for trabalhador e honesto, então nunca tive problemas com militares, né?' [dizia]. E ele serviu ao Exército, ele foi cabo do Exército, né, ele achava legal.

Quando considerado, por exemplo, o total dos policiais ouvidos, quase a metade deles afirmou possuir algum familiar na instituição, seja irmão, tio, pai ou primo, que já estava na Polícia antes do seu ingresso ou que ingressou logo após; além daqueles que tem como cônjuge um policial militar. No público feminino, o percentual se mostrou mais alto, com 50% e 60% das praças e oficiais, respectivamente, com algum parente ou cônjuge também policial. Alguns, afirmaram tratar-se de parentes com os quais não tiveram maior

convivência, bem como uma parcela menor que falou mais diretamente sobre a influência recebida de avós, irmãos mais velhos ou pais para que se tornassem policiais. Revelaram, contudo, certa preocupação em explicar que entraram na corporação motivados pela própria vocação e que a experiência de familiares apenas se apresentou com um apoio para o projeto de ser policial, presente desde cedo. Grosso modo, destacou-se uma tendência à reprodução familiar na corporação, existindo, ainda que minimizado nos discursos, o incentivo para que pessoas próximas e familiares sigam a profissão, principalmente no quadro de oficiais, que reserva maiores salários e oportunidades de ascensão profissional. Constam como importante indicador dessa tendência os dados disponibilizados sobre o CFO (Curso de Formação de Oficiais) da Polícia Militar de São Paulo. Dos 150 dos aprovados no CFO 2004, 70 deles informaram ter algum tipo de parentesco com militares, correspondendo a aproximadamente 47% do total. Dado que se repetiu no CFO de 2008, quando disputaram o concorrido vestibular 4.062 candidatos as 150 vagas ofertadas, numa relação de 23.93 candidato para cada vaga²⁴⁹.

²⁴⁹ Em um dos quadros estatísticos disponibilizados pelo Departamento de Ensino e Pesquisa da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, referente a resultados dos concursos vestibulares de 1989 a 2008 (período em que o vestibular fazia parte da FUVEST) para ingresso no Curso de Formação de Oficiais na corporação, é bastante interessante para observar, por exemplo, o número de inscritos nesse período. Verificou-se acentuado decréscimo de inscrições ao longo dos anos 1990 e 2000. Dos mais de 20.000 inscritos no vestibular 1989/1990, passou-se a 11.749 inscritos no ano seguinte e no vestibular 2006/2007 para 3.736 candidatos, que disputaram 180 vagas. É importante ressaltar que o vestibular 1990/1991 correspondeu ao último para o CPFO QOPM - curso preparatório para ingresso na Academia do Barro Branco – e que costumava concentrar o maior número de candidatos. Nesse ano, 7.177 do total. No vestibular 1992/1993 foram registradas 12.306 inscrições, enquanto no vestibular 1994/1995 houve pouco mais de 5.500 candidatos. A respeito do perfil do público, até o vestibular 1995/1996, quando o dado foi registrado, o percentual de candidatos civis e militares girava em torno de 73% e 27%, respectivamente, enquanto o número de inscrições do sexo feminino variou de 2.627 em 1989/1990 para 862 no vestibular 2005/2006, quando foram disputadas 16 e 15 vagas, respectivamente. Para fins de comparação, no mesmo vestibular, inscreveram-se 4.062 candidatos do sexo masculino para as 180 vagas disponíveis, o que representou uma concorrência de 22.56 candidatos por vaga, enquanto a concorrência para as vagas destinadas ao sexo feminino indicou número quase três vezes superior. Em 2010, o concurso deixou o tradicional FUVEST e passou a ser organizado pela VUNESP. Desde então, houve, conforme tabela formulada pelo mesmo setor da APMBB, um aumento expressivo do número de candidatos. Dos 3.454 inscritos em 2009 que disputaram 90 vagas, sendo 60 para o sexo masculino e 30 para o feminino, passou-se para 10.837 em 2010. Em 2011, foram 10.303 e no ano seguinte 11.149 candidatos, que disputaram, indistintamente, 120 vagas, numa proporção de 92.90 candidatos por vaga, apresentando-se assim como um dos cursos superiores mais disputados no país. Infelizmente não foi possível saber a composição por sexo dos candidatos. Apesar dos pedidos de dados mais detalhados das últimas seleções, não obtive resposta da direção da VUNESP. A respeito da oscilação no número de candidatos de 1989 a 2012, pode-se apresentar como hipótese para explicar a redução da procura pelo ingresso na profissão a interferência de fatores diversos como a maior oferta de vagas em outros setores do serviço público, emergência de carreiras profissionais mais vantajosas, aumento da violência e baixa confiança da sociedade na polícia, entre outros.

Um aspecto que reforça essa tendência à reprodução familiar está presente no depoimento do tenente Roberto, 30 anos, há 10 anos na instituição. Roberto afirma que sempre recebeu apoio da família nas suas escolhas. Ressaltou, por sua vez, que embora a família seja uma influência importante no processo de escolha profissional, a participação familiar em seu entendimento não pode ser vista como determinante na definição da carreira dos filhos, como foi no seu caso. Ao perguntá-lo sobre o que ele buscava no momento em que decidiu ingressar na profissão, o jovem oficial lembrou que na sua família, na parte materna, havia outros oficiais mais velhos, atualmente aposentados. Recordou do avô, oficial da PM, cuja memória esteve muito presente em sua infância. O avô faleceu quando tinha 07 anos, mas as histórias sobre ele eram constantemente lembradas em sua casa. Segundo o tenente, ao avaliar a importância do avô para que viesse anos depois optar pela carreira policial, ele diz: “eu acho que foi essa influência que eu tive para prestar”.

Em linha distinta, o Tenente-Coronel Gilvan, 56 anos de idade e 35 de profissão, diante da mesma pergunta afirmou que a família não exerceu qualquer influência para que ele ingressasse na polícia. Contou-me que, filho de lavradores que se tornaram depois comerciantes, ele optou por um caminho diferente, principalmente num momento em que o negócio da família não ia muito bem. Para o oficial, mostrou-se mais importante para o seu ingresso, além do desejo que ele já alimentava na adolescência de ser policial, quando frente ao contato com a polícia os seus olhos “brilhavam,” a influência de um colega. Disse-me que resolveu acompanhá-lo quando ele foi buscar o resultado da prova que havia prestado para entrar na polícia. Naquela oportunidade, segundo ele, soube que as inscrições para um novo exame estavam abertas. Resolveu então fazer a inscrição e abraçar a carreira policial. Ao lado da vocação, Gilvan revela que a possibilidade de um emprego público e com isso ter estabilidade contaram bastante para a sua decisão. Um dos aspectos mais curiosos do depoimento do oficial em relação a possível influência familiar para a escolha da profissão e que ele conta como nula, está centrado na sua própria experiência, que teria incentivado um dos filhos a seguir a carreira, mas acabou sendo “contrariado”. Para confirmar sua “tese” de que a família não exerceria influência na definição da profissão contou entre risos: “um dos filhos que eu incentivei a seguir minha carreira, ele não seguiu,

ele é engenheiro. O outro que eu não incentivei, hoje é que seguiu a minha carreira”. O oficial não se questionou, no entanto, sobre a possibilidade de o incentivo direcionado a um dos filhos ter exercido algum impacto sobre o outro ou mesmo que este tenha desenvolvido uma afeição pela carreira de forma indireta ao ouvir os relatos do pai, de seus amigos ou ao acompanhar alguns dos eventos promovidos pela Polícia. Nesses eventos, é bastante comum que policiais levem os seus familiares, além de outras situações do cotidiano, quando os filhos costumam visitar o quartel durante a passagem da escola para casa ou no período de férias escolares, sobretudo nos setores administrativos, menos sujeitos a situações de urgência e imprevistos. Um bom exemplo é a fala da tenente Patrícia, com 26 anos e 07 na corporação, que destacou a influência que recebeu ainda na infância:

É, na minha família, que eu conheço, meu pai. [...] o meu avô, ele era major do Exército e o meu bisavô, né, o avo do meu pai ele era cabo da Força Pública daqui de São Paulo. [...] mas eu convivi somente com meu pai, mas desde pequena ele sempre me levou no serviço dele, me levou no quartel e eu não lembro de ter comentado alguma vez na vida de que eu queria ser outra coisa, né. Ele que desde pequena [eu falava]: “eu vou entrar no [Academia de Polícia Militar] Barro Branco, eu vou entrar no Barro Branco”, embora ele não quisesse.

Como percebi durante a pesquisa de campo, o incentivo para a adesão à vida policial militar se dá não necessariamente de forma direta, com discursos explícitos para que os filhos deem continuidade a sua trajetória na instituição, mas revela-se, muitas vezes, de forma indireta, a partir de referências positivas ao trabalho e através da referência às semelhanças percebidas no temperamento de alguns dos filhos e que seriam, segundo sua leitura, indicadores da inclinação para a atividade policial.

Não raramente, nas solenidades promovidas pelas polícias militares, crianças vestidas com uniformes policiais, confeccionados exclusivamente para eles, são levadas pelos pais para participarem dos eventos, conforme observei na solenidade de formatura do Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Barro Branco em dezembro de 2012²⁵⁰. A prática em São Paulo é bastante comum, sendo por vezes as

²⁵⁰ A prática está longe de ser uma exclusividade em relação à corporação paulista, como revela a cobertura realizada pelo portal G1 Pará sobre o desfile do Dia da Independência na cidade de Belém do Pará em 2013, com o título: “Crianças acompanham desfile militar no PA vestidos de soldados do BOPE”. Segundo o texto, duas das crianças eram os irmãos Walisson e Thallyson de 04 e 02 anos, respectivamente. Apesar de não ter

imagens das crianças divulgadas nas redes sociais na internet, tornando-se, a partir de páginas dedicadas às polícias militares e às Forças Armadas, bastante famosas. Uma dessas imagens pode ser visualizada a seguir. Nela, destacam-se duas crianças, aparentemente com dois anos de idade, com uniformes da Pmesp. Elas aparecem no degrau de uma arquibancada, semelhante as que são montadas em solenidades de formatura na corporação. A imagem é ainda bastante interessante pelas marcas de gênero que carrega. Enquanto o garoto aparece com o fardamento da tradicional Rota, com o braçal, cinto de guarnição, boina negra com brasão e calçado que lembra coturno, o da menina remete à dimensão interna da corporação, com o uniforme de passeio utilizado pelas policiais femininas do setor administrativo. No lugar da calça, a saia; da boina, o penteado semelhante a um coque. Completa a imagem da policial feminina mirim, o delicado calçado que desde cedo sugere espaços distintos a homens e mulheres na corporação, com elementos que encaminham os policiais do sexo masculino para os setores mais tradicionais, guardiães dos núcleos que compõem a identidade policial; e as mulheres para os setores responsáveis pelo cuidado com a rotina interna, a esfera doméstica da polícia:

nenhum parente militar, a mãe das crianças conta que desde que os filhos completaram um ano de vida ela os leva para o desfile vestidos com uniformes policiais. Outra criança citada na reportagem foi Waldson, de 02 anos, sendo este filho de um policial militar. De acordo com a mãe do menino, que o vestiu com o uniforme militar completo, “pai militar tem que vestir o filho assim”. O pequeno Waldson teria falado na ocasião: “vou ser igual ao papai”, revelando assim uma disposição, sobretudo de alguns pais, para que os filhos abracem determinadas carreiras. Entre os segmentos sociais de baixo e médio baixo poder aquisitivo, as polícias geralmente se destacam como possibilidade interessante de ascensão via ingresso tanto no serviço público quanto de acesso a uma profissão que exerce maior poder sobre os mais pobres. Fonte: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/09/criancas-jovens-e-adultos-acompanham-desfile-militar-no-pa.html>, página acessada em 10/03/2014.

Figura 42



**Crianças com fardamento da Pmesp
Fonte: Página “Admiradores Rota” – Facebook/2014
Sem autoria definida**

A imagem dos “pequenos policiais”, personagens que estão longe de serem raros em eventos da corporação, indica a prevalência de um ideal bastante valorizado na caserna, ou seja, aquele que apresenta a Polícia Militar como uma “segunda” ou uma “grande família” e que contribuiria para que filhos e parentes de policiais militares escolhessem a profissão, a despeito de em diferentes momentos os policiais salientarem a existência de “caminhos” melhores fora da corporação, seja em outros segmentos do serviço público ou no setor privado, particularmente como profissionais liberais ou ocupando posições de destaque em empresas multinacionais instalados no estado.

Muitos dos policiais que entrevistei afirmaram possuir parentes policiais ou de seu ingresso de algum modo despertado o interesse de irmãos e/ou sobrinhos pela carreira policial, apresentada como “dom”, “compromisso”, “missão”, “sacerdócio”, atividade que exigiria disposição para sacrifícios como o de permanecer além do expediente ou de ser

empregado em operações durante a folga, na eventualidade de algum acidente grave que viesse a exigir a sua convocação. Citaram desde o atendimento de demandas mais comuns como o término de relatórios de serviço, passando pelo atendimento de um pesquisador, como era o meu caso, até situações graves como o socorro em ações contra enchentes, a vítimas de acidentes, a exemplo do que ocorreu em 2007 com o avião da TAM no aeroporto de Congonhas. A possibilidade de permanência no serviço é algo que está longe de ser incomum para muitos policiais, embora não ocorra necessariamente com grande frequência para todos os policiais da corporação. A fim de garantir a ampliação dos rendimentos, muitos policiais trabalham em suas folgas, seja realizando os chamados “bicos” na área de segurança em empresas privadas ou aderindo à Atividade Delegada. Resultante de convênio entre o governo do Estado e a prefeitura de São Paulo para aumentar o efetivo policial na cidade, sobretudo na região de comercial, a atividade é reservada aos policiais que se disponibilizam em trabalhar em suas folgas em troca de remuneração extra.

Tanto o “bico” quanto à Atividade Delegada, justificadas na necessidade de ampliação dos salários, apontados como insuficientes não apenas para assegurar uma sobrevivência digna, mas em razão do grau de responsabilidade e risco ao qual estão sujeitos, mantêm o policial ligado aos efeitos do trabalho na área de segurança, como o estado permanente de alerta, causa de grande estresse e problemas de saúde que trazem, por sua vez, implicações graves para o que a Tenente Carla definiu como uma permanente tensão nas relações de trabalho, aspecto a demandar medidas de acompanhamento e maiores investimentos no aumento na qualidade de vida desses agentes, a despeito da melhoria nos últimos anos no relacionamento entre oficiais e praças:

Às vezes [o policial] fica chateado, coisas assim, [ele] não fala. Muitos vivem contrariados com as esposas por conta do serviço. Então eu acho que hoje, muitos policiais tem problema para lidar com as esposas, com a família, com os filhos, porque o que acontece, o policial vê muito assim, como eu falei: [vem de] de classe muito baixa, não tem estrutura familiar, o que todo policial fala, né, outro dia. A maioria dos policiais daqui, pelo menos os que eu tive contato, eles são a estrutura financeira da família. Então ele tá no serviço ou no bico pra quando chegar em casa [se deparar com a educação dos filhos].

A permanência por longo tempo no serviço, juntamente com um tipo de formação que reforça os valores militares como sentimento de unidade, de proteção mútua – percebidos como importantes para a boa consecução das atividades – faz com que os policiais identifiquem esses valores como essenciais à construção de vínculos no ambiente de trabalho e ao seu posicionamento frente a temas sociais diversos, a despeito dos entraves apresentados por uma estrutura extremamente hierarquizada e que não raramente é motivo de tensões entre os círculos de praças e oficiais, bem como entre os policiais “de rua” e os do serviço interno, identificados, não raramente, como “maçanetas”. Cabe destacar que essa expressão, uma vez utilizada em referência ao público feminino, indica certo conteúdo moral, visto que, em termos gerais, o “maçaneta” é utilizado para se referir àqueles policiais que estão no serviço interno com a finalidade de “abrir portas” para os superiores hierárquicos e outras autoridades, mas, quando empregado em relação às mulheres, o termo corresponde àquelas que seriam “fáceis”, “sujeitas” a passar por muitas “mãos”.

Sentindo-se em alguns momentos mais próximos dos colegas de farda do que dos próprios familiares, muitos policiais tendem a ver a Polícia como a representação de uma família a qual eles precisam a todo instante defender, principalmente dos ataques externos. Esse fato explica a preocupação de novos e antigos policiais destacarem a perda de prestígio e buscarem construir nas próprias famílias, mesmo que indiretamente, uma percepção bastante valorizada do próprio trabalho, que seria resultante de um abnegado compromisso com setores que, levados por uma imprensa tendenciosa, pouco se importariam com os seus dramas, silenciando por vezes diante de evidentes injustiças. Penso que um retrato dessa disposição em corrigir “versões equivocadas”, restaurando as peças de uma instituição que pretende ser vista como uma unidade, uma verdadeira família unida pelo ideal de garantir a paz dos “bons cidadãos”, está nas diversas manifestações que acompanharam o caso da família Pessegini, em 2013.

Contrários em grande parte à versão apresentada pela Polícia Civil sobre a morte da família, muitos policiais, principalmente ligados ao Batalhão do sargento Pessegini, manifestaram-se nas redes sociais da internet, expondo aquelas que seriam as hipóteses sobre os possíveis responsáveis pela chacina da família. Como uma forma de assinalar a descrença na versão apresentada pela Secretaria de Segurança de São Paulo, que havia

apresentado indícios de que o jovem Marcelo Pessegghini, filho dos policiais, teria executado a família e depois cometido suicídio, policiais da Rota, com apoio do Comando da unidade, realizaram homenagem ao Sargento Pessegghini. Na homenagem, a camisa do fardamento²⁵¹ do policial foi emoldurada e colocada na 4ª Companhia do 1º Batalhão Tobias de Aguiar como um sinal de não adesão à versão apresentada pelas investigações. Morto em circunstâncias desconhecidas juntamente com a família, o Sargento passava a integrar um dos vultos na legião de heróis da Rota, sinal da perda para eles inexplicável de um dos seus combatentes. Envolvendo dois bons policiais, a tragédia de certo modo questiona alguns fundamentos importantes no imaginário policial: a relação quase que imediata entre desestruturação familiar e atitude criminosa e o compromisso dos policiais com a preservação da sua rotina de trabalho. Para além dos próprios policiais, muitos se questionaram sobre a possibilidade de o garoto ser o real autor dos assassinatos e de sua própria morte, enquanto detalhes sobre a relação entre ele e os pais, marcada pela forte experiência na polícia, poderiam indicar o contrário.

É importante destacar que não pretendo fazer qualquer ilação sobre qual seria a versão mais correta daquele episódio, ainda cercado de muito mistério. O que se mostra interessante aqui é refletir sobre como a noção de família partilhada no meio policial militar pode revelar aspectos importantes sobre como os policiais percebem a profissão e unem as esferas doméstica, familiar e profissional, forjando não apenas representações sobre a identidade profissional, mas também práticas dentro e fora da corporação; algumas, inclusive, claramente contrárias a processos de controle externo. Segundo esclarece David Bayley (2006, p. 193),

vista pela polícia como uma acusação, a regulação externa conflita com o orgulho e auto-estima policial e confirma sua impressão de que a população não o respeita”. Fundada na ideia de família, a oposição ao controle externo é uma forma de não reconhecimento da legitimidade de atores ou instâncias externas

²⁵¹ Assim destacava a postagem no perfil “Admiradores Rota”, em 30 de março de 2014: “Homenagem dos Policiais da 4ª Cia de ROTA Vespertina ao nosso irmão Sargento Pessegghini assassinado cruelmente ano passado com toda sua família e que até hoje não se sabe a verdade sobre o caso. Mas a sua Farda está eternizada na 4ª Cia de ROTA, linda e merecida homenagem.” Fonte: <https://www.facebook.com/142467302540084/photos/pb.142467302540084.-2207520000.1397130789./545017285618415/?type=3&theater>, página acessada em 10/04/2014.

para julgar procedimentos e decisões percebidas como de ‘foro íntimo’ ou ‘familiar’.

Ao apresentar a polícia ou algumas de suas unidades como “verdadeiras famílias”, entra em jogo um dispositivo importante e bastante recorrente no comportamento policial, especialmente na Polícia Militar de São Paulo, que se destaca entre as corporações policiais militares nos esforços de produção de uma imagem forte e profissional da instituição. Como “família policial”, os seus membros unem-se num processo de defesa mútua, ligam-se a um compromisso de proteção que não raramente nega a elementos externos o “direito” de realizar apreciações sobre o seu cotidiano e os seus membros. Como parte da família, o policial tenderia a perceber como ameaçadoras e também ilegítimas as considerações feitas por especialistas externos à instituição. Como parte de uma engrenagem, célula de um organismo maior, a compreensão comum é de que são os próprios policiais os mais se não os únicos autorizados a falar sobre a realidade interna da polícia. A destacarem a importância da família policial militar estaria em questão também em certa medida afirmar: “como família, apenas nós podemos falar e criticar as nossas próprias ações”. Além da necessidade de proteção frente aos “ataques” dos “de fora”, há a perspectiva de uma pronta reação às críticas; uma reiterada resistência em negar erros e desigualdades, assim como a demandar uma autorregulação, visto que o controle externo representaria, em linhas gerais, o enfraquecimento da autoridade. A lógica comum estaria representada na frase comum: “da minha família, apenas falo eu”, sustentada no apoio expressivo que disseram ter recebido de familiares e amigos próximos por terem ingressado na instituição.

Os policiais, conforme pude perceber nos discursos, mostram-se, em grande medida, dependentes de reconhecimento e orientados a pensar a profissão como alvo da incompreensão e de constantes críticas da sociedade. Essa percepção, em geral, expressa a força do que Marcos Rolim (2006) definiu como mentalidade corporativa e autocentrada das polícias, segundo a qual é comum haver resistências a todo tipo de controle sobre suas ações, enquanto é bastante presente o desejo de uma liberdade sem limites para pensar e dirigir os seus protocolos de trabalho. Essa mentalidade revela-se, por um lado, contrária a projetos de reforma que ajudem a democratizar estruturas e procedimentos e, por outro, carente de uma liberdade para agir, existente em contextos autoritários e recentemente

perdida. Neste sentido, o foco em políticas de enfrentamento que propagam a noção de “guerra ao crime” é uma das razões, juntamente com a formação cultural violenta dos brasileiros, a explicar o fato de valores democráticos focados no cumprimento das leis serem vistos não apenas por agentes policiais, mas por grande parte da população, como impedimentos à “eficiência” do trabalho policial. Essa perspectiva, que reivindica para a polícia uma “autonomia absoluta”, contudo, é um dos fatores responsáveis pelo distanciamento entre policiais e cidadãos e que explica, em larga medida, juntamente com a obscuridade em torno dos procedimentos e da falta de reciprocidade, a baixa confiança da população no trabalho policial, conforme destacou Rodrigo Suassuna (2003) em sua tese de doutorado. O 7º Anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública (2013), nessa perspectiva, apontou que 70,1% dos brasileiros afirmaram não confiar na polícia, dado que coloca as polícias entre as instituições menos confiáveis do país, onde se preserva no imaginário popular, de acordo com Rafael Alcadipani (2013), a ideia da polícia como produtora de injustiças. Aspecto referendado pela pesquisa realizada pela Ong Anistia Internacional e, segundo a qual, 80% da população afirmaram ter receio de ser torturado em caso de serem detidos pela polícia²⁵².

Nessa lógica, que transforma a tropa em uma segunda família, via de regra, chancelada pela primeira, o quartel seria a casa e as mulheres potenciais mulheres, mães e irmãs a assegurar a administração correta do lar, a harmonização das relações enquanto os homens se lançariam na conquista dos espaços públicos e, portanto, na defesa dos seus limites frente às ameaças externas.

A quase totalidade das mulheres ouvidas expôs como fator decisivo para o seu ingresso na polícia a realização de uma vocação presente desde cedo, somada à conquista da estabilidade profissional oferecida no serviço público. Os policiais masculinos apresentaram razões semelhantes, sendo a concretização da vocação um elemento menor em comparação com o público feminino, que revelou em sua maioria gostar bastante da profissão e sentir-se realizado profissionalmente. Contudo, diferente dos policiais

²⁵² “Pesquisa revela que 80% da população têm medo de ser torturada pela polícia”. Site da Câmara dos Deputados. Fonte: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/COM-A-PALAVRA/468072-PESQUISA-REVELA-QUE-80-DA-POPULACAO-TEM-MEDO-DE-SER-TORTURADA-POR-POLICIAIS.html>, página consultada em 15/05/2014.

masculinos, a realização não está centrada necessariamente no trabalho de rua, apontado na maior parte dos depoimentos de policiais masculinos e numa parcela menor dos policiais femininos, como importante traço da identidade policial. Em muitos casos, o trabalho ostensivo representou um local de passagem necessário pelas normas institucionais, mas não uma finalidade perseguida, seja antes ou depois do ingresso na profissão, motivo pelo qual os policiais administrativos indistintamente fizeram questão de destacar a importância do serviço interno para o funcionamento da corporação, destacando serem injustas as críticas dos colegas do policiamento ostensivo. De modo geral, enquanto o trabalho nas ruas é apresentado como a razão de ser do trabalho policial para aqueles nele empregados, para os que estão no serviço interno, trata-se de uma circunstância possível e não um fim almejado, visto que exigiria, principalmente para as policiais casadas e com filhos, o sacrifício da convivência familiar ou o adiamento de outros projetos e compromissos, como os estudos ou com outras atividades profissionais que desenvolvem paralelamente à profissão.

A quase totalidade dos policiais de rua e dos que trabalham no serviço interno, apresentam-se como “vacionados” para o trabalho na corporação, sendo o ingresso na Polícia Militar a realização de um sonho existente desde a infância. Ainda que muitos tenham feito questão de negar qualquer influência mais direta de algum familiar na escolha profissional, como destaquei, revelaram ter lidado ainda muito jovens com a admiração de pais ou parentes próximos pelo mundo militar ou mesmo com a resistência daqueles que percebiam a profissão como sinônimo de “risco” ou de “embrutecimento”. Apesar do receio de pais, parentes e amigos, o ingresso na polícia aparece como um sonho nutrido coletivamente, mas, principalmente, o triunfo de uma vocação, que resiste a críticas e outros dissabores comuns na rotina dos heróis. Para as mulheres, além das dúvidas, há um fascínio em torno da coragem que teria motivado a sua escolha em adentrar uma ordem masculina, de modo que não é incomum receberem o incentivo ou se depararem com “desespero”, principalmente dos pais que, segundo algumas delas, acompanharam atônitos o desejo das filhas de pertencer à Polícia e de trabalhar nas ruas, principalmente aqueles que imaginavam que elas trabalhariam apenas internamente:

Olha, eu meio que surpreendi todo mundo. E de certa forma até eu me surpreendi (risos). Não tinha pensado naquilo [em ingressar na polícia]. Então, assim, para entrar não teve tanta [resistência], porque nem sabiam. De repente eu fiz o concurso e depois sim, principalmente hoje em dia tem bastante incentivo, mas na época não, porque foi muito inusitado. E lógico que os pais no primeiro momento tem um certo susto, né? “Vai ser polícia, minha filha, minha menininha” (risos). Tratam os filhos como bebês. (Tenente Raquel, 37 anos, 16 de serviço). Agora foi assim um problema, né? [questionavam os pais:] “Onde você vai trabalhar hoje?” Até hoje minha mãe [pergunta]. É quase meio século [de vida], né? [Respondo:] “Mãe, de vez em quando eu tenho que ir”. [A mãe diz:] “Mas pelo amor de Deus toma cuidado!”. Então, assim, na verdade o tiro saiu pela culatra na verdade. (Capitão Suely, 48 anos, 27 anos de serviço).

Figura 43



Momento dos cumprimentos de familiares e amigos aos novos oficiais na formatura do Curso de Oficiais da Academia Militar do Barro Branco
Fonte: Pesquisa de Campo (Dezembro de 2014)

Nesses depoimentos, percebe-se que minimizar o peso da influência, principalmente dos pais, em relação à escolha profissional cumpre o propósito de deixar mais claro o seu protagonismo na definição de suas próprias escolhas. A partir dela, o sentido de vocação alcançaria a sua plenitude, na medida em que ela se destacaria como espontânea, um tipo de

“dom” natural que dispensaria a necessidade de intermediários. Para homens e mulheres autorrepresentados como marcados pela vocação policial, o contato direto na infância ou adolescência com policiais em solenidades, nas ações de policiamento a pé, em viaturas ou mesmo a partir das séries de televisão apenas teriam demarcado uma relação que eles entendem não ser possível situar no tempo. Alguns afirmaram recordar da satisfação de acompanhar as séries de televisão que exploraram o trabalho policial como “Chips”²⁵³, entre outras. Para as policiais femininas, alguns dessas personagens estariam ainda muito vivas em sua memória. Elas teriam atuado como influências importantes para a escolha pela profissão, como a personagem linha dura Katy Mahoney, da série “Dama de Ouro”²⁵⁴, exibida no país entre as décadas de 1980 e 1990, uma das mais citadas pelas entrevistadas.

Cerca de 60% dos entrevistados afirmaram que receberam mais elogios que críticas ao decidirem ingressar na instituição. Apenas as policiais mais antigas revelaram que o ingresso na instituição foi cercado por maiores desconfianças ou críticas veladas. Entre gerações, observa-se que as críticas passam da possibilidade de o convívio na corporação afetar o comportamento sexual da mulher para observações mais genéricas a respeito da própria função policial e de como a dinâmica e os contatos no desempenho da profissão poderiam comprometer a imagem e o comportamento social de homens e mulheres. Em linhas gerais, portanto, as representações indicam que se nas primeiras experiências temia-se que a vinculação ao universo policial transformasse “boas moças” em “putas” ou “paraíbas”, nas mais recentes, a preocupação é menos sexualizada, associando-se a uma perspectiva mais próxima a dos policiais masculinos; o risco seria de envolvimento com ações arbitrárias, sobretudo corrupção policial e violência contra suspeitos. Assim, a coronel Luiza relembra os comentários negativos que a sua decisão de entrar na Polícia Feminina despertou em conhecidos e pessoas próximas a sua família. Ao ser questionada

²⁵³ “Chips” foi uma série de televisão exibida no Brasil entre os anos de 1977 e 1983, tendo alcançado grande sucesso no período, principalmente entre o público infantil ao destacarem os policiais como profissionais corajosos e competentes. Criada nos Estados Unidos por Rick Rosner, a série contava aventuras vividas pela dupla de policiais rodoviários da Califórnia “Ponch” e Baker. Fonte: <http://www.tvsinopse.kinghost.net/c/chips.htm>, página consultada em 10/04/2014.

²⁵⁴ Originalmente chamada Lady Blue, a série foi exibida pelo canal norte-americano ABC no ano de 1985 e teve 12 episódios. Foi produzida pelas companhias Metro-Goldwyn-Mayer, sendo a personagem Katy Mahoney, criada pelo produtor David Gerber, inspirada no detetive Dirty Harry, vivido pelo ator Clint Eastwood. A série teve curta duração por ser considerado bastante violento para a época. Fonte: http://www.infantv.com.br/dama_ouro.htm, página acessada em 08/03/2014.

sobre a reação de familiares e amigos, Luiza afirmou que a atitude esteve longe de ser completamente elogiada:

Não, tinha alguma restrição. Não da minha família, mas as pessoas conhecidas [falavam]: ‘ih, vai ser prostituta’, ‘ih, vai dar pra soldado’, ‘vai ser mulher de vida fácil’. Era [essa a reação] Muita gente pensava assim, e falavam assim [para a minha mãe]: ‘Como a senhora pode deixar a sua filha ir pra policia?’ Quer dizer, o conceito era esse.

Os elogios, mais comum de amigos e conhecidos, dizem respeito à coragem de adentrar a uma atividade perigosa. Segundo parte expressiva das mulheres, a reação de admiração é algo que costuma ser mais recorrente, na medida em que para muitos a presença de mulheres na polícia ainda é vista com certa estranheza. Se para os policiais masculinos a decisão de ingressar na polícia tenderia a ser vista como uma prova de coragem, para as policiais, essa constatação vem antes acompanhada da pergunta: “você não tem medo?” ou “como é trabalhar em um lugar com tantos homens?”. Já as críticas, dizem respeito ao histórico de casos de violência e corrupção envolvendo policiais, assim como uma percepção, ainda que disfarçada segundo algumas, de que o ingresso na corporação poderia comprometer a moral das mulheres, seja com a masculinização de suas ações ou com o envolvimento sexual frequente com homens da tropa. A percepção, segundo as entrevistadas, é de que na compreensão de parte da sociedade, as mulheres que decidiram ingressar na polícia estariam mais “sujeitas” a se “tornarem” lésbicas ou putas. Por essa razão, como destacado anteriormente, são comuns os esforços da instituição em marcar a atuação feminina a partir de um ideal profissional heterossexual de classe média (WEINSTEIN, 1995), atualmente presente, mas, segundo elas, ainda mais forte no passado. A esse respeito, a Major Denise, com 46 anos e 28 anos de serviço, conta sobre as dúvidas que acompanharam os gestores da Pmesp antes da unificação das atividades dos batalhões de Polícia Feminina aos demais batalhões, com o emprego de policiais femininos em ações de policiamento ostensivo junto com masculinos, ocorrido no início dos anos 1990. Questionei se esse era um desejo das mulheres na época, a oficial respondeu:

Algumas sim, outras não. Algumas queriam isso mesmo, queriam a unificação. Outras não, temendo que a Polícia Feminina possa (*sic*) perder as suas

características, de um trabalho diferenciado, de um trabalho voltado para a mulher, com crianças e idosos. [o receio era de] perder o traço feminino. Morriam de medo que a mulher perdesse a feminilidade mesmo fardada e aí poderiam o quê? Acabar gerando problemas por vários motivos, né?

Desse modo, ela explica a grande preocupação no período com a aparência e o fardamento das policiais e que segundo ela repercutia no comportamento dessas agentes: “Na época do batalhão feminino era bem cordial. O policial feminino tinha que ter um comportamento bem feminino”. Os cuidados compreendiam desde zelo com o fardamento, com as unhas, com o uso constante de batom até regras de como se comportar, visto que uma policial violenta era “inadmissível”. Um recurso para que a presença feminina fosse vista como incólume aos efeitos de um trabalho que, a despeito dos esforços da instituição para concentrar o público feminino nos espaços internos da corporação, aproxima as policiais de um protótipo em relação a qual elas precisam se diferenciar, ou seja, o das mulheres trabalhadoras, membro das classes perigosas. Um esforço nem sempre correspondido, como indiretamente sugere a Sargento Alessandra ao contar a experiência que teve quando precisou entregar um documento da sessão onde trabalhava num rico prédio comercial na cidade:

Esses dias eu tive que ir num prédio comercial levar um ofício aqui da sessão. Prédio chiquetíssimo, né? Chiquetíssimo, daí eu cheguei lá, os seguranças foram comigo, coisa e tal. Eu peguei o elevador maravilhoso, mais lindo que a minha casa. Aí eu subi lá [entregou o documento]. Aí eu desci de elevador com alguém da empresa e duas faxineiras, tinha um senhor conversando comigo, e tinha uma faxineira olhando tudo, duas faxineiras, que eu tava fardada e tudo, né? Aí elas falaram: ‘Nossa! Eu acho lindo ser policial feminina’. Com aquele jeitinho delas, né? [uma delas perguntou] ‘você tem medo?’. Aí eu falei: ‘Não, você gosta [da polícia]?’ [Ela respondeu] ‘Gosto, né? Tem que gostar. Aí elas: não é fácil ser policial’. Eu falei: ‘olha, lá a gente faz o mesmo trabalho. A senhora limpa aqui dentro, eu limpo lá fora’. Daí elas deram risada. Aí elas: ‘Nossa! É mesmo’. Aí eu falei: ‘Nós todas fazemos limpeza no mundo, né?’ (risos) Aí eu saí e [falei]: ‘Que Deus abençoe’.

A resposta da sargento sinaliza o encontro entre o público feminino e as demandas da profissão, ao mesmo tempo em que sugere que as expectativas relacionadas à definição de uma imagem profissional de classe média para as mulheres na polícia encontram forte

obstáculo nos processos sociais que as direcionam para o desempenho das mesmas funções que o público masculino.

4.3 O que é ser policial?

Ao serem questionados sobre como definiriam a profissão, os entrevistados de modo geral afirmaram que ser policial é ter orgulho de pertencer à polícia e atuar com dignidade, profissionalismo e paciência com o público civil, bem como empregar a vida no “combate” ao crime e na segurança da sociedade. Como profissão que, segundo alguns policiais, estaria “no sangue”, a atividade exigiria “vocação”, “compromisso” e “coragem” daqueles que por ela se interessam.

Alguns policiais destacaram que além de estar voltada para a garantia da segurança da sociedade, com a exposição constante ao risco – um núcleo bastante forte nos discursos – a profissão exigiria múltiplas competências como capacidade de ouvir, gerenciar conflitos e orientar a população. Neste sentido, observou-se uma diferença importante nas respostas apresentadas por policiais masculinos e femininos. Os policiais do sexo masculino tendem a associar mais fortemente o trabalho policial a expressões como “combater o crime”, “promover a segurança”, “afastar o perigo das pessoas”, “ser uma pessoa correta”, “fiscalizar e cumprir a lei”. Já em relação às respostas das policiais femininos, destaca-se em grande parte delas, ao lado do compromisso de ser honesto e fiel aos valores da profissão, de ser legalista, os verbos “proteger” e “ajudar” atuam como marcas distintivas do trabalho policial, que ganha em ambos os discursos contornos de “missão”, visto que a polícia seria uma das poucas, se não a única representação do Estado a estar presente em todas as localidades do país.

Apesar de constituir uma diferença sutil, percebe-se que o sentido de proteção e auxílio às pessoas é mais recorrente nos depoimentos das policiais enquanto o de promoção da segurança a partir do enfrentamento das ações criminosas um aspecto mais claro entre os policiais do sexo masculino, especialmente no grupo que atua no campo operacional. Destaca-se como elemento presente nos discursos de ambos a preocupação em reforçar a necessidade de as ações policiais serem pautadas pelo respeito às leis, distanciando-se,

portanto, de comportamentos existentes com maior frequência no passado e que ainda hoje maculariam a imagem da corporação. A necessidade constante de observar a legalidade dos procedimentos de trabalho faria com que, segundo a soldado Helena, 44 anos e 15 anos de serviço, a profissão fosse definida como “viver constantemente no fio da navalha”, uma situação marcada por constante apreensão e ao mesmo tempo responsável pelo maior amadurecimento do policial.

Na opinião da maioria dos policiais, a corporação estaria vivendo um novo momento, resultado de ações direcionadas à melhoria da formação policial, aumento da escolaridade do público interno e também, aspecto menos citado, o maior controle da atividade - que aparece como algo necessário, mas “excessivo” quando se trata do controle externo da polícia. Um processo, segundo eles, iniciado mais claramente nos anos 1990, quando episódios violentos como o Massacre do Carandiru, Favela Naval e as ações do Cabo Bruno e Soldado Rambo, assim como outros casos, chocaram a opinião pública no país e impuseram mudanças importantes à corporação, dentre elas, o de maior rigor na formação, com a inclusão de disciplinas e aumento no tempo de duração dos cursos, além do maior rigor na apuração de arbitrariedades cometidas por agentes policiais. Episódios como o Massacre do Carandiru e da Favela Naval foram, na maioria das vezes, lembrados por policiais femininos para marcar uma fase obscura e já, em tese, superada da instituição, como relatou a Sargento Mércia, 44 anos e 22 de corporação:

Hoje a PM tem uma porrada de pessoas inteligentes, antigamente, não. Ninguém se importava muito com o estudo, porque era mais a força do poder de mandar. Hoje não, hoje você pega um oficial aí ele vai comandar, mas ele vai ter que estudar porque ele tem subordinados soldados que são formados em Direito, em Biologia, formados em História, Geografia, Matemática; doutores, eu ministro aula para doutores [...] [falando a respeito das mudanças na corporação] Até 94 a PM era mais ou menos a mesma coisa, de 94 pra cá parece que deu uma mudança no comportamento das pessoas e as coisas começaram a ficar diferente, começou a exigir uma legalidade muito grande. [...] O [Massacre do] Carandiru é um marco histórico, né, na PM. Aquele documento dos direitos humanos que se tornou muito forte a partir dali. Aqui no Brasil, mas com maior ênfase em São Paulo. E também na Candelária [chacina de moradores de rua ocorrida no Rio de Janeiro], aquelas questões. São vários eventos que transformaram a cultura da Polícia Militar. Você viu a questão do troglodita para se tornar os policiais de hoje, referência de atenção. A gente gostaria que o nosso policial andasse na ponta da linha, que ele fosse um cara que você olhasse e ele tivesse uma conduta impecável. É muito difícil fazer isso, mas [...] muita gente era impecável na conduta, graças a Deus.

Indistintamente, os policiais fizeram questão de destacar as mudanças ocorridas na corporação nos últimos anos, resultado de investimentos na melhoria nas condições de trabalho e na valorização dos policiais ao mesmo tempo em que destacaram o fato de essas mudanças não terem, contudo, representado aumento do reconhecimento social da profissão. Curiosamente, as representações sociais apresentadas, ora associam o atual momento a uma fase de maior transparência da atividade policial e respeito à legalidade, ora a um período de perda de autoridade quando comparado aos “anos de chumbo”, momento que se destaca nos discursos como sendo de suposto maior respeito da sociedade em relação à polícia.

A perda de autoridade em certa medida se associa ao avanço da democracia, à ampliação de direitos de segmentos antes deles apartados e também à ideia de uma crise de valores na sociedade que teria afetado diretamente as famílias e conseqüentemente o trabalho policial, dependente diretamente, nessa ótica, dessa primeira instância. A concepção, por exemplo, de que a polícia seria mero reflexo ou termômetro de uma sociedade violenta e desigual é bastante comum, aparecendo nas palavras dos policiais encarregados de gerir a instituição como um argumento sobre a impossibilidade de apresentar policiais com nível de “civildade” maior que o da população para a qual os serviços de proteção são destinados, bem como a atividade policial como sendo extremamente complexa, já que precisaria lidar com as limitações humanas daqueles que envergam a farda, mas como as concepções e práticas difusas na sociedade brasileira, que exigiria, a depender do público e contexto social uma polícia ordeira, honesta ou extremamente violenta e afeita a práticas corruptas e arbitrárias. A existência de demandas distintas seria uma das razões de crise da segurança pública, particularmente do trabalho da Polícia Militar, onde a aproximação com o público civil, a partir da filosofia do policiamento comunitário, teria, segundo alguns policiais, representado uma causa importante para o enfraquecimento da autoridade policial. É o que afirmou a soldado Júlia, com 35 anos de idade e 15 anos de serviço:

[você acha que antes, há um tempo atrás, a polícia era mais respeitada?] Sim, não tenho dúvida disso. É que hoje está mais comunitário, né? Então, você tem que ser amiga do povo. Antigamente não tinha muito contato com a população. Então,

talvez por isso, que as pessoas tinham mais respeito também. Hoje, como eu posso dizer, é mais comunitário mesmo. Você fica conversando com a população “tal, tal, tal”, mas a gente tem que ter cuidado, porque eles [as pessoas] confundem, que apesar de tudo você é policial e você quer ser respeitado.

A profissão policial, antes respeitada, na visão de grande parte dos entrevistados, era também marcada por profissionais mais violentos, com menor escolaridade e por isso levados a um exercício policial fundado no arbítrio e na defesa de uma concepção de honra que atuava na negação de direitos dos suspeitos. Aspecto para eles reformulado nos últimos anos a partir tanto da exigência nos concursos de mais anos de estudo, quanto da maior vigilância da sociedade e da imprensa, apontada, por sua vez, como principal responsável pela propagação de uma imagem negativa da corporação e de seus membros, uma vez que os erros “isolados” de alguns seriam apresentados como sendo uma realidade comum a toda a polícia. Além de ser o resultado de uma abordagem jornalística que tenderia a focar com maior frequência os erros cometidos por alguns policiais, a imagem geralmente negativa da atividade seria uma “herança” da experiência autoritária pela qual passou o país e também do comportamento de alguns segmentos da sociedade, sobretudo os mais escolarizados, que reproduziriam as experiências negativas com a polícia no passado, como o caso de professores e estudantes universitários, vítimas comuns dos militares durante a última ditadura no país.

A representação dos policiais de hoje como “filhos da ditadura” seria, na visão de alguns policiais, a principal razão para uma imagem social negativa da polícia que, apesar de ser mal vista, ainda assim seria a agência estatal mais procurada pelos cidadãos em situações de urgência. Na visão dos policiais ouvidos, as pessoas de modo geral reclamariam da polícia até precisar dela, como enfatizou a sargento Alessandra ao falar sobre o comportamento de uma amiga estudante da USP. Segundo a policial, a amiga, depois que ingressou no curso, mudou a percepção sobre a polícia, encarando policiais como “torturares” e “truculentos” com a população, sendo estes motivos para que fosse, assim como outros estudantes, contrária à presença de policiais na universidade. Tal posicionamento, bastante comum em sua opinião, costuma, segundo a policial, ser repassada de uma geração para a outra, sendo apenas abalado no momento em que a insegurança aumenta e a população percebe a necessidade dos policiais, como teria

acontecido na USP quando um estudante foi morto no campus da universidade e a polícia foi acionada: “[os estudantes e professores] Não queriam que a gente fosse lá, agora está pedindo a gente lá. Quer dizer, até a hora que precisa. Na hora que precisa da gente, a gente vai e trabalha. [...] Pode falar mal da gente à vontade. Então, é isso daí, os pais passam pros filhos [...]”.

Essa mesma percepção apareceu em mais de 90% dos depoimentos, revelando que a identidade policial militar paulista se estrutura a partir de aspectos em geral ambivalentes. Se ela “protege”, “salva”, “cuida”, e por isso é motivo de orgulho, ela também “prende”, “mata”, “fiscaliza”, “aborda”, o que geraria, juntamente com o comportamento arbitrário de alguns dos seus membros e uma abordagem tendenciosa dos órgãos de imprensa, uma imagem em grande parte negativa da corporação, que se debateria com críticas e modelos distintos de estruturação. Estariam em questão as demandas contraditórias apresentadas pela sociedade à polícia, resultado de um quadro amplo de violência no país e que levaria os policiais a potencializar o uso da violência como um recurso na busca por reconhecimento, mas que produziria o seu inverso. Esta tem sido historicamente a marca da atuação do Estado, dividido nas últimas décadas entre políticas repressivas e “liberais”, conforme destacou o sociólogo Sérgio Adorno (2011).

Nessa lógica, como explica Maria Stela Grossi Porto (2010, p. 248): “o policial torna-se violento em busca da legitimidade e do respeito e, ao fazê-lo, compromete precisamente o objetivo que pretende alcançar, a almejada legitimidade”. Não por acaso, diante do resultado de pesquisas publicadas no último ano com críticas ao trabalho policial em São Paulo, o Comandante da Polícia Militar, Coronel Benedito Meira, lançou notas questionando os resultados e isentando a corporação da responsabilidade sobre situações vistas como “pontuais” e resultantes de um quadro de violência que teria como principais razões a cultura violenta da sociedade brasileira e as falhas na legislação e no sistema judiciário, que contribuiriam para a impunidade. Segundo o Oficial, ao responder questionamentos sobre os dados apresentados no relatório da ONG *Human Rights Watch* (HRW): “Não posso dizer que sejamos violentos. Violenta é a sociedade porque nossa legislação é frágil e dá respaldo para isso”. Já sobre a pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de São Carlos, sob a coordenação da socióloga Jacqueline Sinhoretto

(2014), e que sinalizou a existência de racismo institucional a partir da análise de processos da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo sobre mortos em confrontos com a polícia, o Comando afirmou que a pesquisa, além de “sensacionalista”, tinha como propósito “atacar a Polícia Militar, iniciando a pesquisa pelo resultado desejado e traçando o caminho para se ‘comprovar’ a tese absurda”. Além disso, argumentou que os mortos em confrontos com a polícia não poderiam ser tratados como “vítimas da violência policial”, uma vez que o criminoso é quem teria feito a “opção pelo confronto com a polícia”. Argumentos, grosso modo, muito fortes no interior da instituição²⁵⁵.

Os depoimentos, neste sentido, funcionariam como uma espécie de declaração involuntária de “impotência” da polícia para reformular práticas e comportamentos e estaria fundamentada na crença de que a formação ofertada pela corporação não teria condições de moldar comportamentos, já que os policiais chegariam formados por suas respectivas famílias e contextos sociais. Inscritos numa determinada ordem social, os indivíduos expressariam o nível de civilidade do grupo, de modo que a polícia pouco poderia colaborar para alterar comportamentos. Segundo esse entendimento, cada indivíduo teria condições de regular o próprio comportamento, resultado do processo de educação iniciado desde a infância e que nos termos apresentados por Norbert Elias (1998) levaria o homens a introjetar modelos de auto-regulação e autodisciplina. É o que afirma a cabo Liliane, com 14 anos de serviço, salientando o caráter para ela determinante da formação familiar para o desempenho profissional dos policiais: “Não tem como a Polícia Militar mudar um ser que já tem opinião própria, com caráter formado. Não tem como, por isso que acontece de a

²⁵⁵ “Comandante da PM-SP responde ONG: ‘é a sociedade que é violenta’”. Ainda na resposta, o Comandante afirmou que as penas no Brasil seriam insignificantes. Em sua opinião, castigos “justos” não aconteceriam no país. Em tom de provocação aos responsáveis pela pesquisa, o Coronel afirmou: “se são tão bons como eles dizem, que adotem um cada um deles, porque eu como policial militar durante 33 anos sei que o grande problema do país é a impunidade. Se não fosse assim muitas pessoas não cometeriam crimes”. Em resumo, seria a expressão diversa da frase comum nos círculos policiais diante de abusos cometidos por policiais contra criminosos: “adote um marginal” ou “está com pena? Leve para casa!”. Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/comandante-da-pm-sp-responde-ong-e-a-sociedade-que-e-violenta.e1c76289ae0b3410VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html>. Página consultada em 17/04/2014. A respeito da pesquisa da UFSCar, o Comando lançou nota negando a existência de discriminação racial na instituição, apesar de a maior parte das vítimas ser de jovens negros e pardos e de os responsáveis pelas mortes serem brancos e pertencentes às unidades de elite da PM, tradicionalmente violentas. Fonte: “Polícia Militar de SP nega informações de pesquisa divulgada pela UFSCar”: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/70110/policia+militar+de+sp+nega+informacoes+de+pesquisa+divulgada+pela+ufscar.shtml>, página consultada em 17/04/2014.

gente ter muitos policiais que se envolvem com coisas erradas. Por conta disso, não tem como a Polícia Militar mudar um indivíduo de 18 anos”. Uma posição comum entre os gestores da corporação. Na prática, mostra-se um posicionamento que tanto impede que em termos amplos se repense os critérios de recrutamento, de formação e as práticas policiais, quanto serve como instrumento para isentar a corporação de maiores responsabilidades sobre os desvios cometidos por seus membros, já que eles seriam antes de tudo resultado da sociedade e a polícia por sua vez o produto desta.

Não apenas as críticas dirigidas à corporação, mas a rotina de trabalho levariam muitos desses agentes a experimentar uma realidade marcada por certo isolamento social. Por receio de sofrer discriminação, de expor-se ao risco de represálias de criminosos ou para não comprometer a segurança das suas famílias, muitos afirmaram que evitam revelar a profissão, inclusive para pessoas próximas, como vizinhos, colegas ou profissionais com os quais manteriam contato regular. A esse respeito, a Major Denise, disse que evita falar a profissão, já que as pessoas oscilariam entre uma visão positiva e extremamente negativa sobre o trabalho policial. Ela deu como exemplo a sua manicure, a quem a oficial preferia não falar do seu vínculo com a Polícia Militar, em razão das constantes críticas feitas pela profissional à corporação:

Qualquer coisa ela não perde a oportunidade de falar mal da Polícia, fala mal mesmo. Para ela, Polícia é sinônimo do que não presta, é sinônimo de “todos são corruptos”. Ela deve ter algum motivo, alguma ocorrência, não sei o que aconteceu com ela. Eu já não falo por uma questão de segurança. Imagine se ela falasse para alguém que reagisse? Eu reajo, eu falo: “nem todos são”. As vezes eu falo: “Quantas manicures nós temos que são pessoas de má índole?” Aí ela...[silencia]. Eu sempre procuro apontar para ela, mas ela não sabe que eu sou policial.

A percepção sobre o risco sair morto ou ferido é um elemento muito presente nas falas dos policiais, que classificam o cotidiano policial como “incerto”, “perigoso”, “dinâmico”, “caixinha de surpresas”, verdadeira “loteria”. O sentimento de risco, além de ser uma das razões de ser da polícia; elemento festejado em alguns segmentos da corporação como parte aspecto indissociável do trabalho policial, traz por outro lado sérias implicações para a saúde de muitos policiais. A ideia de fazer a segurança sem estar

devidamente seguro, além de ser resultado da ineficiência dos órgãos de segurança no controle da violência, apontaria para orientações equivocadas no campo das políticas de formação que, a despeito de esforços para incorporar novas orientações como direitos humanos e policiamento comunitário, ainda apostam em modelos pouco eficazes na aproximação entre policiais e outros segmentos da população (FRANÇA, 2012; PONCIONI, 2012). Sobrepõem-se, não apenas no imaginário policial, mas nas políticas de formação e de enfrentamento ao crime, a ideia de um “amor à guerra”, responsável por renegar a um segundo plano, como parte da identidade policial, atividades de caráter mais preventivo e que exigiriam a interação com a comunidade e resolução de pequenos conflitos. Aspectos que na prática constituem a essência do trabalho policial, mas que costumam ser reservadas ao público feminino, por representar um tipo de ameaça à imagem tradicional da polícia, ainda muito focada no enfrentamento.

Desse modo, apesar de afirmar que o ingresso na profissão trouxe melhorias tanto para si próprios quanto para suas famílias, não apenas financeiras a partir da conquista da estabilidade do serviço público, mas no maior amadurecimento pessoal, a quase totalidade dos entrevistados afirmou que evita revelar, mesmo em círculos de amizade próximos, que são policiais. Um comportamento não apenas baseado na necessidade de preservação da própria segurança, mas também na expectativa de que sofrerão algum tipo de preconceito ao revelarem a profissão. Juntamente com a rotina de trabalho e a natureza da atividade, na qual sobressaem os treinamentos nos cursos de formação, o *ethos* militar e o sentimento de risco, essa disposição, baseada na percepção de aumento do crime e diminuição da autoridade policial, acabam por estimular a coesão interna, que muitas vezes é responsável por levar o policial a experimentar um sentimento de oposição ao público civil.

Muitos dos entrevistados fizeram questão de destacar que ao ingressarem na corporação passaram a ser mais exigentes no estabelecimento de amizades e na escolha de locais de circulação e diversão, evitando aqueles que pudessem comprometer o seu trabalho. Citaram também as reações de pessoas conhecidas quando se apresentaram policiais como razão para justificar esse tipo de comportamento. Segundo eles, além da surpresa comum que acompanha quando revelam a profissão a amigos, expressa, principalmente no caso das mulheres, em expressões como: “você não parece ser policial”,

“você é tão jovem”, “é tão delicada”. A revelação, segundo os entrevistados, vem acompanhada de dúvidas comuns, a exemplo de já ter a policial feito alguma prisão, atirado ou matado alguém. De modo geral, segundo eles, os policiais aparecem nos discursos dos cidadãos comuns como indivíduos “brutos”, “com pouca educação” e “fortes”, o que explicaria a recorrência dessas perguntas e de certo estranhamento ao se depararem com policiais com elevada formação acadêmica e, portanto, distantes de um tipo ideal supostamente sobressalente.

A Capitã Laura, 45 anos e 24 anos de serviço, disse-me já ter se acostumado com as reações, que não apenas lançam “suspeição” sobre a sexualidade da policial, mas que grosso modo ainda apresentariam os policiais como indivíduos rudes e com pouca formação escolar, ao que ela diz responder de forma chistosa no momento em que se depara com tais expressões: “As pessoas falam assim: ‘Poxa! Mas você fala tão bem, né?’ E só para complicar, falo assim: ‘Ah, eu sei comer com garfo e faca, não coço o saco e nem cuspo no chão! (risos)’. Questionamentos que a maior parte afirma encarar como “normais”, enquanto outros disseram que as perguntas provocariam certo incômodo, principalmente quando associam o trabalho policial ao exercício desmedido da violência:

A pergunta assim, que é a número um: “você já matou alguém?” Essa é a primeira. Que pergunta indiscreta. [responde] “você já perguntou ao médico se alguém já morreu em cirurgia com ele?” Então, não dá. Tem certas perguntas indiscretas, não dá para responder. “Não matei, não, quem mata é Deus” (risos). Eu não mato ninguém, quem tira [a vida] é Deus. Mas essas perguntas fazem. Associam diretamente a morte à polícia. (Soldado Helena, 44 anos, 15 anos de serviço).

Nesse ponto, a pergunta a respeito de possíveis diferenças em relação à imagem social de policiais masculinos e femininos trouxe alguns dados importantes para pensar variações na vivência da profissão conforme o gênero dos agentes. Uma parte menor dos entrevistados afirmou que não há diferenças importantes na forma como a sociedade percebe homens e mulheres na polícia, de modo que a confiança reservada a policiais masculinos e femininos seria praticamente a mesma. Já a maioria, destacaria o caráter eminentemente situacional dessa confiança. Pautados nas características atribuídas ao feminino, como maior capacidade de comunicação, sensibilidade, honestidade, entre outros,

os policiais reconheceriam que em situações específicas como conflitos entre casais, ocorrências com vítimas crianças, idosas ou mulheres, assim como situações comuns como a busca de informações e em barreiras organizadas pela polícia, as pessoas se sentiriam mais à vontade e protegidas pela presença feminina. Provavelmente por essa razão, tenha havido uma diferença tão expressiva na resposta dos entrevistados.

A noção de confiança para os policiais masculinos, praças e oficiais, parece estar muito assentada no atendimento a ocorrências consideradas de maior gravidade, como roubos, vias de fato e tentativas de homicídio, razão pela qual dos 22 policiais, apenas quatro, ou seja, menos de 20%, disseram que a população expressaria maior confiança no trabalho das policiais femininas. Esse consiste em um posicionamento seguido pelo grupo das oficiais femininas, no qual apenas uma das entrevistadas afirmou que a confiança da sociedade seria maior nas mulheres. Assim, depreende-se que, provavelmente, mantenha relação com os parâmetros da formação dos gestores na polícia, que estabeleceria os critérios de melhor distribuição e emprego do efetivo conforme o gênero, bem como das percepções dessas agentes quanto às supostas reações do público civil ao emprego feminino. Essa expectativa em torno da reação social vem a atuar como elemento reforçador do policial masculino de rua como protótipo desejável para o atendimento de ocorrências. Representado como um campo no qual se desenrola o embate direto entre a polícia e os criminosos, a rua é percebida como o palco privilegiado da violência, um espaço de guerra destinado aos homens. Neste sentido, as razões para manter as mulheres distantes desse espaço possui relação muito próxima com as razões destacadas por López (2009, *apud* León, 2012) e que se relacionam a fatores técnicos, físicos e culturais, como a falta de habilidade feminina nas estratégias de guerra, o lugar das mulheres na ordem social e o caráter atraente, perturbador e dissimulador do gênero feminino:

primero, la guerra como un aparente no-lugar para la mujer, pues Ella no posee la “destreza militar”, la “táctica”, ni la fuerza para un buen desempeño (habilidades que eran vistas como naturales en un hombre); segund, la mujer vista como propiedad de un hombre o una comunidad y, em este sentido, El cuerpo de la mujer visto como evocador de um territorio; y, tercero, la naturaleza seductora y por tanto distracctora y engañosa de la mujer.

Já entre as policiais praças, mais da metade delas afirmou que a confiança da sociedade no trabalho desenvolvido por elas seria maior, destacando assim que a ideia de feminino, baseada na maternidade, na capacidade de comunicação e maior sensibilidade, ajudaria a “quebrar” resistências e favorecer o contato com a população. Destacam-se, contudo, situações específicas como atendimento no serviço 190, assim como ocorrências que teriam como vítima uma outra mulher. Nas ocorrências relativas a assaltos, troca de tiros e que envolveriam grandes eventos, a exemplo de partidas de futebol, onde se tornaram comuns confrontos entre torcidas rivais, as pessoas tenderiam, segundo os entrevistados, a confiar mais nos policiais masculinos. A respeito dessas diferenças e da variação na confiança reservada a homens e mulheres na polícia, a soldado Andréa, 35 anos de idade e 15 anos de profissão explicou que principalmente outras mulheres se sentiriam mais à vontade na presença de policiais femininos:

Depende da situação. Eu acho que assim, por exemplo, a gente está numa rua, num via, vai passando uma pessoa e vem pedir informação, dependendo da forma, ela geralmente, a mulher, vai perguntar para uma outra mulher, que ela já confia mais. Num sei se confia mais, se sente menos inibida, nesse sentido. Em outras partes, por exemplo, numa ocorrência policial, eu acho que tem pessoas que não vão acreditar que uma mulher vai correr atrás do ladrão, que vai fazer um monte de coisa [que o homem faz]. Então é diferente nesse aspecto.

Desse modo, os policiais de modo geral expressam claramente perceber diferenças na maneira como a população reage diante de policiais masculinos e femininos. Ao mesmo tempo em que citam a discriminação da sociedade em relação à profissão policial militar, também fazem referência à oscilação nas reações das pessoas a respeito das mulheres que abraçam a profissão, aspecto que costuma mudar conforme a natureza e gravidade da ocorrência. A baixa confiança na capacidade de resolução feminina na área policial é certamente um fator que sofreu importantes alterações ao longo dos anos, mas nem por isso cedeu completamente. Tanto nos primeiros anos da Polícia Feminina quanto atualmente surpresa, desconfiança e admiração são parte das principais reações à decisão das mulheres ingressarem na atividade policial. Atualmente, a surpresa e a admiração se manifestam mais claramente frente à presença feminina em unidades operacionais, estando vinculada à curiosidade quanto à coragem das policiais para enfrentar ocorrências com maior risco de

enfrentamento de grupos criminosos violentos. A esse respeito, a Tenente Patrícia afirmou que já se acostumou com os olhares curiosos das pessoas no trânsito quando ela sai com algum outro policial do seu batalhão, que não raramente revela certo incômodo com o destaque que a presença feminina alcança no público em geral:

Eu acho que a policial feminina já passa um ar mais de confiabilidade e eles olham mais com admiração do que com desconfiança. Assim: “nossa, como ela é corajosa! Olha, é uma mulher!”. Eu percebo porque quando eu saio de viatura é impressionante. Eu to acostumada já, o pessoal do lado olha, comenta, cutuca o outro: “olha, uma mulher lá”. Então eu já acostumei. As vezes, o policial sai comigo atrás, ele não tá acostumado, né? “O que é? Por que o povo tá olhando? O povo tá olhando o quê?” O povo tá olhando que tem uma mulher. (...) Eles ficam incomodados, né? Então às vezes a gente trabalha muito, exemplo, aqui vai pro estádio de futebol. Você está andando às vezes no meio do público, você tá passando, o pessoal tá olhando: “nossa, tem mulher aqui no meio!”. É isso que eles fazem, eles [os policiais masculinos] se incomodam com essa [reação]. Mas eu já me acostumei, já é mais aquele olhar de admiração e curiosidade.

A presença de mulheres na polícia é um aspecto, portanto, que se destaca ora como elemento humanizador da instituição, ora como razão de quebra do sentido de uniformidade pretendida pela formação militar assentada na ideia de masculinidade. É em relação a essa quebra na uniformidade da tropa, que se revela a partir de uma ameaça “constante” de ruptura da hierarquia e da imagem externa da corporação, que parte expressiva dos policiais masculinos se basearia para expressar restrições ao emprego de mulheres em determinadas atividades desenvolvidas pela polícia. A referência, portanto, à baixa confiança em relação às policiais femininas é algo presente nos discursos de policiais de diferentes gerações, que apontaram como a desconfiança tanto interna quanto externa moldou, juntamente com outros fatores, as escolhas e caminhos das policiais femininas ao longo das últimas décadas, provocando avanços mediados por tensões diversas não apenas entre os gêneros, mas no interior destes.

As noções de igualdade e diferença figuram, certamente, entre os aspectos mais explorados por diferentes grupos de homens e mulheres na polícia militar paulista para pensar o melhor lugar e contribuição do público feminino na atividade policial. Essas noções nortearam ações diversas que procuraram, grosso modo, permitir às mulheres avançar na carreira sem, contudo, colocar em risco a supremacia masculina. Os partidários

do discurso da diferença estabeleceram, por exemplo, duas frentes principais para as mulheres na profissão: na primeira, as mulheres poderiam desempenhar todas as funções desde que observadas as suas especificidades, não apenas físicas, mas subjetivas; a segunda defenderia não haver outro sentido para o emprego feminino na corporação se não para que as características próprias do feminino fossem utilizadas para atender campos específicos voltados ao enfrentamento da violência e do crime. Tal concepção defenderia por sua vez empregar prioritariamente o público feminino em determinadas atividades nas quais o seu temperamento e compleição física fossem mais bem aproveitados. O discurso centrado na igualdade, por outro lado, ainda que não esteja focado na necessidade de empregar as mulheres em todos os setores da corporação, apresenta o cumprimento de protocolos iguais para homens e mulheres como requisito indispensável para garantir o seu equilíbrio e coesão, fundados na observação da hierarquia e disciplina, que tenderiam a encontrar no apelo às diferenças uma fonte potencial de ameaça à identidade policial militar.

O discurso da diferença defende, neste sentido, que a presença feminina contribui para humanizar as relações internas e o trabalho policial. As mulheres teriam, nessa lógica, papéis específicos a desempenhar e a clara missão de complementar o trabalho masculino na corporação. O discurso da igualdade, por sua vez, aponta que o feminino deve ser empregado em todos os setores com as mesmas exigências reservadas ao público masculino. O não atendimento a esse princípio, que não deixa de reconhecer diferenças entre homens e mulheres, é visto como um ataque à noção de mérito, bastante valorizada no meio militar, uma vez que estabeleceria “privilégios” para as policiais femininas, como exigências específicas em testes físicos e na maior tendência em empregá-las nos setores internos. Aspectos que levariam à descaracterização da identidade policial militar e à intensificação da violência, na medida em que determinados valores femininos se chocariam com a ética militar, ao levar os homens a se perder na observação de singularidades contrárias à coesão da tropa, como o senso aguçado de proteção das companheiras de farda durante as ocorrências, assim como em situações cotidianas nas quais os policiais, embora hierarquicamente superiores, tenderiam a se curvar às necessidades femininas como prioridade de acesso e permanência em alguns espaços por conta da gravidez e do cuidado com os filhos, além de uma sensibiliza que exige maior

polidez no tratamento. Como se tornará mais claro a seguir, tanto o discurso que valoriza a diferença quanto o que valoriza a igualdade, presentes em maior ou menos intensidade em todos os grupos ouvidos, seja de homens ou mulheres, operam processos internos que visam, por caminhos distintos, preservar e promover a imagem da corporação, sendo o primeiro a partir da exploração positiva das diferenças enquanto o segundo por meio da sua negação. Fatores que incidem sobre comportamentos e as escolhas femininas dentro e fora da polícia, a exemplo do percurso definido para a carreira, a escolha ou não do casamento e da maternidade.

4.4 Ser mulher e policial: experiências na profissão

No que se refere à pergunta se elas consideram que há, de modo geral, diferenças entre homens e mulheres, os policiais entrevistados afirmaram que existe uma clara diferença, principalmente do ponto de vista biológico. Uma diferença presente na capacidade das mulheres de gerar filhos e na menor força física em comparação com os homens, quanto em aspectos de ordem psicológica e moral. Há, portanto, nos discursos dos policiais uma percepção predominante na qual sexo e gênero são apresentados em muitos momentos como sinônimos. O público feminino seria, segundo policiais de ambos os sexos, mais “sensível”, “fraco fisicamente”, “doce”, “delicado”, “compreensível”, “comunicativo”, “rigoroso”, enquanto que o masculino seria mais “grosso”, “rude”, “objetivo”, “racional”, “bruto” e “forte”.

As concepções de gênero apresentadas estão fortemente ancoradas em estereótipos que em geral ressaltam características que direcionam os homens para o melhor desempenho de atividades práticas, objetivas e que requerem força enquanto as mulheres são definidas a partir de atributos centrados na emoção, no cuidado e na sensibilidade e que historicamente têm contribuído para afastá-las dos espaços públicos. A historiadora Michelle Perrot (1988, p. 177) esclarece que essas concepções, anteriormente já existentes, receberam no século XIX forte apoio do discurso científico, amparado em descobertas da medicina e da biologia. Esses campos de produção de conhecimento estimularam a

associação de determinadas características, funcionando como verdadeiras fronteiras entre os sexos. Segundo a autora:

é um discurso naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos.

A partir dessa racionalidade, que afetou fortemente o mundo do trabalho, a divisão sexual das atividades cumpriria o objetivo de conferir, sob o argumento de melhor aproveitamento das capacidades de homens e mulheres, o zoneamento de funções, papéis e espaços de atuação, tendo nos aspectos físicos e psicológicos as principais razões para a distribuição de responsabilidades. Imperaria sobre o desenvolvimento desses modelos a influência do discurso médico-científico baseado na ideia de normal e patológico, conforme discutiu Georges Canguilhem (2009), para quem há normatividade nas definições de normal e patológico. Não por acaso, a expressão de características definidas como de um sexo em um outro determinava a classificação de inversão sexual, objeto de estudos em diferentes campos científicos.

Em relação aos entrevistados, a menor força física associada ao gênero feminino representaria uma das principais razões que ainda hoje justificariam uma distribuição desigual do efetivo na corporação segundo o gênero. Existiram na percepção de todos os policiais masculinos, praças e oficiais, atividades mais condizentes com a “natureza” masculina e feminina, sendo as unidades operacionais apontadas como mais adaptadas aos atributos físicos masculinos que os das mulheres, mais condizentes com os espaços das unidades administrativas, de policiamento comunitário e escolar, bem como o de atendimento do 190 e do setor de Relações Públicas. Estes são vistos como mais ajustáveis à natureza física e psicológica do público feminino, considerado como naturalmente inclinado às atividades relacionadas ao exercício do cuidado, organização e comunicação e que teria ao longo das últimas décadas contribuído diretamente para a “humanização” das relações internas, tornando os quartéis espaços onde o relacionamento profissional e pessoal entre os policiais masculinos teria passado a ser mais cordial e respeitoso por conta da presença feminina na corporação, alterando não apenas a decoração e o clima

organizacional, com favorecendo uma sociabilidade mais humanizada entre os policiais, expressa na melhoria do vocabulário na caserna e no tratamento entre superiores e subordinados. Na visão das policiais femininas, essa perspectiva também foi reforçada, ainda que com menor intensidade. No grupo das praças, mais de 70% disseram que haveria atividades mais condizentes com homens que com mulheres, enquanto no grupo das oficiais esse índice foi superior a 80% do total de entrevistadas, o que associa o avanço feminino na carreira a um processo de incorporação dos valores masculinos, que atuam como requisito de inserção e reconhecimento dos círculos de maior poder na polícia. Não por acaso, foram as policiais que atuavam no policiamento ostensivo e as de maior patente que afirmaram preferir trabalhar com homens que com outras mulheres.

Desse modo, o quadro disponibilizado a seguir evidencia a articulação entre essas representações e a distribuição do efetivo conforme o gênero dos policiais, de modo que as mulheres continuam, ressalvadas importantes mudanças, concentradas nos setores internos da corporação e o público masculino nas atividades de rua ou em unidades específicas ligadas a compras, distribuição de materiais e manutenção de equipamentos, como os órgãos de apoio logístico, por exemplo²⁵⁶. Outro setor que permanece sob a supremacia masculina é o dos órgãos de apoio ligados à instrução, importantes para a reprodução da cultura institucional baseada nos valores militares e pelo fato de os concursos até 2011 definirem cotas restritivas ao acesso feminino nos cursos de formação. Embora a participação feminina tenha crescido expressivamente, os homens constituem a maioria absoluta, estimada atualmente em 79,83%.

²⁵⁶ *S/D (Sem definição) inclui aspirantes a oficiais, alunos-oficiais e oficiais de alguns quadros onde não há separação do efetivo por sexo, como os do Quadro de Oficiais da Administração (QOA) e do Quadro de Saúde, bem como praças situados em “outras qualificações”, que compreende QPMP-1 (Comunicações), QPMP-2 (Músicos) e QPMP-3 (Auxiliar de Saúde).

Distribuição do efetivo da Pmesp (2001 a 2014)

ANO	2001				2006				2010				2014			
	OPM	M	F	S/D	Total	M	F	S/D	Total	M	F	S/D*	Total	M	F	S/D
Órgãos de Direção Geral	932	168	33	1133	925	199	21	1145	932	219	30	1181	931	256	25	1212
	82,26%	14,83%	2,91%	100%	80,78%	17,39%	1,83%	100%	78,91%	18,54%	2,54%	100%	76,81%	21,12%	2,06%	100%
Órgãos de Direção Setorial	464	152	33	649	368	229	24	621	363	243	33	639	345	220	30	595
	71,49%	23,42%	5,08%	100%	59,26%	36,88%	3,86%	100%	56,80%	38,02%	5,16%	100%	57,98%	36,97%	5,04%	100%
Órgãos de Apoio Logístico	570	14	20	604	428	26	29	483	379	41	29	449	275	38	29	342
	94,37%	2,32%	3,31%	100%	88,62%	5,38%	6,00%	100%	84,40%	9,13%	6,45%	100%	80,40%	11,11%	8,47%	100%
Órgãos de Apoio de Ensino	549	39	65	653	497	76	37	610	650	112	49	811	566	100	43	709
	84,07%	5,97%	9,95%	100%	81,47%	12,46%	6,07%	100%	80,14%	13,81%	6,04%	100%	79,83%	14,10%	6,06%	100%
Órgãos de Apoio de Pessoal	339	103	16	458	270	114	13	397	254	123	18	395	19	41	01	61
	74,01%	22,49%	3,49%	100%	68,01%	28,71%	4,38%	100%	64,30%	31,13%	4,55%	100%	31,14%	67,21%	1,63%	100%
Órgãos Especiais de Execução	7807	125	108	8040	8970	186	49	9205	8929	265	59	9253	9787	549	47	10383
	97,10%	1,55%	1,34%	100%	97,45%	2,02%	0,53%	100%	96,49%	2,86%	0,63%	100%	94,25%	5,28%	0,45%	100%
Casa Militar	390	43	17	450	298	42	06	346	414	53	07	474	296	55	07	358
	86,66%	9,55%	3,78%	100%	86,13%	12,14%	1,73%	100%	87,34%	11,18%	1,47%	100%	82,68%	15,36%	1,95%	100%
Órgãos de Execução (CPC - Sede)	441	357	06	804	394	377	06	777	487	370	13	870	537	300	07	844
	54,85%	44,40%	0,74%	100%	50,71%	48,52%	0,77	100%	55,97%	42,52%	1,4%	100%	63,62%	35,58%	0,82%	100%
Órgãos de Execução (CPC)	15885	3665	234	19784	17643	3436	157	21236	17527	3258	147	20932	16516	2536	80	19132
	80,29%	18,52%	1,18%	100%	83,08%	16,18%	0,74%	100%	83,73%	15,56%	0,70%	100%	86,32%	13,25%	0,41%	100%
Órgãos de Execução (CPM-Sede)	49	12	08	69	48	20	05	73	52	20	05	77	58	16	04	78
	71,01%	17,39%	11,59%	100%	65,75%	27,40%	6,85%	100%	67,53%	25,97%	6,49%	100%	74,35%	20,51%	5,12%	100%
Órgãos de Execução (CPM)	6726	484	142	7352	7948	1272	140	9360	8187	1376	95	9658	8494	1213	53	9760
	84,62%	6,58%	1,93%	100%	84,91%	13,59%	1,50%	100%	84,76%	14,24%	0,98%	100%	87,02%	12,42%	0,54%	100%
Órgãos de Execução (CPI)	24517	2049	487	27053	50851	6940	549	58340	25848	2314	249	28411	26012	2347	292	28651
	90,63%	7,57%	1,80%	100%	87,16%	11,90%	0,94%	100%	90,97%	8,14%	0,87%	100%	90,78%	8,19%	1,01%	100%
Comando do Corpo de Bombeiros**	8418	165	77	8660	8142	197	74	8413	8427	262	96	8785	8013	261	86	8360
	97,20%	1,90%	0,89%	100%	96,78%	2,34%	0,88%	100%	95,92%	2,98%	1,09%	100%	95,84%	3,12%	1,02%	100%
Total de Oficiais	5058	124	193	5375	3619	287	845	4751	3815	350	1050	5215	3718	376	517	4611
	94,10%	2,31%	3,59%	100%	76,17%	6,04%	17,86%	100%	73,15%	6,71%	20,13%	100%	80,63%	8,15%	11,21%	100%
Total de Praças	69455	7431	1238	78124	74828	8601	842	84271	75495	8470	505	84470	72895	8758	945	82598
	88,90%	9,51%	1,59%	100%	88,79%	10,21%	1,0%	100%	89,37%	10,03%	0,60%	100%	88,25%	10,60%	1,15%	100%
Soma (oficiais+praças)	75513	7555	1431	83499	78447	8888	1687	89022	79310	8820	1555	89685	76613	9134	1462	87209
Total Geral		83499				89022				89685				87209		

Em relação aos dados, o quadro apresenta alguns dados importantes sobre a distribuição do efetivo na estrutura da instituição (ver Anexo A), indicando os locais onde há maior concentração de homens e mulheres, respectivamente. Antes da análise dos dados, cabe esclarecer alguns aspectos do quadro. Em sua composição, busquei selecionar órgãos mantiveram sua designação diante de reformulações implementadas na estrutura organizacional no período. No caso dos Comandos de Policiamento da Capital, Metropolitano e do Interior, preferi manter a divisão entre as sedes e o restante das unidades. Essa separação permite compreender mais claramente o emprego feminino em atividades operacionais ou administrativas, uma vez que as sedes concentram as ações de planejamento, monitoramento e outras de caráter eminentemente interno. Do mesmo modo, optei por não relacionar os órgãos que apresentavam, nos diferentes quadros disponibilizados, um número muito discrepante de policiais classificados como “sem definição”, a fim de evitar possíveis distorções na análise, embora seja claro que a maior parte desses policiais seja do sexo masculino. Além disso, a presença do Corpo de Bombeiros e de órgãos focados no policiamento em outras áreas do estado, apesar deste estudo focar exclusivamente as experiências e representações de policiais militares da capital, a referência a essas unidades será utilizada para efeito de comparação.

Conforme pode ser visualizado, houve um crescimento da participação em praticamente todos os órgãos listados, com exceção dos órgãos de execução ligados ao CPC, onde a presença feminina passou de 18,52%, em 2001, para 13,25%, em 2014. Uma das razões para essa diminuição pode estar relacionada tanto a transferência, em menor proporção, de mulheres para outras unidades operacionais, quanto à migração para setores internos. Dado o incremento significativo do efetivo feminino nos anos 2000, houve seguramente maior incidência desse segundo fator, visto que no período de 2001 a 2014 o público feminino nos órgãos de direção geral passou de 14,83% para 21,12%, enquanto nos de direção setorial oscilou de 23,42% para 36,97% e nos de apoio de ensino de 5,97% para 14,10%. Nesse campo, o exemplo de taxa de crescimento que mais impressiona é o registrado pelos órgãos de apoio de pessoal, nos quais as policiais femininas passaram de 22,49% para 67,21%, ou seja, triplicaram em pouco mais de uma década, superando o número de policiais masculinos. Outro exemplo de destacado crescimento foi o dos órgãos

de apoio logístico, no qual os 2,32% do início dos anos 2000 cedeu lugar aos 11,11% de 2014.

Nos órgãos especiais de execução, contudo, estes se mantiveram como um terreno dos homens. Neles, a presença feminina não seguiu o crescimento observado em outros setores internos, ainda que tenham apresentado um aumento significativo, que não foi capaz, no entanto, de alterar o desequilíbrio bastante favorável ao público masculino. É possível destacar, portanto, que o aumento registrado da participação das mulheres não necessariamente indica o seu emprego nas atividades de rua. Das nove policiais lotadas no 1º Batalhão de Choque em 2014, público estimado em 1,5% do efetivo daquela unidade, por exemplo, nenhum delas desempenhava atividades de policiamento ostensivo. A exceção seria o emprego em ações de investigação desenvolvidas pelo serviço velado da unidade. Ou seja, é bastante provável que em outras unidades ligadas a órgãos de execução, parte considerável do público feminino ali lotado desempenhe atividades internas, servindo assim como oportunidade para liberar os policiais masculinos para o trabalho de rua. Desse modo, se nos setores internos a média atual da participação feminina no efetivo seja da ordem de 28%, nos setores de execução listados no quadro a média registrada é de 8,45%, evidenciando assim a tendência de empregar as mulheres nos setores internos da corporação.

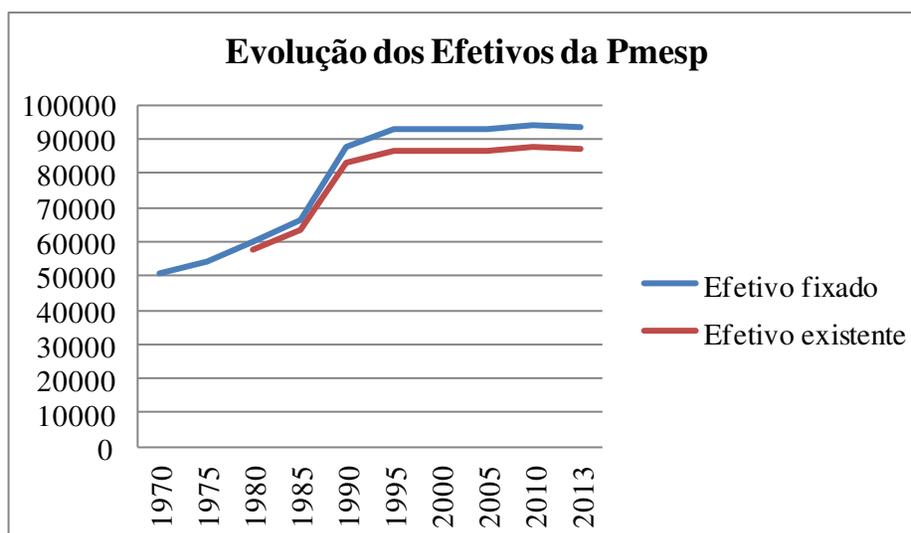
A partir desses dados, pode-se aventar a hipótese de que o maior crescimento registrado na participação feminina nos setores internos, particularmente nos últimos anos, está relacionado ao aumento dos índices de violência no estado de São Paulo, sobretudo aqueles que fizeram membros da polícia vítimas potenciais de ataques, a exemplo dos que ocorreram em 2006, liderados pelo PCC. Em razão do aumento número de policiais mortos, é bastante provável que a corporação tenha, com a finalidade de resguardar o público feminino, direcionado o mesmo para o desempenho de atividades dos seus setores internos.

Em comparação com o quadro geral do efetivo, pode-se afirmar que houve um aumento significativo da presença feminina em todos os setores, assim como no círculo dos oficiais, passando de 2,31% para 8,15%, a despeito de não ter havido um incremento significativo no efetivo da corporação, que se manteve praticamente o mesmo desde meados dos anos 1990, como indica o quadro a seguir:

Evolução de Efetivos da Polícia Militar de São Paulo										
Classificação	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2013
Efetivo fixado	50976	54400	60193	66144	87681	93059	93056	93068	93987	93799
Efetivo existente	-	-	57593	63296	82948	86334	86362	86786	87499	87209

Fonte: Diretoria de Pessoal/Divisão de Controle e Movimentação/Seção de Planejamento e Controle (Pmesp/2014).

Conforme destaca mais claramente o gráfico referente à evolução dos efetivos, o efetivo geral existente se manteve estável nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que a participação feminina pouco oscilou nos últimos anos, mantendo-se em torno de 10% do efetivo total.



Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Contudo, como foi destacado anteriormente, alterou-se significativamente a composição por gênero em alguns setores, particularmente aqueles ligados a atividades internas da corporação, sendo esta uma forma encontrada para proteger as policiais femininas, permitir o ajuste entre a rotina familiar e profissional, além de impor limites ao acesso das mulheres aos segredos do grupo, construídos em geral na dinâmica das ruas e a

partir de um código de valores sustentado na doutrina e na tradição de algumas unidades majoritariamente masculinas e que costumam identificar as policiais femininas como potenciais rivais a disputar espaços de poder e reconhecimento, sob o argumento contrário por sua vez de “poupá-las” dos riscos e incertezas das ruas.

No que se refere à existência de preconceito contra as mulheres, as respostas apresentaram alguns oscilações. Se mais de 70% dos praças masculinos afirmaram existir ainda hoje preconceito contra as mulheres, o índice entre oficiais ficou em torno de 40%, o mesmo daqueles que afirmaram existir preconceito de gênero na corporação, em alguns casos, destacado como positivo para as mulheres. Nesse campo, a maior diferença observada foi entre praças masculinos, grupo que tendeu a sinalizar a existência de preconceito contra as mulheres na sociedade e a negá-lo na corporação. Os índices entre as mulheres se mostraram iguais em ambas as perguntas.

Embora a maioria dos entrevistados tenha afirmado nunca ter presenciado ou, no caso das policiais, sido vítimas diretas de preconceito, muitos disseram já ter acompanhado ou ouvido falar de situações de discriminação contra as mulheres na corporação, ressaltando em quase sua totalidade que o preconceito atualmente em relação às mulheres seria bem menor em comparação com o passado. A discriminação interna se revelaria na separação dos quadros feminino e masculino na corporação, que vigorou durante décadas, comprometendo o processo de ascensão feminina na carreira, especialmente das praças, na medida em que o número de vagas reservadas às mulheres era bastante inferior ao dos homens, implicando assim que, mesmo com médias bastante superiores nas provas, elas não conseguissem vagas nos cursos obrigatórios para ascensão profissional internamente. No que tange às demonstrações de preconceito externas, viriam de populares que supostamente reservariam pouca confiança à autoridade policial quando representada por uma mulher. Os depoimentos dão conta de situações em que policiais disseram abertamente que não trabalhariam com policiais femininas, como destacam alguns policiais:

[preconceito] tem principalmente de alguns policiais. Comparação: “você vai trabalhar com fulana: ‘Ah, eu não quero trabalhar com fulana, não’”. E acha que na hora de tiroteio talvez algumas não estejam aptas, preparadas. [...] Eu acho assim, para cada local, para cada atividade, para cada tipo de incursão que você vai fazer, você vai depender de determinado tipo de qualidades. Então, pode ser

que a mulher tenha uma qualidade que dá para trabalhar futuramente, mas pode ser que não dá. Eu conheço algumas policiais militares femininas que eu nunca trabalharia com elas, porque quando coloca a mão na arma treme. Eu fico pensando: “Como é que entrou na polícia?” Eu nunca trabalharia, aliás, para mim ela nunca entraria na polícia. Para esse caso não aceitaria. (Fernando, Major, 48 anos, 29 anos de serviço).

Já, já ouvi falar: “[com] mulher não dá para trabalhar. Com essa moça não dá pra trabalhar”, já ouvi. [...] Teve na rua, no Copom. O argumento dele era [de que] se ele precisava (sic) pular o muro ela não ia pular, ia ficar para trás e ele ia embora [...] porque elas não tinham força física para acompanhar. [elas reagiram?] Só faltaram voar no pescoço dele [disseram]: ‘Um dia você vai precisar e quem vai te ajudar é uma mulher!’”(risos). (João, Soldado, 37 anos, 15 anos de serviço).

Os dados apontam ainda que as mulheres estão, e em certa medida são, mantidas distantes das ruas pela cultura interna da corporação, que tenderia a preservar parte significativa das policiais dos infortúnios do patrulhamento ostensivo. Aparentemente existe uma noção difusa na corporação de que o público feminino é frágil e sensível e, portanto, pouco inclinado ao trabalho operacional, que em tese exigiria mais a possibilidade de uso da força na resolução de ocorrências. Contou a soldado Júlia uma das experiências que vivenciou na profissão, que segundo ela ainda é marcada pela baixa confiança em relação à capacidade feminina. Destacam-se as provocações e a apreensão masculina frente ao emprego de mulheres em ocorrências marcadas pela necessidade de confronto com criminosos:

Sempre tem piadinhas, mas a gente ignora, né? Mas sempre tem sim. (...) Eu lembro que eu peguei uma ocorrência e era aqui na Bandeirantes, ali tem uma parte que é uma favela, do lado direito. Então, eu tava no [serviço] vespertino, entrando no turno da noite. Então estava só eu de mulher e o resto tudo homem. Era uma ocorrência de helicóptero, tiroteio: “tá tá tá tá e tal”. Aí, o policial virou assim para mim e disse: “[Júlia], você fica aqui que a gente vai lá”. É? Peraí, quer dizer que eu sou mulherzinha, delicadinha, entendeu? Não vai participar de ocorrência de tiroteio. É não, tá errado! Então eu fui lá. Tudo bem, que eu fui com as pernas bambas, mas eu fui! Participei da ocorrência e eles [se] surpreenderam depois. [...] Não, não! Quem tá na chuva é para se molhar, né? Então, eles ficaram meio surpresos. Depois que acabou eles disseram: “[Júlia], tirei o chapéu pra você” e não o sei o quê, mas você sabe que no fundo tem aquela resistência. (Júlia, Soldado, 35 anos, 15 anos de serviço).

A justificativa para comportamentos como o citado pela Soldado Júlia teria como fundamento o machismo, ainda muito forte na cultura brasileira, bem como uma estratégia,

segundo a soldado Helena, desenvolvida pelos homens para enfrentar os avanços alcançados pelas mulheres na profissão. Segundo ela,

A nossa sociedade ainda é muito machista e o homem se sente muito ameaçado com a mulher. Então, qual é a forma dele lidar com essa ameaça? Ele joga no ar que a mulher não tem capacidade, que a mulher é incapaz de assumir determinadas funções ou talvez que a mulher não tenha força física. Então eu acho que o homem começa a construir isso só por causa do machismo, o machismo que impera. (Helena, Soldado, 44 anos, 15 anos de serviço).

Esse fato faz com as mulheres, principalmente aquelas consideradas mais bonitas²⁵⁷, delicadas, que são mães ou que possuem parentes na instituição, a serem conduzidas para os setores administrativos, onde a beleza, o cuidado, capacidade de comunicação que seriam reconhecidas como características eminentemente femininas ajudariam nas ações da corporação, particularmente marcando uma “estética do feminino” em solenidades, como ilustra a imagem a seguir, na qual uma policial feminino auxilia na entrega de brevês de conclusão de curso.

²⁵⁷ Pelo material institucional produzido, entende-se como “mulheres bonitas” as de pele clara, cabelos lisos e com traços ocidentais próximos, portanto, a um modelo de beleza comercial valorizado no país.

Figura 44



**Solenidade de formatura no Regimento de Cavalaria 9 de Julho – Pmesp
Fonte: Pesquisa de Campo (Maio de 2012)**

Um aspecto que possui algumas nuances importantes. O trabalho nos setores internos atenderia em tese as demandas de boa parte do público masculino e feminino. O primeiro asseguraria o controle sobre o serviço de rua, razão de ser do trabalho policial para grande parte dos entrevistados, direcionando o público feminino para a atividade administrativo sob o argumento de incapacidade e menor força física; já o segundo, veria no serviço interno uma oportunidade mais segura de conciliar a “responsabilidade” das mulheres em torno do cuidado com a família com o trabalho interno, empregando as “especificidades” do feminino no desenvolvimento de atividades que exigiriam cuidado e capacidade de concentração. Elas não teriam também as mesmas ambições que os colegas masculinos, em geral preocupados em enfrentar riscos e se destacar na resolução de ocorrências. A mesma soldado Helena destaca quais seriam essas diferenças encarregadas de guiar a maior parte dos comportamentos na corporação, particularmente a opção das mulheres pelo serviço interno:

Eles não encostam [no serviço interno] porque a pressão, quem trabalha interno, a pressão é muito grande. A mulher suporta melhor a pressão. O máximo que vai acontecer é ela chorar, só. Os homens começam [a dizer para o colega de farda:] “Você me chamou de moleque?! Eu não sou moleque, não!”. De repente vai pra cima, de repente toma outro tipo de reação. E o homem se estressa muito mais rápido que a mulher, e isso não é bom para a administração. Então, por isso, que acredito [existir] a preferência pela postura feminina. O feminino suporta muito bem a pressão, muito bem mesmo. (...) Eu digo a você que a maioria é mulher [no serviço interno], porque a mulher, eu não sei, se ela quer ser interna e ao mesmo tempo estar com a cabeça na casa dela. Não tem grandes ambições para estar fazendo atividade extra-corporação. Ela quer cumprir o horário dela, é isso que ela quer. Você sabe que rua não tem um horário, você pode entrar as sete e sair as dezenove, como você pode entrar as dez e sair e entrar o outro dia numa ocorrência. Então, o que as mulheres querem? O que os homens querem? [os homens querem] adrenalina, se sentir, ter ego massageado, no sentido de ter “nossa uma ocorrência” que apareceu na mídia, quer se sentir super-herói. E a mulher não precisa disso, não (risos), ela quer voltar para casa, só isso (risos).

As mulheres tenderiam, portanto, a enxergar nesses setores uma maior oportunidade de conciliar as atividades domésticas e familiares com a profissão. Para a maior parte dos homens, uma maneira de compensar as mulheres por uma “desvantagem” comum ao público feminino, principalmente das que são mães e que se veem envoltas com as responsabilidades em torno do cuidado da casa, dos filhos e de uma jornada que não se encerra com o fim do expediente na polícia, além das limitações de ordem física. Para outros, uma vantagem indevida, considerando a suposta reivindicação de igualdade de tratamento entre os sexos apresentada pelas mulheres. Esse fato explica cerca de 50% dos homens considerarem que as mulheres teriam algum tipo de vantagem sobre os colegas masculinos, enquanto o percentual entre o público feminino foi de cerca de 20% entre praças e de 50% entre oficiais, indicando mais uma vez que na medida em que as mulheres avançam na hierarquia elas tendem a apresentar representações muito próximas dos colegas de profissão. As mulheres que não atendem aos critérios de dedicação concebidos nesses círculos acabam por ser vistas como claro empecilho ao reconhecimento feminino na instituição.

Em relação a supostas desvantagens existentes para as mulheres na profissão, pouco mais de 20% dos policiais masculinos afirmaram acreditar que elas existam, enquanto o percentual entre as mulheres ficou em torno dos 40%. A maior parte das mulheres não apontou a dupla jornada ou a restrição de algumas unidades para o público masculino como

uma possível desvantagem feminina na corporação. Os dados, desse modo, explicam a aparente falta de interesse das mulheres em ocupar espaços como o da Rota que, segundo a totalidade dos entrevistados, têm na doutrina e na história da unidade a razão desse impedimento ao emprego de mulheres nas ações ostensivas. Não apenas a compreensão de que se trata de uma unidade que exige dos seus membros maior dedicação e atributos como força e coragem, mas a possibilidade de não serem bem aceitas ou mesmo discriminadas constituiriam fatores desencorajadores para aquelas que desejam buscar inserção nesses contextos. São vistas como raras as policiais que estariam dispostas a suportar pressões como as vividas pela tenente Patrícia, que precisou, durante meses, ter que lidar com a indiferença dos colegas de unidade até ser aceita em umas das unidade do Batalhão de Choque:

Quando eu cheguei tinha três policiais femininas aqui, três tenentes, chegou a quarta. Aí quando eu cheguei todo mundo: “o quê que vai fazer mais uma tenente aqui? Mais uma mulher aqui pra quê?” Então gerou aquela [tensão]. Então eu entrava no refeitório ninguém entrava comigo. Se eu entrasse aqui na copinha todo mundo saía. (...) então foi bem difícil. Até a tenente que estava aqui na época, que saiu e que hoje é a minha melhor amiga ela ficava meio assim de falar comigo na frente dos outros, porque sofria aquela pressão do grupo [pra não falar].

Frente a essa reação, que está longe de ser isolada segundo os depoimentos, ficou mais compreensível o relato da soldado Rosângela, uma das primeiras mulheres a trabalhar no Batalhão de Choque na Pmesp e que me disse, mesmo sendo atualmente uma das poucas policiais lotadas no trabalho administrativo da Rota, não acreditar que ela ou outra policial pudesse ser empregada no atendimento de ocorrências no 1º Batalhão: “eu não peço, porque não vão deixar”. Rosângela, nascida em São Paulo e mãe de quatro filhas, destacou, na conversa que tivemos, sua realização como policial e dos momentos difíceis que enfrentou na profissão, particularmente sobre a distância constante das filhas, o momento em que o cão que trabalhava com ela foi ferido numa manifestação e, sobretudo, a morte do marido, também policial, assassinado quando realizava serviço de segurança privada. Para Rosângela, o momento mais difícil em sua carreira, vista como diferente de tantas outras profissões em razão de exigências que permaneceriam, mesmo diante da maternidade:

A nossa vida é uma loucura. Quando as minhas amigas falam que a gente é uma pessoa diferente em relação ao cotidiano, sim, nós não temos aquela vida assim normal, né? Pegamos escala a qualquer hora, então assim às vezes a gente não vê os filhos durante um bom tempo. Eu tinha feito uma escolta, que eu tinha acabado de voltar de licença maternidade, e ficamos dois dias viajando pro interior entregando os presos. Então foram das que não eu vi a minha bebê. E aí eu tava amamentando ainda, então ela ficou desesperada, eu fiquei desesperada, é assim a nossa vida. Eu não posso falar que é [fácil].

A ideia de proteção reservada às mulheres e que aparece nos discursos dos homens e também de muitas mulheres relaciona-se a uma perspectiva de manter os espaços mais relacionados diretamente com o trabalho policial, ou seja, que tratam das abordagens de rua, que concentram as ocorrências e as possibilidades de confronto com os criminosos, para os policiais masculinos, apontados como mais interessados por esse tipo de atividade. São as mulheres por sua vez que se mostram mais atentas aos efeitos do trabalho ostensivo sobre a própria subjetividade, revelando assim a necessidade de desenvolver recursos para não se deixar envolver pelos dramas com os quais possam se deparar, sendo o vestir a “máscara” para o trabalho de rua um recurso considerado necessário para quem naturalmente estaria inclinada a empregar afeto diante de diferentes dramas e agir, portanto, com maior sensibilidade. A major Denise disse sempre recordar da escola de formação, onde uma das instrutoras costumava falar: “Oh, quando vocês tiverem que chorar, vocês choram em casa no travesseiro”. Ela destaca que esse ensinamento ficou ainda mais claro quando precisou comunicar a uma senhora a morte das suas duas filhas, atropeladas momentos antes por um ônibus desgovernado que avançou sobre o ponto onde estavam as crianças, que voltavam de uma festinha de bairro com presentes de natal:

A minha viatura foi chamar a mãe e falar assim: “Olha, as suas duas filhas morreram”. Não é uma missão fácil, né? Quando você vai dar essa notícia, eu tive o cuidado: “eu só vou dar essa notícia quando o médico estiver presente”. Eu sabia que ela ia desmaiar. “Foi um acidente e suas filhas estão mortas”. É claro que ela desmaiou na hora. Então é uma situação difícil quando você vê. Já viu uma pessoa desfigurada num acidente de trânsito? Com a língua pra fora, tudo pra fora? “Ah, eu vou olhar aquilo e vou desmaiar”. Eu não posso desmaiar. Então você vê a cabeça tá de um lado, a perna de outro, então vamos chamar...chama esse, chama aquele, chama o IML. Depois você fala: “ai, meu Deus, nossa!” Mas primeiro você tem que trabalhar. Então a sensibilidade você perde um pouco, não que você fique insensível, mas você termina um pouco [...] (Denise, Major, 46 anos, 28 anos de serviço).

Os depoimentos apresentam, curiosamente, o feminino como direcionado tanto a uma perspectiva humanizadora das relações, a um exercício profissional rigoroso e atento aos regulamentos, quanto norteado ao questionamento do ordenamento militar, principalmente a partir de uma inclinação natural para o diálogo, para uma atuação mais cuidadosa. As mulheres, ao mesmo tempo em que seriam vistas como pragmáticas no desempenho da profissão, observando protocolos e se pautando por uma atuação atenta aos mínimos detalhes, seriam apontadas como inclinadas ao questionamento de ordens e de protocolos de trabalho identificados como pouco ortodoxos.

Na concepção de parte importante dos entrevistados, a versatilidade na condução de abordagens e no atendimento de ocorrências seria necessária para o alcance de bons resultados numa atividade que exigiria não apenas técnica, mas tirocínio, o “faro policial”, na maior parte das vezes presente antes mesmo do ingresso na corporação. Um elemento considerado nato na maioria dos homens e raro entre as mulheres, que, em grande parte, apesar do grande compromisso com o trabalho, tenderiam a um tipo de observação irrestrita de protocolos, o que seria percebido como fator a comprometer a agilidade no atendimento das ocorrências e na sua resolução. Elas tenderiam a falhar ao darem o mesmo tipo de atenção a todas as ocorrências, ou a exigirem “desnecessariamente” regras de comportamento e educação que tornariam o trabalho policial menos prático e objetivo, como salientam a sargento Carmem e a Major Denise:

O homem, quando ele vai dar uma ordem pra outro homem, ele não pensa duas vezes. Ele fala da maneira que saiu, pronto. Agora, pra uma mulher, dependendo de como ele fala, se gritando, ele se impõe ou se bate na mesa, qualquer coisa, não na função agressiva, mas de uma maneira mais masculinizada, dependendo de como a mulher esteja, ela já vê aquilo lá como se fosse uma agressão, já se sente ameaçada, já se sente sensível, e não foi [uma agressão]. Às vezes é por ser mulher mesmo, a maneira, o tom de voz. (Carmem, Sargento, 33 anos, 14 anos de serviço).

O homem é muito prático, a mulher já não é prática. A mulher, eu acho que as vezes a mulher, o emocional dela acaba vou dizer atrapalhando, acaba interferindo mesmo. Você não vê o homem trazer problemas pessoais para o quartel, é raro, mas você vê a trazendo sim para o trabalho. Como eu falei, o homem é mais prático, a mulher o lado emocional é muito mais forte. Então o homem trabalha bem, às vezes a mulher leva [problema] para o trabalho. [Diz:] “O chefe está de cara feia comigo hoje”. Você não vê o homem falar isso. A

mulher eu acho que ela é mais sensível, [age com] delicadeza, digamos de trato, [algo] natural. (Denise, Major, 46 anos, 28 anos de serviço).

Na visão predominante, o público feminino na polícia seria mais exigente, mais atento às normas, percebidas como necessárias para pautar o trabalho policial, porém, vistas por vezes, por alguns estratos da Polícia, como elementos desnecessários a inviabilizar o atendimento das ocorrências. Ou seja, se observados irrestritamente, os regulamentos comprometeriam a atuação da polícia, sobretudo num contexto no qual os criminosos teriam cada vez mais “garantias”, enquanto a polícia estaria injustamente sendo mais vigiada e por isso com menores condições de agir. Tal preocupação com o cumprimento estrito e rigoroso das normas faria da experiência de trabalho nas ruas uma experiência bastante estressante, uma vez que estaria marcada tanto pela disposição de superar expectativas em torno de uma suposta fragilidade emocional e menor competência no uso da força, quanto de atender com excelência as ocorrências, conforme orientam os protocolos formais de trabalho. A escolha pelo serviço interno, seara que corresponderia mais “oportunamente” as especificidades do gênero, seria, portanto, uma possibilidade de em certa medida “relaxar” da constante vigilância masculina e dos seguidos testes de competência apresentados no trabalho de rua.

Por essa razão, cientes dos testes de competência e das dificuldades em conciliar as responsabilidades profissionais e a vida familiar, algumas policiais jovens disseram ter ciência de que a chegada do casamento e, sobretudo, dos filhos, representaria um período de redução na capacidade de doarem-se ao trabalho operacional, razão pela qual entendiam ser necessário investir com afinco na carreira nos primeiros anos como forma de compensação. Essa estratégia é bastante semelhante a um dos recursos mais utilizados pelas mulheres no Exército português e citado por Helena Carreiras e que consiste (1997, p. 73): “[...] a opção por uma ‘carreira a duas velocidades’, ou seja, uma grande disponibilidade anterior à maternidade seguida pelo desejo de uma actividade mais calma e sedentária”. Estratégias como essa buscam em geral garantir às mulheres avanços que se tornam mais difíceis de obter a partir do casamento e dos filhos, quanto o de resguardá-las de críticas e testes de competências, ainda mais comuns no início da carreira e que são causa de grande

estresse entre o público feminino, juntamente com outros aspectos da profissão e da vida pessoal, como destacaram Paloma Oliveira e Marúcia Bardagi (2010) com base em pesquisa realizada com policiais militares em Santa Maria, Rio Grande do Sul, e que apontou maior severidade nos sintomas de estresse entre as policiais femininas, inclusive entre aquelas que apresentaram grande comprometimento com a carreira. Esse quadro seria um efeito não apenas da dupla jornada, mas do esforço constante para o alcance de reconhecimento, bem como a necessidade de introjetar valores do universo masculino como via de reconhecimento entre os pares.

Esses aspectos citados são muito presentes tanto nas representações de policiais quanto nas produções no cinema, na televisão e na literatura encarregadas de retratar o trabalho policial. Especialmente em filmes e em séries policiais, a discricionariedade e as limitações impostas pelo regulamento expressam não apenas os conflitos existentes entre os agentes policiais, a Justiça e a “realidade das ruas”, mas uma percepção corrente de que o idealismo e o compromisso do policial com o “combate” ao crime estão acima dos regulamentos, inclusive das determinações dos superiores hierárquicos. Neste sentido, são as mulheres policiais as que costumam ser retratadas como envoltas nesse conflito, assim como os policiais novatos, ainda que com menor frequência, como expressa uma das cenas do prestigiado filme do diretor Paul Haggis, “Crash: no limite” (2005), ao revelar a difícil decisão de um jovem policial em comunicar as atitudes racistas de seu companheiro de trabalho. São o tempo e a complexidade do trabalho os elementos evocados pelos policiais mais antigos para “alertar” o policial novato das armadilhas de uma atividade na qual todos estariam sujeitos a erros e acertos.

Sem grande experiência nas ruas, apresentadas como *lócus* da verdadeira formação policial, as mulheres são confrontadas com a necessidade de repensar protocolos, dobrar-se ao imperativo de um saber policial que supera as orientações previstas nos manuais. Em séries de TV como “*The Mentalist*”, “*CSI*”, “*Castle*”, entre outros, são elas que precisam muitas vezes reconhecer que a técnica aprendida e a determinação excessiva sem “sorte” ou “*feeling*” são estéreis para o trabalho da polícia. Não por acaso, as policiais representadas nessas séries, ainda que comprometidas seriamente com a atividade, figuram como coadjuvantes de personagens masculinas sem ligação direta com o trabalho policial, mas

que se mostram decisivas para a resolução dos crimes investigados. As técnicas aprendidas pelas policiais, sua dedicação, vista como extrema na medida em que são apresentadas sem filhos nem companheiros, é ultrapassado por um tipo de saber apresentado em alguns momentos como puramente masculino e espontâneo. Ou seja, mesmo que se entreguem à exaustão ao trabalho de elucidar crimes, o detalhe imprescindível aparece como um *insight* natural dos homens, mesmo sem experiência direta no campo ou de uma colega policial mais “descolada”, que aprendeu os códigos chancelados no universo masculino, dentre eles o de como “arrancar” dados de suspeitos, estabelecer parcerias extra-oficiais com informantes ou circular sem grandes riscos em bairros perigosos. Nas produções que envolvem as policiais abnegadas e seus colaboradores civis ou mesmo policiais afetos a métodos menos ortodoxos, ao exercício constante e questionável da discricionariedade, o envolvimento afetivo entre homens e mulheres é bastante explorado, como na permanente tensão sexual entre as personagens principais na série policial *Moonlighting*²⁵⁸. Um aspecto, que como destacarei mais adiante, aparece como o resultado “natural” numa atividade que exigiria mais dedicação dos seus membros.

No que se refere à percepção bastante comum entre os policiais a respeito das crescentes restrições impostas ao trabalho policial, principalmente pelo Judiciário, pela imprensa e por entidades de defesa dos direitos humanos, estas funcionariam como obstáculo ao enfrentamento ao crime e representariam por isso uma espécie de atestado da conivência das autoridades com as ações de grupos criminosos. Segundo essa lógica, alguns partidos políticos, sobretudo de esquerda, atuariam contra o sistema de segurança a partir do apoio, inclusive através de instituições internacionais, aos “bandidos” ao defender-lhes de penas mais severas e das ações policiais. Segundo essa percepção, a defesa dos criminosos estaria fundamentada tanto na leniência das autoridades judiciárias quanto de alguns partidos políticos, que atuariam na defesa de penas mais brandas, identificadas como a razão da maior impunidade e do crescimento das ações criminosas no país. Diante desse

²⁵⁸ A série “Moonlighting”, que fez grande sucesso no Brasil, recebeu no país o nome de “A Gata e o Rato”, A produção norte-americana inspirada no filme “His Girl Friday” foi exibida na rede ABC entre os anos de 1985 e 1989. Criada por Glenn Gordon Caron, a história estava focada nos casos investigados por uma dupla de detetives, sócios da agência Blue Moon, interpretados por Cybill Sheperd e Bruce Willis, envolvidos na solução de mistérios e numa constante tensão sexual. Fonte: <http://www.tvsinopse.kinghost.net/g/gatarato1.htm>, página consultada em 30/04/2014.

cenário, muitos policiais entendem que o trabalho policial seria duplamente prejudicado: haveria hoje maior controle do trabalho policial e uma maior liberdade para criminosos, sustentada não apenas no controle dos policiais quanto a ações mais “firmes” contra o crime, mas na existência de uma legislação e de um sistema de justiça criminal conivente com as ações criminosas.

Tendo em vista esses aspectos, sobressaem nos discursos elementos bastante interessantes para pensar a identidade policial militar e que dizem respeito mais diretamente à maneira como os policiais paulistas se relacionam com a alteridade no campo da segurança pública. Além do criminoso ou “bandido” outros personagens se mostram fundamentais para explicar a identidade policial, ou seja, a imprensa e “outros policiais”, particularmente os policiais civis, com os quais concorreriam diretamente no campo da segurança pública. Se o “bandido” atua a partir de uma relação de oposição, como personagem a ser enfrentado ou “combatido” na luta entre o “bem”, representada pela sociedade e os bons policiais, e o “mal”, personificada nos criminosos e nos seus sustentáculos, inclusive ideológicos (partidos políticos, jornalistas e intelectuais de esquerda), a imprensa e os policiais civis, os “outros externos”, atuam como espelhos nesse processo de construção identitária.

As relações entre policiais militares, imprensa e policiais civis estão longe de constituírem relações pacíficas. A principal razão para a existência de conflitos entre os policiais militares e esses outros segmentos está possivelmente na relação de concorrência que se estabelece entre eles tanto na condução das ações policiais quanto na formulação de versões e políticas no campo da segurança pública. Está em jogo a luta pela supremacia num campo bastante disputado e no qual os policiais militares, como “melhor” conhecedores da dinâmica das ruas, buscam destacar a validade de suas ações quanto ser reconhecida por isso. Como foi possível identificar, os policiais se debatem com a imprensa numa relação contínua de atração e repulsa. Ao reconhecer a importância dos órgãos de imprensa para o estabelecimento de uma imagem apresentada como “correta” sobre a atividade policial, a corporação busca espaços de divulgação ao mesmo tempo em que rechaça coberturas “equivocadas” que teriam como propósito macular e desacreditar a profissão.

A relação de dubiedade estabelecida com os órgãos de imprensa, expressa com muita clareza as demandas da instituição, que não apenas se debate com representações sobre a polícia diversas da que formula, mas que reconhece ser a imprensa uma importante aliada na difusão das versões sobre o trabalho policial que considera mais justas e importantes. Uma compreensão que implica tanto questionar o trabalho da mídia quanto em aproximar-se dela para subsidiá-la com informações estratégicas sobre operações policiais. Os programas policiais, que cresceram expressivamente no país nas últimas décadas, contam por vezes com informações privilegiadas repassadas pelos órgãos de segurança, a exemplo de dados sobre operações desenvolvidas, detalhes sobre prisões e inquéritos²⁵⁹. Recordo que ainda no início da pesquisa, em 2011, o Comandante de um batalhão da capital adiou a entrevista que me concederia em razão de uma ocorrência daquela mesma tarde e sobre a qual ele falaria no programa do Datena²⁶⁰.

Programas como o Brasil Urgente e Cidade Alerta, apresentados, respectivamente, pelos jornalistas Datena e Marcelo Rezende, concentram-se na cobertura de ocorrências policiais, representando um segmento em evidente crescimento no país nos últimos anos. Os programas, de modo geral, acompanham a rotina de trabalho das polícias, conferindo ênfase a perseguições policiais, atendimentos, abordagens e desfechos de investigações criminais. O tipo de abordagem oferecida por esses programas, conforme pode ser constatado, tende a oferecer aos espectadores um contraponto às críticas dirigidas ao trabalho policial, visto que exploraria o cotidiano do país, sobretudo das grandes cidades, destacando os esforços das Polícias para prender “bandidos” e criminosos, a despeito da existência de leis brandas que explicariam a impunidade. Os programas também costumam evidenciar, ainda que de forma sutil, a concorrência existente entre as polícias Militar e Civil, presente na apresentação de acusados e na apreensão de drogas e produtos roubados ou considerados ilegais.

²⁵⁹ Sobre o caso Peseghini, a presidente da Associação dos Peritos Criminais de SP, Maria do Rosário Mathias Serafim, expressaria surpresa em entrevista concedida no Programa do Jô, na Rede Globo, sobre a divulgação de fotos periciais no programa do Datena, antes mesmo da conclusão do laudo pericial. Fonte: <http://globo.com/rede-globo/programa-do-jo/v/maria-do-rosario-mathias-serafim-e-a-presidente-da-associacao-dos-peritos-criminais-de-sp/2769444/>, página consultada em 01/05/2014.

²⁶⁰ Na época, o apresentador José Luiz Datena estava à frente do programa “Brasil Urgente”, na Rede Bandeirantes de Televisão.

A relação de concorrência entre as Polícia Civil e Militar consiste em um aspecto bastante presente nas falas dos policiais entrevistados na pesquisa. Ao serem questionados sobre possíveis diferenças na forma como a sociedade encararia o trabalho policial, os entrevistados afirmaram que, no estado de São Paulo, a Polícia Militar gozaria de maior confiança da população quando comparada com a instituição com a Polícia Civil, cuja imagem estaria associada mais fortemente a escândalos de corrupção e envolvimento com o crime organizado, sobretudo ao tráfico de drogas. Além disso, pela diferença na formação profissional, na estrutura das instituições e nos interesses que levariam os indivíduos a optar pelas respectivas polícias, os policiais militares afirmam que a rigorosidade dos treinamentos, a formação militar e o seu idealismo contribuiriam para tornar a PM uma corporação mais organizada e respeitada, uma vez que seus integrantes se doariam com maior compromisso e seriedade ao trabalho em comparação com os policiais civis. Do mesmo modo, o fato de a Polícia Militar ser uma polícia fardada, responsável constitucionalmente pelo policiamento ostensivo, facilitaria a sua identificação, sendo este considerado um fator importante para aproximá-la do conjunto da população que, no cotidiano, recorreria mais facilmente às policias militares femininos, sobretudo no caso de busca de informações.

A presença feminina, como evidenciado nos capítulos anteriores, serve, segundo os policiais ouvidos, como importante recurso para atenuar a imagem negativa da corporação, humanizando as relações internas ao mesmo em que favorece em alguns setores, quando oportuno, os traços autoritários do trabalho policial a partir de uma percepção geral que apresenta as mulheres como “reguladoras” da tropa. A observação criteriosa dos protocolos de trabalho é algo, por exemplo, percebido como mais diretamente associado às mulheres policiais, tanto na visão dos policiais masculinos quanto femininos. Para algumas delas, a presença feminina elevaria o trabalho da instituição, sendo percebido pela população como garantia de maior legalidade das ações desenvolvidas. O resultado seria mais confiança da população na polícia, segundo a Sargento Mércia, que cita as abordagens no trânsito como exemplo. Para a policial, é comum que a pessoa ao se aproximar de um bloqueio policial as pessoas fiquem preocupadas, principalmente quando veem apenas homens trabalhando. Por

outro, para ela, essa tensão diminuiria bastante ao ser notada a presença de mulheres no trabalho de abordagem. Segundo ela,

[...] se você encontra ali 3, 4, 5 mulheres, você já de uma certa forma já tem um alívio. [Você pensa]: ‘elas vão me revistar, quer dizer, eu não vou correr um risco ali de alguém se expor, né?’. [na percepção de quem vê as policiais femininas] Não vai ter do...do nome do Estado alguém utilizar da farda pra me obrigar a alguma coisa ou para querer abusar, né, em todos os sentidos de alguém.

A presença das mulheres é vista como sinônimo de maior credibilidade, com exceção de uma parcela que em absoluto não gosta da PM. Para esse segmento, o gênero não atuaria como fator capaz de atenuar uma percepção negativa sobre o trabalho policial. Pelo contrário, incentivaria o avanço sobre a polícia daqueles orientados pelo desejo de agir violentamente e enfraquecer a instituição. Assim, segundo essa concepção, por não serem respeitadas pelos “bandidos”, as mulheres deveriam ser mantidas distantes das unidades e situações nas quais são mais frequentes os embates. Por não serem respeitadas, elas deveriam ser protegidas e direcionadas para atividades nas quais sua presença cumpriria as expectativas dos papéis destinados às agentes femininas. Ou seja, no interior da instituição, humanizando as relações e se responsabilizando por tarefas que liberariam os homens para o enfrentamento nas ruas, e externamente naquelas que propagariam oportunamente o avanço da polícia, a exemplo de solenidades, entrevistas e ações de policiamento em escolas e no trânsito. No plano interno, as mulheres poderiam ainda ser mais de perto vigiadas, sondadas mais frequentemente quanto à influência que poderiam exercer sobre a cultura policial e em certa medida sobre os regulamentos em virtude da sua “maior” capacidade comunicativa, da disposição presente em conhecer e propagar segredos, comportamentos percebidos como sinônimo de risco. Um entendimento que pode ser bem representado pela fala de uma personagem do conto “Caderninho de nomes”, do escritor Rubem Fonseca (2004, p. 781): “as mulheres são curiosas, como sabemos, e essas coisas clandestinas sempre são descobertas por elas. Azar de quem não sabe disso”.

Figura 45



**Alunas-oficiais da Academia Militar do Barro Branco durante solenidade de formatura
Fonte: Pesquisa de Campos (dezembro de 2012)**

Além disso, lotadas no interior das unidades, o trabalho na corporação não representaria possíveis desajustes familiares, em geral apontados como causa principal para o aumento da criminalidade e da delinquência entre os jovens. Percebe-se nos depoimentos que a dedicação extrema dos homens à corporação é vista como natural e esperada, de modo que a sua participação em operações ou treinamentos que sigam por dias ou até semanas sem poder ir até em casa ou maiores contatos com a família não causa estranhamento, sendo citado em diversos momentos como motivo para explicar o “melhor” ajustamento do público masculino à dinâmica das unidades operacionais na Polícia Militar.

A entrega às exigências da profissão por parte das mulheres, por outro lado, é algo concebido como possível, mas improvável diante das “responsabilidades” com a família e especialmente com os filhos, somados a limitações de ordem física que reduziriam as chances de elas terminarem com êxito os estágios de formação e treinamentos. O emprego sem grandes reservas do tempo à instituição, com a entrega de folgas, o sacrifício do direito a férias em favor de algumas “missões” é apontado como algo mais comum aos homens,

que podem aparentemente sem maiores sofrimentos, para eles e para a própria família, manterem-se por maior tempo distante do lar. Embora tenham apresentado como algo “normal”, alguns depoimentos deixaram transparecer as marcas dessas escolhas nas experiências de policiais masculinos, que não raramente viveriam seguidas experiências de fim de casamento, em razão na maior parte das vezes tanto de companheira não “compreender” a necessidade de seguidas ausências por conta do trabalho, seja na corporação ou entre a corporação e os chamados “bicos”, ou o simples esvaziamento da relação provocada pela distância. Neste sentido, o sargento Tarcísio apontou o trabalho como razão para estar na época da entrevista que realizei com ele no terceiro casamento. Ao todo, o sargento tinha seis filhos de duas uniões, uma marca não incomum e que expressa o processo de diversificação das estruturas familiares com a emergência de novas configurações, como as famílias recompostas (JACQUET e COSTA, 2004). Os conflitos por conta do trabalho não eram raros com a nova esposa. Disse-me na ocasião que o distanciamento “forçado” das ruas, pelo menos no trabalho na PM – resultante do protocolo interno que retira por um tempo o policial envolvido nos chamados “autos de resistência” e submete-o a acompanhamento psicológico até o retorno para o trabalho de policiamento ostensivo – estava sendo positivo, principalmente para segundo ele fazer “baixar a adrenalina” até poder voltar à atividade.

Assim, o envolvimento afetivo entre homens e mulheres na corporação, que por muito tempo constituiu um tabu, foi aos poucos flexibilizado, sendo visto atualmente como uma possibilidade “natural” diante das especificidades da profissão, que exigiria maior compromisso dos seus membros com escalas difíceis de trabalho, bem como do convívio entre policiais masculinos e femininos. Não apenas a proximidade entre policiais durante o trabalho favoreceria a formação de famílias, mas a expectativa, baseadas em muitas experiências, de que um colega de profissão venha a compreender com maior tranquilidade a natureza das escalas de trabalho e, a partir disso, possa realizar ajustes com vistas ao gerenciamento da casa e cuidado com os filhos.

Embora o casamento²⁶¹ no interior da instituição não sofra na atualidade impedimentos como no passado, quando homens e mulheres não podiam nem sequer se aproximar durante o serviço para conversar e trocar impressões sobre o serviço, a união entre os seus membros, quando envolve círculos hierárquicos distintos, ainda está longe de ser bem acolhido. A noção de “família” comum nos discursos dos policiais faz referência muito mais à convivência e ao compromisso de proteção mútua entre membros de uma categoria que sofreria críticas constantes da sociedade, que ao sentido literal baseado nos casamentos e na tendência à reprodução interna, presente em diferentes gerações de policiais.

As resistências existentes em relação a casamentos, em grande parte veladas, encontrariam justificativa na formatação própria ao mundo militar. Estruturado a partir de círculos hierárquicos e do constante apelo à disciplina, o contexto militar tenderia a enxergar as relações amorosas entre oficiais e praças como dotadas de um risco potencial de comprometer esses mesmos valores ao favorecer o que é concebido como “promiscuidade” entre os círculos, ou seja, o abalo nas fronteiras entre esses segmentos. O relacionamento amoroso entre oficiais e praças seria encarado ainda, segundo os entrevistados, de diferentes formas, a depender do gênero e do posto ou patente dos envolvidos. Conforme explicaram, se no interior dos círculos hierárquicos o casamento não sofreria críticas atualmente, ao envolver membros de círculos diversos ele seria mal visto e até mesmo desaconselhado, uma vez que tenderia a enfraquecer a autoridade de um segmento sobre o outro, levando em algumas situações um membro da base a adentrar a espaços destinados somente a oficiais. O casamento, por exemplo, entre um oficial e uma policial pertencente ao segmento das praças, apesar de não desejado, tende a ser encarado como algo mais tolerável, na medida em que o homem permaneceria numa posição de comando e superioridade financeira que garantiria a estabilidade do lar; já o inverso,

²⁶¹ Embora não sejam inexistentes uniões entre pessoas do mesmo sexo no interior da Polícia Militar, os policiais ouvidos citaram apenas os relacionamentos heterossexuais quando instados a falar sobre envolvimento afetivo entre policiais. Se os relacionamentos heterossexuais ainda sofrem resistências, maiores ainda são os que envolvem pessoas do mesmo sexo, na medida em que estes indicariam, conforme o imaginário policial militar, um tipo de ameaça às imagens construídas para os policiais masculinos e femininos. A homossexualidade masculina e feminina representaria, respectivamente, um abalo à ideia de virilidade e feminilidade esperada desses agentes.

tenderia a sofrer maiores críticas em razão de uma mulher vir a ocupar uma posição maior, de modo que a relação seria mais facilmente questionada por seus pares. Uma diferença de poder, grosso modo, nem sempre “compreendida” pelo companheiro e apontada como razão de possíveis desentendimentos do casal, assim como de constantes referências, muitas vezes irônicas, sobre a reprodução da hierarquia no lar, com a mulher estabelecendo ordens para o marido. Haveria ainda a percepção de que o casamento entre segmentos distintos representaria um arranjo malsucedido para os que ocupam uma posição de superioridade hierárquica e que teriam, em tese, maiores oportunidades, senão de ascensão social, mas de preservação em um padrão médio, como sugerem ocupar os oficiais.

Neste sentido, a fala da Capitã Suely, com quase 30 anos de serviço na Pmesp, mostrou-se bastante esclarecedora dessa perspectiva interna e que faz com que policiais desde os centros de formação sejam alertados sobre os “riscos” de envolvimento com pessoas de condição social inferior. Uma tendência presente, segundo ela, entre os policiais mais jovens, que passariam mais facilmente, ao trabalhar distante de casa, a se envolver com jovens de áreas periféricas. Para estas, os policiais, por sua vez, representariam, se não bons consortes, “oportunidades” de aferir pensão, num contexto marcado restritas oportunidades de sustento e mobilidade social. Segundo a oficial, a relação de policiais com mulheres em posição social inferior deixaria de representar “parceria”, sendo uma relação de dependência que não prosperaria em virtude não apenas de diferenças econômicas, de classe, mas principalmente de ordem cultural. A Capitã deu como exemplo a novela que naquele momento estava no ar e que contava, entre outros dramas, a história de um oficial do Exército que durante as ações de pacificação de uma comunidade no Rio de Janeiro se envolveu afetivamente com uma jovem do local e já mãe de um filho²⁶². Uma história bastante comum e que segundo ela era um tema recorrente em suas aulas para antigos e novos policiais, além de outras ações do próprio Comando no sentido de orientar a tropa:

E tem um capitão que eu tenho vontade de bater nele, que se envolveu com uma menina que mora lá na favela, né? Aí você vê a diferença cultural. Você acha que não existe aqui? Existe. Então assim, eu tenho exemplo de colegas da minha

²⁶² A telenovela, escrita por Glória Perez, foi exibida entre outubro de 2012 e maio de 2013 na faixa das 21h pela Rede Globo. Além do romance entre o militar e a jovem moradora do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, a novela abordou temas como a devoção a São Jorge e o tráfico internacional de pessoas.

turma que foram trabalhar no litoral. [...] tem lá muita favela, né? Então, ou lá é um lado bom ou lado um lado ruim. O que acontece, agente quando tem uma tropa, agente tem muita preleção. Vê aquilo que pega mais. Foi publicação em boletins, algumas notas e tal, e às vezes até você orienta em termos pessoais a sua tropa. A gente tem uma incidência muito grande na Polícia Militar de gente que paga pensão. [...] O homem não acredita, né? Então muita gente paga pensão. Muitas vezes você tem uma tropa masculina, que nem eu dou aula para a maioria homens. Já maduros. Então eu falo de dependência, de ajudar a família e tal. E quando você pega uma tropa jovem você vai falar no antes, né? “Gente, olhem, prestem atenção, as coisas acontecem assim. Vocês tem que cuidar da vida de vocês. O que vocês fazem hoje vai refletir no mínimo até 22 anos depois que a criança nascer, é a realidade, né?”.

Desse modo, os policiais costumam ter em vista a importância de apostarem em processos de distinção social, nos termos de Pierre Bourdieu (2012), sendo o casamento um recurso que visa garantir senão a ascensão social, ao menos a permanência dos policiais nos estratos sociais médios. Há uma perspectiva muito comum segundo a qual, conscientes de terem como objeto de maior contato a população mais pobre, é importante para os policiais buscarem formas de diferenciação, motivo pelo qual as festas, solenidades de formatura e a configuração da identidade, sobretudo dos oficiais, concentrem-se em apontar a tradição e grandes nomes que integraram a corporação. Para as mulheres, como destaquei anteriormente, é bastante presente a preocupação em apresentá-las a partir de um padrão profissional típico de classe média. Possivelmente por esse motivo, a união com homens de condição social e hierárquica inferior seja motivo de vigilância e reiteradas críticas. São as mulheres aquelas que no interior da corporação ocupariam o papel de aconselhar e ouvir os policiais em seus dramas. Diz a mesma oficial: “eu já tive época de ser mãe de um pelotão, né? Você senta e fala: ‘filho, qual é o teu problema?’ [...] então às vezes você não precisa ser nada, você precisa ser um par de ouvidos, ele não tem com quem falar”.

No que se refere ao casamento entre policiais femininos e cidadãos civis, as mulheres com as quais conversei durante a pesquisa assinalaram como condição fundamental para o sucesso da relação o esposo admirar o trabalho feminino na atividade policial, revelando-se compreensivo em relação às exigências e especificidades da profissão, particularmente das escalas de serviço e os comentários nem sempre elogiosos de conhecidos. Na visão de uma dessas policiais, seriam homens seguros de si, pois mais que compreender o trabalho da companheira, eles enxergariam na profissão, assim como na

condição de “marido de uma policial”, razão de orgulho, sobretudo quando são comuns os questionamentos e brincadeiras em torno da relação de um homem com uma mulher investida de autoridade policial. A dificuldade de encontrar homens com esse perfil numa sociedade ainda bastante machista explicaria a aposta de muitas policiais em relacionamentos na própria corporação, uma forma de estabelecer parcerias e fugir dos ciúmes de homens que não compreenderiam tão facilmente a natureza da profissão, que exigiria frequentemente o sacrifício de folgas e férias em família, por exemplo. A Sargento Alessandra contou como precisou impor o desejo de permanecer na polícia, frente à insegurança do companheiro quando ainda eram namorados:

Eu tive problemas com o meu marido. Eu tive problemas com ele no namoro, ele pediu para escolher entre ele e a polícia. Porque ele saía com os amigos e os amigos dele ficavam falando: ‘É, sua mulher na viatura com os caras, não sei o quê, de dia e de noite, né?’ Aí ele veio brigar comigo, ele pediu para eu escolher [entre] ele e a polícia. Aí eu terminei o namoro. Eu falei: ‘Olha, a polícia é meu trabalho, um trabalho que eu gosto, que eu amo, você pode estar casado comigo, você não pode’. Foi assim que eu falei pra ele: ‘Você acha que eu to tendo alguma coisa com os policiais, então eu não sou polícia, sou prostituta, então é melhor realmente a gente terminar esse namoro, porque se você acha isso de mim’. Aí a ficha [dele] caiu, né? Caiu a ficha e ele percebeu o que tava falando. Aí ele me pediu pra voltar e me pediu em casamento (risos) e já fazem 16 anos que a gente tá casado.

Apontada como “missão”, uma espécie de “sacerdócio”, a carreira policial seria marcada pela necessidade de constante superação pessoal e abnegação de outras escolhas. Na visão das policiais femininas, os chamados “testes de competência” seriam ainda mais comuns em relação a elas, especialmente quando concentrado no trabalho nas ruas, um território onde os valores masculinos como força, virilidade e coragem imperariam. No trabalho ostensivo, as mulheres precisariam provar desde os primeiros instantes a capacidade de trabalho e rigor no cumprimento de atividades. A necessidade de uso da força, de dedicação extrema ao trabalho, além de adesão a protocolos controversos de trabalho que exigiriam lealdade extrema aos preceitos internos, sustentados pelo compromisso com o segredo, explicariam, por exemplo, não admitir mulheres no policiamento ostensivo da Rota, apontado como a tropa de elite policial paulista, “a menina dos olhos do governador”. Compromisso que não necessariamente viria a assegurar a

integração plena das mulheres nessas unidades, como revelou a Capitão Suely sobre uma das experiências que teve na carreira, hoje, segundo ela, mais permeável à presença feminina:

Eu já tive chefe que ele virou pra mim e falou assim: '[Suely], eu vim falar uma coisa pra você: você trabalha muito bem, eu não tenho do que reclamar. Você não me traz problemas, as coisas que você me traz estão mastigadas, eu não tenho do que reclamar. Mas eu tenho uma confissão a fazer: eu não gosto de trabalhar com mulher' (risos). Aí eu falei assim: 'Ô, mas isso é um problema do senhor', [isso sorrindo] entendeu? 'Eu vou fazer o quê? Me comunique'. [ele disse:] 'mas eu não tenho motivo para lhe comunicar [informar o cometimento de falta disciplinar]. Eu só acho que o ambiente é masculino. Você não cabe nesse ambiente masculino'. E eu era uma das únicas mulheres, né? [ele falou ainda:] 'Eu não tenho do que reclamar do seu serviço, mas eu não gosto de trabalhar com o feminino, né?'

Estes seriam alguns dos principais aspectos que mais diretamente ajudariam a moldar as experiências de trabalho do público feminino na instituição, assinalando assim as expectativas quanto ao presente e futuro das mulheres no campo policial militar, como destacarei a seguir.

4.5 As mulheres e as perspectivas na polícia

No que se refere à atuação feminina na polícia, algumas das perguntas procuraram explorar não apenas as representações a respeito das atuais condições vividas na atividade, de como conciliam a profissão com projetos pessoais, lidam com as expressões de preconceito e outras limitações, mas sobre as expectativas que policiais masculinos e femininos têm sobre o futuro das mulheres no campo policial militar.

As perguntas apresentadas procuraram compreender desde a percepção existente em relação ao efetivo feminino, questionando a sua adequação ou não para os objetivos reservados à Polícia Militar; a existência de perspectivas quanto à expansão da presença feminina em unidades operacionais e a posições de destaque no Comando da corporação, bem como a existência de possíveis tendências ao estímulo no meio familiar do ingresso feminino, com a indicação dos critérios que deveriam, em tese, nortear a experiência dessas futuras policiais na corporação.

Destacam-se entre os resultados o fato cerca de 25% dos policiais julgarem suficiente o efetivo feminino atual na polícia. Esse percentual, quando consideradas as respostas apenas das mulheres, sobe para 50%, indicando que as policiais entendem ser adequado o número de policiais a considerar o seu maior emprego nas atividades administrativas. Para aqueles que julgaram o efetivo insuficiente, ao serem questionados sobre qual deveria ser o percentual ideal, informaram que o efetivo deveria representar a metade do efetivo total da instituição, dado principalmente à necessidade de empregar mais mulheres no policiamento ostensivo, onde as ocorrências têm revelado o crescente envolvimento feminino em atividades criminosas. Segundo esse entendimento, representado por cerca de 30% dos entrevistados, a presença de mais policiais femininos nas equipes de policiamento ostensivo permitiria a otimização das abordagens, sem necessidade de encaminhamento de suspeitas para postos policiais ou a longa espera até que uma policial seja destinada ao local da ocorrência para realização de busca pessoal. Do total, 13% afirmaram que não deveria haver limite no efetivo feminino, de modo que os interesses da própria sociedade pudessem regular a composição do efetivo, enquanto os 32% restantes afirmaram que o percentual ideal de mulheres na corporação deveria ficar entre 20 e 35%.

A respeito da presença feminina, um dos questionamentos apresentados aos policiais procurava saber se eles percebiam maior interesse das mulheres pela atividade policial de rua nos últimos anos. A pergunta visou identificar e analisar a percepção a respeito de como não apenas as mulheres lidariam com as demandas por segurança, mas como isso repercutiria na compreensão das policiais sobre o seu próprio trabalho na instituição e também no interesse de outras mulheres pela atividade. De acordo com a maioria das respostas, a percepção comum é a de que tem sido cada vez maior o interesse feminino pela polícia, inclusive pelo trabalho de policiamento ostensivo, uma seara tradicionalmente masculina, embora as mulheres continuem escolhendo e sendo encaminhadas em grande parte para os setores administrativos da corporação.

A despeito de não estarem na Rota e de a Polícia Militar definir um papel mais interno às mulheres, de modo a explorar aquelas que seriam as características inerentes ao feminino como capacidade de organização, de comunicação, delicadeza, cuidado,

sensibilidade, entre outros, as policiais que buscariam realização e reconhecimento no trabalho ostensivo teriam que corresponder a expectativas do campo, o que implicaria negar esses valores e aderir a protocolos valorizados pelo público masculino. Não é de se estranhar, portanto, que a maior parte das policiais, principalmente daquelas que já trabalharam por maior tempo nas ruas, afirmaram preferir trabalhar com colegas do sexo masculino, ao mesmo tempo em que se mostraram indiferentes quanto à importância de ver uma mulher ascender ao Comando da corporação. Se, por exemplo, apenas 20% dos policiais masculinos disseram se sentir mais protegidos durante o serviço na companhia de outro policial, entre as oficiais esse percentual chegou a quase 90%; bastante diferente, portanto, da resposta mais comum das policiais praças, onde apenas uma afirmou que preferia trabalhar com um policial masculino. Um depoimento bastante emblemático dessa preferência pelo trabalho masculino foi apresentado pela Tenente Carla:

[prefiro trabalhar com homem] por que eu sei que se eu estiver numa situação de risco eu sei que o homem, com a capacidade dele, vai fazer de tudo para me tirar daquela situação. [...] se eu for olhar aqui, do que eu acho, eu teria que defender a mulher e falar: “Ah, não, é tudo igual”, mas não é verdade. Assim no íntimo mesmo não é. Eu pelo menos me sinto mais [segura], melhor trabalhando com homem. Eu até brinquei, falei assim, depois que eu vim pra cá: “Eu descobri que é horrível trabalhar com mulher!”. Eu trabalhava com mulher, mas aqui como só tem homem eu falava: “Ah, aqui é muito mais fácil”. Você fala as coisas [...] e eles não ficam com picuinha. Mulher não, mulher fala que não gosta e fica com birrinha e fica com cara fechada, fica com cara de...ela olha pro pessoal com a cara fechada. O homem, não. O homem ele sabe que tem que te cumprimentar. Ele é profissional e cumprimenta e acabou. Age naturalmente, não tem. Eu falei, eu até brinquei [com uma policial], ela trabalha aqui também. Eu falei pra ela: “Oh, muito melhor trabalhar com homem do que com mulher (risos)”. (Carla, Tenente, 27 anos, 06 anos de serviço).

Em relação à possibilidade de uma mulher vir a ocupar o maior cargo na instituição, o rigor excessivo ao qual às mulheres se entregariam na realização de atividades foi um fator apontado por tornar o comando feminino indesejado para alguns homens e mulheres. A explicação mais comum manteria relação com um princípio expresso na frase célebre da então Primeiro-Ministro britânica, Margareth Thatcher: “Na política, se você quer que algo seja falado, peça a um homem. Se quer que algo seja feito, peça a uma mulher”. Ou seja, as mulheres tenderiam a encarar com extremo rigor as expectativas e responsabilidades da função, o que poderia sobrecarregar os subordinados e restringir os recursos femininos,

como confidenciou uma das policiais, ao ser questionada sobre se haveria alguma vantagem em ser mulher na polícia. Para essa policial, uma mulher no Comando conheceria as dificuldades enfrentadas por outras mulheres e por ter superado essas mesmas dificuldades tenderia a ser mostrar insensível a alguns dramas. O Comando masculino seria mais desejável porque de modo geral ele seria mais sensível às demandas femininas e da maior parte do efetivo, composto por homens. De acordo com essa mesma policial: “as mulheres de alguma forma sabem [usar o charme sobre os homens]. As mulheres usam de artimanha, não todas. Mulher tem motivos para conseguir as coisas: joga filhos, marido, casa. A mulher é privilegiada quanto a isso, eu acho”. Apenas na visão dos homens, as mulheres procurariam, uma vez no Comando da corporação, favorecer as demandas femininas. Já grande parte das mulheres não demonstrou enxergar nas eventuais responsabilidades com a casa e com os filhos uma desvantagem para si mesmas. Possivelmente, a razão para essa postura, que é de uma parte bastante expressiva das policiais, está relacionada à compreensão de que para as mulheres que trabalham internamente na instituição, as desvantagens domésticas são compensadas pela vantagem de não estar nas ruas.

Ao atender aos constantes testes de competência, a assunção feminina ao Comando Geral representaria o risco iminente de a instituição se tornar “muito autoritária”. Além disso, por não serem “práticas”, as mulheres poderiam supervalorizar os interesses femininos num contexto majoritariamente masculino ou colocar as suas emoções em primeiro plano, o que poderia atrapalhar o trabalho. Ao contrário dos homens, as mulheres não seriam práticas, estariam inclinadas a trazer para o quartel os problemas pessoais, a questionar determinações, a se melindrar com questionamentos ou críticas dos superiores, algo apontado como incomum entre os policiais masculinos. Segundo metade dos policiais masculinos ouvidos, bem como metade das oficiais femininas, as mulheres provocariam mudanças importantes nas relações internas, promovendo sua maior humanização.

Contudo, se no interior do quartel a presença feminina foi responsável por humanizar as relações, “perfumar” os ambientes e até reformular o vocabulário dos colegas masculinos, impelidos a ter maior vigilância com atitudes que possam vir a magoar as colegas de farda, nas ações externas, as cobranças femininas representariam um cerceamento injusto, uma limitação à desejada liberdade dos policiais em estabelecer

códigos de interação próprios, mais condizentes com o universo masculino como brincadeiras, vistas muitas vezes como agressivas pelo público feminino, mas que constituem significantes reconhecidos de sua sociabilidade.

Neste sentido, as representações sobre como as mulheres operam internamente a identidade policial feminina e, sobretudo, lidam com as demandas em torno da segurança da população e particularmente sobre seu papel nesse empreendimento, tornam as considerações da antropóloga Ruth Cardoso bastante esclarecedoras. Como destacou Ruth Cardoso (2011, p. 393), a compreensão do feminino como diretamente ligado à docilidade e à abnegação, além de ser tomado por ambiguidade, representaria sério risco, sendo um espaço aberto para a violência:

As mulheres são também um elo dessa cadeia e reagem, frequentemente utilizando suas conhecidas fraquezas como força e transformando-se em verdadeiras tiranas. Essa é a principal razão pela qual é preciso discutir o que há de violência em nosso cotidiano, de parte a parte, e propor uma nova forma de convivência entre os sexos.

Não por acaso, alguns policiais, no sentido de minimizar o que poderia ser apontado como preconceito contra as mulheres na caserna, destacaram uma tendência, para eles comum, de as mulheres se vitimizarem frente às exigências da profissão, recorrendo a pedidos de transferência para os setores internos sob o argumento de que não conseguiram atuar com segurança nas ruas. A definição do feminino como mais ajustável ao serviço interno colaboraria para reificar as percepções que apresentam tanto o trabalho interno como espaço de proteção, quanto o da rua como um campo baseado no uso da violência e por isso próprio aos homens e a poucas mulheres que atenderiam ao chamado para fazer valer os valores do mundo masculino. Embora o trabalho policial esteja estruturado em ações ordinárias como capacidade de comunicação, de gerenciar pequenos conflitos, de atuar no direcionamento de grupos de necessitados para órgãos de controle e assistência, assim como na mediação de pequenas desavenças entre vizinhos e no contato com grupos socialmente marginalizados, entre outros, essas atividades acabam sendo, juntamente com o passado violento das instituições policiais (BITTNER, 2003; BAYLEY, 2006), algumas das razões a explicar a sua imagem social ruim, comumente desprovida do heroísmo

perseguido por uma parcela importante dos seus membros. Conforme assinalou Terry Eagleton (2013, p. 119): “O herói precisa ser representativo do conjunto da humanidade, mas, ao mesmo tempo, deve estar acima de seus semelhantes. Seu sofrimento deve ser expiatório, consciente, em vez de cego, e ser aceito como necessário tanto por ele quanto por nós”.

Nessa perspectiva, que visa, entre outros objetivos, proteger as mulheres ao direcioná-las ao atendimento de ocorrências específicas, assim como a atuar na organização e operacionalização dos setores internos, as mulheres conformam uma imagem que busca dissociá-las da violência nas ruas, reservando-lhes a missão de humanizar as relações internas e de, a partir de alguns setores, estabelecer um tipo particular de comunicação com o público externo sem, contudo, alterar profundamente os protocolos de atuação policial. Há, como percebi nos discursos e eventos, alvos específicos e limites a ação “humanizadora” das mulheres na corporação, limites em relação aos quais os policiais evidenciam ter consciência, uma vez que reconhecem que as mulheres podem reproduzir práticas machistas e preconceituosas no atendimento de ocorrências com vítimas mulheres, assim como policiais masculinos podem, contrariamente, expressar maior atenção e cuidado com grupos que em tese seriam mais bem atendidos por policiais femininos, conforme destaca o estudo de Archobold e Schulz (2012).

Um bom exemplo da propagação dessa imagem orientada ao atendimento mais atencioso de crianças, mulheres e idosos foi o caso, ocorrido em novembro de 2010, de uma garota de 08 anos que havia sido sequestrada pela prima de 14 anos e mantida em cativeiro na Zona Leste de São Paulo. A criança, que sofreu abuso sexual do namorado da adolescente, um homem com mais de 40 anos, conseguiu sair do armário onde era mantida trancada e através de celular deixado no local ligar para serviço de emergência da Polícia Militar. A ligação foi atendida pela soldado Elenice Lousada, que elogiou a inteligência e coragem da garota, que passou informações importantes que levaram a polícia até a casa do sequestrador²⁶³. A ação da policial Elenice, que conseguiu reconhecer, em meio a trotes comuns, que se tratava de uma ocorrência real, foi bastante elogiada pelo Comando e

²⁶³ Fonte: Portal G1 São Paulo, “Menina sequestrada pela prima consegue chamar PM por celular”: : <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/menina-sequestrada-pela-prima-consegue-chamar-pm-por-celular.html>, página consultada em 20/04/2014.

setores externos à polícia. Em maio de 2012, em meio às comemorações pelo aniversário da Polícia Feminina, não por acaso Elenice foi escolhida para dar entrevista na reportagem produzida pela TV Gazeta sobre o Dia da Policial Feminino. Segundo ela, instada a falar sobre a contribuição feminina na corporação:

as mulheres fizeram, sim, uma grande diferença aos olhos das pessoas em relação à Polícia Militar. Muitas mulheres ligam querendo falar com as policiais femininas. Determinados assuntos, assim, porque elas se sentem de repente envergonhadas de falar com os homens e a gente consegue lidar assim muito bem com elas.

Essa tendência à demarcação de papéis baseada em estereótipos de gênero está presente, como destaquei nos capítulos anteriores, desde os primeiros momentos da Polícia Feminina, sendo reatualizada em diferentes fases ao longo da história da Polícia Militar. Embora o trabalho feminino tenha se diversificado ao longo dos anos, aproximando-se das esferas de competência antes restritas aos policiais masculinos, sendo este um argumento recorrente entre homens e mulheres na polícia para apresentar o trabalho assistencial da Polícia Feminina como uma fase “superada”, uma realidade das primeiras gerações de policiais femininos, é importante ressaltar que permanece no imaginário e nas ações da Corporação uma divisão centrada naquelas que seriam as especificidades de cada gênero e segundo a qual as mulheres estariam mais inclinadas a desenvolver as funções que demandariam maior organização, cuidado e sensibilidade. Fato que não exclui as representações de alguns policiais que destacam o bom desempenho de policiais masculinos em ocorrências com crianças e na realização de partos, por exemplo, afirmando assim que estas não seriam características exclusivas do gênero feminino, assim como teriam mulheres tão bem preparadas ou mais corajosas que alguns homens. O que se observou, contudo, nos discursos, é que tanto o “policial sensível” às demandas sociais por cuidado e atenção quanto a “policial guerreira” direcionada à pronta resposta aos desafios mais difíceis das ruas seriam personagens raros.

Como destaquei anteriormente, há um zoneamento informal na instituição, com locais, segundo os entrevistados, considerados mais “adequados” ao trabalho de homens e mulheres, conforme seus aspectos físicos, biológicos e psicológicos. Espaços como a Rota,

definidos como de “excelência” e tradicionalmente sustentados num conjunto de práticas relacionadas ao exercício da força e da virilidade, impediriam as mulheres, não apenas pela doutrina, mas por uma “falta de interesse” desse mesmo público e da propensão para “falar demais”, de neles adentrar e serem aceitas. Algo diferente dos postos de comando em batalhões e até mesmo no Comando Geral, onde segundo os entrevistados as mulheres poderiam vir a ocupá-lo em pouco tempo, dado o caráter político da nomeação como cargo de confiança do governador do Estado e por tratar-se de uma função balizada mais diretamente pelos regulamentos e determinações do Estado Maior, formado por outros coronéis, pelo titular da pasta de Segurança e do Governador, o que limitaria iniciativas que pudessem sobrevalorizar as mulheres na corporação. Como campo marcado mais diretamente pelo exercício da política governamental, os entrevistados entendem que as mudanças no país poderiam levar a assunção de uma mulher ao posto, ainda que este não fosse um desejo pleno da tropa.

Neste sentido, perguntei se os policiais acreditavam na existência de um estilo de comandar próprio das mulheres e na possibilidade de existir, quais mudanças eles acreditavam que seriam realizadas na instituição por uma Comandante. Nesse ponto, as respostas se mostraram de modo geral bastante divididas, com exceção das mulheres praças, grupo no qual mais de 70% afirmaram que o Comando, ao ser ocupado por uma mulher, resultaria em mudanças para a instituição. Entre aqueles que disseram não acreditar em mudanças, fizeram questão de destacar que ações voltadas à valorização da tropa não estão necessariamente relacionadas ao “sexo” do policial, ou seja, “não basta ser mulher”, mas à disposição e ao bom senso para conduzir a corporação e para implementar ações num campo que requer conhecimento, disposição e também bastante habilidade política, pois o acesso ao cargo dependeria quase que exclusivamente do desejo do governador e do seu grupo.

Embora tenham destacado traços comuns às mulheres que poderiam repercutir no trabalho, como a maior capacidade de comunicação, perfeccionismo na realização de atividades e sensibilidade para compreender os problemas enfrentados pelos subordinados, grande parte dos policiais destacou que não acredita que esses fatores poderiam representar um estilo específico de comando feminino, visto que o Comandante da instituição naquele

período já estaria desenvolvendo um bom trabalho relacionado à valorização dos policiais, lembrando, segundo um deles, que “por trás da farda existe um pai de família”. Essa concepção, que teria promovido importantes mudanças no trabalho a partir de valores comumente associados ao feminino como maior atenção ao bem-estar dos policiais, aproximação entre superiores e subordinados e ações voltadas ao reconhecimento social da profissão, foi citada como elemento que revigorou o moral da tropa a partir de iniciativas que faziam ver aos policiais que eles não eram, como no passado, “simples número”. De certo modo, o reconhecimento, quando vindo de um Comandante, traz uma aceitação ainda maior, uma vez que não estava associada ao risco de uma rigorosidade extrema, percebida como própria das mulheres no poder, receio presente em muitos dos relatos, como o do Major Fernando, da soldado Helena e da Capitão Vanessa:

Eu já tive por exemplo comandante mulher que ela, de uma fala mansa, nossa...que sensibilidade de pessoa, mas na hora de assinar um documento lá para punir alguém era pesado. [Não perdoa]. Então, eu vejo assim as mulheres tão ou mais rigorosas que o homem. Ela segue estritamente o regulamento. A mulher ela é mais rigorosa no regulamento do que o homem. A gente talvez vê mais humanizador pela tonalidade de voz. Eu fui enganado pela comandante, eu já trabalhei em corregedoria, é diferente, vai da pessoa (risos). (Fernando, Major, 48 anos, 29 anos de serviço).

Muito, muito [mais exigentes]. [...] Uma instituição ser comandada por uma mulher é se tornar muito autoritária, justamente porque tem sempre que provar competência. Mas eu não gostei não [de ser comandada por mulher]. Confesso pra você, eu prefiro ser comanda por homem (risos). [E uma Comandante Geral na polícia?] Deus me livre! (risos). Nada aqui, fica lá! (risos). (Helena, Soldado, 44 anos, 15 anos de serviço).

[...] A mulher, ela é mais burocrática pra tudo, pra tudo [...] Eu entendo que a polícia comandada por uma mulher ela tende a ser mais burocrática, porque a mulher exige mais isso, então até os meus comandados eu exijo tudo documentado, tudo, sabe? Como segue o protocolo. Se for o homem, já não, ele chega e fala de boca. [...] Aí eu não, já faço o documento, tudinho. Então essa é a diferença, a minha tropa já é doutrinada com o meu estilo, entendeu? Eu já [fui comandada por uma mulher] num batalhão que só tinha mulheres no começo. É muito diferente, muito diferente. [o comando] é muito mais rígido, muito rígido. [...] Eu acredito que é porque é característica, desde que a gente nasceu, tá no nosso sangue já [ser exigente], tá enraizado. (Vanessa, Capitão, 36 anos, 19 anos de serviço).

Já no que se refere à pergunta sobre a possibilidade de recomendar a carreira policial para filhas, irmãs ou amigas, a maioria dos entrevistados afirmou que recomendaria a profissão, com destaque para os policiais masculinos pertencentes ao grupo das praças.

Nesse grupo, 80% disseram que indicariam o trabalho na corporação, enquanto nos demais ficou em torno de 60 a 70%. Entre aqueles que afirmaram não desejar ver uma filha, irmã ou amiga ingressando na corporação, os principais argumentos se basearam não apenas no alto risco da profissão, mas na existência de oportunidades melhores em outros setores, com salários mais altos e de maior reconhecimento social, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada. Para uma das policiais ouvidas e que revelou ter desafiado a mãe para ingressar na corporação, a principal razão que apresentou para que não quisesse que eventualmente uma filha ingressasse na polícia seria o de não querer passar pelo mesmo sofrimento que a mãe teria passado quando ela decidiu ingressar na polícia.

Para os policiais que recomendariam a profissão, a primeira observação feita por aqueles situados no quadro das praças é de que se os filhos desejassem entrar na instituição, que o fizessem no quadro de oficiais, não apenas porque este asseguraria melhores salários e poder, mas principalmente por quererem que os filhos experimentassem uma posição profissional superior a deles. Destacou-se ainda o desejo de que o sacrifício feito na trajetória profissional em favor da educação dos filhos fosse de algum modo recompensado ao vê-los transcendendo a esfera à qual permaneceram por razões diversas, a exemplo do tempo empregado nos chamados “bicos”, que representaram importante fator a impedir seu avanço na carreira. Argumentam que, sem tempo para os estudos, percebido como fundamental para aqueles que almejam crescer profissionalmente numa profissão na qual as oportunidades estariam disponíveis para todos, a carreira teria sido comprometida pela necessidade de sustentar a família. Disse um dos policiais ouvidos a respeito: “não tive condições de prestar concurso por quê? Por causa da atividade extra. Porque foi aquele negócio, se eu estudar não tenho tempo para fazer bico, e se eu não fizer bico eu não sustento a família. [prestar concurso interno] é um degrau pra eu crescer mais. Era antes, esse tempo ficou pra traz, porque eu tinha que fazer bico, os horários eram incompatíveis”.

Assim, além de desejarem ver os filhos num segmento mais valorizado profissionalmente, seja dentro ou fora da polícia, esses policiais revelaram, em alguns casos, como a vontade de ingressar na profissão é um aspecto já presente em suas famílias, independente da orientação dada pelos pais, como contou o Sargento Tarcísio, 50 anos de idade e 28 de profissão. Tarcísio, que se definiu como um “vacionado” para o trabalho

policial que encontrou na Rota um espaço de realização profissional, citou com satisfação o desejo da própria filha em ingressar na polícia, tornando-se a primeira mulher piloto de aeronaves do famoso grupamento Águia da Polícia Militar de São Paulo. Além dela, o neto de sete anos já teria sinalizado o interesse de ingressar na corporação, a despeito das resistências “em casa” e que estariam fundadas nas dificuldades que Tarcísio enfrentou ao longo dos anos na polícia:

Falam, falam, a minha [filha diz ter vontade de ingressar na polícia], o neto mais velho tem sete anos. Tanto é que já tem meu número, então ele já fala em polícia. Ele gosta de brincadeira de polícia. Às vezes eu não conduzo para essa [atividade] entendeu? Tipo, vou dar um brinquedo para ele, eu compro um carrinho de corrida ele mesmo fala: “Não, vô, eu quero aqueles de polícia” [risos]. Aí eu vou lá e compro. Quando tem festa [no batalhão da Rota], ele vem aqui, aí tira foto na viatura. Só não incentivo mais, desde que ele goste. Aquela coisa toda, mais se daqui a uma semana ele falar: “Oh, vô, eu quero ser polícia”. Tudo bem, eu vou incentivar, mas eu não induzo assim para esse caminho. É briga em casa na certa, eu não sou policial não é à toa não. É como eu já falei para você, a gente já passou por maus bocados.

Uma posição partilhada pelo Major Heraldo, que destacou, por outro lado, ter sido a grande dedicação ao trabalho um dos motivos para que, apesar do incentivo para que pudessem vir a trilhar o mesmo caminho profissional, eles manifestassem o desejo por outras profissões. Uma maneira de não virem a reproduzir com as suas famílias o distanciamento do pai:

Pelo contrário, é assim, eu até que gostaria [que eles ingressassem]. Não interfiro, do mesmo jeito que não fui interferido. Não interfiro. De vez em quando eu até brinco com eles, dou conselho e tal. É, os dois não gostam, não querem entrar na polícia, não porque não gostam da polícia. Eles vem aqui no quartel, até acham bonito e tal, mas é assim, a gente não tem muitos feriados, muitos finais de ano [com a família]. Muitas coisas que a gente trabalhou muito na multidão e eu não pude acompanhá-los, então eles falam assim: ‘Pai, eu não queria (risos), eu não quero levar essa vida que o senhor leva, não’ (risos). (Heraldo, Major, 45 anos, 27 anos de serviço).

Como outros policiais, o Sargento Tarcísio fez questão de dizer que o desejo da filha em entrar na polícia é espontâneo, não foi resultado, portanto, de nenhuma orientação ou cobrança para que os filhos ou netos venham a seguir a mesma profissão. A escolha pela carreira policial, que segundo ele é algo que “entra no sangue e que nunca mais sai”,

constitui uma experiência inigualável. Em tom confessional ele ressaltou, frente à proximidade da aposentadoria, que será uma despedida difícil, principalmente porque será encerramento de uma convivência plena com colegas numa trajetória que representou o encontro com a sua vocação, algo muito presente nos discursos dos policiais com os quais conversei. Particularmente entre aqueles com maior tempo na polícia, a visualização da aposentadoria é um tema difícil, cercado de lembranças positivas, de doação ao trabalho e também de muitas dúvidas quanto ao futuro sem o contato muitas vezes diário com a farda.

Para Tarcísio, portanto, levar filhos e netos em solenidades nos quartéis, algo muito comum a tantos outros policiais, longe de representar o direcionamento para o universo militar, funcionava como o encontro entre duas esferas carregadas de importantes significados pessoais. Era uma forma de unir mundos, de aplacar a distância movida pela rotina intensa de trabalho dentro e fora da PM e assim favorecer o encontro da família, principalmente dos filhos, com os valores da caserna. Cientes dos supostos efeitos da ausência dos pais para a formação moral dos filhos, oportunizar os encontros atendia o desejo de em certa medida justificar ausências, indicando que estas se dariam por um ideal maior não de compromisso com o sustento do lar, mas com a segurança da sociedade, um engajamento heroico que visava pelo menos alcançar o reconhecimento no interior da família. A família e o trabalho por vezes são apresentados nos discursos como sinônimos, principalmente para aqueles que se autodeclaram como realizados na profissão. O contato de uma esfera com a outra passa a celebrar o encontro entre campos que se autocomplementam num discurso amplo que vê na polícia uma “segunda família”, muitas vezes em relação à qual tendem a reservar mais tempo, embora a primeira figure como o motivo para tamanha dedicação. Como razão de sacrifícios e entregas, família e profissão encontrariam nas solenidades espaços privilegiados para unirem-se. O sentimento de orgulho era o que figurava com maior destaque nas palavras de uma avó que acompanhava visivelmente emocionada a formatura do segundo neto na Academia de Polícia Militar do Barro Branco em 2012.

Compreendendo esse aspecto, perguntei aos meus entrevistados, tanto aqueles casados quanto os solteiros, com ou sem filhos, uma vez considerada a hipótese de terem uma filha, irmã ou amiga interessada em ingressar na instituição, se eles lhes dariam algum

conselho. O propósito da pergunta era o de compreender não apenas como os policiais reagiriam a essa hipótese, mas o de identificar possíveis diferenças na maneira como eles poderiam vir a atuar na experiência de mulheres da própria família na profissão, seja indicando comportamentos ou locais específicos para desenvolver o seu trabalho.

Do total dos entrevistados, a maioria afirmou que daria como conselho a filha de ser honesta e observar com atenção as orientações dos regulamentos. Além de sugerir o ingresso pelo oficialato, alguns disseram que recomendariam o seu próprio local de trabalho como uma possibilidade, visto que tanto conheceriam a unidade quanto já seriam conhecidos por colegas, aspecto que auxiliaria na trajetória das filhas, proporcionando-lhes um espaço mais seguro de trabalho. Os que afirmaram não recomendar a profissão, disseram que na hipótese de a filha, irmã ou amiga vir a insistir, daria como conselho respeitar o regulamento e procurar também se respeitar “como mulher”, preservando-se de situações que poderiam comprometer a sua imagem diante de colegas e superiores. Um depoimento interessante nessa direção foi o da jovem Tenente Carla. Para a oficial, o contexto policial militar exigiria das mulheres, diferente do mundo civil, um cuidado maior com o comportamento, que poderia além de ser mal interpretado, comprometer a sua imagem e a própria carreira. Expressões de afeto ou maior espontaneidade na relação com colegas de trabalho, vistos segundo ela como normais em ambientes civis ganhariam outros sentidos no meio policial, razão pela qual ela entenderia como necessário aconselhar a novas policiais:

Ah, eu acho que assim, é...pra se preservar como mulher, porque eu acho que assim, a mulher pelo fato de...vou dar um exemplo para você aqui bem prático, uma faculdade. Uma faculdade qualquer de formação. A mulher ela age de um jeito: ou ela perde o respeito ou ela é respeitada. [nesse espaço] ela pode ser aberta, comunicativa, conversa com um, abraça, tira foto beijando, né? E aquilo lá pra sociedade civil é normal. Aqui na sociedade militar, que a maioria é homem, se você tirar uma foto dessas, eu e um amigo meu, vamos supor, eu estou aqui no meu ambiente de trabalho. Eu sei que assim, porque eu tenho algumas amigas minhas que são da polícia civil e elas [fazem], é normal agir. Se eu coloco uma foto dessas aqui e alguém vê isso, eu tenho certeza que eu vou ser chamada “disso”, “daquilo”, de “vagabunda”, “tá saindo”, “tá chifrando o namorado dela”, “você acha que ela não tá saindo com esse cara?”, “você acha que se abraça um amigo assim desse jeito?”. Então, assim, aqui no relacionamento social aqui da polícia ainda com relação a essa coisa da mulher é muito [atrasado]. Então eu vou dizer [para essa mulher] esperar um pouquinho. Enquanto a sociedade avançou um pouco nessa igualdade feminina, aqui, como a predominância ainda é do

[público] masculino, ainda tá um degrau pra trás. Então, eu acho que [diria como conselho] pra não se expor. [...] para as pessoas darem o respeito a você, te darem crédito, você tem que ter um pezinho mais prá trás ali sempre, sem tirar brincadeira.

Assim como Carla, outras policiais também reforçaram a necessidade de as mulheres buscarem se preservar no ambiente de trabalho apostando em atitudes firmes, porém discretas, o que implicaria evitar brincadeiras, principalmente de caráter íntimo com colegas do sexo masculino. Uma estratégia que pretende servir como garantia de uma experiência mais tranquila a partir da busca do respeito dos seus pares, compreendida como condição, ainda que indireta, para aqueles que almejam avançar na carreira, na medida em que as promoções dependeriam também de fatores como merecimento, baseado na análise do currículo profissional, assim como a experiência em cargos de comando, e da ficha disciplinar do policial. Estes, diferente do que possa parecer, não dependeriam apenas do próprio policial, mas de seus colegas, uma vez que o não ajustamento aos valores internos seria possível razão de desentendimentos que poderiam comprometer indicações futuras para cargos de maior visibilidade e prestígio.

No que se refere à presença feminina no campo policial, argumentam que as mulheres avançaram expressivamente nos últimos anos e que o preconceito, atualmente bem menor em relação à experiência das primeiras policiais, mantém relação com as estruturas da própria sociedade brasileira, que estaria baseada num grau superior de machismo em comparação com a polícia. Particularmente no caso do público feminino pertencente à esfera do oficialato e das praças que atuam em unidades operacionais, este identificaria nas policiais femininas que não se dedicam à profissão com o mesmo entusiasmo, “recolhendo-se” no trabalho interno, um dos principais entraves para o alcance do respeito no meio policial, ainda bastante centrado em valores masculinos como força, coragem e lealdade.

Embora os valores identificados como femininos sejam, via de regra, importantes nas ações de atendimento e de melhoria da imagem social da corporação, eles estariam por sua vez dissociados do modelo de trabalho policial tradicional, especialmente nas atividades de rua, que continuariam ainda muito focadas na noção de enfrentamento, com a prisão ou morte de criminosos. Por essa razão, uma das diferenças femininas, isto é, a

“menor força”, aparece nos discursos como um déficit que demandaria a constante presença masculina como meio de intimidar criminosos, inclinados a desafiar a ordem policial naquele que seria o seu ponto mais frágil, ou seja, o emprego de mulheres policiais nas ações de rua.

Desse modo, os discursos femininos revelaram ampla satisfação com a recente conquista da unificação dos quadros masculino e feminino, vista como uma clara perspectiva de aumento das oportunidades de ascensão para as mulheres na polícia, assim como tem percebido ganhar corpo, ainda que marcada pela discriminação de um grupo que entende ter chegado muito tempo depois na corporação, outras demandas, a exemplo da possibilidade de aposentadoria especial aos 25 anos, respaldada pelos efeitos da dupla e tripla jornada. É bastante sintomático, por exemplo, que apenas uma policial tenha citado, quando instada a pensar a respeito de possíveis ações que desenvolveria caso viesse a ocupar o Comando Geral da Polícia Militar, a criação de creches para os filhos de policiais. Talvez o resultado de processos que continuam a orientar as mulheres que são mães a apelar para membros da própria família no cuidado com os filhos, partilhado com o esposo militar ou não, bem como a apelar, com grande chance de sucesso, para a compreensão e apoio dos chefes a partir de uma rotina mais regular nos setores internos da corporação. Cientes do princípio hierárquico segundo o qual “antiguidade é posto”, as mulheres tenderiam mais fortemente a se deixar guiar pela gramática masculina seja nos quartéis ou nas ruas, fazendo deles os seus próprios preceitos, sem, contudo, abrir mão de inserir paulatinamente novas demandas, em geral dependentes de transformações sociais mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relacionamento da polícia com a sociedade é recíproco – a sociedade molda o que a polícia é e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode se tornar.

David Bayley (2006, p. 173).

“Corajosas e destemidas”. Com esses adjetivos, um apresentador de televisão anunciou, em julho de 2010, durante a abertura do bloco de encerramento de um popular programa de reportagens no Brasil, a exibição da rotina da soldado Fátima. Segundo o jornalista, a policial era uma das várias mulheres que saíam de casa todos os dias com a difícil missão de “colocar ordem na cidade”²⁶⁴.

Símbolo de tantas outras profissionais, Fátima Pereira de Souza de Lima, de 47 anos na época, era apresentada como a “dona de casa, esposa, mãe de quatro filhos e avó de uma neta” por trás da farda e da séria fisionomia, conhecidos aspectos da identidade policial. Era, sobretudo, indicada como um exemplo de determinação num contexto onde ainda se mostrava incomum pensar a mulher como heroína a enfrentar a dura e perigosa rotina das ruas de uma metrópole como São Paulo.

Guiando uma motocicleta do Comando de Policiamento de Trânsito que teve, segundo a reportagem, de ser adaptada para os seus pouco menos de 1,60 metro de altura, a soldado Fátima, com 22 anos de serviço, aparece diversas vezes durante a reportagem de arma em punho e voz firme no comando de abordagens de suspeitos ao lado de um colega masculino ou sozinha a orientar o fluxo de veículos em um dos vários cruzamentos de intenso trânsito da capital. A rotina da militar começa com a apresentação de sua casa, localizada na periferia da Zona Leste de São Paulo, e de parte de sua família, representada na ocasião por duas filhas pequenas e pelo marido que, segundo ela, assustou-se ao saber de sua decisão, quando já era casada e mãe de duas crianças, de ser policial. O concurso para soldado da Polícia Militar de São Paulo surgiu, assim, como oportunidade de melhorar as condições de vida da família e logo se tornou motivo de realização.

²⁶⁴ Programa Sbt Repórter, “A rotina da polícia de SP”, exibido em 05/07/2010. “Dia-a-dia de uma Policial Militar”. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=gCi0oVzVpog>, página consultada em 30/04/2014.

Durante a entrevista, é Fátima quem faz o café e põe a mesa, enquanto passa manteiga em alguns biscoitos e conversa com a repórter não apenas sobre os desafios da profissão, da realidade de grande parte dos policiais, mas sobre as responsabilidades com o orçamento doméstico, com o pagamento dos financiamentos da casa e do automóvel da família, assim como a respeito dos dramas pessoais enfrentados, a exemplo do acidente de carro que quase vitimou fatalmente o filho. É no instante que sucede a fala de uma das filhas menores, que disse preferir não pensar sobre os riscos enfrentados pela mãe no trabalho, que as imagens mostram Fátima de farda colocando o braçal do Batalhão, o cinto de guarnição para logo após terminar os cuidados com a maquiagem que antecederão a sua entrada no serviço. Diante do espelho no alojamento do batalhão, ela aplica a máscara para cílios, faz retoque na pele e finaliza com lápis o contorno dos lábios de batom vermelho, segurado por mãos que exibem unhas pintadas de rosa. Assim, refere-se a respeito do sentido que para ela tem o fardamento: “Quando eu coloco a farda, apesar de ficar vaidosa, mulher, eu me sinto mais forte, como se eu fosse um homem. Na verdade para mim não tem sexo, homem ou mulher, só soldado Fátima”.

A reportagem sobre a rotina da militar encerra com novas imagens de seu trabalho no trânsito como as ações de fiscalização e abordagem de motoristas suspeitos. Minutos antes, ela havia recebido elogios de colegas de farda, que “atestaram” para a repórter a capacidade da soldado no trabalho de rua. Afirma um dos policiais sobre a compleição física aparentemente frágil de Fátima: “quem olha assim, acha: ‘não tem [capacidade], não vai dar conta’. Muito pelo contrário, ela até ajuda mais que outros companheiros aí”. Atuante no serviço operacional e supostamente bem integrada a essa atividade, ela aparece como a representação de uma “guerreira” inclinada ao desenvolvimento das “batalhas” diárias da profissão e, portanto, bastante próxima do protótipo da policial Billy valorizado nos círculos internos da polícia. Não é sem motivo que ela afirma: “O policial hoje é duas vezes guerreiro. Gente, a gente tem uma guerra urbana. Eu não tenho medo dos meus inimigos”.

O depoimento e a atuação de Fátima remetem imediatamente a outra reportagem sobre uma oficial homônima da mesma corporação. Produzida poucos meses antes por outra emissora de TV aberta, a reportagem noticiava a chegada ao posto máximo da

carreira da oficial Fátima Ramos Dutra, que então trabalhava na cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo. Assim como a soldado Fátima, ela também tinha 22 anos de serviço na Polícia Militar, mas destacava-se no serviço interno da corporação, como subcomandante do 7º Comando de Policiamento do Interior, responsável pelas ações de policiamento ostensivo em uma área que compreendia aproximadamente 80 municípios do interior paulista²⁶⁵.

Diferente da primeira reportagem, o encontro entre a repórter e a policial se deu numa manhã ensolarada em um parque, onde a coronel Fátima afirma manter uma rotina diária de exercícios. Segundo ela, apesar de acordar muito cedo, o prazer da atividade tornou-se uma necessidade. Em trajes esportivos, ela exhibe joias discretas e maquiagem, com destaque para o batom vermelho enquanto faz alongamento ou circula pela pista de caminhada. No trabalho, conversa com policiais na rua, acompanha a apresentação da tropa e fala em seguida da sala do subcomando sobre o principal fator que a teria impulsionado ao longo da carreira e que fez passar por todas as graduações e postos, desde soldado, até chegar ao posto máximo na instituição. Segundo Fátima, tudo poderia ser resumido em “dedicação, gostar muito do que faz”. O exemplo de compromisso da oficial superiora com a profissão ficaria mais claro para os telespectadores a partir das observações da jornalista, que enfatiza aspectos da vida pessoal e familiar da militar: “Aos 45 anos, a coronel Fátima é daquelas mulheres determinadas. Não se casou, não teve filhos, preferiu se doar integralmente à profissão, que é herança de família”. A oficial esclarece que o pai era policial militar e serviu em sua vida e na dos irmãos como importante inspiração para que optasse pela carreira: “nós sempre admiramos muito a profissão dele, a forma dele se conduzir”.

Em seguida, a reportagem destaca a influência do comando da coronel para a composição mais leve do ambiente de trabalho, não somente com o quadro de rosas brancas pendurado em uma das paredes de sua sala e dos *biscuits* de uma policial com uma rosa e de outra que representa uma policial segurando a mão de uma criança, mas através “dos sorrisos de mulher”. No entanto, a repórter alerta: “se preciso for, eles também vão

²⁶⁵ TV TEM, Rede Globo, “Após 22 anos de trabalho, uma policial militar de Sorocaba consegue patente máxima”. Reportagem exibida em 06/03/2010. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=Mbi5nIPdnf0>, página consultada em 30/04/2014.

embora”, destacando que Fátima sabe conciliar delicadeza, sensibilidade e rigor no tratamento dos subordinados. São os colegas masculinos que falam das vantagens de ter mulheres trabalhando no quartel. Um dos oficiais na sala diz que a presença feminina impele os homens a serem mais respeitosos uns com os outros e a serem mais “moderados” nas ações. Segundo uma oficial de patente inferior, a coronel, além de “refinada, leva a imagem da policial militar feminino com a maior classe”.

As rotinas e histórias de vida da soldado e da coronel, abordadas nas reportagens de televisão e aqui resumidamente apresentadas, expressam alguns dos caminhos mais comuns das mulheres na carreira policial militar, onde em geral se mostram conduzidas pelo sentimento materno e pelo cultivo da feminilidade a partir do cuidado com os cabelos, com os gestos e com o uso do batom e outros itens de beleza, conforme evidenciaram os resultados desta pesquisa. Seja como Billy ou policial do serviço interno, as expectativas em relação às mulheres se situam na missão de corresponderem aos constantes testes de competência, de manterem-se femininas, a despeito das diferenças próprias dos círculos hierárquicos existentes e da natureza da atividade e de servirem como importante instrumento nos discursos de modernização institucional, no qual o batom e as unhas cuidadosamente pintadas aparecem como inegáveis “armas”, num trabalho que na rua ou no setor interno, pauta-se pela permanência de uma imagem marcada pelo imperativo da feminilidade.

As diferenças observadas na experiência feminina na Polícia Militar paulista, conforme ficou evidenciado, guardam maior relação com os campos de trabalho, ou seja, administrativo ou operacional, embora, de modo amplo, elas estejam unidas pela premência em torno da manutenção de uma feminilidade e de uma experiência profissional próxima aos segmentos da classe média que atestariam o caráter moderno da corporação. Trabalhando nas ruas ou no serviço interno, as mulheres são orientadas pelo discurso institucional a apagar as marcas do trabalho, sobretudo o peso simbólico da farda através da valorização de uma imagem feminina e materna. Uma imagem que não expresse os efeitos de uma atividade que dialoga com a rotina das ruas e com os segmentos que seriam o objeto privilegiado de sua atuação, e que constituíam uma das principais preocupações em relação à presença de mulheres no trabalho policial antes mesmo da criação da Polícia

Feminina nos anos 1950 e que ainda hoje orientam práticas no interior da polícia, desde os centros de formação.

De modo geral, os preceitos existentes em relação à presença feminina na polícia visam diferenciá-las das mulheres trabalhadoras pobres, orientando-as a reproduzir uma imagem profissional próxima a das mulheres de classe média, cujo trabalho, em tese, pouco representaria prejuízos para um padrão de moralidade centrado na heterossexualidade e nas relações monogâmicas, assim como para os cuidados em torno do relacionamento conjugal e da educação dos filhos. Responsáveis em grande parte pela harmonia dos lares, especialmente pelo cuidado com a família, no trabalho, elas recebem a missão de atuar na humanização da tropa, razão pela qual são comumente apresentadas nos discursos masculinos como filhas, esposas e mães a melhorar a imagem da instituição.

Essa distinção de papéis, centrado em grande parte nos discursos que valorizam diferenças biológicas e morais entre homens e mulheres, mostra-se responsável por definir competências e zonestar a instituição de acordo essas supostas diferenças, apostando, assim, no trabalho operacional e nos setores administrativos, especialmente aqueles relacionados ao contato com o público, como mais ajustados para homens e mulheres, respectivamente. Conforme foi possível compreender, a maior concentração do público feminino no trabalho interno tem por objetivo não apenas explorar aquelas que seriam competências próprias das mulheres como “maior senso de organização”, “sensibilidade”, “capacidade de comunicação”, entre outras, que favoreceriam a constituição de contextos marcados por maior respeito e práticas humanizadoras, mas também para evitar que em contato com as ruas as mulheres “sofram” com o risco de masculinização de suas atitudes, assim como de inversão de sua sexualidade. Tais aspectos deslegitimariam socialmente o emprego feminino na atividade policial, tendo em vista as expectativas reservadas a esse público dentro e fora da corporação.

Neste sentido, as diferenças de gênero, longe de serem minimizadas no campo policial militar, são em grande medida reforçadas com vistas a definir, *a priori*, espaços e atribuições para homens e mulheres, nas quais o trabalho feminino tem um caráter eminentemente complementar no campo da segurança pública. Especialmente no interior

dos quartéis, as mulheres, com sua “sensibilidade”, ajudariam a restaurar as forças e “curar as feridas” dos homens, “naturalmente” inclinados à “guerra”.

As representações de gênero, portanto, orientam, por meio de um forte sentido regulador, o cumprimento de expectativas, de modo que se a feminilidade é percebida como elemento que enfraqueceria a autoridade policial frente aos criminosos, particularmente ao serem empregadas no trabalho desenvolvido pelas unidades especializadas, por vezes a presença feminina é reverenciada como expressão do caráter moderno e democrático dessas instituições, onde supostamente o preconceito em relação às mulheres seria claramente menor em relação ao restante da sociedade. Tais expectativas levariam policiais a viver a experiência de uma “ilusão”, como definiu uma entrevistada ao se referir à festa de formatura da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, especificamente em relação às demandas por distinção social apresentada pelos formandos e suas famílias no tradicional “Baile da Espada” e que mantém especial vínculo com a orientação bastante viva no meio militar de, através dos rituais, manter acesos os valores que unem os seus membros. Segundo destaca Leonardo Sá (2002, p. 121), “a construção da identidade social dos ‘militares estaduais’ passa pela vida ritual de sua corporação. Seus valores e representações estão inscritos em suas práticas rituais, das mais ‘domésticas’ às mais ‘solenes’, das discursivas às não-discursivas”.

No baile, que ocorre um dia após a solenidade de formatura com a substituição do espadim pela espada e na qual os cadetes passam à posição de aspirantes a oficiais, há a apresentação desses militares ao novo círculo do qual passarão a fazer parte. Nessa festa, aspirantes e seus padrinhos dançam ao som de valsas sob os olhares orgulhosos de parentes e amigos, num espaço prestigiado por seus superiores e por autoridades civis. O baile de formatura, conforme tive oportunidade de acompanhar por mais de uma vez, serve como um importante rito a marcar o ingresso no oficialato e o desejo de ascensão social, bastante claro nos protocolos que marcam a sua organização, pensada em geral desde o primeiro ano de ingresso no curso de formação. Era basicamente sobre esse desejo que se referia a minha entrevistada quando definiu a festa, marcada por luxo e por um protocolo extenso de exigências dos participantes e convidados, como uma “ilusão” a ser negada pela realidade

das ruas e também dos quartéis, na complexa missão de enfrentar o crime numa sociedade desigual e violenta como a sociedade brasileira.

No caso das mulheres, como pude acompanhar, o baile surgia ainda como uma promessa, bastante transitória é verdade, de reconhecimento de feminilidade para além das molduras disponíveis no cotidiano policial e de uma participação em iguais termos com os homens. As marcas da diferença feminina, longe de constituírem restrições, eram reverenciadas, uma vez que elas haviam superado, através do esforço pessoal, os mesmos desafios reservados aos homens. Na festa, a beleza e a sensualidade da farda feminina, presente na longa saia com abertura lateral e no uso mais acentuado de maquiagem, era parte de um passaporte conquistado pelas mulheres nas práticas e discursos que transitam entre igualdade e diferença. Se nas ruas a feminilidade é monitorada e, por vezes, limitada quanto ao seu aspecto restritivo da autoridade policial, nos ambientes internos da polícia ela recebe certa autorização para se expressar com maior liberdade e, assim, marcar o que seriam reconhecidas como as diferenças mais claras entre mulheres e homens.

Em relação ao tradicional “Baile da Espada”, tive acesso à festa em duas oportunidades, precisamente nos anos de 2011 e 2012²⁶⁶, como parte do trabalho de campo e que envolveu rápida negociação com o CComSoc e o setor de ensino da academia, localizada no bairro de Santana, zona norte da capital paulista. Durante a realização de entrevistas com alunos da Academia, resolvi solicitar, a partir da sugestão de uma oficial paulista²⁶⁷ com inserção no meio acadêmico, autorização para acompanhar o evento de formatura e o baile, citado por ela como eventos importantes no conjunto de solenidades da corporação. Particularmente no baile, as mulheres viveriam uma experiência única com o uso do tradicional fardamento branco, reservado unicamente aos formandos, e da

²⁶⁶ Acompanhei o baile em duas ocasiões, uma vez que em 2011 não teve nenhum mulher entre os formandos. Já em 2012, a Academia registraria a formatura de 12 oficiais femininos, fato que renderia a capa da revista *O Tuiuti*, produzida pelo Diretório Acadêmico da instituição e que eu receberia de presente na semana da formatura. Sobre a foto da capa da revista, no qual apareciam mulheres de diferentes patentes e lotadas em setores diversos, desde a 1º Tenente Lara Carolina Duarte, do Grupamento Aéreo Águia até a Coronel Rosa de Cássia Suzuki, Comandante da Escola Superior de Soldados e instrutora na Academia, destacava-se a frase: “Mulher, sim, e daí?”.

²⁶⁷ A Oficial me recomendou, na ocasião, a leitura do livro “Os filhos do Estado”, de Leonardo Damasceno de Sá (2002), que trazia em um dos capítulos uma análise dos rituais de formatura de futuros oficiais da Polícia Militar do Ceará. Para maiores detalhes das solenidades de formatura, como declaração do aspirantado, desfile, batismo das espadas, entre outros elementos, bastante semelhantes aos da Polícia Militar de São Paulo, ver: SÁ, 2002.

possibilidade de investir em caprichados penteados, que não raramente recorriam a brilho e arranjos.

O meu acesso ao baile, portanto, deu-se a partir das entrevistas que realizei no ambiente da Academia, onde pude observar as semelhanças com outros centros de formação militares, marcado pela circulação de alunos entre a quadra e outros espaços de treinamento e as salas de aula, assim como troféus de campeonatos, quadro de avisos, fotos de ex-comandantes, personalidades históricas, entre outros. Na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, destacavam-se ao longo do portão de entrada até o prédio principal bustos de personagens da instituição, além de placas, antigas viaturas e outros elementos que remetiam com muita frequência aos principais valores cultuados na caserna e ao caráter tradicional daquele espaço de formação desde a antiga Força Pública. No prédio principal da academia paulista, por exemplo, as colunas que separam as alas do edifício indicavam duas das personalidades mais importantes da história da corporação, ou seja, os generais Miguel Costa e Marcondes Salgado, somadas ao busto, na área externa, de Tobias de Aguiar, considerado o fundador da milícia paulista.

Após realizar as entrevistas e ter acesso a alguns dados solicitados, falei para a oficial responsável por acompanhar o meu trabalho de pesquisa que eu gostaria de assistir a formatura e o baile. O objetivo era conhecer mais de perto os eventos, de modo a compreender como as mulheres apareciam representadas nessas ocasiões. Aberta ao público, a solenidade de formatura, que mobiliza toda a Academia, desde os alunos do primeiro ano até os formandos e seus familiares, além de contar com grande número de autoridades, não seria, segundo ela, um problema, mas o acesso ao baile dependeria da autorização do seu superior e da comissão organizadora da formatura, visto que os ingressos eram limitados e bastante concorridos. Pouco tempo depois eu recebi não apenas autorização para participar do baile, mas ganhei um convite da comissão, que me colocou em uma mesa junto a dois oficiais do quadro da reserva da Pmesp e a um Juiz corregedor da Justiça Militar do estado de São Paulo, o que renderia um episódio bastante rico na pesquisa de campo.

No momento de entrega do convite, eu recebi, também, as instruções sobre a roupa indicada para a ocasião e a respeito da sanção frente a possível descumprimento: os homens

deveriam trajar *smoking* tradicional, com gravata e faixa pretas, sem permissão para retirá-los ao longo do baile, com exceção daqueles que estivessem com colete apropriado; e as mulheres deveriam estar com vestido de festa longo. Roupas em desacordo, segundo a organização, impediriam o acesso do convidado à festa. De posse do convite e observando todas as recomendações, aluguei um *smoking* e me dirigi com mais de uma hora de antecedência para o local da festa, que ocorreu num dos pavilhões de um importante centro de eventos da capital paulista. Conforme observei, todos os convidados seguiram à risca as exigências da organização e, especialmente no ano de 2011, a realização de outra festa de formatura em um pavilhão ao lado me deu a noção do caráter luxuoso do “Baile da Espada”. A festa que ocorria no pavilhão vizinho era dos formandos da tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco.

O baile, conforme pude perceber, seguia um padrão muito semelhante a de outras grandes festas de formatura de classe média, com cerimonial, luxuosa decoração e sofisticado menu, além de *barman's*, telões com fotos dos formandos, banda profissional e DJ. Na decoração, além dos grandes arranjos de flores, efeitos de iluminação e outros elementos, destacavam-se viaturas antigas, que logo se tornaram ponto para fotografias entre os convidados. Na entrada, o grande número de viaturas e de policiais empregados na segurança chamava a atenção, além dos oficiais convidados e dos cadetes, empregados na recepção dos convidados. Destacavam-se os policiais com fardamento de gala ou histórico azul, herança da Missão Francesa, além dos formandos, com fardamento branco.

O fardamento usado pelos formandos, reservado emblematicamente apenas para a formatura e a cerimônia do próprio casamento do militar, destacava esses militares dos demais convidados. As diferenças no fardamento das policiais femininos compreendiam túnica e saia elegante, com uma grande abertura lateral a mostrar até certa altura da perna, sapato de salto alto, também branco, além dos caprichados penteados, alguns com bastante brilho e acessórios. No caso dos novos oficiais, o branco, como símbolo de pureza, servia para em um nível ideal apresentá-los a importantes setores da sociedade, não apenas do meio político, empresarial e também jurídico, bem como para marcar o ingresso numa ordem de distinção no meio policial, ainda que a realidade de trabalho, focada nas atividades de rua durante os primeiros anos, pouco pudesse refletir mudanças objetivas tão

amplas. Era, a meu ver, sobre esse aspecto contraditório da carreira policial e dos desafios reservados aos policiais, que a oficial que me acompanhou se referia ao falar sobre o baile: “aquilo ali não é real”. Ciente da baixa confiança associada à polícia, ela dava a entender que a festa oferecia promessas em demasia, a despeito da necessidade de celebração de uma conquista de um projeto longamente construído por cada aluno. Como símbolo a demarcar o desejo de ascensão social e de maior prestígio, a formatura também sinalizava o início de um contato mais direto, já na condição de profissionais, com a baixa confiança da população e os riscos próprios à atividade policial, como o risco de matar ou de ser morto, e que poderiam ser resumidos nos questionamentos diários que faziam o trabalho ser não apenas o exercício de uma desejada vocação, mas o encontro com a indesejada experiência de estar constantemente “sob o fio da navalha”.

A frase, dita a partir de certa tristeza de quem havia acompanhado muitos sonhos ruírem na profissão, imediatamente trouxe-me recordações em torno de um dos formandos da turma do ano anterior. Feliz com o encerramento do curso, ele era, ao lado de parentes e amigos, um dos mais animados na pista de dança. Revisitando fotos e pequenos vídeos que fiz, acabei por lembrar que o jovem oficial era o mesmo que pouco mais de um mês antes havia se envolvido em uma trágica ocorrência que resultou na morte do servente de pedreiro Paulo Batista do Nascimento. O episódio ganhou repercussão nacional. O vídeo gravado por um morador da localidade e depois exibido em um programa de televisão mostrava Paulo sendo preso e agredido por policiais, na ocasião, comandados pelo jovem tenente. Horas depois o servente de pedreiro apareceu morto com cinco tiros. Toda a equipe envolvida no caso foi presa e aguardava, na ocasião, o julgamento no presídio militar de São Paulo²⁶⁸.

A infeliz experiência do tenente mostrava que, ao mesmo tempo em que o heroísmo é um elemento valorizado na identidade policial, a chance de cometer excessos, de ser questionado nos procedimentos de prisão ou na troca de tiros com criminosos, é algo muito comum nos discursos desses profissionais, que afirmam não apenas ter sua autoridade

²⁶⁸ “PM determina prisão de 5 policiais suspeitos de matar homem em SP – Policiais afirmam que corpo foi encontrado em viela após perseguição. Imagens mostram que rapaz estava vivo ao ser dominado por policiais”. Fonte: Portal G1 São Paulo, 11/11/2012: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/11/pm-determina-prisao-de-5-policiais-suspeitos-de-matar-homem-em-sp.html>, página consultada em 30/04/2014.

diminuída nas últimas décadas, mas o próprio apoio da população e a própria liberdade para atuar, efeitos indesejáveis da democracia, juntamente com o crescimento da criminalidade. Os policiais ouvidos durante esta pesquisa falaram, entre outras demandas, sobre a necessidade de valorizar a profissão, segundo eles, atualmente desacreditada em razão de erros “isolados” de maus profissionais, da má-fé da mídia e da insensibilidade da população, que refletiria a indisposição de alguns setores com o trabalho realizado pela polícia e que não raramente orientava os policiais para o cometimento de atos ilegais, desde que direcionados para indivíduos fora do seu círculo social. Essa realidade reclamaria ainda a reformulação dos protocolos de atuação profissional e um maior estreitamento das relações com a imprensa, na busca pelo “resgate” de uma autoridade perdida.

Assim, a conversa que acompanhei ainda no baile de 2011 entre o coronel da reserva da Pmesp e o juiz militar, meus colegas de mesa, na ocasião, juntamente com as suas respectivas esposas, expressava algumas das representações sociais existentes sobre o difícil trabalho policial e as estratégias consideradas oportunas pelo oficial para recuperar a imagem da instituição. Durante longo tempo ouvi, curioso, a exposição da “teoria” defendida pelo coronel sobre qual seria, em sua opinião, a razão para o descrédito social enfrentado pela PM no país. Fazendo uso de termos da área de defesa militar, o coronel, a despeito do ar enfadado do juiz com o desenrolar do “debate”, recorreu a uma metáfora para sintetizar a sua teoria, baseada na experiência da Alemanha de Hitler. De acordo com o oficial, além dos crimes do nazismo terem sido crimes de toda uma sociedade e não apenas de um ditador e de seus comandados sedentos por poder, muito do que ocorrera em relação à ampliação do governo totalitário de Hitler mantinha relação com as condições impostas à Alemanha após a Primeira Grande Guerra. As severas punições aplicadas à sociedade alemã, responsáveis por arrasar a economia do país, teriam sido, segundo ele, a principal razão para aglutinar a sociedade alemã em torno de um líder doentio que, antes de tudo, conseguiu reunir a nação em torno do projeto de correção de injustiças sofridas durante o último conflito. O caráter desproporcional das penas teria, em sua opinião, contribuído decisivamente para a ascensão daquele projeto totalitário. Desse modo, o coronel salientava, por fim, sobre a importância, ainda que num contexto de guerra, de respeitar direitos e aplicar medidas justas aos derrotados, uma vez que assim como nos

conflitos militares entre países, a aplicação de tratamento desumano no interior das sociedades apenas incitaria o inimigo a lutar sem restrições como uma forma de defesa e também de vingança.

Apesar de sustentado no imaginário da guerra, elemento bastante presente nos discursos de outros policiais juntamente com outros signos mais condizentes com a natureza do trabalho policial, a fala do coronel pareceu-me emblemática das tensões e demandas que envolvem o papel das polícias militares contemporaneamente e das expectativas associadas a homens e mulheres nessa seara. De forma indireta, além de apontar a responsabilidade do conjunto da sociedade em relação aos erros cometidos pela polícia, era também o reconhecimento de que as ações policiais baseadas no uso arbitrário da violência tinham como consequência a ampliação da violência e o questionamento da legitimidade do trabalho policial, a despeito dos argumentos que ainda hoje sustentam a necessidade de, frente a uma “guerra urbana”, abrir mão em determinadas situações da legalidade e apostar em métodos mais “eficazes” de afirmação da autoridade do Estado.

Neste sentido, ainda baseada na metáfora da guerra, as policiais femininas são apresentadas como portadoras da missão de humanizar relações internas e, sobretudo, de transformar os quartéis em ambientes mais salubres, ainda que estejam elas mesmas imersas numa rotina de intenso trabalho e divididas entre as demandas da vida privada e profissional. No campo externo, a sensibilidade feminina atua a partir de um caráter seletivo de atuação, segundo o qual o tratamento humanizado deve ser direcionado para atores sociais específicos, visto que, se crianças, mulheres e idosos não envolvidos com atividades criminosas atestariam, a partir do contato com o público feminino, a melhoria do trabalho policial, ao estabelecer contato com criminosos, esse mesmo público provocaria a perda de autoridade da corporação em razão de sua menor força e da tendência das mulheres em se basearem estritamente nos protocolos formais de trabalho, que não seriam suficientes para o correto enfrentamento da violência e do crime.

Assim, apesar de expressarem o avanço das mulheres na profissão policial militar, as doze formandas da turma de 2012 da Academia do Barro Branco, com seus fardamentos brancos, de saias longas, penteados elaborados e maquiagem, mostravam-se, apesar dos significativos avanços, inegavelmente ligadas aos preceitos que muitas décadas antes

nortearam as “treze mais corajosas de 1955”, ou seja, o cumprimento de uma missão essencialmente de caráter mais assistencial e complementar ao trabalho desempenhado pelo público masculino na polícia. Para as formandas, a ideia de uma igualdade alcançada a partir da valorização das diferenças, que seria responsável pelo aumento expressivo do efetivo feminino desde os anos 1970, não pode ser vista como um dado absoluto. Com a ascensão conquistada, via cumprimento dos rigores da formação, o feminino que se expressa no baile apresenta diferenças em relação àquele que se expressa no cotidiano da corporação, ainda bastante marcado por assimetrias, nem sempre sutis, que informam sobre competências específicas de homens e mulheres e por isso lhes reserva espaços distintos com diferentes níveis de importância na caserna. Esse, por exemplo, é foco de uma contínua tensão entre os policiais da rua e os internos, que serão, por decisão recente do governo de São Paulo, em grande parte, empregados no policiamento ostensivo a partir da contratação de funcionários civis para substituí-los nessas funções.

O sentido de classe, portanto, fortemente presente na composição da imagem da mulher na polícia, indica por sua vez um desejo dos policiais em alcançar maior reconhecimento social, sobretudo dos segmentos sociais mais altos, de onde seriam mais fortes as críticas ao trabalho da polícia. No baile, com seus elementos de distinção, os policiais buscam afirmar uma identidade profissional respeitada ao apresentarem-se como parte de uma corporação tradicional e ao mesmo tempo moderna que em tese garantiria as mesmas oportunidades para todos os indivíduos, indistintamente.

Os fardamentos no baile e em outras solenidades, a presença de autoridades, a liturgia dos eventos, entre outros aspectos, cumprem o objetivo de situar o grupo de formandos e suas famílias nos segmentos médio e alto da população; diferente, portanto, dos estratos sobre os quais costuma recair com maior violência o trabalho da polícia. Não é sem propósito, portanto, a referência da experiente policial às ilusões que marcam as demandas dos jovens por ser policial, uma profissão que ofertaria o encontro com uma vocação, com oportunidades de crescimento profissional, mas também com um rápido amadurecimento pessoal, resultado tanto do peso de grandes responsabilidades, mas também da convivência direta com a miséria da condição humana. Como aspirantes a heróis/heroínas, estariam diante das chances de glória, mas também de queda e condenação.

A “ilusão” citada seria a marca do desejo do jovem em ascender e da mulher em ocupar uma posição de igualdade em relação aos colegas masculinos na corporação. Do luxuoso baile à convivência direta com a pobreza, com a desigualdade e a morte, os policiais se deparam com as armadilhas do espelho, que ameaça constantemente roubar-lhes a imagem. Segundo Michel Foucault (2013, p. 116):

o espelho, afinal de contas, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície; estou ali onde não estou; uma espécie de sombra que me confere minha própria visibilidade, que me permite olhar-me ali onde sou ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente e tem, no local que eu ocupo, uma espécie de efeito de retorno; é a partir do espelho que me descubro ausente do local onde estou, já que vejo ali. A partir desse olhar, que de certa forma se dirige a mim, do fundo desse espaço virtual do outro lado do vidro, eu retorno a mim e recomeço a dirigir meus olhos a mim mesmo e a me reconstituir ali onde estou.

O espelho, como “lugar sem lugar”, reflete para os policiais a farda e a farda o que pretendem alcançar homens e mulheres na profissão. Nas considerações de Foucault, assim como no conhecido texto de Machado de Assis, intitulado “O espelho”, a farda traz consigo a promessa de recompor a imagem outrora disforme dos indivíduos, sendo também o espaço que oferece um tipo de reconhecimento apaziguador diante da grandeza de um sacrifício heroico em nome de todos, mas nem sempre seguro. O espelho, portanto, é utopia naquilo que ele oferece como potencial redenção e heterotopia no que os sujeitos constroem a partir dos elementos que carregam e do que eles passam a enxergar como reflexo.

Quando se trata da relação entre a polícia e as mulheres, o que elas pretendem ver no espelho? Que imagem se destaca das mulheres policiais aos olhos do mundo? O que elas de fato veem quando diante de si mesmas? A esse respeito, eu havia, diante dos primeiros resultados de pesquisa, conversado com um amigo sobre o fato de as mulheres não estarem em alguns espaços específicos da Polícia, como a Rota, berço tradicional dos maiores heróis da Polícia Militar paulista. Recordo que uma das primeiras observações que ele me fez foi questionar se as mulheres deveriam estar nesses espaços, se elas desejavam se ver nesses lugares ou se a minha pesquisa reproduzia de certo modo uma lógica masculina, também definindo lugares para o público feminino. A minha resposta na ocasião, que é a

mesma de agora, dizia, entre outras coisas, sobre a importância de antes questionar: por que as mulheres não estão nesses espaços? Há um lugar para o feminino? Por quê? Uma pesquisa, como também um discurso sobre a existência, pode negar o seu sentido político?

Percebo que a minha resposta naquele momento guardava muita relação com as observações de Virginia Woolf (2012, p. 18) sobre a experiência das mulheres em velhas e novas profissões. Nestas, de acordo com a escritora, os desafios não terminavam com a possibilidade de ingressar em espaços antes exclusivamente masculinos, mas seguiam com a difícil tarefa para as mulheres de, no desenvolvimento de novos ofícios, afastar velhos fantasmas. Uma prova, segundo Woolf, de que “essa liberdade é só o começo”. Assim, os resultados desta pesquisa, apesar de centrada em grande medida no estudo das representações sobre a presença feminina na polícia, fazem refletir também sobre o papel da polícia e das demandas por segurança, contemporaneamente. Em “sou policial, mas sou mulher”, como ficou evidenciado ao longo desta tese, há a percepção do feminino como elemento restritivo da experiência de ser e estar na polícia, assim como o interesse de parte considerável das policiais de assinalar, frente a uma identidade pensada, *a priori* como essencialmente masculina, a sua contribuição a partir da afirmação das diferenças. O “mas”, como conjunção adversativa, deixa evidenciado o sentido de contraste ou compensação do feminino na profissão.

A frase, portanto, aponta exatamente para esse sentido polissêmico da existência humana e dos desafios e interesses que orientam o lugar das mulheres no campo policial: elas querem ser vistas como profissionais capazes, mas não desejam ao mesmo tempo ver esquecido ou negligenciado o fato de serem mulheres, mães, esposas e irmãs. Numa ordem focada nos preceitos militares, vistos como essencialmente masculinos, elas compreendem que “ser mulher” impõe restrições, pesados testes de competência, discriminação e amarguras. Nessa ciranda, elas seguem lidando com as estruturas, afastando-se da idealização traçada nos primeiros tempos com a Polícia Feminina e apresentando novas formas de ser mulher diante de transformações sociais diversas que informam contradições, incertezas e esperanças.

Destacando-se como mulheres numa ordem que tende a uniformizar comportamentos, elas reclamam um lugar específico, que não apenas seja de

reconhecimento de suas competências e de poder concorrer em muitos termos em igualdade, mas também de reconhecimento de suas singularidades e do valor dessas diferenças para o fazer policial, em sua visão, hoje mais aberto à contribuição feminina. Ao acompanhar nos últimos anos o fim da separação dos quadros masculino e feminino, a chegada das mulheres em setores tradicionais como o 2º Batalhão de Choque, Regimento de Cavalaria, entre outros, as mulheres ouvidas têm a percepção de que avançaram significativamente na profissão, apesar da permanência de alguns entraves. De modo geral, os entrevistados vinculam os preconceitos contra as mulheres na polícia à permanência do machismo no conjunto da sociedade brasileira, da qual a PM não seria uma exceção. Para uma parcela importante, inclusive, o preconceito se mostraria menos grave que no conjunto da sociedade. Além disso, considerando o tempo de existência da polícia e a chegada do público feminino na instituição, as mulheres entendem que avançaram bastante na profissão. Baseada no princípio hierárquico que define a antiguidade como “posto”, elas entendem, em termos amplos, que por terem chegado depois devem se ajustar a um mundo que até pouco tempo era “só deles”.

É em nome dessa coesão interna da estrutura militar, de não ferir a hierarquia e a disciplina que homens e mulheres defendem a divisão de atribuições e espaços conforme o gênero. Por trás dessa decisão há uma forte concepção belicista do trabalho policial que, orientado em geral por uma perspectiva reativa, tende a enxergar antes de tudo inimigos no trabalho de rua e no feminino um forte elemento dissuasório das relações internas na corporação e da própria identidade policial, a despeito da presença feminina servir em vários momentos como sinal dos avanços da instituição. Desse modo, é em nome dessa unicidade, resultado da hierarquia, que indiretamente muitos dos policiais justificam a permanência dessa divisão fundada nas diferenças de gênero. Um processo bastante semelhante ao usado pela corporação, para subordinar as diferenças de classe, como esclarece Heloísa Fernandes (1979, p. 266-7):

a hierarquia é constitutiva das duas determinações – fracionamento e coesão; mas, nelas, seu estatuto é diferencial: na primeira determinação, é seu momento subordinado; na segunda, seu momento principal. Melhor dizendo: se, do ponto de vista da determinação de classe, a hierarquia é forma de manifestação da diferença de classe, do ponto de vista da determinação ideológica ela se

transfigura no seu contrário: é momento de coesão. Assim, a forma de estruturação da categoria militar – a hierarquia – tem dois efeitos mutuamente contraditórios: reprodução da desigualdade/representação da coesão. Sob o efeito da ideologia do Estado, a hierarquia – forma de reprodução da desigualdade – se transmuta no seu oposto: um canal de ascensão individual. A determinação de classe que comanda o fracionamento hierárquico se transfigura no seu contrário: cimento da unicidade.

Por esse motivo, a despeito do papel feminino na reprodução dessa estrutura e de uma identidade policial ainda bastante centrada na tradição, no exercício inconsequente da coragem que encaminha com frequência os policiais para as ações de enfrentamento, que privilegiam o uso da força e que atua como forte fundamento do trabalho da polícia, entendendo não ser possível falar de desempoderamento das mulheres policiais militares, como destacou Laudicéia Oliveira (2012), a partir do estudo da Polícia Militar da Bahia. No caso da Polícia Militar de São Paulo, é possível afirmar, ainda que as policiais tenham, ao longo de sua história na instituição, usado em grande medida parâmetros masculinos de atuação, que elas moldaram diferentes caminhos na seara policial, incorporando novas responsabilidades num contexto, especialmente em se tratando do trabalho nas ruas, ainda bastante refratário à contribuição das mulheres. Um contexto, como foi destacado, que se mantém sob o signo do segredo e da violência.

Como outras instituições sociais no Brasil, a Polícia Militar de São Paulo expressa as contradições presentes no país, dividido entre concepções autoritárias e democráticas, retrógradas e modernas. Um bom exemplo disso está na razão que teria passado a permitir o ingresso feminino no tradicional Regimento de Cavalaria. Segundo alguns entrevistados, o emprego de mulheres na unidade se baseou na experiência desenvolvida no Chile e vem associado no Brasil à realização da Copa do Mundo, quando a imprensa internacional volta a sua atenção para o país. Nas matérias jornalísticas publicadas sobre essa iniciativa recente de permitir o acesso feminino a esse grupamento, muitas das representações sociais existentes no meio policial aparecem, nos diferentes textos, informando sobre as dificuldades a serem enfrentadas nesses espaços, particularmente a respeito do sentido “desproporcional” entre a estrutura física dessas mulheres, a sua suposta menor força e os

rigores da função, que aparece mediada pelos homens, chefes, esposos ou parentes próximos, como é possível perceber no fragmento de texto a seguir²⁶⁹:

Ele [Comandante do Regimento de Cavalaria 09 de Julho] diz que espera completar um pelotão feminino (20 mulheres) até a Copa de 2014. Com 50 kg, Priscila Ulprist, de 29 anos, sentiu dificuldade na hora de erguer a cela de 32 kg nos primeiros dias de instrução. Precisou aprimorar ainda mais a parte física para obter força. “- Pensei em desistir porque cansa, mas é possível”. Das quatro, ela é a única que pode se orgulhar ao dizer que ainda (*sic*) não havia caído do cavalo. Também é uma das mais maquiadas - no entanto, os tons estão sempre dentro das regras da corporação. Mulher de PM e irmã de policiais, Priscila busca a realização de um sonho na Cavalaria. Assim como Ivonete Alves Maciel, de 33 anos. “- Tenho dez anos de rua no centro, mas sempre admirei a Cavalaria. É diferenciada, imponente e prazerosa”. Para Ivonete, o obstáculo maior foi se equilibrar e depois as dores por causa do treino. O marido, também PM, chegou a duvidar e depois virou fã. A filha agora até ajuda a passar pomadas anti-inflamatórias em suas costas.

Desse modo, é possível afirmar que se uma parte das mulheres utiliza a gramática masculina como percurso mais garantido para conseguir o respeito na corporação, reproduzindo comportamentos violentos, por exemplo, enquanto outras preferem apelar para a maternidade ou para estratégias de sedução na busca por melhores espaços de trabalho, isso não quer dizer que estes sejam os únicos caminhos, embora parcela expressiva siga apostando, ora nos discursos de igualdade, ora naqueles que privilegiam as diferenças como a melhor forma de lidar com as demandas daqueles que constituem a maioria na corporação, ou seja, os homens. Tanto um como o outro revelam a pouca disposição das mulheres, ao contrário do público masculino, em reverenciar o passado, razão pela qual a memória da Polícia Feminina e, especialmente de sua primeira Comandante, Hilda Macedo, é pouco presente no ambiente dos quartéis através de fotografias, bustos e/ou monumentos, ao contrário do que acontece com a memória do tenente Alberto Mendes Júnior e do Brigadeiro Tobias de Aguiar, por exemplo. A razão para isso está no fato de grande parte das mulheres não perceber maior vínculo entre o trabalho desenvolvido pelas primeiras turmas de policiais e o que hoje fazem as mulheres

²⁶⁹ “Cavalaria da PM-SP deve ter pelotão feminino até 2014. Criado em 1892, o batalhão passou a empregar mulheres 110 anos depois”. Fonte: Portal R7, publicado em 08/03/2012: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/cavalaria-da-pm-sp-deve-ter-pelotao-feminino-ate-2014-20120308.html>, página consultada em 30/04/2014.

na instituição, assim como do receio bastante presente de, ao reforçar a presença feminina na corporação, conseqüentemente enfraquecer a autoridade policial. Elas entendem que avançaram ao longo do tempo conquistando outros espaços, de modo que o trabalho assistencial parece não ter maior sentido como no passado, além de ser visto como um fator restritivo em relação aos novos lugares alcançados por elas no campo policial.

A memória em torno da antiga Polícia Feminina, assim, aparece para assinalar um começo, mas também uma experiência da qual se veem hoje afastadas, particularmente daquelas que apostam na reformulação de uma imagem da mulher policial como complementar ao trabalho masculino e, por isso, menos preparada para o trabalho na polícia. As mulheres parecem também apostar na força de mudanças silenciosas, fruto do consenso estabelecido com os homens, uma vez que eles ainda seriam percebidos como vozes mais autorizadas para falar sobre o campo policial, um terreno que estaria sob o seu domínio e de algumas poucas mulheres, as chamadas “moscas brancas”.

Ao afirmarem as especificidades da “condição feminina” a partir da maternidade e da disposição reiterada para as ações que requerem maior sensibilidade e poder de comunicação, bem como o seu reconhecimento como profissionais preparadas para os desafios da profissão, as mulheres, longe do que possa parecer, reúnem nesse processo demandas que sabem não ser incompatíveis, ao contrário do que faz crer a cultura policial predominante. Elas parecem determinadas em afirmar o caráter complexo do desejo feminino frente a uma identidade policial que o vê, ora como “frágil” e “maleável”, ora como uma particular ameaça. Diante de um caminho oferecido, requerem múltiplos lugares, resultado tanto de um feminino plural, quanto das dúvidas que assinalam a experiência de se guiar em um campo com fortes traços belicistas, reconhecida marca dos homens na Polícia.

A esse respeito, é possível compreender algumas contradições, como o fato de características consideradas femininas e que seriam bastante ajustadas ao trabalho policial, particularmente em suas ações preventivas, não ter servido para maior ampliação da presença feminina, ainda muito concentrada nos setores internos e em algumas atividades como policiamento escolar e comunitário, em geral, bastante desprestigiadas tanto no meio interno quanto fora da instituição, em comparação com o desenvolvido pelas unidades de

execução especializadas. A distribuição do efetivo feminino segue orientações baseadas em princípios morais e biológicos. Um dos mais comuns se refere ao receio de que a forte determinação que se exige na profissão não interfira e comprometa à sensibilidade que supostamente marca a “natureza feminina”, assim como o seu inverso, ou seja, a percepção de que a sensibilidade das mulheres não possa interferir no respeito e na autoridade relacionados à função policial, compreendida como um exercício dos homens ou de poucas mulheres que incorporaram procedimentos há muito definidos nesses espaços e, portanto, concebidos antes da chegada das mulheres na profissão.

Embora existam múltiplas formas de ser homem e mulher, na Polícia Militar, como destaquei, há formas privilegiadas que se baseiam em geral não apenas na heteronormatividade e no exercício da força e da sensibilidade, respectivamente. Como destaquei, a capacidade de comunicação, chave para o trabalho preventivo da polícia, bem como o maior rigor no cumprimento dos protocolos de trabalho, são vistos, no entanto, como características femininas responsáveis por vulnerabilizar as operações policiais e a unicidade da tropa, razão pela qual a mudança no paradigma de atuação policial no país se mostre um grande desafio. Além disso, o receio em torno da ascensão feminina baseia-se na possibilidade de que ela se revele em autoritarismo e rigor excessivo contra os “de dentro” e o exercício de uma democracia perigosa em relação aos “de fora”. Permanecem em vigor, portanto, representações que enxergam o feminino como ameaça à identidade policial. Desse modo, é possível que o receio em torno do feminino, em certa medida, represente o receio em relação à democracia e à publicização dos segredos da corporação e do fazer policial. Carentes de reconhecimento social, os policiais, contudo, não relacionam maior aproximação com a sociedade e transparência de suas ações como incremento ao respeito da população em relação à polícia, mas o distanciamento e o exercício do poder policial, se necessário for, com o uso da violência, são concebidos como condição para o fortalecimento dessa mesma autoridade.

A noção de respeito entre policiais, portanto, está sustentada na observação de uma gramática específica que define papéis para homens e mulheres e que visa assegurar, por meio de uma clara vigilância moral dos comportamentos, a “tranquilidade” da tropa ao estabelecer, por exemplo, para o público feminino uma etiqueta baseada, principalmente, na

discrição e na reprodução de uma imagem clássica baseada nos cuidados com a aparência. Uma imagem na qual a maquiagem, o exercício da maternidade e o cumprimento de tarefas “condizentes” com a “natureza” do sexo feminino figuram como instrumentos a revelar o feminino, porém sem negar a farda. Por outro lado, para as mulheres dispostas a enveredar pelo campo operacional, a indicação comum é a de que devem se espelhar no comportamento masculino, doando-se firmemente às exigências de sacrifício e lealdade ao grupo, o que implica apostar numa performance diferenciada daquela esperada das mulheres do trabalho interno. Não por acaso falou a Tenente Patrícia sobre as recorrentes admoestações em tom de brincadeira de um colega oficial frente ao seu jeito “delicado” de ser e de tratar os colegas de farda: “Patrícia, seja homem!”. Ou outras que colocam em dúvida, com muita frequência, a capacidade feminina de resolver ocorrências tendo como referência a violência das ruas e a compleição físicas dessas policiais.

Dessa forma, as representações sociais a respeito da presença feminina na Polícia Militar de São Paulo indicam que, frente a processos de uniformização e conseqüente negação das diferenças, há demandas que reclamam ampliação de direitos e reconhecimento por meio de estratégias diversas, numa polissemia engendrada no “sou policial, mas sou mulher”. Nesse processo, as mulheres seguem reclamando novos lugares, forjando estratégias de mudanças, sem desprezar e nem mesmo deixar de contribuir para a permanência de processos de regulação que lhes definem comportamentos e posições compreendidas como mais “adequadas”. Nessa controversa realidade, as policiais perseguem a difícil missão de conquistar espaços sem alterar a ordem, tomando como seus aqueles que são amplamente reconhecidos na sociedade como espaços, por “direito”, dos homens.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Polícia (Revista)
M-056/A
M-056/B
M-056/C
M-056/D
S. 087 A/B

Material Cel. Laudinéa (Polícia Feminina (02 pastas e 04 caixas)
Fundos: “Polícia Feminina”, “Força Pública” e “Polícia Militar”. Arquivo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO. Histórias que nós vivemos: contos de fatos reais. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Seção de Criação e Arte da 5ª EM/PM, São Paulo, 1977.

_____. **Lei Complementar n. 1.142, de 22 de junho de 2011**. Dispõe sobre o efetivo e a organização da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/589653da06ad8e0a83256cfb0050146b/6c20466287a77f99832578c30075ec43?OpenDocument> , acessado em 20/05/2014.

_____. **Lei Complementar n. 960, de 9 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o efetivo e a organização da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá outras providências correlatas. <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/589653da06ad8e0a83256cfb0050146b/a584f42d3ef6ec3003256f8c006c2182?OpenDocument>, acessado em 20/05/2014.

_____. **“Minha mãe é uma policial”**. Concurso Dia das Mães. Promoção: Fundo de Auxílio Mútuo dos Policiais Militares. Solidariedade. Trabalhos Selecionados. São Paulo, 1999.

_____. **Manual do Aluno**: Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública (CTecPol). Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo, 2012.

MULHER, SIM, E DAÍ? In: Revista “**O Tuituti**”. Revista Oficial do Diretório Acadêmico da APMBB. São Paulo, Ano 2012.

Vídeos:

Polícia Militar de São Paulo tem mulheres no comando (TV Globo -06/03/2010):
<http://www.youtube.com/watch?v=sIZbjJUc2xk>

Após 22 anos de trabalho, uma policial militar de Sorocaba consegue patente máxima (Tv TEM – Rede Globo – 06/03/2010): <http://www.youtube.com/watch?v=Mbi5nIPdnf0>

Dia-a-dia de uma Policial Militar (SBT Repórter – 30/07/2010):
<http://www.youtube.com/watch?v=gCi0oVzVpog>

Celso Kamura ensina policiais militares de São Paulo a cuidar do visual (Record Notícias – 16/03/2011): <http://www.youtube.com/watch?v=YtgveikPCr4>

Um dia muito especial para policiais femininas (Jornal da Gazeta – 11/05/2012):
<http://www.youtube.com/watch?v=el5JbMnvaYM>

SPFW - Curso de automaquiagem - Fernando Torquatto e as policiais militares (O boticário – 15/06/2012): <http://www.youtube.com/watch?v=3PA1x2hTvL4>

Mulher e policial militar no Pelotão de Choque (01/08/2012):
http://www.youtube.com/watch?v=c5_TMWo4XKc

Mulher em Foco – Polícia Feminina (TV Assembleia de SC – 08/08/2012):
<http://www.youtube.com/watch?v=2-pPcJa17w8>

BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, Sergio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ (Orgs.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira**. Vol. 4. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS, 2002.

_____. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. [et al.]. **São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

ANDRADE, Eduardo Gonçalves. Futebol, metáfora da vida. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ (Orgs.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AGUIAR, Flávio. Notas sobre o futebol como situação dramática. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2003.

ALBUQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, n. 5, jan./jun., Porto Alegre, 2001.

AMARAL, Célia C. G. do. **Debates de gênero**: a transversalidade do conceito. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

ALCADIPANI, Rafael. Respeito e (des)confiança na Polícia. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Ano 7, 2013.

ARCHBOLD, Carol A. e SCHULZ, Dorothy Moses Research on Women in Policing: A Look at the Past, Present and Future. In: **Sociology Compass** 6/9, 2012, pp. 694–706.

ARÁN, Márcia. **O avesso do avesso**: feminilidade e novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Garamon, 2006.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66**: A História da Polícia que Mata. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BARDIN, Laurence. Análise de discurso. IN: **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. Capa de Edições 70, Lisboa, 1977.

BARREIRA, César (Org.) **Questão de segurança**: políticas governamentais e práticas sociais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

BAUER, Martin W., GASKELL, George e ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. IN: BAUER, Martin W., GASKEL, George. (Editores) **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. tradução de Pedrinho Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAYLEY, David. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. Tradução Ana Luísa Amendôla Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BONELI, Maria da Glória. Perfil Social e de Carreira dos Delegados de Polícia. In: SADEK (Org.). **Delegados de Polícia**. São Paulo: Sumaré, 2003.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2003.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2003.

BRASIL, Glaucéria Mota (Org.). **A face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: EdUECE, 2008.

BRASIL, Glaucéria Mota, ALMEIDA, Rosemary de e ABREU, Domingos. Da unificação do comando da segurança à integração das polícias no Ceará. In: BARREIRA, César (Org.) **Questão de segurança: políticas governamentais e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional/Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013.

BRODEUR, Jean-Paul (org.). **Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BRUSCHINI, Cristina, RICOLDI, Arlene Martinez e MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Deshacer el gênero**. Barcelona: Paidós, 2006.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, pp. 142-150, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (Org.). **Ruth Cardoso**: obra reunida. São Paulo: Mameluco, 2011.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1949.

CANAVÓ FILHO, José e MELO, Edilberto de Oliveira. **Polícia Militar**: asas e glórias de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S/A, 1978.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CARREIRAS, Helena. Família, Maternidade e Profissão Militar. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1997.

CASTRO, Celso e LEINER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. Em campo com os militares. In: CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAVILHA, Juliana. Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In: CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth; BARBOSA, Sérgio Antunes e ANGELO, Ubiratan de Oliveira. **Polícia e gênero e distúrbios civis**: controle e uso da força pela polícia. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001 (Coleção Polícia Amanhã; textos fundamentais de polícia; 4).

CORBIN, Alain. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do corpo**: Da Revolução à Grande Guerra. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Morte em Família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Francisco J. C. **Cabo Josino Viloso**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

_____. **Os desvalidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DHOQUOIS, Régine. O direito do trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX). In: MATOS, Maria Izilda Santos de.; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

DEBERT, Guita Grin. Problemas relativos à utilização de história de vida e história oral. In: DURHSAM, Eunice R. e CARDOSO, Ruth. C. L. (Orgs.) **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Arenas de conflitos éticos nas delegacias especiais de polícia**. Campinas, SP, IFCH/Unicamp, Novembro de 2002.

DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher**. Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

DESLAURIERS, Jean-Pierre e KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean; DEALURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert e PIRES, Álvaro (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. IN: **Cadernos de pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/2002.

EAGLETON, Terry. **Doce violência**: a ideia do trágico. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ELIAS, Norbet. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do corpo**: Da Revolução à Grande Guerra. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A Força Pública do Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**: Volume III- O Brasil Republicano, Tomo 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). Difel, Difusão Editorial S.A., Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Os militares como categoria social**. São Paulo: Global Ed, 1979.

FERREIRA, Leila. **A arte de ser leve**. São Paulo: Globo, 2010.

FIGUEIREDO, Humberto Gouvêa. **A Polícia Militar do Estado de São Paulo e sua Interface com as Redes Sociais na Internet** - Análise Contextual e Perspectivas. CAES, Curso Superior de Polícia – I/2011, São Paulo, 2011.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Rubem. **64 contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. In: **Estudos Avançados** 27 (79), 2013.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇA, Fábio Gomes de. Segurança Pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional. In: **Estudos de Sociologia**, FCL, Unesp, v. 17, n. 33, 2º Semestre de 2012.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. IN: **Cadernos de pesquisa**, v. 32, n. 121, p. 169-186, jan/abr. 2004.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GALENO, Henriqueta. Maria Quitéria de Jesus, heroína brasileira. In: **Revista da Academia Cearense de Letras**. (Conferência realizada na “Casa de Juvenal Galeno” em homenagem ao ilustre General Humberto Castelo Branco e Exma. espôsa, D^a. Argentina Viana Castelo Branco, em maio de 1945), pp. 135-147, 1945.

GARRET, Pat. **Billy the Kid**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GÉLIS, Jacques. O corpo, a Igreja e o sagrado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do corpo: Da Renascença às Luzes**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **Homem não chora. Mulher não ri: 80 ideias para entender melhor sexo, amor e felicidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

_____. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. Gênero e corpo na cultura brasileira. In: **Psic. Clin. Rio de Janeiro**, Vol. 17, N. 2, 65-80, 2005.

GOLDSTEIN, Herman. **Policinando uma sociedade livre**. Tradução de Marcelo Rollemberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean; DEALURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert e PIRES, Álvaro (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HAUTZINGER, Sarah J. **Violence in the City of Women**. Police and batterers in Bahia, Brazil. University of California Press and Berkeley Los Angeles London, 2007.

HEIDENSOHN, Frances e BROWN, Jennifer. **Global Networks and Women In Policing**. Paper delivered at the Second Australasian Conference on Women and Police. Brisbane, July 1999.

HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina O. e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACCOUD, Mylène e MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean; DEALURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert e PIRES, Álvaro (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

JACQUET, Christine e COSTA, Lívia Fialho da. As práticas educativas nas famílias recompostas: notas preliminares. In: **Sociedade e Cultura**, v. 7, N. 2, Jul./Dez. 2004, p. 179-189.

LAZZARINI, Alvaro. A instituição policial paulista. In: **Justitia**, São Paulo, v. 47, n. 130, jul./set., pp. 48-59, 1985.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Notas sobre a Apropriação de uma Etnografia: o caso da Polícia Militar de São Paulo. In: **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LÉON, María Jimena López. Orden paramilitar y violências contra las mujeres. Apuntes de un análisis sociocultural. In: JIMENO, Myriam, MURILLO, Sandra Liliana e MARTÍNEZ, Marco Julián (Orgs.). **Etnografias contemporâneas**: trabalho de campo. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), 2012.

LIMA, Renato Sérgio de e RATTON, José Luiz (Orgs.). **As Ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de. **Entre palavras e números**: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona**: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2011.

MALDONADO, Simone Carneiro (Org.) **Georg Simmel**: sentidos, segredos. Curitiba: Honoris Causa, 2011.

MARRY, Catherine. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico. O exemplo da biologia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina e HIRATA, Helena (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda Santos de.; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. In: **Cadernos Pagu** (20), 2003, p. 7-85.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2003.

MICHELET, Jules. **Joana d'Arc**. São Paulo: Hedra, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Fala galera: juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESHI, Pedrinho A. E Jovchelovitch (Orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOLIÈRE, 1622-1673. **Escola de mulheres**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOREIRA, Rosemeri e WOLFF, Cristina S. A ditadura militar e a face maternal da repressão. **Dossiê gênero, feminismo e ditaduras**, Ano X, n. 21, 2º Semestre, p. 56-65, 2009.

MOREIRA, Rosemeri. **A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil – 1940/1950**. I Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos Teorías y políticas: desde El Segundo Sexo hasta los debates actuales 29 y 30 de Octubre de 2009.

_____. As mulheres migrantes nas estações ferroviárias paulistanas e a Polícia Feminina. In: **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011a.

_____. **Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná (1975-1981)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

_____. **Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011b.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUNIZ, Jaqueline. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. IN: **Security and Defense Studies Review**. Vol. 1, Winter 2001, p. 177-198.

MUSUMECI, Leonarda e SOARES, Barbara Musumeci. Polícia e Gênero: presença feminina nas pm's brasileiras. In: **Boletim Segurança e Cidadania**, CESEC, ano 2, nº 04, abril de 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

NEME, Cristina. **A Instituição Policial na Ordem Democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de e BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. In: **Boletim de Psicologia**, v. LIX, n. 131, p. 153-166, 2010.

OLIVEIRA, Laudicéia Soares de. **'Teto de vidro': relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PASSADOR, Luiz Henrique. "As mulheres são más": pessoa, gênero e doença no sul de Moçambique. In: **Cadernos Pagu**, n. 35, jul./dez., pp. 177-201, 2010.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. IN: www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm, consultada em 19 de setembro de 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **História dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de.; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bazanezi. Mulheres nos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Delegacias Especiais de Polícia em Contexto**: reflexões a partir do caso de Salvador (Bahia). Campinas, SP, IFCH/Unicamp, dezembro de 2002.

PONCIONI, Paula. Políticas públicas para a Educação policial no Brasil: propostas e realizações. In: **Estudos de Sociologia**, FCL, Unesp, v. 17, n. 33, 2º Semestre de 2012.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência**: do conceito às Representações Sociais. Brasília: Verabana Editora, 2010.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. In: **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 12, n. 1, p. 187-200, maio de 2000.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean; DEALURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert e PIRES, Álvaro (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

PRENZLER, Tim e Sinclair, Georgina. The status of women police officers: an international review. **International Journal of Law, Crime and Justice**, v. 41, n. 2, pp. 115-131, 2013.

QUEIROZ, Rachel. Tangerine-Girl. In: MORICONI, Ítalo (Org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra**. São Paulo: Laurousse do Brasil, 2009.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Ficção Completa em Dois Volumes. Volume II. Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://stoa.usp.br/carloshgn/files/1/20292/GrandeSertoVeredasGuimaresRosa.pdf>, acessado em 20/03/2013.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da Polícia Paulista no final do Império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.

SADEK, Maria Tereza (Org.). **Delegados de Polícia**. São Paulo: Sumaré, 2003.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

SANTOS, Luiz Antonio. **Policial Feminina no Trânsito**. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – II/86 (Monografia), São Paulo, 1986.

SÃO PAULO. Seção de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Polícia Militar** – Uma Instituição da Grandeza da São Paulo. São Paulo, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993.

SILVA, Cristina Rodrigues da. **Gênero, Hierarquia e Forças Armadas**: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. Associação Brasileira de Antropologia. Prêmio Claude Lévi-Strauss – Modalidade B, 2008.

_____. Explorando o ‘mundo do quartel’. In: CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964/1984). In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

_____. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SIMMEL, Georg. **Ensaio sobre teoria da história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane e SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e Segurança Pública em São Paulo**: letalidade policial e prisões em flagrante. UFSCar, São Carlos, SP, 2014. (Relatório técnico de pesquisa).

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECCI, Leonarda. **Mulheres policiais**. Presença feminina na PM do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo; PIMENTEL, Rodrigo e BATISTA, André. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo; FERRAZ, Cláudio; BATISTA, André e PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da Tropa 2**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

_____. Segurança pública: dimensão essencial do Estado Democrático de Direito. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ (Orgs.). **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SIRIMARCO, Mariana. A vida com farda: a vestimenta policial como relato institucional em disputa. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun., pp. 31-43, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKOLNICK, Jerome H. **Nova Polícia**: inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÓFOCLES. **A trilogia tebana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SONDERN, Frederic. “Polícia de Saias”. In: revista **Seleções Reader’s Digest**. Edição 197, Junho de 1958.

SOUSA, Camila Similhama Oliveira de; SANTIAGO, Carla Ferretti. O processo de inclusão da mulher como profissional de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais. In: **Caderno Espaço Feminino**, v.18, n. 2, ago/dez. 2007.

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem**: polícia e representações sociais. São Paulo: Annablume, 2012.

SPINK, Mary Jane P. (Org.) **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da Dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

TAKAHASHI, Emilia. Cadetes pioneiras na AFA: algumas considerações sobre a pesquisa, o campo e a pesquisadora. In: CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

TIBURI, Marcia. Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. In: **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424, jan./abr., 2013.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel**. Bauru, SP: Edusc; Belém: EDUPFA, 2005.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. In: **Cadernos Pagu** (4), 1995, p. 143-171.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

_____. **Noite e dia**. Osasco/SP: Novo Século Editora, 2008.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZWEIG, Stefan. **24 horas na vida de uma mulher**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

APÊNDICES



Apêndice A – Termo de Consentimento Informado
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOCTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PROJETO DE PESQUISA

O Batom e a Farda: mulheres e representações de sociais de gênero na Polícia Militar de São Paulo

OBJETIVO DA PESQUISA

Analisar as representações sociais de policiais da Polícia Militar de São Paulo que atuam na capital sobre a presença feminina e relações de gênero na instituição.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA

Serão realizadas entrevistas individuais com duração média de 01 hora nas quais os policiais de diferentes postos e patentes responderão questões relacionadas à formação, gênero e trabalho policial.

COORDENADORES DA PESQUISA

Prof^a Dr^a Mariza Corrêa (Orientadora)
Prof. Marcos Santana de Souza (Orientando)

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Pelo presente documento, declaro ter conhecimento dos objetivos da pesquisa. Os objetivos foram apresentados e a entrevista conduzida pelo doutorando Marcos Santana de Souza da Universidade Estadual de Campinas.

Estou informado (a) de que se houver qualquer dúvida a respeito dos procedimentos adotados durante a condução da pesquisa terei total liberdade para questionar ou mesmo me recusar a continuar participando da investigação.

Meu consentimento, fundamentado na garantia de que as informações apresentadas serão respeitadas, assenta-se nas seguintes restrições:

- a) O entrevistado (a) não será obrigado (a) a realizar nenhuma atividade para a qual não se sinta disposto (a) e capaz;
- b) O entrevistado (a) não participará de qualquer atividade que possa vir a lhe trazer qualquer prejuízo;
- c) O nome do entrevistado (a) da pesquisa não será divulgado;
- d) Todas as informações individuais terão o caráter estritamente confidencial;

- e) Os pesquisadores estão obrigados a fornecer ao entrevistado (a), quando solicitados, as informações coletadas;
- f) O (a) entrevistado (a) pode, a qualquer momento, solicitar aos pesquisadores que os seus dados sejam excluídos da pesquisa;
- g) A pesquisa será suspensa imediatamente caso venha a gerar conflitos ou qualquer mal-estar à Corporação Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Ao assinar este termo, passo a concordar com a utilização das informações para os fins que se destina, salvaguardando as diretrizes das Resoluções 196/96 e 304/2000 do Conselho Nacional de Saúde, desde que respeitadas as restrições acima listadas.

O pesquisador responsável por este projeto de pesquisa é o Professor Marcos Santana de Souza, que poderá ser contatado pelo e-mail: mss-santana@hotmail.com, telefone: (0xx79) 9912-7900. Endereço: Rua Sargento Marcelino, 581, Bairro Santos Dumont, Aracaju-SE.

São Paulo-SP _____ de _____ de 20__.

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura do responsável pela pesquisa: _____

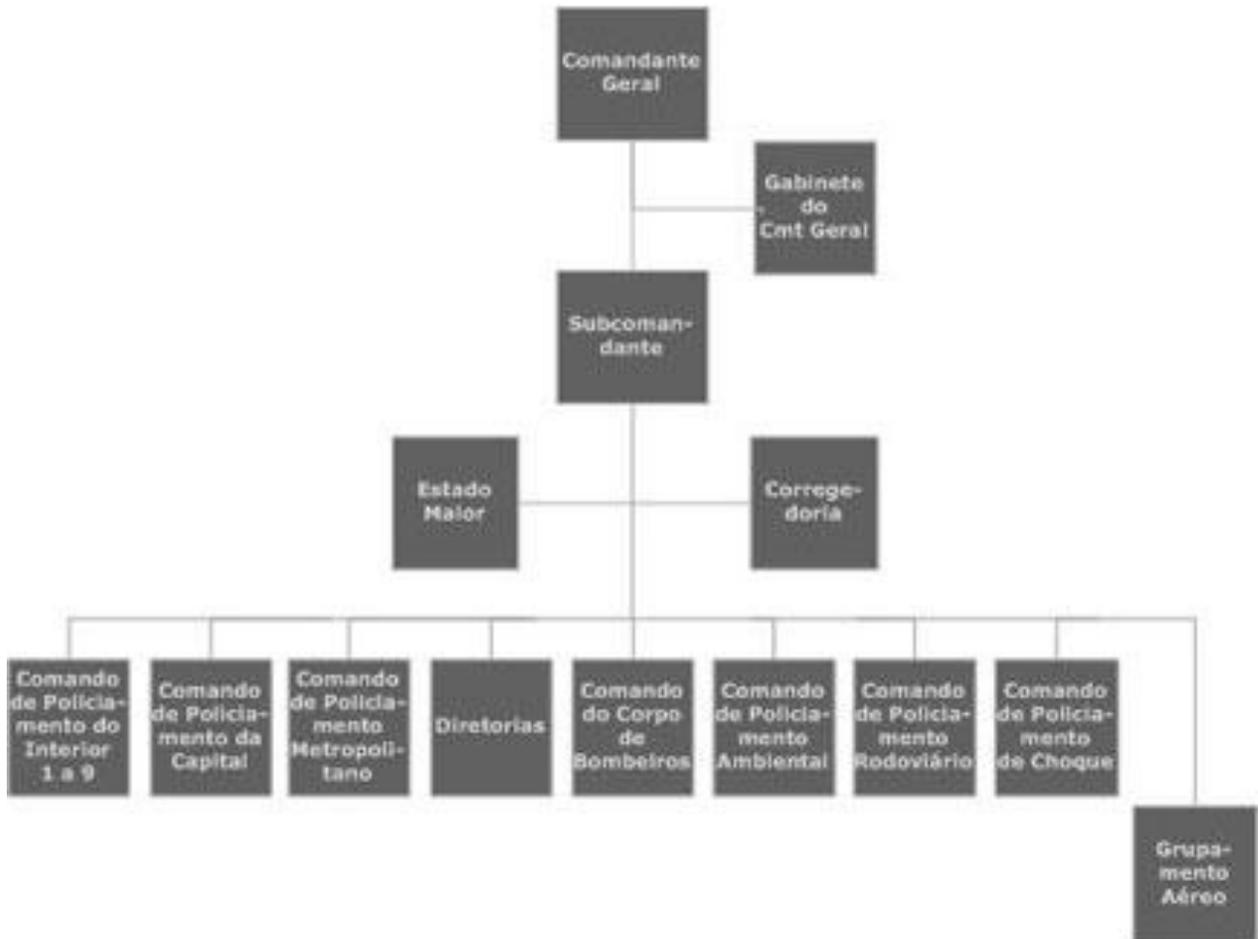
Apêndice B - Perfil dos Entrevistados

Graduação/P atente	Nome (fictício)	Idade	Sexo	Cor/Raça	Religião	Filhos	Estado Civil	Escolaridade	Tempo de Serviço
Soldado	Mariana	36 anos	Feminino	Branca	Evangélica	01	Solteira	Ens. Médio	14 anos
Soldado	Júlia	35 anos	Feminino	Parda	Evangélica	01	Casada	Ens. Médio	15 anos
Sargento	Carmen	33 anos	Feminino	Negra	Sem religião	00	Casada	Ens. Médio	14 anos
Soldado	Helena	44 anos	Feminino	Branca	Católica	00	Solteira	Ens. Médio	15 anos
Soldado	Catarina	33 anos	Feminino	Parda	Evangélica	00	Solteira	Ens. Médio	15 anos
Soldado	Francisco	43 anos	Masculino	Branca	Católico	02	Casado	Ens. Médio	23 anos
Cabo	Paulo	27 anos	Masculino	Branca	Católico	00	Solteiro	Ens. Superior	08 anos
Soldado	Carlos	39 anos	Masculino	Branca	Católico	02	Casado	Ens. Médio	21 anos
Soldado	João	37 anos	Masculino	Branca	Católico	00	Casado	Ens. Médio	15 anos
Sargento	Renato	29 anos	Masculino	Branca	Católico	01	Casado	Ens. Médio	07 anos
Tenente	Rodrigo	36 anos	Masculino	Branca	Católico	01	Solteiro	Ens. Superior	17 anos
Soldado	José	28 anos	Masculino	Branca	Evangélico	02	Divorciado	Ens. Médio	05 anos
Major	Fernando	48 anos	Masculino	Branca	Sem religião	03	Casado	Ens. Superior	29 anos
Major	Heraldo	45 anos	Masculino	Branca	Católico	02	Casado	Ens. Superior	27 anos
Sargento	Elias	45 anos	Masculino	Branca	Católico	03	Casado	Ens. Médio	26 anos
Cabo	Mateus	43 anos	Masculino	Branca	Católico	02	Casado	Ens. Médio	21 anos
Soldado	Diogo	36 anos	Masculino	Negra	Católico	01	Casado	Ens. Médio	14 anos
Capitão	Laura	45 anos	Feminino	Branca	Espírita	01	Divorciada	Ens. Superior	24 anos
Cabo	Daniela	35 anos	Feminino	Branca	Espírita	00	União estável	Ens. Médio	15 anos
Sargento	Reinaldo	33 anos	Masculino	Branca	Católico	00	Casado	Ens. Superior	15 anos
Soldado	Andréa	35 anos	Feminino	Branca	Espírita	01	União Estável	Ens. Superior	15 anos
Tenente	Ricardo	26 anos	Masculino	Branca	Católico	00	Solteiro	Ens. Superior	08 anos
Tem.-Cel.	Gilvan	56 anos	Masculino	Branca	Católico	02	Casado	Ens. Superior	35 anos
Capitão	Vanessa	36 anos	Feminino	Branca	Católica	02	Casada	Ens. Superior	19 anos

Graduação/ Patente	Nome (fictício)	Idade	Sexo	Cor/Raça	Religião	Filhos	Estado Civil	Escolaridade	Tempo de Serviço
Sargento	Alessandra	44 anos	Feminino	Negra	Budista	00	Casada	Ens. superior	18 anos
Sargento	Mércia	44 anos	Feminino	Branca	Evangélica	05	Divorciada	Ens. superior	22 anos
Aluno-oficial	Cristina	20 anos	Feminino	Branca	Evangélica	00	Solteira	Ens. Médio	02 anos
Aluno-oficial	Pedro	26 anos	Masculino	Branca	Evangélico	00	Solteiro	Ens. superior	07 anos
Cabo	Marta	47 anos	Feminino	Branca	Espírita	02	Solteira	Ens. superior	23 anos
Sargento	Adriano	49 anos	Masculino	Negra	Católico	00	Solteiro	Ens. superior	27 anos
Tenente	Patrícia	26 anos	Feminino	Branca	Católica	00	Casada	Ens. superior	07 anos
Tenente	Carla	27 anos	Feminino	Branca	Sem religião	00	Solteira	Ens. superior	06 anos
Cabo	Liliane	33 anos	Feminino	Parda	Sem religião	00	Solteira	Ens. superior	14 anos
Soldado	Carolina	33 anos	Feminino	Negra	Evangélica	01	Casada	Ens. Médio	10 anos
Sargento	Tarcísio	50 anos	Masculino	Parda	Evangélico	06	Casado	Ens. Médio	28 anos
Soldado	Rosângela	47 anos	Feminino	Branca	Católica	04	Viúva	Ens. Superior	16 anos
Tenente	Roberto	30 anos	Masculino	Branca	Católico	00	Solteiro	Ens. Superior	10 anos
Soldado	Antônio	34 anos	Masculino	Branca	38 anos	00	Solteiro	Ens. Superior	09 anos
Cabo	Lucas	47 anos	Masculino	Branca	Católico	02	Casado	Ens. fundamental	27 anos
Major	Cristiano	50 anos	Masculino	Branca	Católico	02	Casado	Ens. Superior	29 anos
Tenente	Raquel	37 anos	Feminino	Branca	Sem religião	00	Solteiro	Ens. Superior	16 anos
Capitão	Suely	48 anos	Feminino	Branca	Espírita	02	Solteira	Ens. Superior	27 anos
Coronel	Luiza	79 anos	Feminino	Branca	Católica	00	Casada	Ens. Superior	35 anos
Major	Denise	46 anos	Feminino	Branca	Católica	00	Divorciada	Ens. Superior	28 anos

ANEXOS

Anexo A – Organograma da Polícia Militar do Estado de São Paulo



Anexo B – Fixação de Efetivos da Polícia Militar do Estado de São Paulo: QCG - Estado-Maior - 1ª Seção

1.891	Decreto nº 29, de 15Mar1890 Decreto nº 127, de 23Jan1891	2.367
1.892	Lei nº 17, de 14Nov1891	3.940
1.893	Leis nº 97-A e 97-B, de 21Set1892	3.933
1.894	Lei nº 186, de 22Ago1894	3.955
1.895	Lei nº 273-A, de 23Jun1893	3.955
1.896	Lei nº 354, de 28Ago1895	3.955
1.897	Lei nº 478, de 24Dez1896	5.178
1.898	Lei nº 513, de 29Jul1897	5.178
1.899	Lei nº 590, de 01Set 1898	5.010
1.900	Lei nº 652, de 16Ago1899	4.416
1.901	Lei nº 722, de 16Out1900	4.834
1.902	Lei nº 780, de 10Jul01	4.832
1.903	Lei nº 851, de 22Out02	4.832
1.904	Lei nº 878, de 02Out03	4.221
1.905	Lei nº 911, de 20Jul04	4.217
1.906	Lei nº 957, de 28Set05	4.568
1.907	Lei nº 1027-A, de 20Nov06	4.934
1.908	Lei nº 1092-A, de 16Out07	5.029
1.909	Lei nº 1129-A, de 17Set08	5.029
1.910	Lei nº 1175, de 29Out09	5.044
1.911	Lei nº 1226, de 16Dez10	5.848
1.912	Lei nº 1270, de 18Nov11	6.718
1.913	Lei nº 1343, de 17Dez12	7.431
1.914	Lei nº 1395-A, de 17Dez13	7.785
1.915	Lei nº 1444, de 24Dez14	7.647
1.916	Lei nº 1483-A, de 07Dez15	7.603
1.917	Lei nº 1511-A, de 02Dez16	7.603
1.918	Lei nº 1559, de 20Out17	8.833
1.919	Lei nº 1619-A, de 13Dez18	8.875

1.920	Lei nº 1675-A de 09Dez19	8.627
1.921	Lei nº 1749, de 26Nov20	8.618
1.922	Lei nº 1808, de 06Dez21	8.620
1.923	Lei nº 1895, de 16Dez22	8.814
1.924	Lei nº 1950, de 20Dez23	8.829
1.925	Lei nº 2053, de 31Dez24	14.079
1.926	Lei nº 2128-A, de 31Dez25	14.254
1.927	Lei nº 21166, de 24Dez26.	9.228
1.928	Lei nº 2215-A, de 28Nov27	8.482
1.929	Lei nº 2315-B, de 21Dez28	8.474
1.930	Lei nº 2381, de 12Dez29	8.493
1.931	Decreto nº 5079, de 27Jun31	8.192
1.936	Lei nº 2511, de 03Jan36	8.344
1.945	Decreto-Lei nº 14.934, de 14Ago45	11.165
1.947	Lei nº 48, de 31Dez47	11.934
1.949	Lei nº 404, de 01Ago49	12.892
1.950	Lei nº 716, de 30Mai50	13.503
1.951	Lei 1384, de 17Dez51	13.514
1.952	Lei nº 1698, de 18Ago52	13.592
1.953	Lei nº 2370, de 05Nov53	13.707
1.954	Lei nº 2725, de 17Ago54	13.705
1.956	Lei nº 3635, de 11dez56	17.990
1.958	Lei nº 4753, de 25Mai58	18.008
1.960	Lei nº 5594, de 09Abr60	18.013
1.962	Lei nº 7455, de 16Nov62	21.085
1.963	Lei nº 8030, de 06Dez63	31.000
1.964	Lei nº 8311, de 25Set64	31.232
1.965	Lei nº 9193, de 15Dez65	32.000
1.966	Lei nº 9547, de 23Nov66	35.906
1.970	Decreto-Lei nº 217, de 08Abr70 (FP+GC)	50.976
1.975	Lei nº 735, de 03Nov75	54.400
1.978	Lei nº 1889, de 15Dez78 (Bol G 237/78)	57.193
1.981	Lei nº 2930, de 30Jun81 (Bol G 123/81)	60.193

1.985	Lei nº 4793, de 24Out85 (aumento de efetivo = 5.953) (Bol G 206/85 - descontadas 02 vagas extintas na vacância: 01Maj QOC e 01 Maj QOE)	66.144
1.985	Lei nº 4795, de 24Out85 (+56 Subten) (Bol G 206/85)	66.200
1.985	LC nº 419, de 25Out85 (cria o QAOPM = 323) (Bol G 208/85)	66.523
1.986	Lei nº 5456, de 23Dez86 (5000 Sd PM mais 2000 Sd Fem PM) (Bol G 01/87)	73.523
1.987	Lei nº 5671, de 14Mai87 (530 Masc + 321 Fem = 851) (Bol G 92/87)	74.374
1.989	Lei nº 6451, de 12Mai89 (Oficiais +1360 e Praças + 11.914 = 13.274) (Bol G 93/89)	87.648
1.992	Lei nº 8146, de 18Nov92 (cria 33 cargos de 1º Ten Dent) (Bol G 224/92)	87.681
1.994	Lei nº 8896, de 21Set94 (redistribuiu 2500 vagas da QPMP-0 para a QPMP-4) (Bol G 185/94)	87.681
1.994	Lei nº 8994, de 23Dez94 (ampliação do efetivo do QOS = 225 Ten Med = 51 Ten Med e QPMP-3 + 351 Praças = 627) (Bol G 246/94)	88.308
1.997	Lei nº 9705, de 20Jun97 (ampliação do efetivo: 166 QOPF + 3035 QPMP4 = 3201 (Bol G 120/97)	93.059
2.004	Lei Compl. nº 960, de 09DEZ04 (extintas 167 vagas de 1º Ten QOS e ampliação de 164 vagas)	93.056
*2.006	Lei Compl. nº 995, de 19MAI06 (extin 550 vagas Of. QOS, QAOPM, Asp e AIOF - Cria 560 vagas Of QOPM, QAOPM e Praças)	93.068
2.008	Lei Compl. nº 1.061, de 31OUT08 (extin 657 vagas 2º Ten QOPM e 109 QOPF - Cria vagas Of QOPM, QOPF, QAOPM e Praças)	93.958
2.008	Lei Compl. nº 1.066, de 21NOV08 (Cria vagas Of QAOPM e Praças)	93.998
2.008	Lei Compl. nº 1.070, de 01DEZ08 (Cria vagas Of QAOPM)	93.987
2.011	Lei Compl. nº 1.142, de 22JUN11 (unifica os quadros de Oficiais masculino e feminino)	93.987
2013**	Lei Compl. nº 1.224, de 13DEZ13 (Dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar, e dá providências correlatas)	93.799

*Extigue na vacância 1 vaga de Ten Cel Farmacêutico, 1 vaga de Ten Cel Veterinário, 1 vaga de Maj Farmacêutico e 1 vaga de Maj Veterinário.

**Extigue na vacância o Quadro de Oficiais Capelães.